UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

VERSÃO CORRIGIDA - EXEMPLAR ORIGINAL DISPONÍVEL NO CAPH (CENTRO DE
APOIO À PESQUISA HISTÓRICA) DA FFLCH

“ESCRAVOS DA NAÇÃO”: O PÚBLICO E O PRIVADO NA ESCRAVIDÃO BRASILEIRA, 1760 - 1876

Ilana Peliciari Rocha

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
História Econômica, do Departamento de História
Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de São Paulo
para obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Horacio Gutiérrez

SÃO PAULO
2012

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

VERSÃO CORRIGIDA - EXEMPLAR ORIGINAL DISPONÍVEL NO CAPH (CENTRO DE
APOIO À PESQUISA HISTÓRICA) DA FFLCH

**“ESCRAVOS DA NAÇÃO”: O PÚBLICO E O
PRIVADO NA ESCRAVIDÃO BRASILEIRA, 1760 -
1876**

Ilana Peliciari Rocha

SÃO PAULO
2012

FOLHA DE APROVAÇÃO

Nome: ROCHA, Ilana Peliciari

Título: “Escravos da nação”: o público e o privado na escravidão brasileira, 1760-1876

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica, do Departamento de História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em História.

Área de concentração:

História Econômica

Aprovado em:

Banca Examinadora

Orientador Prof. Dr. _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

AGRADECIMENTOS

À Fapesp, que me concedeu a bolsa de março de 2010 a fevereiro de 2012, pelo apoio financeiro que foi de extrema importância.

Ao professor Dr. Horacio Gutiérrez, quem estimulou a curiosidade pelo tema, pela contribuição com reflexões e críticas essenciais para o desenvolvimento da pesquisa. Não sei como agradecer a paciência nesses anos de convívio. Esses anos não só ganhei com o exemplo de sua carreira acadêmica, mas também com sua amizade.

Às professoras Dra. Maria Cristina Wissenbach e Dra. Suely Robles de Queiroz, pelas sugestões realizadas durante a qualificação, essenciais para o término do trabalho.

À professora Vera Lúcia Amaral Ferlini, pelas reflexões realizadas na disciplina cursada da Pós-graduação em História Econômica.

Ao 5º. Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, realizado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, que possibilitou conhecer outros pesquisadores que se dedicam ao tema da escravidão e ampliar os conhecimentos na área. À professora Dr. Joseli Mendonça (UFPR), Dra. Beatriz Gallotti Mamigonian (UFSC) e Dr. Carlos Eduardo Moreira de Araújo (UNIABEU), com quem dividi a mesa da sessão, pelos comentários fundamentais relacionados à pesquisa. À professora Dr. Beatriz Gallotti Mamigonian, também pela presteza dada em momentos de dúvida.

Aos funcionários do Arquivo Nacional, do Arquivo Público do Estado de São Paulo e da Biblioteca Nacional, pela atenção e seriedade com que trabalham.

Aos meus amigos, por dividirem as aflições presentes no cotidiano de um trabalho acadêmico; em especial, à Elisa Lourenço Pupim, amiga de infância, pela sua gentileza e acolhida em São Paulo e também pela leitura atenta e pelas correções que trouxeram grande melhoria ao texto.

Aos meus familiares, em especial, aos meus pais, pelo amor com que me criaram e o apoio constante nos estudos, que fizeram de mim o que eu sou hoje; ao Manoel Ilson Cordeiro Rocha, meu esposo, pelo amor incondicional e por sua compreensão e seu empenho em todas as etapas do caminho acadêmico; e, ao Pedro Peliciari Rocha, meu filho tão amado, pelo seu carinho, sua companhia e sua paciência, que sempre me fortaleceu e tornou meus dias mais felizes. Sem eles eu nunca teria chegado até aqui. Obrigado por tudo!

Resumo

Esta pesquisa apresenta a caracterização dos espaços públicos e privados na relação da escravidão brasileira a partir da análise de escravos públicos existentes no final da Colônia e no Império. Estes escravos eram chamados escravos da nação ou escravos nacionais, e forneciam mão de obra para estabelecimentos públicos e obras públicas. As hipóteses levantadas decorrem da possibilidade de tratamento diferenciado em decorrência da condição de escravos estatais, e a sua associação às características do Estado apontadas pela historiografia para este período. Delimitou-se entre os anos de 1760 até 1876, quando o Império Português expulsa a Companhia de Jesus confiscando os seus bens, entre eles os escravos, e quando se encerra o prazo de cinco anos determinado pela Lei do Ventre Livre (1871), para que os escravos saiam da supervisão do Estado e alcancem a liberdade. Estes escravos eram utilizados em fazendas, fábricas e repartições públicas em diversas regiões do Império. Nesta pesquisa examinou-se a existência ou não de uma política estatal em relação aos escravos públicos no século XIX. À título de exemplo se estendeu na análise pormenorizada da Imperial Fazenda de Santa Cruz (Rio de Janeiro) e da Fábrica de Ferro de São João de Ipanema (São Paulo).

PALAVRAS-CHAVE: História do Brasil; escravidão; escravos da nação; escravidão pública.

Abstract

This research presents the characterization of public spaces and private in the relationship of Brazilian slavery from the analysis of existing public slaves at the end of the Colony and Empire. These slaves were called slaves in the nation or national, and provided slave labour for public establishments and public works. The raised hypotheses arise from the possibility of differential treatment because of the condition of State-owned slaves, and their association with the characteristics of the State pointed out by historiography for this period. Set limits between the years 1760 until 1876, when the Portuguese Empire expelled the society of Jesus by confiscating their property, including slaves, and when it ends the period of five years determined by the law of the Free Womb (1871), to which the slaves leave the State supervision and achieve freedom. These slaves were used on farms, factories and Government offices in various regions of the Empire. This research examined the existence or absence of a State policy in respect of public slaves in the 19th century. The example was extended in the detailed analysis of the Imperial Fazenda de Santa Cruz (Rio de Janeiro) and Fábrica de Ferro São João de Ipanema (São Paulo).

Key-Words – History from Brazil; slavery; slaves of the nation; public slavery.

ÍNDICE

Introdução.....	12
I – Identificação dos escravos da nação no contexto da escravidão no Brasil.....	25
1. O confisco dos bens da Companhia de Jesus	25
Os escravos sob o domínio da Companhia de Jesus.....	25
Os escravos dos jesuítas sob o domínio público.....	32
2. Mercado de escravos do poder público.....	42
A aquisição de escravos pelo Estado.....	42
A venda de escravos da nação pelo Estado.....	55
3. Distribuição e perfil dos escravos públicos.....	61
Distribuição entre as províncias e os estabelecimentos.....	61
Gênero e Idade.....	68
II – Concepção do Estado frente aos escravos públicos... ..	81
4. Controle e administração pública sobre os escravos ...	81
As Fazendas.....	86
As Fábricas.....	106
Outras comparações possíveis.....	126
5. Conexão e Interdependência entre as repartições públicas com escravos.....	134
A rede informal de estabelecimentos e repartições.....	134
Mobilidade territorial dos escravos: comparações.....	142
A prerrogativa econômica nas transferências.....	148
O descontrole burocrático e outras conseqüências dos deslocamentos.....	157

6. Visão oficial sobre os escravos da nação e sua relação com as políticas públicas imperiais.....	161
Escravos da nação: da Colônia ao Império.....	161
A Abolição e a relação com a escravidão pública.....	168
O patrimonialismo.....	178
O liberalismo no Império diante da escravidão pública...	191
 III – Características e vivências dos escravos em estabelecimentos públicos.....	 197
7. A estrutura ocupacional entre os escravos da nação .	197
Profissionalização: o caso da Fazenda de Santa Cruz...	200
Profissionalização: o caso da Fábrica de Ipanema.....	221
Remuneração.....	232
 8. A resistência escrava.....	 241
A negociação.....	241
As fugas.....	248
Os furtos.....	266
 9. A questão das alforrias.....	 273
Aspectos legais da alforria dos escravos públicos.....	273
O perfil dos alforriados entre os escravos da nação....	278
Motivações e estratégias na alforria.....	288
Libertação final: a Lei do Ventre Livre.....	299
 Conclusão.....	 304
 Referências Bibliográficas.....	 317

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição dos escravos segundo estabelecimentos jesuítcos, 1701.....	34
Tabela 2 – Distribuição dos escravos nas propriedades jesuítcas, 1738 a 1757.....	35
Tabela 3 – Despesas da Fazenda de Santa Cruz, 1783 a 1789.....	43
Tabela 4 – Número dos escravos da nação por províncias, 1854 a 1870.....	63
Tabela 5 – Número dos escravos da nação segundo funções empregadas, 1855 a 1870.....	65
Tabela 6 – Número de escravos da nação nos estabelecimentos para anos esparsos, entre 1782 e 1857.....	66
Tabela 7 – Número de escravos da nação nos principais estabelecimentos públicos, 1854 a 1870.....	68
Tabela 8 – Número de escravos da nação nos principais estabelecimentos públicos segundo sexo e faixa etária, 1857 a 1867.....	71
Tabela 9 – Número de escravos da Real Fazenda de Santa Cruz por faixas etárias, estado conjugal e sexo, 1799.....	73
Tabela 10 – Número de escravos de escravos segundo o sexo nos principais estabelecimentos públicos, 1855, 1860 e 1865.....	75
Tabela 11 – Número de escravos segundo a faixa etária nos principais estabelecimentos públicos, 1855, 1860 e 1865.....	78
Tabela 12 – Número de escravos da nação da Fazenda de Santa Cruz segundo setores profissionais, do período de 1815 a 1856.....	205
Tabela 13 – Origem dos escravos da Nacional Quinta da Boa Vista, 23 de fevereiro de 1832.....	211
Tabela 14 – Número de escravos da nação da Fábrica de Ferro São João de Ipanema segundo setores profissionais, em anos entre 1821 e 1854.....	226
Tabela 15 – Escravos fugidos da Fazenda de Santa Cruz, em anos entre 1808 a 1849.....	249
Tabela 16 – Escravos fugidos da Fábrica de Ferro São João de Ipanema, 1821,1838 e 1843.....	251
Tabela 17 – Alforrias na Fazenda de Santa Cruz segundo o sexo dos escravos, em anos entre 1816 a 1866.....	281

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Gravura da Fábrica de Ferro São João de Ipanema, 1820.....	83
Imagem 2 – Fazenda de Santa Cruz.....	84
Imagem 3 – Mapa da Fábrica de Pólvora da Estrela, 1845.....	85
Imagem 4 – Planta dos edifícios da Fábrica de Ferro São João de Ipanema durante a administração de Varnhagen.....	86
Imagem 5 – Reunião mensal dos escravos de St. Jonh d’El Rey Miming Company, Mina de Morro Velho.....	111

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Quadro comparativo da administração pública e privada dos escravos de fazendas, século XIX.....	99
Quadro 2 – Quadro comparativo da administração pública e privada dos escravos de estabelecimentos industriais, século XIX.....	119
Quadro 3 – Relação das ocupações dos escravos por vários anos na Fazenda de Santa Cruz.....	202

LISTA DE ORGANOGRAMAS

Organograma 1 – Organograma da Fazenda de Santa Cruz, 1817 e 1822...	201
Organograma 2 – Organograma da Fábrica de Ferro São João de Ipanema, 1840 e 1841.....	223

Introdução

Os estudos de escravidão receberam crescente atenção dos pesquisadores no Brasil nas últimas décadas. A historiografia chegou a avanços consideráveis, apresentando diversos temas e metodologias. Da visão de Gilberto Freyre com a sociedade escravista assentada na grande lavoura, passou-se à constatação da presença de escravos nas pequenas propriedades, voltadas para subsistência, nas áreas de pecuária, nas áreas urbanas e nos ambientes fabris. Assim, a historiografia incorporou temas como a família escrava, o tráfico interno e externo, a reprodução natural de escravos, os padrões e mecanismos de alforria, a ascensão social dos negros e dos pardos, os conflitos e a acomodação dos crioulos e africanos, entre outros. Constatou-se que a escravidão não foi igual nas diversas regiões do Brasil, que apesar de assentar-se em princípios fundamentais a escravidão diferenciou-se localmente.

Neste universo se inserem os escravos que pertenciam ao Estado, que podem se distinguir como escravos públicos e como categoria própria para a análise historiográfica. Durante o Brasil colonial esses trabalhadores eram chamados de “escravos do Real Fisco” ou “escravos do Fisco” e com o Império passaram a ser denominados “escravos nacionais” ou “escravos da nação”. Eles trabalhavam em diversos estabelecimentos públicos - em fábricas, como a Fábrica de Ferro de São João do Ipanema, em Sorocaba e a Fábrica de Pólvora da Estrela, no Rio de Janeiro; em fazendas nacionais, como as Fazendas Nacionais do Piauí e de Santa Cruz, no Rio de Janeiro; para a Corte, no Arsenal da Marinha, na Quinta da Boa Vista; nas Colônias Militares das fronteiras; e nas obras públicas em geral.

A visibilidade desses escravos ocorreu no momento em que ocorreu o confisco dos bens dos jesuítas pela Coroa portuguesa em 1760, quando estes se incorporaram ao patrimônio real. Os escravos públicos continuaram presentes pelo menos por mais de um século, quando também são atingidos pelas leis graduais de liberdade da década de 1870. Apesar desse longo período, desconhecem-se as orientações públicas sobre a administração patrimonial desses escravos. Neste trabalho, pretende-se verificar até que ponto ocorreu uma política oficial de manutenção e posse de escravos estatais e quais eram os mecanismos de tratamento desses escravos. Esses escravos foram finalmente libertados pela Lei do Ventre Livre de 1871, mas a sua regulamentação garantiu ainda por cinco anos a condição escrava sob supervisão do governo.

Analisa-se os escravos da nação de 1760 até 1876, conforme a delimitação acima, procurando observar as correspondências e os diferenciais para com a escravidão privada. Para este recorte foram identificados os redutos de escravaria pública – fazendas e fábricas públicas - e selecionadas as unidades importantes – Fazenda de Santa Cruz, no Rio de Janeiro; Fábrica de Ferro de Ipanema, em São Paulo – que podem permitir uma visão conjuntural e também o acompanhamento das transformações ocorridas neste âmbito do escravismo brasileiro. Dentro do conjunto dos estabelecimentos públicos, esses dois foram escolhidos por serem representativos na questão da diversidade produtiva do Estado e pelo funcionamento continuado ao longo do século XIX. A Fábrica de Ipanema era um estabelecimento de natureza fabril e a Fazenda de Santa Cruz, uma propriedade agrícola e de usufruto da Coroa como local de passeio. Ambos os estabelecimentos, além disso, contam com documentação abundante e catalogada, facilitando a pesquisa.

Para esta análise examinam-se fontes oficiais, como os relatórios governamentais dos ministérios; de documentos manuscritos, como cartas, ofícios e requerimentos; de legislação; de recortes de jornais e outras publicações da época. Também é analisada em detalhe a documentação referente à Fazenda de Santa Cruz e à Fábrica de Ipanema. No tocante à historiografia da escravidão, a ênfase recai em questões gerais como o patrimonialismo do Estado, os padrões da escravidão privada, bem como a revisão das análises isoladas destes estabelecimentos públicos.

Os escravos da nação foram objetos de estudos e, à luz da rica historiografia da escravidão, destacam-se os autores a seguir como referências desta pesquisa. Carlos Engemann analisa a demografia e as relações sociais entre a escravaria da Real Fazenda de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, de 1790 a 1820. Procura traçar o perfil demográfico dos escravos nessa fazenda, e embora não objetive analisá-los enquanto um bem público e sua influência, fornece reflexões importantes. Através de inventários, resumos estatísticos, relatórios de distribuição dos escravos, cartas de pedidos de alforria encaminhadas ao Imperador D. Pedro II, consegue uma importante análise dos escravos que ali se encontravam e as relações sociais que estabeleciam¹.

Outro estudo relacionado é a tese de Solimar Oliveira Lima, sobre o trabalho escravo nas fazendas da nação no Piauí, entre 1822-1871. Procura reconstruir o

¹ ENGEMANN, C. *Os Servos de Santo Inácio a Serviço do Imperador: Demografia e Relações Sociais entre a Escravaria da Real Fazenda de Santa Cruz, RJ (1790-1820)*. 2002. 149f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2002.

cotidiano de trabalho nestas fazendas a partir de três momentos: o fluxo de mão de obra (mecanismos administrativos de estímulos ou transferências externas e internas de trabalhadores e de concessão de alforrias), a organização das atividades (processo produtivo e a divisão etária e sexual do trabalho) e os mecanismos de controle dos trabalhadores escravizados (direito a bens, que não garantia o pleno usufruto de propriedade; os deslocamentos em viagens baseados em relações de confiança vigiada; a violência e as tensões sociais) ².

Carlos Eugênio L. Soares, em artigo na Revista *História Social*, analisa requerimentos dos escravos da nação do Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro ao Imperador. “Esses escravos estavam submetidos ao mesmo tipo de castigo e punição que um escravo comum, mas tinham oportunidades ocupacionais de que raramente um escravo de particular podia usufruir”, expõe Carlos Eugênio L. Soares³. Observa também que “os escravos da Nação se consideravam ‘cidadãos’ e, por isso, credores da proteção do Estado escravista”. Noutro estudo Mario Danieli Neto analisa os escravos públicos e africanos livres na Fábrica de Ferro São João de Ipanema, em Sorocaba, para o período de 1765-1895⁴. A análise discute a questão da incompatibilidade do escravo no trabalho industrial. Para isso, inicia-se com uma comparação entre a escravidão nos Estados Unidos e no Brasil durante o século XIX, concluindo que o caso da fábrica se enquadra como uma protoindustrialização. Também contemplando os escravos da Fábrica de Ipanema, o artigo de Afonso Bandeira Florence analisa a resistência escrava, de 1828 a 1842, através de um requerimento dos escravos para o presidente da Província de São Paulo.

A atitude dos escravos da fábrica São João de Ipanema, ao recorrerem a um representante da coroa imperial, buscando continuar a negociação estabelecida inicialmente com a administração da fábrica, não constitui, de forma alguma, um sinal de capitulação escrava. Ela expressa um momento de maturação das relações travadas entre eles, que se desdobrou em uma ação política aparentemente planejada⁵.

² LIMA, Solimar Oliveira. *Braço Forte. Trabalho escravo nas fazendas da nação no Piauí (1822-1871)*. Passo Fundo: UFP, p. 32, 2005.

³ SOARES, Carlos Eugênio L. Clamores da escravidão: requerimento dos escravos da Nação do Imperador, 1828. *História Social*. Campinas, n°. 4-5, pp. 223-228, 1997-1998.

⁴ NETO, M. D.. *Escravidão e Indústria: um estudo sobre a Fábrica de Ferro São João de Ipanema – Sorocaba (SP) – 1765-1895*. 2006. 194f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Instituto de Economia, UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas). Campinas, 15/12/2006.

⁵ FLORENCE, Afonso Bandeira. Resistência Escrava em São Paulo: A luta dos escravos da fábrica de ferro São João de Ipanema, 1828-1842. *Afro-Ásia*, 18, pp. 16-17, 1996.

Outro estudo que privilegia um estabelecimento público é a dissertação de Alinnie Silvestre Moreira, na qual analisa os africanos livres e as relações de trabalho na Fábrica de Pólvora de Estrela, no Rio de Janeiro. O seu objeto de pesquisa é o africano livre, liberto africano, negro de prêmio ou emancipado, africanos escravizados ilegalmente, após a proibição do tráfico atlântico de escravos, e que foram resgatados por ordem do Estado Imperial. A autora procura observar sua condição sócio-jurídica, comentando em algumas partes sobre os escravos da nação.

Esses estudos apontam abordagens da condição econômica, social ou política do escravo da nação, sem distinguir objetivamente a sua condição pública, sempre com vistas ao modelo geral privado de escravidão. Com base nesses estudos e na documentação primária procura-se esclarecer questões relativas a esses cativos. Como já indicado, a presença significativa desses cativos relacionava-se ao confisco dos bens da Companhia de Jesus, quando parte de seus escravos tornou-se patrimônio público. Os trabalhos referentes aos estabelecimentos jesuítas, como as Fazendas da Nação no Piauí e a Fazenda de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, indicam pontos relacionados à administração jesuítica. No entanto, falta contemplar aspectos ligados à questão patrimonial. É necessário pensar: o Estado, diante do confisco, teve a perspectiva de tornar-se um proprietário de escravos, ou isso ocorreu ocasionalmente?

Sabe-se que houve, em determinadas épocas, a preocupação em eliminar a mão de obra escrava nestes estabelecimentos, como aponta Alinnie Silvestre Moreira:

Estas preocupações com a manutenção dos escravos na fábrica relacionavam-se aos debates em torno da superação do uso de mão-de-obra escrava que ocorriam em vários organismos imperiais, desde a década de 1820, entabulada pela chamada ‘geração da independência’. As discussões acirraram-se após a aprovação da lei que extinguiu o tráfico atlântico de escravos, em 1830. Neste contexto, foi aventada a adoção de trabalhadores estrangeiros e outras propostas que visavam substituir os escravos, embora tenham poucas medidas concretas neste sentido⁶.

Havia nesta opção emancipacionista, como em todas as questões em torno do escravo da nação, um elemento econômico, mas intimamente afetado por uma condição política diferenciada. Assim, é preciso acompanhar esse Estado proprietário ao longo do

⁶ MOREIRA, Alinnie Silvestre. Liberdade tutelada. *Os africanos livres e as relações de trabalho na Fábrica de Pólvora da Estrela, Serra da Estrela/RJ (c. 1831 – c. 1870)*. 2005. 256f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas). Campinas, p. 106, 2005.

período proposto e observar: qual o posicionamento do Estado frente ao papel de proprietário de escravos? O Estado mostrou-se como um proprietário privado no mercado de escravos ou apresentou uma postura diferenciada, distinguindo-se nesse mercado? Que outras relações a propriedade de escravos propiciou ao Estado? Ocorreram compras, locações, empréstimos? Como o Estado administrou o trabalho escravo com o trabalho livre? Em que medida o Estado participava ou interferia no mercado privado para a manutenção da escravaria pública?

Por outro lado, além do mercado, o trabalho escravo implica o seu modo de administração deste trabalho. Nesse sentido, interessa saber o controle da disciplina, as facilidades e dificuldades dos administradores e dos escravos, o que também desperta interesse pelo perfil dos escravos. Qual era a sua faixa etária e o sexo predominante? Pensando o tamanho do Brasil e a dispersão administrativa da época, qual era a tendência da administração, de centralização ou descentralização do controle, e quem eram os atores que predominaram na administração desses escravos? Quais as estratégias para controlar os escravos públicos com o distanciamento do governo? Essas são as indagações que servem de suporte para trilhar o caminho deste trabalho.

O estudo de Alinnie S. Moreira privilegia a relação do escravo com a atividade econômica da Fábrica de Estrela apontando que houve anos em que o número de indivíduos sem ocupação produtiva ultrapassou o número de escravos com ocupação produtiva⁷. Esta situação é problemática dentro de um sistema voltado à produção. Uma das maneiras de o Estado conseguir amenizá-la foi recorrer à transferência entre os estabelecimentos. No entanto, os deslocamentos entre os vários estabelecimentos estatais, envolviam pontos importantes para uma reflexão. Como essas transferências ocorriam? Quais os aspectos econômicos e sociais que as envolviam? Quais as suas conseqüências?

Os deslocamentos de escravos entre os estabelecimentos foram identificados em vários estudos. Na prática, possibilitavam um tratamento diferenciado aos escravos da nação, seja proporcionando uma rede social, seja apontando um dinamismo incomum se comparado à escravidão privada. Eles ocorreram amplamente na maioria das repartições. Por exemplo, entre as Colônias Militares e a Fábrica de Ipanema. Também no caso da Fábrica de Pólvora de Estrela “a prática de conceder escravos da nação e africanos livres para as obras militares não foi algo incomum na realidade daquela

⁷ MOREIRA, op. cit., p. 111.

instituição”⁸. Já Solimar Oliveira Lima constata que estes deslocamentos ocorriam também nos momentos de crise desses estabelecimentos e nos encerramentos de suas atividades, como é o caso das fazendas nacionais do Piauí e também da Fábrica de Ipanema⁹. Assim, interessa não só as motivações, mas também as peculiaridades e consequências desses deslocamentos. Ou seja, como se davam esses deslocamentos: as exigências, as tipologias, os principais estabelecimentos envolvidos e suas características? Como controlar esses deslocamentos ao levar em conta que envolve um patrimônio público envolvido em um sistema de produção? Qual o seu significado para os estabelecimentos e seus administradores? E para os próprios escravos, o que representavam esses deslocamentos? Para os escravos, essas transferências abriam as portas para ampliar suas redes sociais, ou era uma interrupção dos laços estabelecidos? Até que ponto os escravos eram favoráveis ou contrários a esse procedimento estatal? Essas perguntas são trabalhadas ao longo dos capítulos.

O problema dos escravos da nação não se limita apenas ao cotidiano e às suas relações nos estabelecimentos públicos, mas também ao debate político nacional. Por exemplo, foi detectado que os escravos públicos estavam mais vulneráveis às discussões emancipacionistas, ou seja, acabaram antecipando algumas vantagens que se desencadearam dos debates.

No âmbito das reformulações do sistema fabril nas décadas de 1850 e 1860, a concessão de gratificações, bem como o incentivo formal de alforrias, estavam coerentes com a vontade de estabelecer relações de trabalho compulsórias baseadas na sujeição e no assalariamento. Externamente, a questão da liberdade escrava mediante a indenização de seu valor aos proprietários e os conflitos morais em torno da ‘primazia da liberdade’ contra a ‘defesa irrestrita do direito de propriedade’ ganhavam força entre juristas e parlamentares. Em 1866, data do relatório do ministro, era também publicado o clássico *A escravidão no Brasil*, de Perdígão Malheiros, que serviu como base das ações e políticas do poder imperial, embora o próprio autor, tempos depois, tenha reconsiderado suas propostas em nome da ‘razão de Estado’¹⁰.

O conjunto dessas constatações sobre o escravo da nação induz à dúvida: havia uma ação estatal comum diferenciada para a escravidão pública? É possível conceber a definição de uma política pública e ela era suficientemente generalizada e interligada numa rede informal que permitisse destacar o escravo público no contexto da

⁸ Ibid, p. 165.

⁹ LIMA, op. cit., p. 49.

¹⁰ MOREIRA, op. cit., pp. 127-128.

escravidão? O que se percebe nos trabalhos é que há pontos em comum com relação ao sistema de produção e aos escravos, demonstrando uma categoria própria na dimensão da escravidão, mas não há solução para o problema da condição pública do escravo.

Além disso, há outra hipótese, eles podem ter sido usados, assim como outros bens públicos, para fins privados. Neste sentido, os estudos supracitados da escravidão em geral e os que versam sobre a natureza do Estado Imperial são fundamentais. É muito mais exato relacionar a escravidão pública com a condição do Estado patrimonialista do que a sua mera identificação como uma variação da escravidão no Brasil. Nos estudos sobre a Colônia e o Império, predomina a identificação do Estado com o patrimonialismo. Para Raimundo Faoro, no Brasil caracterizou-se uma confusão entre o patrimônio público e o privado. Essas fronteiras estreitas entre os domínios públicos e privados, encontradas no Estado patrimonial português, também teriam marcado a História do Brasil, seja na Colônia ou seja no Império.

Outros estudos importantes sobre o Estado Imperial são obras como “*A construção da ordem e Teatro de sombras*”, de José Murilo de Carvalho, concentrando-se na formação da elite e na política imperial respectivamente; “*O Minotauro Imperial*”, de Fernando Uricoechea, que enfatiza o papel da Guarda Nacional e “*O tempo saquarema*”, de Ilmar Rohloff de Mattos, entre outros¹¹. O apogeu do Estado patrimonialista no Segundo Império é também o seu momento de crise, quando há forças significativas combatendo o uso privado do patrimônio público, mas não há uma burocracia suficientemente constituída para administrar modernamente este patrimônio. Então, estas obras permitem refletir sobre o funcionamento do Estado Imperial no trato com o bem público e com a identificação do “escravo da nação”.

Esse limite entre burocracia e administração patrimonial dentro do mesmo Império esteve sujeito a redefinições permanentes durante o século XIX (...) Igualmente importante dentro do contexto da época é o grau em que o símbolo do Imperador começa gradual mas progressivamente a desaparecer dos documentos oficiais para ser substituído por noções mais impessoais como ‘este governo’, ‘o país’, ou simplesmente, Brasil tout court. É inquestionável que tal tendência sugere uma mudança sutil e profunda do particularismo típico da dominação patrimonial para o universalismo de uma dominação cada

¹¹ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatros de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. URICOECHEA, Fernando. *O minotauro imperial: a burocratização do estado patrimonial brasileiro no século XIX*. São Paulo: DIFEL, pp. 96-97, 1978. MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema. A formação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2004.

vez mais burocrática que começa a despontar com um perfil bastante nítido desde a década dos anos cinquenta¹².

Em “*Homens Livres na Ordem Escravocrata*”, Maria Sylvia de Carvalho Franco também se refere ao patrimônio estatal e à propriedade privada e relata que:

Essa mistura entre a coisa pública e os negócios privados fundamenta, sem dúvida, a extensão do controle pessoal a todo o patrimônio do Estado. A passagem é rápida: o homem que sustenta com recursos particulares as realizações próprias do governo está subjetivamente pronto para considerar como seu o conjunto de bens públicos confiados à sua guarda. (...) acaba por constituir-se de fato, nessas condições em que ficam completamente fluidos os limites entre o que é patrimônio da Administração e o que é propriedade do administrador, um fundo de ‘bens comuns’ cujos valores, indivisos entre os dois membros da associação formada, servem indistintamente ora a um, ora a outro¹³.

Havia uma política do Estado para a sustentação de um sistema escravista exercido por particulares. Como se posicionava o Estado, enquanto escravista? Até que ponto o distanciamento do governo foi responsável pela utilização dos escravos públicos como escravos privados dos administradores? Enquanto bem público, os escravos nacionais podem ser identificados na crise e transição do Estado? De que forma isso ocorre? A especificidade histórica do Estado brasileiro de confusão entre as esferas pública e privada é uma premissa para o estudo proposto, para uma análise do escravo da nação como um patrimônio público e o que isso representa. Ou seja, buscar o significado de ser público para o escravo e também para o Estado.

Quando há uma constatação da condição política diferenciada, esta não dá conta da relação entre os estabelecimentos e da necessidade de um debate destacando o escravo público em si, no processo de escravidão. Essa necessidade é reforçada pelos estudos de casos já existentes, como o de Alinnie Silvestre Moreira, ao afirmar que na Fábrica de Estrela formou-se um espaço privilegiado para diversas condições e relações dos escravos públicos. Conviviam com administradores, com trabalhadores livres, índios, africanos livres e escravos jornaleiros¹⁴. Assim, parte das características e vivências dos escravos nos estabelecimentos públicos são pontos tratados nessas pesquisas, mas há pontos para esclarecer ao levar em consideração sua condição

¹² URICOECHEA, op. cit., pp. 96-97.

¹³ FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Ed. da UNESP, p. 131, 1997.

¹⁴ MOREIRA, op. cit., p. 104.

pública. Esses estabelecimentos envolviam atividades diversas, que incluíam até mesmo conhecimentos técnicos. Há registro de fornecimento de formação profissional e remuneração, como na Fazenda Real de Santa Cruz, na Casa de Correção, nos Arsenais de Guerra e de Marinha da Corte. Era comum nas fábricas a utilização de escravos em funções que exigiam conhecimentos técnicos, isso por que, “os gastos com pagamentos de trabalhadores livres, nas funções mais qualificadas (mestres, operários e aprendizes) era maior que aquela efetuada exclusivamente para manutenção dos escravos”¹⁵. “Entre os homens, o índice de especialização é de 40%, contando os carpinteiros, pedreiros, ferreiros, sapateiros, curtidores, manteigueiros, tecelões, oleiros, e os aprendizes que com eles trabalhavam”¹⁶.

Agora, pergunta-se, até que ponto os escravos da nação tiveram suas possibilidades alargadas vista a uma profissionalização? Quais as atividades as quais estavam envolvidos? Alguns estabelecimentos pautavam-se pelo fornecimento da manutenção aos cativos, outros pelo sistema de eles se sustentarem. Ou seja, parte dos escravos públicos recebia uma remuneração pelo seu trabalho. Quais as condições para essa remuneração? Além da remuneração, esses escravos possuíam outros benefícios: os escravos no caso da Fábrica de Ipanema e da Fábrica de Estrela tinham acesso à escola de primeiras letras, o que demonstra aqui um diferencial com relação ao escravo privado¹⁷.

(...) foi também criada em 1867 uma escola de primeiras letras e de costura para as crianças, filhos dos africanos que estavam em serviço na fábrica. No mesmo ano, teve início o funcionamento da companhia de aprendizes, espécie de escola para ensinar ofícios aos jovens trabalhadores do estabelecimento, todos menores de 18 anos. Naquele ano, a escola de primeiras letras oferecia educação básica para 44 menores escravos, sendo 34 deles do sexo masculino, além de seis garotos livres que ‘com aproveitamento’, participavam da ‘útil instrução’¹⁸.

A historiografia encontrou o registro de um hospital, na Fábrica de Pólvora da Estrela, em decorrência da participação na Guerra do Paraguai; de reivindicação, pelos escravos, a uma alimentação decente e a folga aos domingos¹⁹; e de posse de lotes de terra, na Fazenda de Santa Cruz.

¹⁵ NETO, op. cit., p. 138.

¹⁶ ENGEMANN, op. cit., p. 88.

¹⁷ MOREIRA, op. cit., p. 125.

¹⁸ NETO, op. cit., p. 102.

¹⁹ MOREIRA, op. cit., p. 123.

Sabemos que não estavam apenas a serviço de Sua Majestade e seus administradores, mas também tinham seus próprios interesses para cuidar. O relatório do Deputado Rafael de Carvalho afirma que os cativos detinham lotes de terra bem consideráveis e que deles tiravam bons rendimentos, já que os cultivavam nos sábados, domingos e dias santificados, ou seja, uma boa parte do ano. Não trocaram essa regalia por outra, como o fornecimento das vestimentas; alguns investiam ainda mais²⁰.

No campo social, os estudos avançaram ao apontar um padrão específico de relações familiares, como a exigência de autorização para estabelecerem matrimônio²¹ e a necessidade de formá-lo mediante um padre. É nítida a presença de famílias constituídas nos estabelecimentos públicos. “Os documentos demonstram que o Estado geralmente respeitava as famílias constituídas, tanto na manutenção dos núcleos que chegavam, como no seu envio para outros locais”²². Ao mesmo tempo em que se mantinham os núcleos familiares de cativos também se ampliavam as possibilidades de casamento com as transferências dos solteiros²³. Esse perfil é identificado por Carlos Engemann, no caso dos escravos da nação pertencentes à Fazenda de Santa Cruz.

Apesar de algumas condições favoráveis apresentadas aos escravos públicos, não se pode esquecer a condição de escravidão que estavam envolvidos e que, conseqüentemente, desencadeava ações de resistência. Dessa forma, questiona-se a condição pública. Esta condição representava um obstáculo ou um facilitador para a resistência escrava? Quais os mecanismos de resistência utilizados pelos cativos públicos?

A obtenção da liberdade no Brasil escravista ocorria por diversas formas. O escravo podia acumular um pecúlio para a compra de sua liberdade e podia recebê-la gratuitamente pelo seu senhor ou através de acordos – como, por exemplo, um trabalho pré-determinado por certo tempo. Qual era o padrão das alforrias nos estabelecimentos públicos? Os escravos pagavam sua liberdade ou a obtinham gratuitamente? Qual o perfil dos cativos públicos que obtinham a liberdade? Quais as possibilidades de alforria por conta de serem públicos? O patrimonialismo facilitava aos escravos públicos o acesso à liberdade? Nesse ponto, os cativos da Fazenda de Santa Cruz, por serem de usufruto do Imperador, desfrutaram das benesses dele? E os cativos da Fábrica de

²⁰ ENGEMANN, op. cit., pp. 84-85.

²¹ NETO, op. cit., pp. 133-134.

²² MOREIRA, op. cit., p. 109.

²³ ENGEMANN, op. cit., p. 82.

Ipanema, quais as suas condições para conseguir a alforria? Quais as ações emancipacionistas do Estado para com os escravos da nação? Qual o significado dessas ações para a escravidão em geral?

Nos casos estudados, constata-se uma preocupação com relação aos escravos públicos, aparentemente diferenciada dos escravos privados em relação à constituição de famílias, educação e profissionalização, saúde, gratificações, alforria e formação de pecúlio. Interessaria saber, ainda, em que medida havia uma política oficial de tratamento dos escravos públicos – caso houvesse essa consciência – bem como a presença de mecanismos de reivindicação diferenciados desses escravos, além do processo de abolição gradual e de incorporação do trabalho livre.

Tendo em vistas esses questionamentos, esse trabalho se estrutura em três partes. A primeira procura identificar os escravos da nação, a segunda, enfatiza a concepção do Estado frente aos escravos públicos e a terceira contempla as características e vivências dos escravos em estabelecimentos públicos.

A primeira parte se divide em três capítulos. O primeiro trata do confisco dos bens dos jesuítas e discorre sobre a principal visibilidade desses escravos públicos, ou seja, o domínio dos bens confiscados da Companhia de Jesus. O capítulo se centra na idéia de que os escravos públicos se tornaram uma categoria de maior relevância a partir do confisco, em função do valor econômico representado.

O segundo trata a obtenção dos escravos da nação através das compras posteriores, ou seja, a sua identificação enquanto patrimônio. Assim, procura observar a postura do Estado com relação a esse patrimônio: a compra, o aluguel e o empréstimo e a flexibilidade de tratamento. A hipótese deste capítulo é a formação de um mercado de escravos públicos, ou uma ramificação do mercado interno de escravos para atender às peculiaridades do Estado como senhor.

O terceiro capítulo, contribui com a identificação desses escravos e suas características. Assim, procura identificar sua distribuição entre as províncias e os estabelecimentos. Além disso, também identifica o perfil do escravo público levando em consideração as questões de gênero, de idade e de estado conjugal. Esses pontos são relacionados ao universo da escravidão privada e às condições econômicas, sociais e políticas do período.

Na segunda parte, têm-se o quarto capítulo que analisa o controle e a administração pública dos escravos da nação comparando com o universo privado. Procura destacar questões relacionadas ao tratamento da escravaria no ambiente público

relacionando com o privado, tais como, alimentação, vestuário, moradia, aquisição de bens e outros prêmios, família, saúde, controle e punições, religião e instrução. Uma das hipóteses desse capítulo é que os escravos da nação eram propriedades públicas em regime privado, devido ao controle reduzido e a dificuldade da administração pública.

O quinto capítulo apresenta a conexão e interdependência entre as repartições públicas com escravos, partindo da identificação da distribuição desses escravos nos estabelecimentos para o procedimento de transferências entre esses estabelecimentos. Neste sentido, aventa-se a hipótese que o vínculo existente entre os estabelecimentos é fruto de uma incipiente política de controle do patrimônio público. Assim, procura observar as diferenças e semelhanças quanto à preservação e à manutenção no cativeiro público.

Para encerrar a segunda parte, o sexto capítulo traz a visão oficial com relação aos escravos da nação e sua relação com as políticas públicas imperiais. O tratamento dado aos “escravos da nação” refletiu a postura estatal sobre a escravidão no Brasil. A utilização do escravo público, com a técnica e o padrão privado, pode ter significado a reiteração da condição patrimonialista do Estado Imperial. Entretanto, a dimensão do ser público garantia um diferencial na maneira de encarar a escravidão. É possível que o crescimento do Estado no Império tenha produzido uma burocracia nascente que, ainda que patrimonialista, estava dividida entre as benesses do poder público e o mínimo da legalidade exigida pela Coroa, ao mesmo tempo em que, as pressões internacionais e de segmentos sociais liberais e abolicionistas geravam leis mais favoráveis para os escravos públicos, ou, no mínimo, um tratamento menos patrimonialista e mais público para este escravo.

A terceira parte trata do estudo dos escravos da nação nos estabelecimentos públicos, observando os pontos em comum nestes estabelecimentos e traçando um perfil da escravidão pública a partir dessa delimitação. A Fábrica de Ipanema e a Fazenda de Santa Cruz foram selecionadas para essa análise e a historiografia da escravidão privada é a referência teórica para esta comparação. Os capítulos dessa parte estão divididos em eixos temáticos inseridos no debate historiográfico sobre a escravidão.

O sétimo capítulo analisa a profissionalização dos escravos e a remuneração pelo trabalho. Parte da idéia de que os escravos da nação tinham mais oportunidades que os escravos privados e experimentavam uma condição melhor de profissionalização e de remuneração. A organização burocrática e mais complexa das instituições públicas teria facilitado mais a profissionalização, pois estabelecia hierarquias e atos burocráticos que

distanciavam o senhor do escravo e a flexibilidade da relação a ponto de permitir mais autonomia ao escravo. Também a diversidade de estabelecimentos públicos imporia uma variedade maior de funções e a necessidade de adaptação da mão de obra escrava para parte destas funções. Paralelo a esta hipótese, nos estabelecimentos de natureza fabril, com um leque maior de funções técnicas, também ocorreria uma maior profissionalização. Esta maior complexidade da relação de trabalho se completaria com mais ocorrências de estímulo e remuneração aos escravos.

No oitavo capítulo, o eixo temático discutido é a resistência escrava. Pressupõe-se que os escravos da nação, apesar de sua condição pública, também usaram de resistências cotidianas, como os boicotes da produção, pequenos roubos, paralisações, violência contra feitores, etc, bem como fugas e formação de quilombos, para escaparem da escravidão. Isso existiria em função de padrões diferenciados de resistência em comparação com os escravos privados, em decorrência de que poderiam ter mais liberdade de organização e comunicação entre si, além de convivência menos vigiada com libertos e trabalhadores livres.

O nono capítulo, em sequência à hipótese anterior, preocupa-se com a ocorrência de alforrias entre escravos da nação, principalmente, em função do possível maior volume de pecúlios. A obtenção da alforria teria sido fruto da condição de um Estado em transição do patrimonial para o burocrático. Ao mesmo tempo em que a propriedade pública serviria a interesses privados, ela era reconhecidamente pública e sob o domínio de um proprietário pouco definido.

I – Identificação dos escravos da nação no contexto da escravidão no Brasil

1 – O Confisco dos Bens da Companhia de Jesus

Os escravos sob o domínio da Companhia de Jesus

A escravidão esteve presente no Brasil desde o período colonial até o final do Império. Mas, o que se pode identificar é que, ao longo desse período, não existiu um único sentido de escravidão, mas uma complexa forma de relações sociais de produção que, apesar de ter um eixo central característico, em sua rotação, temporal e espacial, emergiu com grande diversidade²⁴. A escravidão pública é vista aqui como uma das especificidades da escravidão brasileira. Para compreendê-la, é necessário buscar suas raízes, que foram a sustentação para seu crescimento e manutenção ao longo do tempo. Em busca dessas raízes, encontrou-se um importante acontecimento histórico: a expulsão no Brasil dos padres da Companhia de Jesus e o confisco de seus bens. Dentre estes bens um conjunto de escravos que passaram à condição de escravos da nação.

Há, ainda, a indicação da existência de escravos públicos anteriormente ao confisco dos bens dos jesuítas. Juvenal Greenhalgh indica que:

A primeira leva que aportou à Bahia, veio da Guiné; ainda no Governo de Tomé de Souza. Dêsses escravos nos dá notícia a carta do padre Nóbrega ao padre-mestre Simão Rodrigues: ‘Depois que vieram os escravos d’El Rei, da Guiné a esta terra, tomaram os padres fiado por dois anos três escravos, dando fiadores disso’. (...) Eram assim, do rei, êsses primeiros escravos aqui chegados, mas outros logo se seguiram, do Govêrno ou da nação²⁵.

Outros indícios podem ser observados, A. J. R. Russell-Wood relata que:

²⁴ A arrancada dos estudos de escravidão – seja os estudos demográficos ou os qualitativos - nas últimas décadas desencadeou a idéia da diversidade da sociedade escravista no Brasil, demonstrando as especificidades das localidades por questões econômicas e sociais. Assim, passou-se a observar os escravos de regiões que destinavam-se à grande lavoura, ao mercado interno, à pecuária, à indústria, às áreas urbanas, à mineração, os pertencentes às ordens religiosas, etc, e constatou-se especificidades com relação à sua caracterização.

²⁵ GREENHALGH, Juvenal. *O Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro na História*. Rio de Janeiro: A Noite, v.2, p. 170, 1951.

Em 1728, D. João V recebeu uma petição de André de Sousa, negro de Guiné, que reclamava ter sido escravo por 30 anos da Fazenda Real transportando por terra e por água a madeira necessária ao fabrico de cal. Velho e decrépito, André pedia ao rei para lhe conceder a alforria de forma gratuita em justa recompensa de uma vida inteira dedicada ao serviço real. Em vez de conceder logo o que se pedia, o rei ordenou que o governador enviasse um relatório. A investigação revelou que André era velho, que toda a história era inventada, e que não havia motivo para a graça régia²⁶.

Também, para o período anterior ao confisco, A. J. R. Russell-Wood narra um caso do escravo Bento de Araujo, que demonstra a existência de escravos públicos e a autorização do rei para sua alforria:

Nascido em Salvador, era escravo de Domingos Soares de Brito, cuja mulher, D. Francisca de Oliveira, tinha criado Bento. D. Francisca já tinha concedido cartas de alforria à mãe de Bento e ao irmão deste, e tinha a intenção de fazer o mesmo por Bento. Mas, para evitar que a mulher o fizesse, Soares de Brito vendeu Bento ao Dr. Bernardo de Sousa Estrella, desembargador da Relação da Baía e que também fora provedor-mor do Brasil. Esta venda tornou na verdade Bento num escravo da Coroa. Por 12 anos esteve no real serviço nos estaleiros da Ribeira das Naus de Salvador²⁷.

Estes registros dão conta da existência de escravos da nação antes do confisco, mas não há indicação de sua expressividade. Na análise de *Legislação sobre escravos africanos na América Portuguesa*, de Silvia Hunold Lara, não se encontrou referência para a sua existência antes do confisco. Considera-se a existência de escravos públicos para o período, no entanto, sua visibilidade ocorreu após a expulsão dos jesuítas, que possuíam um grande plantel em vários estabelecimentos por toda colônia.

A Companhia de Jesus tivera grande participação no período colonial brasileiro. Ao longo de sua presença nessas terras, desenvolveu suas atividades espirituais e também conseguiu conquistar um grande patrimônio, tanto por vias particulares, com as doações, esmolas e heranças, como por ajuda real, com os subsídios e as vantagens. Não só conquistou esse patrimônio, como também o administrou com muita habilidade, buscando a sua manutenção e ampliação de rendimentos²⁸. Essa administração foi

²⁶ RUSSELL-WOOD, A. J. R. Vassalo e Soberano: Apelos extrajudiciais de africanos e de indivíduos de origem africana na América Portuguesa. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura Portuguesa na Terra de Santa Cruz*. Lisboa: Editorial Estampa, p. 229, 1995.

²⁷ Ibid., pp. 225-226.

²⁸ Para o aprofundamento da compreensão sobre a manutenção dos bens pelos jesuítas, as motivações para a expulsão e do confisco dos bens da Companhia de Jesus, vide: ALDEN, Dauril. Aspectos Econômicos da Expulsão dos Jesuítas do Brasil: nota preliminar. In. KHEITH, Henry H. EDWARDS, S. F. *Conflito e Continuidade na Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970. SANTOS, Fabricio Lyrio. A expulsão dos jesuítas da Bahia: aspectos econômicos. *Revista Brasileira de*

marcada pela preocupação com a produção e o seu controle, através de variados fatores como a organização e os registros de contabilidade:

Os inacianos demonstraram em muitos momentos uma hábil administração dos negócios, controlando e gerenciando uma estrutura complexa e diversificada que incluía o cultivo de terras, os canaviais, o controle dos trabalhadores assalariados e da mão-de-obra escrava, a compra de materiais para equipar as propriedades e o escoamento da produção, dentre outras preocupações. Os bons resultados de algumas propriedades revelam que os religiosos souberam trabalhar e adaptar-se às estruturas coloniais, adequando os recursos naturais e a força de trabalho à produção. Observamos ainda que as administrações não podiam ser pautadas por normas fixas, pois as vicissitudes impeliavam o gestor a assumir riscos, a adaptar o sistema e a tomar decisões que não poderiam demorar demasiadamente, tarefas nem sempre fáceis de serem empreendidas no universo dos engenhos, onde muitos proprietários não mostraram competência administrativa para construir uma base econômica estável²⁹.

E foi, parcialmente, em função desse patrimônio que, durante a administração pombalina, ocorreu a expulsão dos jesuítas e as suas propriedades foram confiscadas. Assim, um dos interesses da Coroa era impedir o domínio e a atuação por parte da ordem religiosa, que obteve grande crescimento econômico e social. Não cabe aqui o aprofundamento no debate historiográfico das motivações que levaram ao fato - que foram, não só de cunho econômico, como também político, social e cultural - mas os resultados que este fato desencadeou com relação aos escravos que à Companhia pertenciam. Daí a indagação quanto ao reflexo da relação escravocrata típica jesuítica na relação pública que a sucede.

O problema da escravidão sob a tutela da Companhia de Jesus é demasiadamente complexo e algumas obras fornecem algumas respostas que aqui são necessárias, mas esta é uma abordagem que não se esgota aqui. Do vasto patrimônio dos jesuítas, destacam-se especialmente alguns dos estabelecimentos que nesta pesquisa são identificados como locais de trato dos escravos públicos: a Fazenda de Santa Cruz³⁰ e as Fazendas do Piauí³¹.

História. São Paulo, v. 28, n.º. 55, p. 171-195, 2008. ASSUNÇÃO, Paulo de. *Negócios Jesuíticos: O Cotidiano da Administração dos Bens Divinos*. São Paulo: Edusp (Editora da Universidade de São Paulo), 2009.

²⁹ ASSUNÇÃO, op. cit., pp. 435-436.

³⁰ Traça-se aqui um breve histórico da Fazenda Santa Cruz para melhor compreensão das discussões empreendidas. Solicitada como sesmaria, inicialmente, as terras desta Fazenda pertenceram a Cristóvão Monteiro e sua esposa, a Marquesa de Ferreira. Após a morte da Marquesa, em 1590, as terras foram divididas em partes iguais entregues uma a filha D. Catarina, como herdeira, e a outra à Companhia de Jesus, conforme vontade de Cristóvão Monteiro. Após dois dias, ocorreu a permuta entre D. Catarina e os

Ao tempo do confisco “os jesuítas eram indiscutivelmente a ordem religiosa mais rica do Brasil”. Além das várias fazendas por todo o território, exploravam atividades comerciais de especiarias amazônicas, moinhos de cana e recebiam doações da Coroa e de particulares³². É também conhecida a especial dedicação da ordem aos indígenas, seja para convertê-los ao cristianismo e protegê-los da escravidão pelos colonos, seja para verificar uma relação de trabalho colonial muito útil para o enriquecimento da Companhia. Por fim, é registro da época a querela entre as ordens católicas, especialmente a Companhia de Jesus, e o Estado quanto à cobrança de tributos sobre o seu patrimônio e as suas atividades. Destas referências é que despontam os adversários da Companhia na Colônia, assim como desnudam a confluência de interesses e a confusão entre a Igreja e o Estado. Mas estas questões centrais dos jesuítas atraem demasiadamente os estudos e ofuscam outras como a escravidão negra. Dauril Alden afirma que a Fazenda de Santa Cruz chegou a “tornar-se o domicílio de mais de mil pessoas, em sua maioria escravos negros” e que “dentre as instituições, a Companhia de Jesus era provavelmente a maior proprietária de escravos do Brasil; seguramente possuía o maior número de escravos existentes em uma só fazenda em toda a América colonial”³³.

Por mais que as fontes sejam dispersas, há algumas premissas, aliadas aos estudos citados, que nos permitem algumas repostas para uma tipicidade na escravatura

jesuítas, que a entregou outras terras. Iniciou-se, então, o período de posse da propriedade por parte da Companhia de Jesus, que se estendeu até 1759, quando da expulsão e o confisco de seus bens, quando a Fazenda passa às mãos da Coroa, tornando-se Fazenda Real. Com a vinda da Família Real, em 1808, essa se torna um local de veraneio e, posteriormente, com as mudanças políticas, passa-se a Fazenda Imperial. Ver: ENGEMANN, C. *Os Servos de Santo Inácio a Serviço do Imperador: Demografia e Relações Sociais entre a Escravaria da Real Fazenda de Santa Cruz, RJ (1790-1820)*. 2002. 149f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2002.

³¹ Quanto às fazendas do Piauí, parte delas passou a ser propriedade dos inacianos em 1711, até então pertenciam ao sertanista Domingos Mafrense, que este após sua morte as deu por doação. Os jesuítas ampliaram essas terras, que com o confisco passaram a pertencer à Coroa, eram as Fazendas do Real Fisco ou Fazendas do Fisco. Foram divididas em três, Canindé, Nazaré e Piauí, para cada uma inspeção ou departamento - nomenclatura que passaram a receber – havia como responsável um inspetor e um criador. “A inspeção de Nazaré situava-se ao longo do rio Parnaíba e era composta pelas fazendas Tranqueira de Baixo, Gameleira, Guaribas, Matos, Lagoa de São João, Olhos d’Água, Mocambo, Serrinha, Jenipapo, Algodões e Cataréns. A inspeção Canindé, localizada na região do rio Canindé, compreendia as fazendas Ilha, Pobre, Baixa dos Veados, Sítio, Tranqueira, Poções, Saco, Saquinho, Castelo, Buriti, Campo Largo e Campo Grande. A inspeção Piauí ficava à margem do rio Piauí e era constituída pelas fazendas Salinas, Brejinho, Grande, Boqueirão, Gameleira, Caché, Serra, Cachoeira, Espinhos, Julião”. Com as mudanças políticas tornaram-se Fazendas da Nação ou Fazendas Nacionais. Em 1844, a inspeção Canindé foi dada como presente de casamento por Dom Pedro II à princesa Januária Maria, que passou a ter o usufruto dessas terras. “À República coube administrar o que restara das propriedades: nove fazendas da inspeção de Canindé, seis da inspeção de Nazaré e uma da inspeção do Piauí”. Ver: LIMA, Solimar Oliveira. *Braço Forte. Trabalho escravo nas fazendas da nação no Piauí (1822-1871)*. Passo Fundo: UFP, p. 32, 2005.

³² ALDEN, op. cit., pp. 31-78.

³³ Ibid, p. 35 -36.

por jesuítas: primeiro que possuíam o propósito evangelizador e se legitimavam na defesa de valores cristãos de respeito humano. Porém, segundo, ainda que para promover sua campanha evangelizadora, eram colonizadores no seu sentido econômico e reproduziam, ainda que peculiarmente, as práticas de exploração da época e do local, como a escravidão. A obra de Serafim Leite é conhecida tanto por ser uma obra densa e rica sobre a Companhia, como por ser uma obra de sua defesa. Fundamentado em registros históricos, ele afirma que:

(...) é proverbial a benignidade, doçura e largueza, com que os Jesuítas tratavam geralmente os seus escravos. Não se esqueciam de que eram homens. Toleravam-lhes faltas e concediam-lhes regalias, que mais ninguém lhes dava. Não os tendo como meio ganancioso de enriquecimento individual, senão por necessidade de assegurar a vida dos Colégios e da catequese, sucedia às vezes que, com os gastos desses trabalhadores, era mais a perda que o proveito³⁴.

Porém é ingênuo acreditar que numa fazenda de mil escravos predomina a doçura e a regalia. Não se pode correr o risco de promover uma redenção da escravidão sob as mãos cristãs, nem se pode ignorar a tipicidade da escravidão jesuítica. Principalmente, no contexto colonial, no qual os próprios escravos podiam conhecer esta diferença e, aos demais colonos ela significava um incômodo. Citando textos da época, Serafim Leite afirma que:

É evidente que os escravos dos Padres se achavam, em relação aos outros, numa situação privilegiada. Os Superiores recomendavam constantemente que se tivesse com eles acurada assistência moral e religiosa, com vantagens até sob o aspecto material: ‘aos moços e escravos de casa ensine-se a doutrina todos os dias, e confessem-se ao menos pelo Natal e pela Páscoa, tanto os da roça como os de casa. Evite-se que estejam em mau estado e dêem escândalo aos de fora. E os que, neste ponto, forem incorrigíveis, não se tenham em casa’³⁵.

Segundo estes relatos e suas pesquisas, os escravos dos jesuítas ficavam, em determinadas situações, sob regime mais abrandado. Porém, os mesmos argumentos de ilegitimidade da escravidão – que não cabem ao caso aqui explorar – que moviam o combate à escravidão indígena não serviam ao escravo africano e não moveram as forças dos missionários. Aceitaram o regime, beneficiaram-se dele e não registraram importante descontentamento: “A questão da legalidade não chegou sequer a levantar-se

³⁴ LEITE, Serafim. S. J. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa/Rio de Janeiro: Portugal/Civilização Brasileira, 1938, TOMO II, p. 352.

³⁵ Ibid, p. 357.

para os escravos africanos. Sendo legal essa escravatura, a oposição dos Jesuítas equivaleria a uma revolta, e nunca os Jesuítas se colocariam contra as leis”³⁶. Por outro lado, não somente a relação dos jesuítas com os seus escravos, mas também a assistência religiosa conferida aos escravos em geral tiveram um papel importante no período colonial anterior à expulsão, útil ao sistema e, sobretudo, caracterizador da relação dos jesuítas com a escravidão negra.

(...) a assistência dos Padres aos negros tinha, sob o aspecto de pacificação, importância capital: tornava-se útil para os negros, porque os instruíam, ajudava e consolava; útil aos moradores, porque andando os negros tranqüilos, a vida do Brasil seguia em paz; útil para o Estado (ou como então se dizia, para a fazenda real), porque prosperava a agricultura e a indústria açucareira, criavam-se fontes de riqueza e, com elas, fontes de rendimentos públicos. Não menor era o aspecto moral. Tem a mesma Relação, que os escravos, em contacto com os Jesuítas, não fugiam para os mucambos, não furtavam, não se amancebavam, não se embriagavam, e diziam que, se procediam assim, é porque se confessavam com os Jesuítas³⁷.

Os inicianos sabiam que, além de tudo, a mão de obra era essencial para a obtenção dos lucros pretendidos. Por isso, eles tiveram preocupação em relação à administração da força cativa, esta adquirida gradualmente, graças às doações e às compras empreendidas pela Companhia. Assim, conseguiram formar um grande contingente de escravos, presentes em suas propriedades, tanto nos serviços ligados a todas as etapas de produção de açúcar, como nas atividades domésticas e de manutenção das propriedades. Visto serem essenciais para as atividades das propriedades inicianas, os jesuítas preocupavam-se com o trato da escravaria, do sustento à sua manutenção.

O tratamento que alguns padres dispensaram aos escravos sem dúvida não era comum na vida colonial. Nos registros de débito dos relatórios de prestação de contas várias vezes são feitas menções aos gastos com a alimentação ou o tratamento de doenças que se abatiam sobre a senzala. Dentre outros gastos destacava-se a grande quantidade de tecidos de algodão e outras variedades mais rústicas que eram compradas para a vestimenta dos negros. Nos livros de contas e nas cartas são várias as referências do envio e pagamento de verônicas que eram utilizadas como mimos para ‘contentar os escravos para os animar a mais puxarem pelo serviço que agora com os novos canaviais não falta’³⁸.

³⁶ LEITE, op. cit., p. 350

³⁷ Ibid, p. 358.

³⁸ ASSUNÇÃO, op. cit., p. 335.

Disciplinavam-nos segundo uma doutrina cristã, com a guarda dos dias santos e domingos e outras práticas religiosas. Apesar do peso da doutrina cristã, em algumas propriedades ocorreram descuidos de sacerdotes, com relação aos ritos espirituais, como o batismo, os casamentos e as missas, preocupados com a lucratividade. Isso foi apontado por Paulo de Assunção, através dos relatos dos jesuítas. O autor completou informando a condenação deste comportamento por parte das suas autoridades jesuítas superiores.

Porém, a doutrinação cristã era claramente imposta, sujeita a penalização diante da resistência dos escravos. O rigor jesuíta ficou demonstrado nas normas do jesuíta Pe. Jorge Benci, em fins do século XVII: “As normas propostas significam, antes de tudo, remédios para adequar o escravo à obediência e ao serviço do senhor: o pão para que não desfaleça; a punição para que não erre; o trabalho para que não se faça insolente”³⁹.

Essas penalidades ocorriam em função de atitudes como fugas e rebeldias, presentes também no cotidiano da escravaria da Companhia. Percebe-se que a atitude dos jesuítas era menos agressiva se comparado ao modelo padrão da escravidão, mas não excluía o emprego da violência que garantisse eficientemente a manutenção do trabalho forçado, porque, de outro lado, os jesuítas estavam principalmente preocupados com o resultado financeiro. Pode-se dizer que procuravam equilibrar, ainda que seja contraditório, o trabalho forçado mediante violência com uma “humanização possível”.

Os problemas de brigas entre escravos constavam nos registros da época com frequência. A violência na senzala, altamente indesejável, fazia que penas mais duras contra os delituosos fossem adotadas pelos religiosos pouco afeitos ao comportamento dos trópicos. Entretanto, a produção era o foco de interesse comum que poderia relevar os pequenos delitos em favor da garantia da mão-de-obra para o engenho. Tal fato leva a questionar a eloquência com que Serafim Leite defendia as propriedades, ao afirmar que ‘as Fazendas dos Jesuítas eram o paraíso dos escravos’⁴⁰.

A identificação do tratamento diferenciado e menos traumático dada aos escravos, destacada por Paulo de Assunção, ainda que se entenda que não redime a escravidão e muito menos o modo de escravizar dos jesuítas, pode ser vista como uma contribuição positiva no sentido de oposição – ainda que involuntária – ao sistema escravocrata. Involuntária, porque não era este o propósito dos religiosos, mas real,

³⁹ VAINFAS, Ronaldo. *Ideologia & Escravidão – os letrados e a sociedade escravista no Brasil Colonial*. Petrópolis: Vozes, p. 130, 1986.

⁴⁰ ASSUNÇÃO, op. cit., p. 329.

porque expunha as contradições entre os princípios cristãos e a exploração da escravidão por quem tinha a incumbência formal de defender estes princípios. E isto foi, em parte, motivo da resistência local à Companhia, porque era inevitável a comparação feita pelos escravos ou por seus senhores. As diferenças de tratamento identificadas por Serafim Leite, como a constituição de patrimônio pelos escravos, ainda que não sejam uma novidade dos jesuítas, o pareciam ser quanto à escala, e não pode ser ignorada: “Um dos modos práticos de elevarem os escravos, foi reconhecer nêles personalidade jurídica e capacidade para possuírem bens. Davam-lhes prêmios, a eles e aos filhos; e, aos que se portavam com maior fidelidade, consentiam que criassem 10 cabeças de gado nas suas fazendas”⁴¹.

Os jesuítas possuíam patrimônio e influência na Colônia, especialmente no que tange à escravidão negra, contribuía para um abrandamento da relação de escravidão, mas também se beneficiavam dela. Por outro lado, neste período em que estiveram nesta condição entraram em conflito com interesses coloniais dos colonos e do Estado. Mas até que ponto esta configuração interfere na identificação do escravo da nação? Os estudos adiante recaem sobre uma relação de escravidão sobre o conjunto de escravos predominantemente pertencentes à Companhia de Jesus, também os estabelecimentos da Companhia foram transferidos para o poder público onde se continuou este trabalho escravo. Pode-se prever que as práticas e o cotidiano tendem a se preservar, ainda que parcialmente sob os novos senhores, e foi neste sentido que os estudos específicos destes estabelecimentos apontaram. Ainda que isto seja apenas uma expectativa, há outros elementos que contribuem como uma determinada carga de interesse público presente na atividade jesuítica, como apontado pela sua necessidade de pacificação social. Na historiografia Carlos Engemann, como se verá adiante, identificou que a administração da Fazenda de Santa Cruz pela Coroa, sob controle de um administrador, optou pela continuidade do modelo de administração jesuítica.

Os escravos dos jesuítas sob o domínio público

Em alvará de 03 de setembro de 1759, o Rei D. José I de Portugal determinou a expulsão dos jesuítas de todos os domínios portugueses, confiscando seus bens e os incorporando ao erário real. Após o confisco a Coroa nomeou administradores para

⁴¹ LEITE, op. cit., p. 359.

continuarem as atividades produtivas e iniciou-se o inventário das propriedades. Entre os bens estavam as igrejas, os colégios, os dízimos, os ornamentos, as fazendas, os sítios e as casas de aluguel e tudo que nesses se encontravam.

O processo de seqüestro de bens e expulsão dos inacianos, a partir de agosto de 1759, confirmava o descompasso entre os interesses do Estado e os dos religiosos, que nos últimos anos assumira contornos mais evidentes. O confisco geral – de todos os bens móveis e de raiz, rendas ordinárias, pensões e qualquer outra atividade dos religiosos em toda a extensão das terras coloniais, com o respectivo inventário e registro de rendimentos anuais – permitiu á Coroa avaliar o montante dos bens temporais e dos negócios jesuíticos que justificavam a própria expulsão⁴².

O confisco dos bens dos jesuítas ampliou efetivamente o patrimônio da Coroa, uma vez que o conjunto dos bens da Ordem se estendia por todo o Brasil, com imóveis, escravos e outros de valor, equivalente a grandes propriedades privadas em geral. Para além das razões do confisco, a expectativa imediata da Coroa em relação a este patrimônio era a sua venda,⁴³ ainda que posteriormente isso não tivesse sido possível.

Em artigo que analisa a estrutura fundiária no Paraná, Horacio Gutiérrez deparou-se com uma propriedade que fugia dos padrões, principalmente pela extensão. É interessante notar que: “Trata-se de uma antiga fazenda jesuíta, expropriada no século XVIII e vendida pela Real Fazenda por volta de 1810 a um imigrante inglês que com grandes capitais se instalou na vila e adquiriu, além de terras, escravos”⁴⁴.

O que se pode cogitar, frente à postura de venda dos bens confiscados por parte do Estado, é que este não tinha uma perspectiva de se tornar um produtor e proprietário. No entanto, acabou assumindo este papel, já que nem todos os bens foram vendidos. Todavia, provavelmente essa orientação de venda tenha atrapalhado qualquer perspectiva de uma administração ordenada e uniforme desses bens. Em relação aos bens confiscados que foram mantidos pela Coroa, restou o desafio de administrá-los de maneira dispersa, com administradores de relativa autonomia entre os estabelecimentos mantidos.

⁴² ASSUNÇÃO, op. cit., p. 349.

⁴³ A Carta Régia de 4 de março de 1773 ordenava a avaliação das fazendas, engenhos, herdades e mais terras que foram confiscados e eram existentes no território da Capitania do Rio de Janeiro (www.iuslusitaniae.fsch.unl.pt).

⁴⁴ GUTIÉRREZ, Horacio. A Estrutura Fundiária no Paraná antes da Imigração. *Estudos de História*, Franca, UNESP, v. 8, n. 2, p. 219, 2001.

Com o confisco, a Coroa passa a ser proprietária dos respectivos escravos, os quais, durante o Brasil Colonial, eram denominados “escravos do Real Fisco” ou “escravos do Fisco” e, depois, com o Império, passaram a ser chamados “escravos nacionais” ou “escravos da Nação”. Não há evidência de que a Coroa possuía algum número consistente de escravos antes do confisco, portanto estes escravos dos jesuítas conferem de forma real à Coroa este novo papel de senhor da escravatura. Na administração dos escravos, parte foi mantida e outra parte vendida.

Não é possível, por conta da documentação dispersa, identificar o número exato de escravos que passaram a ser propriedade da Coroa com o confisco dos bens dos jesuítas. No entanto, a Tabela 1, apesar de incompleta, permite visualizar a quantidade de escravos por colégio dos jesuítas para o período anterior ao confisco. Destaca-se o Colégio do Rio de Janeiro com o maior número de escravos, seguido do Colégio da Bahia⁴⁵.

Tabela 1 – Distribuição dos escravos segundo estabelecimentos jesuíticos, 1701

Estabelecimentos	Número de escravos	%
Colégio da Bahia	738	33,0
Colégio do Rio de Janeiro	950	42,4
Colégio de Olinda	200	8,9
Colégio do Recife	70	3,1
Colégio do Espírito Santo	200	8,9
Colégio de Santos	10	0,4
Colégio de São Paulo	50	2,2
Seminário de Belém (Pará)	20	0,9
Total	2.238	100,0

Fonte: COUTO, Jorge. A venda dos escravos do Colégio dos Jesuítas do Recife (1760-1770) SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Brasil Colonização e Escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, p. 196, 2000.

Obs.: Estes números são baseados em um relatório enviado a Roma, em 18 de agosto de 1701, pelo provincial padre Francisco de Matos. Todavia, o autor expressa que são incompletos, pois não incluem os números dos estabelecimentos de Ilhéus, Maranhão, Paraíba e Porto Seguro.

A Tabela 2, com base em dados referentes aos anos mais próximos do confisco, identifica a distribuição dos escravos dos jesuítas para algumas localidades. Esta tabela

⁴⁵ Sobre o confisco dos bens dos jesuítas no Rio de Janeiro ver: AMANTINO, Márcia. A expulsão dos jesuítas da Capitania do Rio de Janeiro e o confisco de seus bens. *RIHGB*, Rio de Janeiro, a. 170 (443): 169-191, abril/jun. 2009.

permite observar que houve um crescimento da mão-de-obra para todas as localidades apresentadas. Comparando os númeos de 1738 e 1757, destacou-se o Espírito Santo como local com crescimento mais acentuado e São Paulo com o crescimento menos acentuado. Como em 1701, nos anos posteriores, conforme a Tabela 2, Rio de Janeiro e Bahia ainda se destacavam com o maior número de escravos.

Tabela 2 – Distribuição dos escravos nas propriedades jesuíticas, 1738 a 1757

Regiões	1738	1743	1757
São Paulo	370	264	406
Espírito Santo	583	633	826
Pernambuco	455	192	523
Bahia	1466	1437	1527
Rio de Janeiro	2586	2337	2651

Fonte: Baseado na seguinte pesquisa - GAMA, José M. *O Patrimônio da Companhia de Jesus da Capitania de São Paulo: Da Formação ao Confisco, 1750-1775*. 1979. Tese (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1979.

Obs.: Todavia, o autor expressa que são incompletos, pois não incluem os números de outras localidades.

Com relação às fazendas e aos engenhos dos jesuítas na Capitania do Rio de Janeiro, apenas a Fazenda de Santa Cruz ficou como patrimônio público, as restantes foram avaliadas e arrematadas, juntamente com os seus escravos, por particulares⁴⁶. O total de escravos da capitania era 2395 na época do inventário, sendo 1237 da Fazenda de Santa Cruz e os 1159 escravos restantes se distribuíam da seguinte forma: 330 no Engenho de São Cristóvão, 281 no Engenho Novo, 217 na Fazenda Macaé, 330 na Fazenda Campos Novos⁴⁷. Também para o Colégio dos Jesuítas do Recife se constata a arrematação dos seus cativos, primeiramente entre os anos de 1760 e 1764 e, posteriormente, em 1770⁴⁸.

⁴⁶ Para detalhes sobre o problema de venda da Fazenda de Santa Cruz ver: VIANNA, Sônia Bayão Rodrigues. A Fazenda de Santa Cruz e a Crise do Sistema Colonial (1790-1815). *Revista de História*. São Paulo, vol. XLIX, nº. 99, p. 84-90, 1974.

⁴⁷ AMANTINO, Márcia. Relações sociais entre negros e índios nas fazendas inacianas – Rio de Janeiro, século XVIII. *Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão*. ANPUH/SP-USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008, p. 5 (<http://www.ifch.unicamp.br/ihb/marciaamantino.pdf> - acesso em abril de 2010).

⁴⁸ COUTO, Jorge. A venda dos escravos do Colégio dos Jesuítas do Recife (1760-1770). SILVA, Maria Beatriz Nizza (org.). *Brasil: colonização e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, p. 205, 2000.

O processo de venda dos bens dos jesuítas bem como o método de escrituração adotado pelos funcionários da Coroa não permitem determinar com rigor o número de escravos que o Colégio do Recife possuía à data do seu encerramento. Uma parte dos cativos foi vendida isoladamente, mas a parcela mais significativa foi alienada conjuntamente com as propriedades em que trabalhava: Engenho da Luz, Fazenda da Barreta e fazendas de gado do rio São Francisco. No primeiro e terceiro destes casos os registros das transações apenas mencionam ‘com toda a sua escravatura’, não especificando, por conseguinte, a quantidade de escravos que labutava nessas unidades. Apenas no caso da Fazenda da Barreta, o lançamento refere explicitamente os escravos (61) que foram vendidos conjuntamente com essa propriedade e o seu valor incluído no respectivo preço de venda⁴⁹.

Fabício Lyrio dos Santos, ao abordar a expulsão dos jesuítas da Bahia, aponta a venda de suas principais propriedades e revela que não havia interesse por parte da Coroa em manter a posse dos bens, vendendo-os imediatamente e aceitando até mesmo pagamentos por longos anos, para “cobrir gastos adicionais com as diligências de percorrer o interior da capitania, tanto para conduzir os padres que estavam dispersos pelas propriedades da ordem, quanto para inventariar e sequestrar seus bens e rendimentos”.

O chanceler Thomás Barreto, continuando seu raciocínio relativo aos escravos dos engenhos e fazendas, recomendou à Coroa que vendesse logo, em separado, os escravos, as terras e os engenhos, de modo a conseguir comprador, pois de outro modo não haveria quem pudesse pagar por eles, e observou que manter apenas os engenhos, sem os escravos, acarretaria prejuízo para a Real Fazenda⁵⁰.

A venda de bens era justificada pelas despesas que acarretaram o processo de expulsão e confisco dos bens da Companhia de Jesus, mas, como essa venda não ocorreu completamente, isso gerou uma orientação fragmentada para com a administração dos bens adquiridos, que dependiam da mão de obra escrava. A administração dos bens confiscados pela Coroa, em geral, foi conduzida inicialmente com descaso, como apontam os estudos de propriedades diversas. A afirmação de Carlos Engemann e de outros resume bem esta situação:

Com a expulsão dos jesuítas, suas fazendas passaram às mãos de administradores, senhores locais ou funcionários designados como gestores do patrimônio, até que a maior parte delas fosse leiloadas,

⁴⁹ COUTO, op. cit., p. 199.

⁵⁰ SANTOS, op. cit., p. 187-188.

inteiras ou em partes. Neste interregno, a política de gestão dos padres parece ter sido substituída por outra muito mais laxa e de pouco interesse no destino das propriedades, alterando completamente o estado dos recursos ambientais e humanos nelas abrigados. Já em 1773, o rei de Portugal chamava a atenção para este fato em carta endereçada ao Marquês do Lavradio, no qual afirmava que os bens dos jesuítas ‘se vão deteriorando cada dia mais pela negligência dos administradores e cobiça dos rendeiros’ (Arquivo do Museu da Fazenda, 1773)⁵¹.

O confisco do patrimônio dos jesuítas não significa apenas a origem principal dos escravos da nação⁵², mas – especialmente segundo o trecho que se segue de ofício relativo à Fazenda de Santa Cruz, produzido pelo administrador público que sucedeu aos jesuítas – também uma orientação importante no relacionamento entre senhor e escravos, que perdura com a posse pública destes, possivelmente porque o padrão de relações ao tempo dos jesuítas não tenha se rompido, seja por resistência dos sujeitos ali envolvidos, seja por incapacidade do Estado em impor um padrão que fosse mais caracterizado como público ou mesmo mais aproximado da escravatura privada. O documento indica as circunstâncias deixadas pelos jesuítas, bem como os seus propósitos e como produziram a relação escravocrata:

(...) com os escravos que aqui tinham, regulados de baixo de huã doutrina sólida, e amavel obediencia, na série de longos annos fizessem este quadro famoso, em que, apesar de alguns desmanchos lastimosos, vemos resplandecerem, debuxadas lindamente as regras, e Ley Idraulicas, por um modo na realidade maravilhosa, muito digno de imitação, e da nossa memória⁵³.

Em parte, isto refletiu sob o domínio público. Não pela adoção de uma doutrina religiosa que buscava a legitimação da relação escravocrata, mas pela continuidade do relativo consenso forjado sob esta doutrina. Como ainda apresenta o administrador Manoel Martins de Couto Reys, em novembro de 1804, na continuidade do documento acima:

Esta he a economia geral de hum tempo imemorial, e quem a duvida, e discorre ao contrario, mostra bem ser estrangeiro na materia e que

⁵¹ ENGEMANN, Carlos. RODRIGUES, Cláudia. AMANTINO, Márica. Os jesuítas e a Ilustração na administração de Manuel Martins do Couto Reis da Real Fazenda de Santa Cruz (Rio de Janeiro, 1793-1804). *História Unisinos*, vol. 13, nº. 3, pp. 241-252, setembro/dezembro de 2009, p. 243.

⁵² Em números apontados adiante, somente os escravos da Fazenda Santa Cruz e das Fazendas do Piauí correspondiam aproximadamente a 80% dos escravos públicos. Isso tanto no fim da colônia quanto durante o Império.

⁵³ Arquivo Nacional, Fundo Diversas Caixas, SDH-SDE-002, Fazenda Santa Cruz, cax. 507, pac. 2.

desconhece totalmente a pratica dos jesuitas nesta parte, não obstante os fracos argumentos, que podem inventar alguns genios inovadores, e contrarios a este pençamento, para provarem, que, aquelles Padres, tinham empregado nestes serviços huã porção menor do que a actual; e que com tudo as cousas estavam em hum perfeito arrançamento. A isto se responde, que os Jesuitas conservarão as cousas aperfeiçoadas, levando-as de hu principio fraco, à hum augmento brilhante, pela carreira a longa de muitos annos sucessivos, sem interrupção de sistema na sua economia experimental; singularmente adaptada, e seguida longe dar rainas, que a dioturnidade maximas erradas, incompetentes e destructivas, fizerão renascer. E mais, que os mesmo Padres, tinham a grande habilidade de congregar, para estes serviços, muitos Indios seos administrados, que tanto o ajudavão⁵⁴.

No caso da Fazenda de Santa Cruz, que se tratava de um dos mais importantes bens confiscados, o administrador público manifesta explicitamente a empolgação com a administração jesuítica e a predisposição em dar continuidade ao modelo; em artigo, Carlos Engemann, Cláudia Rodrigues e Márcia Amantino analisaram esse administrador no comando na fazenda⁵⁵. Mas essa continuidade se deveu também à inexistência de políticas públicas com relação aos escravos da nação. O Estado se tornou proprietário deles, mas não sabia de fato como exercer essa nova função administrativa, acabando por recorrer ao que já estava imposto pelos padres inacianos. Carlos Engemann indica esse impacto:

Quando a administração real assumiu a Fazenda, um de seus maiores desafios certamente foi manter sob o controle social uma escravaria tão numerosa. Para tanto, o modelo jesuítico de trato pareceu o melhor a ser adotado. De fato, não havia muito que pensar, e sim, uma multidão socialmente habituada a um conjunto de práticas que constituíam uma dominação aceitável⁵⁶.

A atitude do Estado para com sua nova situação de proprietário de escravos não era uma situação usual a qual estava preparado para assumir. A manutenção do perfil jesuítico de administração, de certa forma, demonstrou-se confortável e representou a dificuldade de se posicionar enquanto proprietário público, visto que o conflito entre o privado e o público aparecia na atmosfera da época. No entanto, esse comando, enquanto continuidade dos moldes jesuíticos, não se iniciou logo do confisco. Inicialmente, mostrou-se esse caráter perdido e uma administração caótica frente à situação.

⁵⁴ Arquivo Nacional, Fundo Diversas Caixas, SDH-SDE-002, Fazenda Santa Cruz, cax. 507, pac. 2.

⁵⁵ ENGEMANN. RODRIGUES. AMANTINO, op. cit., pp. 241-252.

⁵⁶ ENGEMANN, op. cit., p. 132.

Com o advento da administração real, o descontrole e o desmando parecem ter grassado nos campos da fazenda. Descontrole este, que pode ter gerado uma paulatina autonomia para a vida escrava, não obstante os deslocamentos que retiraram uma parte da mão-de-obra da fazenda. Algum tempo depois, chegou à fazenda o Coronel Manuel Martins do Couto Reys, um administrador que apostou na viabilidade do modelo jesuíta de administração⁵⁷.

Dessa forma, a Fazenda de Santa Cruz tornou-se um lugar diferenciado, onde os escravos se viam com certas regalias, o que não implicava em absoluta harmonia, apenas num modelo diferenciado por relativas composições, especialmente na formação da família escrava.

Mas o reflexo deste exemplo na configuração da concepção do Estado frente aos escravos públicos é de mais flexibilidade na subjugação e mais benefícios aos cativos, ainda que não implique em qualquer direito reconhecido. A análise sobre a administração pública da fazenda coincide com os estudos sobre a administração dos bens pelos próprios jesuítas, conforme apontado acima.

A política senhorial dos jesuítas era basicamente uma negociação, aos cativos era facultada a posse de um lote de terra e de cabeças de gado, porém lhes era exigida a disciplina e a moral que ordenavam a vida e que induzia a formação do pequeno império de Santa Cruz. A administração estatal não diferiu muito nesse sentido específico, ao contrário, se proclamava sua herdeira direta⁵⁸.

No caso das Fazendas da Nação do Piauí, também oriundas dos jesuítas, constata-se diferenças na transferência dos escravos ao poder público. Também a experiência da Companhia serviu à administração pública, mas aqui se revela o que realmente contou para o modelo de administração pública destes bens, especialmente dos escravos: a distância da Corte e maior descentralização da administração.

O poder central teve, na verdade, participação ínfima na administração direta das fazendas. Além da ingerência sobre nomeações, pouco regulamentada sobre o cotidiano. (...) Contudo, a corte soube, e muito bem, regulamentar as atividades econômicas lucrativas e extrair as principais riquezas das fazendas: gado e trabalhadores escravizados⁵⁹.

⁵⁷ ENGEMANN, op. cit., p. 132.

⁵⁸ Ibid, p. 133.

⁵⁹ LIMA, op. cit., p. 143.

De acordo com Solimar Oliveira Lima, a administração dos escravos sob o comando jesuítico também foi baseada em medidas de estímulo e de manutenção das famílias e de parceria de trabalho, com a prática de escravos recebendo uma parte da produção de gado – a ‘quarta’, conforme era empregada pelos jesuítas. Mas, segundo o autor, isso não significou exatamente um modelo menos brando de exploração, apenas um modelo diferenciado, que tinha por princípio a melhor exploração em termos de resultados econômicos. Porém, se o autor reconhece em seus estudos a influência dos jesuítas na gestão pública, ainda que por pragmatismo econômico, não é possível ignorar e dissociar esta influência do contexto geral de relacionamento escravocrata típico da Companhia, conforme apontado acima, que se caracteriza por um abrandamento, ainda que contraditório, e especialmente contrário às práticas tradicionais. Enfim, não se nega o propósito de exploração, mas, por contradições dos religiosos ou por incompetência, a conveniência ou o descaso do poder público; esta exploração não ocorria como na escravidão em geral.

Também no Piauí houve um período inicial conturbado de gestão pública, porém este período foi significativamente longo, a princípio explicado pela instabilidade política da capitania naquele momento. Segundo Solimar Oliveira Lima, as Fazendas da Nação no Piauí passavam:

(...) por uma instabilidade política administrativa na capitania, resultou em uma frouxa relação de controle sobre as propriedades. Somente em 1775 foram tomadas as primeiras medidas governamentais visando à reestruturação das fazendas. Durante cerca de 15 anos, os trabalhadores escravizados foram senhores de suas vidas. A relativa liberdade e a segurança na vida conjugal, experimentadas já ao longo dos anos sob a tutela religiosa, provocaram uma revolução no padrão familiar nos anos que separam 1739 e 1782⁶⁰.

Mas, ao contrário da Fazenda de Santa Cruz, após esse período conturbado, segundo o autor, a postura não foi de manutenção dos moldes dos inicianos, mas tanto no período do Real Fisco, quanto no Império, de uma administração voltada à produção, marcada pela exploração de sua força de trabalho. Dessa forma, não só a falta de uma política pública pode ter interferido no controle do escravo da nação após o confisco sob orientações jesuíticas, mas também as condições econômicas que exigiram

⁶⁰ LIMA, op. cit., p. 41.

posicionamentos e tratamentos diferenciados por parte dos administradores desse bem público. Como se pode observar nas Fazendas da Nação do Piauí:

Os trabalhadores iniciaram, portanto, na gestão do Fisco, a vivência de maior intensificação da exploração de sua força de trabalho e de desagregação de um modo de vida que lhes proporcionava uma relativa tranquilidade em face da instituição servil sob o domínio jesuítico. (...) O surgimento da nação trouxe pouco alento para aquela gente que vivia distante do centro de decisões de um Brasil esperançoso por mudanças. O Império manteve inalterada a estrutura administrativa iniciada com o Real Fisco, acentuando-se, contudo, o processo de diversificação do uso de mão-de-obra e as exigências de aumento de produção, que se voltou, de forma dominante, para o mercado⁶¹.

Apesar do destino comum dos escravos da nação, ou seja, o confisco dos bens dos jesuítas, isso não representou na adoção de um modelo administrativo, já que, como colocado, houve diferenças nos caminhos percorridos entre a Fazenda de Santa Cruz e as Fazendas da Nação do Piauí. No entanto, isto não quer dizer que não representassem uma categoria própria, mas, que os escravos da nação, mesmo com as diferenciações dos diversos estabelecimentos onde se encontravam, apresentavam características comuns, que os faziam parte integrante de um grupo, tais como o uso patrimonialista, a mobilidade espacial, a natureza do domínio e a propriedade pública, entre outras. O que essa diferenciação pode indicar é uma política pública fragmentada para com os escravos da nação, o que também os caracterizam.

Essa política pública com relação aos escravos também se encontra na manutenção dessa mão de obra pública. Ou seja, as dificuldades de gestão de um tipo de propriedade diferenciada como a propriedade pública de escravos, que a princípio se mostrou difícil pela novidade que a caracterizava, depois se revelou como uma dificuldade constante, que não pode mais então ser assim explicada. Posteriormente foram feitas aquisições de novos escravos. Esta é a abordagem adiante, assim como o domínio público se caracterizou a partir de então, e como continuou a refletir o modelo inaciano.

⁶¹ LIMA, op. cit., p. 45.

2 – Mercado de escravos do poder público

Aquisição de escravos pelo Estado

Com o confisco dos bens dos jesuítas, pode-se dizer que o Estado escravocrata tornou-se senhor. Essa condição de senhor acabou por gerar necessidades de como administrá-los e por definir uma política para com eles. Em alguns momentos essa política se materializou na aquisição de mais mão de obra cativa. Assim, o Estado se tornou também um comprador de escravos, como será demonstrado em registros adiante. Porém, é preciso apurar se ocorreu uma política de aquisição, com algum sentido e orientação, ou se ocorreram compras aleatórias motivadas pela demanda e sem planejamento.

Há decisões governamentais das repartições públicas que possibilitam a identificação desse Estado comprador e há também manuscritos dos estabelecimentos nacionais com escravaria neste sentido, com destaque para a Fábrica de Ferro de Ipanema⁶² e para a Fazenda de Santa Cruz, como se verificará adiante. A Tabela 3 aponta, com base em relatório de despesas da Fazenda de Santa Cruz, localizada no Rio de Janeiro, para o período de 1783 a 1789, a compra de escravos e o peso percentual destas compras no conjunto das despesas. A análise da tabela revela que 15% das despesas totais do período de 1783 a 1789 na Fazenda de Santa Cruz foram destinados à compra de escravos. Do total de compras de escravos para o período indicado na Fazenda de Santa Cruz, destacou-se o ano de 1786 como o ano com o maior número de compras, em torno de 46% da despesa total da fazenda. Não é possível saber ao certo o motivo para essa concentração; uma hipótese seria a autorização de algum trabalho extraordinário na fazenda, o qual se necessitava da disponibilidade de ampliação da mão de obra. Mas é interessante notar a relativa constância nas aquisições.

⁶² A Fábrica de Ferro São João de Ipanema, em Sorocaba (SP), resultou-se de experiências de fabricação de ferro no morro de Araçoiaba, por volta do século XVI, com Afonso Sardinha. Posteriormente, a propriedade foi transferida e continuou a produção, mesmo que reduzida. Em 1765, Morgado de Mateus, governador da capitania de São Paulo enviou a primeira amostra de ferro forjado, originando assim a fábrica. No entanto, sua fundação se deu em 1811, sob uma sociedade de ações, parte de particulares e outra parte da Coroa. Logo, após a ineficiência do sistema de sociedade mista, a Coroa comprou a outra parte, tornando-se sua proprietária total. Para mais detalhes, ver: NETO, M. D.. *Escravidão e Indústria: um estudo sobre a Fábrica de Ferro São João de Ipanema – Sorocaba (SP) – 1765-1895*. 2006. 194f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Instituto de Economia, UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas). Campinas, 15/12/2006. FLORENCE, Afonso Bandeira. Resistência Escrava em São Paulo: A luta dos escravos da fábrica de ferro São João de Ipanema, 1828-1842. *Afro-Ásia*, 18, pp. 16-17, 1996.

Tabela 3 – Despesas da Fazenda de Santa Cruz, 1783 a 1789

	Compras de escravos	%	Vestuário dos Escravos	%	Outras despesas	%	Total das despesas	%
1783- 1785	467\$120	7,0	1.057\$106	15,9	5.130\$176	77,1	6.654\$402	100
Mai-dez 1785	-	-	-	-	1.128\$807	100	1.128\$807	100
1786	3.614\$400	46,7	393\$550	5,1	3.724\$072	48,2	7.732\$022	100
1787	256\$000	5,0	521\$096	10,2	4.336\$054	84,8	5.113\$150	100
1788	371\$200	6,6	218\$235	3,9	5.029\$711	89,5	5.619\$146	100
1789	-	-	648\$520	15,7	3.465\$359	84,3	4.113\$879	100
Total	4.708\$720	15,5	2.838\$507	9,3	22.814\$179	75,2	30.361\$406	100

Fonte: Diversas Caixas SDH-SDE 002- Fazenda de Santa Cruz, caixa 507, doc. 4, pac. 4 – Arquivo Nacional.

Obs.: Em outras despesas incluem-se ferramentas, compras de gado cavalar, compras de gado vacum, despesas diárias, despesas extraordinárias, conduções, despesas com a demarcação da Fazenda e despesas com o Corte do Gado.

Para um período posterior encontrou-se, também, a recorrência de compras. Em 1794, o administrador da fazenda, expressa que: “há hum grande numero de nascionaes de Guiné, (...) forão comprados com dinheiros desta mesma Fazenda, a ella devem pertencer”⁶³. Também, em documento registrando o balanço da receita e da despesa da Fazenda de Santa Cruz de 1817, consta a compra de 140 escravos na faixa etária de 16 a 20 anos de idade com o mesmo número de homens e mulheres⁶⁴.

No caso da Fábrica de Ipanema, encontrou-se, em março de 1811, referência à necessidade de compra de escravos: “Na Sessão de 30 assentárão, que se devião comprar Escravos novos, e pedir aos Juizes de Orfão moços pobres; o que não teve effeito, talvez porque estes indolentes Juizes só cuidão em avolumar inventários sem ter o mais pequeno cuidado dos Orfãos”⁶⁵. E tal compra parece ter sido colocada em prática, pois nas despesas de 1811 consta a importância de 80 escravos, no valor de

⁶³ Arquivo Nacional, Casa Imperial, Fazenda de Santa Cruz, cx. 507, pac. 6, doc. 2, p. 72, agosto de 1793.

⁶⁴ Arquivo Nacional, Fundo Casa Real e Mordomia-mor-SDE-027 – cax. 2, pac. 2, doc. 42.

⁶⁵ MORAES, Frederico Augusto Pereira de. VERGUEIRO, Nicolau Pereira de Campos. *Subsídios para a história do Ypanema*. Lisboa: Imprensa Nacional, p. 27, 1858.

8.718\$400⁶⁶. Também em balanço geral da Fábrica de Pólvora de 1824, encontrou-se a despesa paga a Miguel Ferreira Gomes e a Joaquim Ferreira dos Santos por compra de 24 escravos novos para a fábrica⁶⁷.

Também para o Arsenal da Marinha verificou-se, pela Coleção de Leis do Império, que este recorreu à compra de escravos para o melhor funcionamento de suas atividades. Na Decisão de 1824, a Marinha manda comprar escravos para o serviço dos navios de guerra.

Constando a S. M. o Imperador, que os navios de guerra surtos neste porto se acham, pela maior parte, faltas dos Marinheiros e Grumetes, que segundo as suas lotações lhes competem, e não havendo outro algum meio de evitar com a conveniente brevidade tão prejudicial falta que o de lançar mão de escravos, que tendo adquirido no exercício marítimo a necessária aptidão para servirem como Grumetes a bordo dos ditos navios, possam ser assim empregados comprando-os o Estado aos seus respectivos senhores por aquelle preço, em que justamente foram avaliados: Manda o mesmo A. S., pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha, que o Intendente da Marinha passe a fixar editaes, convidando a todas as pessoas que tiverem semelhantes escravos, ou ainda alguns outros que por sua disposição physica se achem nas circumstancias de applicar-se á vida do mar, a apresental-os, quanto antes na sua Repartição, afim de que, sendo examinados, e convido a sua aquisição se effetue a referida compra⁶⁸.

Verificou-se a demanda recorrente de escravos por parte dos administradores. Essa demanda, em um caso, gerou a sugestão do administrador da Fazenda de Santa Cruz, em novembro de 1804, de vender engenhos, ligados à fazenda, para liberar escravos: “de que vendidos os ditos Engenhos, cessa o trabalho de 150 pessoas a 235 que diariamente se occupão na Taguay, e de 70 a 114 no Piahy”⁶⁹. Além destes registros, encontraram-se vários ofícios de pedidos de escravos, de regra dando a entender que era difícil conseguir estas aquisições perante a Coroa. Neste sentido o diretor da Fábrica de Ipanema Major João Bloem, em mapa de 1839 que indica os escravos necessários para o bom funcionamento desta, colocou que existiam 145 escravos e que faltavam 220 para o que ele chamou de estado completo da Fábrica⁷⁰.

⁶⁶ Arquivo do Estado de São Paulo, CO0245, Relação de Despesas da Fábrica de Ipanema de 1811 (jan. a jun.)

⁶⁷ Arquivo Nacional, Fundo IG 7-02 – Junta da Fazenda dos Arsenais (1823 a 1825), Balanço Explicado da Receita, Despesa do Cofre do Producto da venda de Pólvora, 1824.

⁶⁸ Decisão nº. 147, de 8 de julho de 1824 (www.camara.gov.br).

⁶⁹ Arquivo Nacional, Fundo Diversas Caixas SDH-SDE-002 – Fazenda Santa Cruz – cax. 507, pac. 2.

⁷⁰ Arquivo do Estado de São Paulo, CO 5214, folder 7.

Em 1846, o mesmo administrador da Fábrica de Ipanema, localizada em Sorocaba, enumera sugestões para supri-la e um dos pontos é:

3º. No caso negativo, proponho a compra de 200 escravos de 16 a 30 annos, que julgo se conseguirá por 80.000\$000 réis, cuja quantia pode ser suprida pelo Thesouro Nacional, obrigando-se o Director da Fabrica a pagar annualmente hum saque de 20.000\$000 réis até final pago, ou indennização dos 80.000\$000 réis ao Thesouro Nacional⁷¹.

Também o Ministério da Agricultura, em relatórios de 1857, 1859 e 1860, reclama por mais escravos para o Jardim Botânico da Lagoa Rodrigo de Freitas⁷².

Outra forma de aquisição de escravos ocorrida são os casos relacionados ao combate a rebeliões. Essa aquisição se deu de duas formas, a primeira diz respeito aos escravos comprados para o combate. Um exemplo desse caso é o Decreto de 1843 sobre o encaminhamento dos escravos para o governo Imperial, no qual se mandou proceder à avaliação dos escravos que fossem servir em armas a favor da rebelião na Província do Rio Grande do Sul.

Conformando Me com o parecer do Meu Conselho d'Estado, exarado em Consulta de vinte seis de Junho deste anno; Hei por bem Determinar que se crie nesta Côrte huma Commissão pela qual se proceda, na conformidade das instrucções que para esse fim lhe serão dadas, á avaliação dos escravos que servirão em armas a favor da rebelião na Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, ficando entretanto autorizado o Presidente da dita Provincia a mandar indemnisar immediatamente áquelles dos proprietarios dos referidos escravos, que transfirem ao Governo seus direitos, das quantias por que forem estes alli avaliados, e que não poderão exeder de quatrocentos mil réis.⁷³

A outra forma seria a seguinte: cessadas as rebeliões, se o Estado vencesse, os escravos ficavam disponíveis e passavam a constituir, muitas vezes, o patrimônio de escravos da nação. A mais notória aquisição de escravos pelo poder público no Império se fez por necessidades militares, especialmente à época da guerra do Paraguai, o que já é conhecido pela historiografia⁷⁴. “A partir de 1867 o governo comprou escravos para a

⁷¹ Arquivo do Estado de São Paulo, CO5215, folder 1, ofício de 16 de julho de 1846, do Diretor Major Bloem da Fábrica de Ferro São João de Ipanema para o Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Guerra.

⁷² Documento também tratado neste capítulo mais adiante, quando trata do perfil da escravidão pública (www.crl.edu/brazil).

⁷³ Decreto nº. 427, de 26 de Julho de 1843 (www.camara.gov.br).

⁷⁴ Sobre a participação de escravos na Guerra do Paraguai ver: SOUSA, Jorge Prata de. *Escravidão ou morte: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Mauad: ADESA, 1996. SALLES,

guerra. Para alguns proprietários era um bom negócio, pois, com os escravos vendidos ao governo, esquivavam-se de participar da guerra e, muitas vezes, livrar-se de um ‘mau’ escravo”⁷⁵. Um manuscrito mostra esta prática, quando solicitou escravos para servirem ao Exército, em 16 de novembro de 1866:

Cumpre-me levar ao conhecimento de V. Excia. que segundo as ordens de S. M. o Imperador, pedi ao Sr. Comr. Mr. Martins do Couto Reis, arrendatário da Imperial Feitoria de Santarém, que viesse a esta Mordomia entender se com migo relativamente dos escravos do sexo masculino entre 17 e 40 anos, que estivessem nas condições de servirem no Exercito, e recebendo o d Comr o meo convite hontem às 8 hs. da , hoje a qui se apresentou e ficou se ciente das Imperiais Ordens, e à vista do Inventário existente n’esta Mordomia, d’ elle fiz extrair a relação junta pr. onde verá V. Exia. Que Comr. no sabbado 17 do corre. mez às 3 horas da tarde na Estação de Belém à quem V. Ecia designar, para o que dará suas ordens, sendo uma d’ellas o autorizar à pessoa encarregada de receber os d. escravos de passar o competente recibo ao dito Comr⁷⁶.

No caso especial da Guerra Farroupilha, rebelião do período regencial, que teve ampla participação de escravos e de negros libertos, ocorreu a aquisição de escravos por parte do governo Imperial, na condição de vencedor, que confiscou os escravos dos vencidos. Esses escravos, que se lançavam na guerra, tinham como pretensão a liberdade, o que não foi possível, sendo diverso o destino final deles.

Há indícios de que muitos destes soldados não obtiveram a prometida liberdade, tendo sido remetidos às instituições do Império na corte, e possivelmente, re-escravizados. Muitos destes lanceiros foram remetidos para a sede da corte no Rio de Janeiro, sendo espalhados por hospitais, arsenais de guerra, fortalezas e fazenda da nação, vivendo como escravos. Outros ainda desertaram em marcha durante o percurso que faziam até o barco que os levaria à capital imperial. Alguns atravessaram a linha divisória seguindo seus senhores, como aqueles que seguiram com o General Netto para sua propriedade no Uruguai⁷⁷.

Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

⁷⁵ RODRIGUES, Marcelo Santos. *Guerra do Paraguai: os caminhos da memória entre a comemoração e o esquecimento*. 2009. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP. São Paulo, p. 217, 2009.

⁷⁶ Arquivo Nacional, Diversos Códices, SDH-SDE-001, Casa Real e Imperial Mordomia-mor, cod. 1122, St. Cruz, cod. 572, doc 5.

⁷⁷ CARVALHO, Daniela Vallandro de. “Nunca o inimigo havia visto as costas destes filhos da liberdade”: Experiências negras na guerra (Brasil Meridional, 1835-1845). 4º. *Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 13 a 15 de maio de 2009, p. 5 (<http://www.labhstc.ufsc.br/ivencontro/pdfs/comunicacoes/DaniellaVallandrodeCarvalho.pdf>) – acesso em abril de 2010).

A solução preponderante para a aquisição de escravos pelos estabelecimentos não eram as compras, mas a realocação a partir de estabelecimentos com grandes quantidades, como as Fazendas de Santa Cruz e do Piauí, como relata o ofício do diretor da Fábrica de Ipanema:

V. Ex^a me queira perdoar de fazer a minha reflexão sobre o suprimento ao menos de 180 braços fortes e robustos, sem os quaes a Fabrica não pode prosperar. 1º. Não poderá a Fabrica se suprida pelos escravos da Nação: Hum nobre membro da Camara Legislativa, propoz para que os escravos nacionaes em Piauhy de 18 a 25 annos fossem trabalhar para as estradas de Pernambuco, Ceará, Maranhão, não poderão ser os de 25 a 35 annos empregados nesta; porque para as fazendas de gado bastão os rapazes, e os de 35 para cima. 2º. Não podera ser extrahido este numero dos africanos que trabalham na Casa da Correção, Arsenais de Guerra e Marinha ou das Obras publicas da Capital e Provincia do Rio?⁷⁸.

As Fazendas, de Santa Cruz e do Piauí, respondem por aproximadamente 80% dos escravos públicos, o suficiente para suprir a demanda dos demais estabelecimentos. Mas elas não eram oficialmente reconhecidas como estabelecimentos de reprodução e possuíam as suas próprias dinâmicas e demandas de uso do trabalho escravo. Esta circulação de escravos entre estabelecimentos será abordada no próximo capítulo, pois compreende uma das particularidades da escravidão pública.

A disparidade de motivos e de atos públicos nesse sentido mostra que era um processo descoordenado e movido pela necessidade e pela emergência, havia uma política pública fragmentada para este fim. Mas este conjunto de documentos vem mostrar também o que seria natural: sendo a escravidão africana a principal mão de obra da época e sendo o Estado crescente e – relativamente – um ator econômico no período, tornar-se-ia também um comprador e proprietário de escravos. São exemplos do papel econômico do Estado, às vezes em que ele se ocupou de atividades produtivas como a propriedade da Fábrica de Ferro, em São Paulo e, da Fábrica de Pólvora, no Rio de Janeiro, ou como proprietário de fazendas para fins de produção de escravos e engenhos confiscados; além da obtenção de mão de obra para atividades de Estado, como a realização de obras.

O papel do Estado, enquanto proprietário e comprador de escravos, perpassa pelo problema da elaboração do orçamento nos estabelecimentos públicos. Os

⁷⁸ Arquivo do Estado, CO5215, folder 1, ofício de 16 de julho de 1846, do Diretor Major Bloem para o Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Guerra.

administradores dos estabelecimentos públicos com escravos deviam fazer opções dentro dos recursos, diferenciando entre si nos itens a privilegiar, já que também variavam as receitas que recebiam. No caso da Fábrica de Ferro de Ipanema, uma sociedade de economia mista, segundo Nilton Pereira dos Santos, o governo por vezes fugiu da responsabilidade de custeio, sem destinar nenhuma verba orçamentária até 1831. O que naturalmente gerou dificuldades financeiras. Mas, a partir de 1831 o Estado passou a incluí-la no orçamento:

Após a abdicação de D. Pedro I, em 1831, o Estado incorporou a fabrica Ipanema, que ficou sob a responsabilidade da Repartição dos Negócios da Guerra através da Carta de Lei de 15 de novembro de 1831, parágrafo 6º, art. 15. Os antigos acionistas foram indenizados e, a partir daí, a companhia passou a receber recursos do Governo Imperial, que eram fixados anualmente pelo orçamento geral do Império ⁷⁹.

Assim, os estabelecimentos públicos ora dependiam dos recursos que recebiam do governo ⁸⁰ ora tinham que se manter com seus próprios rendimentos. A manutenção e a compra de escravos aparecem em registros destes estabelecimentos, ora como um desafio ora com decisões corriqueiras e sem dificuldades. Este modelo aponta a potencial conflituosidade na questão da aquisição pública de escravos.

Alguns estabelecimentos, como a Fazenda de Santa Cruz, optavam por deixar o sustento do escravo à custa dele, que o obtinha através do trabalho em terras do Estado nos domingos e dias santos:

(...) o relatório do Deputado Rafael de Carvalho afirma que os cativos detinham lotes de terra bem consideráveis e que deles tiravam bons rendimentos, já que os cultivavam nos sábados, domingos e dias santificados, ou seja, uma boa parte do ano. Não trocaram essa regalia por o utra, como o fornecimento das vestimentas; alguns investiam ainda mais. Nos Mapas da ocupação da escravatura da Imperial Fazenda de Santa Cruz, do Arquivo do Museu Imperial, constam, entre 1855 e 1858, de 5 a 20 escravos alugados a si. Ou seja, pagavam

⁷⁹ SANTOS, Nilton Pereira dos. *A fábrica de ferro São João de Ipanema: economia e política nas últimas décadas do Segundo Reinado (1860-1889)*. 2009. 181f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP. São Paulo, p. 43, 2009.

⁸⁰ É neste sentido, um regulamento da Fábrica de Pólvora da Estrela, de 1840: “Art. 52. O Estabelecimento será mantido com os fundos que o Governo lhe destinar. Art. 53. A Receita e Despesa será calculada annualmente, entregando-se aquella ao Cofre da Fabrica em parcelas mensaes, que fação face ao que tiver sido approvedo desta” (www.camara.gov.br).

para trabalhar nas suas próprias ocupações, obviamente mais rentáveis que os jornais pagos à fazenda⁸¹.

Outros estabelecimentos já proviam o sustento dos cativos. No caso da Fábrica de Ferro de Ipanema, o orçamento das despesas para o ano financeiro de 1841 e 1842 consta a gratificação aos escravos nos domingos e dias santos na fundição e outras despesas com o sustento e vestuário da escravatura⁸². Também, no caso do Arsenal da Marinha há o registro de decisões para a compra de mantimentos, de remédios e de vestuários e não indicam dificuldades do estabelecimento com estes custos:

Os escravos no Arsenal possuíam alguns direitos, dependendo do ponto de vista, verdadeiras regalias. De acordo com o Decreto de 28 de janeiro de 1811, eles possuíam o direito de não trabalharem no Arsenal de Marinha aos domingos e dias santos, exceto em casos de urgência. (...) Outro direito era o recebimento de ração diariamente, sendo seu conteúdo discriminado, como consta no Decreto de 25 de agosto de 1829⁸³.

Nesse sentido, observou-se a Decisão do Ministério da Marinha, de 1833: “A Regencia, em Nome do Imperador, (...) resolveu, que se pagassem as despesas feitas com os remedios, baptizados, etc., e com enterros dos escravos da Nação, empregados no dito Arsenal; devendo todas estas despesas ser por conta da quantia para o mesmo decretada”⁸⁴. Em Decisão de 1832, o Ministério da Marinha, mandou fornecer rações aos escravos da nação em serviço na armação de S. Domingos:

(...) pedindo providencias para serem fornecidos de rações os escravos da armação de S. Domingos, em numero de 19, como consta da relação junta por cópia; Resolveu a Regencia, em Nome do Imperador, que aos ditos escravos se faça o mencionado fornecimento, na fórmula praticada com os outros escravos da Nação, empregados no referido Arsenal (...) ⁸⁵.

Outra Decisão do mesmo Ministério de 1832 mandou fornecer semestralmente fardamento aos escravos da nação em serviço no Arsenal de Marinha: “aos escravos da

⁸¹ ENGEMANN, C. *Os Servos de Santo Inácio a Serviço do Imperador: Demografia e Relações Sociais entre a Escravidão da Real Fazenda de Santa Cruz, RJ (1790-1820)*. 2002. 149f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, pp. 84-85, 2002.

⁸² Arquivo do Estado de São Paulo, CO5214, Orçamento das despesas para o ano financeiro de 1841 e 1842 da Fábrica de Ferro São João de Ipanema.

⁸³ BROTHERHOOD, Karina. Trabalho e organização do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro na década de 1820. *Navigator*, Rio de Janeiro, v. 2, n.º. 3, pp. 7 – 19, junho de 2006, p. 14.

⁸⁴ Decisão n.º. 383, de 15 de Julho de 1833 (www.camara.gov.br).

⁸⁵ Decisão n.º. 256, em 10 de setembro de 1832, do Ministério da Marinha (www.camara.gov.br).

Fazenda Publica do sexo masculino existentes no mesmo Arsenal se dê um fardamento de seis em seis mezes, além da quantia destinada para o seu sustento, e vestuário”⁸⁶. E um Aviso de 1839 especifica a quantidade e os prazos para os fornecimentos de rações e de fardamento:

Em virtude da Ordem que recebi de V. S. para que lhe informe a respeito dos fardamentos, rações dos escravos da Nação e pretos Africanos livres; tenho a honra de informar a V. S. que por Aviso de 2 de Novembro de 1839 se estipulou o fardamento para os ditos escravos e Africanos livres, de seis em seis mezes; sendo duas camizas, duas calças e huma japonsa, e no fim do anno tem mais huma manta e hum bonet; tem 140 rs. de ração para os pretos e pretas, e 110 rs. para as crias pagas a dinheiro: este dinheiro se recebe depois de vencido, e com elle se compra farinha, carne secca, feijão, arroz, e toucinho, tudo do melhor, e quando não vem se tornar a reenciar a comida; consta o almoço de carne secca e pirão, ao jantar feijão com carne e toucinho, e á noite arroz temperado com toucinho; estes mantimentos são comprados pelo Commissario e vistos por mim. A respeito do fardamento das pretas e crias nada há estabelecido; de algumas sobras que há se tira 80 rs. para a lavagem de roupa das crias; isto he, para cada huma comprar galinhas quando as ditas pretas estão de parto, e remedios quando estão doente em casa. Quando as sobras são mais avultadas he que se compra alguma roupa para as escravas e crias⁸⁷

Em geral, como apontado acima, os estabelecimentos estavam sempre a reivindicar mais escravos. Mas observa-se que nem sempre o orçamento era suficiente para todas as despesas dos estabelecimentos. Porém, as dificuldades para a aquisição de escravos contribuíram para confirmar a outra face da escravidão pública: ela não era apenas a gestão dos escravos que porventura se tornaram públicos, como os escravos confiscados dos jesuítas. O crescimento do Estado sob uma sociedade escravocrata o tornou necessariamente um senhor de escravos. As peculiaridades do seu modo de escravidão são importantes, mas aqui já é possível fazer esta constatação: distribuídos em diversos estabelecimentos e com vários fins, a escravidão pública era uma realidade que fazia parte do Estado Imperial e este recorreu a ela de acordo com a sua necessidade. Não somente porque ampliou o seu plantel por compras, mas também porque, quando não era possível comprar, alugava escravos privados.

⁸⁶ Decisão nº. 361, em 17 de novembro de 1832, do Ministério da Marinha. (www.camara.gov.br).

⁸⁷ Aviso de 19 de novembro de 1844, do Ministério da Marinha (www.camara.gov.br).

A insuficiência de escravos da nação em alguns períodos levou ao aluguel de escravos privados para eventuais trabalhos, especialmente em nível provincial ou municipal, como já foi registrado por Luiz Carlos Soares:

Em certas épocas, mesmo a Câmara Municipal da Corte era obrigada a alugar, temporariamente, escravos para as obras públicas que eram executadas na cidade e nos seus arredores. Inclusive, era muito comum o atraso dos pagamentos feitos aos proprietários destes escravos, que os alugavam à municipalidade em troca de uma espécie de ‘um salário’ mensal. Em janeiro de 1844, Joaquim José d’ Assunção fazia reclamações à Câmara Municipal acerca do atraso do pagamento da quantia de 49\$8000 réis, relativo ao aluguel de seus escravos e carroças para as obras do Cais da Imperatriz, realizadas nos meses de julho e agosto de 1843. Em julho de 1849, Firmino dos Santos de Carvalho também encaminhava reclamações às autoridades municipais acerca do atraso do pagamento dos ‘jornais’ do seu escravo Luís, no valor de 28\$000 réis, que ele deveria receber nos meses de maio e junho daquele mesmo ano, trabalhando ‘como calceteiro na obra da Rua do Lavradio’⁸⁸.

Os empreendimentos privados também lançaram mão do aluguel para completar a mão-de-obra. Douglas Cole Libby demonstra que:

Deve-se notar que o sistema de aluguel possibilitava ao empregador utilizar um escravo durante seus anos mais produtivos – dos 20 aos 40, por exemplo – e descartar o trabalhador desgastado depois. A evidência disponível demonstra que tal possibilidade raramente foi aproveitada pela Saint John, provavelmente porque ela preferia manter, quando possível, um corpo de trabalhadores já treinados. O próprio treinamento e a resultante especialização dos escravos alugados tinham suas vantagens também. Um escravo de aluguel, especializado, uma vez alforriado teria poucas oportunidades de outro emprego. Isso, junto com as possíveis ligações familiares e de amizade com seus colegas não-emancipados, fazia com que frequentemente ele se fixasse em Congonhas de Sabará após sua libertação. Em suma, a prática de aluguel de escravos parece ter dado à Morro Velho/Saint John a flexibilidade necessária ao desenvolvimento, dentro dos moldes do sistema fabril, de um empreendimento bastante complexo que, apesar de sua natureza ‘avançada’, ainda era sujeito a ocasionais reveses⁸⁹.

Mas também o Ministério da Guerra, em Decisão de julho de 1868, manda que se admita alguns escravos de particulares nas obras da Fábrica de Pólvora da Estrela: “póde mandar admittir nas obras da 2ª Divisão da Fabrica da Polvora da Estrella, como

⁸⁸ SOARES, Luiz Carlos. *O Povo de Cam na capital do Brasil. A escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX*. Rio de Janeiro: FAPERJ – Editora 7 Letras, 2007, pp. 55-56, 2007.

⁸⁹ LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, p. 331, 1988.

serventes braçaes, alguns escravos de particulares, attenta a difficuldade de encontrar quem se queira empregar naquelle serviço; devendo, porém, ser elles despedidos á medida que forem apparecendo pessoas livres que os queirão substituir”⁹⁰. Da mesma forma, o Ministério da Marinha, que em Decisão de 1823, mandou admitir para marinheiros e grumetes os escravos oferecidos por seus senhores.

Tendo sido presente a S. M. Imperial o officio do Intendente da Marinha desta Côrte de 21 do corrente mez, em que pedia houvesse de declarar-se-lhe, si deveria ou não admittir a alistar-se para servirem a bordo da não Pedro Primeiro, os marinheiros e grumetes escravos, que para isso lhe fossem offerecidos por seus respectivos senhores, fazendo abonar a estes as competentes gratificações; Manda em consequencia o Mesmo A. S. pela Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha, participar ao sobredito Intendente da Marinha, para sua intelligencia e governo, que, visto a necessidade que presentemente ha de marinhagem, deverá elle admittir taes marinheiros e grumetes, não só ao serviço da não, mas ainda ao de todas as outras embarcações que armarem⁹¹.

Naturalmente, os estabelecimentos estatais não se utilizavam somente de mão de obra escrava. Ela era importante, mas outras formas foram empregadas para a realização de obras e de atividades públicas. Uma categoria que dividia as atividades públicas com os escravos era a dos africanos livres, também conhecidos como africanos liberto, negros de prêmio ou emancipados⁹². Categoria surgida no século XIX, que compreendia os africanos escravizados ilegalmente capturados dos navios negreiros em territórios ou portos do Brasil, após a proibição do tráfico atlântico de escravos, pela lei de 1831. Estas capturas eram de responsabilidade de autoridades constituídas especificamente para este fim, a princípio uma comissão mista anglo-brasileira até 1845, e após este ano pela auditoria da Marinha brasileira e autoridades locais dos portos. O Estado Imperial, a partir daí, mantinha-os sob sua tutela por 14 anos para, por fim, emancipá-los, e eram

⁹⁰ Decisão nº. 265, em 22 de julho de 1868, do Ministério de Guerra (www.camara.gov.br).

⁹¹ Decisão nº. 30, em 25 de fevereiro de 1823, do Ministério da Marinha (www.camara.gov.br).

⁹² Sobre os africanos livres ver: MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. To be a liberated african in Brazil: labour and citizenship in the nineteenth century. 2002. Tese (Doutorado) – University of Waterloo, 2002. MAMIGONIAN, Beatri Gallotti. O Direito de ser africano livre, os escravos e as interpretações da lei de 1831. LARA, Silvia Hunold. MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Direitos e Justiças no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, pp. 129-160, 2006. MOREIRA, Alinnie Silvestre. Liberdade tutelada. *Os africanos livres e as relações de trabalho na Fábrica de Pólvora da Estrela, Serra da Estrela/RJ (c. 1831 – c. 1870)*. 2005. 256f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas). Campinas, p. 106, 2005. BERTIN, Enidélce. *Os meia-cara. Africanos livres em São Paulo no século XIX*. 273f. 2006. Tese (Doutorado em História Social) - FFLCH-USP. São Paulo, 2006. RODRIGUES, Jaime. Ferro, trabalho e conflito: os africanos livres na Fábrica de Ipanema. *História Social*. Campinas, nº. 4-5, pp. 29-44, 1997/1998. SILVA, Maria Aparecida. *Itapura – Estabelecimento Naval e Colônia Militar (1858-1870)*. 1972. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP. São Paulo, 1972.

submetidos à condição de aprendizes para obterem condições para o retorno à África, conforme combinado com a Coroa Inglesa. No entanto, muitos acabaram servindo ao Estado e a particulares – a quem eles também foram encaminhados – por tempo indeterminado.

Sendo assim podemos concluir pensando sobre a impossibilidade, para estes africanos, de viver uma liberdade plena, com todos os direitos que advinham desta condição pois, ainda que os africanos livres tenham lutado para conseguir a emancipação, após consegui-la, não puderam gozar daquilo que associavam a uma ‘liberdade de fato’. Mesmo que formalmente tivessem a posse de suas cartas, o governo não deixou de controlá-los para que informassem sempre seus locais de moradia e tomassem ocupações, conforme ditou as leis de 1853 e 1864. Puderam ‘viver sobre si’, mas ainda com limitações. O governo imperial, ao enviá-los para projetos nas fronteiras e aldeamentos (fosse por convencimento ou coação), não deixava de querer contar com sua força de trabalho. Continuaram, assim – mesmo com a carta de emancipação e a esperança de conquista de um espaço livre e cidadão -, a viver a liberdade tutelada, agora sobre outros parâmetros⁹³.

“Ser juridicamente livre não garantia aos africanos livres mobilidade espacial ou direito à autodeterminação. Muito pelo contrário. Sob a justificativa de que necessitavam de um período de aprendizado, o governo imperial brasileiro os manteve sob tutela por décadas”⁹⁴. Nesta pesquisa, os africanos livres não foram colocados juntos aos escravos da nação por serem uma categoria própria, que apesar de apresentarem condições e tratamentos próximos a esses, apresentava particularidades, como, por exemplo, a questão do direito à liberdade.

Para atingir a emancipação, o africano livre tinha que reunir uma série de condições propícias, como provas sobre tempo de serviço prestado, bom comportamento e, principalmente, de que poderiam se sustentar. Mas mesmo com sua curta existência jurídica e social e vivenciando essas limitações, o grupo trouxe boas contribuições para as transformações nas relações de trabalho no Brasil⁹⁵.

⁹³ MOREIRA, op. cit., p. 248.

⁹⁴ MAMIGONIAN, Beatriz G. Revisitando o problema da ‘transição para o trabalho livre’: a experiência dos africanos livres. FLORENTINO, Manoel. *Tráfico, cativeiro e liberdade (Rio de Janeiro, século XVII-XIX)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 391-392, 2005.

⁹⁵ MOREIRA, op. cit., p. 220.

Além dos escravos da nação e dos africanos livres, os estabelecimentos como a Fábrica de Ferro São João de Ipanema e a Fábrica de Pólvora⁹⁶ contavam com o trabalho de livres, de presos (livres e escravos) e de índios. Quanto aos presos, foi comum a sua utilização, escravos ou não, em obras públicas e em estabelecimentos estatais. A Fábrica de Ipanema, por exemplo, desfrutou do seu trabalho. Em Decisão do Ministério do Império, de 1833, observa-se a autorização para o aproveitamento dos escravos presos nas obras públicas da Praia Grande. Também em Decisão de 1833, o Ministério da Justiça permite que os presos cativos na vila de Campos sejam empregados no aterro das ruas. Em Decisão do Ministério da Justiça de 1824, ocorreu a permissão de emprego nas obras de dique, dos negros capoeiras, presos em desordem, para ali trabalharem por três meses para correção, cessando, por consequência, as penas de açoites, que era prática no período devido aos distúrbios frequentes na cidade⁹⁷. Já em Aviso do Ministério da Fazenda, citado abaixo, que declarou o destino que deviam ter os escravos retidos em prisão, quando abandonados por seus donos, e indica o encaminhamento à Marinha:

Parece ao Tribunal: que tanto o Ouvidor, como o Intendente depois de passar 30 dias, os façam declarar no Livro que a Ord. Manda, e affixar a remessa para a Marinha, onde os escravos servirão no dique, ou em outros trabalhos, onde possam ser vistos a toda hora do dia, e recebendo o Juizo, que apprehender, do Thesouro as despesas necessarias. Que durante a estada dos primeiros dias, apparecendo o senhor, lhe seja dado o escravo com a paga só das despesas, em que não deve entrar os por cento de arrecadação; e que esta deve ser e paga que faça ao Thesouro o senhor, quando esteja já na Marinha, justificando previamente com a menor despesa no Juizo da Corôa, com assistencia do Procurador: que a nação compensa com os serviços prestados pelo escravo a despesa do sustento, curativo, e vestuario, e que se dá uma vantagem conhecida para a nação, porque tem braços empregados no serviço; para o escravo pela melhoria do trato; porque não há mister grilhões, e o enfarte das cadêas, ou depositos;⁹⁸.

⁹⁶ A Fábrica de Pólvora da Estrela, fundada por D. João VI, “foi criada por decretos no ano de 1808 para produzir pólvora destinada ao consumo do Reino e seus domínios ultramarinos” (...) “Em 1813, o Conde de Linhares, Ministro da Guerra, executou o decreto real de fundação da fábrica instalando-a nas proximidades da Lagoa de Rodrigo de Freitas, na Corte. No final da década de 1820, ela foi transferida para a Serra da Estrela, nos limites onde hoje ficam os municípios de Magé, Petrópolis e Duque de Caxias, no Estado do Rio de Janeiro” (MOREIRA, op. cit., p. 27).

⁹⁷ Decisões: n.º 323, do Ministério do Império, de 20 de junho de 1833; n.º 527 de 11 de setembro de 1833, do Ministério da Justiça; n.º 182, do Ministério da Justiça, de 30 de agosto de 1824 (www.camara.gov.br).

⁹⁸ Aviso n.º 18, do Ministério da Fazenda (www.camara.gov.br).

Além desses presos, conforme ato, há também a presença de índios nos estabelecimentos e serviços públicos. O Ministério da Marinha, em Ato de 1827 recomendou que a remessa de índios da província do Rio de Janeiro deveria ser empregada no Arsenal da Marinha da Corte e nos navios da armada nacional e imperial⁹⁹.

A convivência com essa diversidade de categorias pode ter interferido nas relações e nos modos de agir dos escravos da nação, o que também os caracteriza, enquanto diferenciados frente aos escravos de particulares.

Nota-se que o eixo das atividades de aquisição de escravos não era esta aquisição em si, mas a demanda natural por mão de obra, e o Estado se valia como podia. Porém, a composição da força de trabalho para fins públicos, diante de uma sociedade escravocrata, faz esta sociedade predominar e, além de tornar o Estado um proprietário e um comerciante, produz uma série de relações mercadológicas. Havia um micromercado público dentro do mercado da escravidão, ou seja, um ambiente de compras, de vendas e de locações públicas. Por exemplo, há registros de vendas públicas de escravos, o que é, a princípio, incoerente, se os estabelecimentos públicos são carentes destes.

A venda de escravos da nação pelo Estado

Logo que se tornou proprietário dos bens dos jesuítas, o Estado empreendeu vendas de parte desses bens, mas isso pode ser considerado um momento à parte, no qual o Estado não pretendia manter as propriedades. No entanto, também se observa a autorização de venda dos escravos públicos em um período posterior, como se pode notar pelo artigo dos Atos do Poder Legislativo, de 1843: “Art. 32. O Governo é autorizado para vender em hasta publica, a dinheiro á vista, ou em troca de Apólices da Divida Publica, os escravos da Nação, que não convier conservar, precedendo avaliação e anunciando-se a arrematação com a necessária antecedencia”¹⁰⁰.

Outros registros do Ministério da Guerra falam da necessidade de desfazer-se de escravos para dar preferência ao trabalho de homens livres. Vê-se, claramente, que a política orçamentária para despesas com mão de obra era caracterizada pelo dilema entre economizar, explorando o trabalho escravo, ou destinar funções e remuneração

⁹⁹ Ato do Ministério da Marinha nº. 82, de 5 de setembro de 1827 (www.camara.gov.br).

¹⁰⁰ Atos do Poder Legislativo nº. 3 de 1843 (www.camara.gov.br).

para a população livre. Em 1831, por exemplo, ocorre a proibição da admissão de escravos como trabalhadores ou oficiais das artes nas estações públicas da Província da Bahia, enquanto houvesse ingênuos ou libertos disponíveis ao trabalho, e completa que:

Art. 4º. – O Chefe de qualquer repartição pública, que contraviesse as presentes disposições, pela primeira vez será obrigado a pagar de sua fazenda aos escravos os jornais vencidos; e no caso de estarem pagos, reportará a sua importância, que reverterá em proveito do município. Pela segunda vez, ficará sujeito a pena, e a três meses de suspensão. E pela terceira vez, de mais declarado inábil, para continuar no exercício do emprego¹⁰¹

Uma vez identificada acima a necessidade dos administradores de adquirirem, preferencialmente, escravos, vê-se, em repartições, como em vários ministérios, o propósito de se desfazer de escravos para fomentar o trabalho público livre, inclusive a decisão do governo de não contratar, com particulares, obras públicas que empregassem escravos, como indica algumas Decisões. Em 1829, o Relatório do Ministério da Marinha apresenta os aspectos positivos em vender os escravos públicos:

Por minha opinião deveria o Governo ser autorizado para vendel-os em hasta publica, no que o serviço e a Fazenda haveria consideravel proveito. Basta ponderar: 1º. Que o Thesouro despense annualmente a quantia de quasi 10:000\$000 com o sustento e vestuario dos escravos; 2º. Que na supposição de serem vendidos por 400\$000 cada um se converterá este fundo insubsistente e perecedeiro em um capital certo e constante de 76:000\$000, o qual, sendo applicado convenientemente, produziria uma renda annual de 4:560\$000 na razão de 6%; 3º. Finalmente que esta venda, e parte daquella quantia para sustentação dos ditos escravos, ou ainda toda a ser necessario, os quaes fazem o total de 14:560\$000, dão para assalariar mais que sufficiente numero de braços livres, que supram o serviço daquelles, sem diminuição, e consequente aniquilação do capital e as demais sem as despesas de doenças, perda necessaria do trabalho, e outros prejuizos, por crimes e vicios entre elles mui frequentes. Este calculo é de toda a evidencia”¹⁰².

Além desse Relatório, há também Decisões que contemplaram a venda dos cativos públicos, como a decisão do Ministério de Guerra, de 1831, que: “Manda que sejam despedidos dos Arsenaes, Fabricas e Obras militares todos os escravos que trabalharem como officiaes, e mancebos de qualquer officio, admittindo-se logo em seu

¹⁰¹ Decreto de 25 de junho de 1831 (www.camara.gov.br).

¹⁰² Relatório da Marinha 1829, p. 5 (www.crl.edu/brazil).

lugar homens livres”¹⁰³. Também em Decisão de 1836, o Ministério do Império deu algumas providências acerca dos operários empregados pela Inspeção das Obras Públicas, tendente a diminuir a despesa, e proporcionar trabalho aos homens livres preferencialmente aos escravos¹⁰⁴. O Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, em Circular de 1866, mandou despedir das obras que são executadas por conta deste Ministério todo o pessoal escravo. Neste mesmo ato, este Ministério se refere à orientação do governo Imperial de não contratar obras com empresas que empregavam trabalho escravo:

Illm. E Exm. Sr. – Tendo o Governo Imperial constantemente estabelecido nos contractos que tem celebrado para organização de Companhias de trabalhos publicos a clausula de não poderem os emprezarios admittir nas obras pessoal escravo, convém que V. Ex. á bem do serviço publico assim o faça sempre observar nessa Provincia, e outrosim ordene que seja despedido das obras que são executadas por conta deste Ministerio todo o pessoal que existir nessa condição¹⁰⁵.

São Decisões que contemplam um período amplo, entre 1829 e 1866, caracterizado por questões importantes, como a extinção do tráfico e os debates emancipacionistas. Essas questões devem ter influenciado a ambiguidade do mercado de escravos que envolve o Estado. Neste mesmo período há decisões ministeriais contraditórias, reflexo das questões políticas da época, como expressa o Relatório do Ministério da Marinha, de 1844:

O meu predecessor segundo me consta havia proposto a venda das escravas, sem duvida por insuportaveis; mas eu attento a difficuldade de obter serventes, estou antes disposto a empregar todo o rigor para refrear sua immoralidade, do que a renovar essa proposta, em quanto não houver meio de supprir o serviço que ora ellas estão prestando¹⁰⁶.

A idéia de vender escravos públicos podia também estar conjugada com a pretensão em desfazer-se de escravos considerados problemáticos, por exemplo, por motivo de disciplina. Em artigo sobre a Fazenda de Santa Cruz sob administração do Coronel Reis, Carlos Engemann e outros autores observaram a identificação da importância da venda de escravos indisciplinados, conforme o procedimento dos

¹⁰³ Decisão nº. 130, Ministério de Guerra, em 8 de Junho de 1831 (www.camara.gov.br).

¹⁰⁴ Decisão nº. 27, Ministério do Império, em 13 de Janeiro de 1836 (www.camara.gov.br).

¹⁰⁵ Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, em circular nº. 15, de 10 de janeiro de 1866, www.camara.gov.br

¹⁰⁶ www.crl.edu/brazil.

jesuítas. No entanto, essa prática não se aplica apenas aos procedimentos da administração jesuítica. Sabe-se que a administração privada também procurou vender esse tipo de escravo:

Até mesmo os senhores que possuíam escravos considerados rebeldes ou de péssima conduta não hesitavam em recorrer aos anúncios de jornal para negociá-los, interessados que estavam em se desfazer deles e recuperar o capital, ou pelo menos parte dele, empatado na sua compra, alimentação e demais cuidados. Pela frequência com que esses anúncios (oferecendo escravos rebeldes) eram publicados, é de se supor que muitos eram os indivíduos interessados em adquiri-los, talvez pelo fato de cativos desse tipo não serem tão valorizados como os de boa conduta, ou então os compradores se consideravam como grandes ‘disciplinadores’ de escravos¹⁰⁷.

É importante notar, ainda, a opinião do administrador sobre a venda e a compra de escravos, os aspectos positivos em vender escravos de má conduta e a preferência pela compra de africanos:

A esse respeito, há uma correspondência entre Manoel Martins do Couto Reis e o Rei, datada de 1796, na qual afirmou a existência de um grupo de escravos vadios, que se furtavam a qualquer tipo de tarefa que se lhe outorgasse. (...) O medo do administrador era que estes incorrigíveis desviassem os bons cativos do caminho correto. Como remédio para esse tipo de problema, o remetente aconselhava Sua Majestade a recorrer à sabedoria dos jesuítas, afirmando que ‘já no tempo dos padres o único castigo que os intimidava era o do desterro para sempre’ (Arquivo Nacional, 1796). Ou seja, a venda ‘para sempre’ era a solução para os que não se enquadravam no modelo comportamental esperado. Com o dinheiro arrecadado da venda desses incorrigíveis, sugeriu a compra de africanos ‘que melhorariam infinitamente [a escravaria], tendo trabalhadores mais robustos, mais sujeitos, mais fiéis e capazes de uma doutrina nova e de seguirem as economias que se propõe e que aqueles não abraçam por teimosos, frouxos, inobediente e viciosos.’¹⁰⁸.

Além do propósito de eliminar elementos indisciplinados, a venda também podem ter ocorrido a fim de obter recursos financeiros em momentos de dificuldades dos estabelecimentos.

Por fim, completando o circuito mercadológico de escravos da nação, também as repartições públicas realizaram arrendamentos e locações de escravos da nação para

¹⁰⁷ SOARES, op. cit., p. 47.

¹⁰⁸ ENGEMANN, Carlos. RODRIGUES, Cláudia. AMANTINO, Márica. Os jesuítas e a Ilustração na administração de Manuel Martins do Couto Reis da Real Fazenda de Santa Cruz (Rio de Janeiro, 1793-1804). *História Unisinos*, vol. 13, nº. 3, pp. 241-252, setembro/dezembro de 2009, pp. 245-246.

particulares. Na Fazenda de Santa Cruz era prática comum alugar e arrendar os escravos da nação. Há registros dos escravos alugados a diversos e a si, de 1862-1868¹⁰⁹.

É claro que as relações com o Estado, pelas peculiaridades que lhes são inerentes, de poder e de institucionalização, geram um leque mais amplo de possibilidades para o domínio escravocrata. Quanto ao do arrendamento, por exemplo, um caso¹¹⁰ ilustra a típica confusão patrimonialista da época entre o Estado e a Igreja. A Igreja recorre à sua influência, principalmente decorrente da participação na execução de políticas públicas, como a educação, para estabelecer relações contratuais com o Estado que lhe sejam mais favoráveis; no caso, um arrendamento gratuito: “Pedir a sua magestade que lhe concedesse por arrendamento gratuito as duas léguas de terras que abrangem os fertilíssimos campos de Santa Cruz”. Como também o lote de cem escravos: “Com 100 escravos, como elle pede em seu requerimento por arrendamento gratuito de 10 annos”. Esse pedido de arrendamentos de terra e de escravos da Fazenda de Santa Cruz foi feito próximo à libertação dos escravos da nação, em 1870, pelo padre Jannard ao Imperador para “educar-se a mocidade que aspira abraçar um dos ramos da indústria humana mais conhecido no Brasil”. O padre queria montar uma escola de agricultura. José Saldanha Gama foi escolhido para analisar o pedido, e deixa nítido o seu interesse público e também identifica, já na época, a confusão com o interesse da Igreja, acentuando a importância da Fazenda de Santa Cruz, como “uma das mais lindas habitações do Augusta Família Imperial”. Ele expõe que:

Eis os argumentos em que me fundo contra a pretensão do Padre Jannard: - Com 100 escravos, como elle pede em seu requerimento por arrendamento gratuito de 10 annos, não conseguirá elle por fórma alguma tratar da lavoura. (...) E suppondo que se podesse sanar este mal arrendando-lhe não os 100 braços pedidos mas os 300 braços julgados indispensáveis para o total dos serviços, eu pediria venia à V. Ex. para diser o que sinto no sanctuario da minha consciencia: - arrendar escravos da nação nos tempos que correm agóra que o fácho da civilisação procura cobri-os lavando assim o único tropeço à grandesa do Brasil, é levantar uma columna como estas que erguem-se do oceano mas que logo cahem, sob o poderia dos factos naturaes¹¹¹.

¹⁰⁹ Arquivo Nacional, Diversos Códices, SDH-SDE-001, Casa Real e Imperial Mordomia-mor, cod 1122, St. Cruz, vol 9. Sobre a prática de alugar escravos, diz Soares: “se constituía numa forma lucrativa de negócio com escravos, no Rio de Janeiro do século XIX. Este tipo de transação existia desde a época colonial, mas foi nos anos 1810 que o aluguel de cativos aumentou consideravelmente, acompanhando o crescimento do tráfico negreiro e da economia da cidade e seus arredores” (SOARES, op. cit., p. 53).

¹¹⁰ Arquivo Nacional, Diversos Códices, SDH-SDE-001, Casa Real e Imperial Mordomia-mor, cod 1122, St. Cruz, cod 965, officio 08.

¹¹¹ Arquivo Nacional, Diversos Códices, SDH-SDE-001, Casa Real e Imperial Mordomia-mor, cod. 1122, St. Cruz, cod. 965, officio 08.

A partir da análise de José S. Gama em 08 de junho de 1870, de contrariedade ao arrendamento, percebe-se o momento conflituoso que antecede a abolição, o qual logo se desdobrará com a Lei 2.040, de 28 de setembro de 1871, que liberta os escravos da nação.

O que se nota, no modelo de comércio dos escravos pelo poder público, é a ausência de uma orientação para com o procedimento. São autorizações pontuais, dentro de um ambiente que se destaca pelos pedidos de mão de obra escrava nos estabelecimentos públicos, e que demonstram o descuido estatal para com o assunto. Ora o Estado comprava, ora vendia. Ao mesmo tempo em que alugava escravos privados, também alugava o próprio escravo público. Isto, em parte, é reflexo da distribuição dispersa dos estabelecimentos.

3 - Distribuição e perfil dos escravos públicos

Distribuição entre as províncias e os estabelecimentos

Pretende-se analisar, neste capítulo, a distribuição qualitativa e quantitativa dos escravos da nação entre os estabelecimentos e as províncias, ressaltando que a relevância do estudo não decorre da representatividade numérica frente à presença de escravos durante o período indicado. Essa distribuição será um subsídio para a compreensão do trato público para com o escravo.

A identificação dos escravos públicos só aparece reunida em registro oficial a partir de 1854, quando o Ministério da Fazenda passou a reproduzir em seus relatórios anuais a relação dos “escravos da nação”. Antes disso, não se deparou com um registro geral¹¹². Para o período anterior foi possível encontrar alguns mapas dispersos, conforme os dados presentes na Tabela 6.

São os Relatórios do Ministério da Fazenda, a partir de 1854 até a libertação dos escravos públicos, que oferecem uma dimensão geral da distribuição e de algumas características. Nesses Relatórios, constam informações relacionadas como o estabelecimento em que se encontravam e sua localização, a faixa etária e o sexo em que estavam empregados. Esses cativos se distribuíam em várias localidades, no Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina, Pará, Maranhão, Mato Grosso e Piauí. Ao analisar a Tabela 4, pode-se observar como os escravos da nação estavam distribuídos nas províncias, segundo o Relatório do Ministério da Fazenda. Esses números não correspondem ao número exato de escravos, visto que eles se modificavam em virtude de nascimentos, falecimentos, liberdades, fugas, transferências e de outros acontecimentos que podiam não estar contabilizados.

Esta tabela permite destacar que apenas algumas províncias receberam contingentes significativos de escravos públicos, ficando de fora províncias importantes como Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Sul, entre outras. Não havia, portanto, uma distribuição conforme os interesses e as forças políticas do país. Se por um lado, isto decorre da vinculação dos escravos aos estabelecimentos públicos ou às repartições centrais, como se verá na tabela por estabelecimentos (Tabela 5); por outro lado, esta distribuição reflete a concentração da atividade pública em torno da capital do

¹¹² O que se tem para o período anterior são os mapas dos estabelecimentos que os empregavam. Estes mapas são documentos esparsos em Arquivos dos Estados em que se localizavam esses estabelecimentos.

país, já que os estabelecimentos com mais escravos fora da Corte ou eram fazendas ou eram fábricas, atividades produtivas mais próprias da iniciativa privada.

Pode-se observar que a distribuição dos escravos públicos também não seguia a dinâmica econômica de distribuição dos escravos nas províncias. Com relação à concentração dos escravos nas províncias brasileiras, Emília Viotti da Costa afirma que:

(...) nos sessenta anos que decorreram entre a década de vinte e a de oitenta, a escravaria tendera a se concentrar nas províncias do Centro-Sul do País. Destas, a que mais escravos recebera, fora a Província de São Paulo. Isso é fácil de compreender, quando se lembra que tanto Minas quanto Rio de Janeiro tinham já na época da Independência um grande número de escravos remanescentes do Período Colonial. A população escrava em São Paulo era relativamente pequena e crescera de 21.000, em 1823, para 169.000 em 1872. Enquanto isso, a população escrava do Rio de Janeiro passara de 150.000 para 300.000 e a de Minas, de 215.000 para 330.000¹¹³.

Percebe-se, pela tabela 4, que entre as províncias, a que contava com o maior número de cativos públicos era a província do Piauí, seguida da Corte e de São Paulo, sequência que permaneceu de 1854 a 1862, quando o Pará passa para a terceira posição. De 1866 em diante, continua o destaque numérico do Piauí com maior escravaria, seguida pelo Pará e Maranhão, graças principalmente à redução numérica de escravos da nação na Corte. Porém, estes números não consideram a Fazenda de Santa Cruz, que tinha o plantel mais numeroso, porque os cativos estavam em usufruto do imperador; por isso, não eram contabilizados nestes números oficiais, ainda que fossem escravos da mesma natureza.

Com relação aos números totais da escravaria pública, a Tabela 4 também demonstra uma constância para o período de 1854 a 1865 e uma redução em 1866, que continua moderadamente até 1870. Esse perfil se deve, principalmente, às características do período indicado, marcado pela influência dos debates emancipacionistas e pela introdução do trabalho livre.

¹¹³ COSTA, Emília Viotti da. *A Abolição*. São Paulo: Global Ed., 1982.

Tabela 4 – Número dos escravos da nação por províncias, 1854 a 1870

Anos	Corte	Rio de Janeiro	Pará	Maranhão	Piauí	São Paulo	Santa Catarina	Mato Grosso	Total
1854	201	121	121	137	714	154	7	-	1455
1855	216	122	122	139	721	155	7	-	1482
1856	201	121	114	139	730	154	7	-	1466
1857	203	118	129	115	751	153	6	-	1475
1858	207	119	127	125	790	152	7	-	1527
1859	229	16	127	125	807	167	5	-	1476
1860	223	18	143	120	807	163	5	3	1482
1861	223	18	143	120	807	163	5	3	1482
1862	215	18	143	120	855	161	5	3	1520
1863	189	13	140	120	851	95	5	68	1481
1864	179	11	140	120	851	96	3	68	1468
1865	165	9	140	116	826	105	2	64	1427
1866	49	62	140	116	843	97	1	75	1383
1867	44	62	113	106	746	97	1	74	1243
1868	34	59	112	106	727	93	1	74	1206
1869	33	58	113	97	711	89	1	74	1176
1870	34	58	95	100	719	89	1	65	1161

Fonte: Relatórios do Ministério da Fazenda (www.crl.edu/brazil).

Obs.: Para o ano de 1861 optou-se por manter os mesmos números do ano anterior; nas informações de 1861 constam apenas números equivalentes das fazendas da nação (Pará, Piauí e Maranhão).

As províncias se beneficiavam da mão de obra cativa pública em estabelecimentos nacionais. Na Corte encontravam-se no Arsenal de Guerra, no Arsenal da Marinha, na Santa Casa de Misericórdia, nos Telegráfos, no Jardim Botânico, na Quinta da Boa Vista e no Hospital Militar; no Rio de Janeiro, na Fábrica de Pólvora da Estrela; em São Paulo, na Fábrica de Ferro de Ipanema e no Estabelecimento Naval de Itapura; em Santa Catarina, na Capitania do Porto e no Palácio da Presidência; no Pará, nas Fazendas Arary e São Lourenço, na Colônia Militar de Óbidos, no Seminário episcopal e na Tesouraria; no Maranhão, na Fazenda de São Bernardo; no Mato Grosso, na Fábrica de Pólvora de Coxipó¹¹⁴, no Arsenal de Guerra e Trem Naval; e, no Piauí, nas Fazendas do departamento de Piauí e de Nazaré, que em alguns períodos estiveram divididas em várias fazendas. Assim como os escravos da Fazenda de Santa Cruz eram

¹¹⁴ Sobre a Fábrica de Pólvora de Coxipó, no Mato Grosso: “por ordem do Ministério dos Negócios da Guerra do Governo Imperial Brasileiro que, através da Lei número 1.042 de 14 de setembro de 1859, ordenou a construção da Fábrica de Pólvora do Coxipó, em Cuiabá, na capital de Mato Grosso. Neste sentido, o próprio governo imperial contratou no Rio de Janeiro especialistas para instalar a Fábrica de Pólvora em Mato Grosso, contratando, neste mesmo ano de 1859, o engenheiro Rodolpho Wachwelt”. No entanto, “foi inaugurada definitivamente apenas no ano de 1877” (CARVALHO, Edinilson Albino de. *A fábrica de pólvora do Coxipó em Mato Grosso (1864-1906)*. 2005. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, pp. 66-67, 2005).

de usufruto da Casa Imperial, também o eram os escravos da inspeção Canindé, pertencente às Fazendas do Piauí, que foram dadas em usufruto à irmã do imperador Dom Pedro II, em 1844.

Vale lembrar, os escravos da nação não estiveram nos debates centrais da política brasileira. A quantidade de escravos da nação era aproximadamente uma média de 3000 somando-se os escravos da Fazenda de Santa Cruz. Eles estavam distribuídos em vários estabelecimentos e, graças a essa dispersão, podem não se destacar numericamente se comparados aos grandes plantéis de escravos privados, mas correspondem a um grupo diferenciado dentro da escravidão brasileira.

Os estabelecimentos públicos que continham escravos nacionais eram as fazendas, as fábricas, as instituições militares e os estabelecimentos administrativos. Pode-se dividi-los em dois grupos: um grupo corresponde aos estabelecimentos que desenvolviam atividades próximas às da iniciativa privada, que incluem as fazendas e as fábricas, e outro, que comporta os estabelecimentos de funções tipicamente públicas, como as instituições militares e de serviço público. Como demonstra a Tabela 5, o percentual de 85,0% dos escravos para o ano de 1855, de 84,4% para o ano de 1860, de 85,2 e de 90,2 % para o ano de 1870¹¹⁵ era de estabelecimentos de atividades tipicamente privadas - fazendas e fábricas, além da situação diferenciada da Fazenda de Santa Cruz, que era destinada ao usufruto da Coroa, que não foi contabilizada no Relatório. A função pública propriamente dita, em repartições com atividades e serviços administrativos, era pouco empregadora de trabalho escravo, e quando empregou ocorreu predominantemente em repartições militares, como o Ministério da Marinha e o de Guerra.

Conforme a Tabela 5, os escravos da nação se concentravam nas fazendas públicas. Essa concentração apresentou um aumento significativo; para o ano de 1855, 66,7% dos escravos da nação estavam nas fazendas e quinze anos depois, em 1870, representavam 77,7%. Essas fazendas se dedicavam, principalmente, à pecuária, mas também desenvolviam secundariamente atividades agrícolas e, até mesmo, fabricação de bens para consumo, como os tecidos. Com relação às fábricas públicas, ocorreu uma redução do percentual de escravos da nação, sendo que, no ano de 1855, eles representavam 18,7% e, em 1870, apenas 12,5% da escravaria pública. Já as repartições militares tiveram aumento no percentual de cativos públicos no ano de 1865, em função,

¹¹⁵ Anos escolhidos para amostragem.

principalmente, do início da Guerra do Paraguai. Foram as fábricas e outros estabelecimentos públicos, de acordo com a Tabela 5, que proporcionaram esse acréscimo. Essa presença de escravos públicos em fazendas se explica também pela própria economia voltada à agricultura fortemente arraigada no país durante esse período e, ainda, por uma incipiente industrialização.

Tabela 5 – Número dos escravos da nação segundo funções empregadas, 1855 a 1870

Anos	Fábricas	%	Fazendas	%	Militares	%	Outras	%	Total	%
1855	277	18,7	982	66,7	129	8,7	94	6,3	1482	100,0
1860	181	12,2	1070	72,2	110	7,4	121	8,2	1482	100,0
1865	136	9,5	1080	75,7	146	10,2	65	4,6	1427	100,0
1870	146	12,5	902	77,7	61	5,3	52	4,5	1161	100,0

Fonte: Relatórios do Ministério da Fazenda (www.crl.edu/brazil).

Obs.: Os números referentes às Fábricas incluem a Fábrica de Pólvora da Estrela, no Rio de Janeiro; Fábrica de Ferro São João de Ipanema, em São Paulo; e Fábrica de Coxipó, no Mato Grosso (apenas os anos 1865 e 1870). As Fazendas incluem: Fazendas Arary e São Lourenço, no Pará; Fazenda de São Bernardo, no Maranhão; e Fazendas de Piauí e de Nazaré, no Piauí. Os estabelecimentos militares incluem: Arsenal de Guerra (1855, 1860 e 1865), Arsenal da Marinha, no Rio de Janeiro; Estalagem Naval de Itapura, em São Paulo (1865 e 1870) e Arsenaes, em Mato Grosso (1870).

Como visto na tabela 4, crescendo os escravos da Fazenda de Santa Cruz e considerando o tamanho do Brasil do fim da Colônia até a abolição, o poder público possuía um número considerável de escravos e o Brasil não dispunha, como é de conhecimento amplo, de mão de obra livre abundante. Mas a distribuição predominante destes escravos, os estabelecimentos onde se encontravam e a sua qualificação demonstram que não foi opção do Estado o seu emprego. Reforça esta afirmação a constatação da preferência por mão de obra livre na contratação para obras públicas. Para o caso da Fábrica de Pólvora da Estrela “embora houvesse desconforto quanto à utilização destes trabalhadores, eles foram extremamente numerosos entre 1830 e 1850”¹¹⁶.

Poderia-se também aventar a hipótese de que o número reduzido de escravos públicos ocorria pela resistência liberal da Coroa. Porém, se isto ocorreu, se não chega a ser uma contradição, é no mínimo mais uma ambiguidade, porque os escravos públicos

¹¹⁶ MOREIRA, Alinnie Silvestre. Liberdade tutelada. *Os africanos livres e as relações de trabalho na Fábrica de Pólvora da Estrela, Serra da Estrela/RJ (c. 1831 – c. 1870)*. 2005. 256f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas). Campinas, p. 108, 2005.

existiam, inclusive em usufruto da Coroa e em número crescente por boa parte do Império.

Tabela 6 – Número de escravos da nação nos estabelecimentos para anos esparsos, entre 1782 e 1857

Anos	Faz.Santa Cruz	Faz. do Piauí	Fábrica de Ipanema	Fábrica da Estrela	Ars. da Marinha	Quinta da Boa Vista
1782	-	489	-	-	-	-
1799	1483	-	-	-	-	-
1811	-	498	-	-	-	-
1814	-	-	100	-	-	-
1817	1293	-	-	-	-	-
1822	-	686	-	-	-	-
1829	-	830	66	-	236	-
1831	-	-	-	129	-	288
1837	-	-	121	200	-	-
1839	-	-	128	296	-	-
1845			141	196	170	-
1848		653	156	-	-	-
1849	1853	-	-	191	-	-
1855	2006	-	-	-	-	-
1857	2197	-	-	-	-	-

Fontes: Os números referentes à Fazenda de Santa Cruz correspondem, respectivamente, às seguintes fontes: Fonte: Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Diversas Caixas, caixa 507, pac 2. Para o ano de 1794 a documentação também revela mais de 1400 escravos (Fonte: Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Fundo Diversas Caixas SDH-SDE, Faz Sta Cruz, 507, pac 6, p. 71, ofício sobre falta de escravos); Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Mapa da escravatura na Fazenda de Santa Cruz, Fundo Casa Real e Mordomia-mor, SDE 027, cx. 2, pac. 2, doc 42; Fonte: ENGEMANN, 2002, p. 135, p. 137. Os números referentes às Fazendas no Piauí estão em: LIMA, p. 25; pp. 39-40, p. 48, 2005. Para a Fábrica de Ferro de Ipanema os números foram obtidos nas fontes respectivas: Arquivo do Estado de São Paulo, CO0246, Resumo de despesas da Fábrica de 24-08-1814; NETO, p. 125-126, 2006 (11 mulheres e 55 homens); Arquivo do Estado de São Paulo, CO5214, folder 9, mapa dos Escravos existentes e fugidos em 1837; Arquivo do Estado de São Paulo, CO5214, folder 07, mapa da força operária da fábrica 09-04-1839. Relatório do Ministério de Guerra, 1845, N17, Mapa do pessoal, Fábrica de Ferro. (www.crl.edu/brazil); Arquivo do Estado de São Paulo, CO5215, folder 24, ofício de 02-06-1848 (nesta fonte encontra-se também 144 africanos livres. Para os outros anos também há referência a esta média de africanos livres). As fontes para a Fábrica de Pólvora de Estrela são respectivamente: MOREIRA, p. 57, 2005; Relatório Ministério da Guerra, 1837, p.N5 – Mapa do número dos operários empregados na Fábrica de Pólvora da Serra da Estrela. Estes números incluíam 33 africanos livres (disponível em www.crl.edu/brazil); Relatório Ministério da Guerra, N3 – Mapa dos operários Fábrica de Pólvora (www.crl.edu/brazil); Relatório Ministério da Guerra, N18, Mapa do orçamento da Fábrica de Pólvora. Estes números incluíam 93 africanos livres (www.crl.edu/brazil); MOREIRA, p. 111, 2005. Para o Arsenal da Marinha as fontes foram respectivamente: Relatório do Ministério da Marinha de 1829, p.5. (disponível em www.crl.edu/brazil); e Relatório do Ministério da Marinha de 1844 (www.crl.edu/brazil). Para a Quinta da Boa Vista utilizou-se como fonte: Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Fundo Casa Real e Mordomia-Mor 18-7-1831. SDE – 027, Cax. 5, pac. 1, doc. 22 A. Relação nominal dos escravos da Quinta da Boa Vista.

Os números da Tabela 6 comparam as quantidades de escravos da nação entre os estabelecimentos antes do ano de 1854, para confirmar as constatações a partir das listas do Ministério da Fazenda¹¹⁷. Verifica-se que as quantidades são proporcionalmente as mesmas para os anos anteriores, com predominância para estabelecimentos como as Fazendas do Piauí e de Santa Cruz.

Os números da Fazenda de Santa Cruz indicam que neste estabelecimento se encontrava mais da metade dos escravos públicos e é exatamente o estabelecimento dado em usufruto da Coroa. Os dados da Tabela 7 enumeram os escravos da nação nos principais estabelecimentos públicos brasileiros, entre 1854 e 1870, excetuando-se a Fazenda de Santa Cruz. O número total de escravos foi, em 1855, por exemplo, de 1482 escravos e, em 1857, de 1475 cativos. Em contrapartida, para esses anos, o conjunto dos escravos da Fazenda de Santa Cruz conforme a Tabela 6 equivalia ao número de 2006 e 2197 escravos, respectivamente. O que se pode observar, também, com a comparação destas duas Tabelas, é que, desde o confisco dos bens dos jesuítas até por volta de 1860, o número de escravos foi crescente em quase todos os estabelecimentos, e as décadas de 1850 e 1860 são as mais importantes em quantidade. Depois disso, até a sua abolição, em 1871, houve uma queda relativa. Isto indica uma dinâmica própria da escravidão pública, que não segue o mesmo perfil, neste quesito, da escravidão privada. Como um fator para essa redução pode-se indicar, por exemplo, o aumento de concessão de alforrias.

A Tabela 7 apresenta o número de escravos da nação nos principais estabelecimentos públicos, entre 1854 e 1870. No Arsenal de Guerra, na Corte, os escravos da nação foram mão de obra. Por esta tabela, pode-se observar que estiveram presentes no Arsenal, de 1854 a 1866, apresentando um número constante nesse período, apenas o ano 1865 teve um brusco aumento. Já no Arsenal da Marinha, os cativos públicos aparecem em todo o período indicado pelo Relatório do Ministério da Fazenda (1854-1870), no entanto, não tiveram tanta constância numérica, além de sofrerem uma diminuição gradativa durante esses anos. Se o Arsenal da Marinha teve redução de seus escravos, no Jardim Botânico ocorreu o contrário, um aumento; os escravos aparecem listados nesse estabelecimento, de 1854 a 1861, sendo visíveis duas fases de constância numérica: uma de 1854 a 1858 com o aumento e outra de 1859 a

¹¹⁷ São números obtidos e confrontados a partir de estudos e de documentos diversos e confrontados, correspondem aos anos em que se encontraram informações. Não garantem uma exatidão na comparação porque foram fornecidos por documentações distintas, mas auxiliam na análise dos números do Ministério da Fazenda.

1861. Com relação à Fábrica de Pólvora da Estrela, no Rio de Janeiro, pode-se dizer que período indicado apresentou três fases: uma fase de 1854 a 1858, outra de 1859 a 1865 e a última de 1866 a 1870.

Arary, São Lourenço, São Bernardo e Fazendas do Piauí e Nazaré são as fazendas da nação com escravos públicos em todo o período analisado. Arary e São Lourenço apresentaram constância no número de cativos, já São Bernardo teve uma queda progressiva desses. A tabela também confirma a concentração de escravos da nação nas fazendas da nação no Piauí, conforme destacado na Tabela 5.

Tabela 7 – Número de escravos da nação nos principais estabelecimentos públicos, 1854 a 1870

Anos	AG	AM	J B	FPE	A	SL	SB	FP e N	FI	ENI	F C	O	T
1854	54	81	65	121	51	76	137	714	154	-	-	8	1455
1855	51	78	74	122	51	71	139	721	155	-	-	20	1482
1856	50	77	62	121	50	56	139	730	154	-	-	27	1466
1857	49	77	65	118	57	64	115	751	153	-	-	26	1475
1858	49	81	65	119	59	68	125	790	152	-	-	19	1527
1859	51	64	103	16	59	68	125	807	167	-	-	16	1476
1860	47	63	102	18	73	70	120	807	163	-	-	19	1482
1861	47	63	102	18	73	70	120	807	163	-	-	19	1482
1862	48	62	-	18	73	70	120	853	161	-	-	115	1520
1863	46	58	-	13	70	68	120	851	95	-	66	94	1481
1864	47	58	-	11	70	68	120	851	96	-	67	80	1468
1865	89	16	-	9	70	68	116	826	64	41	63	65	1427
1866	-	15	-	62	70	68	116	813	54	43	74	38	1483
1867	-	14	-	62	55	48	106	746	54	43	73	42	1243
1868	-	9	-	59	54	48	106	727	53	40	73	37	1206
1869	-	9	-	58	54	49	97	711	52	37	73	36	1176
1870		9	-	58	53	30	100	719	52	37	36	67	1161

Fonte: Relatórios do Ministério da Fazenda (www.crl.edu/brazil).

Obs.: Para o ano de 1861 optou-se por manter os mesmos números do ano anterior, nas informações de 1861 constam apenas números equivalentes das fazendas da nação (Piauí, Maranhão e Pará). As siglas significam A.G., Arsenal de Guerra; A.M., Arsenal da Marinha; J.B., Jardim Botânico; F.P.E, Fábrica de Pólvora da Estrela; A, Arary; S.L., São Lourenço; S.B., São Bernardo; FPeN, Fazendas do Piauí e Nazaré; SF.I., Fábrica de Ipanema; E.N.I., Estalagem Naval de Itapura; F.C., Fábrica de Coxipó; O, outros; T, total.

Gênero e Idade

Havia, na historiografia da escravidão, um consenso a respeito da desproporção entre os sexos dos escravos, com a prevalência de homens em idade produtiva, isso

principalmente em virtude dos efeitos do tráfico. Com os avanços das pesquisas em história demográfica constatou-se que em certas localidades e atividades econômicas o perfil da população escrava não se encaixava com desenvoltura nesse consenso¹¹⁸. Assim, outro elemento que nos permite uma análise do perfil dos escravos da nação é a distribuição por sexo e por faixa etária.

A Tabela 8, entre os anos de 1858 e 1867, relaciona a idade e o sexo. Verifica-se um equilíbrio entre homens e mulheres e a presença de crianças. Para os anos anteriores, com relação à escravidão privada, em São Paulo, nota-se que:

No final do século XVIII e início do século seguinte, as crianças compunham uma parcela significativa da população cativa. Entre 1777 e 1804, as crianças até 4 anos de idade, constituíam 10% da população total e as com menos de 9 anos compunham 20% de todos os escravos; esses números mantiveram-se relativamente estáveis nos dois períodos. Mas em 1829 nota-se um grande declínio, com as proporções reduzindo-se para 8% e 17% respectivamente¹¹⁹.

Ao analisar a Tabela 8 observa-se uma tendência de percentual de homens para o período indicado. A escravidão pública apresentou em 1858 o percentual de homens de 52,6% e em 1867 ocorreu uma queda significativa, 45,4% eram homens. Demonstra a significativa presença de mulheres e um perfil demográfico sem interferência do tráfico caracterizado pelo predomínio de escravos. Esse perfil foi notado para a Fazenda de Santa Cruz com base no inventário de 1791. “Em Santa Cruz, havia 80 homens para cada grupo de 100 mulheres, definindo, pois, uma superioridade proporcional em torno de 20% para as escravas, muito distante da proporção das fazendas ligadas ao tráfico”¹²⁰.

Para o caso de São Paulo, Francisco Vidal Luna e Herbert Klein observam que:

¹¹⁸ Com relação a esses pontos ver: GUTIÉRREZ, Horacio. Demografia Escrava numa Economia Não-Exportadora: Paraná, 1800-1830. *Estudos Econômicos*, São Paulo, IPE-USP, v. 17, n. 2, p. 297-314, maio/agosto, 1987. LIBBY, Douglas Cole. Transformação e Trabalho em uma economia escravista. Brasília: São Paulo, 1988. PAIVA, Clotilde Andrade. LIBBY, Douglas Cole. Caminhos Alternativos: Escravidão e Reprodução em Minas Gerais no Século XIX. *Estudos Econômicos*, São Paulo, IPE-USP, v. 25, n.2, p. 203-233, maio/agosto, 1995. MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos vontade livres: posse de cativos e família escrava em Bananal, (1801-1829)*. São Paulo: FAPESP/AnnaBlume, 1999. LUNA, Francisco Vidal. COSTA, Iraci Del Nero da. KLEIN, Herbert S. *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: Edusp/Imesp, 2009. LUNA, Francisco Vidal. KLEIN, Herbert S. *Evolução da Sociedade e Economia Escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: Edusp - Editora da Universidade de São Paulo, 2005. ROCHA, Ilana Peliciari. Demografia Escrava em Franca: UNESP-FHDSS, 2004; entre outros.

¹¹⁹ LUNA. KLEIN, op. cit., p. 178.

¹²⁰ MACHADO, C. ENGEMANN, C. FLORENTINO, M. Entre o geral e o singular: Histórias de fazendas escravistas da América do Sul – Séculos XVIII e XIX. FLORENTINO, M. MACHADO, C (orgs.). *Ensaio sobre a Escravidão (I)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 171, 2003.

Quando a importação mantinha-se reduzida por um longo período, a estrutura populacional tendia ao equilíbrio, talvez propiciando sua própria reprodução natural. Ao romper-se o relativo isolamento, normalmente pela intensificação das atividades econômicas, modificando inclusive padrões de exploração dessa mão de obra e estimulando a importação de cativos, alteravam-se os indicadores vitais da população servil, destruindo o equilíbrio existente. Nos primeiros anos do século XIX, a região paulista parecia estar nessa fase de transição, que ainda não atingira a área paranaense. A produção para exportação, essencialmente o açúcar, seria a principal causa a explicar a dinâmica desse processo em São Paulo¹²¹.

Essa interferência do tráfico não pode ser observada, pois nesse período já havia ocorrido a cessação do tráfico atlântico e o Estado passou a ter a tutela dos africanos que chegavam clandestinamente, representando assim uma categoria própria nos limites do trabalho público. Além disso, o Estado também não estava envolvido em atividades econômicas voltadas à exportação, mas para a sua manutenção e ao mercado interno, que é o caso das fazendas de gado e das fábricas de pólvora e de ferro. Conforme os autores, o tipo de economia interferia na distribuição dos escravos por sexo e também por idade.

Encontraram-se, em outro estudo, a partir de comparações entre estudos demográficos sobre a escravidão de algumas localidades paulistas para o ano de 1829, variações por razão de masculinidade de acordo com a atividade econômica:

Areias, Lorena, Itu e Jacaré apresentando a razão de masculinidade em torno de 217, 167, 166 e 155, respectivamente, inserem-se no primeiro caso, de economias voltadas ao mercado externo. Quanto à Franca e Sorocaba, não tinha uma população escrava com equilíbrio entre os sexos, mas não apresentavam um desequilíbrio muito alto, em torno de 135 e 129, respectivamente. E por fim, destaca-se com valores muito próximos a 100, Mogi das Cruzes (com razão de 112,5) e São Paulo (com razão de 108,9), Mogi destacando-se a agricultura de subsistência, e São Paulo para as atividades de comércio, artesanato e serviços¹²².

¹²¹ LUNA. COSTA. KLEIN, op. cit., pp. 179-180, 2009.

¹²² ROCHA, Ilana Peliciari. A demografia escrava em São Paulo em 1829: análise comparativa de estudos demográficos. *Ciência et Praxis*. Passos, v. 2, n.3, pp. 22-23, 2009 (Disponível em: <http://www.fip.fespmg.edu.br/ojs/index.php/scientae/article/view/72/54> - acesso novembro de 2010).

Tabela 8 – Número de escravos da nação nos principais estabelecimentos públicos segundo sexo e faixa etária, 1857 a 1867

Anos	Masculino				Feminino					
	Faixas etárias				Faixas etárias				H+M	%H
	1 a 12	13 a 50	51 e +	T	1 a 12	13 a 50	51 +	T		
A) Números Absolutos										
1858	228	415	160	803	215	402	85	702	1527	52,6
1859	240	379	113	732	239	389	77	705	1476	49,6
1860	244	380	106	730	233	389	88	710	1482	49,2
1861	244	380	106	730	233	389	88	710	1482	49,2
1862	248	406	96	750	244	424	79	747	1520	49,3
1863	225	368	80	673	224	363	67	654	1481	45,4
1864	227	362	76	665	224	361	66	651	1468	45,3
1865	245	330	69	644	249	363	61	673	1427	45,1
1866	278	330	69	677	258	375	64	697	1483	45,6
1867	291	206	68	565	267	350	61	678	1243	45,4
B) Percentuais										
1858	28,4	51,7	19,9	100,0	30,6	57,3	12,1	100,0	-	-
1859	32,8	51,8	15,4	100,0	33,9	55,2	10,9	100,0	-	-
1860	33,4	52,1	14,5	100,0	32,8	54,8	12,4	100,0	-	-
1861	33,4	52,1	14,5	100,0	32,8	54,8	12,4	100,0	-	-
1862	33,1	54,1	12,8	100,0	32,7	56,7	10,6	100,0	-	-
1863	33,4	54,7	11,9	100,0	34,3	55,5	10,2	100,0	-	-
1864	34,1	54,5	11,4	100,0	34,4	55,5	10,1	100,0	-	-
1865	38,1	51,2	10,7	100,0	37,0	53,9	9,1	100,0	-	-
1866	41,1	48,7	10,2	100,0	37,0	53,8	9,2	100,0	-	-
1867	51,5	36,5	12,0	100,0	39,4	51,6	9,0	100,0	-	-

Fonte: Relatórios do Ministério da Fazenda (www.crl.edu/brazil).

Obs.: Para o ano de 1861, optou-se por manter os mesmos números do ano anterior, nas informações de 1861 constam apenas números equivalentes das fazendas da nação (Piauí, Maranhão e Pará). Não estão incluídos na tabela os números de escravos, para os quais não constavam a informação da idade para ambos os sexos, consequentemente o valor total não corresponde a somatória de todos. Para o sexo masculino não constavam informações para o período de 1858 a 1867 de: 14 cativos, no ano de 1858; 31 cativos, para 1859; 34 cativos, para 1860; 34 cativos, para 1861; 16 cativos, para 1862; 67 cativos, para 1863; 67 cativos, para 1864; 60 cativos, para 1865; 5 cativos, para 1866. Para as mulheres não constavam as informações de: 8 cativas, para o ano de 1858; 8 cativas, para 1859; 8 cativas, para 1860; 8 cativas, para 1861; 7 cativas, para 1862; 87 cativas, para 1863; 85 cativas, para 1864; 50 cativas, para 1865; 4 cativas, para 1866. Para o ano de 1867, todos os cativos do sexo masculino e feminino constavam a informação de idade. A coluna H+M representa a totalidade de homens e mulheres, e % H representa a porcentagem de homens dentro da escravidão pública.

Constata-se uma aproximação do perfil do sexo encontrado pela escravidão pública próximo ao último grupo. Salienta-se também que houve a superioridade das mulheres para os anos de 1865 a 1867. É interessante que a alforria geralmente interferia reduzindo o número de mulheres, já que ocorria, em muitos casos, mais

acentuada no grupo feminino. No entanto, visto a presença significativa das mulheres ao longo dos anos, parece não apresentar este perfil de alforria entre a escravaria pública ou a presença feminina era mais intensa que se destacou. Contudo, esse é um panorama da totalidade da escravaria pública, ao separar os estabelecimentos, pode-se observar padrões distintos.

Com relação à idade, a Tabela 8 demonstra que a escravaria pública se concentrava na faixa etária de 13 a 50 anos. Comparando os percentuais de faixa etária por sexo identifica-se um perfil similar de distribuição nas faixas etárias. O percentual na faixa etária de 13 a 50 anos sofreu uma redução para o período indicado, tanto em relação aos homens quanto às mulheres. Contudo, entre os homens a redução foi mais acentuada, no ano de 1858 apresentou um percentual de 27,2%, já para o ano de 1867, a redução de homens foi de 16,5% de homens na faixa etária de 13 a 50 anos. Essa redução na faixa etária de 13 a 50 anos deveu-se ao aumento do número de crianças no período. Movimento inverso ao que ocorreu em Bananal, pertencente à província de São Paulo: “é decrescente a participação relativa das crianças escravas com 14 ou menos anos de idade, que correspondiam a 25,9% do total da população cativa em 1801, a 23,2% em 1817 e a 21,1% em 1829. Esse decréscimo, de fato, reflete o comportamento das crianças cativas do sexo”¹²³. No entanto, é necessário ponderar que os dados referentes à Bananal referem-se ao período anterior ao café. Conforme Francisco Vidal Luna e Herbert Klein:

No final do século XVIII e início do século seguinte, as crianças compunham uma parcela significativa da população cativa. Entre 1777 e 1804, as crianças até 4 anos de idade constituíam 10% da população total e as com menos de 9 anos compunham 20% de todos os escravos; esses números mantiveram-se relativamente estáveis nos dois períodos. Mas em 1829 nota-se um grande declínio, com as proporções reduzindo-se para 8% e 17% respectivamente¹²⁴.

Também em relação aos cativos com 51 anos ou mais ocorre uma redução tanto para os homens – com um percentual de 12,1%, em 1858 e 9,0%, em 1867 – quanto para as mulheres – com percentual de 19,9%, em 1858 e 12,0%, em 1867.

¹²³ MOTTA, op. cit., p. 297.

¹²⁴ LUNA. KLEIN, op. cit., p. 178.

Tabela 9 – Número de escravos da Real Fazenda de Santa Cruz por faixas etárias, estado conjugal e sexo, 1799

Faixas etárias	Casados		Solteiros		Viúvos		Total
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	
A) Números Absolutos							
0-5	-	-	167	169	-	-	336
5-10	-	-	69	96	-	-	165
10-20	1	1	138	113	-	3	246
20-30	67	67	61	43	2	9	249
30-40	67	67	17	5	6	12	174
40-50	58	58	3	-	10	25	154
50-60	26	26	1	-	11	22	86
60 e 70	12	12	0	-	9	10	43
70 e +	4	4	0	-	3	9	20
Total	235	235	456	426	41	90	1483
Outros	-	-	-	-	-	-	71
Total	-	-	-	-	-	-	1554
B) Percentuais							
0-5	-	-	11,3	11,4	-	-	22,7
5-10	-	-	4,7	6,5	-	-	11,2
10-20	0,1	0,1	9,3	7,6	-	0,2	17,3
20-30	4,5	4,5	4,1	2,9	0,1	0,6	16,7
30-40	4,5	4,5	1,1	0,3	0,4	0,8	11,6
40-50	3,9	3,9	0,2	-	0,7	1,7	10,4
50-60	1,8	1,8	-	-	0,7	1,5	5,8
60 e 70	0,8	0,8	-	-	0,6	0,7	2,9
70 e +	0,3	0,3	-	-	0,2	0,6	1,4
Total	15,9	15,9	30,7	28,7	2,7	6,1	100,0
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Arquivo Nacional, Fundo Diversas Caixas, caixa 507, pac 2, mapa geral da escravatura da Real Fazenda de Santa Cruz, em 26 de julho de 1799.

Obs.: Outros se referem a 54 escravos que estavam no Rio Grande de São Pedro e 17 escravos que estavam em novo estabelecimento das Minas de Cantagallo, ambos não especificam estado conjugal, sexo e idade, razão pelo qual não foram computados.

Apesar das constatações adiante sobre as fazendas que serviam para reprodução e para reposição do plantel, como as Fazendas do Piauí, não havia o propósito do poder público nesse sentido. Um problema que pode ter interferido seria a diminuição de homens, o que se pode verificar na Tabela 6, ou seja, ocorreu uma redução gradativa dos escravos, especialmente os homens, em idade produtiva. Para os homens, de 1858 a 1867, um curto período, a redução é de mais de 50%, enquanto que a população de

crianças cresce um pouco neste mesmo período. Isso significa que a reprodução dos escravos nas unidades estavam se acentuando, delineando mais um perfil para esses escravos públicos, de unidades familiares, e menos de unidade de produção.

A Tabela 9 traz separadamente os números por sexo para a Fazenda de Santa Cruz, cruzando-os com a faixa etária e o estado conjugal, para o ano de 1799. Assim como para a escravaria pública tomada em conjunto, a composição por sexo na Fazenda de Santa Cruz demonstra um equilíbrio entre os sexos para todas as faixas etárias, representando no total 49,3% de homens e 50,7% de mulheres.

Analisando a faixa etária dos escravos da fazenda, com base na Tabela 9, observa-se que os números correspondem às demais constatações de distribuição por sexo levando em consideração o total da escravaria pública, aproximadamente 34% de crianças em Santa Cruz. Esse percentual se apresentou próximo ao encontrado por Carlos Engemann, com base nos inventários de 1791 e 1817. O autor colocou que:

Os nascimentos e a infância, ou seja, os escravos de 0 a 14 anos, eram responsáveis por aproximadamente 40% da população em ambos os casos. Destarte, é possível que o crescimento endógeno tenha sido crucial para a manutenção e o incremento do seu nível populacional¹²⁵.

O equilíbrio entre os sexos influenciou no perfil do estado conjugal da população cativa na Fazenda de Santa Cruz. Nota-se que o número de mulheres e de homens casados é igual, demonstrando que eles não buscaram parceiros fora da fazenda. Também, entre os solteiros o percentual de homens e mulheres era próximo, de 30,7% para os homens e 28,7% para as mulheres. Já para os viúvos sobressaíam-se as mulheres com 6,1% para apenas 2,7% de homens.

¹²⁵ ENGEMANN, Carlos. Corriqueiro como Nascer e Morrer. Práticas sociais e parentesco em Santa Cruz. Rio de Janeiro (1791-1817). *Acervo: revista do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, v. 15, n.º. 2, jul./dez. 2002, pp. 87-100. (Disponível em: <http://www.portalan.arquivonacional.gov.br/media/AN%20e%20Pesquisadores%201.pdf>)

Tabela 10 – Número de escravos segundo o sexo nos principais estabelecimentos públicos, 1855, 1860 e 1865

Estabelecimentos	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
Arsenal de Guerra, Corte						
1855	33	64,7	18	35,3	51	100,0
1860	30	63,8	17	36,2	47	100,0
1865	73	82,0	16	18,0	89	100,0
Arsenal da Marinha, Corte						
1855	73	93,6	5	6,4	78	100,0
1860	59	93,7	4	6,3	63	100,0
1865	16	100	-	-	16	100,0
Jardim Botânico, Corte						
1855	36	48,6	38	51,4	74	100,0
1860	48	47,0	54	53,0	102	100,0
1865	-	-	-	-	-	-
Fábrica de Pólvora de Estrela, RJ						
1855	92	75,4	30	24,6	122	100,0
1860	15	83,3	3	16,7	18	100,0
1865	8	72,7	3	27,3	11	100,0
Arary, PA						
1855	32	62,7	18	35,3	51	100,0
1860	47	64,4	26	35,6	73	100,0
1865	45	64,3	25	35,7	70	100,0
São Lourenço, MA						
1855	33	46,5	38	53,5	71	100,0
1860	36	51,4	34	48,6	70	100,0
1865	35	51,5	33	48,5	68	100,0
São Bernardo, MA						
1855	73	52,5	66	47,5	139	100,0
1860	51	42,5	69	57,5	120	100,0
1865	44	37,9	72	62,1	116	100,0
Fazendas Piauí e Nazaré, PI						
1855	329	45,6	392	54,4	721	100,0
1860	395	48,9	412	51,1	807	100,0
1865	375	45,4	451	54,6	826	100,0
Fábrica de Ferro de Ipanema, SP						
1855	74	47,7	81	52,3	155	100,0
1860	75	46,0	88	54,0	163	100,0
1865	29	45,3	35	54,7	64	100,0
Estalagem Naval de Itapura, SP						
1855	-	-	-	-	-	-
1860	-	-	-	-	-	-
1865	15	36,6	26	63,4	41	100,0
Fábrica de Pólvora de Coxipó, MT						
1855	-	-	-	-	-	-
1860	-	-	-	-	-	-
1865	39	61,9	24	38,1	63	100,0

Fonte: Relatórios do Ministério da Fazenda (www.crl.edu/brazil).

Obs.: Optou-se por manter os mesmos números para o ano de 1861, no qual tem-se informação equivalentes para as fazendas da nação.

A tabela 10 reforça a identificação da distinção do emprego de trabalho escravo conforme o tipo de estabelecimento. As fazendas continham o maior número de

mulheres servindo, ainda que não propositadamente, mas consequentemente, de unidades de reprodução. Enquanto que as repartições e fábricas, dependentes de mais força física, continham maior número de homens. É o que se verifica principalmente nas Fazendas do Piauí, São Bernardo e São Lourenço e nas Fábricas de Pólvora, no Arsenal de Guerra e da Marinha. Fogem desse padrão a Fazenda Arary e a Fábrica de Ferro de Ipanema.

Em análise de relação dos escravos existentes em 1821 na Fábrica de Ferro de Ipanema, Mario Danieli Neto aponta que do total de 66 escravos, 83,3% eram do sexo masculino e 16,7% do sexo feminino; além disso, destaca a presença de crianças e jovens de 1 a 12 anos. Para períodos posteriores, em 1834, do total de 149 escravos, 109 eram homens e 26 mulheres; e em 1836, de 141 escravos, 93 eram homens e 48 mulheres¹²⁶.

Tomando os números de homens e de mulheres de 1845 em diante, Mario Daniele Neto chega à conclusão que:

(...) vê-se que em 1845 a presença de mulheres é maior que de homens, situação que permanece dez anos depois e continua entre 1856 e 1857. Entre 1859 e 1860 há uma queda na participação de mulheres no total de escravos, mas ainda assim, estas representavam mais de 50% do contingente. Somente nos anos 1867 e 1870 o número de homens supera largamente o de mulheres¹²⁷.

A tabela 11 identifica os escravos por idade para três anos no período de registro pelo Ministério da Fazenda. A Tabela pode indicar a tese de que as fazendas, especialmente as do Piauí, eram estabelecimentos de reprodução. Além de outros documentos e historiografia citados adiante com referência ao envio de escravos das fazendas para os demais estabelecimentos, as proporções acima indicam a presença de mais crianças nas fazendas, tanto porque os adultos eram retirados para os outros estabelecimentos, quanto porque havia ali um número maior de mulheres.

Analisando a tabela, percebe-se que, em 1855, o estabelecimento com o maior percentual de crianças (1 a 12 anos) era o Jardim Botânico, com 31,1%, seguido das Fazendas da nação no Piauí, com 29,1% e a Fazenda de São Lourenço, com 28,2%. Já o Arsenal da Marinha não dispunha de crianças cativas, ao contrário do Arsenal de Guerra

¹²⁶ NETO, M. D.. *Escravidão e Indústria: um estudo sobre a Fábrica de Ferro São João de Ipanema – Sorocaba (SP) – 1765-1895*. 2006. 194f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Instituto de Economia, UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas). Campinas, pp. 125-127, p. 132, 15/12/2006.

¹²⁷ Ibid, pp. 141-142.

que para esse ano apresentava um percentual de 25,5% de crianças; também a Fábrica de Pólvora de Estrela apresentou um baixo percentual de crianças, 11,5%.

Para o ano de 1860, com base na Tabela 11, essa distribuição com relação à presença de crianças escravas nos estabelecimentos públicos se manteve, mas houve um aumento considerável do percentual na Fazenda de São Lourenço, que assumiu como estabelecimento com crianças, com 42,9%. Outro estabelecimento que apresentou aumento significativo foram as Fazendas no Piauí, que apresentaram 38,3%. A redução do percentual de crianças no ano de 1860 deu-se na Fábrica de Pólvora da Estrela, com 5,5%; para o ano de 1865, caiu também no Arsenal de Guerra o percentual de crianças, para 16,8%.

Assim, destaca-se, nos anos analisados, a presença de crianças nas Fazendas da nação no Piauí e na Fazenda de São Lourenço que apresentaram percentuais elevados, em torno de 28% a 42% ; e a presença ínfima na Fábrica de Pólvora de Estrela.

A identificação das fazendas como unidades de reprodução de escravos foi discutida especialmente por Solimar Oliveira Lima, para o caso das Fazendas no Piauí, que eram as fazendas com maior número de escravos, juntamente com a Fazenda de Santa Cruz (mas esta se diferencia por ser de usufruto da Coroa). Entre 1854 e 1870 e excetuando as fazendas de usufruto, as fazendas do Piauí respondiam, para quase todos os anos, por mais de 50% dos escravos da nação. Solimar Oliveira Lima registra que a quantidade de escravos naquelas fazendas sempre foi expressiva desde o período de propriedade jesuítica e ressalta que:

As propriedades possuíam 164 afro-descendentes em 1739, e 170 em 1743, anos sob tutela jesuítica. Em 1760, quando se iniciou o período do Fisco após a expulsão dos religiosos, o número de trabalhadores passou para 294; em 1782, para 489; em 1811, para 498. Na gestão imperial, a população aumentou para 686 em 1822; 830, em 1829, e 1 261, em 1871, ano em que foi libertada¹²⁸.

¹²⁸ LIMA, Solimar Oliveira. *Braço Forte. Trabalho escravo nas fazendas da nação no Piauí (1822-1871)*. Passo Fundo: UFP, pp. 39-40, 2005.

Tabela 11 – Número de escravos segundo a faixa etária nos principais estabelecimentos públicos, 1855, 1860 e 1865

Estabelecimentos	1-12	%	13-50	%	50 e +	%	S.i.	T	%
Arsenal de Guerra, Corte									
1855	13	25,5	38	74,5	-	-	-	51	100,0
1860	14	29,8	33	70,2	-	-	-	47	100,0
1865	15	16,8	70	78,7	1	1,1	3	89	100,0
Arsenal da Marinha, Corte									
1855	1	1,3	42	53,8	35	44,9	-	78	100,0
1860	-	-	35	55,5	28	44,5	-	63	100,0
1865	-	-	9	56,3	7	43,7	-	16	100,0
Jardim Botânico, Corte									
1855	23	31,1	42	56,8	9	12,1	-	74	100,0
1860	29	28,4	57	55,9	16	15,7	-	102	100,0
1865	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fábrica de Pólvora da Estrela, RJ									
1855	14	11,5	63	51,6	45	36,9	-	122	100,0
1860	1	5,5	15	83,3	1	5,5	1	18	100,0
1865	1	11,2	4	44,4	4	44,4	-	9	100,0
Arary									
1855	10	19,6	33	64,7	8	15,7	-	51	100,0
1860	15	20,5	42	57,3	14	19,2	2	73	100,0
1865	14	20,0	42	60,0	14	20,0	-	70	100,0
São Lourenço									
1855	20	28,2	38	53,5	13	18,3	-	71	100,0
1860	30	42,9	32	45,7	8	11,4	-	70	100,0
1865	29	42,6	31	45,6	8	11,8	-	68	100,0
São Bernardo									
1855	36	25,9	88	63,3	15	10,8	-	139	100,0
1860	30	25,0	71	59,2	19	15,8	-	120	100,0
1865	37	31,9	67	57,8	12	10,3	-	116	100,0
Fazendas Piauí e Nazaré									
1855	210	29,1	419	58,1	92	12,8	-	721	100,0
1860	309	38,3	403	49,9	80	9,9	15	807	100,0
1865	352	42,6	414	50,1	60	7,3	-	826	100,0
Fábrica de Ferro de Ipanema									
1855	38	24,5	96	61,9	21	13,6	-	155	100,0
1860	50	30,7	68	41,7	23	14,1	22	163	100,0
1865	12	18,7	-	-	-	-	52	64	100,0
Estalagem Naval de Itapura									
1855	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1860	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1865	17	41,5	24	58,5	-	-	-	41	100,0
Fábrica de Pólvora de Coxipó									
1855	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1860	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1865	8	12,7	-	-	-	-	55	63	100,0

Fonte: Relatórios do Ministério da Fazenda (www.crl.edu/brazil).

Obs.: s.i. significa sem informação de idade.

Dessa forma, o autor acredita que as Fazendas no Piauí serviram como unidades de reprodução:

A Nação necessitava de trabalhadores em outros empreendimentos e as fazendas do Piauí, além de se auto-sustentarem com mão-de-obra, abasteciam com trabalhadores escravizados outras propriedades rurais, minas e guerras. As fazendas públicas do Piauí existiam também como fazendas de reprodução de trabalhadores escravizados. A desagregação das famílias, iniciada com o Real Fisco e sistematicamente reproduzida pelo Império, era uma das características do regime escravista nas fazendas, que imprimiu uma dinâmica própria para a reprodução dos trabalhadores¹²⁹.

Pode-se dizer que ocorreu uma reprodução natural, no entanto é necessário relativizar a idéia do autor. Conforme os números indicados pelo autor: “Em 1829, as propriedades contavam com 830 afro-descendentes, o que representava um crescimento de 69,7% em relação a 1782, dando uma média, nos 47 anos, de sete trabalhadores nascidos por ano nas propriedades, que eram 33”¹³⁰. Esses números estavam longe de suprir o mercado como o autor sugere, um exemplo são os dados da Guerra, o número de escravos foi irrisório se comparado ao número de livres; Ricardo Salles apresenta um percentual de 5,49%¹³¹. Ou seja, as fazendas do Piauí estavam longe de preencher a mão de obra com a sua reprodução natural. E mesmo entre os estabelecimentos públicos não eram suficientes para atender às necessidades e serviram mais como paliativos para um setor público caracterizado pela falta de orientação geral para com a escravaria pública.

Mas o que Solimar Oliveira Lima aponta é que estas fazendas não estavam sob um controle efetivo do Império. Seus administradores produziram resultados mais pela dinâmica de administração associada a interesses pessoais de exploração das fazendas. Como resultado final, os escravos que ali estavam, alimentavam parte das necessidades das demais unidades ao sul, mas menos porque ali se encontrava uma fazenda de reprodução e mais porque ali havia fazendas com reprodução.

Aparentemente no setor privado, também ocorreu esse perfil nas fazendas ligadas à pecuária. Para o Paraná, Horacio Gutiérrez aponta que: “O crescimento vegetativo positivo dos escravos foi, ao que parece, uma realidade na região, sendo a importação e compra dos negros africanos pouco expressiva”¹³². Enfim, pode-se concluir que a reprodução natural se refere, nesse caso, à atividade da pecuária que

¹²⁹ LIMA, op. cit., p. 154.

¹³⁰ Ibid, p. 45.

¹³¹ SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 65, 1990.

¹³² GUTIÉRREZ, Horacio. Fazendas de gado no Paraná escravista. *Revista Topoi*. Rio de Janeiro, v. 9, n. 9, pp. 117, 2004.

permitiu características diferentes possibilitando o crescimento vegetativo da população escrava.

Com relação à reprodução na Fábrica de Pólvora da Estrela, Alinnie Silvestre Moreira percebe que na década de 1830 ocorreram “somente acréscimos endógenos, ou seja, aqueles representados pela reprodução do próprio contingente fabril. (...) Os registros da fábrica apontam para várias crianças escravas nascidas no estabelecimento, o que confirma nossas suposições”¹³³.

Observando a distribuição e o perfil dos escravos, identifica-se um Estado sem um projeto específico para com esses. O uso de fazendas como local de reprodução não teria sido por orientação predeterminada, mas pelas próprias dinâmicas dos estabelecimentos e dos setores econômicos que eles serviam.

¹³³ MOREIRA, op. cit., pp. 108-109.

II – Concepção do Estado frente aos escravos públicos

4 - Controle e administração pública sobre os escravos

Aparentemente não havia uma diretriz uniforme por parte do Estado e a administração dos escravos dependeu antes de regulamentações elaboradas pelos próprios estabelecimentos atendendo a suas características, podendo mudar esses regulamentos de acordo com a deliberação do diretor em exercício.

O controle público sobre os escravos da nação pareceu disperso entre as repartições em que estes se encontravam. Os documentos mais importantes com uma referência aos escravos da nação em conjunto são os Relatórios do Ministério da Fazenda, que passaram a existir a partir de 1854, e estes apenas listam, com algumas características de identificação, o conjunto dos escravos, mas estas listas não incluem fazendas de usufruto do Império. Conforme levantamento da legislação imperial sobre os escravos, consultada em Dea Fenelon, do total de 687 legislações (alvarás, atos, cartas de lei, leis, decretos, regulamentos e decisões), apenas 20 se referem aos escravos da nação, aproximadamente 3%¹³⁴. Nessa legislação sobre os escravos da nação observa-se que não havia um órgão específico de organização e de fiscalização desse patrimônio, mas ministérios ou secretarias nos quais as repartições tinham que prestar contas e receber ordens. Isso pode dever-se ao fato das especificidades dos estabelecimentos e do gerenciamento de sua mão de obra, mas também indica que não havia uma orientação uniforme para a administração e o tratamento dos escravos públicos.

Nesse sentido, o desafio aqui passa a ser a identificação de um sentido público no tratamento do escravo em comparação com a administração de escravos de particulares. Há a hipótese de que a vertente liberal do Estado no período monárquico da escravidão pública tenha revertido num tratamento mais ameno de escravidão face aos escravos privados. Por fim, também, por mais que não houvesse um órgão controlador, o Estado, por meio de ministros e diretores de órgãos, regulamentava algumas ações, o que pode demonstrar uma incipiente organização administrativa em relação a este tema.

¹³⁴ FENELON, Dea Ribeiro. Levantamento e sistematização da legislação relativa aos escravos no Império do Brasil. *Anais do VI Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História*. São Paulo, v. 2, p 199-307, 1973.

Os estabelecimentos se organizavam conforme regulamentos que, de certa forma, indicavam como deviam proceder os funcionários dos estabelecimentos. A análise a seguir, com base nesses regulamentos, decisões e atos dos ministérios e também na historiografia, discute a administração dos escravos públicos e a compara com a administração dos escravos privados. Para traçar essa comparação, separou-se por atividades econômicas – fazendas e fábricas – que envolvem tratos e condições diferentes para com a escravaria. Há de se notar que essa separação não é absoluta, pois nas fazendas haviam atividade fabris e nas fábricas aparecem as roças, para manutenção da escravatura.

Essa separação por atividade econômica deve-se à predominância dos escravos públicos entre estas atividades. Porém, a escravidão privada não é um universo uniforme, variando conforme a estrutura econômica e o momento político em que os escravos estavam inseridos. Quanto às distinções econômicas, as diferenças entre escravos na grande lavoura, nas pequenas lavouras, nas minas, nas cidades, quanto às distinções políticas, não menos dissociadas da economia, as distinções entre Colônia, começo e fim do Império, que produziam variações de acordo com os condicionantes e processos produtivos de cada estrutura econômica. Ainda, é preciso considerar que essas variações podem ocorrer até mesmo entre os escravos privados pertencentes ao mesmo senhor. Certos escravos podiam ter um tratamento diferenciado em função da atividade exercida no estabelecimento; um escravo doméstico, por exemplo, poderia ter condições mais brandas devido à proximidade ao senhor e seus familiares. A aproximação possível, para uma comparação entre escravos públicos e escravos privados, deve levar em consideração apenas o tipo e o padrão de atividade econômica, no caso, as grandes fazendas e as indústrias, para não incorrer no risco de uma dispersão nesse universo de relações de escravidão.

A escravidão pública possibilitou que os estabelecimentos, aqueles maiores e mais importantes, formassem espaços sociais mais complexos, que atendiam às necessidades mais elementares de sobrevivência. Alinnie Silvestre Moreira, em estudo sobre a Fábrica de Pólvora, localizada no Rio de Janeiro, chega a associar este ambiente comunitário a uma pequena cidade, como se pode observar nas Imagens 1 e 2. Eram estabelecimentos relativamente separados da urbanização, especialmente as fábricas e as fazendas, por isso contavam com uma certa estrutura, ainda que precária, como hospitais, capelas, prisões, escolas e espaços de lazer, conforme Imagens 3 e 4. Este espaço atendia prioritariamente a comunidade livre que circundava o estabelecimento,

mas também os escravos. Alinnie Silvestre Moreira aponta que na Fábrica de Pólvora, quando fora transferida para a comunidade da Estrela, em 1831, esse perfil podia ser notado, já que esta deixou de ser um espaço rural e passou a sofrer profundas transformações:

Podemos dizer que a fábrica dispunha dos elementos básicos que caracterizam uma pequena cidade. Além dos prédios já descritos, foram estabelecidos um hospital, uma fazenda para o sustento dos escravos, uma capela e uma prisão. Estes serviços foram, pouco a pouco, sendo estendidos aos moradores da região, que embora dispusessem de um porto que movimentava e abastecia a região, careciam de cuidados médicos e serviços escolares. As atividades de lazer, na região, ficavam por conta da natureza do fundo da Baía de Guanabara e também pela existência de ‘casa de danças’ e de bebidas, nas quais os trabalhadores se reuniam, inclusive escravos da nação e africanos livres, ainda que tivessem que fugir de suas senzalas¹³⁵.

Também para o caso das Fazendas da nação no Piauí, antigas fazendas dos jesuítas que passaram ao domínio do Estado com o confisco: “Na fazenda-sede das inspeções, as casas ficavam junto à residência do inspetor, que, por possuir um maior número de trabalhadores, ganhava a aparência de povoado”¹³⁶.

Imagem 1 – Gravura da Fábrica de Ferro São João de Ipanema, 1820

¹³⁵ MOREIRA, Alinnie Silvestre. Liberdade tutelada. *Os africanos livres e as relações de trabalho na Fábrica de Pólvora da Estrela, Serra da Estrela/RJ (c. 1831 – c. 1870)*. 2005. 256f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas). Campinas, p. 60, 2005.

¹³⁶ LIMA, Solimar Oliveira. *Braço Forte. Trabalho escravo nas fazendas da nação no Piauí (1822-1871)*. Passo Fundo: UFP, p. 133, 2005.

Fonte: DEBRET, Jean-Baptiste. Quarenta paisagens inéditas no Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1973 (Disponível em: <http://www.abpfsp.com.br/ferrovias/ferrovias34.htm>, acesso em janeiro 2011).

Imagem 2 – Fazenda de Santa Cruz

Fonte: DEBRET, Jean-Baptiste. “Fazenda de Santa Cruz”. Viagem pitoresca e histórica ao Brasil. v. 3, Paris, 1934. (Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/624530124> – Acesso em: janeiro de 2011).

Imagem 3 – Mapa da Fábrica de Pólvora da Estrela, 1845

Fonte: MOREIRA, p.257, 2005.

Imagem 4 – Planta dos edifícios da Fábrica de Ferro São João de Ipanema durante a administração de Varnhagen.

PRÉDIOS CONSTRUÍDOS ENTRE 1810-1814	PRÉDIOS CONSTRUÍDOS ENTRE 1815-1820
A. Usina siderúrgica construída pelos suecos	D. Carpintaria
B. Depósito de minério de ferro	E. Oficina mecânica
C. Casa do administrador	F. Nova siderúrgica com dois fornos altos
H. Depósito de carvão	G. Refinação e martelo
J. Barragem e canal	I. Correio
K. Forno de cal	L. Olaria
M. Moradia dos escravos	N. Vila operária

Fonte: SANTOS, p. 35, 2009.

As fazendas

As fazendas públicas eram os principais estabelecimentos com escravos da nação. Nestes estabelecimentos ocorreu um controle local autônomo, que pode ser identificado nos diversos aspectos de gestão. O controle e a administração estão imbricados, mas o controle tem um sentido mais restrito de tipicidade da sua necessidade numa relação escravocrata, como também controle significa uma necessidade própria do Estado sobre os súditos e sobre o seu território. Já a administração é a atenção e os cuidados que se empregam em algo sob controle.

Existem Decisões que revelam a conexão entre a administração dos estabelecimentos, os interesses do Estado e o trato com os escravos. A condição de escravo público não retira o que há de essencial na escravidão: a submissão forçada e a condição de coisa. Qualquer das preocupações com o trato é, antes de tudo, uma preocupação com a preservação do patrimônio. O que diferencia é a parca noção de patrimônio público e a responsabilidade de administrador público sobre ele, ainda que precária.

É necessário ressaltar que, em função das fazendas públicas pertencerem anteriormente à Companhia de Jesus, isso proporcionou, durante o domínio estatal, resquícios do modelo jesuítico de gestão. Considera-se que a continuidade desse modelo não significou uma postura estatal a favor dele, mas a uma concepção solta de sua condição enquanto proprietário. No entanto, cabe observar que, conforme artigo de Carlos Engemann, Cláudia Rodrigues e Marcia Amantino, houve, no caso da Fazenda de Santa Cruz, por exemplo, um administrador que se posicionou a favor da administração jesuítica na fazenda e procurou adotá-la no que foi possível¹³⁷.

Quanto ao padrão geral de administração, no que toca à Fazenda de Santa Cruz, estabelecimento agrícola localizado no Rio de Janeiro e de usufruto da Coroa como local de passeio, destaca-se a organização em regulamentos. Em instruções provisórias para a administração da Fazenda de 1808, apresenta-se as funções de cada funcionário. “Ao Superintendente da Fazenda de Santa Cruz serão subordinadas todas as pessoas empregadas na administração e trabalhos da dita fazenda, de qualquer ordem ou condição que seja”. Sua função era regular:

(...) os trabalhos de agricultura e de industria, como melhor lhe parecer, e de acordo com os Administradores e empregados, cada um no ramo que lhe for privativamente incumbido, prevalecendo no caso da duvida a deliberação do Superintendente, o qual deverá participar a Sua Alteza Real, pelo Presidente do Real Erario, esta sua deliberação, bem como todos os estabelecimentos novos que julgar convenientes, e a bem da Real Fazenda, para que Sa Alteza Real decida como lhe parecer¹³⁸.

¹³⁷ ENGEMANN, Carlos. RODRIGUES, Cláudia. AMANTINO, Márica. Os jesuítas e a Ilustração na administração de Manuel Martins do Couto Reis da Real Fazenda de Santa Cruz (Rio de Janeiro, 1793-1804). *História Unisinos*, vol. 13, nº. 3, pp. 241-252, setembro/dezembro de 2009.

¹³⁸ Instruções provisórias para a administração da Fazenda de Santa Cruz, de 20 de setembro de 1808 (www.camara.gov.br).

O Estado conferia autonomia, mas procurava na medida do possível um controle, seja exigindo que certas decisões passassem pela autoridade maior, seja identificando seu patrimônio:

6.º Mandará proceder a um inventario de todos os escravos de um e outro sexo, com declaração dos seus nomes, sexo, officios, estado e idades, de um a cinco, de cinco a dez, de dez a quinze annos, e assim por diante, de maneira que conste com exactidão o numero total dos escravos de que toma conta a administração.

(...)

8.º Mandará fazer mappas diarios em que se vejam os destinos de todos os escravos, e a sua occupação, declarando-se nelles o numero promptos, o serviço em que foram occupados, o numero dos doentes, dos mortos, dos presos, e todas as mais particularidades que julgar conveniente, por um methodo analogo ao que se pratica nos Regimentos da tropa, e tantas quantas forem as divisões dos trabalhos que estabelecer na Fazenda de Santa Cruz, assignando estes mappas os chefes de cada uma das repartições, que serão obrigados a apresenta-los ao Superintendente no fim de cada semana. (...)

15.º Deverá apresentar todos os annos um mappa da escravatura com declaração dos nascimentos, casamentos e morte que houverem, comparando com o do anno antecedente¹³⁹.

Ainda em relação à Fazenda de Santa Cruz, um regulamento de 1835 aponta os limites e as funções do Administrador com relação à escravaria:

11º Também não pode o Adm. conceder licenças aos escravos em dias de serviço da Fazenda.

(...)

13º He conveniente que o Adm. tenha huma relação de todas as senzallas com declaração das ruas, lugares, numeros e nomes de quem nellas moram para bem lhe poder passar revista de noite, e a horas inesperadas depois de toque da caixa, a cuja averiguação procederá quanto antes; assim como dividir as ruas em quarteirões, e encarregará a Escravos bem comportados que nelles morem, que lhes dêem parte das novidades que ocorrerem muito principalmente das crianças menores e dos velhos inuteis que não hindo à revista meses, nem outros costumão occultar as doenças, procedimento que tem feito perecer muitos¹⁴⁰.

No universo privado também se pode dizer que as fazendas concentravam boa parte da escravaria. Para compreender como funcionava a administração privada dos escravos, recorreu-se a obra de Stanley J. Stein que trata de fazendas de café em

¹³⁹ Instruções provisórias para a administração da Fazenda de Santa Cruz, de 20 de setembro de 1808 (www.camara.gov.br).

¹⁴⁰ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Diversos Códices, SDH-SDE-001, Casa Real e Imperial Mordomia-mor, cod. 1122, St. Cruz, vol. 2, Regulamento da Fazenda de Santa Cruz, 12-02-1835.

Vassouras no século XIX¹⁴¹. A escolha deve-se ao fato da descrição minuciosa do cotidiano dos cativos feita pelo autor, ressaltando que não é possível generalizar a toda escravidão privada, que possui um universo diversificado. Aspectos da escravidão privada podiam se diferenciar dependendo do setor econômico, se exportação ou mercado interno, se urbano ou rural, etc. Mas também se recorreu à prescrição de manuais para o trato escravo conforme estudo de Rafael de Bivar Marquese. Estes manuais agrícolas trataram da administração dos escravos e serviram como suporte e referência para as fazendas privadas, ainda que sejam documentos com idealizações que não necessariamente foram seguidas, servem como uma fonte secundária. “Os autores do século XIX não só construíram uma teoria sobre a administração dos escravos, mas também falaram como porta-vozes das classes proprietárias de certas regiões do Brasil. Pela primeira vez, os senhores de escravos escreveram sobre o assunto”¹⁴². Apesar dos manuais tratarem de orientações para o controle e administração das propriedades rurais e não da prática em si, considera-se que, conforme Rafael de Bivar Marquese:

(...) as teorias sobre a administração dos escravos são saberes voltados para a ação; elas nascem de práticas gerenciais pretéritas, reelaboradas de acordo com as ferramentas mentais mobilizadas, e buscam informar as práticas administrativas futuras. Seu conteúdo, ao mesmo tempo descritivo e normativo, implica que as teorias aqui examinadas procuram apreender a totalidade da relação senhor-escravo, apresentando quase sempre, além das prescrições para a gestão escravista, uma defesa orgânica da instituição¹⁴³

Está elaborado um quadro comparativo entre as categorias público e privada. O Quadro 1 que sintetiza e facilita a compreensão do problema, com referências gerais de nove pontos, tanto no tratamento do escravo público quanto do privado em fazendas de café em Vassouras, no Rio de Janeiro: alimentação; vestuário; moradia; aquisições de bens ou outros prêmios; família; trabalho; saúde; controle, castigos e punições; religião e instrução. Esses pontos foram selecionados por se tratarem de aspectos básicos de gestão da escravaria e por estarem na bibliografia pertinente e em documentos analisados.

¹⁴¹ STEIN, Stanley J. *Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba*. São Paulo: Brasiliense, 1961.

¹⁴² MARQUESE, Rafael de Bivar. *Administração e escravidão: idéias sobre a gestão da agricultura escravista brasileira*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 1999. MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente. Senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

¹⁴³ *Ibid*, p. 15.

Examinando o quadro observam-se similaridades e variações de tratamento com relação aos itens destacados. Com relação à alimentação dos escravos públicos, não se pode afirmar que seguia os parâmetros indicados pelo manual agrícola de Taunay, pautado por método de distribuição e comparação com refeição de um soldado. Com relação à Fazenda de Santa Cruz, pode-se dizer que havia uma preocupação com o observar a refeição dos escravos quando se encontravam em conjunto, mas, como a alimentação baseava-se no sistema de sustentarem por si, não havia, de certa forma, um controle rígido por parte da administração. No entanto, em 1869, o administrador José da Saldanha da Gama expõe suas preocupações com relação ao sistema de alimentação da escravatura para o Mordomo da Casa Imperial:

Querendo Sua Magestade que desapareça o antigo e pernicioso sistema dos escravos se sustentarem por si mesmo. E na verdade Ex. Sr. Quem com eu tiver observado durante quatro meses consecutivos o sustento diário destes escravos e principalmente o dos menos ativos ou dos mais pobres, não poderá disimular a tristeza que a fome sabe despertar no espírito de quem tem por missão proteger e beneficiar a escravatura de Santa Cruz.

Como regra geral os alimentos de quem se servem estes escravos são: peixes de qualidade inferior; farinha de mandioca; abobora; preás; alguns jacaré (raramente) e em certa época do anno – laranjas; raros são os que podem comprar meia libra de carne secca por dia!

Devo observar que a resignação desta gente chega ao ponto de dormir à noite sem haver comido durante o dia, e de acordar no dia seguinte sem saber o que terá para comer.

Impressionado pôr este facto, e sobre tudo conservando em memoria as Palavras que ouvi à Sua Magestade, encentei a minha administração em agosto do corrente anno ordenando, que uma vez por semana recebessem os escravos adultos duas libras de carne fresca, e que fosse dada uma libra aos menores que também trabalham.

(...) Ficarei contente si à substancia deste officio merecer a Alta aprovação de Sua Magestade O Imperador¹⁴⁴.

Nas Fazendas da nação no Piauí, Solimar Oliveira Lima relata que a dieta era pobre, baseada, principalmente, em farinha. Observa-se que nas fazendas de café em Vassouras havia variações conforme o proprietário, alguns alimentavam seus escravos apenas duas vezes, outros já acrescentavam mais duas refeições, pautadas por café e, no frio, aguardente. Segundo Stanley J. Stein, a base da alimentação da escravaria era a mesma dos senhores, porém de qualidade inferior:

¹⁴⁴ Arquivo Nacional, Diversos Códices, SDH-SDE 001, Casa Real e Imperial Mordomia-mor – Cod 1122 – St Cruz, Cod. 965, doc 17 – Ofício de 04 de dezembro de 1869.

Cinco alimentos – fubá de milho, feijão, mandioca, toucinho e açúcar – constituíam a base de quatro refeições diárias servidas aos escravos e aos senhores. No desjejum os escravos recebiam porções de angu (...) Com a porção de angu, cada escravo recebia uma caneca contendo trinta centímetros de café quente adoçado com rapadura. (...) Diziam que o café servido aos escravos não tinha aroma nem sabor, porque os fazendeiros usavam grãos de má qualidade, que frequentemente produziam uma infusão de gosto amargo”¹⁴⁵.

Quanto às vestimentas dos escravos públicos, na Fazenda de Santa Cruz, funcionava o sistema de conseguirem por si, o que demonstra a ausência de interferência da administração nesse item, e nas Fazendas da nação no Piauí aparece um vestuário precário e reduzido com produção na própria fazenda e sempre sujos, indicando a falta de inspeção rigorosa. No caso do vestuário dos cativos das fazendas de café de Vassouras, a inspeção parece ser regular, ocorrendo nos finais de semana.

O controle sanitário das moradias escravas – ponto destacado por Taunay - parece não ser de grande preocupação nas fazendas públicas e também no ambiente privado. Apesar de a Fazenda de Santa Cruz apresentar moradias de alvenaria, ainda havia as de taipa; e, nas Fazendas da Nação no Piauí, só existiam as de palhas e taipas e muitas incompletas. Com relação ao controle dos senhores nas fazendas de café, o descuido era o mesmo, sendo que: “Eram poucas as alterações da senzala dentro do plano de reformas da fazenda: uma cobertura de telhas, às vezes um alpendre externo para dar sombra e cercado de balustres de madeira, mas assoalhos nunca”¹⁴⁶.

O sistema de conceder agrados aos escravos era uma forma de controle da escravaria e foi um dos destaques dos manuais analisados por Rafael de Bivar Marquese. Nesse ponto as fazendas públicas podem assemelhar-se ao que se propunham os manuais e ao que se adotava nas fazendas de café. Na Fazenda de Santa Cruz, os escravos possuíam lotes de terras e nas Fazendas Públicas no Piauí, apesar do descaso dos criadores e inspetores, havia o costume de se conceder aos cativos a quarta parte da produção de gado. Essas práticas remontam-se à administração dos jesuítas. No caso das fazendas de café de Vassouras:

Os fazendeiros lhes concediam essas glebas por diversas razões: davam ao lavrador escravo o sentimento da propriedade que, soubessem-no os fazendeiros ou não, era a continuação de uma tradição africana que abrandava a aspereza do cativo; produziam víveres que os fazendeiros não cultivavam, concentrados que estavam

¹⁴⁵ STEIN, op. cit., pp. 208-209.

¹⁴⁶ STEIN, op. cit., p.52.

na monocultura; e, comprando a dinheiro sua produção, os fazendeiros punha na mão dos escravos pequenas quantias para adquirirem artigos suplementares que não eram fornecidos pela fazenda¹⁴⁷.

A prática de conceder lotes de terras aos escravos, conceituada como “brecha camponesa” por Ciro Flamarion Cardoso, era a possibilidade de os escravos produzirem para seu consumo, mas também venderem o excedente. Como expressa o autor “é uma brecha para o escravo como se diria hoje ‘um espaço’, situado sem dúvida dentro do sistema, mas abrindo possibilidades inéditas para atividades autônomas dos cativos”¹⁴⁸. Apesar dos benefícios que trouxe aos escravos, a concessão de lotes não deixou de ser uma estratégia dos proprietários para diminuir gastos e obter maiores lucros e também, ou seja, de ser uma estratégia para o controle da escravaria. O autor apresenta estudos sobre essa prática em vários anos e localidades, demonstrando que não eram casos isolados e irrelevantes, como aponta Jacob Gorender¹⁴⁹.

A concessão de bens aos escravos acabava por gerar o problema da herança, tanto no universo privado quanto no público. O escravo público falecido deixava ao Estado o seu espólio porque ao escravo em geral assim era tratado. Com relação aos bens dos escravos privados em Decisão do Ministério da Fazenda, em 1868, declara que não podendo o escravo adquirir por título de sucessão a herança de seu filho em estado de liberdade, não lhe é concebido transmitir a terceiro aquilo que não pode adquirir:

Ilm. e Exm. Sr. – Tendo o presente a informação dada (ilegível) do Capitão Tristão da Cunha Cavalleiro, em que pede que seja reformado o despacho pelo qual foi indeferida a petição, que fizera, de ser-lhe entregue a quantia de seiscentos mil réis, que deixára á sua mãi Gertrudes, escrava do supplicante, o soldado Martinho Antonio, fallecido na provincia de Santa Catharina em caminho do theatro da guerra contra o governo do Paraguay; declaro a V. Ex. que semelhante pretensão não tem lugar, visto que, não podendo a escrava em questão adquirir por titulo de sucessão a herança de seu filho fallecido em estado de liberdade, não póde igualmente transmittir á 3.º aquillo que não póde adquirir; e, por esta occasião, observo a V. Ex. que, tendo a Ordem de 14 de Outubro do anno passado mandado conservar em deposito nos cofres da Thesouraria de Santa Catharina a supracitada somma, espolio do referido soldado, será ella, na fórmula do Decreto n.º 2433 de 15 de Junho de 1859, entregue a quem de direito, uma vez que fique, por habilitação judicial, provada a qualidade hereditaria, recursos que ficão salvos ao petionario¹⁵⁰.

¹⁴⁷ Ibid, p. 203.

¹⁴⁸ CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Escravo ou Camponês? O protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, p. 122, 1987

¹⁴⁹ GORENDER, Jacob. *A Escravidão Reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990.

¹⁵⁰ Decisão n.º. 242, do Ministério da Fazenda, de 3 de julho de 1868 (www.camara.gov.br).

Interessados na lucratividade dessas Fazendas da Nação, a legislação encaminhou orientações para com os bens dos escravos. Os bens deixados pelos escravos do Fisco, que falecessem, pertenciam à Nação, como senhora dos mesmos.

Joaquim José Rodrigues Torres, Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, responde ao Officio do Sr. Inspector da Thesouraria da Província do Piauhy de 4 de Dezembro do anno passado, sob nº 98, que os bens deixados pelos escravos do Fisco que fallecem, pertencem à Nação como senhora dos mesmos, e não a seus parentes: por quanto a Lei que entre nós regula a successão dos bens, não tem applicação aos escravos, visto que elles são inhabeis para adquirir¹⁵¹.

Outro ponto de similaridade entre as propostas dos manuais e a administração pública da escravaria é o estímulo à formação de uniões estáveis, algo que se remonta ao tempo de administração jesuítica. Na Fazenda de Santa Cruz, Carlos Engemann observou que:

Em Santa Cruz havia um grande número de cativos – entre 700 e 1600, dependendo da época e do registro – que dividam o espaço da fazenda. A coexistência forçada entre estes indivíduos proporcionou a ocasião para o intercurso sexual. Porém não apenas isso. (...) Seja pela geração de descendentes comuns ou pela troca de indivíduos entre os grupos, o fato é que além de famílias nucleares – lares ou fogos – é possível encontrar padrões de socialização extracelulares¹⁵².

Nas Fazendas da nação no Piauí: “A união conjugal, legitimada ou não, e a constituição de famílias foram recurso utilizado desde o período jesuítico para assegurar a organização das fazendas e, ao mesmo tempo, servir como núcleo estável de reprodução de mão-de-obra”¹⁵³. Durante o domínio estatal, a formação de famílias continuou ocorrendo, no entanto, sofreram forte impacto com as transferências internas e externas próprias do controle estatal.

Em um estudo de uma fazenda dos padres carmelitas absenteístas que moravam em São Paulo, a Fazenda do Capão Alto de Nossa Senhora do Carmo, em Castro, Paraná, Kátia Melo notou que o “absenteísmo estimulava os relacionamentos

¹⁵¹ Decisão nº 16, de 13 de fevereiro de 1850 (www.camara.gov.br).

¹⁵² ENGEMANN, C. *Os Servos de Santo Inácio a Serviço do Imperador: Demografia e Relações Sociais entre a Escravaria da Real Fazenda de Santa Cruz, RJ (1790-1820)*. 2002. 149f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, pp. 42-43, 2002.

¹⁵³ LIMA, op. cit., pp. 42-43.

familiares”¹⁵⁴ e relacionou com a realidade da Fazenda de Santa Cruz. Apontou que ambas eram absenteístas, visto que Santa Cruz teve inicialmente, como apontou Engemann, um abandono administrativo.

Para as fazendas de café de Vassouras, Stanley J. Stein mostra que os fazendeiros, em geral, não se preocupavam com a constituição de famílias na escravidão. Também aponta que o impacto do tráfico muitas vezes era um obstáculo para os casamentos, além das tradições africanas de poligamia. Todavia, outras pesquisas já apontaram a existência de famílias em várias localidades, revendo este conceito em termos de convívio familiar e comunidade¹⁵⁵. Assim, não se pode generalizar a família escrava como uma situação corriqueira do cotidiano no cativeiro privado, mas que foi possível e compatível com o sistema escravista. Suely Queiroz, ao analisar os registros de viajantes sobre a família escrava e o cativeiro, revela que:

O certo é que os relatos consultados permitem constatar – como de resto, a historiografia sempre admitiu – a existência de uniões entre os negros, indicando que estes tentaram estabelecer laços afetivos mais sólidos que os da simples promiscuidade sexual. Mas não permitem referendar conclusões taxativas sobre a expressividade da família escrava estável no Brasil¹⁵⁶.

Quanto ao trabalho, os manuais pregam a concessão de tempo livre, de descansos (almoço e jantar) e de vigilância. Não se encontrou uma identificação desses procedimentos nos documentos e na bibliografia sobre as fazendas públicas, contudo, percebe-se tempo disponível para os escravos trabalharem em suas pequenas terras na Fazenda de Santa Cruz, o que não sucedia, conforme Solimar Oliveira Lima, nas Fazendas do Piauí. Para as fazendas privadas em Vassouras, observa-se que o tempo de descanso era mínimo, mas existente; até parte dos domingos era dedicado ao trabalho. A

¹⁵⁴ MELO, Kátia A. V. de. *Comportamento e Práticas Familiares nos Domicílios Escravistas de Castro (1824-1835) segundo as Listas Nominativas de Habitantes*. 2004. 189f. Dissertação (Mestrado em História) – Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, p. 121, 2004.

¹⁵⁵ São vários os trabalhos que tratam sobre família escrava, entre eles SLENES, R. W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil, Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. FLORENTINO, Manolo G. & GOÊS, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico*, Rio de Janeiro, c.1790 -c.1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. FLORENTINO, Manolo. GOÊS, José Roberto. Parentesco e Família entre os Escravos de Vallim. CASTRO, Hebe Maria Mattos de. SCHNOOR, Eduardo. *Resgate: uma janela para o oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks, pp. 139-164, 1995. MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal, (1801-1829)*. 1ª ed. São Paulo: FAPESP: Annablume, 1999. ENGEMANN, Carlos. *De Laços e de Nós: constituição e dinâmica de comunidades escravas em grandes plantéis do sudeste brasileiro do Oitocentos*. 2006. 251f. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.

¹⁵⁶ QUEIRÓZ, Suely Robles Reis de. *Escravidão Negra em Debate*. FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, pp. 103-117, 2000.

fiscalização era constante seja pelo feitor, seja pelo próprio senhor; aqui reside um diferencial da escravidão privada para a pública, o distanciamento do senhor. A administração pública centrava-se em administradores que, apesar da autonomia no controle da escravaria, não representavam a figura senhorial, o que pode ter gerado menos empenho e cuidado com a administração. Primeiro porque, apesar de haver pouca orientação oficial para a administração, os administradores não deixavam de sê-lo e, de alguma forma, não deixavam de agir como tal, como a necessidade de produzir algum registro público dos seus atos e a prestação de contas que havia, porque não havia um sentido restrito de propriedade como do sistema privado, os administradores não eram donos e não se sentiam donos.

A preocupação com a saúde dos escravos é contemplada nos manuais para as fazendas, orientando no cuidado com a limpeza e higienização das moradias, das roupas, nos cuidados especiais com as mulheres grávidas, com os recém-nascidos e alojamento dos doentes em enfermarias. Porém, Stanley J. Stein ao tratar da questão para os escravos em Vassouras, destacou o descuido dos proprietários para com a saúde de seu plantel: à alimentação insuficiente e às péssimas condições de trabalho, somava-se o difícil acesso a médicos. O autor expõe que:

o enriquecimento dos fazendeiros e a alta dos preços dos escravos provocada pela cessação do tráfico negreiro em 1850, levavam os fazendeiros mais ricos a tratarem melhor dos escravos e a cuidarem mais de suas mazelas. (...) Frequentemente os fazendeiros estabeleciam enfermarias dispondo de seis a quinze leitos e dos cuidados de enfermeiros e, mais raramente, de um médico¹⁵⁷.

Esta dubiedade também se verifica com relação às fazendas públicas. No caso das Fazendas do Piauí, apresentou um hospital com péssimas condições, ao contrário da Fazenda de Santa Cruz que, como aponta Pereira em artigo, por volta de 1820, tinha um hospital organizado, mas que não se manteve após 1860 devido a cortes em função de falta de verbas¹⁵⁸.

Uma das marcas da escravidão é a violência para o controle da escravaria. Nas fazendas públicas também se observou a utilização de punições, no entanto, no caso da Fazenda de Santa Cruz, e acredita-se que também nas Fazendas do Piauí, havia certa

¹⁵⁷ STEIN, op. cit., p. 229.

¹⁵⁸ PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. Práticas de saúde, doenças e sociabilidade escrava na Imperial Fazenda de Santa Cruz, da segunda metade do século XIX. *Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo do Estado de São Paulo*, n. 35, 2009 (disponível em <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao35/materia01/>).

autonomia do administrador ao aplicar métodos de controle da escravaria, o que é um diferencial, e ocorria diferenças de tratamento em função do perfil do administrador, com maior ou menor rigor. Diferentemente da escravidão pública, os castigos e as punições da escravidão privada eram de conhecimento do senhor. Também os manuais observam a necessidade de punições corporais compatíveis com o delito e como forma de disciplina. Em Vassouras, segundo Stanley J. Stein, os senhores adotavam a aplicação de castigos e o mais usual era o chicote, mas também o tronco; os escravos não aceitavam sua situação em cativeiro pacificamente, reagiam seja passivamente, seja com violência, seja comentando suicídio, seja fugindo.

O último ponto de comparação é a orientação religiosa pelo senhor. Segundo a análise de Rafael de Bivar Marquese, a manutenção da ordem da escravaria associava-se aos ensinamentos da doutrina cristã. O autor aponta que o manual de Taunay dispõe que a doutrina cristã aos domingos é uma “data (...) que, se organizado convenientemente pelo senhor, torna-se-ia o mais adequado para a boa ‘conservar a boa ordem e subordinação’”¹⁵⁹. A administração privada em Vassouras aplicava a adoção dos princípios católicos. A reza era ponto inicial do dia: “Todos tiravam o chapéu e ouvia-se um ‘Bendito-Seja-Nosso-Senhor-Jesus-Cristo’ a qual alguns escravos respondiam um confuso ‘Nosso Senhor Jesus Cristo’, outros um lacônico ‘Krist’. Do senhor, na varanda, vinha a resposta: ‘Seja Ele Sempre Louvado’”¹⁶⁰. No entanto, a presença de padres nas fazendas privadas era esporádica, o que também se observou nas Fazendas da nação no Piauí, como constatou Solimar Oliveira Lima: “As visitas de ‘desobriga’ [proporcionavam aos moradores a oportunidade de receberem os sacramentos da Igreja] eram raras”¹⁶¹. Já na Fazenda de Santa Cruz, conforme Freitas, a religiosidade manteve-se presente entre os escravos, devendo-se, em parte, aos resquícios da administração dos jesuítas. O autor indicou sua manifestação nas festas das Irmandades, na educação religiosa das crianças e nas missas nos domingos. Além disso, notou a presença de traços dos cultos africanos nas “Festas dos Mortos” na Fazenda.

Em geral, nos pontos analisados, essa autonomia deve ter influenciado e modificado a administração da escravaria ao longo dos anos, já que os regulamentos que organizavam as fazendas podiam sofrer alterações em virtude de observações realizadas

¹⁵⁹ MARQUESE, op. cit., p. 213, 1999.

¹⁶⁰ STEIN, op. cit., p. 194, 1961.

¹⁶¹ LIMA, op. cit., p. 128, 2005.

pelos Diretores ou Administradores. Por sua vez, estes podem ter sido influenciados por condicionantes da época, assim como o movimento abolicionista. Como pondera Solimar Oliveira Lima, nas Fazendas da nação no Piauí, havia a “indicação de uma relativa administração informal sobre as ações cotidianas dos trabalhadores escravizados”¹⁶².

Assim, o Estado procurava colocar seus olhos nos olhos dos administradores na tentativa de diminuir o distanciamento que gerava ao ser um senhor estatal. E através de regulamentos colocava aos administradores a posição de guardiões desses bens. Diferente do escravo privado, o senhor aqui estava, institucionalmente, no governo central, mas naquele período a distribuição dos estabelecimentos estendia-se ao longo da dimensão continental do país e, além das dificuldades estruturais do Estado, estava sujeita às dificuldades naturais do nível de desenvolvimento, especialmente para a comunicação e o transporte. Então, com a caracterização da autonomia local, destaca-se a figura dos administradores. São diversos os documentos que reportam a eles a decisão final sobre a administração dos respectivos estabelecimentos e dos seus escravos. Embora seja muito difícil avaliar a dimensão exata da prática dos administradores, pode-se dizer que ela nem sempre correspondeu ao regulamentado, seja burlando ou omitindo regras. E acredita-se que muitas dessas regras surgiram a partir de análises dos próprios comportamentos desses nos estabelecimentos públicos.

Este documento abaixo, da Fazenda de Santa Cruz, relata ordens genéricas de administração referente à guarda dos escravos e a precários cuidados com vestuário, com indicações equivalentes ao que já foi constatado para fazendas privadas.

As grandes distancias que há da Povoação aos destinos em que trabalham os Escravos, he preciso que nos Lugares do Piahy, e Citação do Facão, haverem cada hũa sua feitoria, para se recolherem nelas os Escravos, debaixo da Inspeção de hum Official Interior, ou hum Soldado Cappás, por não perderem o trabalho da 2ª feira de manhã e da sesta de tarde; pois que aly todo anno se trabalha nas mandiocas, e no Engenhos de fazer farinha, e por esta razão, he preciso que haja o ditto Off. Interior ou Soldado Cappás, para ficarem responsáveis da execução dos trabalhos que lhes forem em carregados; e para a melhor ordem deve cada Soldado feitorizar só a quarenta Escravos, por que todo mayor numero, he de prejuizo. Não devendo em dia nenhum sahirem para o trabalho sem primeiro cada hûm dos feitores fazer a chamada aos Escravos de que for em carregado, e assim se evittar o grande in comodo, de se levantarem fora de oras, para hum ou dois homens lhes fazer a chamada, como

¹⁶² Ibid, p. 31.

athe agora se tem praticado, e para esta boa ordem se precisa mais dous Off. Intr. e oito Soldados, e desta sorte pode ser despedido o feitor Luis Gracia de Carvalho, a quem dos lucros da fazenda se dão 200.000 réis de ordenado, por não precisar delle para nada. (...) Se pode aproveitar o terreno em quanto este não crece, fazendoce hûm Ramo de Algodão, para deste se fazer panno, para vestir as crianças, que todas andão nuas, e por esta causa morrem muitas de que vem a ter grande prejuizo a fazenda, e por esta mesma miseria, paçao os Negros e Negras grandes, e por isso devia haver a equidade de se lhes dar algum genero de vestuario, todos os annos, como se pratica com aqueles da mesma fazenda que vem para a Cidade trabalhar, e não tevem tanto trabalho, como os que lá ficão. E atendendo Vossa Excelencia desta justa representação, se pode fazer do direito que o Sargento Mor Manoel Joaquim há de entregar a Real Fazenda¹⁶³.

Em geral, na comparação com o estudo das fazendas privadas de Vassoura, o controle e a administração ocorriam como práticas equivalentes. O que distingue o escravo público neste ambiente é a sua natureza pública, ainda que sob as condições que distinguissem a propriedade pública na época. Em especial, já foi observado o caráter descentralizado de gestão, com muita autonomia para os administradores das fazendas. Porém, esta mesma autonomia não era suficiente para descaracterizar absolutamente a condição pública da propriedade, que permanecia pelo frágil elo com o poder central do Império, identificado principalmente pela nomeação dos administradores, pela requisição e pelo deslocamento de escravos entre estabelecimentos e pelos regulamentos, ainda que estes fossem de eficácia limitada.

¹⁶³ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Fundo Diversas Caixas SDH-SDE 002 – Faz. St. Cruz – caixa 507, doc. 4, pac. 4.

Quadro 1 – Quadro comparativo da administração pública e privada dos escravos de fazendas, século XIX

Características da Administração dos escravos	Escravos públicos		Escravos privados
	Fazenda de Santa Cruz, RJ	Fazendas da nação, Piauí	Fazendas de café, RJ
1. Alimentação	<ul style="list-style-type: none"> - Administrador: assistir distribuição do comer das crianças e dos escravos quando comerem em caldeirão. - Sistema dos escravos se sustentarem por si mesmos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Alimentavam-se mal: “basicamente pouca carne de gado e muita farinha de mandioca”. 	<ul style="list-style-type: none"> - Horários das refeições: variavam conforme o fazendeiro: “alguns fazendeiros adotavam a prática de alimentar os escravos somente duas vezes por dia”, e outros permitiam que tarde pausassem para o café; - “O angu, ‘base da alimentação do escravo’, era suplementado com feijão-preto ou mulatinho cozidos com pedaços de toucinho e banha; o feijão era comido com farinha de mandioca ou ‘mata-fome’. Vegetais cozidos completavam a refeição e um ou dois dos seguintes legumes eram servidos em cima do angu e do feijão: batata-doce, abóbora, couve, nabo, ou outras verduras”.
2. Vestuário	<ul style="list-style-type: none"> - Não tinham fornecimento das vestimentas, conseguiam por si mesmos. 	<ul style="list-style-type: none"> - “Os trabalhadores andavam ‘quase nus’ (...) a produção de algodão e tecido nas fazenda era incipiente. (...) Havia, ainda, a acusação por parte das autoridades, de que os administradores sonegavam o algodão em caroço ou tecidos enviados, preferindo a venda para comerciantes ou trabalhadores da Nação, a quem deveriam ser entregues gratuitamente. Os homens raramente portavam 	<ul style="list-style-type: none"> - “Um grosseiro tecido de algodão chamado pelos escravos de ‘muito grosso’, ‘um tecido grosso’, ou então simplesmente ‘saco’, era comprado pelos fazendeiros em grandes peças”. “Além do algodão existia a baeta e a lã, com as quais se faziam roupas de cima para as noites frias do inverno. Duas vezes por ano, no Natal e durante as festas juninas, os escravos recebiam mudas de roupa”; - “Os escravos recebiam o tecido necessário para fazer uma calça, uma camisa branca e um paletó curto; as mulheres, fazenda para um vestido comprido que geralmente engomavam;

		camisas. Desde crianças usavam ceroulas ou calças. As mulheres vestiam saia e blusa – tudo ‘muito gasto e velho’ e, certamente, muito sujo. O tecido era o algodão fabricado pelas tecelãs das fazendas ou o algodão ‘rústico da terra’ fornecido pelas autoridades; na falta deste, eram distribuídos ‘riscados’ ou ‘sacos que acondicionavam farinha’, entregues pela Comissão dos Socorros Públicos, criada pelas autoridades para ajudar a pobreza das vilas”.	uma blusa, e um lenço para a cabeça que usavam constantemente. Às vezes, de dois em dois anos, tanto as mulheres como os homens ganhavam uma japona azul-claro de lã grossa, para os dias de frio e chuvosos. (...) As crianças usavam só uma camisa que ia até a cintura. Os homens completavam seu magro enxoval com um chapéu de palha. (...) Uma vez por ano distribuíam-se cobertores. (...) Geralmente a roupa era consertada aos sábados à tarde, e roupas limpas distribuídas aos domingos de manhã. Os escravos acrescentavam ao seu guarda-roupa as peças de vestuário que compravam e as velhas que recebiam do senhor”.
3. Moradias	- Na época jesuítica haviam dois tipos diferentes de moradias: as de taipa e as de alvenaria.	- “As fontes indicam que ‘velhos’, casais, ‘irmãos’, e crianças residiam todos juntos. Ao que parece, a ‘senzala’ agregava trabalhadores com laços de parentesco, um núcleo familiar. As casas eram como as dos sertanejos pobres da região e não passavam de um rancho com cobertura e paredes feitas de palhas e taipas, quase sempre incompletas. Apesentavam pouca ou nenhuma divisão: um vão servia de porta e não possuíam janelas. Eram adequadas para o verão e em ‘nada protegiam nos períodos das chuvas pelas aberturas nos lados’. O piso	- “Pequenos cubículos onde dormiam os casais de escravos e nos dormitórios separados, onde se amontoavam os escravos solteiros”; - “No que diz respeito às senzalas os fazendeiros eram ‘incrivelmente relaxados... a maior parte delas são extraordinariamente sujas”; - “Os estreitos cubículos sem janelas dos escravos casados – os escravos e as escravas solteiras viviam em senzalas separadas, sem divisões – continham os poucos objetos que um escravo podia possuir: uma cama ou tarimba de tábuas sobre dois cavaletes, forrada com um colchão de capim; às vezes um pequeno cofre de madeira; na parede alguns ganchos e diversas cuias com feijão, arroz, ou banha”.

		úmido, de ‘chão batido’, não raro virava lama no inverno. Dormiam ‘feitos índios’ em redes [provavelmente tecidas pelas trabalhadoras] ou esteiras e recebiam ‘cobertores’ da Tesouraria da fazenda”.	
4. Aquisições de bens e outros prêmios	- Escravos detinham lotes de terra que cultivavam nos sábados, domingos e dias santificados.	- “Recebiam parte da produção de gado.”; “A partir da administração do Fisco, o direito ‘por costume’, à quarta foi sistematicamente negado pelos criadores e inspetores. Alegavam que a partilha das crias com os trabalhadores escravizados resultava em ‘prejuízos’, tendo em vista que a concessão diminuía a quantidade de rezes que lhes caberia, já que cada um recebia, além dos salários, um quarto das crias”; “A acumulação decorrente da ‘quarta’ foi insignificante”. - “Os trabalhadores não recebiam lotes específicos para a produção de gêneros alimentícios, tão pouco a concessão de dias para dedicação a cultivos ou a qualquer outra produção”.	- “Muitos se dispersavam então por pequenas roças próximas da sede da fazenda, onde cultivavam café, milho e feijão”. (...) Os escravos obtinham também algum dinheiro quando se generalizou, entre os fazendeiros, o hábito de remunerar o trabalho efetuado aos domingo e dias santos”.
5. Família	- Promover casamento, a fim de que consiga a sua conservação e aumento e possa tirar dos trabalhos dos mesmos escravos o maior partido possível.	- “Para o casamento, o inspetor solicitava à Tesouraria da Fazenda, em nome dos nubentes, uma licença autorizando o mat	- “As relações entre padrinhos e afilhados parece que existiam também entre escravos, se bem que os casamentos menos frequentes e os batismos anuais coletivos tornassem sua

	<p>Para Carlos Engemann: “Santa Cruz tinha mais do que parentesco: tinha uma comunidade. Tinha regras de conduta, tinha bairros de senzalas, tinha três irmandades que competiam entre si pela festa mais portentosa, tinha quem fosse até Guaratiba para comprar peixe e voltasse para vendê-lo na vila dos escravos, tinha disputas por terras, tinha tudo o que constitui uma comunidade”</p>	<p>rimônio. Quando o enlace envolvia um morador livre ou liberto, os inspetores precisavam recomendar o pretendente, atestando a boa índole. Após concedidas, os casais ficavam esperando a visita de um padre em uma das fazendas da inspeção para officiar a cerimônia, que podia durar anos de espera”.</p>	<p>prática menos usual”.</p> <ul style="list-style-type: none"> - “O interesse e planejamento que os fazendeiros dedicavam ao casamento dos filhos não existiam no que diz respeito aos escravos”; - “Condições fomentavam entre os negros brasileiros o hábito das uniões efêmeras que substituíam a tradição africana da poligamia. O padrão dessas uniões efêmeras era reforçado pela igualdade econômica entre escravos e escravas; pela importância da mãe na sociedade africana polígama; e pela desproporção entre homens e mulheres na população escrava de Vassouras, até as últimas décadas do cativeiro”.
6. Trabalho	<ul style="list-style-type: none"> - Alguns escravos pagavam para trabalhar nas suas próprias ocupações; outros eram alugados a terceiros; 	<ul style="list-style-type: none"> - “As crianças e os velhos passaram, gradualmente, a desempenhar um papel importante na condução das atividades desenvolvidas nas fazendas”; - Desempenhavam múltiplas atividades: nas criações de gado, nas fazendas, em atividade de ferreros, marceneiros, etc. 	<ul style="list-style-type: none"> - “Começava antes do nascer do sol prolongando-se, frequentemente, muitas horas depois do rápido crepúsculo do planalto do Paraíba” (p. 191); No início do dia as ordens eram passadas e distribuíam-se as várias turmas entre os diversos talhões; “As diversas turmas frequentemente trabalhavam a pequenas distâncias umas das outras”; - “Deixando moleques e meninas brincando aos cuidados da cozinheira e de seus ajudantes no rancho, eles iniciavam o dia de trabalho”; - “O feitor ou o próprio senhor, vestido de branco e de botas, passeava a cavalo pelo cafezal para fiscalizar o trabalho”; - parte dos escravos não se dedicavam diretamente ao trabalho da lavoura - Excesso de trabalho: o serão, trabalho “prolongava, às vezes, até dez ou onze horas

			da noite”; “Até mesmo o domingo era parcialmente dedicado ao trabalho”.
7. Saúde	<p>- “A organização do hospital era tanta, que a viajante Maria Graham, que visitou a Fazenda na década de 1820, ficou impressionada com o que viu. Gostou da arrumação e da limpeza das instalações. (...) Contudo, as coisas no hospital da Imperial Fazenda não eram só flores. Após 1860, o caldeirão dos pobres foi cortado pelo intendente Ignácio José Garcia sob a alegação de falta de verbas, o hospital havia deixado de ser prioridade”.</p>	<p>- “Os trabalhadores com doenças graves seguiam das fazendas ‘encarretados’[em carros de bois] para a enfermaria do Hospital de Caridade [denominação dada na gestão do Império ao hospital do Fisco]. (...) As péssimas condições do hospital eram conhecidas pelas autoridades desde 1820, (...) Em 1834, o Conselho Geral da província resolveu propor a construção de um novo edifício, concluído em 1849. (...) O hospital recebeu a denominação de Santa Casa de Misericórdia. Com a mudança da capital, em 1852, a Santa Casa foi transferida para Teresina, permanecendo em Oeiras apenas uma enfermaria (...). Em 1867, (...) ordenou à Tesouraria da fazenda do Piauí que extinguisse ‘a enfermaria estabelecida (...); bem como para fornecer uma ambulância a cada uma das mesmas fazendas; cumprindo, porém, que nas moléstias graves sejam os escravos tratados no Hospital da Misericórdia da Capital da província ou no povoado mais próximo à fazenda</p>	<p>- “As condições de trabalho eram más (...) Trabalhava sem descanso e sem trocar as roupas molhadas; ‘quase sempre pouco agasalhados, não podem deixar de sentir... a influência das rápidas e frequentes variações atmosféricas’ quando o tempo frio e úmido se segue ao calor. ‘A alimentação do negro é frequentemente insuficiente para as necessidades do seu estômago. Sua alimentação é pesada e sobrecarrega aquele órgão...”</p> <p>- Os escravos doentes eram frequentemente tratados pelos senhores que pouca noção tinham de medicina. Alguns senhores desprezavam os primeiros sintomas da moléstia. (...) Quando a enfermidade de um escravo era reconhecidamente incurável, frequentemente era alforriado”;</p> <p>- “Na primeira metade do século XIX, quando havia um caso de doença numa fazenda isolada, era preciso lançar mão dos recursos locais. Os fazendeiros tratavam os casos graves com remédios caseiros ou consultavam pessoas livres, ou escravos com reputação de curandeiros”;</p> <p>- “Fora da cidade os médicos eram escassos e difíceis de encontrar”;</p> <p>- Fundada em 1854 para homens livres e escravos, igualmente, a Santa Casa de Misericórdia de Vassouras constituía para os doente o último recurso quando não</p>

		quando o transporte ao dito hospital possa comprometer a vida dos enfermos”.	conseguiram alívio com os remédios e os enfermeiros da fazenda, o curandeiro e os produtos farmacêuticos em voga”.
8. Controle, castigos e punições	- Autonomia do administrador: tratamento, disciplina e polícia dos escravos; “Todas as faltas cometidas pelos escravos que devem ser punidas serão levadas ao conhecimento do Administrador Geral, que os corrigirá em harmonia com seus sentimentos, usando de medidas tão somente dignas de sua pessoa e da casa sob sua Administração, e com fim de envolver do maior prestígio a dupla autoridade que elle exerce sem ferir os direitos dos escravos desta Imperial Fazenda”.	- “A violência foi o mecanismo principal de controle dos trabalhadores escravizados nas fazendas públicas do Piauí”.	- Punições: o chicote e o tronco eram as mais usadas (“O castigo de chicote não era aplicado pelo senhor pessoalmente; este mandava o feitor castigar os escravos”); - “Como complemento à fiscalização, à disciplina, e ao temor do castigo corporal, esperavam os fazendeiros que o padre da localidade, ao visitar as fazendas da sua paróquia, fizesse sermões”. - Reações dos escravos: resistência passiva, violência, suicídio e fugas.
9. Religião	- Educação religiosa: “Todos os filhos de escravos até a idade de 7 anos, recebiam aulas de catecismo em dias alternados, por espaço de uma hora, ao soar da Ave-Maria, ministradas por escravos idosos e realizadas próximo a casa do Administrador a fim de que fossem fiscalizadas, conforme determinação da Mordomia Imperial”. - Festas religiosas das Irmandades; - “Festas dos Mortos” - constituídas de cerimônias africanas. - Missas aos domingos.	- As visitas dos religiosos nas fazendas eram raras. - “Nas fazendas, os velórios e enterros aconteciam sem a presença de vigário, a não ser quando coincidiam com as desobrigas, e os mortos eram sepultados, seguindo o costume, à beira de estradas ou nas capelas das fazendas-sede das inspeções”.	- Rezavam no início do dia; “Muitos poucos fazendeiros tinham capelão residente na fazenda; os padres apareciam com pouca frequência e seu contacto com os escravos era limitado”; - “Manifestações religiosas africanas, apenas superficialmente alteradas pelo contacto da fé católica, eram toleradas quando não se suspeitava rebeldia”; “De feição leiga, se bem que formado com elementos religiosos africanos como o tambor, o solista, o coro, o responsório e as danças, o caxambu ocupava posição intermediária entre a cerimônia religiosa e a diversão secular”.

Fontes: As informações relativas aos escravos nas fazendas de café foram extraídas do livro: STEIN, Stanley J. *Grandeza e Decadência do Café no Vale do Paraíba*. São Paulo: Brasiliense, 1961. Com relação à alimentação na Fazenda de Santa Cruz, as informações constam em: Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Diversos Códices, SDH-SDE-001, Casa Real e Imperial Mordomia-mor, cod. 1122, vol 2, Regulamento da Fazenda de Santa Cruz, 12-02-1835; e, Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Diversos

Códices, SDH-SDE-001, Casa Real e Imperial Mordomia-mor, cod. 1122, cod 965, ofício 17, Ofício do Administrador da Fazenda de Santa Cruz, José da Saldanha da Gama, para o Mordomo da Casa Imperial Nicolao Antonio Nogueira V. da Gama, em 04-12-1869. As informações sobre a Fazenda de Santa Cruz relacionadas à vestuário, moradias, aquisição de bens e família encontram-se em: ENGEMANN, Carlos. *Os Servos de santo Inácio a serviço do Imperador*: Demografia e relações sociais entre a escravidão da Real Fazenda de Santa Cruz, RJ (1790-1820). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002 (Dissertação de Mestrado). ENGEMANN, Carlos. *De Laços e de Nós: constituição e dinâmica de comunidades escravas em grandes plantéis do sudeste brasileiro do Oitocentos*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006 (Tese de doutorado). Com relação à saúde na Fazenda de Santa Cruz a bibliografia foi: PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. Práticas de saúde, doenças e sociabilidade escrava na Imperial Fazenda de Santa Cruz, da segunda metade do século XIX. *Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo do Estado de São Paulo*, n. 35, 2009 (disponível em <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao35/materia01/>). Quanto ao controle e castigos aos escravos da nação na Fazenda de Santa Cruz a fonte utilizada foi: Instruções provisórias para a administração da Fazenda de Santa Cruz, de 20 de setembro de 1808 (www.camara.gov.br); e, Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Diversos Códices, SDH-SDE-001, Casa Real e Imperial Mordomia-mor, cod. 1122, St. Cruz, cod 965, ofício 25. Com relação à religião na Fazenda de Santa Cruz, pesquisou-se FREITAS, Benedicto. *Santa Cruz: Fazenda Jesuítica, Real, Imperial*. Rio de Janeiro: Editora do autor, vol II, pp. 260-263, 1986. As informações sobre as Fazendas da nação no Piauí encontram-se em: LIMA, Solimar Oliveira. Braço Forte. Trabalho escravo nas fazendas da nação no Piauí (1822-1871).

Como já anotado, para o controle e a administração dos escravos públicos, privilegiou-se o conjunto de escravos em fazendas e fábricas para produzir uma comparação melhor delimitada com a escravidão privada. Como visto para as fazendas, o caso da organização dos estabelecimentos fabris também havia regulamentos que pontuavam os procedimentos de seus funcionários, assim como o tratamento para com a escravatura. No regulamento da Fábrica de Ferro de Ipanema há a orientação para a administração da Fábrica e sua organização, trata-se de ordens ao diretor, que era nomeado pelo governo e tirado da classe dos “Oficiais Superiores do Exercito”, com os necessários conhecimentos. Diz o regulamento da Fábrica de Ferro:

Art. 6º. No fim de cada semestre o Director fará organizar duas contas, em tudo conformes, da receita e despesa da fabrica, comprehendendo o sustento, vestuario, curativo dos escravos, e as remetterá ao Presidente da Provincia, que remetterá uma para a Côrte ao Ministério e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra. Estas contas serão acompanhadas de uma circunstaciada exposição dos trabalhos feitos no ultimo semestre, não só a respeito dos trabalhos feitos, começados, ou projetados na fabrica e suas officinas, e do progresso de seus empregados, como tambem da construcção, ou reedificação dos edificios necessarios; e finalmente dos generos provenientes do trabalho dos escravos, no córte de madeiras, e cultura dos terrenos. Igualmente remetterá no principio de cada mez um resumo da receita e despesa do mez antecedente.(...) ¹⁶⁴.

Mas também nos estabelecimentos fabris se verificou a autonomia dos diretores, pois mesmo nos regulamentos ocorrem alterações de sua iniciativa. Um exemplo é o Regulamento Provisório da Fábrica de Ipanema de 1834, que teve ponderações por parte do diretor, “pelo qual expõem as difficuldades que encontra, e os inconvenientes que apresentam na pratica varios artigos do Regulamento provisorio, o que muito embaraça a marcha da administração, principalmente na parte relativa á escripturação”¹⁶⁵. E por essas ponderações sofreu alterações em alguns artigos.

A autonomia administrativa era formalmente reconhecida, mas a prestação de contas era uma exigência recorrente. Em Decreto do Ministério da Guerra de 1837, autorizou-se ao Presidente da Província de São Paulo usar o rendimento da Fábrica de

¹⁶⁴ Regulamento Provisório de 26 de maio de 1834 (www.camara.gov.br).

¹⁶⁵ Regulamento Provisório de 26 de maio de 1834 (www.camara.gov.br).

Ipanema para o seu melhoramento, como também autorizou a modificar alguns artigos das Instruções anteriores.

Illm. e Exm. Sr. – O Regente interino em Nome do Imperador, tomando em consideração quanto V. Ex. pondera nos seus officios n.º 88 e 90, já sobre a inexecuibilidade de alguns artigos das Instruções de 26 de Julho do corrente anno, mandadas observar na Fabrica de S. João de Ypanema, já sobre a falta da necessaria dotação para despende-se no custeio della, visto ter o Aviso de 8 de Agosto mandado conservar em deposito o rendimento da mesma Fabrica: manda declarar a V. Ex., confiando do seu zelo e discripção o haver-se neste negocio como mais proficuo fôr ao interesse da Fazenda Nacional, e ao progresso e engrandecimento de tão importante estabelecimento; que, ficando sem effeito o disposto no citado Aviso, lance V. Ex. mão das quantias da renda em deposito, para as despesas indispensaveis da Fabrica; assim como fica autorisado a modificar quaesquer dos artigos das Instruções, de maneira que jámais parem os trabalhos da fundição, e da cultura para sustento dos escravos da Fabrica.¹⁶⁶

A gestão financeira dos estabelecimentos passava inevitavelmente pelos custos com o trato da escravaria. Há diversas referências com a necessidade de manter a regularidade de cuidados com a alimentação, o vestuário e a saúde. O que não implica num tratamento diferenciado se comparado com o escravo privado, pois se trata de cuidados para a manutenção e conservação de patrimônio, presentes também como preocupações dos proprietários privados. Porém, o tipo de ordem e de autonomia apontada nestes documentos indica o grau de complexidade da estrutura burocrática. A maior autonomia significa, possivelmente, a maior dificuldade de controle central. Os regulamentos não são suficientes para esta conclusão, mas são importantes e os primeiros a apontar qual é o sentido deste controle.

A autonomia administrativa, sujeita a uma prestação de contas regular, mas formal, é a característica do controle público sobre os escravos da nação. Excepcionalmente uma orientação central chegava ao administrador e não necessariamente estava coordenada com os outros estabelecimentos. No entanto, as práticas administrativas acabavam por serem parecidas, é o que se pode perceber a partir da análise do Quadro 2. O quadro compara estabelecimentos industriais privados de Minas Gerais, a Mina de Gongo Soco e a Mina de Morro Velho - baseando-se nas

¹⁶⁶ Decreto n.º. 624, do Ministério da Guerra, de 7 de Dezembro de 1837 (www.camara.gov.br).

informações de Douglas Cole Libby¹⁶⁷ - com as principais fábricas públicas, a Fábrica de Ferro de Ipanema e a Fábrica de Pólvora da Estrela. Para a Fábrica de Ipanema, as informações do quadro basearam-se na tese de Mario Danieli Neto e em regulamentos e ofícios relativos ao estabelecimento; já para a Fábrica de Pólvora, a dissertação de Alinnie Silvestre Moreira orientou a elaboração do quadro.

No quesito alimentação dos escravos, o Quadro 2 permite uma visão sobre a escravatura em estabelecimentos fabris privados e públicos, no qual nota-se certa equivalência entre as dietas, com uma composição básica de feijão, carne e farinha. Para a escravidão privada, no caso da Mina de Morro Velho, que fornecia diariamente três refeições aos seus cativos: “É de se supor que qualquer acompanhamento de verduras e legumes se prepararia na casa da família escrava, nas quais frequentemente havia uma pequena horta”¹⁶⁸.

As análises abaixo mostram que o fornecimento era limitado e sujeito a reduções no caso da escravidão pública. Conforme artigo de Afonso Bandeira Florence, na alimentação da Fábrica de Ferro de Ipanema ocorreu um episódio de racionamento que gerou um requerimento dos escravos enviado ao presidente da Província de São Paulo, em 1828 e a seguinte justificativa:

Em 3 de abril de 1828, José Martins da Costa Passos, provavelmente o responsável pelo armazém daquele estabelecimento, noticiou a seu diretor geral que a escassez de alimentos que vinha ocorrendo se dava porque não havia dinheiro suficiente para comprá-los na mão daqueles que vendiam trazendo-o até ali, e como também não havia animais de carga que pudessem ser empregados pra a compra destes alimentos na vila, ele fora obrigado a determinar um racionamento ‘à proporção dos gêneros comestíveis que existissem’. A partir dessas justificativas de José Passos, podemos supor que apesar das iniciativas dos escravos, em especial o recurso ao presidente da província, eles não conseguiram melhorias imediatas no fornecimento da alimentação”¹⁶⁹.

Novamente a autonomia do administrador caracterizou a administração do estabelecimento, mas uma autonomia que é fruto também do isolamento. Ela acabava por gerar modificações nas instruções e regulamentos centrais. Além disso, também ocorria de ser frágil o grau de controle do administrador nos detalhes de gestão pública,

¹⁶⁷ LIBBY, Douglas Cole. *Trabalho Escravo e Capital Estrangeiro no Brasil. O Caso de Morro Velho*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984. LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e Trabalho em uma economia escravista. Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

¹⁶⁸ LIBBY, op. cit., p. 126, 1984.

¹⁶⁹ FLORENCE, Afonso Bandeira. Resistência escrava em São Paulo: A luta dos escravos da fábrica de ferro São João de Ipanema, 1828-1842. *Afro-Ásia*, 18, p. 21, 1996.

que, às vezes, não se interava dos procedimentos cotidianos de seus funcionários ao lidar com a mão de obra escrava. O administrador nem sempre se sentia confortável com esta situação, talvez fosse mais conveniente um maior controle. No exemplo abaixo, relacionado aos gastos com alimentação e com curativo dos escravos na Fábrica de Ipanema, Mario Danieli Neto traz um ofício enviado ao presidente da província de São Paulo pelo diretor da Fábrica, Ricardo José, sobre estas despesas, e aponta exatamente o constrangimento do diretor:

(...) reclama ao presidente da província a regularização, por lei provincial, destas despesas, pois até então, as mesmas eram feitas sem qualquer parâmetro legal e nem mesmo havia critérios para definir as quantidades de rações fornecidas aos trabalhadores escravos e africanos livres. Tal falta de regularização, apontava o diretor, implicava no problema de não se poder determinar com exatidão os gastos que a fábrica tinha com essa mão-de-obra. (...) Mesmo sem esses critérios essenciais para o levantamento dos gastos, não se furtava o diretor em informar seus esforços no sentido de conter gastos desnecessários com tais itens, afirmando que ‘... julgo ter efetuado toda a economia compatível com o razoável e necessário alimento dos escravos e africanos’¹⁷⁰

Além da questão da alimentação, o vestuário também foi um dos pontos citados pelos escravos no requerimento da Fábrica de Ipanema, indicando a falta de cobertores. Com relação à Fábrica de Pólvora observa-se um padrão de fornecimento de roupas parecido com o dos estabelecimentos privados, o qual se destaca a variedade no fornecimento de vestuário aos escravos e a preocupação com as mudanças das estações do ano. Na Mina de Morro Velho, eram entregue aos escravos dois jogos de roupas de trabalho, uma para o frio e outra para o verão¹⁷¹. Para a Mina de Gongo Soco, o destaque era o fornecimento “em intervalos mais ou menos regulares”¹⁷².

Com relação às moradias dos cativos, percebe-se no caso da escravidão privada, por exemplo, a Mina de Morro Velho, a separação de casais e solteiros. Nessa Mina havia a preocupação das moradias estarem próximas às instalações da Mina. Com relação à questão da proximidade entre instalações de trabalho e de moradia, para o caso da escravaria pública, o Príncipe Regente em Carta Régia de 1811 recomendou para a Fábrica de Ipanema: “procurem fazer viver os trabalhadores e escravos junto dos

¹⁷⁰ NETO, M. D.. *Escravidão e Indústria: um estudo sobre a Fábrica de Ferro São João de Ipanema – Sorocaba (SP) – 1765-1895*. 2006. 194f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Instituto de Economia, UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas). Campinas, p. 139, 15/12/2006.

¹⁷¹ LIBBY, op. cit., p. 126, 1984.

¹⁷² Id, 1988., pp. 304-305.

lugares, onde existem os trabalhos, em que estão empregados, para que principiemos os mesmos mais cedo, e acabem o mais tarde possível perdendo o menor tempo nas horas de comer”¹⁷³. No entanto, não é possível observar se a recomendação foi seguida, a referência que se tem sobre a disposição das senzalas é que estavam próximas dos feitores e dos administradores, tanto na Fábrica de Ipanema quanto na Fábrica de Estrela¹⁷⁴, ambas com moradias simples de “taipas” e “pau-a-pique”.

Como medida disciplinar, as minas privadas, procuraram dar prêmios e pagamentos aos escravos de boa conduta. Nas fábricas públicas os administradores escolhiam escravos capacitados a cargos como de mestres e feitores. Para a Mina de Morro Velho, Douglas Cole Libby apontou exemplos de escravos que conseguiram uma promoção. “Ainda que a grande maioria dos escravos, bem como a dos trabalhadores livres, se encontrasse nos baixos escalões da organização do trabalho, estas exceções mostram a possibilidade de mobilidade nos casos em que o indivíduo se revelou capacitado e confiável”¹⁷⁵.

Na Fábrica de Estrela, adotaram-se as gratificações e a possibilidade de se ausentarem do estabelecimento nos domingos, para os cativos que merecessem. Na Mina de Gongo Soco destacou-se a possibilidade da “brecha camponesa”: pequenas porções de terras onde os cativos desenvolviam sua produção para subsistência. Já na Mina de Morro Velho, a Imagem 5 nos fornece uma visão da escravatura reunida para receber pagamento: “Mais de mil negros perfilados entre escravos e libertos, todos uniformizados, em um ritual tipicamente militar, esperando sua vez, um por um respondendo à chamada para receber o pagamento, o que era realizado de dois em dois domingos”¹⁷⁶.

¹⁷³ MORAES, Frederico Augusto Pereira de. VERGUEIRO, Nicolau Pereira de Campos. *Subsídios para a história do Ypanema*. Lisboa: Imprensa Nacional, p. 110, 1858.

¹⁷⁴ MOREIRA, op. cit., p. 59.

¹⁷⁵ LIBBY, op. cit., p. 119, 1984.

¹⁷⁶ HERING, Fábio Adriano. Os Viajantes Ingleses e a Representação do Brasil: A Cartografia do Ouro das Minas Gerais (1809-1867). *História e-história* (Disponível em: <http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=artigos&id=125> – acesso janeiro 2011).

**Imagem 5 – Reunião mensal dos escravos da St. John d’ El Rey Mining Company -
Mina de Morro Velho**

Disponível em: <http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=artigos&id=125> – acesso em janeiro 2011.

A aquisição de gratificações por parte dos escravos acabava por gerar o problema da herança. Um pedido de herança de escravos da nação aparece na Decisão do Ministério da Fazenda, de 1866, a qual ressaltou que os bens dos escravos da nação que faleciam pertenciam à Nação.

Em resposta aos Avisos de V. Ex. de 2 e 8 de Maio proximo passado, acompanhados, aquelle do officio do Director da Fabrica da Polvora da Estrella – consultando se devia entregar ao irmão de um escravo fallecido na mesma Fabrica a quantia de 2\$240, que se encontrou em poder deste, e do requerimento em que a escrava da Nação, Maria Simôa, pede se lhe mande entregar a cardeneta da Caixa Economica pertencente a seu marido, escravo da Nação, que tambem falleceu; e este do requerimento em que Ovídio José de Santa Rita pede seja-lhe entregue outra cardeneta da mesma Caixa, que pertencia a sua mulher, a escrava da nação de nome Luduvina, fallecida na enfermaria daquelle estabelecimento, tenho de communicar a V. Ex. que pertencendo a Nação os bens deixados pelos seus escravos, que fallecerem, conforme já foi declarado por Ordem do Thesouro de 13 de Fevereiro de 1850 não póde ter lugar a entrega das quantias e cadernetas reclamadas.¹⁷⁷.

A formação de famílias nos estabelecimentos fabris também foi possível no universo público. Na Fábrica de Pólvora da Estrela, Alinnie Silvestre Moreira,

¹⁷⁷ Decisão nº. 212, do Ministério da Fazenda, de 6 de junho de 1866 (www.camara.gov.br).

analisando os africanos livres, encontrou “alguns poucos casos de casamentos com escravos da nação na documentação do Ministério da Guerra”¹⁷⁸. Além disso, observou que: “Os documentos demonstram que o Estado geralmente respeitava as famílias constituídas, tanto na manutenção dos núcleos que chegavam como no seu envio para outros locais”¹⁷⁹. Essa conclusão também serve para o caso da Fábrica de Ipanema. Um exemplo é a transferência de escravos da nação da fábrica para a Fábrica de Coxipó, no Mato Grosso. Nesse episódio, o engenheiro responsável pediu que não separassem escravos da nação e africanos livres em família, mas inicialmente não foi atendido: “a preocupação do engenheiro em não separar as famílias foi, ao menos em parte, atendida, ainda que o mesmo tivesse que solicitar tal expediente direto à presidência da província”¹⁸⁰. Ainda sobre a Fábrica de Ipanema, há requerimentos enviados aos administradores solicitando autorização para constituírem casamento. “As solicitações para casamentos, abrem uma nova perspectiva para o estudo das famílias escravas. (...) Vários escravos casados são relacionados junto com seus filhos e filhas, mostrando a possibilidade de se estabelecer famílias estáveis que passavam a morar dentro da Fábrica”¹⁸¹.

A historiografia também já apontou a existência da família escrava nos estabelecimentos fabris privados. No caso da Mina do Morro Velho ocorre, inclusive, algum estímulo à sua formação, com incentivos, como por exemplo, o fornecimento de vestidos para o casamento. “Os casais – e o casamento era encorajado – ganhavam pequenas casas dotadas de um quintal de tamanho suficiente para comportar a criação de porcos e galinhas, além de uma pequena horta”¹⁸².

A relação de trabalho sob a escravidão pública fabril era extenuante, como ocorreu na escravidão privada. Para Mario Danieli Neto, o trabalho na Fábrica de Ipanema “longe de ser considerado melhor, ou mais ‘suave’ que o trabalho no eito, as rígidas normas da fábrica e a exploração dos operários escravos, a escravidão na indústria era uma tarefa pesada, muitas vezes insalubre e arriscada”¹⁸³.

Em Carta Régia de 28 de agosto de 1811 sobre a Fabrica de Ferro de Sorocaba da Capitania de S. Paulo, percebe-se a preocupação do Estado em retirar o máximo possível do trabalho dos escravos e o maior controle sobre esses:

¹⁷⁸ MOREIRA, op. cit., p. 183.

¹⁷⁹ Ibid, p. 109.

¹⁸⁰ NETO, op. cit., p. 160.

¹⁸¹ Ibid, p. 173.

¹⁸² LIBBY, op. cit., p. 126, 1984.

¹⁸³ NETO, op. cit., p. 173.

(...) Em terceiro lugar: constando-me que a Fabrica soffre muito de grande numero de dias santos em que se não pode trabalhar, e que seria muito conveniente procurar ahi para a mesma Fabrica, assim como para toda a Capitania a despesa de trabalho nos dias santos, como aqui se acha concedido, ordeno-vos que desde logo vos dirijais ao Bispo dessa Diocese, para que ou por si proprio, se para isso tem faculdade, ou pelo Nuncio, a quem pode dirigir-se, consiga o que pode neste artigo ser conveniente, dispensando-se a maior quantidade de dias santos que seja possivel, afim que possam crescer os trabalhos da Fabrica e da Capitania, e que assim se concilie o serviço de Deus com os interesses e augmento da propriedade do Estado. (...) Em oitavo lugar: recommendo-vos que façais conhecer á Junta e deis com ella a necessaria providencia sobre a necessidade de encarregar ao Director Hedberg que, de accordo com o Inspector das mattas e bosques procurem fazer viver os trabalhadores e escravos junto dos logares onde existirem os trabalhos em que estão empregados, para que principiem os mesmos mais cedo e acabem o mais tarde possivel, perdendo o menor tempo nas horas de comer. Igualmente vos recommendo, que façais examinar na Junta se não seria conveniente que se creasse um Feitor-mór ás ordens do Director Sueco e do Inspector das mattas e bosques, com o encarrego de vigiar e dar conta aos mesmos do trabalho dos outros Feitores, da execção que dão ás ordens que recebem e de que estão encarregados, se moram dentro da fabrica, se vigiam que os negros não vão embebedar-se nos domingos e dias santos, dando de tudo isto conta, para que nada escape da conducta dos Feitores. (...) ¹⁸⁴.

Da mesma forma, isso já foi apontado para os escravos privados. Os escravos da Mina de Morro Velho também sofriam com riscos do trabalho:

O imenso sistema de escoramento, certa vez descrito como ‘uma vasta floresta subterrânea’, não aguentou as pressões dos milhares de toneladas de terra e pedras e cedeu. (...) Até hoje não se sabe com certeza qual teria sido o número de fatalidades causadas pelo desastre. (...) Certamente, vários escravos, trabalhadores livres e talvez alguns europeus perderam a vida, já que todos participavam dos trabalhos subterrâneos ¹⁸⁵.

A saúde da escravaria era problemática, apesar de os estabelecimentos públicos e privados contarem com hospitais, esses, geralmente ofereciam um atendimento precário. É neste sentido um Regulamento Provisório de 26 de maio de 1834 ¹⁸⁶. E da mesma forma a Fábrica de Pólvora da Estrela, de acordo com o Regulamento de

¹⁸⁴ Carta Régia do Príncipe para o Marquês de Alegrete, Governador e Capitão Geral da Capitania de São Paulo, de 28 de agosto de 1811, disponível em: www.camara.gov.br

¹⁸⁵ LIBBY, op. cit., pp. 66-67, 1984.

¹⁸⁶ Regulamento, disponível em: www.camara.gov.br.

1840¹⁸⁷. No entanto, os hospitais nem sempre contavam com estrutura suficiente para atender a demanda. Em ofício do diretor da Fábrica de Ipanema, João Bloem, de 1835, há o relato das dificuldades para o tratamento da saúde dos cativos:

Quanto ao Cirurgião não há na Villa de Sorocaba, nem em outra parte que se sugente a vir a esta fazer os curativos, o Hospital recolhe na minha habitação, e os Doentes estão bem tratados, e dão esperanças alguns de ficarem bons, outros estão as feridas muito rebeldes, eu mesmo assisto aos curativos que diariamente se faz duas vezes com todo asseio; porem he hum trabalho excessivo para mim, e a minha escrava não pode vencer por serem 23 em numero os feridos, ella tem bastante pratica; porem discorda e diz não poder mais¹⁸⁸.

Em ano posterior, ao comentar sobre os custos com os Artistas, o diretor da Fábrica de Ipanema cita novamente o problema do tratamento da saúde no estabelecimento: “2º por falta de trato no estado de doente, e a botica da fabrica nem tem se queira remedios os mais necessarios, e este cazo é tanto mais sensível por ter se conseguido hum bom cirurgião para o Estabelecimento retirou se por sua providência por motivos desagradaveis”¹⁸⁹.

Ainda com relação ao trato com a saúde dos escravos, em ofício sobre as providências para vacinar alguns escravos, percebeu-se a lentidão do aparato público para a resolução dos problemas dos estabelecimentos públicos. O ofício do administrador da Fábrica de Ipanema de 1838 diz:

Sendo necessario vacinar alguns escravos desta Fabrica, e não podendo para isso obter até agora o competente pus donde tenho incessantemente procurado; tomei a deliberação de enviar a essa Capital o Soldado do Corpo Municipal, por deste, rogando a V. Ex.^a se sirva ordem que por elle se remetta uma lameira de bom pús vacinna¹⁹⁰.

Quanto aos cuidados com a saúde da escravaria privada da Mina de Morro Velho, observou-se que, em função de comentários negativos na imprensa, passou-se a ter mais atenção com o problema. Ocorreu a modificação do tempo de trabalho e das punições aplicadas e a atenção para o tratamento médico, que passou a ser controlado,

¹⁸⁷ www.camara.gov.br

¹⁸⁸ Arquivo do Estado de São Paulo, CO5214, folder 04ª, ofício do diretor da Fábrica de Ipanema João Bloem, de 27 de novembro de 1835.

¹⁸⁹ Arquivo do Estado de São Paulo, CO5214, ofício do diretor da Fábrica de Ferro São João de Ipanema para o Presidente da Província de São Paulo, 19 de novembro de 1838.

¹⁹⁰ Arquivo do Estado de São Paulo, CO5214, folder 11, ofício do administrador da Fabrica de Ipanema, de 03-10-1838.

sendo ponto incluído nos relatórios anuais, mas “tais preocupações eram mais ligadas à necessidade de manter uma boa reputação entre os donos de escravos potencialmente alugáveis do que às críticas ‘filantropistas’”¹⁹¹. A realidade era equivalente entre os estabelecimentos públicos e privados, existia uma estrutura precária.

O controle dos escravos, um dos aspectos escolhidos mais importantes para a comparação entre a escravidão pública e a escravidão privada, revelou uma particularidade nas fábricas públicas consequente da mesma autonomia da administração já identificada nos estudos acima. Os feitores – figura emblemática da escravidão em geral, e que ali também apareciam como a parte mais próxima do controle – possuíam, em casos identificados aqui, além do controle, outras funções de administração geral. A condição dos feitores como controladores imediatos dos escravos estava expressa nos regulamentos citados; no entanto, às vezes, assumiam não só a função de fiscalizar, mas também de administração geral, como pode ser visto pelo decreto de nomeação do feitor da Fazenda da Lagoa de Freitas, que fazia parte da Fábrica de Pólvora, em 1808:

(...) 2.^a Será da sua particular incumbencia e cuidado conservar no melhor amanho todas as terras que não estão arrendadas, empregando-as naquella especie de cultura que for de maior interesse e beneficio da Real Fazenda, ou em qualquer outra plantação que lhe for determinada por ordem superior. 3.^a Como tal representará o dito Feitor o numero de escravos, bestas e bois necessarios para aquelles trabalhos, dando regulamento todos os mezes relação dos objectos que precisa para o seu respectivo sustento, com a maior economia possivel. 4.^a Será elle quem cobre os fóros e rendas que se pagam áquella fazenda, pela maneira praticada até agora, ou por qualquer modo que lhe seja ulteriormente ordenado, devendo em todo o caso fazer prompta entrega das sommas, cobradas ao Thesoureiro da Real Fabrica da polvora a quem serão carregadas. 5.^a O Feitor terá toda a vigilancia, em que os rendeiros não façam córtes, nem derrubadas nos mattos virgens da fazenda, evitando com a maior cautella que alli se faça carvão, nem cinzas, sem que preceda ordem ou permissão superior do Marechal de Campo Inspector, e intimará aos ditos rendeiros que incorrerão em graves penas todos os que contravierem a esta mui recommendada prohibição. 6.^a A conservação dos caminhos, canaes, vallas e açudes lhe fica mui particularmente incumbida por este artigo; e portanto proverá aos seus concertos e reparos proprios, sempre que se apresente a necessidade de se fazerem, no que procedera com a maior e mais bem entendida economia. 7.^a E porque póde acontecer que alguns rendeiros em occasião de mais esterilidade por seccas, tentem desviar aguas em detrimento da fabrica e da fazenda é este um objecto que deve muito cuidadosamente vigiar e por que será responsavel. 8.^a O dito Feitor finalmente, terá, a obrigação de

¹⁹¹ LIBBY, op. cit., p. 128, 1984.

regular os córtes de madeiras e a sua conducção até a fabrica, tomando a devida precaução para que depois de cortadas se não distraiam nos mattos antes de chegarem ao seu destino. 9.^a Na execução deste artigo, e em todos os mais se deve elle cingir ás ordens do Marechal de Campo Inspector, a quem fica immediatamente sujeito e responsavel pelo exacto e fiel cumprindo das obrigações que lhe ficam impostas¹⁹².

Esta não é, em geral, a identificação do feitor na escravidão. Cabia-lhe o controle do plantel, mas os estabelecimentos fabris públicos dependiam de pessoas para o desempenho de funções periféricas de administração e que podiam ser atribuídas aos feitores. No exemplo acima, em se tratando de um estabelecimento público, atribui-se uma autonomia significativa, além de aparentes privilégios que obteve para o seu benefício pessoal. Em outro registro, a Decisão do Ministério da Fazenda, em 1864, ocorreu inclusive a dispensa da presença dos administradores para a decisão de alguns assuntos.

Ilm. e Exm. Sr. – Em resposta ao seu Aviso de 21 de Novembro próximo passado, em que me communica ter-se o Collector das Rendas Geraes da Villa da Estrela recusado a assistir à avaliação do escravo da Nação, de nome Ovídio, ao serviço da Fabrica da Pólvora, tenho de declarar a V. Ex., que á vista do disposto no Aviso de 21 de Novembro de 1863, junto por cópia regular foi semelhante procedimento daquelle Collector, cumprindo que V. Ex. se sirva dar as precisas ordens para que a sua presença em taes avaliações seja supprida pela maneira exposta no mesmo Aviso, dando-se-lhe vista a final para officiar ao pé do termo respectivo como entender a bem dos interesses da Fazenda¹⁹³.

O controle dos escravos das fábricas é atribuído à preocupação com o descuido com o patrimônio público, o que não quer dizer que este era bem cuidado. Os escravos, especialmente em áreas urbanas, como é conhecido na historiografia, relacionavam-se relativamente fora de seu senhorio, o suficiente para existir um universo de relações informais. O controle e as hipóteses neste sentido são variáveis, mas o distanciamento natural do controle público, que também é perceptível nos documentos coletados, indica que, para os escravos públicos, essas relações eram mais facilitadas. Em contrato de um mestre ferreiro na Fábrica de Ferro de Ipanema identifica-se a preocupação de controlar a escravaria, deixando para eles algumas responsabilidades com os cativos. O documento, que é resultado de um contrato, é uma comprovação mais real do controle

¹⁹²Decreto de nomeação do feitor da fazenda da Lagoa de Freitas, de 12 de outubro de 1808; disponível em: www.camara.gov.br.

¹⁹³ Decisão nº. 422, do Ministério da Fazenda, de 19 de Dezembro de 1864; disponível em: www.camara.gov.br.

sobre os escravos. O Estado definiu exatamente o que era necessário para aquele prestador de serviços. Não se trata apenas de uma ilustração legal para o registro formal das relações, mas a necessidade cotidiana da administração destes escravos.

2º. Obriga-se a aperfeiçoar os escravos ferreiros, a ensinar todos os aprendizes sejam forros sejam escravos. (...) 6º. Se obriga que os escravos da officina não furem objectos de manufaturas para particulares sem ser para a Fabrica, roubos de ferro; e estrago destes gêneros e carvão nas forjas. (...) 8º. Olhará para o asseio dos aprendizes forros e em geral dos escravos que trabalham na Officina, particularmente sobre a moralidade d'elles. 9º. Se obriga de fazer trabalhar os escravos como se fosse para o seu próprio interesse¹⁹⁴.

O controle da escravaria privada fabril, como ocorreu na Mina de Morro Velho, dava-se, muitas vezes, através de feitores cativos. O mesmo também se observa para o controle na Mina de Gongo Soco,

(...) o estabelecimento de um sistema de supervisão interna à força de trabalho escrava, ou seja, a designação de feitores cativos. (...) Uma vez que, como já vimos, a força de trabalho escrava de Gongo Soco permaneceu essencialmente a mesma ao longo de cerca de 25 anos, pode-se imaginar que esse sistema de feitoria servia como fator de coesão dentro da comunidade cativa e que a produtividade aumentou em função da emulação dos feitores por parte dos demais escravos, especialmente os mais jovens¹⁹⁵

A organização de um estabelecimento público nesta época já demandava alguma diferença dos estabelecimentos privados e isto refletia no controle dos escravos. As tarefas residuais de administração, diante da autonomia que os estabelecimentos públicos gozavam, acabaram modificando inclusive o papel do feitor, que ali já não era apenas um controlador de escravos.

Outra comparação a ser feita refere-se à existência de escolas para os cativos nas fábricas públicas. Alinnie Silvestre Moreira destaca a presença de escola de Primeiras Letras em 1841 na Fábrica de Pólvora, que fora usada pelos escravos no período da guerra¹⁹⁶. Também para a Fábrica de Ipanema encontrou-se um mapa, de 1º de janeiro de 1868, dos alunos que frequentavam a escola da fábrica e indicava a presença de

¹⁹⁴ Arquivo do Estado de São Paulo, CO5214, folder 07, contrato da Fábrica de Ipanema com um mestre ferreiro.

¹⁹⁵ LIBBY, op. cit., p. 304, 1988.

¹⁹⁶ MOREIRA, op. cit., p. 69; p. 87.

alunos escravos¹⁹⁷. Esse acesso à instrução também é verificado no ambiente privado. Chama a atenção que na Mina de Gongo Soco era o pároco que tinha a função de instruir os escravos na leitura e escrita. Com relação à Mina de Morro Velho:

Embora a St. John nunca embarcasse num programa de alfabetização das crianças escravas, como aconteceu na Mina de Gongo Soco, as preocupações da década de 1840 levaram a diretoria a ordenar o treinamento em algumas especializações de meninos escravos. Em 1847, temos notícia de vinte aprendizes escravos de seis a doze anos de idade, que treinavam como carpinteiros, pedreiros e ferreiros¹⁹⁸.

Por fim, com relação à religião, parece que as instituições públicas tinham uma cobrança maior do que as privadas no cumprimento dos rituais católicos. Com relação às fábricas públicas, a instrução religiosa constava nos regulamentos dos estabelecimentos. No caso privado da Mina de Morro Velho, por ser administrada por ingleses, que eram na sua maioria anglicanos, não se atentavam para com a religiosidade da sua escravatura, sendo que até permitiam as manifestações culturais africanas¹⁹⁹; “um oficial inglês assegurou que a administração não se importava de que houvesse ‘reis e rainhas zelando pelos interesses e bem-estar de suas nações’”²⁰⁰.

O controle e a administração da escravaria pública em estabelecimentos industriais apresentaram pontos em comum ao comparar com a escravidão em estabelecimentos industriais de particulares. E destaca-se que a mesma autonomia administrativa, apresentada para as fazendas públicas e para as fábricas, proporcionou alguma particularidade como a apontada para os feitores. A administração em geral, com o fornecimento de alimentos, de vestuário, de hospitais, de condições de trabalho, de constituição de famílias, etc., não havia uma distinção do que já é reconhecido para a escravidão em geral.

¹⁹⁷ Este mapa aponta a distribuição dos alunos, com 31 do sexo masculino e 7 do sexo feminino. Entre os alunos livres encontravam-se 14 escravos. Entre os estudos que constavam nas classes estavam: “Doutrina – Leitura – Cursivo menor – Historia Sagrada – As quatro operações fundamentais da Arithmetica – fracções ordinárias, fracções decimaes, complexas – pesos e medidas – Systema métrico – Principios de Gramatica” (Arquivo do Estado de São Paulo, CO5216, folder 16). Esses estudos variavam conforme a classe.

¹⁹⁸ LIBBY, op. cit., p. 130, 1984.

¹⁹⁹ Ibid, p. 132. LIBBY, op. cit., p. 305, 1988.

²⁰⁰ LIBBY, op. cit., p. 132, 1984.

Quadro 2 – Quadro comparativo da administração pública e privada dos escravos de estabelecimentos industriais, século XIX

Características da Administração dos escravos	Escravos públicos		Escravos privados	
	Fábrica de Ferro São João de Ipanema, SP	Fábrica de Pólvora da Estrela, RJ	Mina de Morro Velho, MG	Mina de Gongo Soco, MG
10. Alimentação	<p>- Dieta: em 1828 - “por semana sete partes de farinha três partes e feijão libras [ileg.] de toucinho, carne [ileg.] libra por dia quando não há feijão” – reclamaram em requerimento que ficavam semanas inteiras sem comerem e nunca mais recebiam o atraso; em 1848 - “feijão, toucinho e fubá. Nos domingos e quartas-feiras o jantar levava carne fresca. Para os escravos mais idosos e para os doente o fubá era substituído por farinha de milho, provavelmente mais grossa”. “Na hipótese de falta de fubá (...) era entregue a cada um dos escravos a porção correspondente de milho para que fizessem, de acordo com sua vontade, farinha ou canjica. De acordo com as circunstâncias, substituíam-se o feijão por arroz com casca, (...) Caso ocorresse falta simultânea de feijão e carne, servia-se no almoço angu e no jantar carne fresca”;</p>	<p>- Dieta: “tinham direito a refeições diárias, que compostas de ‘três quartos de carne seca’, ‘uma onça de toucinho’, ‘um duzentos e quarenta avos de alqueire de feijão’ e ‘um e quarenta avos de alqueire de farinha de mandioca’”.</p> <p>- Fornecimento: providência do feitor, com a maior economia possível.</p>	<p>- Dieta: “três refeições diárias”, com “derivados suínos, feijão, milho, carne bovina e arroz”;</p> <p>- Horários: “O almoço e o jantar eram servidos durante o horário de serviço, sendo que quarenta e cinco minutos eram reservados para cada refeição. De noite, os escravos levavam um lanche para casa”;</p>	<p>- Dieta: “Já as ‘rações’ semanais para cada indivíduo eram constituídas por uma média de 1,3 quilo de carne bovina, 200 gramas de toucinho, mais de três quilos de fubá, 1,7 quilo de feijão, além de pequenas quantidades de farinha de mandioca, café, aguardente e arroz”.</p>

	- Fornecimento: providência do feitor.			
11. Vestuário	<p>- Em requerimento dos escravos em 1828: “não temos recebido cobertores a oito ou nove anos que nos faz grande falta pelo frio que andamos sofrendo”;</p> <p>- Fornecimento de vestuário: feitor deveria providenciar.</p>	- “Os homens ganhavam, anualmente, um manta, um barrete, duas camisas, três calças e uma japona de algodão; as mulheres recebiam dois vestidos, uma ‘roupinha’, uma saia, uma manta e três camisas de algodão. Elas recebiam tecidos para vestir as crianças”.	<p>- “As roupas de trabalho consistiam de dois jogos concedidos anualmente – um de lã, para a estação de frio, e o outro de algodão, para o verão. (...) recebiam mais um jogo de roupas de melhor qualidade para usarem nas revistas perante a Casa – Grande, que se realizavam todo domingo”;</p> <p>- “Boa parte do dinheiro que os escravos ganhavam era gasta em roupas finas e coloridas, especialmente para as mulheres”.</p>	- “A lista de vestimentas fornecidas em intervalos mais ou menos regulares, por exemplo, incluía vários tipos de camisas, calças e blusões para os homens e a mesma variedade de vestidos, blusas e saias para as mulheres”.
12. Moradias	<p>- 1815: “Taipas piladas para morada dos Escravos”;</p> <p>- As senzalas estavam dispostas próximas à residência do inspetor ou diretor, que com a ajuda de soldados, as vigiavam.</p> <p>- 1838: “Oito senzalas dispersas, a maior parte arruinadas e quatro delas coberta de palha”.</p>	<p>- Senzalas estavam dispostas próximas à residência do inspetor ou diretor, que com a ajuda de soldados, as vigiavam;</p> <p>- “A maioria vivia em senzalas de pau-a-pique, cada uma com suas cozinhas, divididas por sexo, na qual havia ‘tarimbas’, ou camas. Alguns, por sua ‘idade e comportamento moral’, tinham ‘licença para dormir em seus ranchos, arruados e sujeitos a facil</p>	<p>- “As habitações escravas de Morro Velho eram divididas em dois agrupamentos ou vilas, ambas localizadas perto das instalações da Mina”.</p> <p>- “Os casais (...) ganhavam pequenas casas dotadas de um quintal de tamanho suficiente para comportar a criação de porcos e galinhas, além de uma pequena horta. Em casas maiores juntavam-se de dez a vinte solteiros, normalmente escravos</p>	

		policimento”.	alugados. Nos dois casos havia banheiros comuns que serviam a várias famílias ou a uma casa inteira de solteiros”.	
13. Aquisições de bens e outros prêmios	- “Forão tirados os Mestres d’entre os Escravos da Fábrica, aos quaes se dão pequenas gratificações”.	- “Só alguns, ‘dos mais capazes’, ou seja, aqueles que, por seu comportamento ou simpatia do feitor, inspiravam confiança teriam direito a circular livremente aos domingos. Os outros, embora pudessem descansar, não poderiam se ausentar da fábrica, pois corriam o risco de não voltar durante o dia e se ‘embriagar’”. - Para manter os escravos ao longo da Guerra do Paraguai: “Alguns, inclusive, já recebiam gratificações diárias desde a década de 50. Entre 1865 e 1866, elaboraram planos de ‘alforria programada’, no qual o escravo era descontado da terça parte de suas gratificações, que era destinada a pagar as alforrias”;	- Prêmios e pagamento por horas extraordinárias: medida disciplinatória, negado a escravo intransigente.	- “Prêmios ou salários módicos para os cativos, a distribuição criteriosa de distinções, na forma de medalhas, para os mais industriais, e o estabelecimento de um sistema de supervisão interna à força de trabalho escrava, ou seja, a designação de feitores cativos”. - “Que mesmo escravos engajados na mineração subterrânea tiveram acesso à chamada ‘brecha camponesa”.
14. Família	- “Em Ipanema, a prática de se autorizarem casamentos entre cativos parecia não ser algo	“De acordo com um inventário de todos os bens das fábricas, velha e nova,	- “O casamento entre escravos era encorajado pela Companhia. Numa política	

	<p>incomum. É o que mostra alguns documentos dirigidos diretamente ao Presidente da Província e que parecem procederem dos próprios escravos tendo algum outro indivíduo como mediador e redator das solicitações”.</p>	<p>sabemos que eram 129 os escravos da nação que existiam na Lagoa e que, entre eles, havia 10 casais e 6 tinham filhos”.</p>	<p>obviamente destinada a estimular a procriação ou, literalmente, a reprodução da força de trabalho, mulheres grávidas tiveram seus horários de serviço reduzidos e receberam rações extras. A Companhia também comprava vestidos de casamento para as escravas necessitadas, na esperança de que este gesto estimulasse o matrimônio. Mas, como a taxa de natalidade implicitamente nos mostrou, tais políticas não tiveram muito sucesso”</p>	
15. Trabalho	<ul style="list-style-type: none"> - Gratificações aos escravos nos Domingos e dias santos. - Presença dos feitores fiscalizando o trabalho: “todos os dias de trabalho ao nascer do sol, onde devem demorar até horas de almoço, que será pelas 8 até 8 e meia, e depois continuar no trabalho até o meio-dia, hora em que devem jantar, voltando ao mesmo serviço, no tempo de verão, pela uma hora e meia da tarde, e no inverso, pela uma hora, até o sol posto na intelligencia, que por tempo de Verão deve entender-se desde 22 de Setembro até 22 de 	<ul style="list-style-type: none"> - “Deveriam trabalhar diariamente”; - “Direito de poderem ter o domingo ‘para si’”. 	<ul style="list-style-type: none"> - Horários: doze horas por dia, com a força dividida em duas turmas (1838-1847); escravos do departamento de minas eram divididos em três turmas com cada turma trabalhando oito horas por dia (1848 em diante); - Existência de escravos especializados, como carpinteiros, pedreiros e ferreiros. 	<ul style="list-style-type: none"> - “Os horários de trabalho eram iguais para livres e escravos e se dividiam da seguinte maneira: mineiros – 8 horas diárias; nos pilões e vagões de minério – 12 horas diárias; artesões, mulheres e todos os demais trabalhadores de superfície – 10 horas diárias”.

	março, e por Inverno o resto do anno, pondo todo o cuidado que o serviço se faça com regularidade, e actividade, e que cada hum trabalhe conforme as suas forças, e prestimo”. - Existência de escravos especializados.			
16. Saúde	“DO HOSPITAL E SEUS EMPREGADOS. Art. 40. Haverá na fabrica um hospital proporcional ao numero de escravos e operarios della, a cargo de um Cirurgião approved, que o seja tambem em Medicina, tanto pelo que toca ao governo economico, como pela despeza de remedios, e de todos os mais objectos que lhe disserem respeito”.	- “As condições higiênicas na Fábrica não eram as mais satisfatórias”; - “Art. 47. Haverá uma Enfermaria proporcionada ao numero de escravos existentes. (...) Art. 49. Haverá um Enfermeiro, um Cozinheiro, e os Serventes necessarios; sendo os ultimos tirados d’entre os escravos da Nação.” - “O fato de a fábrica ter um hospital, entretanto, não esconde o tratamento negligente”.	Hospital com 60 leitos e médico (1848); críticas sobre excesso de trabalho prejudicava a saúde dos escravos (mudanças nos horários, punições e tratamento médico); “mortalidade excepcional de alguns anos (..) resultou de epidemias que assolaram a região de vez em quando”.	
17. Controle, castigos e punições	- Feitores: limitação de escravos para cada feitor: “vinte e cinco escravos, que vem a ser o número que razoavelmente pode administrar nos serviços, e todos serão obrigados a residir na mesma casa dos escravos, ou, em outra qualquer que lhe fique mais próxima”; acompanhavam todos os	- “Quanto à vigilância e subordinação de escravos da nação e africanos livres, (...) eram tarefas de livres. Os feitores exerciam papel crucial nos momentos em que estes trabalhadores retiravam-se de seu serviço nas oficinas ou, mais	- “Em três casos envolvendo quatro escravos fugitivos entre 1835 e 1846, as punições era o açoite e a venda dos cativos” - “Designação de feitores cativo” - “As indicações do uso de castigo físico são poucas na	“A disciplina era mantida por uma combinação de incentivos e punições; estas incluíam pequenas multas, confinamento num xadrez, a fôrula e o chicoteamento. Henwood calcula que, de 1836 a 1843, o número médio anual de infrações cometidas pelos

	passos dos escravos (nas casas, na missa e nos trabalho); “§5º. Aos Feitores dos Escravos pertence a correção imediata dos mesmos por culpas leves, e pelas graves dar parte ao Director depois de ter posto em segurança o Escravo delinquente, havendo receio de fuga, para aquelle determinar o castigo correspondente, entregando-o à Justiça, se for verdadeiro delinquente: o mesmo no castigo das culpas leves deverá seguir as ordens do Director quando dê algumas”.	diretamente, nos serviços da fazenda e fábrica e cortes de madeira para o carvão”.	documentação disponível e praticamente desaparecem da correspondência existente de 1847 a 1885”.	escravos era de 166, a maioria nas categorias de desobediência, embriaguez e outras pequenas ofensas, mas havia também tentativas de homicídio, incêndios dolosos, assaltos e pequenos furtos”.
18. Religião e instrução	“DO CAPELLÃO. Art. 43. O Capellão celebrará o Santo Sacrificio da Missa todos os domingos e Dias Santos; instruirá a escravatura, e aos orphãos nos principios da Religião Christã, desobrigando-os, e ministrando-lhes os mais soccorros que dependerem do seu magisterio”	- Havia escola de primeiras letras (a partir de 1841); - “Art. 51. Haverá um Capellão, que ministrará aos Enfermos, que precisarem, os soccorros Espirituaes. Deverá alem disso celebrar o Santo Sacrificio da Missa aos Domingos e Dias Santos; desobrigar a escravatura, e instrui-la nos principios da Religião Christã, e presidir a todos os mais actos Religiosos”.	- “Parece que os escravos de Morro Velho conseguiram manter viva uma parte da cultura que trouxeram da África”: apresentação de ritual congolês. - “A qualidade dos serviços sacerdotais prestados à população escrava de Morro Velho talvez não fosse das melhores”.	- “apesar de ‘violenta opposição’ dos senhores de escravos das redondezas, em 1846, o pároco foi incumbido de ensinar às crianças escravas, e que a superintendência em muito se contentou ao constatar que ‘sua proficiência em ler, escrever e fazer contas plenamente igualava a de seus colegas livres’”.

Fontes: As informações relativas à Mina de Morro Velho foram extraídas dos livros: LIBBY, Douglas Cole. *Trabalho Escravo e Capital Estrangeiro no Brasil. O Caso de Morro Velho*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984. LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e Trabalho em uma economia escravista. Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988. Com relação à Mina de Gongo Soco as informações estão em: LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e Trabalho em uma economia escravista. Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988. Para a Fábrica de Ferro São João de Ipanema as fontes foram: relacionadas à vestuário – FLORENCE,

Afonso Bandeira. Resistência escrava em São Paulo: A luta dos escravos da fábrica de ferro São João de Ipanema, 1828-1842. *Afro-Ásia*, 18, p. 21, 1996. -; relacionadas à moradia - MORAES, Frederico Augusto Pereira de. VERGUEIRO, Nicolau Pereira de Campos. *Subsídios para a história do Ipanema*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858. MOREIRA, Alinnie Silvestre. *Liberdade tutelada. Os africanos livres e as relações de trabalho na Fábrica de Pólvora da Estrela*, Serra da Estrela/RJ (c. 1831 – c. 1870). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Dissertação de Mestrado, p. 59, 2005. Arquivo do Estado de São Paulo, CO5214, folder 10, Inventário geral da Fábrica de Ipanema, 1838. Ainda sobre a Fábrica de Ipanema para a informação relativa à aquisição de bens, a fonte foi: MORAES. VERGUEIRO, p. 62, 1858. Com relação às famílias na Fábrica de Ipanema a referência foi: NETO, Mario Danieli. *Escravidão e Indústria: um estudo sobre a Fábrica de Ferro São João de Ipanema – Sorocaba (SP) – 1765-1895*. Campinas: UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas), p. 133, 2006. (Tese de Doutorado). Quanto ao trabalho na Fábrica de Ipanema foram utilizadas as seguintes fontes: Arquivo do Estado de São Paulo, CO5214 – Orçamento das despesas para o ao financeiro de 1841 e 1842. MORAES. VERGUEIRO, p. 139, 1858. Com relação à saúde e religião na Fábrica de Ipanema a fonte foi: Regulamento Provisório da Fábrica de Ferro São João de Ipanema, de 26 de maio de 1834 (disponível em www.camara.gov.br). Para as informações de controle e punição na dita Fábrica utilizou-se: MORAES. VERGUEIRO, p. 138-139, 1858. Com relação à Fábrica de Pólvora de Estrela utilizou-se a seguinte dissertação de mestrado: MOREIRA, Alinnie Silvestre. *Liberdade tutelada. Os africanos livres e as relações de trabalho na Fábrica de Pólvora da Estrela*, Serra da Estrela/RJ (c. 1831 – c. 1870). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Dissertação de Mestrado, 2005. Para as informações sobre saúde e instrução religiosa a referência foi: Regulamento da Fábrica de Pólvora de Estrela de 1840 (disponível em www.camara.gov.br).

Outras comparações possíveis

Além das fazendas e das fábricas, cabem algumas considerações sobre o controle e administração dos escravos públicos nos demais estabelecimentos. No caso do Ministério da Marinha, constatou-se certa dificuldade de controle dos administradores, pois nem sempre estes estavam disponíveis ou garantiam a fiscalização. Dessa forma, ocorriam distorções, como menciona o Aviso do Ministério da Marinha de 1829, que marcou as rações que se deviam fornecer aos escravos da Fazenda Pública e aos jornaleiros que trabalhavam no corte de madeiras para o Arsenal de Marinha de Santos

Sendo presente a Sua Magestade o Imperador as contas da despeza feita com esse Arsenal, e com o córte de madeiras no proximo passado mez de Julho, remetidas pelo Vice-Presidente dessa provincia, a quem Vm. as enviou acompanhadas de seu officio de 8 do corrente, não pôde o mesmo Augusto Senhor deixar de reparar na exorbitante despeza feita no mesmo mez com mantimentos para os trabalhadores do córte das madeiras, da qual manifestamente se conclue a falta de methodo, e de regularidade, com que se procede a semelhante respeito com prejuizo consideravel da Fazenda Publica, e sendo necessario desde já evitar a continuação de tal desperdicio, Ordena Sua Magestade o Imperador que Vm. observe, e faça observar exactamente na distribuição de rações aos escravos da Fazenda Publica, e aos jornaleiros que trabalharam no córte de madeiras com ajuste de selhes dar comida, o que está regulado pela tabella junta, advertindo que os menores de 7 annos vencem meia ração. Quando motivos imprevistos exijam algum augmento de despeza neste artigo, então Vm. fará lavrar um termo declarando a necessidade de tal accrescimo, do qual enviará cópia authentica acompanhando as contar que dá no fim de cada mez. Sua Magestade o Imperador espera que po esta maneira se evitará o enorme abuso que se observa neste ramo de despeza: abuso que tem motivado a ficarem as madeiras tiradas por esse córte em um preço muito acima do seu verdadeiro valor; e Vm. ficará na intelligencia de que não lhe será approvada a despeza que exceder ao que por este aviso, e tabella inclusa lhe é determinado. Deus Guarde a Vm. – Palácio do Rio de Janeiro em 25 de Agosto de 1829 – Miguel de Souza Mello e Alvim – Sr. Intendente da Marinha do porto de Santos. Tabella a que se refere a ordem acima. Por um dia cada uma ração. Carne secca $\frac{3}{4}$ de lb, ou 1 lb de carne fresca. Toucinho 1 onça. Feijão 1 por 120 de alqueire. Farinha 1 por 40 de dito. Para o almoço. Arroz $\frac{1}{4}$ lb. Toucinho 1 onça. Carne secca $\frac{1}{4}$ de lb ou carne verde $\frac{1}{2}$ lb. Tabaco para os escravos da fazenda um palmo por semana a cada um²⁰¹.

²⁰¹ Aviso nº. 151 de 25 de Agosto de 1829 (www.camara.gov.br).

Josephina Chaia e Luis Lisanti, analisando este documento e identificando a quantidade calórica para a alimentação humana ali identificada, notoram que:

Se calcularmos o total calórico obtido pela ração legal atribuída para um dia (carne seca, toucinho, feijão e farinha) teremos um total de 5.546 calorias diárias. Embora o trabalho escravo fosse eminentemente braçal, pressupondo, portanto, um forte consumo calórico, parece-nos que na realidade o texto legal se de um lado exagerava a atribuição do total da ração alimentar ultrapassando largamente as necessidades do organismo, por outro lado é bem provável que a lei não fosse obedecida uma vez que a mortalidade era alta entre os escravos. Podemos ainda levantar em consideração sem descer a pormenores que a ração proposta contém um desequilíbrio nos seus componentes uma vez que a maior parte dos componentes da alimentação continha poucas proteínas²⁰².

Este documento pode representar algum tipo de desvio de recursos públicos, ou pode ocorrer realmente algum desperdício na compra de alimentos que não implicavam, necessariamente, benefício ao escravo e ao jornaleiro, pois outros elementos de análise, como a sobrevivência destes, não indicam condições de vida favoráveis, como já apontaram os autores. Mas, no que toca à identificação da administração destes, o fato reforça as conclusões de dificuldade de controle público sobre o seu plantel.

O Ministério da Marinha apresentava também uma administração próxima à encontrada para os outros estabelecimentos públicos. Em Decisão de 1836, determinou-se que os escravos da nação que adocessem fossem curados no Hospital da Marinha²⁰³, onde também eram atendidos os escravos do Jardim Botânico da Lagoa de Rodrigo de Freitas²⁰⁴. Outra decisão ordenou ao Director do Jardim Botânico da Lagoa que a despesa feita no Hospital da Misericórdia com o curativo dos escravos do dito Jardim fosse paga trimensalmente:

Convindo não demorar o pagamento das despesas feitas na Santa Casa da Misericórdia desta Côrte com o curativo dos escravos do Jardim Botânico da Lagoa de Rodrigo de Freitas, senão o tempo necessário para o exame das respectivas contas: O Regente em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II Há por bem que Vm. pague á dita Santa Casa no fim de cada trimestre as mencionadas despesas, a contar do principio do corrente anno financeiro em diante.²⁰⁵

²⁰² CHAIA, Josephina. LISANTI, Luís. O Escravo na Legislação Brasileira (1808-1889). *Revista de História*. São Paulo, vol. XLIX, n. 99, pp. 241 – 248, 1974.

²⁰³ Decisão de nº. 379, do Ministério da Marinha, de 7 de julho de 1836 (www.camara.gov.br).

²⁰⁴ Decisão nº. 65, do Ministério do Império, de 4 de Fevereiro de 1837 (www.camara.gov.br).

²⁰⁵ Decisão de 4 de fevereiro de 1837 (www.camara.gov.br).

O exemplo do Arsenal da Marinha, somado às fazendas e às fábricas, permite uma comparação abrangente, que tenta identificar o escravo da nação como categoria. Uma documentação utilizada com este fim foi o conjunto de leis sobre os escravos da nação. Desta análise observou-se uma concentração de leis na década de 1860 e referente à libertação de escravos, especialmente a Lei do Ventre Livre, que dispunha da libertação de todos os escravos da nação. Também se verificou um serviço que o Estado oferecia aos seus escravos de assistência judiciária. Os documentos abaixo indicam a dificuldade, mas também o reconhecimento de que o Estado deveria oferecê-lo. O Ato do Ministério da Fazenda, de 1866, esclarece que à administração da Fazenda incumbia a defesa dos escravos da nação em juízo criminal, e dela deviam as Tesourarias encarregar algum advogado, se o Procurador Fiscal escusar-se sendo para isso nomeado.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Mato Grosso, em resposta ao seu officio n.º 86 de 20 de Agosto proximo passado, que sem duvida incumbe á Administração da Fazenda a defeza dos escravos da Nação em juizo criminal, porque a mesma Nação é senhora delles; mais que não estando por lei ou regulamento commettido esse encargo aos Procuradores Fiscaes, e não havendo necessidade de Curador nomeado pelo Juiz quando o senhor do escravo o defende, deve a Thesouraria da Fazenda encarregar a defeza a algum advogado, se o Procurador Fiscal para isso nomeado se escusar, para com elle correr o processo os seus termos, tanto mais quando póde acontecer que por ter de accusar o Promotor não possa ter lugar a providencia do Aviso de 24 de Novembro de 1852²⁰⁶.

Porém, o estudo de Josephina Chaia e Luis Lisanti, que tem por objeto a legislação da época sobre os escravos, conclui que a efetivação não correspondia com a disposição legal. Os autores apontam, sobre estas leis, “a facilidade com que sempre foram adotadas e a lentidão com que são postas em execução. A demora na adoção efetiva trouxe como consequência o estabelecimento de novas medidas que por vezes acabavam por contrariar a lei original”²⁰⁷. Assim, com base no levantamento da legislação, o artigo conclui que:

No que tange a higiene é possível dizer-se que muito pouco se preocupou o legislador com o escravo, o mesmo ocorrendo com os problemas de alimentação, totalizando ambos cerca de uma dezena de textos legais. No entanto, a preocupação em punir é muito maior, 23 textos. A respeito de impostos, taxas e matrículas temos um total de

²⁰⁶Ato n.º. 471, do Ministério da Fazenda, de 30 de outubro 1866 (www.camara.gov.br).

²⁰⁷ CHAIA. LISANTI, op. cit., p. 243.

263 textos. Esses simples dados já constituem sugestiva indicação de como o escravo podia ser diferentemente encarado pela legislação, refletindo desse modo sua situação²⁰⁸.

A peculiaridade entre os estabelecimentos públicos analisados foi a autonomia administrativa local que, em tese, permitiria práticas destoantes. Mas, apesar da ausência de um órgão específico de organização e fiscalização dos escravos da nação, percebeu-se que havia traços em comum nas administrações. O que distingue a administração da escravidão pública é o distanciamento do poder central. A influência excepcional do modelo de escravidão empregado pelos jesuítas era uma peculiaridade de alguns estabelecimentos (ainda que sejam estabelecimentos importantes), mas também nestes mesmos estabelecimentos o problema do descontrole público se apresenta. O Estado foi displicente ao gerir os escravos da nação, seja proporcionando essa autonomia ao administrador, seja não apontando um direcionamento único para o seu trato. No entanto, verificou-se certa similaridade nos vários tipos de estabelecimentos públicos, que acabava por se conduzir com base nos modelos privados.

Aparentemente contraditório, pode-se dizer que a autonomia também é reflexo da centralização de poder ocorrida na época, como aponta José Murilo de Carvalho²⁰⁹. Esta centralização não era suficiente para caracterizar uma política pública comum para o conjunto dos escravos públicos, pois na gestão das unidades de trabalho escravo – em geral periféricas – não havia uma presença de controle burocrático para uma atividade tão necessária de controle. Ainda recorrendo ao autor:

A consequência dessa estrutura centralizada era o acúmulo de funcionários e atividades administrativas no nível do governo central, sua reduzida presença no nível provincial e quase ausência no nível local. A concentração era um fato. Mas há aí também algumas distinções importantes a fazer. A macrocefalia variava de acordo com as tarefas a serem executadas. Simplificando, pode-se dizer que ela era menor no que dizia respeito às tarefas que alguns chamam de redistribuição e que outros talvez preferissem chamar de reprodução.

²⁰⁸ CHAIA. LISANTI, op. cit., p. 242.

²⁰⁹ “Além da divisão interna, outra característica da burocracia imperial contribuía para reduzir seu poder de controle e de direção da sociedade. Trata-se da distribuição dos funcionários pelos vários níveis de poder – central, provincial e local. Essa distribuição acompanhava a própria estrutura do aparato estatal e revelava-se, ao mesmo tempo, aspectos da natureza do Estado. As reformas de 1840-41 levaram à exagerada centralização política e administrativa, que faria um de seus autores dizer mais tarde das administrações imperiais que ‘têm cabeças enormes, quase não têm braços e pernas’, ou ainda: ‘são corpos cuja circulação não chega às suas extremidades’” (CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatros de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 152, 2010.).

As primeiras se concentravam nos Ministérios da Justiça e do Império, as segundas no da Fazenda, as terceiras nos do Império e Agricultura, Comércio e Obras Públicas²¹⁰.

Em Decisão de 1836, na qual se manda abonar à mulher do Patrão da Barca d'água a gratificação mensal de 12\$000, enquanto se achar encarregada do ensino das crias mulheres, escravas da nação, percebe-se a atribuição e remuneração de função pública na base da pirâmide da burocracia estatal reproduzindo o que há para as demais funções. Ou seja, a manutenção de escravos em propriedade do Estado era mais uma extensão da burocracia. Não servia apenas a uma composição de mão de obra marcada pelo regime de escravidão, mas mais a um “tentáculo” do aparato burocrático.

O Regente em Nome do Imperador, aprovando o que em Offício de 12 do corrente propuzera o Inspector do Arsenal da Marinha, há por bem, que á Laurinda Maria da Conceição, mulher do Patrão do Barca d'água, Joaquim José Lopes, se abone desta data em diante a gratificação mensal de doze mil réis, em quanto se achar encarregada de ensinar ás crias mulheres, escravas da Nação, que existem no mesmo Arsenal, a doutrina Christã e a costura. O que participo a Vm. para sua intelligencia e execução²¹¹.

Analisando a documentação referente aos estabelecimentos Fábrica de Ipanema e Fazenda de Santa Cruz, percebe-se a sistemática prática de oficialar tudo que ocorre nos estabelecimentos, seja à presidência da província ou a outro órgão central. Esses órgãos centralizadores enviam também muitos pedidos de relações de escravos. Essas práticas podem indicar um indício de um controle central maior, mas trata-se apenas da regular prestação de contas sem a orientação central de como deveria se portar a administração local. A prestação de contas era a garantia dos empregos dos administradores, a contrapartida de um controle central a ponto de corresponder a um planejamento do Estado não ocorria. No caso das Fazendas da nação do Piauí, Solimar Oliveira Solimar indica que:

A produção era cuidadosamente organizada e as fazendas, ao contrário do que a historiografia propaga, eram administradas com o zelo necessário para garantir os interesses das autoridades e administradores. A presença constante dos administradores, representantes legais do poder senhorial e executores de suas ordens, garantia a organização da produção e o controle dos trabalhadores²¹².

²¹⁰ CARVALHO, op. cit., p. 152.

²¹¹ Decisão nº. 462, de 16 de Agosto de 1836 (www.camara.gov.br).

²¹² LIMA, op. cit., p. 152, 2005.

Solimar Oliveira Lima identifica também para as fazendas do Piauí a autonomia dos administradores locais, que administravam com eficiência com vistas aos seus interesses pessoais na exploração das fazendas.

O poder central teve, na verdade, participação ínfima na administração direta das fazendas. Além da ingerência sobre nomeações, pouco regulamentou sobre o cotidiano. Apesar da necessidade de decidir sobre muitos assuntos, como requeriam as autoridades locais, o Ministério dos Negócios da Fazenda optou por referendar as recomendações e resoluções dos presidentes da província. As fazendas constituíam-se como uma especificidade que as autoridades locais mostravam desconhecer tomando como base de sustentação as leis do Império para solucionar muitas questões, como, por exemplo, se podiam ou não considerar inspetores e criadores como funcionários públicos para efeitos de organização do trabalho e de punição. Curiosamente, nem mesmo o ministério sabia definir a natureza dos cargos²¹³.

De certa forma, alguns atos dos administradores - em certos períodos e estabelecimentos - tinham que passar pela autorização do superior. Com relação à Fazenda de Santa Cruz, pode-se dar como exemplo o pedido de autorização em 1832, para desviar alguns escravos da nação da fazenda ao serviço de reparo da Estrada de Itaguahy, arruinada por chuvas²¹⁴, mas isto ocorria para decisões que implicassem em responsabilidades maiores.

Além dos administradores e dos funcionários dos estabelecimentos, o controle dos escravos da nação envolvia também outros setores do funcionalismo público que circundavam o âmbito local do estabelecimento. Uma vez que a autonomia dos administradores decorria da fragilidade no elo entre eles e o poder central, eles não podiam escapar das instituições públicas próximas, ainda que estas também fossem frágeis. O documento abaixo é um exemplo neste sentido, quando o administrador da Fazenda de Santa Cruz recorre ao juiz pedindo auxílio na captura de escravos fugitivos. A comunicação entre os órgãos públicos existentes ocorria dentro da estrutura básica dos poderes constituídos, especialmente a relação entre administração e justiça. Em janeiro de 1833, o Superintendente da Fazenda de Santa Cruz pede auxílio ao Juiz de Paz da Freguesia de Marapicú para capturar escravos fugitivos. No ofício, o

²¹³ LIMA, op. cit., p. 143, 2005.

²¹⁴ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Fundo Casa Real e Mordomia-mor-SDE-027 – cax. 6, pac. 1, doc. 66

Superintendente explora argumentos a fim de estimular para conseguir os objetivos pretendidos, o que pode indicar um funcionalismo ineficiente.

Rogo a V. S^a. na qualidade de Superintendente desta Fazenda, por ser constante o seu zello no desempenho do Cargo para que os seus Comparrochianos o moniarão tenha a bondade de passar ordens aos seus Delegados a fim de taes escravos serem capturados, e de os remetter para esta Fazenda, por cujo cofre serão pagas as despesas que houverem de se fazer com elles na sua captura e remessas, huma vez que venhão legalizadas por V. S^a»²¹⁵.

Além disso, reafirma a condição pública do escravo da nação, procurando um envolvimento mais efetivo desse. “Espero merecer-lhe este favor não só em atenção a que os referidos escravos, são propriedade Nacional, e do uso fructão do Nosso Jovem Imperador (...)”²¹⁶. O apelo explícito, no sentido de inclusive caracterizar a ajuda como um favor indica que vai além da função pública do Juiz de Paz a ajuda requerida, assim como corrobora com a conhecida condição patrimonialista do Estado na época²¹⁷. A condição pública se confundiu com a condição patrimonialista desses escravos que eram utilizados enquanto bens privados pela Família Real, no usufruto da Fazenda de Santa Cruz, o que também garante o estímulo do Juiz de Paz pelos possíveis favores que podem surgir dos seus atos.

A fragilidade no elo entre o governo central e as administrações dos estabelecimentos é reforçada pelo mau funcionamento dos níveis burocráticos intermediários. A macrocefalia apontada por José Murilo de Carvalho é aqui vista quando numa ponta se encontra a burocracia necessária para a gestão imediata dos estabelecimentos públicos e na outra se encontra a Corte e uma grande estrutura burocrática para a época²¹⁸. No meio, estava um continente bem vazio e de difícil trânsito. Havia instituições centrais relativamente estruturadas, mas que não se comunicavam com as pontas. Também as pontas não eram significativamente expressivas para se imporem nesta falta de comunicação.

²¹⁵ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Fundo Casa Real e Mordomia-mor-SDE-027 – cax. 8, pac. 1, doc. 5.

²¹⁶ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Fundo Casa Real e Mordomia-mor-SDE-027 – cax. 8, pac. 1, doc. 5.

²¹⁷ Em relação ao mesmo problema acima o Superintendente enviou um ofício à José Bonifácio em 8 de agosto de 1833, que o respondeu em 20 de agosto de 1833 e colocou que “não estando ao meu alcance mas que lembra o mesmo Superintendente no citado officio, rogo a V. Ex^a. o obsequio de expedir ao Chefe da Policia, ou a quem competir as ordens necessarias a este respeito, que requesita aquelle Superintendente no mencionado officio” (Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Fundo Casa Real e Mordomia-mor-SDE-027 – cax. 8, pac. 1, doc. 178).

²¹⁸ CARVALHO, op. cit..

Esta lacuna produziu consequência na gestão e na desconexão dos estabelecimentos com escravos públicos. No caso anteriormente comentado sobre a Fazenda de Santa Cruz esta dificuldade fez com que o problema se prolongasse de janeiro para além de agosto de 1833, o que, no caso de fuga de escravos privados provavelmente não teria ocorrido. Em 31 de agosto de 1833, o ofício do administrador é respondido, numa situação aparentemente caótica de funcionamento burocrático que se estende posteriormente:

Acusando a recepção do officio de V. Ex^a., com a data de 20 do corrente, em que participa ter o Superintendente da Fazenda Santa Cruz sollicitado providencias para apreensão dos Escravos da mesma Fazenda, que se achão fugidos. Cumpre-me ponderar a V. Ex^a., em resposta ao dito officio, que, estando na alçada dos respectivos Juizes de Paz as providencias lembradas pelo dito Superintendente, he desnecessario officiar a esse respeito ao Chefe da Policia: quanto porém á captura d' elle nesta Cidade, ou nos suburbios, justo será que elle remetta uma relação dos nomes dos fugidos e seus signaes, a fim de que possa verificar-se, logo que elles appareção²¹⁹.

Só em 30 de setembro foi passada a relação dos nomes dos escravos fugidos e repassada ao Chefe da Polícia no mês seguinte²²⁰.

²¹⁹ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Fundo Casa Real e Mordomia-mor-SDE-027 – cax. 8, pac. 1, doc. 179.

²²⁰ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Fundo Casa Real e Mordomia-mor-SDE-027 – cax. 8, pac. 1, doc. 181 e doc 182.

5 – Conexão e interdependência entre as repartições públicas com escravos

A rede informal de estabelecimentos e repartições

Apesar de as repartições públicas com mão de obra escrava estarem dispersas pelo território brasileiro, isso não foi um entrave para ocorrer a comunicação entre elas e, quanto ao patrimônio público obtinham trocas e favores comuns. Entre essas trocas estavam os próprios escravos da nação, que, enquanto bens públicos, podiam ser transferidos e trocados entre os diversos estabelecimentos, seja por suas necessidades, por atividade profissional exercida pelo escravo, pelos laços familiares da escravatura, pela sazonalidade de produções, pelo controle de fronteiras, construções de obras públicas, seja pelo início de algum novo empreendimento. Enfim, eram várias as motivações que geravam a conexão e interdependência das repartições públicas com relação aos escravos da nação. Como indica Solimar Oliveira Lima: “O processo de transferência externas de trabalhadores e cessão para serviços públicos era utilizado desde a administração do Real Fisco, mas se acentuou consideravelmente no Império”²²¹.

Os deslocamentos também ocorreram em razão das rebeliões e das guerras. Dos escravos que sobreviveram, uns foram libertados e outros foram incorporados ao patrimônio público. Em artigo reunido por Tavares Bastos, relata-se um dramático caso de um escravo que na Guerra do Paraguai conseguiu patentes intermediárias e no retorno não foi libertado, além de ser brutalmente surrado até morrer na prisão:

João Fernando Barcellos, creoulo, natural de Porto Alegre, ex cabo de esquadra do 4º corpo de caçadores a cavallo de 1ª linha do exercito, tendo feito a campanha do Paraguay e tomado parte em diversos combates até o do Estabelecimento, onde fora ferido, resultando-lhe ser escuso do serviço por incapacidade physica, vindo para esta côrte a bordo de um dos transportes de guerra, foi preso como escravo de José Joaquim de Oliveira e recolhido á casa de detenção com o nome de Antonio. Ultimamente, não tendo sido reclamado, e expirando o praso do barbaro decreto de 14 de fevereiro de 1857 foi julgado abandonado e posto á disposição do juizo da provedoria como bem do evento. Em consequencia, brevemente será o ex cabo de esquadra João Fernando Barcellos, vendido em praça como escravo abandonado, firmando de

²²¹ LIMA, Solimar Oliveira. *Braço Forte. Trabalho escravo nas fazendas da nação no Piauí (1822-1871)*. Passo Fundo: UFP, p. 49, 2005.

um modo solenne sua nova condição de escravo, pois que é perfeitamente insuspeita a venda publica authorisada por lei! João Fernando Barcellos, assentou praça voluntariamente no 10 batalhão de caçadores de linha e fez a marcha de Porto Alegre até Uruguayanna, onde assistiu ao sitio e rendição das forças de Estigarribia; depois passou para o dito 4º corpo, a servir com o general Andrade Neves. Será Barcellos realmente escravo? É licito duvidar, desde que, quem se reputa com direito a elle, o abandona sem provar o dominio. E quando o escravo fosse; já estará tão desgraçado este paiz, que não possa remir do captiveiro um homem que por elle arriscou sua vida, derramou seu sangue e mereceu postos no exercito?! Em todo o caso, porém, desde que o proprietario, falso ou verdadeiro, abandona voluntariamente o escravo, tem-no desligado da barbara obrigação de servil-o, e a victima deve tornar á lei natural, que é a liberdade. Entretanto neste paiz civilisado, neste paiz em que os homens escravizam homens, quando o senhorio abandona o escravo, a nação appossa-se d'elle, não para declarar-o livre, mas para vendel-o como seu! E não é tudo; por mais que os pretos, recolhidos á detenção, por suspeitos de serem escravos, affirmem que são livres, ainda mesmo que ninguem appareça requisitando-os, são sempre vendidos em praça como bens de evento! Deste modo não é a liberdade que se presume, mas sim o captiveiro. No caso do defensor da patria Barcellos, além da miseria, da ingratidão de não se remir o escravo (quando o fosse) que ajudara salvar lhe a honra nacional, é o proprio governo quem o escravisa, quem o vende publicamente e remove todas as dividas a respeito da condição servil do bravo militar. Quando precisavam de auxilio até dos escravos, forravam-os para arrostarem as balas paraguayas agora que se acham servidos vendem os seus bemfeitores! Oh! O imperio do sr. D. Pedro II aprecia perfeitamente a honra, os brios e o pundonor nacional, reduzindo seus defensores à condição de escravos e vendendo-os em praça publica! Tudo isto está de accordo, sr. D. Pedro II o que, porém, não é bonito é fazer disto no paiz, e mandar pelos assalariados da imprensa estrangeira apregoar que 'o imperador do Brasil, nem seus cortesãos consentem na conservação, troca ou venda de homens no estado de captiveiro'. Redusam a escravidão os proprios defensores do pavilhão auri-verde; venda-os, por amor de algumas centenas de mil reis que lhe entram para os cofres; mas tenham ao menos a nobreza de se mostrar taes quaes são – barbaros, reprobos da civilisação e da humanidade. Não podendo contrabandear na costa d'Africa com medo dos inglezes, os estadistas do sr. D. Pedro II escravizam no interior do paiz, á face do sol, contando com a impunidade...Estão no seu direito ²²².

Havia uma grande mobilidade geográfica entre os escravos públicos, diferente dos escravos privados, que apresentavam mobilidade, mas com outras características. Os estabelecimentos públicos se dividiam entre repartições urbanas e fazendas e fábricas, mas as fazendas e fábricas eram majoritariamente mais significativas e eram estabelecimentos que não implicavam em integração urbana. Mais do que isto, como já

²²² Coleção Tavares Bastos, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Artigo do Jornal Opinião Liberal, fevereiro de 1870.

apontado acima, possuíam verdadeiras comunidades das quais também se serviam os escravos. Porém, estes estabelecimentos produziram a sua própria dinâmica de mobilidade para atender às questões de Estado e aos interesses econômicos do Estado. Ocorriam deslocamentos por trocas e por empréstimos. Esta peculiaridade distingue também a escravidão pública, e, se há um elo que identifica a escravidão pública como um todo, é nesta peculiaridade que ele se encontra.

É interessante notar que as trocas ocorriam entre os vários estabelecimentos, e prevaleceram, no século XIX, como os principais fornecedores desses escravos a Fazenda de Santa Cruz e as Fazendas do Piauí, principalmente por serem essas com maior número de escravos. Por exemplo, em fevereiro de 1832, a Nacional Quinta da Boa Vista, residência oficial do Imperador, tinha a seu serviço um pouco mais da metade de escravos vindos de outros estabelecimentos, entre eles da Província do Piauí, da Província do Rio Grande e da Fazenda de Santa Cruz; e, no mesmo período, a Quinta do Cajú contava com 31 escravos pertencentes à Fazenda de Santa Cruz²²³.

O processo de empréstimos e de trocas de escravos da nação envolvia os interesses dos estabelecimentos, e muitas vezes se tornava um emaranhado complicado de se desenrolar. No caso de um ofício de 26 de fevereiro de 1844, o diretor da Fábrica de Ipanema respondeu a uma proposta do Presidente da Província de São Paulo. A proposta corresponde à troca de escravos residentes da Santa Cruz que lá se encontravam por outros vindos das Fazendas Nacionais do Piauí, que se encontravam na Fábrica de Pólvora da Estrela, ou seja, os escravos que estavam nestas fábricas não pertenciam a elas, e, ainda, propunha-se nova troca, retornando os escravos para sua origem, a Fazenda de Santa Cruz.

Em cumprimento da Portaria de V. Ex^a de 12 do corrente mandando me informar sobre a materia do Aviso da Secretaria da Guerra de 5 do mesmo mês, sendo esta a respeito da proposta feita pelo Mordomo da Casa Imperial, de trocar os escravos da Fazenda de Santa Cruz, existentes nesta Fabrica, por outros tantos vindos das Fazendas Nacionais do Piauhy e que se achão na Fábrica da Pólvora attendendo a evitar destruições de allianças matrimoniais que aqui tenho contrahido, com escravos nacionais; devo expor q. a excepção das escravas Esmeria, Joaquina, Flausina Rosa, Venancia Teixeira, e Maria da Cruz, casadas com escravos desta Fabrica que são mestres de officinas, todos os mais desejão voltar para a dita I. Fazenda, por ali estarem muito mais seguros de não serem apartados dos parentes, de

²²³ SILVA, José Bonifácio de Andrada e, *Relação dos escravos das fazendas nacionais do Piauí e do Rio Grande do Sul e da Fazenda Imperial de Santa Cruz para Quinta da Boa Vista e Quinta do Cajú de 1832*, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro – Manuscritos II – 32,10,008, Col. Elemento Servil.

que ainda se lembrão, como pode acontecer aos da nação por qualquer artigo de Lei que delles determine a venda: acho pois justo que não percão essa vantagem a bem de outros que a ella não tem direito, nem tanto a apreciem. E que assim, exceptuando os quatro mencionados, voltem os outros para a I. Fazenda de Santa Cruz, vindo porém antes disso para esta Fábrica ao menos cem, dos duzentos e setenta; para esse fim trazidos do Piahy, e que hoje se achão, a despeito das promessas, na dita Fábrica de Pólvora e Arsenais da Corte²²⁴.

A Fazenda de Santa Cruz parecia ser um local diferenciado para os escravos em relação ao controle público dos mesmos, como indica o documento. Uma das diferenças é a maior preservação da família escrava, como já se colocou na historiografia. No entanto, também a Fábrica de Ipanema se demonstrou flexível para essa manutenção, e, além disso, alguns administradores até estimulavam as uniões entre os escravos, visto que isso proporcionaria o aumento da escravaria pública e a permanência de escravos, como no caso relatado. As escravas estavam interessadas em permanecer na Fábrica de Ipanema devido aos laços matrimoniais com os escravos pertencentes a esse estabelecimento. Assim, a Fábrica conseguia parcialmente manter os escravos especializados e com funções importantes na produção. No caso mencionado, o Diretor da Fábrica também pede que venha pelo menos um número parcial dos escravos que retornariam à Fazenda, e nota que eles já vieram das Fazendas do Piauí, mas que acabaram por ficar em outros estabelecimentos devido “às promessas, na dita Fábrica da Pólvora e Arsenais da Corte”.

Em abril de 1844, o Vice-presidente da Província de São Paulo encaminha ofício para esclarecer sobre os 40 escravos²²⁵. E em outubro de 1844, o Mordomo-mor da Casa Imperial, para resolver o impasse, pede que a Fábrica aceite algumas mulheres para completar o número dos escravos emprestados e inexistentes²²⁶. Depois, outras correspondências são trocadas, numa negociação quase informal, para recompor os respectivos patrimônios e para atender a interesses dos estabelecimentos e dos escravos. Em 30 de outubro de 1844, o Mordomo-mor da Casa Imperial escreve ao Ministro da Guerra:

²²⁴ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Diversos Códices, SDH-SDE 001, Casa Real e Imperial Mordomia-mor – Cod 1122 – St Cruz, Cod 572, doc. 13, ofício de 26 de fevereiro do diretor da Fábrica de Ipanema para o Presidente da Província de São Paulo.

²²⁵ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Diversos Códices, SDH-SDE-001, Casa Real e Imperial Mordomia-mor, cod 1122, St. Cruz, cod 572, doc 12.

²²⁶ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Diversos Códices, SDH-SDE-001, Casa Real e Imperial Mordomia-mor, cod 1122, St. Cruz, cod 572, doc. 09.

Tive a honra de receber o Aviso de V. Ex^a. de 21 do corrente relativamente à troca que propus a V. Ex^a. em 27 de janeiro do corrente anno, dos escravos que a Casa Imperial emprestara em 1834 para a Fábrica de Ferro de S. J. de Ipanema por outros de Piauhý destacados na Fabrica da Estrella, e tendo tido a honra de levar o sobredito Aviso à Presença de Sua Magestade Imperial. O Mesmo Augusto Senhor me determinou, que recebesse igual nº. dos que ora existem naquella Fabrica, abstraindo dos sexos na totalidade, uma vez que se não separem familias; sendo para desejar que venha o maior número de homens que seja possível. V. Ex^a determinar-me-há quaes os titulos de troca que devo assignar²²⁷.

Em 23 de novembro de 1844, o Diretor da Fábrica da Pólvora comunica ao Ministro de Guerra:

Dei hoje execução a hum dos Avisos de V. Ex^a de 9 do corrente, em que se ordena a remessa dos vinte quatro escravos descriptos na relação que acompanhava o dito Aviso, ao Exmo. Mordomo da Imperial Casa, por troca de outro igual numero, que da Imperial Fazenda de Santa Cruz, forão para a Fabrica Nacional de ferro de S. João de Ypanema, e aguardo a posse dos recibos dos que remeti para satisfazer a ultima parte do citado Aviso. Cumpre-me porem notar, que sendo hum dos Escravos de que trata a citada relação o melhor falquejador do Estabelecimento, e que tendo outros falecidos, forçoso foi fazer huma substituição para completar o numero marcado, para o que seguindo o que expus a V. Ex^a. previa, e verbalmente, V. Ex^a me authorisou. A inclusa relação marca os individuos com que satisfiz o mandado de V. Ex^a.²²⁸

Vários outros documentos foram encontrados identificando os deslocamentos²²⁹. Há registros, inclusive, de deslocamentos a pedido dos escravos, para atender a

²²⁷ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Diversos Códices, SDH-SDE 001, Casa Real e Imperial Mordomia-mor – Cod 1122 – St Cruz, Cod 572, doc 14.

²²⁸ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Diversos Códices, SDH-SDE 001, Casa Real e Imperial Mordomia-mor – Cod 1122 – St Cruz, Cod. 572, doc 15.

²²⁹ Entre eles uma lista de 59 escravos emprestados à Fabrica de Ipanema pela Fazenda Sta Cruz, com nome, idade, observação – quando foram para a fábrica, a filiação e falecidos - de 17-01-1844 (Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Diversos Códices, SDH-SDE 001, Casa Real e Imperial Mordomia-mor – Cod 1122 – St Cruz, Cod. 572, doc. 09). Noutra relação há 24 escravas que vão para a Imperial Quinta da Boa Visa (nomes e idades) – 23-novembro-1844 (Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Fundo Diversos Códices, SDH-SDE 001, Casa Real e Imperial Mordomia-mor, Cod 1122, Santa Cruz, Cod. 572, doc. 15) e uma relação de 5 escravos a mais que foram mandados entregar 15-04-1845 (Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Fundo Diversos Códices, SDH-SDE 001, Casa Real e Imperial Mordomia-mor, Cod 1122, Santa Cruz, Cod. 572, doc. 19). Também há uma relação de 100 escravos vindos do Piauí e filhos destes nascidos na Fab. de Polvora, compreendendo 7 mulheres destacadas no Arsenal de Guerra (nome, idade, observações – casado) – 18-05-1844 (Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Fundo Diversos Códices, SDH-SDE 001, Casa Real e Imperial Mordomia-mor, Cod 1122, Santa Cruz, Cod. 572, doc. 13). A Fazenda Santa Cruz transfere, em 1818, 16 escravos para a Quinta da Boa Vista (Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Fundo Casa Real e Mordomia-mor-SDE-027 – cax. 2, pac. 3, doc. 177). Em virtude de ordens recebidas da Secretaria d' Estado dos Negocios da Marinha, seguiu-se uma relação, de 02-06-1834, dos escravos da Fazenda Nacional que se remeteram do Arsenal da Marinha de Santos, à disposição do Excelentíssimo Governo da Província. Nessa lista constam-se 18 escravos e dois menores, sendo

recomposições familiares ou porque estes vislumbravam, nos outros estabelecimentos, condições melhores de trabalho e de vida. As decisões favoráveis, ainda que sejam encontradas em exemplos isolados, revelam que o ambiente público, e o que já havia de impessoalidade no Estado brasileiro à época, possibilitava esta relativa diferença de tratamento. Neste caso abaixo, a transferência ocorreu a pedido de africanos livres. Em ofício de 4 de dezembro de 1860, do Inspetor do Jardim Público de São Paulo, Antonio Berardo Quartin, responde para o presidente da Província de São Paulo, Antonio José Henrique:

Tenho a honra de informar a V. Ex^a em resposta a portaria de 1º do corrente em que V. Ex^a me ordena que informe qual a conducta dos Africanos Antonio e sua mulher de nome Emilia, que pedem para serem removidos do Jardim Público desta Capital, para a estrada de Santos, e declarando também se o serviço do Jardim, não sofrerá com a diminuição d'esses trabalhadores; Tenho a ponderar a V. Ex^a que o serviço do Jardim, nada sofre com a saída destes Africanos, por quanto, tendo elles dois filhos menores recusão-se a todo o trabalho, occasionando só despesas, sem aproveitamento deste estabelecimento em quanto a conducta dos mesmos não hé irregular, mas conveniente seria trocar estes Africanos por um só trabalhador da serra de Santos o que V. Ex^a em sua alta sabedoria ordenará a que mais convier²³⁰.

Os documentos demonstram uma preocupação com a diminuição do número de escravos e a regularização de toda a situação de empréstimos e de devoluções. Na verdade, pode concluir que esta preocupação é apenas o reflexo da dispersão. Esta é uma das contradições da relação entre a escravidão e o patrimônio público no Brasil: não havia um controle central único, como já posto anteriormente, vigorava a autonomia local dos administradores, sujeita apenas a uma prestação de contas formal, porém os estabelecimentos se comunicavam e intercambiavam escravos, reconheciam o seu status público e formavam praticamente uma rede nacional que ligava províncias distantes como Piauí, São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Santa Catarina, Pará e Maranhão.

destes, apenas três mulheres (Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, IG5 - Ministério do Exército – Fabrica de ferro São João de Ipanema, nº. 17). Em outra relação de 27 de junho de 1834, observa-se o encaminhamento de escravos da nação pelo Arsenal de Guerra para a Fábrica de Ferro São João de Ipanema. Nesta lista constam os nomes, a relação familiar, o estado conjugal, o ofício, a idade, a nacionalidade e os estabelecimentos de onde eles vinham - Fazenda Santa Cruz e Arsenal da Marinha (Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, IG5 - Ministério do Exército – Fabrica de ferro São João de Ipanema, nº. 17). Relação de 15 escravos que vieram de São Paulo 28-01-1835 (Arquivo do Estado de São Paulo, CO5214, folder 04 A, relação de escravos vindos para a Fábrica de Ferro São João de Ipanema, João Bloem, 28 de janeiro de 1835). Dentre outros.

²³⁰ Arquivo do Estado de São Paulo, CO535a.

Na escravidão privada, há outros exemplos parecidos, e neste capítulo pretende-se apontar as nuances deste entrelaçamento.

A questão da discordância quanto à propriedade dos escravos cambiados se desdobra e revela a sua face mais importante: a demora na regularização e a dispersão do aparato burocrático. Os escravos eram constantemente trocados ou emprestados, mas para isto e para as suas devoluções dependiam de correspondências e de solução de pendências que se estendiam por anos. A rede existia e funcionava dependendo da ocasião e da vontade do administrador. A frouxidão burocrática, por outro lado, servia para a rede não funcionar quando não fosse conveniente. A conveniência era predominantemente determinada entre o interesse do administrador em manter mais escravos no seu estabelecimento e pelas determinações centrais, especialmente do Ministério da Marinha, em deslocar escravos para as obras ou os estabelecimentos que os necessitassem deles. Percebeu-se, por exemplo, neste jogo de disputa por escravos, uma tática recorrente: era o envio dos escravos que menos serviam, os mais fracos e doentes. No caso de uma transferência de africanos livres para a Fábrica de Ipanema, seu administrador observou:

Estou com muitos apertos por falta de braços pois os Africanos que vierão nesta ocasião so vivem no hospital e há crianças, segos, tizicos, velhos, de serto os Agentes que os escolherão no Rio de Janeiro não forão bons, e deve haver mais cautella pois desta maneira em lugar de se promover o adiantamento do Estabelecimento se promove com passo gigantesco o seo atrazo, pois afirmo a V. Ex^a que elles a dous annos não pagão o que comem²³¹.

Outra limitação ao deslocamento era a própria realidade física, caracterizada pela precariedade do transporte e pelas grandes distâncias, o que encarecia o transporte. A título de exemplo, à época da construção da Fábrica de Ferro do Mato Grosso, foram solicitados escravos dos demais estabelecimentos e há um conjunto extenso de ofícios prestando contas das despesas do transporte e também reclamando da sua dificuldade²³². A documentação revela que, assim como a burocracia e a má vontade dos administradores em perder “seus” escravos, este empecilho não foi suficiente para impedir um significativo deslocamento.

²³¹ Arquivo do Estado de São Paulo, CO5214, ofício do diretor da Fábrica de Ferro São João de Ipanema para o Presidente da Província de São Paulo, Desembargador Manoel Machado Nunes, 12 de setembro de 1839.

²³² Estes ofícios, arquivados no Arquivo do Estado de São Paulo (Arquivo do Estado de São Paulo, CO535a.), dão conta de várias transferências, seus custos, suas origens, seus destinos e seus responsáveis. São ofícios do ano de 1860.

Por fim, há documentos que revelam que, apesar da autonomia administrativa dos estabelecimentos, do distanciamento entre eles e das dificuldades próprias da fragilidade do Estado à época, os administradores conheciam a realidade do plantel de escravos públicos e procuravam influir sobre o seu destino. Talvez seja este o elo que garante a frágil rede identificada, estando no topo dela algumas repartições centrais das quais os estabelecimentos tinham alguma dependência, como o Ministério da Marinha, o Ministério da Guerra e o Paço Imperial no período do Império.

Alguns documentos demonstram este tipo de interferência de um estabelecimento nos demais. Em ofício, o administrador da Fábrica de Ipanema fez diversas sugestões ao ministro da guerra para resolver o problema da falta de mão de obra para a fábrica; para tanto, relacionou diversos estabelecimentos e seus plantéis, como solução. Outra proposta foi a compra de escravos de 16 a 30 anos e, por fim, “4º. E no caso negativo do artigo antecedente, então não resta outro remedio se não reccorrer a outro meio, que vem a ser a concecção de 8, ou 10 loterias, para com o Producho comprar se os escravos necessários”.²³³

Porém, à medida que a mão de obra ficou escassa, seja pelo controle do tráfico, seja pelo crescimento da demanda pública, o problema começou a se configurar como o problema de Estado e as manifestações entre os estabelecimentos no sentido de cobrar e de interferir na administração dos escravos dos demais ficaram cada vez mais incisivas e agressivas. Não chegou ao ponto de gerar uma centralização suficiente que implicasse em políticas públicas do Império, mesmo porque, quando o problema se agravou, a perspectiva da abolição já estava bem consolidada e não havia motivação para tratar a administração dos escravos como uma questão de ordem pública preponderante. O debate então já era como introduzir o trabalho livre e como compatibilizá-lo com o ocaso da escravidão. É neste sentido o documento do administrador da Fábrica de Ipanema ao Ministério da Guerra:

O Antecessor de V. Ex.^a o Exmo. Luis Conde Lages lembrou-se de fornecer a Fabrica de braços livres, homens brancos, eu não duvido que fosse mais vantajozo pelo bom desempenho do trabalho, porem com grandes sacrificios, e persuadido estou, que nunca se conseguirá que hum homem branco que tem hum pouco de caracter trabalhe em paralelo com preto captivo, sendo os mestres, e primeiro officios brancos, ou todos livres e brancos: seria hum impossivel que a Fabrica prospera se, pois por ora hé hum problema: se qualquer industria prospera do Brasil hé capas de sustentar se sendo os operarios todos

²³³ Ibidem.

forros e o Director se inclina, pela negativa, e vai sempre para o lado oposto, pois seria de huã ver acabar-se com a Ypanema, e novamente atrasado hum novo ramo de Industria, indispensavel para a Industria Nacional. V. Ex^a. tem genio criador, e o Director com razão espera alguã Providencia para o bem do Estabelecimento, que breve hirá revalitando com as melhores da Europa desta natureza, o que hé pouca gloria para o Brasil²³⁴.

Mobilidade territorial dos escravos: comparações

No estudo da escravidão privada no Brasil a mobilidade é também uma característica presente em condições que foram discutidas pela historiografia. Silvia Hunold Lara indica que:

Tudo indica que esta circulação dos escravos fora da unidades de produção não era algo excepcional. Nos relatos de várias testemunhas inquiridas em algumas devassas, aparecem escravos que conversavam em casa de homens forros na vila; que paravam em casa de outro senhor para trocar algumas com suas escravas ou beber um pouco de aguardente antes de continuar seu caminhos ou que, até mesmo deixavam a fazenda, passando o domingo na vila. Outros depoimentos indicam que algumas tarefas impostas pelos senhores implicavam, necessariamente, que os escravos saíssem da fazenda, andando pelos caminhos e estradas²³⁵.

Havia proprietários que possuíam várias propriedades e podiam usar a transferência em caso de escravos rebeldes: “Escrevia a Baronesa do Pati: ‘decidi transferir nosso escravo mulato, Ciro; exerce influência perniciosa na manutenção da boa disciplina’”²³⁶. Esse tipo de transferência de escravos de particulares não ocorria frequentemente como no caso dos escravos da nação, que, além de serem comuns, não estavam relacionadas a essa motivação.

Os estabelecimentos privados, em geral, possibilitavam mobilidade, mas era um deslocamento que se diferenciava do que ocorria com os escravos públicos. Os deslocamentos dos escravos privados podiam ocorrer em momentos específicos, como o processo de tráfico atlântico e o movimento interno, como as vendas, os empréstimos, os alugueis, as fugas, as rebeliões, as revoltas e as guerras; em atividades econômicas

²³⁴ Arquivo do Estado de São Paulo, CO5215, folder 1, ofício de 16 de julho de 1846, Ofício do Diretor da Fábrica de Ipanema, Major Bloem, para o Ministro e Secretario d’Estado dos Negocios da Guerra.

²³⁵ LARA, Silvia Hunold. *Campos da Violência. Escravos e Senhores na Capitania do Rio de Janeiro 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 235, 1988.

²³⁶ STEIN, Stanley J. *Grandeza e Decadência do Café no Vale do Paraíba*. São Paulo: Brasiliense, p. 166, 1961.

que exigiam mobilidade espacial, como as rotas da pecuária, as atividades fluviais e as atividades urbanas; e, em condições de mudança social, o caso dos libertos.

O tráfico atlântico poderia ser indicado como o primeiro processo de transferência de escravos, mas, na verdade, isso não é absolutamente certo, porque se deve considerar o percurso, dentro do território africano, no processo de captura e o deslocamento até a chegada, no porto de destino, ao Brasil. Como relata Manolo Florentino:

Após semanas ou meses deslocando-se pelas savanas e florestas, as centenas de pequenos traficantes angolanos (pumbeiros, aviados, funantes ou sertanejos) e seus carregadores, de posse das mercadorias européias e americanas, se defrontavam com o monopólio de cativos exercido pelas autoridades interioranas. Estas, por sua vez, não estocavam escravos, o que lhes permitia evitar gastos com manutenção. Esperava-se pela chegada dos sertanejos para se acordar um determinado número de peças em troca de mercadorias – que se recebia adiantadamente –, e só então se enviavam agentes em busca de escravos nas áreas fronteiriças. Transferidos para a responsabilidade dos sertanejos, que deveriam mantê-los, pelo menos em parte, os grupos de cativos (libambos ou quibucas) iam crescendo até atingir o número requerido pelos mercadores dos portos angolanos. Meses se passavam até que, de posse da mercadoria viva, os sertanejos retornassem às cidades costeiras²³⁷.

Processo desumano, a viagem nos navios negreiros foi um dos tristes capítulos dos deslocamentos desses povos, como já apontado pela historiografia. Mas, não só o tráfico atlântico supriu a demanda de mão de obra cativa, como também o tráfico interno, seja entre províncias diferentes, o tráfico interprovincial; seja dentro dos limites das províncias, o tráfico intraprovincial, para atender aos movimentos de oferta e de procura. Ao longo da história do Brasil observa-se uma circulação de cativos em função das mudanças econômicas, levando a transferi-los de regiões estagnadas a outras em crescimento. Um caso é a transferência de escravos das províncias do Norte e do Nordeste, que sofriam de uma depressão econômica, para abastecer a região Centro-Sul, que crescia com o desenvolvimento das lavouras de café e que sofria com a proibição do tráfico atlântico de escravos em 1850. Mas, o tráfico também ocorreu entre as províncias da região Centro-Sul. “As três províncias da região Sul, juntamente com

²³⁷ FLORENTINO, Manoel. *Em Costas Negras. Uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 109, 1997.

algumas do Nordeste, foram as maiores exportadoras de escravos para os municípios cafeeiros do Sudeste (...)»²³⁸.

Seja pelo tráfico atlântico, seja pelo tráfico interno, o processo de transferência prosseguia-se com a venda desses escravos. Esse mecanismo de compra e de venda não ocorria uma única vez, mas poderia se repetir inúmeras vezes, em função da situação econômica e cotidiana do proprietário, do comportamento dos escravos e de outras motivações levando a uma mobilidade espacial do cativo. O que diferencia esse deslocamento do que ocorria na escravidão pública é que nele ocorria o rompimento do vínculo senhorial. Já o caso dos escravos privados envolvidos em aluguéis e empréstimos aproxima-se mais da situação do cativo público, pois nesse caso o vínculo senhorial permanecia.

Outra possibilidade de deslocamento por parte dos escravos privados – e também dos públicos – era a fuga. Os escravos buscavam essa prática, sozinhos ou em grupo, devido às condições do cativo; alguns se fixavam em quilombos, outros passavam a perambular pela cidade ou se fixavam em esconderijos em outras localidades. Para o caso do Rio de Janeiro, Carlos Eugênio L. Soares coloca que:

Além das matas de Santa Teresa e Laranjeiras, os escravos foragidos também procuravam se esconder nas montanhas da Lagoa e do Engenho Velho. Alguns mais ousados fugiam para as freguesias rurais (Irajá, Inhaúma, Jacarepaguá, Campo Grande e Guaratiba) e, até mesmo, para algumas localidades fora dos limites do Município da Corte, tal como Iguaçu que, com seus mangues e matas de difícil acesso, se tornou um dos locais de refúgio mais procurados pelos quilombolas²³⁹.

As fugas levavam os escravos a espaços diversos, Marcelo Santos Rodrigues relata a história de escravos fugidos que acabaram por compor as fileiras para a campanha da Guerra do Paraguai, e conclui:

Os escravos depois de fugirem do cativo e alistar-se nas tropas, o retorno ao Brasil após anos de luta, embora não representasse uma efetiva conquista de liberdade com o fato de lutarem e destacarem-se

²³⁸ PENA, Eduardo Spiller. *Burlas à Lei e Revolta Escrava no Tráfico Interno do Brasil Meridional, século XIX*. LARA, Sílvia Hunold. MENDONÇA, Joseli Maria Nunes Mendonça (org.). *Direitos e justiça no Brasil: ensaios de história social*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, pp. 161-197, 2006.

²³⁹ SOARES, Luiz Carlos. *O Povo de Cam na capital do Brasil. A escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX*. Rio de Janeiro: FAPERJ – Editora 7 Letras, 2007, p. 240, 2007.

na campanha, condecorados por gesto de bravura e heroísmo, poderia representar uma possibilidade de livrar-se do cativeiro²⁴⁰.

As rebeliões, as revoltas e as guerras também propiciaram mudanças de um lugar para outro aos escravos, sejam eles públicos ou privados. A Guerra do Paraguai teve participação de escravos públicos, mas também de escravos privados – recrutados pelo Exército, doados por particulares, comprados e pagos pelo governo – que se afastaram de seus senhores e foram seguir os caminhos traçados pelo Exército. Ricardo Salles, com base no Relatório do Ministério da Guerra de 1868, apresentou o número de 3897 escravos – da nação, 287; da Casa Imperial, 67; gratuitos, 753; conventos, 95; conta do governo, 1806, e substitutos, 889 – e comparou-o com os dados totais de soldados, mas concluiu que “seguramente o número de escravos engajados era superior ao dado oficial”:

Entretanto, mesmo estando incompleto, é válido comparar esses números com dados do próprio Ministério sobre o total das forças enviadas ao Paraguai até 15 de maio de 1868. Estas somariam 70943 soldados (mais tarde analisaremos estes dados com mais cuidado). Portanto, os escravos representariam 5,49% do total²⁴¹.

Assim, seja no momento de ingressarem à guerra, nos deslocamentos que as lutas desencadearam e no retorno dos cativos, as mudanças espaciais foram recorrentes nesses episódios históricos.

Além dessas circunstâncias, as atividades econômicas podiam facilitar o ir e vir dos escravos privados; a pecuária pode ser incluída nessas atividades. Horacio Gutiérrez analisa as fazendas de gado no Paraná e observa a utilização de escravos como sua principal mão de obra. Não foi possível identificar as atividades que exerciam, mas indica que apareceram alguns como capatazes ou condutores de tropas²⁴².

A atividade pastoril ligava regiões dilatadas não apenas pela extensão das fazendas, mas também em virtude de rotas de comercialização do gado. No Nordeste, houve a famosa feira do Capoame, na Bahia, para onde afluía e era vendido o gado do Piauí. No Sudeste, a feira de Sorocaba, em São Paulo, era centro distribuidor do gado criado no Rio

²⁴⁰ RODRIGUES, Marcelo Santos. *Guerra do Paraguai: Os Caminhos da Memória entre a Comemoração e o Esquecimento*. 2009. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas-USP. São Paulo, 2009 (Doutorado em História).

²⁴¹ SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp. 65-66, 1990.

²⁴² GUTIÉRREZ, Horacio. Fazendas de gado no Paraná escravista. *Revista Topoi*. Rio de Janeiro, v. 9, n. 9, pp. 102-127, 2004.

Grande do Sul, em Santa Catarina e no Paraná. O notável do complexo pastoril era a constante circulação de homens e animais²⁴³.

A atividade de pecuária também esteve presente na Amazônia, conforme aponta Eurípedes Funes:

A presença da mão de obra escrava no baixo Amazonas tornou-se mais efetiva a partir da segunda metade do século XVIII, com os incentivos governamentais através da Companhia de Comércio Grão-Pará e Maranhão, que estabeleceu uma relação direta entre os portos africanos e o norte do país. Ali o negro foi empregado na lavoura cacaueira, em especial até meados do século XIX, posteriormente na agricultura e sobretudo na pecuária. Ao longo desse período, a escravidão se verificou também nas atividades domésticas. Aos poucos o africano passou a fazer parte do cotidiano da sociedade amazônica²⁴⁴.

Mas o que interessa aqui são as rotas fluviais. A região caracterizada por longas distâncias, entre matas e águas, permitia um deslocamento por vias fluviais, os rios eram os caminhos percorridos pela escravaria. Quando não satisfeitos, era por eles também que empreendiam suas fugas e acabavam por viver em mocambos, como Eurípedes Fontes relata:

Vários caminhos conduziam aos altos dos rios. Após dias de viagem por rios e caminhadas pelas matas, o negro conseguia romper com sua condição de escravo ao chegar às 'águas bravas', onde 'moravam no centro porque queriam mas o acampamento, o lugar, o terreiro era na margem da baía'. O acampamento, o lugar, o terreiro onde o escravo assumia a sua condição de liberto, era o mocambo²⁴⁵.

A mobilidade territorial também foi própria da escravidão urbana como bem indicou a historiografia²⁴⁶. Nesse sentido apresentou Roberto Guedes Ferreira:

(...) a tarefa desempenhada pelos escravos impunha aos senhores não a perda de um certo domínio sobre seus cativos, mas um determinado

²⁴³ LEWKOWICZ, Ida. GUTIÉRREZ, Horacio. FLORENTINO, Manolo. *Trabalho compulsório e trabalho livre na história do Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, p. 34, 2008.

²⁴⁴ FUNES, Eurípedes A. "Nasci nas matas, nunca tive senhor" História e memória dos mocambos do baixo Amazonas. REIS, João José. GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio: História dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 467-497, 1996.

²⁴⁵ Ibid, p. 475.

²⁴⁶ SOARES, op. cit. LARA, op. cit., DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX – Ana Gertrudes de Jesus*. São Paulo: Brasiliense, 1984. ALGRANTI, Leila Mezan. *O Feitor Ausente: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro, 1808-1821*. Petrópolis: Vozes, 1988. SILVA, Marilene Rosa Nogueira. *Negro na rua: a nova face da escravidão*. São Paulo: Hucitec, 1988.

distanciamento físico em relação a eles, uma vez que suas ocupações nas cidades eram, até determinado ponto, diferentes das do rotineiro serviço de enxada dos seus pares do eito, sendo crucial, para boa parte dos primeiros, o recurso à mobilidade física para a execução de seu trabalho²⁴⁷.

Assim, o trabalho nas cidades exigia um movimento contínuo dos escravos, mas não os desvinculavam do senhor de quem recebia ordens e limitações nessa circulação. A historiografia pontua, com base nas observações de viajantes, várias ocupações urbanas que propiciavam a mobilidade espacial dos escravos: vendedores de diversas mercadorias, carregadores, carpinteiros, pedreiros, sapateiros, alfaiates, moleques de recado, carreiros, carroceiros, pescadores, barqueiros, caçadores, barbeiros, latoeiros, pescadores, tigres, entre outras funções; bem como as mulheres escravas, como quitandeiras, cozinheiras, lavadeiras, costureiras, rendeiras, as escravas domésticas, entre outras funções, com maior ou menor deslocamento. Esses escravos urbanos, assim como os escravos públicos, deslocavam-se e continuavam com o mesmo proprietário, de quem seguiam ordens e limitações no ato de ir e vir. O controle também partia do próprio Estado, como Marilene Rosa Nogueira Silva explica:

A cidade previne-se através da elaboração de posturas e mais posturas que controlavam os negros escravos ou não por toda parte (...) Dessa forma o papel do feitor cabia ao Estado, que procurava manter a ordem disciplinando a circulação e punindo com o mesmo chicote e com a prisão no calabouço aos infratores das diversas posturas que se multiplicavam na relação direta de crescimento da cidade e do aumento da população escrava²⁴⁸.

O regresso de libertos à África também foi um movimento característico da época, como por exemplo, em função da Revolta dos Malês, em 1835²⁴⁹. Esses retornados foram impulsionados pelas ordens de deportação das autoridades provinciais, em função de se tornarem revoltosos no Brasil. Os navios regularmente viajavam entre

²⁴⁷ FERREIRA, Roberto Guedes. Autonomia escrava e (des)governo senhorial na cidade do Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX. FLORENTINO, Manolo (org.). *Tráfico, cativeiro e liberdade (Rio de Janeiro, séculos XVII- XIX)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 233, 2005.

²⁴⁸ SILVA, op. cit., p. 102, 1988.

²⁴⁹ Sobre a Revolta do Malês e os retornados ver: REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil – a história dos malês em 1835*. São Paulo: Cia das Letras, 2003. SILVA, Alberto da Costa e. Sobre a rebelião de 1835 na Bahia. *Ensaio sobre a Escravidão*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, pp. 219-234, 2003. VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos, dos séculos XVII a XIX*. Salvador/Rio: Corrupio/Fundação Biblioteca Nacional, 2002. Entre outros.

os portos do Brasil e da África o que facilitava a mobilidade espacial desse contingente populacional.

Quando a liberdade era alcançada o ir e vir passava a ser não só corriqueiro como uma conquista da mobilidade social adquirida. Biografias de ex-escravos²⁵⁰ podem ser uma referência para demonstrar os constantes deslocamentos realizados em diversas etapas e circunstâncias de suas vidas. Um exemplo é a história da vida de Mohammah Gardo Baquaqua:

Trata-se de um ex-escravo, sua vida na África, sua escravização e transporte para o Brasil, de suas experiências como escravo em Pernambuco junto a um padeiro, sua venda para o capitão de um navio que viajava até o Rio Grande do Sul, sua viagem até os Estados Unidos, da fuga para conseguir liberdade, sua viagem ao Haiti, uma viagem de volta aos Estados Unidos e daí para o Canadá (...)²⁵¹

Esse relato demonstra os caminhos percorridos por um escravo. Caminhos congruentes aos vários momentos que se assentavam sob sua condição escrava, do tráfico à sua venda, da sua fuga à liberdade e que propiciaram uma mobilidade espacial e social. Também se assiste a essas mobilidades para o escravo público, mas em condições que diferem das relacionadas.

A prerrogativa econômica nas transferências

Como já constatado, a origem predominante dos escravos da nação foi o confisco dos bens dos jesuítas, e posteriormente também ocorreram compras. Mas a demanda contínua e crescente, conseqüente do crescimento do Estado, não foi suficientemente atendida por estas compras e as transferências passaram a ser a solução. No Império o intercâmbio foi a principal fonte para a demanda, especialmente das fazendas que acabaram por servir como estabelecimentos de reprodução, ainda que não possuíssem oficialmente este propósito: Fazenda de Santa Cruz e Fazendas do Piauí.

Então, a motivação principal dos deslocamentos era a necessidade por aumentar a mão de obra e isto está presente em vários documentos. Era também a razão para as resistências e as discordâncias nas trocas e empréstimos. Os estabelecimentos não queriam diminuir os seus plantéis e principalmente não queriam perder escravos que

²⁵⁰ Ver: VERGER, op. cit.

²⁵¹ LARA, Silvia Hunold. Apresentação da Biografia de Mahommah G.Baquaqua. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 08, nº. 16, pp. 269-284, 1988.

possuíam algum tipo de qualificação. Foi o caso em que, em 1818, o Administrador da Real Quinta da Boa Vista discordou da transferência de uma escrava, pois seu marido, que a acompanharia, era um oficial de carpinteiro muito necessário às obras do estabelecimento²⁵².

São recorrentes os pedidos de escravos às fazendas de Santa Cruz e do Piauí de diversos estabelecimentos, além dos mais importantes aqui citados. E estas fazendas atenderam bastante a estes pedidos. Mas elas eram fazendas com suas próprias demandas e não eram, como já apontado, estabelecimentos de reprodução. Na Fazenda de Santa Cruz, encontrou-se um documento, sem data, do administrador, requerendo a liberação de escravos presos para serviços na fazenda, justificado pela demanda.

He d em. ta nessecidade e com muito trabalho, a limparce os pastos, valas, retificar a terras o outros desta natureza; e para estes serviços e os muitos, asima dittos, he pouca a gente. Peço a Vossa Excelência que todos os Escravos da fazenda que por Castigo se achão em Galés, sejam removidos para a mesma fazenda cumprir o seu Castigo, dando se lhes desta, o Sustento Diario como se pratica com os presos de Galés desta Capital, e dos Soldados que lá estão para feitores, se nomiarem dous para serem goarda deles. (...)Vendo o grande numero de Escravos que tem sido mandados aprender officios nas Reais Fabricas desta Cidade, no tempo da Administração, de Antonio da S^a., e do Sargento Mor Manoel Joaquim, sem que estes nunca vicem compridos os fim das suas boas tenções, por que logo que os dittos Escravos sahião, os Officiaes Regentes das dittas Fabricas, os deixavão ficar trabalhando nelas, sem nunca as mandarem para a fazenda, não atendendo a falta que tem feito, e fazem a esta, como se está exprementando, por que os lá há, são restos do tempo dos Jesuitas, em capazes de serem em carregados de obra alguma, sem asistencia e direcção de Mestre desta Cidade, esse os dittos Regentes, calculacem os jornais que vem a perder a fazenda em sem Escravos no anno, arbitrados a cento e vinte réis por dia, fazendoce a conta so a 265 dias acharião que ficava no desfalque de 3.180.000 réis. A vista destas razões peço a Vossa Excelência queira felecitarme o tempo da minha Administração visto ter sido Eleito por V. Excelência, mandando para a dita fazenda todos os Escravos que couber no pocivel dos que se achã nesta cidade²⁵³.

Dessa forma, o mesmo administrador aproveita a oportunidade para reclamar dos envios de escravos a outros estabelecimentos, da falta que estes fazem na fazenda e da contrariedade sua com o envio. Estes documentos reforçam o jogo apresentado no trânsito dos escravos entre os estabelecimentos. Também outros documentos, do

²⁵² Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Fundo Casa Real e Mordomia-mor-SDE-027 – cax. 2, pac. 3, doc. 243.

²⁵³ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Fundo Diversas Caixas SDH-SDE 002 – Faz. St. Cruz – caixa 507, doc. 4, pac. 4.

administrador Manoel Martins do Couto Reys, ainda no tempo da Colônia, de 1794, de 1799 e de 1804, direcionados ao rei, reclamam da falta de escravos e principalmente de que a maioria dos escravos da Santa Cruz são crianças e inválidos.

A outro, que não fora V. Excelência causaria espanto se ouvira dizer, que tendo a Fazenda de Santa Cruz, no seo número total de escravatura, mais de mil e quatrocentos algumas; hoje entre ella tão pouca de serviço; principalmente de homens. Deste total, descontado a infancia de hua, a meninice de outra, a invalida velha, a chacosa, a doente de ambos os sexos; aquella, que se ocupa na Carpintaria na Serra, no falquejo para as obras domésticas, na Ferraria e em outros muitos ramos indispensáveis, apenas restão ordinariamente 305 mulheres, com 109 homens de serviço, qua não chegão para completa distribuição do novo Plano, formalizado sobre hûma quantidade justa, e que agora tem muita parte fóra. Por conta bem radicada sabemos que destacados no Rio grande, e inutilmente no Cantagallo no Esquadrão Alfandega, e outras parte, há mais de 14 homens escravos, que dentro das feitorias farião incomparavel vantagem. Dos do R. Grande, ignoro a ocupação, dos de Cantagallo, seria inutilidade, como me afirmou o Desembargador Manoel Pinto, com quem fallei nesta objecção; e me certificou serem lá totalmente inuteis. Ora os Esquadrão e Alfandega me parece, que se poderião escusar; por que os presos das galés, serião capazes de fazer o mesmo diariamente. Os de S. Cruz, por fora; perdem os annos ao campo, acrescentão os seus vicios, annos tecem a doutrina do trabalho, e se fazem languidos, como por experiencia estou vendo: huns divididos das mulheres, seça a propagação, e consequentemente se diminuiue o accesso: ellas se constituem más; e bem avaliada a perda, V. Magestade, neste procedimento, não tira vantagem, podendo crer se, que senão houvéra S. Cruz; sem elles se passaria na Cidade ²⁵⁴

Em 1799, novamente o administrador Manoel Martins do Couto Reys salienta que apesar de a Fazenda de Santa Cruz apresentar um número alto de escravos – 1.483 – poucos são os que podem servir aos trabalhos dela; e em novembro de 1804 novamente o administrador faz ressalvas quanto ao número de escravos e às diversas atividades que necessitam deles:

Assim, suppondo, verá V. S^a. que sendo a lotação da referida Escravatura, annunciada no Mappa, em numero de mil quinhentos e vinte nove almas; não são todas empregadas no serviço geral desta Fazenda; porque, descontados os velhos, enfermos actuaes, e incuraveis; taes como cegos, e aleijados; os desertados, os destacados em diversos destinos, e lugares; os officios mecanicos (...) e finalmente a menoridade de hum e outro sexo; tudo isto, faz hum

²⁵⁴ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Fundo Diversas Caixas SDH-SDE 002 – Faz. St. Cruz – caixa 507, pac. 6, p. 71.

vulto consideravel de numero indicado, e merece vistas, tão prudentes, como ajustadas²⁵⁵

Mas outros documentos de anos seguintes e durante o Império mostram a fazenda fornecendo escravos para outros estabelecimentos, porque, como visto, a Fazenda de Santa Cruz respondia por mais da metade dos escravos públicos. Verifica-se que se trata de um possível jogo, nem sempre eficiente, para evitar o envio dos escravos. Neste documento de 1794, o administrador alega inclusive que os envios separam os homens de suas mulheres e isto não é vantajoso.

A historiografia já apontou, nos estudos específicos de cada estabelecimento, o remanejamento para atender às suas demandas. É o caso, por exemplo, de Alinnie Silvestre Moreira, que analisa a Fábrica de Pólvora e registra o fato para o ano de 1835.

Para dar conta de tão grandes tarefas, uma de suas primeiras medidas foi a requisição de mão-de-obra. Segundo o diretor, os escravos da nação, principais elementos da mão de obra da fábrica até o ano de 1835, não existiam em número suficiente para ‘acudir aos seus diferentes serviços’. A saída estatal para a aquisição de novos trabalhadores foi apelar para o remanejamento de escravos de outras instituições públicas já que, à época, os preços dos escravos estavam elevados em razão da primeira lei brasileira de proibição do tráfico, em 1831²⁵⁶.

É neste sentido um documento da Fábrica de Ferro de Ipanema, sobre a transação de escravos em 1834:

Participo a V. Ex^a., que sendo me enviados pelo 1º. Tenente Sabino Antonio da Silva Pacheco, Encarregado do Arsenal da Villa de Santos, os escravos da Nação constantes da relação junta, que ali se achavão empregados, visto não serem mais necessários ao mesmo Arsenal; e apesar de que estes escravos devão ser empregados na construcção d’ Estradas, como a este Governo se determinou por Aviso da Secretaria d’ Estado dos Negocios da Marinha em data de 11 de Janeiro de 1832; com tudo, a vista das repetidas requisições do Sargento-mor João Bloêm, Administrador interino da Fábrica de Ferro de São João do Ypanema acerca da falta de braços para serem empregados tenho communicado a V. Ex^a.; tomei pois o arbitrio de enviar os ditos escravos para ali serem empregados por em quanto, e especialmente por que quasi todos elles são huns ferreiros, e outros Carpinteiros,

²⁵⁵ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Fundo Diversas Caixas SDH-SDE-002 – Fazenda Santa Cruz – cax. 507, pac. 2.

²⁵⁶ MOREIRA, Alinnie Silvestre. *Liberdade tutelada. Os africanos livres e as relações de trabalho na Fábrica de Pólvora da Estrela, Serra da Estrela/RJ (c. 1831 – c. 1870)*. 2005. 256f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas). Campinas, p. 67, 2005.

podendo por isso serem ainda mais uteis: á aquelle importante Estabelecimento. Espero, portanto, que V. Ex^a. levará o expellido ao conhecimento da Regencia Permanente do Imperio, para mandar o que a este respeito for mais conveniente²⁵⁷.

Para as Fazendas no Piauí, Solimar Oliveira Lima aponta da mesma forma as transferências, especialmente as internas entre as fazendas:

As transferências internas não dependiam de decisão da Corte, ficando a critério do presidente da província, que, seguindo o ‘costume’ da gestão do Fisco, removeu, temporariamente ou não, trabalhadores com e sem especialidades. Introduziu-se, paulatinamente, o recurso de transferências de trabalhadores entre as fazendas para suprir a demanda por mão-de-obra produtiva²⁵⁸.

Também há referências em menor escala, entre os documentos e a historiografia, de transferências motivadas pela condição do escravo, seja porque era do seu interesse, seja por conta de seu comportamento como uma punição ou para se livrar de escravos problemáticos, especialmente em momentos de resistência, como será apontado adiante. Mas a motivação preponderante era econômica e atendia às demandas locais dos estabelecimentos. No entanto, como também será observado adiante, ao mesmo tempo em que essas transferências interferiam nas redes sociais desses escravos, também foram responsáveis por criar novas redes para as relações sociais escravistas, em que pese o seu caráter danoso.

Há documentos, por exemplo, referindo-se contrariamente e favoravelmente aos envios de africanos livres. Seja porque eles eram inexperientes, seja porque eles eram mais fáceis de controlar. São fatores que interferiam na administração e nos resultados dos estabelecimentos, principalmente aqueles de motivação econômica. Dando preferência aos africanos livres do que aos escravos vindos de Santa Cruz, este documento afirma:

Anciozamente espero pelos Africanos, para aprenderem os diferentes ramos deste estabelecimento, a de certo a não virem breve; hade custar se a sustentar a fundição por 6 a 8 mezes como projetei, elles tem nem hum costume por consequencia nem hum vizios e por isso serão de maior lucro para o Estabelecimento do que os Escravos

²⁵⁷ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, IG5 - Ministério do Exército – Fábrica de Ferro São João de Ipanema, nº. 17.

²⁵⁸ LIMA, op. cit., p. 51.

insubordinados de S. Cruz, autores e que continuão aprovocarem os escravos velhos da Fabrica²⁵⁹.

No entanto, em ofício de 20 de junho de 1837, o Diretor da Fábrica comenta que: “O Serviço prestado pelos Africanos livres que aqui se achão, não pode apresentar grandes rezultados, por serem aquelles pela maior parte adolescentes e fracos”²⁶⁰

Uma das principais motivações das transferências era a ocasião da formação de novos estabelecimentos públicos, especialmente os fabris. Naturalmente era mais conveniente do que a compra de escravos. Assim foi com a Fábrica de Ferro de Ipanema, já em 1810²⁶¹, com a Fábrica de Pólvora da Estrela, e com as Fábricas de Ferro e Pólvora do Mato Grosso, em 1860. O caso da montagem das Fábricas de Ferro e Pólvora do Mato Grosso envolveu transferências de escravos e africanos livres, principalmente da Fábrica de Pólvora da Estrela, da Fábrica de Ferro de Ipanema e do Arsenal de Santos. Não foi um processo simples, pois vários ofícios demonstram alguns entraves para seu desenvolvimento. Esta operação serve para ilustrar as dificuldades de deslocamento, a condição hierárquica frágil entre os estabelecimentos e a condição da propriedade pública de escravos. É neste sentido os dois ofícios a seguir. No ofício do Major Constantino de Oliveira para Sebastião do Rego Barros, ele reclama do envio incorreto de escravos, em desrespeito a ordens superiores:

Rio de Janeiro. Ministério dos Negocios da Guerra, em 23 de maio de 1860. De posse do seu officio de 17 do corrente, em que participa ter chegado a S. Paulo no dia 16 do corrente com trinta e dous escravos destinados as Fabricas de Matto-Grosso, cujo numero e nomes não combinão com os de suas relações que lhe entregou o Engenheiro

²⁵⁹ Arquivo do Estado de São Paulo, CO5214, folder 04 A, ofício do diretor da Fábrica de Ferro São João de Ipanema, João Bloem para o Presidente da Província, Sr. Rafael Tobias d’Aguiar, 28 de abril de 1835.

²⁶⁰ Arquivo do Estado de São Paulo, CO5214, folder 09.

²⁶¹ “A informação mais segura sobre a chegada dos primeiros escravos em Ipanema talvez seja a Carta Régia de 1810 que aponta o investimento do governo português representado por cem escravos, mais os bois necessários para o serviço, além do pagamento dos salários dos operários livres oferecidos pela Real Fazenda como forma de estimular o avanço do empreendimento.” (NETO, M. D.. *Escravidão e Indústria: um estudo sobre a Fábrica de Ferro São João de Ipanema – Sorocaba (SP) – 1765-1895*. 2006. 194f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Instituto de Economia, UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas). Campinas, p. 120, 15/12/2006). A partir de 1845, a Fábrica de Ferro de Ipanema entrou em acelerada degradação, e os escravos foram então novamente transferidos, agora para a fábrica de Ferro do Mato Grosso: “Com maior dificuldade para colocar seus produtos no mercado, os déficits da fábrica aumentaram, em especial na década de 1850. A má situação rendia queixas constantes nos relatórios enviados ao Ministério da Guerra (...) Recusada pelo governo a única proposta de arrendamento feita e diante do mau estado do empreendimento, decidiu-se por encerrar as atividades em Sorocaba, transferindo ‘grande parte do material e pessoal para a fábrica de ferro de Mato Grosso’” (SANTOS, Nilton Pereira dos. *A fábrica de ferro São João de Ipanema: economia e política nas últimas décadas do Segundo Reinado (1860-1889)*. 2009. 181f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP. São Paulo, p. 69, 2009).

Rodolfo Wachneldt, declaro a Vmce. que o Director da Fábrica de ferro de S. João de Ipanema, já deverá ter recebido as ordens por esta Secretaria d'Estado expedidas para entregar os escravos das duas relações a que vmce. se refere no dito seu officio, escolhidos pelo referido Engenheiro²⁶².

Em outro officio de Rodolfo Wachnildt para o Presidente da Província de São Paulo, Polycarpo Lopes de Leão, de 01 de junho de 1860, a desavença é continuada:

Por ordem do Exmo. Snr. Ministro da Guerra escolhi na fabrica de Ypanema aquelle material e pessoal que julguei proprio para os estabelecimentos de Matto Grosso, como mostram as relações enviadas com data de 14 de março passado ao Exmo. Sr. Presidente antecessor de V. Ex.^a, e cuja entrega em Ypanema, por ordem ministerial de 28 de março, e ordem do Exmo. e Snr. Presidente da Provincia de 9 de abril, foi determinada essas relações principalmente a do pessoal, tais quaies as enviei á Presidencia, igualmente as remetti com todos os detalhes, a fim de poder effectuar-se a recepção em Ypanema, ao Ins. Major Jozé Constantino de Oliveira, a quem o Exmo. Snr. Ministro da Guerra encarregou do transporte dos objectos para Mato Grosso. Antes de hontem de noite chegou a esta cidade o Ins. Major J. Constantino d'Oliveira, infelizmente porem trouxe sómente parte do pessoal, e até entre elles individuos que não escolhi, e que conforme a ordem ministerial de 28 de março não forão destinados para Matto Grosso. As pessoas mais aproveitaveis é justificavel aquelles que deverião ser os mais uteis para os novos estabelecimentos, forão retidas e substituidas por individuos de pouca utilidade. Em geral não se attendeu as ordens respectivas, separou se familias e remetteu se gente que não preencherão o fim para que estão destinados. Peço portanto a V. Ex.^a se digne dar ordens precisas para que seja cumprida a ordem do Governo Imperial, e entregue em Ypanema e remetido para este o pessoal que falta e que travado, conforme as relações juntas sob n: I e II, afim de poder seguir para Matto Grosso no navio, cuja entrada se espera²⁶³

São exemplos espaçados que indicam a regularidade do procedimento. Eram movimentos decididos pelo sucesso ou pelo insucesso econômico e eram estabelecimentos administrados principalmente por militares, com disciplina diferente da empregada nas fazendas, daí também os casos de resistência posterior ao trabalho escravo. Porém, é também relevante verificar que a pouca atividade industrial do Império, quando conduzida pelo poder público, foi principalmente mediante o emprego de trabalho escravo. Os estudos que apontam isoladamente o emprego do trabalho

²⁶² Arquivo do Estado de São Paulo, CO535a.

²⁶³ Arquivo do Estado de São Paulo, CO535a. Neto destaca essa operação procurando demonstrar a qualificação dos escravos e africanos livres remetidos ao Mato Grosso (NETO, op. cit., pp. 155-161).

escravo fabril no Império estão, de regra, inseridos na rede informal de escravos públicos, com as suas peculiaridades aqui apresentadas.

Uma das questões de difícil equação ocorrida na movimentação dos escravos foi a adaptabilidade dos escravos em estabelecimentos de natureza distinta. O problema ocorre principalmente no emprego de mão de obra escrava em fábricas. Mário Danieli Neto²⁶⁴, no estudo sobre a Fábrica de Ipanema, aponta as dificuldades da fábrica, mas vê que a experiência foi compatível com o trabalho escravo. Porém, Alinnie Silvestre Moreira²⁶⁵, para a Fábrica da Estrela, registra as constantes reclamações dos administradores pelos custos gerados em manter doentes, deficientes, idosos e crianças. Este fato é reforçado pela própria tentativa dos administradores da fábrica de eliminarem o trabalho escravo sob estes argumentos. Destacando o número destes para o ano de 1854, ela comenta que “esta realidade certamente impulsionou as reformas que culminariam na remoção dos escravos e também dos africanos livres para outras instituições imperiais e na sua gradual eliminação na fábrica, iniciadas em 1858”²⁶⁶. Ocorre que, junto às transferências, os administradores aproveitavam, como já visto, exatamente para se livrarem, no que fosse possível, desses escravos indesejados. As transferências ocorreram e as fábricas tinham todo o tipo de escravos, mas é evidente que as fazendas tinham mais condições de manter escravos que não eram aproveitados no trabalho. As transferências, quando respeitaram as composições familiares²⁶⁷, o que era um imperativo de muitos administradores, implicavam em problemas de gestão, especialmente para estabelecimentos fabris. Quando não respeitavam, com o envio predominante de homens, implicavam em desequilíbrio demográfico.

Fatores como este desestimulavam o emprego do trabalho escravo, mas, no contexto da escravidão no Brasil, o Estado, para dar uma resposta imediata, tinha pouca opção. A demanda era sempre maior do que a oferta. O mesmo ocorre nas transferências e os requerimentos de escravos pelos administradores quase nunca eram atendidos a

²⁶⁴ “A forte presença de escravos e africanos livres nos quadros da fábrica, durante muitos anos, foi um argumento bastante convincente de que o trabalho escravo é plenamente compatível com as atividades industriais (...). A trajetória de Ipanema serviu também para mostrar que, a escravidão não representou qualquer obstáculo ao seu desenvolvimento. (...) Longe de ser uma pedra no caminho, a escravidão foi uma solução econômica eficaz para fábrica, em especial por empregar mulheres e crianças de pouca idade” (NETO, op. cit., p. 172).

²⁶⁵ MOREIRA, op. cit., 2005.

²⁶⁶ Ibid, p. 111.

²⁶⁷ “No ano de 1842 chegavam à fábrica novos escravos da nação vindos da Fazenda Imperial de Santarém e da Fazenda Imperial de Santa Cruz. (...) Segundo Jorge Prata de Souza, ‘a transferência somou um bom número de mão de obra qualificada para os serviços, mas somou também um número grande de ‘crias’ acompanhadas de seus pais’ (Ibid, p. 109).

contento. Se a mão de obra é uma questão econômica crucial para o Império, para o trabalho público ela é especialmente problemática, porque muitas vezes era desejada na forma livre, pela conveniência e peculiaridade do serviço, mas isso nem sempre foi possível e também, muitas vezes, ela foi escrava, e ainda assim em quantidade alegada insuficiente. Um dos argumentos dos administradores para a manutenção do trabalho escravo no serviço público é de que simplesmente não tinha como substituir pelo trabalho livre. Alinnie Silvestre Moreira relata o problema:

Segundo o diretor, os escravos da nação, principais elementos da mão de obra da fábrica até o ano de 1835, não existiam em número suficiente para ‘acudir aos seus diferentes serviços. A saída estatal para a aquisição de novos trabalhadores foi apelar para o remanejamento de escravos de outras instituições públicas já que, à época, os preços dos escravos estavam elevados em razão da primeira lei brasileira de proibição do tráfico, em 1831. Neste ínterim, Bitancourt atentou para a oferta de um grupo de africanos livres depositados na Casa de Correção. Isso levou o diretor a pedir ao Ministro da Guerra casais de escravos ‘tirados dos muitos da Fazenda de Sta. Cruz (...)’ ou que para ali se destinassem ‘cinquenta Africanos libertos, dos que existem no depósito (...) parecendo-lhe neste caso convirem pretas’. Recebeu, em cinco meses, um número de africanos livres menor do que havia pedido, sendo que quase a metade do grupo era composto por mulheres e indivíduos de ‘mui pouca idade’²⁶⁸.

Há o registro importante, da Fábrica de Pólvora de Estrela, que resolveu substituir o trabalho escravo. A fábrica resolveu empregar trabalhadores livres, e, em 1859 houve uma redução brusca de seus escravos, que foram distribuídos por outros estabelecimentos²⁶⁹. Também afirma Moreira:

Os escravos da nação e africanos livres existentes foram tomados mais como fomentadores de despesa do que como trabalhadores lucrativos. Assim, todos aqueles que não fossem necessários para as obras de reconstrução da fábrica, destacando aqueles de menor força física, deveriam ser dali retirados e remanejados para outras instituições imperiais. Aqueles que permanecessem deveriam, tão logo fosse possível, seguir os caminhos dos primeiros²⁷⁰.

A fábrica voltou a adquirir escravos gradativamente até 1870. A autora explica que, em função da guerra do Paraguai e da ausência de homens livres para o trabalho na fábrica, aos administradores não restou outra alternativa.

²⁶⁸ MOREIRA, op. cit., p. 67.

²⁶⁹ Ibid, p. 85.

²⁷⁰ Ibid, p. 97.

Para aumentar a produção, o Ministro da Guerra fez seguir para a fábrica, em janeiro de 1866, todos os escravos da nação que estavam no Arsenal de Guerra da Corte. O esforço justificava-se pois, desde a aprovação do regulamento de 1860, o número de operários havia diminuído e a maioria dos escravos da nação havia sido enviada a outras instituições imperiais ou fora alforriada, e todos os africanos livres já estavam em processo de emancipação, com a lei de novembro de 1864. Este evento, embora não tenha significado ao uso intensivo de escravos na produção, como se observava na primeira metade do século, revela que nos momento em que a demanda pela pólvora era maior, o governo lançava mão de escravos da nação, embora houvesse, desde a década de 1850, a intenção de substituí-los²⁷¹.

O descontrole burocrático e outras consequências dos deslocamentos

Verificou-se que, apesar de as Fazendas de Santa Cruz e do Piauí não serem destinos oficiais de reprodução de escravos, a farta documentação referente às transferências permite concluir que serviram a este propósito. Outro dado que reforça esta conclusão é que estas mesmas fazendas contavam com quantidade de escravos equivalentes ao tempo do confisco dos bens dos jesuítas e ao tempo da abolição (aproximadamente 1500 escravos na Santa Cruz e 800 escravos no Piauí). Mesmo consideradas as mortes e aproximadamente as 1000 alforrias²⁷² concedidas pelo Imperador, neste lapso de quase um século, a reprodução natural resultaria em números muito diferentes.

À ocasião da montagem da Fábrica de Ipanema foi solicitado, gratuitamente, muitos escravos da Fazenda de Santa Cruz. Para tanto, foi encontrado uma grande quantidade de ofícios.

Nestes ofícios também se verificou a dificuldade burocrática para atender às necessidades públicas, além da resistência dos administradores em fazer concessões, reflexo de sua autonomia. Esta autonomia está intimamente ligada à falta de um projeto único com relação ao patrimônio estatal. A rede informal – frágil mas constante – foi então marcada por um funcionamento fragmentado, desorganizado e de constantes disputas. Nos ofícios, observa-se a cobrança de atenção aos escravos nascidos e a sua vinculação à Fábrica de Ipanema. Primeiramente, lê-se em ofício de 5 de maio de 1845: “Tendo sido dados ao mordomo da Casa Imperial os escravos da nação, constantes da

²⁷¹ MOREIRA, op. cit., pp. 86-87.

²⁷² Conforme indica publicação do Opinião Liberal em debate travado com a Mordomia Mor relatado no capítulo seguinte (Biblioteca Nacional, Coleção Tavares Bastos).

nota inclusa, por troca dos da Imperial Fazenda de Sta Cruz, existentes na Fábrica de Ferro de São João de Ipanema, devendo estes d'ora em diante ser considerados como pertencentes á dita Fábrica”²⁷³. Seguiu-se a seguinte resposta em 9 de maio de 1845: “É preciso examinar melhor os papéis sobre o objecto e communicar não só a troca relativa aos escravos, mas também às 11 crias da mesma que ficão definitivamente pertencendo à Fábrica de Ipanema, para se terem dado em troca para estes 5 escravos da Fab. De Pólvora”²⁷⁴. Essa solicitação com relação às crias que estavam na Fábrica de Ipanema ocorreu em 30 de janeiro de 1845, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios, Jerônimo Francisco Coelho. O mesmo ofício responde a um aviso de novembro do ano anterior, comunicando o envio de 24 escravos da Fábrica da Estrela e:

existindo mais onze escravos menores filhos dos que forão emprestados para o serviço da Fábrica de Ipanema, cumpre rogar a V. Ex^a se digne ordenar que por estes onze me sejam enviados seis escravas, ou quatro escravas e um escravo, como melhor convier, afim de se concluir esta troca de vantagens reciprocas²⁷⁵

Os documentos também mostram o frágil controle sobre esta movimentação, na qual as autoridades discordaram sobre os vínculos patrimoniais de determinados escravos. Observou-se que, em geral, estas discordâncias não eram excepcionais, mas recorrentes e duradouras, aparentemente já introduzidas no cotidiano destas transações. Por outro lado, é um indício de que há uma frouxidão no controle sobre os escravos, mais uma premissa para a confusão entre um controle público e um uso privado desses escravos. Num pedido, ocorrido em 15 de fevereiro de 1845, referente a outro grupo de escravos trocados, o Ministro diz:

á vista das idades, que constão da inclusa nota, das ditas crias das quaes a mais velha tem apenas seis annos, e as outras de hum a cinco, mais conviria pagar-se o seu valor rasoavelmente arbitrado do que dar por ellas seis escravas feitas: por quanto ellas prestão effectivo serviço, e aquellas alem de servierem de peso, somente dão a fallivel esperança de em hum muito remoto futuro indennisarem as despesas da criação. Entretanto, poder-se há verificar a troca das onze escravas

²⁷³ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Diversos Códices, SDH-SDE 001, Casa Real e Imperial Mordomia-mor – Cod 1122 – St Cruz, Cod 572, doc 20.

²⁷⁴ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Diversos Códices, SDH-SDE 001, Casa Real e Imperial Mordomia-mor – Cod 1122 – St Cruz, Cod 572, doc 20.

²⁷⁵ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Diversos Códices, SDH-SDE 001, Casa Real e Imperial Mordomia-mor – Cod 1122 – St Cruz, Cod 572, doc. 16.

menores por tres já feitas, dando-se mutua quitação dos seus valores
²⁷⁶.

Em 1834, a Fazenda de Santa Cruz emprestou gratuitamente à Fábrica de Ferro São João de Ipanema 40 escravos para que se montasse a dita Fábrica. O empréstimo se arrastou por dez anos, quando se iniciou o processo de devolução dos mesmos. Processo que demonstrou a lentidão e fragilidade do controle dessa movimentação. Em dezembro de 1843, o Estado Imperial solicitou que se “informe vossa Excellencia qual o número de escravos da Imperial Fazenda de Santa Cruz que forão remetidos para a Fábrica de Ferro de São João de Ypanema, declarando quaes se achão ainda no dito Estabelecimento, e quaes não, e o destino que tiverão, e o estado actual dos que existem”²⁷⁷. A resposta só veio no mês seguinte, quando o Ministro de Guerra encaminha ofício ao Mordomo da Casa Imperial informando o número de escravos.

tendo-se corrido dez annos deste empréstimo gratuito tem neste periodo fallecido alguns, desertado outros, e finalmente consta-me que estão reduzidos a vinte e tantos, e que alguns se tem casado com escravas da Fábrica e vice-versa, tornando-se difficil a separação dos de Santa Cruz sem destruir alianças matrimoniais e occasionar separação de filhos, e outros inconvenientes, que estão ao alcance de todos, por isso, occorre-me propor a V. Ex^a. a troca daqueles por escravos de Piahy, que estão na Fabrica da Polvora, em excesso; mandando-me V. Ex^a. entregar destes, outros tantos dos que lá existem de ignais sexos e idades lavrando-se escripturaçoens de troca, pois que sendo todos nacionais, não ha transmissão de dominio, e apenas se lhes muda o serviço²⁷⁸.

O trecho mostra que as constantes trocas entre as repartições públicas não modificavam o direito de propriedade que atingia o escravo, que indistintamente pertencia à nação. Entretanto, havia a necessidade de escrituração para controle oficial. Ora, se outros documentos mostram que havia diferença de tratamento entre as repartições e aqui se vê que o deslocamento não esbarrava nesta importante restrição de transferência de propriedade, é o indício de que estas trocas estavam mais livres e flexíveis às decisões dos administradores, assim como às suas conveniências ou às circunstâncias das relações que estabeleciam com os escravos e das demais relações que

²⁷⁶ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Diversos Códices, SDH-SDE 001, Casa Real e Imperial Mordomia-mor – Cod 1122 – St Cruz, Cod 572, doc. 17.

²⁷⁷ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Diversos Códices, SDH-SDE-001, Casa Real e Imperial Mordomia-mor, cod 1122, St. Cruz, cod. 572, doc. 11.

²⁷⁸ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Diversos Códices, SDH-SDE-001, Casa Real e Imperial Mordomia-mor, cod 1122, St. Cruz, cod 572, doc 09.

os escravos estabeleciam ali. É uma flexibilidade típica do universo dos escravos da nação, que seguramente influencia na sua diferenciação.

Mesmo após a libertação dos escravos da nação, as trocas e os empréstimos dos então “libertos da nação” continuaram ocorrendo. Em 19 de agosto de 1872 chegam à Fábrica de Ferro São João de Ipanema os 37 libertos da nação, que se achavam no Estabelecimento Militar do Itapura²⁷⁹.

²⁷⁹ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, IG5 - Ministério do Exército – Fabrica de ferro São João de Ipanema, nº. 16, doc. 51.

6 – Visão oficial sobre os escravos da nação e sua relação com as políticas públicas imperiais

Escravos da nação: da Colônia ao Império

Os escravos da nação figuraram por vários períodos da História do Brasil. Dos últimos passos do Brasil colonial, à vinda da Família Real, do processo de Independência ao Império brasileiro, da Regência ao Segundo Reinado, estavam presentes nos discursos e na prática administrativa do governo. Para compreendê-los é preciso inclui-los nesses períodos e nos fatos econômicos, sociais e políticos neles desenvolvidos. A historiografia nos permite visualizar a situação econômica e social do Brasil do final do século XVIII ao XIX, principalmente no que toca à questão da escravidão e da administração pública. Mas é preciso compreender a participação peculiar dos escravos da nação e verificar se, de alguma forma, ela interfere na visão geral.

A análise do escravo é, primeiramente, uma análise de história econômica de composição da força de trabalho. “O escravo negro foi, em algumas regiões, a mão-de-obra exclusiva desde os primórdios da colônia. Durante todo esse período, a história do trabalho é, sobretudo, a história do escravo”²⁸⁰. O que naturalmente não exclui, pelo contrário, está condicionado também às estruturas de poder e como elas atuavam para garantir, ou pelo menos preservar, os fundamentos da sociedade e da composição de sua força de trabalho. Para a escravidão em geral, no período colonial, Stuart B. Schwartz constatou que a Coroa não interferia na relação, exceto para regular tributação e comércio:

No tocante à escravidão, a Coroa essencialmente não interferia. Embora houvesse períodos de intervenção régia, como em 1683-1706, sob dom Pedro II, ou a era pombalina, eles eram de alcance relativamente limitado e visavam ao próprio sistema produtivo apenas em raras ocasiões ou sem muita determinação. Muito mais atenção e legislação do que a dedicada às relações entre proprietários e escravos ou empregados eram devotadas à tributação, organização comercial e relacionamento entre comerciantes e senhores de engenho ou entre credores e devedores²⁸¹.

²⁸⁰ COSTA, Emília Viotti. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, p. 14, 1998.

²⁸¹ SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial, 1550-1835*. São Paulo: Cia. das Letras, p. 221, 1988

Os escravos da nação, enquanto patrimônio público, estão incluídos na prática administrava no Brasil colonial. Essa administração colonial era de grande complexidade e, como colocou Caio Prado Jr., para compreendê-la é preciso ter em mente que “nada ou muito pouco apresenta daquela uniformidade e simetria que estamos hoje habituados a ver nas administrações contemporâneas”.²⁸² Para Caio Prado Jr., ela era pautada pela “falta de organização, eficiência e presteza do seu funcionamento”. Como o autor explica:

A complexidade dos órgãos, a confusão de funções e competências; a ausência de método e clareza na confecção das leis, a regulamentação esparsa, desconstruída e contraditória (...); o excesso de burocracia dos órgãos centrais em que se acumulam um funcionalismo inútil e numeroso, de caráter mais deliberativo, enquanto os agentes efetivos, os executores, rareiam; a centralização administrativa que faz de Lisboa a cabeça pensante única em negócios passados a centenas de léguas que se percorrem em lentos barcos à vela; tudo isto, que vimos acima, não poderia resultar noutra coisa senão naquela monstruosa, emperrada e ineficiente máquina burocrática que é a administração colonial²⁸³.

Mas se para Caio Prado Jr. a administração no período colonial se caracteriza pela desorganização e dispersão, esta não é exatamente a visão de Nuno Gonçalo Monteiro: “Em vez de um modelo de centralização ineficaz, talvez seja mais adequado pensar o espaço político colonial como uma constelação de poderes, com alguma capacidade para mutuamente se limitarem”²⁸⁴. Este debate é complexo e não é o objetivo desenvolvê-lo aqui, o que importa saber é que, para o fim do período colonial, quando se identifica um número significativo de escravos da nação, havia uma dispersão no poder que não possibilitava associar a gestão destes com uma orientação de Estado.

No que é possível e pertinente identificar do funcionamento da administração durante o período colonial, verifica-se que inicialmente a Coroa portuguesa optou por uma colonização marcada pela administração privada; mas, fracassada essa administração, com a extinção das capitânias hereditárias, a Coroa passou a assumir diretamente o controle da Colônia. Para o período final da colônia, dentro do recorte

²⁸² PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, p. 309, 1983.

²⁸³ Ibid, p. 339.

²⁸⁴ MONTEIRO, Nuno Gonçalo F. Trajetórias sociais e governo das conquistas: Notas preliminares sobre os vice-reis e governadores-gerais do Brasil e da Índia nos séculos XVII e XVIII. FRAGOSO, João. BICALHO, Maria Fernanda Baptista. GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 283, 2001.

temporal escolhido para o estudo dos escravos da nação, o Brasil colonial possuía uma estrutura administrativa submetida a Lisboa. Este período corresponde ao governo imediato pelos vice-reis, que eram nomeados a partir de Lisboa:

A própria nomeação do governo-geral Jorge de Mascarenhas, em 1640, indicava os reajustamentos que então se processaram no vínculo Metrópole-Colônia. Foi o primeiro a receber o pomposo título de vice-rei, o que expressa não só a mudança na percepção metropolitana do seu domínio colonial, como também o propósito de ampliar o controle e centralização da política administrativa²⁸⁵.

Em Lisboa, para este período, temos inicialmente a administração pombalina (1750-1777), que se destaca como de grande esforço por eficiência, especialmente na relação entre a metrópole e a colônia. Com relação à legislação aplicada por Pombal sobre os escravos no Brasil, Fernando Antônio Novais afirma que:

Apenas iniciado o período pombalino, já em 1751 um Alvará em forma de lei proíbe, com penalidades severas, a extração de negros do Brasil para outras colônias, ou melhor, colônias de outras metrópoles (...) O objetivo da medida parece claro, e se enquadra nas linhas da política mercantilista que se ia cristalizando em Portugal: visava-se a preservar o bom abastecimento da Colônia em escravos, condição de funcionamento do Sistema Colonial; dificultava-se, ao mesmo tempo, o aprovisionamento das alheias colônias, o que se ajusta à aguda concorrência colonial do século XVIII²⁸⁶.

Pombal também foi reponsável pela reconstrução de Lisboa após o terremoto de 1755 e pela expulsão da Companhia de Jesus, medida tomada em 1759. “Uma das razões principais da obsessão antijesuíta de Pombal foi sem dúvida a sua concepção de subordinar a Igreja praticamente em todas as esferas ao controlo apertado da Coroa”²⁸⁷. A medida de Pombal serviu também para reforçar os cofres da coroa, pois os jesuítas no Brasil possuíam um grande patrimônio. Neste contexto, se inserem os escravos da nação, que vieram, em grande parte, deste patrimônio confiscado. Não é o caso de discutir o resultado das medidas de Pombal, mas a administração dos escravos da nação nos vice-reinados, principalmente dos administradores das fazendas confiscadas, caracterizada pela grande autonomia local e pela capacidade de cada administrador.

²⁸⁵ SALGADO, Graça (coord.) *Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: INL, pp. 58-59, 1985.

²⁸⁶ NOVAIS, Fernando Antônio. *Aproximações: ensaios de história e historiografia*. São Paulo: Cosac Naify, pp. 93-94, 2005.

²⁸⁷ BOXER, C. R. *O Império Colonial Português (1415-1825)*. Lisboa: Edições 70, pp. 187-188, 1969.

Provavelmente, a somatória entre a distância da metrópole, a amplitude dos poderes atribuídos aos vice-reis e a precariedade da estrutura administrativa resultava num governo de pouco controle, especialmente no que corresponde a questões periféricas, como a administração de escravos que pertenciam à Coroa. Para esta questão, verificou-se que eles eram tratados pelos vice-reis como se fossem de seu patrimônio pessoal.

Notou-se, assim, nessa fase, o distanciamento da administração central nessa fase, que, conseqüentemente, a vinda da família real para o Brasil veio cessar. “De fato, o que ocorreu foi o mero transplante dos órgãos metropolitanos para o Brasil e a permanência, em Portugal, de alguns organismos administrativos, mas com as suas funções bastante reduzidas”²⁸⁸. A vinda da família real significou mudanças administrativas, especialmente a transferência da sede colonial para o Rio de Janeiro. Para receber a família real, o Rio de Janeiro passou por uma série de obras, ocorrendo um dinamismo do uso dos cativos públicos, mas o tratamento dado permaneceu como o anterior. No entanto, ocorreu a intensificação do uso patrimonialista dos escravos da nação, anteriormente praticado pelos administradores e vice-reis, e esse uso passou a ser corriqueiro e amplo pelo rei e sua Corte. Assim, o episódio da transferência da família real para o Brasil, no caso dos escravos da nação, trouxe uma nova utilização dessa mão de obra, agora também de usufruto do rei; especialmente com relação aos escravos da Fazenda de Santa Cruz, que passou então a ser fazenda de verão para D. João VI. Muitos escravos da fazenda também foram para o trabalho da Real Quinta da Boa Vista, que, a partir de 1817, tornou-se propriedade e moradia da família real. D. João VI também impulsionou a escola de música ou o Conservatório da Fazenda de Santa Cruz, presente desde os tempos jesuíticos²⁸⁹. Além desse ponto, é necessário ponderar que ele foi responsável pela criação de fábricas, como a Fábrica de Pólvora no Rio de Janeiro e a Fábrica de Ferro, em São Paulo, outro tipo de estabelecimento para onde foram encaminhados os escravos da nação.

Com a Independência, o Brasil inaugura uma nova fase de organização de uma estrutura de Estado soberano, com uma Constituição, um parlamento e um maior dinamismo de sua elite política para discutir questões de Estado. Com relação aos escravos da nação, encontrou-se para o período do Primeiro Império alguns debates na

²⁸⁸ SALGADO, op. cit., p. 66.

²⁸⁹ SANTOS, Antônio Carlos dos. *Os músicos negros: escravos da Real Fazenda de Santa Cruz no Rio de Janeiro (1808-1832)*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2009. SCHWARCZ, Lília Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Cia. das Letras, pp. 223-224, 1998.

Câmara dos Deputados sobre a libertação deles. Em 1827 e 1830, o Deputado Antônio Ferreira França (BA) apresentou uma indicação propondo que os escravos da nação fossem libertados²⁹⁰. Em julho de 1830 a Comissão da Marinha apresentou um projeto sobre a venda dos escravos da nação empregados no Arsenal da Marinha, que gerou no mês seguinte o pronunciamento do Deputado Ernesto Ferreira França (PE), que fez uma alocução sustentando a seguinte emenda: “Libertar-se-hão os escravos da nação de que trata a presente resolução”. A emenda é apoiada e seguiu-se o posicionamento do Deputado Antônio Ferreira França (BA):

Eu entendo que a cousa é contra a constituição porque a constituição é para melhorar os nossos direitos, (...) como é que nós podemos vender homens nossos irmãos? (...) e eu peço que no dia dos annos do nosso imperador o governo declare a liberdade dos escravos da nação, e para isso eu proponho esta emenda: No dia dos annos do nosso imperador o governo declare a liberdade dos escravos da nação²⁹¹.

A emenda entra em discussão, mas, quando o projeto foi votado, rejeitaram-se ambas as emendas. Ainda não é um debate que tem força e expressão significativa, mas já o distingue da escravidão em geral. E a administração dos estabelecimentos com escravos da nação continua como no período anterior, com autonomia de seus administradores.

Com a abdicação do Imperador ao trono (1831) e o início do período de Regência, o Brasil passa por uma fase conturbada de sua história política, em que se debateram temas de Estado como a consolidação do território, a organização das forças armadas e o grau de autonomia regional, problemas que só foram resolvidos, em parte, no Segundo Império. Foi um período de revoltas populares, muitas vezes associadas a estas questões de Estado e de centralização do poder.

Com a lei de 1831 sobre a extinção do tráfico, surge efetivamente a categoria dos africanos livres, que passam a ser enviados aos estabelecimentos públicos onde estavam os escravos da nação.

Em 1840, D. Pedro II assume o trono aos quatorze anos para um longo período no qual a escravidão foi uma questão central. Luiz Felipe Alencastro reflete que:

²⁹⁰ Anais da Câmara dos Deputados, Sessão de 29 de setembro de 1827 e de 24 de julho de 1830 (disponível em: www.camara.gov.br)

²⁹¹ Anais da Câmara dos Deputados, Sessão de 5 de agosto de 1830 (disponível em: www.camara.gov.br)

O escravismo não se apresenta como uma herança colonial, como um vínculo com o passado que o presente oitocentista se encarregaria de dissolver. Apresenta-se, isto sim, como um compromisso para o futuro: o Império retoma e reconstrói a escravidão no quadro do direito moderno, dentro de um país independente, projetando-a sobre a contemporaneidade²⁹².

A escravidão se confunde com o Império numa complexa e imbricada relação que vai resultar no fim de ambos. Porém, o que se resume desta relação é a aparente postura liberal do Imperador²⁹³ e o seu compromisso e suas limitações diante da elite predominantemente escravocrata. Os jogos de poder no exercício do governo e no posicionamento do parlamento é reflexo direto desta situação imperial. Pode-se dizer que, ironicamente, tínhamos um Imperador que tinha um discurso liberal numa sociedade conservadora. Se verifica que o Imperador se valia da aparente condição liberal para cultivar uma imagem internacional, mas, na prática governava como um conservador. O Império se caracteriza como um jogo teatral, e por isso também uma série de contradições, entre elas possivelmente se enquadra a condição dos escravos da nação. Em “A Construção da Ordem e Teatro de Sombras”, José Murilo de Carvalho analisa o Estado Imperial por meio da elite, vista por ele como a burocracia pela qual agia o Estado, e que, apesar de uma diversificada composição social, apresentava homogeneidade ideológica e de treinamento²⁹⁴. Segundo o autor, no Império, a elite era a mediadora entre o Império e os proprietários, com diferenças entre os dois imperadores, sendo Pedro II mais nacionalizante²⁹⁵. Esta foi a solução para compatibilizar os seus antagonismos. Os escravos da nação estavam em meio a este ambiente, seja enquanto bens do regime escravocrata, seja enquanto escravos que eram especialmente tutelados pelo Imperador na Fazenda de seu usufruto, seja enquanto bens que eram administrados por esta elite, tratados exatamente como produto dessa mediação.

No jogo teatral que foi o Império, de contrastes e de ambiguidades, os escravos da nação, enquanto bens públicos, estavam incluídos nos debates políticos. O tratamento dado aos escravos da nação reflete a postura estatal sobre a escravidão no

²⁹² ALENCASTRO, Luiz Felipe. Vida privada e ordem privada no Império. In. NOVAES, Fernando (org.) *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, vol. 2, p. 17, 1997.

²⁹³ “Do lado brasileiro, foi o governo o principal responsável pela eliminação do tráfico, início da liberação da força de trabalho. Nisto, aliás, não se distinguia a situação brasileira do que sucedera na própria Inglaterra: o liberalismo sendo favorecido pela ação governamental” (CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatros de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 304, 2010).

²⁹⁴ CARVALHO, op. cit., p. 229, 2010.

²⁹⁵ Ibid, p. 257.

Brasil. Dessa forma, incluía-se o tema nos debates políticos da época, principalmente, no período em que as idéias emancipacionistas estavam presentes em vários discursos. Seja nos debates nas sessões da Câmara, seja nos artigos de jornais, o trato com o escravo da nação estava entre os assuntos discutidos. Não se pode deixar de apontar que esses documentos indicam posturas políticas da época, e, por isso, podem conter objetivos e interesses de cunho político.

Estes escravos se inseriam numa problemática presente noutra ainda maior. Faziam parte da questão de sustentação de uma sociedade escravista, e, dessa forma foram tratados. Ou seja, enquanto sancionadora da escravidão, a presença desses escravos não gerava incômodos, já no momento em que o Estado passa a ter uma nova postura e as questões emancipacionistas ganham vulto, isso se reflete nas políticas públicas para com eles.

No período entre o confisco dos bens dos jesuítas e a independência não se encontrou registro significativo de debate público da condição do escravo da nação. A visão oficial, também neste período, era dispersa na administração por estabelecimentos, com a preocupação em gerir o patrimônio público e alguma preocupação em controlar o abuso no seu uso privado. No entanto, esse controle se figura em torno da idéia de que o patrimônio público é propriedade do rei. “A propriedade do rei – suas terras e seus tesouros – se confundem nos seus aspectos públicos e particulares. Rendas e despesas se aplicam, sem discriminação normativa prévia, nos gastos de família ou em obras e serviços de utilidade geral”²⁹⁶. Como se pôde verificar, esse período é uma primeira fase caracterizada pela adaptação a um embrionário regime público de escravidão, decorrente da expropriação dos bens dos jesuítas, sendo poucos os estabelecimentos com estes escravos. A maior quantidade e diversidade de estabelecimentos e a comunicação entre eles só ocorre mais efetivamente no Império. Todavia, não é possível distinguir exatamente a separação entre estes momentos, nos seus extremos eles são bem distintos, porém, foi gradual o processo de ampliação da estrutura escravocrata pública. Por exemplo, o trato do escravo público como um problema político só está presente, de fato, no Império. E isto ocorreu especificamente porque esse trato foi associado ao ideário liberal e à sua contextualização também no Império. A pauta liberal mais importante do Império pela

²⁹⁶ FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo; Publifolha, p. 11, 2000.

elite, pelo governo e pelo imperador, ainda que muitas vezes contraditória, era a abolição.

O debate público sobre a escravidão, e consequentemente sobre a escravidão pública, é mais efetivo no Segundo Império e pode ser dividido entre o período de proibição internacional do tráfico associado à política de contrabando e o período de extinção definitiva do tráfico. Para Tâmis Parron, “não seria correto dizer que a *política da escravidão* existiu desde sempre no Parlamento brasileiro”, assim, aplica a seguinte divisão:

A primeira seria a *política do contrabando negreiro* (1835-1850), que se traduziu em uma sólida rede de alianças sociais que os líderes do Regresso (núcleo histórico do Partido Conservador) teceram por meio de falas parlamentares, projetos de lei, decisões do Executivo, periódicos, publicações de livros e petições municipais ou provinciais para garantir a reabertura do tráfico de escravos sob a forma de contrabando em nível sistêmico, isto é, aceito verticalmente no país, desde as altas estruturas de poder (Executivo, Senado, Câmara) até o juiz de paz encravado em alguma freguesia do interior. (...) Entre 1850 e 1865, desaparece a política do contrabando negreiro para surgir a política da escravidão na era do pós-contrabando²⁹⁷.

Em 1871, junto com a Lei do Ventre Livre, os escravos da nação foram libertados, mas para permanecerem sob custódia do Estado por mais cinco anos. A abolição seguia o seu trajeto lento e inevitável. Os escravos da nação participaram desse trajeto à frente, para ilustrar a postura liberal do Império.

A Abolição e a relação com a escravidão pública

Com o crescimento das idéias emancipacionistas, os escravos públicos ganharam mais atenção, principalmente por parte de políticos liberais mais radicais²⁹⁸. Ao ver o próprio Estado sendo proprietário e mantendo uma postura escravista, passou-se a refletir sobre esta situação. Tavares Bastos, um importante político liberal da época, político marcado por preocupações sociais e econômicas no seu discurso, organizou documentos e propostas referentes aos escravos da nação. Em diversos artigos de jornais e pronunciamentos parlamentares, Tavares Bastos expressou as suas idéias

²⁹⁷ PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 18-19, 2011.

²⁹⁸ Não chega a ser um tema central, mais não foi ignorado. Tanto que a abolição destes escravos ocorreu formalmente em 1871, com a Lei do Ventre Livre nº 2040 de 28 de setembro, também conhecida como Lei Rio Branco.

liberais e emancipacionistas, tendo evidentemente alcançado influência, já que a abolição foi conquistada passo a passo. Entre os seus textos²⁹⁹ diversas vezes expressou-se sobre os escravos da nação e principalmente sobre a contradição da existência de escravos públicos sob um Império liberal, notadamente no seu regime político. Tavares Bastos foi responsável também por um projeto de lei, de 27 de junho de 1866, de abolição dos escravos da nação:

O governo mandará passar cartas de alforria a todos os escravos e escravas da nação. § 1º. Nas terras das fazendas nacionaes marca-se-hão prazos para ahi se estabelecer cada escravo ou familia de escravos das mesmas fazendas, sendo distribuidos por elles os bens moveis e o gado que houver. § 2º. O governo é autorisado para vender as sobras das terras mencionadas. § 3º. Os escravos que existirem nas officinas ou estabelecimentos publicos nelles continuarão a servir a salario, se quiserem³⁰⁰.

Para reforçar o discurso emancipacionista, Tavares Bastos apontou a insignificância da renda produzida pelos escravos da nação e seu número reduzido. Baseado no Relatório de 1860 do Ministério da Fazenda colocou que: “é quasi insignificante a renda produzida pelos actuaes escravos da nação; os da fazenda do Piahy, em número de 807, apenas produzirão a renda bruta de 34:964\$, e sómente, 43\$305 por cada escravo, no exercicio de 1858 a 1859”. E prosseguiu: “não se trata de grande massa de escravos, mas de um numero muito limitado. (...) havia nas fazendas nacionaes, no anno de 1864, apenas 1,080 escravos; que produzirão a insignificante renda liquida de 47:409\$. O total de escravos da nação na ultima data é de 1,427 escravos³⁰¹.”

Defendeu, inclusive, o direito dos escravos da nação a uma indenização do Estado. Se o Imperador não tinha força para abolir a escravidão porque dela dependia a economia e a sociedade vigente, o mesmo não se podia falar da existência de escravos públicos. Este era um dos pontos atacados por Tavares Bastos e é nesse sentido esta sua anotação, referindo-se à libertação de escravos que partiram para guerra do Paraguai, e inconformado com a limitação da medida, que poderia ser mais ampla: “essa medida é mesquinha. Tanto mais que o numero dos escravos da nação é diminuto. Não o fez o

²⁹⁹ Tavares Bastos reuniu um arquivo hoje presente do Arquivo Nacional e entre os documentos organizados sobre escravos públicos estão anotações próprias e recortes de jornais, sempre crítico da política no período.

³⁰⁰ Coleção Tavares Bastos, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

³⁰¹ Coleção Tavares Bastos, Biblioteca Nacional.

governo por não estar autorizado? Mas tão bem não o estava para o que fez”³⁰². Mas Tavares Bastos, mesmo que influente e contundente, era uma voz minoritária em muitos aspectos mesmo entre os liberais. Estes conduziam o debate liberal, como já apontado pela historiografia, mas possuíam vínculos com uma sociedade escravocrata e conservadora que, muitas vezes, fez eclodir contradições no seu discurso.

Nos Anais da Câmara dos Deputados, encontrou-se, também, referência a debates em torno da questão da alforria dos escravos da nação. Um ponto a esse respeito foi a libertação deles para lutarem na Guerra do Paraguai. Questiona-se o ato do Imperador: “O Sr. Bezerra: - (...) O que é da nação, não é do governo, e portanto elle, sem abusar, sem ferir o direito sagrado de propriedade, não podia tomar aquella liberdade”. E prossegue repreendendo o ato:

O Sr. Bezerra: - Havia com effeito, e terrível, tanto que o Paraguay não estaria hoje vencido e humilhado se lá não fosses esses 180 escravos da nação! (...) Eu sei que a religião manda remir os captivos, mas essa remissão para ter merecimento é preciso que seja sem condição, e no caso vertente o governo libertou aquelles infelizes com a condição de irem servir de alvo aos morteiros paraguayos³⁰³.

Mas também há a defesa no debate: “O Sr. Aristides Lobo: - Então todos os que marchão para a guerra vão para esse fim”. “Vozes: - Vão defender o paiz”. E a resposta segue salientando os aspectos negativos:

O Sr. Bezerra: - (...) Os outros gozavão da liberdade antes da guerra, e correndo em defesa da pátria vão defender os seus próprios direitos; os escravos porém nada têm com guerra, e dando-se-lhes a liberdade com a condição de irem batalhar são puros alvos, não vão combater por seus direitos. (*Reclamações.*)
(...)

O paiz dos outros, que elles não têm pátria, visto como são cousa que não faz parte da sociedade; mas não é debaixo desse ponto de vista que eu condenno principalmente a medida; a minha principal queixa, o maior escândalo que tenho della, é ter o governo feito della ostentação mandando-se estampar nos jornaes, juntamente com a declaração dos nomes dos cidadãos que também forrão escravos para manda-los á guerra a troco de títulos e de condecorações³⁰⁴.

No outro dia, seguiu-se o debate na Câmara e novamente observam-se posicionamentos contrários ao envio dos escravos da nação: “O Sr. Toscano de Brito: -

³⁰² Coleção Tavares Bastos, Biblioteca Nacional, p. 78.

³⁰³ Anais da Câmara dos Deputados, 4 de junho de 1867, p. 36 (disponível em: www.camara.gov.br).

³⁰⁴ Anais da Câmara dos Deputados, 4 de junho de 1867, p. 36 (disponível em: www.camara.gov.br).

(...) O outro capítulo de accusação foi a libertação dos escravos da fazenda nacional para irem morrer na guerra contra o Paraguay”.³⁰⁵.

Assim, os pronunciamentos salientam a atitude de libertar os escravos da nação para arriscarem-se na guerra, uma opção conveniente à administração e nem tanto interessante para os escravos. No que responde o ministro da justiça:

O Sr. Ministro da Justiça: - ... porque o que se dá actualmente no Brasil é o que se tem dado em toda a parte aonde uma guerra se prolonga; no principio, sem duvida o movimento é de entusiasmo, vai-se prestar um grande serviço ao paiz e tem-se como certeza que será breve o sacrificio que dahi resulte; mas se o sacrificio se torna mais difficil, penoso e prolongado, sem duvida que o entusiasmo diminue (Apoiados.)³⁰⁶.

Ao lado do grupo político liberal e abolicionista estava parte considerável da imprensa, que além de tudo, gozava de liberdade de opinião³⁰⁷, como é de conhecimento na historiografia. Sobre o episódio da libertação dos escravos públicos em decorrência da participação da guerra, as manifestações na imprensa variaram de elogios a críticas, mas em geral num sentido mais liberal. O *Jornal Correio Mercantil* elogia o ato de emancipação do decreto 3725, de 6 de novembro de 1866, que liberta os escravos da nação que foram lutar na guerra do Paraguai e as suas esposas:

(...) duas partes distinctas; a primeira, dictada pela razão, pela humanidade e também pela conveniencia publica; e a segunda, inspirada de sómente por um alto sentimento de justiça. Esta segunda parte é a que estende ás mulheres dos libertos, que forem servir no exercito, o beneficio concedido a seus maridos. Esta resolução é nobre e fecunda; é a liberdade do ventre; a liberdade do coração que ha de vir, o beneficio que se perpetua e estende a sua acção ao ‘futuro’ (...)³⁰⁸.

Posteriormente, o Jornal assume uma posição abolicionista em relação aos escravos da nação, com o desenrolar do assunto. A partir do decreto, o Jornal passa a publicar matérias referentes à situação do Estado possuir escravos. O jornal aproveitou o fato para fazer alusão à abolição em geral. Mas, como foi comum aos liberais no

³⁰⁵ Anais da Câmara dos Deputados, 5 de junho de 1867, p. 47 (disponível em: www.camara.gov.br).

³⁰⁶ Anais da Câmara dos Deputados, 19 de junho de 1867, p. 256 (disponível em: www.camara.gov.br).

³⁰⁷ “O Império foi o período da história brasileira em que a imprensa foi mais livre. Mas ela não constituía poder independente do governo e da organização partidária. Havia folhas independentes, como o Jornal do Commercio e os jornais radicais. Mas eram poucos e com rara exceções não duravam muito. A grande maioria era vinculada a partidos ou a políticos. O governo tinha sempre seus jornais, o mesmo acontecendo com a oposição” (CARVALHO, op. cit., p. 54).

³⁰⁸ Coleção Tavares Bastos, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, p. 71.

Império, o jornal mostrou-se vacilante e, apesar da defesa do abolicionismo, afirmou nesta publicação a seguir que este devia ser gradual: “O desenvolvimento da idéia ha de ser lento, deve mesmo ser assim. (...) Se a liberdade é um dom divino, a propriedade é um direito sagrado, que não póde ser impunemente offendido”³⁰⁹. Mais do que vacilante, o jornal foi contraditório. Ainda que se contemporize com o nível do debate à época, a concepção de liberdade individual não consegue superar a sua contradição com a idéia de propriedade sobre a vida humana. Noutra publicação, este jornal exalta a atitude do Imperador, também com relação ao decreto de liberdade para os que foram servir ao exército. “Em todos os transes difficeis por que a nação tem passado, revela-se sempre o primeiro cidadão Sua Magestade o Imperador”, e prossegue: “Na Igrejinha de S. Christovão embarcárão hontem com destino á fortaleza de Santa-Cruz 115 escravos libertados por Sua Magestade para servirem no exército”³¹⁰. Mais do que bajulação, era uma sintonia entre os discursos liberais, mas também um sintoma da fragilidade dos liberais na monarquia. Se, de um lado, as grandes reformas do Império foram conduzidas pelos conservadores, de outro, parece que a pauta liberal era ditada muitas vezes pelo imperador.

Em 22 de janeiro de 1869, o *Diário do Povo* relata a situação de agressão vivenciada por uma escrava de um proprietário privado no Recife e aproveita para comentar as revelações do *Jornal Opinião Liberal*:

Demais, apezar dos protestos publicos do governo do Imperador a respeito da emancipação da escravatura, ahi mesmo na côrte se está vendo quanta barbaridade pratica-se contra os escravos da propria casa imperial segundo revelou a Opinião Liberal. Ora, sendo assim a sorte desses escravos, porque há de ser melhor a dos particulares? Regis ad instar totus compottur orbis. O que se póde traduzir pela phrase historica do Sr. Sayão: Nasce de cima a corrupção dos povos³¹¹.

A publicação sintetiza bem a oportunidade política da presença de escravos públicos para o movimento emancipacionista. Mas mesmo considerando estas e outras publicações neste sentido, o debate sobre a escravidão pública está relacionado ao conjunto da escravidão no Brasil, especialmente neste período que precede a abolição, mas é relativa a sua contribuição no movimento central da escravidão e da abolição.

³⁰⁹ Coleção Tavares Bastos, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, p. 71.

³¹⁰ Coleção Tavares Bastos, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, p. 69.

³¹¹ Coleção Tavares Bastos, Biblioteca Nacional, p. 77

Noutra publicação o *Jornal Opinião Liberal*, comenta os defeitos das estatísticas oficiais sobre os escravos públicos em três pontos: “porque não menciona o numero de casados, e, porisso, falla dos escravos como se fossem gado”; “porque não distingue o sexo, e, portanto, ignoramos a proporção entre um e outro” e “porque não distribue por annos os nascimentos, e obitos conforme os sexos e idades, o que impede de saber a proporção entre uns e outros”³¹². A partir dos números oficiais, que fazem denúncias sobre o trato com estes escravos, aponta-se que a mortalidade é elevada e principalmente que o governo não trata humanamente os escravos, pois os classifica sem o respeito necessário. Assim diz o *Jornal Opinião Liberal*:

A mortalidade foi dos imperiaes escravos por conseguinte de 66,7%. Compararemos essa mortalidade não com a de outras fazendas, como pede a casa imperial, mas com a da propria santa casa de Misericórdia, para ainda favorecermos o mais que fôr possível a casa imperial. Conforme o relatorio do diligente e douto dr. Brandão, publicado em 1867, a mortalidade na santa casa foi, no quinquennio de 1 de julho de 1861 a 30 de junho de 1866, de 14,5%. Segundo o relatorio do ministro do imperio de 1866 vê-se que, se excluirmos os que morreram dentro de 24 horas depois de sua entrada no hospital da Misericórdia, a mortalidade foi de 11,99%. Pois bem; a mortalidade da escravatura imperial, segundo os seus proprios dados, foi no quinquennio de 11%, isto é, 0,99% menos do que a mortalidade no proprio hospital da santa casa da Misericórdia. No folheto - ‘O imperio do Brasil na Exposição Universal de Paris’ – lê-se á pagina 122 o seguinte: ‘A mortalidade total (da côrte) está na razão de 1,78% n’esse periodo (1859-65)’. A dos imperiaes escravos é de 2,168% annual, isto é, mais 0,338% do que a da côrte!³¹³.

Novamente os escravos públicos serviram, em alguns episódios, de munição para o discurso liberal, especialmente para identificar alguma condição que deveria ser menos degradante para estes escravos, por serem públicos e por entender que o Estado não deveria ter a mesma perspectiva de propriedade que tinha da iniciativa privada e que protegia a instituição da escravidão. Entre as publicações, destaca-se um fervoroso debate entre o *Jornal Opinião Liberal* e a Mordomia-Mor que revela muito da realidade da escravidão pública, põe em cheque os documentos oficiais de registro do trato com escravos e situa, definitivamente, o problema dos escravos públicos como um problema do Império e da escravidão no Brasil, revelando a diferença entre o discurso oficial e a prática. Em 19 de novembro de 1868, o *Jornal Opinião Liberal* questionou a real situação dos escravos de usufruto da Coroa:

³¹² Coleção Tavares Bastos, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, p. 78.

³¹³ Coleção Tavares Bastos, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, p. 78.

Como são tratados os imperiaes escravos – escravos entregues pela nação à clemencia, protecção e recreio da familia imperial? Causa horror! A matança é horrível! (...). Pois, publique a mordomia imperial o numero de escravos deixados por Pedro I e o que hoje existe. Pela theoria de Maltus os dous mil deixados por Pedro I, mesmo descontando mil alforrias, deviam sommar hoje quinze mil. E hoje quantos existem? Menos de dous mil. Publica a mordomia a estatistica mortuaria? Publica quanto se dá a cada escravo? Em Santa Cruz nem um fio de roupa, nem um grão de farinha, e até nem a propria enchada. Na quinta nem roupa, nem comida, mas só meia pataca por dia para alimentare se e vestirem-se. Expliquem-nos como se deixa andar pelas ruas da côrte, raparigas em quasi completa nudez. Será para o recreio ou será para excitar... o pudor ordena silencio. Explique-nos por que mais de setenta por cento dos escravos sempre estão doentes³¹⁴.

A resposta da Mordomia-Mor veio em 23 de novembro de 1868, publicada a pedido do *Jornal do Commercio*:

(...) póde a mordomia asseverar que esses escravos são tratados convenientemente, medicados nos hospitaes respectivos e sujeitos a moderado trabalho, sem que soffrão castigos corporaes, e que os que se achão ao serviço da imperial quinta, sobre serem bem vestidos e alimentados, percebem semanalmente uma gratificação pecuniaria. Por habitos arraigados entre os escravos de Santa Cruz (desde que pertencêrão aos jesuítas), vestem-se e alimentão-se elles á sua custa, tendo para esse fim dous dias livres na semana, e festejão a morte (porém só dos innocentes), como testemunho de crença de que forão estes gozar a bemaventurança. Tanto aos escravos de Santa Cruz, como aos da quinta da Boa-Vista, são fornecidos instrumentos de trabalho. A casa imperial sempre desejou mudar o systema de trabalho dos patrimonios, cujo usufructo apenas lhe pertence, mas não tem tido meios de indenisar o thesouro publico do valor de tão grande numero de escravos, e de afiançar aos de Santa Cruz a sua subsistência por outro modo que não o actual. A estatistica mortuaria, registrada em livro competente, demonstra o contrario do que diz o artigo; a proporção dos doentes não excede ordinariamente de 5%. Ainda por occasião da ultima visita da mordomia á fazenda de Santa Cruz, onde se apresentárão 1.017 escravos, não existião no hospital mais de 20 doentes. Se raparigas percorrem as ruas da cidade em quasi completa nudez, a mordomia tratará de evita-lo quanto puder, cumprindo observar que dentro da imperial quinta existem cerca de 200 libertos que não estão sujeitos á acção administrativa da casa imperial³¹⁵

Novamente o *Opinião Liberal* ataca a Mordomia-Mor: “analysaremos as suas vinte duas declarações contidas na communicação ao Jornal do Commercio do dia 27 do corrente”. O Jornal ressaltou as condições de trabalho das mulheres escravas que eram

³¹⁴ Coleção Tavares Bastos, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, p. 50.

³¹⁵ Coleção Tavares Bastas, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, p. 59.

empregadas na quinta imperial, por pior que estivesse o tempo e em todos os dias, inclusive nos dias santos. Fiscalizadas por feitores portugueses armados, elas não podiam amamentar seus filhos antes da tarefa concluída. Durante o trabalho, as crianças de peito ficavam expostas no chão, ao sol, às chuvas e aos animais soltos. “A consequência é a grande mortandade de creanças, cujos obitos não são registrados nos hospitaes, senão nos casos em que são as mesmas ahi tratadas”³¹⁶. A análise prossegue com vários questionamentos a cerca do perfil do imperador e da realidade dos escravos da nação:

Não é o ser. D. Pedro II, conforme mandou dizer para a Europa a 23 do corrente o Diario semi-official ‘um dos monarchas mais sabios do seculo, modelo perfeito para todos os outros governadores do mundo, operario constante e zeloso no desenvolvimento intelectual, moral, e material do imperio?’. Como, portanto, explicar-se o facto de ignorar o sabio sr. D. Pedro II, que raparigas franzinas não são convenientemente tratadas desde que são obrigadas a trabalhar para o sustento de burros, das quatro horas da madrugada, ainda que só tenham trinta dias de parida, até á noite, sob as ordens de ignorantes e lubricos portugueses armados de chicote, vergalho e palmatoria? (...) A sciencia não tem porventura demonstrado que tres ou quatro arados e ceifadores fazem mais serviço do que as tresentas escravas, algumas das quaes são quasi brancas, com as primitivas enchadas? (...) A sciencia economica ainda não demonstrou ao perfeito modelo de governadores, (apagado) pataca (apagado) é absolutamente insufficiente para obter alimento e vestuario conveniente nesta carissima cidade do Rio de Janeiro?³¹⁷.

E assim o Jornal continua sua exposição acerca da situação da escravidão pública, ao refutar a resposta da Mordomia-Mor: das condições precárias do hospital de Santa Cruz, da alimentação e do vestuários dos escravos públicos, dos castigos físicos praticados por feitores, dos riscos que os escravos corriam durante o trabalho, da prostituição de escravas, etc. O *Opinião Liberal* cria essa exposição recorrendo, ora e outra, à figura do imperador, ironizando o uso de escravas para a retirada de terras de um morro, quando poderia ser feito por máquinas:

Repugna-nos admittir que o sabio sr. D. Pedro II possa ignorar que há instrumentos agricolas, movidos por animaes, capazes de arrastar, em um só dia, mais terra de um morro e nivelar mais rapidamente as ondulações adjacentes, do que todas essas desgraçadas creaturas em um mez.(...)E’ tal essa ‘constancia, e esse zelo’ que não há lembrar a existencia, na propria quinta imperial, de dragas e outros instrumentos,

³¹⁶ Coleção Tavares Bastos, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, pp. 60-63.

³¹⁷ Coleção Tavares Bastos, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, pp. 60-63; pp. 69-70.

já empregados em aterros e desmoronamentos, em condições de serem até movidos a vapor³¹⁸.

Continua o Jornal a ironizar a resposta da Mordomia, destacando também a possibilidade de indenização e de libertação dos escravos da nação.

E estes dous mil escravos, 'tratados convenientemente, medicados nos hospitaes, sujeitos a moderado trabalho, sem que soffram castigos corporaes, e a proporção dos doentes não excedendo ordinariamente 5%,’ ficaram reduzidos ao cabo de trinta e sete annos, nos diz a mordomia 1.017 miseraveis,...). Se o imperador, com dous mil escravos, muitas leguas quadradas de terras, na visinhança do grande mercado da capital do imperio, havendo excellentes communicações terrestres e maritimas entre as suas fazendas e a capital, não tem meios de indemnizar o thesouro publico do valor dos recém-nascidos, quando muito a 50\$ cada um, o que poderá fazer aqui um pobre colono sem escravos, sem terras uberrimas, que tenham facil communicação com grandes ou até pequenos mercados? (...). Causa desgosto aos brasileiros que negue o sr. D. Pedro II aos seus escravos roupa, comida e enchada; mas, allegar falta de meios, em defesa desse tratamento civilisador é escarnecer do publico. Quem pôde acreditar na impossibilidade de uma fazenda, de tres leguas quadradas, contendo as vantagens já descriptas em artigo anterior, sustentar os trabalhadores?³¹⁹.

Em resposta, a Mordomia-Mor, em publicação de 01 de janeiro de 1869, pelo Jornal do Commercio, explicou as condições de trabalho dos escravos da nação e o tratamento dado a eles, como, por exemplo, a não utilização de castigos físicos. Outro comentário recaiu sobre os argumentos da impossibilidade de libertar todos os escravos da nação:

Se o Estado forrassse todos os escravos da nação, cuidaria tambem do presente e do futuro delles, o que não tem podido a casa imperial, apezar de seus esforços, fazer tão perfeitamente como deseja em relação áquelles que estão a seu serviço. Se a casa imperial tomasse tal medida a respeito de todos os escravos de que só tem o usu-fructo, sem attender ás circumstancias individuaes que recommendão o beneficio da emancipação, não só lhe faltarião os meio de cuidar do presente e do futuro dos libertos, mas tambem mais difficilmente poderia empregar a importancia das alforrias em apolices, cuja renda aliás perceberia....). Se escravos a serviço da casa imperial pudessem ficar sem casa por causa dos libertos, seria isso mais uma razão para a casa imperial não forrar tantos escravos da nação a seus serviço quantos desejasse. A medida de forrar todos os recém-nascidos não permittiria que se forrassem como se tem feito os escravos em todas

³¹⁸ Coleção Tavares Bastos, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, pp. 60-63.

³¹⁹ Coleção Tavares Bastos, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, pp. 69-70.

as idades, conforme as circunstancias individuaes, e entenderia com o futuro aproveitamento das terras de Santa Cruz e da quinta da Boa-Vista, de que só o usufructo pertence á casa imperial. Outras medidas mais amplas a respeito da emancipação dos escravos, cujo usufructo apenas pertence á casa imperial, menos estarião ao alcance dos meios pecuniarios della³²⁰.

Este debate, travado na imprensa, pode ser tendencioso de ambos os lados, a realçar e acrescentar as informações com algum exagero, mas, como há o contraponto imediato, há a oportunidade de ambos negarem o que é efetivamente falso. Quando não o fizeram, forneceram a indicação de que no discurso oposto havia alguma verdade. Assim, estes documentos permitem os seguintes indícios: havia trabalho em condições extremas e extenuantes e, quando havia, remuneração era irrisória. As condições de salubridade eram inadequadas tanto pela precariedade reconhecida do hospital quanto pelo número elevado de doentes. Não havia um fornecimento adequado de alimentação, de vestuário e de ferramentas de trabalho. Havia indício de emprego de violência. Havia condições similares à escravidão em geral. Além disso, outra questão relevante no debate era a negativa da Mordomia-Mor em realizar a alforria destes escravos. O jornal põe e cheque o liberalismo e o abolicionismo do Imperador e o associa a sua necessidade de produzir uma imagem liberal e abolicionista perante a sociedade européia.

Neste sentido, ainda há outras contradições do Império. Próximo à libertação dos escravos da nação o debate na Câmara e no Senado se intensifica, principalmente porque a questão poderia ter implicações na escravidão em geral. Já em 1864, Silveira da Motta apresentou ao Senado o projeto em que libertava os escravos da nação³²¹; esse projeto desencadeou a Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871, que, entre várias medidas, libertou os escravos da nação. Na Câmara dos Deputados, em 1870, iniciou-se o processo de discussão a respeito do problema. Em maio de 1870 o Deputado Agostinho Marques Perdigão Malheiro (MG) apresenta quatro projetos sobre o “elemento servil” e dentre estes está o Projeto de Lei nº 22, que “autoriza o governo a conceder alforria gratuita aos escravos da nação, proibindo ás corporações religiosas e de mão-morta adquirir e possuir escravos, sob pena de ficarem logo livres”³²². No

³²⁰ Coleção Tavares Bastos, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, pp. 72-73. Este debate se estende por outras publicações.

³²¹ Anais do Senado, 27 de janeiro de 1864, p. 81 (disponível em: www.senado.gov.br).

³²² Anais da Câmara dos Deputados, 23 de maio de 1870 (disponível em: www.camara.gov.br).

Projeto de Lei apresentado pela Comissão Especial constava a autorização do governo de conferir gratuitamente alforria aos escravos da nação³²³.

Na Câmara, por volta de 1870, o debate caminhou pela distinção entre escravos da nação e escravos da coroa, com posições defendendo somente a libertação destes últimos, revelando um indício do conservadorismo que também sustentou a escravidão no Brasil por tanto tempo.

O Sr. Cruz Machado: - Ha differença: há escravo de usufructo da coroa e os nacionaes.

O Sr. Teixeira Junior: - A única differença é que parte dos escravos da nação está empregada nas fazendas e estabelecimentos do Estado, e outra parte presta serviço directamente á coroa, por lhe terem sido doados taes serviços. Uns e outros, porém, tem o mesmo senhor, que é o Estado. (Apoiados.). (...)

(...)

O Sr. Junqueira: - (...) Ainda vejo que este projecto submettido á discussão é altamente injusto e injurídico; altamente injusto, porque vai autorisar a casa imperial a conferir a liberdade aos escravos que estão dados em usufructo á coroa, emquanto que aos escravos da nação propriamente dito, aquelles que estão empregados na lavoura das fazendas, não se estende o mesmo favor. Pois então não nascerão estes igualmente neste torrão abençoado de Santa Cruz? Não são também dignos de que o Brazil e tenda a sua mão benéfica, fazendo para elles a mesma cousa?³²⁴

Continuando a discussão sobre o mesmo projeto que declarava a alforria, pela casa imperial, dos escravos da nação, cujos serviços foram dados em usufruto à Coroa, comentou-se: “O Sr. Araujo Góes: - (...) o projecto estabelece uma certa desigualdade, porque confere liberdade unicamente aos escravos que estão ao serviço da coroa, enquanto que a nação também tem uma porção em serviço de fazendas nacionaes. (Apoiado.)”³²⁵.

O patrimonialismo

Ao buscar compreender o Estado enquanto um proprietário de escravos, é importante pensar na própria formação e concepção do Estado, pois isto interferiu nos posicionamentos e nas condutas para com os escravos públicos. A historiografia permite essa identificação e, a partir disso, pode-se relacionar à escravidão pública.

³²³ Anais da Câmara dos Deputados, 16 de agosto de 1870, p. 179 (disponível em: www.camara.gov.br).

³²⁴ Anais da Câmara dos Deputados, 12 de setembro de 1870, pp. 48-57 (disponível em: www.camara.gov.br).

³²⁵ Anais da Câmara dos Deputados, 14 de setembro de 1870, p. 80 (disponível em: www.camara.gov.br).

José Murilo de Carvalho, ao analisar a burocracia do Estado imperial, apresenta visões distintas. De um lado, Joaquim Nabuco coloca a escravidão como geradora do inchaço e da dependência do funcionalismo público, que corresponderia a meros executor das ordens do governo. De outro lado, Raymundo Faoro apresenta o estamento burocrático como grupo que torna-se o controlador do Estado, ou seja, a força preponderante do governo, defendendo seus próprios interesses, que vinculavam-se à propriedade de terras³²⁶. Pode-se completar a idéia de Raymundo Faoro, dizendo que, para esse funcionalismo público, interessava a manutenção da escravidão. No entanto, como apresenta José Murilo de Carvalho, essa burocracia pública, destacada por Faoro, corresponde ao “topo da pirâmide que não chegava a 1% de todo o funcionalismo, ao todo umas 350 pessoas”, e “era ao mesmo tempo, parte substancial da elite política”. Além disso, como prossegue o autor, “não se tratava de um estamento”, que apresentaria uma “estrutura rígida”, “mas de uma elite política formada em processo bastante elaborado de treinamento”³²⁷.

Destaca-se, também, a visão de Joaquim Nabuco sobre o funcionalismo público depender do Estado, por exemplo, ao viver “em terras do Estado”, o que poderia estender-se no uso de outros bens públicos, inclusive dos escravos da nação. É essa visão que abarca o conceito e a prática aqui envolvida, o patrimonialismo. Conceituação tratada a priori por Max Weber, também foi empregada para o contexto brasileiro por autores com novas interpretações, como Raymundo Faoro que, sob uma teoria weberiana, compreendeu o patrimonialismo como uma herança cultural dos colonizadores. Outro autor que trabalha o patrimonialismo é Fernando Uricoechea, em seu estudo clássico sobre a Guarda Nacional no Brasil conclui que esta instituição com traços patrimonialistas desapareceu com a profissionalização das forças armadas. Sabe-se da amplitude do conceito, no entanto, interessa aqui, principalmente, a noção de uso, pelo governante, da coisa pública como privada. É a indistinção do público com o

³²⁶ “Assim é que, num dos melhores textos de sociologia política produzidos durante o Império, Joaquim Nabuco desenvolve o argumento de que a escravidão, ao fechar alternativas econômicas para grande parte da população livre, fazia com que o funcionalismo público se tornasse a vocação de todos. Daí o número excessivo de funcionários que com seus magros vencimentos se tornavam os servos da gleba do governo, vivendo em terras do Estado, numa dependência que só aos mais fortes não quebrava o caráter. Escrevendo 85 anos mais tarde, Raymundo Faoro apresenta visão radicalmente distinta da burocracia imperial. Em sua ótica, tratava-se de um grupo que constituía estamento e se tornara árbitro da nação e das classes sociais, regulador da economia e proprietário da soberania nacional. A visão de Nabuco vincula-se à corrente que vê o Estado imperial submetido à propriedade da terra, representada pelos latifundiários em geral, pelas oligarquias regionais, ou pelos clãs locais. Com Faoro (ou este com eles) estão os que vêm no mesmo Estado um Leviatã presidindo aos destinos de uma sociedade inerte” (CARVALHO, op. cit., p. 145).

³²⁷ CARVALHO, op. cit., p. 151.

privado. É difícil diferenciar o que é legítimo e ilegítimo no uso dos bens públicos, pois o patrimonialismo era aceito em escala diferente de hoje. No entanto, há indicações que a utilização do bem público como privado extrapolou-se em alguns casos, inclusive para o que era aceito na época.

A dificuldade de distinção entre o público e o privado permearia a história do Brasil. No Brasil colonial o poder estaria descentralizado e concentraria nas mãos dos senhores escravistas, os chefes políticos locais. Ou seja, a função pública em si teria sido exercida pela aristocracia agrária colonial. Com a transferência da família real para o Brasil e, depois, com a Independência, o exercício do poder teria passado por uma transformação, contudo os traços patrimonialistas ainda persistiriam.

A institucionalização de uma ordem legal burocraticamente administrada pelo Estado era ainda dificultada pela fraca diferenciação entre o público e privado. A noção de que a sociedade enquanto corpo político podia ser sujeita a um sistema objetivo de normas diferentes daquelas que coordenam e orientam as ações de seus membros individuais na esfera privada, era certamente retardada pela representação patrimonial da comunidade política. (...) A noção racional e abstrata de que os direitos políticos da sociedade enquanto ordem institucional surgem dos direitos privados de suas partes individuais, embora não sendo idênticos a elas, era uma representação repulsiva para a normatividade patrimonial dominante. Qualquer tentativa por parte das agências burocráticas para reparar uma ofensa privada, era condenada, então, a ser interpretada por aqueles atingidos negativamente como uma reação vingativa³²⁸.

A discussão acima demonstra parte dos caminhos que a historiografia percorreu em torno da caracterização do Estado. Fernando Uricoechea, ao contrário de Raymundo Faoro, vê que o patrimonialismo envolvia a participação ativa de ambas as partes (Estado e setor civil) e que, embora fosse parte da sociedade tradicional, tenderia ao desaparecimento com o desenvolvimento da modernidade.

Para resumir: ao final da era colonial, o Estado brasileiro, num modo tipicamente patrimonial, exibia uma combinação de, por um lado, uma autoridade altamente centralizada em cujo topo estava o monarca português e as camadas mais elevadas, burocratizada, da administração real e, de outro lado, um poder altamente descentralizado, monopolizado pelos senhores de terra na sua capacidade de autoridades delegatórias de funções patrimoniais³²⁹.

³²⁸ URICOECHEA, Fernando. *O minotauro imperial: a burocratização do estado patrimonial brasileiro no século XIX*. São Paulo: DIFEL, pp. 274-275, 1978.

³²⁹ Ibid., p. 49.

Neste sentido José Murilo de Carvalho – com relação à Guarda Nacional, que foi o alvo de análise de Fernando Uricoechea – coloca-o em nota que a vê como uma “*associação litúrgica*” e não como uma “*burocracia patrimonial*”, já que na sua opinião é à administração estatal que se refere o patrimonial³³⁰. Assim, conclui que:

A burocracia imperial não era estamento. Não estávamos num Estado feudal, nem mercantilista. Mas também não era máquina moderna de administrar, pois o sistema industrial de produção que levou a racionalização administrativa para dentro dos modernos Estados capitalistas ainda não se estabelecia entre nós. Mas ela possuía racionalidade própria, cujo sentido era relevante, menos para a administração como tal do que para o sistema político como um todo³³¹.

É nessa administração estatal patrimonial que se inserem os escravos da nação, enquanto patrimônio público. No período colonial, os administradores das fazendas faziam uso recorrente dos escravos em interesse próprio. Benedicto Freitas destaca o caso de um administrador, de 1780, Antônio da Silva Rangel, o qual chegou a ser processado de tão abusivo que foi o seu uso do patrimônio público.

Sem medir consequências, lançou mão de que pertencia à Fazenda em seu proveito. A maioria dos escravos trabalhava em seus negócios particulares, principalmente no engenho que havia construído com seu irmão, à margem do rio Itaguaí na sesmaria de seu falecido pai e no corte de grande quantidade de madeira, que após serrada e vendida, embolsava ele o seu produto. Os escravos também [eram] alugados a particulares, desconhecendo-se a renda dessas transações, que, sobretudo, resultavam inoperantes, pelo total prejuízo à Fazenda, abandonada pela ausência de braços para as suas múltiplas atividades³³².

A vinda da família real para o Brasil pode ter acentuado esse patrimonialismo, visto que, como percebe Luiz Felipe Alencastro:

A transferência da Corte trouxe para a América portuguesa a família real e o governo da Metrópole. Trouxe também, e sobretudo, boa parte do aparato administrativo português. (...) Luccock calculava em 2 mil o número de funcionários régios e de indivíduos exercendo funções relacionadas com a Coroa³³³.

³³⁰ CARVALHO, op. cit., p. 167.

³³¹ Ibid, p. 164.

³³² FREITAS, Benedicto. *Santa Cruz, Fazenda Jesuítica, Real, Imperial*. Rio de Janeiro: Ed. do autor, vol. II, p.17, 1986.

³³³ ALENCASTRO, op. cit., p. 12.

A utilização do bem público enquanto um patrimônio privado não é simples de ser identificada. Apesar de muitas vezes ser aceita normalmente, a documentação só deixa entrelinhas na questão. Como observado na Carta Régia de 28 de agosto de 1811 sobre a Fábrica de Ferro de Ipanema, em Sorocaba:

Também mereceu a minha real aprovação o systema de se concederem a Hedberg, e aos suecos, que mais merecem alguns escravos da Fábrica, de que necessitarem para o seu serviço doméstico, e cosinha, recommendo porém sempre que tenhais todo o cuidado para que nesta concessão não haja abuso, e que se evitem todos os inconvenientes, que de tão justo princípio possam resultar³³⁴.

Destaca-se o cuidado em explicitar a questão de que “nesta concessão não haja abusos, e que se evitem todos os inconvenientes”, talvez já por algum pudor na prática. Contudo, é claro que havia a preocupação dos administradores em não provocarem qualquer discussão a respeito dos abusos do uso do bem público, o que também dificulta na identificação do patrimonialismo. Sobre o mesmo fato, noutra documentação: “No dia 9 de outubro aprovou ao Capitão General a condescendencia que tivéra com Hedberg, facultando-lhe servir com Escravos da Fábrica, por ser Hedberg nimiamente descontado”³³⁵.

O período em que a Fábrica de Ipanema foi dirigida por Hedberg marcou-se por poucos resultados e muitos conflitos, principalmente com o engenheiro Varnhagen, representante dos acionistas, o qual se manifestava contra algumas posturas do diretor. Em função dessa situação, o Governo instalou um inquérito em 1812, designando o Tenente General Carlos Antônio Napion. A visita do Tenente não trouxe mudanças significativas à fábrica³³⁶. No Relatório feito pelo Tenente que analisa a situação da Fábrica de Ferro São João de Ipanema, chama a atenção uma das ações que se deve ter presente: “14º. Que ninguém se servisse com escravos da Fábrica”³³⁷. Este fato indica o reconhecimento de que a prática era um dos limitadores para o melhor desempenho da fábrica.

Enidelce Bertin discorre em sua análise dos africanos livres em São Paulo, a utilização dessa mão de obra por administradores:

³³⁴ www.camara.gov.br.

³³⁵ MORAES, Frederico Augusto Pereira de. VERGUEIRO, Nicolao Pereira de Campos. *Subsídios para a história de Ypanema*. Lisboa: Imprensa Nacional, p. 29, 1858.

³³⁶ SANTOS, Nilton Pereira. *A fábrica de ferro São João de Ipanema: economia e política nas últimas décadas do Segundo Reinado (1860-1889)*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, p. 26, 2009.

³³⁷ MORAES. VERGUEIRO, op. cit., p. 54.

Há nessas declarações de Joaquim da Silva também um certo teor de denúncia do mau uso do trabalho dos africanos livres, ao declarar que Clemente era empregado ao serviço particular do diretor do Jardim Público, quando deveria trabalhar apenas para o estabelecimento. Da mesma forma, ao testemunhar a favor de Augusto, Gaspar e Procópio, Joaquim da Silva também apontou o uso particular dos africanos livres como um elemento para comprovação da qualidade do justificante, mas que guardava uma sutil indicação de Palácio, ‘que é o seu ofício, empregando-se nos serviços particulares dos presidentes’. Sobre o destino de Gaspar depois que chegou do Rio de Janeiro, declarou que ‘foi para o Jardim onde se acha servindo não só ao estabelecimento como particularmente ao dr. Quartin, quando faz ali pagodes a seus amigos, bem como ao feitor e sua família’. Na mesma direção, o testemunho no processo de Procópio constou que este fora mandado para o Jardim Público, ‘onde ainda se acha, servindo também ao diretor Quartin quando ali dá seus jantares ou a seus amigos quando precisam’³³⁸.

O patrimonialismo fica nítido ao ler um pedido do mordomo-mor da Casa real e imperial, Paulo Barbosa da Silva, ao ministro Secretário de Estado de Guerra. Ele pede a troca de um escravo que seria encaminhado ao sul, estando entre os motivos o seu próprio benefício. No entanto, esclarece que seu pedido não acarretará nenhum problema ao serviço público.

Segundo as ordens de S. M. O Imperador, mandei apresentar todos os escravos da Caza Imperial, que estavam a meo serviço pessoal, os quaes forão designados pela Comissão inspetora nomeada por V. Excia e que hontem 12 do corrente fes d’ eles escolha para seguirem para o Sul: existindo porem entre elles, um de nome Jose do Espirito Santo, a quem voto amisade e gratidão, p. sua fidelidade e bons serviços prestados tanto à Caza Imperial como à minha, e fazendo-me este rapaz mta falta, por estar habituado a pensar as fontes que tenho abertas, e a cuidar de mim qdo me acho mais doente, e desejando não abrir exemplo de seleção, recorro ao único arbitrio que se me offerece em tal cazo, pedindo permissão a V. Excia. para dar um substituto ao dito José do Espirito Santo, que não será inferior a elle por me parecer, que procedendo assim, em nada sofrerá o serviço público, e o princípio de liberdade mais se estenderá, resto ter eu de libertar um escravo p. substituir aquele que foi liberto por S. M. o Imp³³⁹.

É interessante notar que estes beneficiamentos pessoais eram quase sempre acompanhados de justificativas vagas de que o poder público não seria prejudicado ou

³³⁸ BERTIN, Enidelce. *Os meia-cara. Africanos livres em São Paulo no século XIX*. 2006. Tese (Mestrado em História) – FFLCH-USP. São Paulo, p. 188, 2006.

³³⁹ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, SDH-SDE 001 – Casa Real e Imperial Mordomia-mor, Cod 11122 – Sta Cruz, Cod 572, doc 4.

de que nisto haveria algum interesse público. O conflito de interesses é reconhecido, mas é tolerado porque é recorrente e não é efetivamente combatido. É claro que os seus adversários se manifestaram, ainda que para defender mais os interesses seus do os interesses de Estado. Carlos Engemann e outros autores destacam, em artigo, o administrador da Fazenda, o coronel Reis, comentando as transferências dos escravos desta, no qual afirma “que o conde de Rezende, quando vice-rei, deslocou escravos para seu serviço pessoal”. No mesmo sentido continua o artigo:

Os deslocamentos, em princípio pensados apenas para obras e interesses do Rei, a fim de poupar ao erário as quantias que seriam desembolsadas em jornais desses profissionais, acabaram se estendendo ao serviço privado dos vice-reis. Neste sentido, em 1802, o vice-rei D. Fernando José de Portugal, no artigo 9º de sua reflexão sobre diferentes itens da economia colonial, respondia a alguns questionamentos sobre o costume que havia, entre alguns particulares, de usarem escravos da Fazenda de Santa Cruz em seus serviços e de os cofres públicos arcarem com todas as despesas de alimentação, vestuário, transporte e cuidados. (...). Assim começava sua explicação: Depois que a Fazenda de Santa Cruz se incorporou nos próprios da Coroa, de então para cá se empregarão alguns escravos delas por exemplo seis, até oito ou dez, no serviço da casa da residência de todos os vice-reis, sendo obstante os de custo da Real Fazenda, que gastava por dia vinte e cinco reis com cada um deles, que uma quarta de farinha de dez, em dez dias, além do vestuário anual, consistia em vestido, calças e uma Camisa (Arquivo Nacional, 1802)³⁴⁰.

Também Alinnie Silvestre Moreira cita a questão do patrimonialismo na Fábrica de Pólvora da Estrela: “Sabemos que era uma prática muito antiga da fábrica o ‘hábito’ ou ‘costume’ dos seus funcionários ‘mais proeminentes’ se servirem dos escravos nacionais como seus criados domésticos, especialmente das mulheres e menores”³⁴¹.

Um Aviso do Ministério de Guerra destaca:

Sua Magestade o Imperador Determina que na Direcção da Fabrica da Polvora se observem as seguintes disposições: 1.^a, que nenhum escravo, ou escrava da nação seja distrahido dos trabalhos da dita Fabrica para ser occupado no serviço de particulares, ainda que estes pertençam á sobredita Fabrica; 2.^a, que se ponha em inteiro vigor a disposição do Aviso desta Secretaria de Estado do 1.º de Agosto de

³⁴⁰ ENGEMANN, Carlos. RODRIGUES, Cláudia. AMANTINO, Márica. Os jesuítas e a Ilustração na administração de Manuel Martins do Couto Reis da Real Fazenda de Santa Cruz (Rio de Janeiro, 1793-1804). *História Unisinos*, vol. 13, nº. 3, pp. 241-252, setembro/dezembro de 2009, pp. 246-247.

³⁴¹ MOREIRA, Alinnie Silvestre. Liberdade tutelada. *Os africanos livres e as relações de trabalho na Fábrica de Pólvora da Estrela, Serra da Estrela/RJ (c. 1831 – c. 1870)*. 2005. 256f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas). Campinas, p. 82, 2005.

1833, dirigido ao Director que então era; 3.^a, que nenhum objecto de producção, ou trabalho da mesma Fabrica, seja remettido para esta Cidade, a não serem aquelles, que segundo as ordens, estão em regra remetter-se com as competentes cautelas; 4.^a, que ninguem que vença jornal nessa Fabrica possa ahi occupar-se em fazer obras para particulares; 5.^a, que nenhum escravo da Nação possa vencer jornal por seu officio, qualquer que elle seja; 6.^a, que no principio de cada mez se remetta á mesma Secretaria de Estado uma demonstração dos obreiros empregados na mencionada Fabrica, com o detalhe das obras em que se achão occupados; assim como da distribuição dos escravos e escravas pelos differentes trabalhos desse Estabelecimento.³⁴²

Pelo Aviso fica clara a manifestação da utilização dos escravos públicos para fins privados, além da aparente contrariedade do governo central a respeito. Mas o que se observa é que a prática era mais combatida em alguns estabelecimentos do que em outros³⁴³. Este Aviso do Ministério da Guerra é muito mais incisivo na contrariedade do que os demais documentos encontrados a respeito, como nos estabelecimentos e nas repartições que cercam a Coroa, como a Mordomia-Mor e as fazendas dadas em usufruto. Verifica-se um tendente tratamento patrimonialista e menos controlado no qual a área e a influência do Imperador se faziam mais presente, possivelmente como reflexo da sua própria condução da coisa pública. Mas também, como apontado acima, ainda na Colônia, os vice-reis eram quem mais se serviam. Isto pode ser interpretado como um processo de transição para a constitucionalização das monarquias.

Também foi encontrado nos Anais da Câmara dos Deputados um debate sobre a utilização dos escravos da nação nas fazendas da nação. Em 1861, os Anais trazem a fala do Deputado Barcelos, na qual chamou atenção para o fato “da grandíssima quantidade de escravos que a nação tem, e que andão dispersos por fazendas nacionaes, que não sei quem desfructa, mas que realmente não é a nação, porque esta, em vez de tirar dellas proveito, não tem mais do que dispêndios”³⁴⁴. Exemplifica o caso do Jardim Botânico, em que diz:

Fiquei pois abysmado quando soube que alli existião cento e tantos escravos da nação! Ora, eu creio que, reduzidos estes cento e tantos escravos a dinheiro, e com o rendimento desse mesmo dinheiro pagando-se a seis ou a oito homens livres que alli trabalhem debaixo

³⁴² Aviso n.º 36, do Ministério de Guerra, de 11 de julho de 1843 (www.camara.gov.br).

³⁴³ É o caso, por exemplo, da fábrica da Estrela, que era um estabelecimento militar. “Além de ser uma instituição pública, estava ligada a interesses estratégicos militares – o que redundava em grande controle sobre as suas atividades e num enorme volume de registros sobre ela” (MOREIRA, op. cit., 2005, p.27).

³⁴⁴ Anais da Câmara dos Deputados, 14 de agosto de 1861, pp. 166-167 (disponível em: www.camara.gov.br).

de uma boa administração, teremos um serviço muito melhor do que aquelle que actualmente prestão esses escravos³⁴⁵.

Ocorre então uma preocupação e um questionamento sobre o uso abusivo do patrimônio público por um ente público externo à Administração, ainda que se possa questionar as suas motivações políticas e concluir que a sua repercussão e os seus efeitos sejam menores do que se possa imaginar.

Em outro discurso na Câmara dos Deputados, na Sessão da Câmara de 27 de junho de 1866, Tavares Bastos apresentou seu projeto com relação aos escravos da nação, acabando por comentar o caráter patrimonialista para com eles. Escreve que “os escravos não pertencem à casa imperial”, “pertencem à nação”, ou seja, “as propriedades cujo usufruto pertence á corôa, como a fazenda de Santa Cruz, contém escravos, e esses escravos são usufruidos pela casa imperial”. O usufruto da Fazenda fez sentido dentro da condição do imperador, e as vozes contrárias não chegaram a questionar efetivamente isto. Os questionamentos eram sobre até que ponto não havia abusos nesse trato com o bem público. Tavares Bastos, que foi um liberal importante já na época de ocaso do Império, não questiona eventuais abusos e ainda, engrandece o papel do Imperador na política de libertação de alguns dos escravos que possuía, mas como o próprio deputado salienta, “é facto a liberdade, mas é inexacto que Sua Magestade possua escravos”. O motivo de valorização do ato do Imperador é que “do bolsinho de Sua Magestade, à sua custa, é que se fazem as numerosas alforrias de taes escravos”, e, enquanto bem público, “são avaliados, e o preço da avaliação é pago à custa de Sua Magestade para a alforria dos escravos”³⁴⁶.

A historiografia da escravidão já destacou a Fazenda de Santa Cruz como um estabelecimento diferenciado em relação ao tratamento dos escravos, principalmente em relação à família escrava. Um dos argumentos seria a continuidade de uma administração flexível que se herdou do tempo dos jesuítas. No entanto, o argumento vai além dessa continuidade e chega ao vínculo patrimonialista, já que esse estabelecimento se diferenciava dos outros por ser de usufruto da Família Imperial. Ou seja, a proximidade do Imperador gerava benesses de cunho patrimonialista. O que interferiu diretamente na caracterização do escravo público pela importância deste estabelecimento no conjunto dos escravos públicos.

³⁴⁵ Anais da Câmara dos Deputados, 14 de agosto de 1861, pp. 166-167 (disponível em: www.camara.gov.br).

³⁴⁶ Coleção Tavares Bastos, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, p. 44-46.

A Fazenda de Santa Cruz, enquanto propriedade pública de valor significativo, com um plantel médio de 1500 escravos e de usufruto da Coroa, configura-se como espaço de destaque no patrimonialismo brasileiro no Império. Um exemplo disso é um documento do Diretor da Fábrica de Ipanema, que responde sobre a remessa de escravos fugidos da Fábrica que pertenciam à Fazenda de Santa Cruz, no qual informa que “quanto aos lugares onde estejam acoitados informa-me o 1º Feitor José Alves de Oliveira que o escravo Luis de Burbon (nº 40 na dita relação) escrevera à preta Custodia com a qual he casado, e que aqui ficára, participando-lhe achar-se na Fazenda de Santa Cruz com todos os que fugirão com elle” e prossegue que “os escravos Innocencio de Lemos (nº 44) fugido em 1836, e Benedito Teixeira (nº 43) fugido em 1837, também escreverão às pretas Florinda Gomes, e Effigenia, convidando-as a fugirem p^a a mesma Fazenda, a se reunirem a todos os parceiros fugidos do Ypanema, que lá se achavão”³⁴⁷. Esta irônica fuga de escravos da escravidão pública para a escravidão pública revela o tratamento diferenciado na Fazenda de Santa Cruz, mas também é um reflexo do paternalismo associado à postura liberal do Imperador³⁴⁸.

O *Jornal Correio Mercantil*, com relação ao decreto de liberdade para os escravos que foram servir o exército na guerra do Paraguai, ressalva o caráter público destes escravos, a benesse pessoal do Imperador, a razoabilidade da decisão e os limites do patrimonialismo:

Os escravos de S. Christovão, bem como os da fazenda de Santa Cruz formão parte dos bens da nação; não pertencião a Sua Magestade o Imperador, que não possui escravos e apenas tinha o uso-fructo dos serviços dos que se achavão naquella quinta e na fazenda. O algarismo que acima mencionamos acha-se elevado a 225, não se incluindo nesse número as escravas da fazenda de Santa Cruz que forão também emancipadas. Sua Magestade o Imperador, com a sua habitual generosidade, não só cedeu do uso-fruto dos serviços, á que tinha direito, mais ainda tomou a si o encargo de mandar fornecer tudo quanto fosse necessario para a subsistencia das escravas e seus filhos³⁴⁹.

A ocorrência de patrimonialismo com os escravos públicos é especialmente presente no interesse da Coroa. Além da Fazenda de Santa Cruz, também uma fazenda

³⁴⁷ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Diversos Códices, SDH-SDE 001, Casa Real e Imperial Mordomia-mor – Cod 1122 – St Cruz, Cod. 572, doc 10, Ofício do Dir. da Fábrica de Ipanema para o Presidente da Província de São Paulo, 16-02-1844.

³⁴⁸ Noutra parte deste estudo será abordada a questão da Fazenda Santa Cruz, enquanto patrimônio tratado sob atenção e interesse do imperador.

³⁴⁹ Coleção Tavares Bastos, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, p. 69.

no Piauí foi dada em usufruto para a irmã do imperador. Fato que também provocou questionamentos à época, possivelmente pelo evidente uso sem controle e patrimonialista. Neste caso, as denúncias foram no sentido de uma administração descuidada e privilegiadora de particulares³⁵⁰.

Carlos Eugênio L. Soares registra que a Família Imperial dispunha de dezenas de escravos domésticos a seu serviço, concentrados no Palácio de São Cristóvão, e que havia uma relação paternalista no trato com estes escravos domésticos, com destaque aos que estavam próximos dos seus senhores ao exercer suas atividades, pois gozavam de consideração e estima dos seus senhores³⁵¹.

É possível associar este paternalismo ao apontado acima: o uso patrimonialista dos escravos da nação e à visão liberalizante da Coroa. Isso é constatado também nas frequentes alforrias concedidas pelo imperador. Os limites do usufruto nem sempre foram bem delimitados e, respectivamente, respeitados. No caso das alforrias dos escravos públicos, como colocado nas referências anteriores, foi prática do Imperador Dom. Pedro II conceder liberdade gratuita a escravos da nação, porém com uma liberalidade que fugia ao controle público, considerada legítima até certos limites.

Em Decisão do Ministério da Fazenda de 1868, fica demonstrada a restrição de concessão de alforria gratuita a escravos da nação pelo Poder Executivo. Como nota-se:

As concessões de alforrias a escravos da Nação sempre hão sido onerosas, nos termos da Ordem n.º 87 de 26 de Março de 1852 e outras disposições; não tem sido feitas a título gratuito, porque equivalerão a verdadeiras doações, o que, em regra, não cabe nas atribuições do Poder Executivo, e como já foi resolvido em Aviso de 18 de Janeiro de 1860. Apenas, por exceção, e por motivos de alta ponderação, se deu liberdade gratuita a escravos da Nação para o serviço do Exército, em virtude do Decreto n.º 3725 A de 6 de Novembro de 1866³⁵².

³⁵⁰ “Em 1844, a inspeção Canindé passou ao usufruto do conde e condessa de Áquila. A condessa, dona Januária, irmã de dom Pedro II, recebera as fazendas como dote e as propriedades parassaram a ser administradas por particulares indicados pelo casal. Ao longo do domínio imperial, sucederam-se as denúncias quanto ao alto custo de manutenção, baixos rendimentos, má administração e doações das propriedades a ‘particulares que tinham envelhecido do paupérrimos no serviço do Estado’ Segundo a historiografia, a cada ano diminuíam as rendas e desapareceriam animais. O desgaste acentuou-se no fim do Império, a despeito das tentativas de reativá-las economicamente com projetos especiais de arrendamentos” (LIMA, Solimar Oliveira. *Braço Forte. Trabalho escravo nas fazendas da nação no Piauí (1822-1871)*. Passo Fundo: UFP, p. 25, 2005).

³⁵¹ SOARES, Luiz Carlos. *O Povo de Cam na capital do Brasil. A escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX*. Rio de Janeiro: FAPERJ – Editora 7 Letras, 2007, pp. 109, 2007.

³⁵² Decisão n.º 609, do Ministério da Fazenda, 1 de abril de 1868 (www.camara.gov.br).

Mas, durante o período Regencial, as alforrias eram concedidas a título gratuito, como por exemplo, o Decreto de 1837, que autorizava o Tutor de Sua Magestade Imperial a conceder alforria graciosa aos quatro escravos que carregaram o “Mesmo Augusto Senhor em cadeirinha na sua convalescença”.

O Regente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II tem sancionado e manda que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa. Art. 1.º O Tutor de Sua Magestade Imperial e Altezas fica autorizado a conceder alforria graciosa aos quatro escravos que a Sua Magestade Imperial carregarão em cadeirinha em sua convalescença; e bem assim a forrar a todo aquelle que de em dinheiro o seu valor. Art. 2.º O producto destas alforrias será empregado em Apolices da Divida Publica para usufruto do Imperador³⁵³.

Os escravos privados, ao longo da história, também procuraram mecanismos para facilitar ou interferir no processo de obtenção da liberdade, um desses foi recorrer até mesmo ao rei³⁵⁴. Mas o rei pouco interveio, somente em alguns casos raros. “A intervenção da Alta Corte de Apelos e do Imperador era uma ‘válvula de escape’ do sistema, pois uns poucos escravos agredidos ou meritórios podiam encontrar ‘justiça’ e obter a liberdade, aumentando assim o apoio popular dos escravos à família real”³⁵⁵. Os escravos recorriam ao rei porque, no fundo, ele alimentara esperanças. Então a monarquia assumiu uma atribuição que contrariava a evolução natural do Estado, especialmente nesta época, de burocratização e de impessoalidade.

As disputas acerca do estado de liberdade e acerca de alforrias deram origem a um grande número de petições à Coroa. Estes apelos inserem-se em três grandes categorias: indivíduos reduzidos a cativo ilegalmente; indivíduos cuja reivindicação legítima acerca da obtenção da sua liberdade é ignorada; e escravos cujos senhores se recusavam a conceder cartas de alforria, embora todas as exigências tivessem sido preenchidas pelos cativos. (...) Perante a total impraticabilidade de apresentar os seus casos através dos canais legais, para não falar já dos custos implicados num longo litígio,

³⁵³ Decreto nº. 30, de 11 de Agosto de 1837 (www.camara.gov.br).

³⁵⁴ RUSSELL-WOOD, A. J. R. Vassalo e Soberano: Apelos extrajudiciais de africanos e de indivíduos de origem africana na América Portuguesa. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura Portuguesa na Terra de Santa Cruz*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995. SILVA, Maria Beatriz Nizza. A luta pela alforria. SILVA, Maria Beatriz Nizza. *Brasil: colonização e escravidão*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, pp. 296 – 307, 2000. LARA, Silvia Hunold. *Campos da Violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp. 248-268, 1988.

³⁵⁵ KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 446, 2000.

muitos recorreram ao expediente extrajudicial de apelar directamente ao rei, ou ao seu representante³⁵⁶.

A identificação desta face patrimonialista na gestão dos escravos públicos em alguns aspectos aproxima-se da propriedade privada dos escravos, com um controle, em algumas hipóteses, senhorial. A sua razão é o controle incipiente e a ausência de coesão entre as divisões burocráticas. Geralmente os órgãos, como se observou em diversos documentos, posicionavam-se de formas diferentes acerca da escravidão pública.

Sobre as Fazendas do Piauí, quanto à dificuldade de equacionar o público e o privado, Solimar Oliveira Lima afirma que:

Essas idéias de diferenciação de condições de trabalho e vida entre cativo público e privado é defendida por Tanya Brandão (1999, p. 158-160), que aborda as relações sociais nas fazendas do Piauí, sem, entretanto, deixar de perceber os ‘mecanismos repressores, consequentemente violentos’, na manutenção da ordem escravista, porém, ‘quanto ao tratamento dispensado ao escravo do fisco, ocorria fato interessante que, provavelmente, implicaria em forma menos violenta’. A historiadora introduz, ainda, uma outra tese sobre o cativo público: o grau de violência dependia dos locais de realização dos serviços. Para a autora (p. 161), ‘ao ser destacado para trabalhar na residência das inspeções, o escravo estava sujeito a um tratamento mais violento. Nas fazendas, talvez, se sentissem mais livres, embora provavelmente trabalhando em serviços mais exaustivos’. É consenso, na historiografia as condições diferenciadas para os trabalhadores escravizados das fazendas nacionais. Essa perspectiva baseia-se na visão de organização administrativa pública e, sobretudo, nas convicções ideológicas sobre a formação social do Piauí³⁵⁷.

O patrimonialismo não se resume ao trato da coisa pública como privada. É mais do que isto, é a indistinção entre o público e o privado em algumas esferas. Na Fábrica de Ferro São João de Ipanema, em ofício de 1835, o diretor Major Bloem, ao comentar sobre a falta de um cirurgião, aponta que a sua escrava estava tratando dos escravos feridos³⁵⁸. A indistinção entre o público e o privado no período deixa a dúvida, neste documento, se o administrador se referia a uma escrava pública de uso pessoal e tratada como sua ou se era um bem privado. Neste sentido, uma Decisão do Ministério da Guerra proíbe o emprego de escravos privados na Fábrica de Pólvora. Desse modo, o patrimonialismo não significa apenas o uso do patrimônio público em benefício

³⁵⁶ RUSSELL-WOOD, op. cit., p. 223.

³⁵⁷ LIMA, op. cit., p. 27.

³⁵⁸ Arquivo do Estado de São Paulo, CO5214, folder 04 A.

privado, mas a confusão entre os dois; inclusive o uso de bens privados na realização de funções públicas. É o que se observa na Decisão do Ministério de Guerra, em 1833, que declara não deverem ser empregados nos trabalhos da Fábrica de Pólvora os escravos dos respectivos empregados: “Fique Vm. na intelligencia que é em toda a extensão prohibido occuparem-se em quaesquer trabalhos da Fabrica, escravos dos empregados della: renovando-se por esta occasião a recommendação de não se admittir servente algum de fora”³⁵⁹.

O liberalismo no Império diante da escravidão pública

A permanência do Estado como proprietário de escravos foi uma contradição para os discursos liberais, porque, antes de tudo, ele era escravocrata. É interessante, neste sentido, este artigo de 1870 no *Jornal Correio Nacional*:

Está descoberta a razão porque se não libertam os escravos da nação: a liberdade destes importaria a liberdade dos da casa imperial, ou então seria preciso exceptuar os ultimos expressamente. Ora, isto era escandaloso demais para o primeiro abolicionista do imperio. - Como é que o imperador prega a abolição, e é o homem que tem mais escravos no mundo? Pergunta um diplomata.- Os escravos não são delle, responde o mordomo dos negocios estrangeiros, são da nação; a familia imperial tem apenas o usufructo. - Ah! Tem o usufructo, não póde vender também era demais, v. exc. há de concordar. E se alguém disser que este usufructo é que fossem estes libertados, é claro que tambem ficavam livres os do usufructo.- Deixem-nos destas cousas, sr. Ministro; não estou preparado para a questão.- Ah! Já sei o valor das palavras officiaes no Brasil³⁶⁰.

Se é possível e necessário distinguir na visão oficial da escravidão, especialmente da escravidão pública, o Imperador, os governos e a elite, também é possível perceber que esta distinção não é muito profunda. Basta ver que só perto da libertação desses escravos ocorre uma maior discussão, a nível político, do caráter da escravidão pública. Mas a abolição foi feita e a contragosto de quem se beneficiava da escravidão, tanto que já foi dito que a escravidão garantiu e derrubou o Império. Quem principalmente contribuiu para a abolição foi o governo, seja porque parte de sua burocracia lhe era favorável, seja porque também o Imperador era. Mas,

³⁵⁹ Decisão nº. 334, do Ministério de Guerra, que em 3 de julho de 1833 (www.camara.gov.br).

³⁶⁰ Coleção Tavares Bastos, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Artigo do *Jornal Correio Nacional*, 18-02-1870.

contraditoriamente, eles mantiveram a escravidão, quando podiam dispensá-la, como no caso da escravidão pública. A respeito disso, afirma José Murilo de Carvalho:

Ao longo de todo o processo, sobretudo a partir do Segundo Reinado, a ação do governo foi consistentemente mais favorável às medidas abolicionistas do que a dos proprietários. Isto foi particularmente verdadeiro para a ação da Coroa. Os ministérios apresentavam variação, alguns sendo mais abolicionistas que outros, independentemente de partidos. Do choque ou divergência entre a Coroa e os ministérios surgiram mudanças políticas que contribuíram para a mais rápida solução do problema e também para o declínio do sistema imperial³⁶¹.

O autor também conclui que:

A burocracia era assim marcada pelo que Guerreiro Ramos chamou de dialética da ambiguidade, já percebida também por Joaquim Nabuco quando via o governo, ao mesmo tempo, como sombra da escravidão e como única força capaz de destruí-la. Essa ambiguidade marcava também a elite política e atingia o coração do próprio Estado imperial, não podendo ser entendida apenas nos limites da burocracia³⁶².

Neste cenário o escravo da nação é um elemento interessante e pouco explorado nas contradições do Império quanto à sua condição escravocrata. As manifestações e os atos referentes aos cativos públicos, por parte dos administradores de estabelecimentos, dos ministros e do Imperador, acabaram por reconhecer alguma distinção a estes, ora por serem escravos da nação, ora por serem escravos. O Império procurava extinguir a escravidão, ainda que gradualmente, mas durante boa parte da existência de escravos da nação esta postura era superficial e o que foi feito foi insignificante. O debate político e a manifestação explícita do governo sobre a existência de escravos públicos como uma contradição em sua postura mais liberal e abolicionista só ocorreram nas duas últimas décadas que antecederam a abolição.

Antes disso, já tinha ocorrido no Império, por parte do Imperador, uma grande quantidade de alforrias de escravos públicos, mais por sua conveniência, liberalidade ou generosidade do que por outra razão. Ou lhe faltavam condições para ir além ou lhe interessava ser generoso e paternalista. Neste sentido, em artigo de 16 de novembro de 1866, o *Correio Mercantil* critica a benevolência do Imperador restrita apenas à Fazenda de Santa Cruz, ignorando as demais.

³⁶¹ CARVALHO, op. cit., p. 321.

³⁶² CARVALHO, op. cit., p. 166.

A medida adoptada em relação a Santa Cruz não pode nem deve limitar-se a esse ponto; cumpre que se estenda ás outras fazendas da nação. Não pode porque fôra menos justo attender só a sorte dos escravos de Santa Cruz e deixar no captiveiro outros, que estão em iguaes condições, nas fazendas do Piahy, Maranhão, Pará e outras provincias. Não deve porque importaria isso perder a melhor oportunidade para dar um passo importante no caminho da nossa regeneração social. A expressão – escravos da nação – não póde mais figurar nos nossos relatórios e documentos officiaes.³⁶³

O que não observa o jornal é que essa libertação tratava-se de libertação para a Guerra do Paraguai.

Também entre as questões que permearam o Império na sua visão sobre a escravidão pública, antes do debate emancipacionista, estava a preocupação com a moralidade dos escravos, com a sua indisciplina e com o patrimonialismo. Em documentos diversos, seja de administradores, seja em publicações de jornal, há referências sobre a maior necessidade de controle de moralidade sobre os escravos públicos por serem públicos. São referências ao comportamento sexual das escravas, à exposição de partes íntimas e à necessidade de cobri-las. Da mesma forma a preocupação dos administradores em desfazer-se de escravos problemáticos por razão de indisciplina, que era mais pela dificuldade do controle, envolta de alguma burocracia, do que por algum senso de humanismo, como foi constatado para os jesuítas. Aparentemente, quanto ao patrimonialismo, no Império restringiu-se o uso do patrimônio público que, na Colônia, poderia-se usar também para fins privados. Na visão oficial, enquanto, ao tempo da Colônia, a indistinção entre o público e o privado era aceita mais facilmente, como identificado nos documentos sobre os escravos públicos que serviam aos vice-reis; ao tempo do Império, reconhece-se a impropriedade desta indistinção, influenciada pelo discurso liberal adotado, mas em contradição com as práticas, como o usufruto gracioso da Fazenda de Santa Cruz e de seus escravos.

No Império, destaca-se também a libertação dos escravos públicos que foram para a Guerra do Paraguai, uma decisão mais político-militar do que emancipacionista, e a abolição dos escravos públicos junto com a Lei do Ventre Livre. Porém, ainda que livres, eles permaneceram sob custódia em regime similar de escravidão por mais cinco anos.

³⁶³ Coleção Tavares Bastos, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, p. 70.

A libertação de escravos para a guerra ganhou destaque na imprensa e no debate da elite. Há que se considerar que este fato tenha ocorrido no ocaso da escravidão pública. O regime já a segurava com dificuldades e estas liberdades ocorreram mais como consequência do que como causa do conflito. Foram alforrias dadas não somente aos escravos da nação, mas também aos escravos privados que prestaram serviço na guerra. Neste episódio, os escravos da nação foram inseridos no debate da escravidão em geral com mais ênfase, não por serem escravos da nação em si, e sim por serem escravos e terem prestado serviços muito relevantes. Porém, esta não foi a primeira vez que o Império libertou escravos por servirem em guerra. Já em 1823, na luta pela independência na Bahia, havia ocorrido a libertação daqueles que formaram fileiras³⁶⁴. Portanto, a postura do Estado no ocaso da escravidão foi coerente, tendo em vista que já se portara assim anteriormente.

Desse modo, o episódio que identifica os escravos da nação com as decisões do Estado e que, de alguma forma, distingue-os dos demais, pelo tratamento que lhes foi deferido, foi a Lei que alforriou todos os escravos da nação. A Lei n. 2040, de 28 de Setembro de 1871, conhecida como Lei do Ventre Livre, declarou de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data da Lei, e libertos todos os escravos da nação e outros³⁶⁵. Esta Lei, conhecida na sua importância pela libertação dos filhos dos escravos e considerada uma das medidas cruciais para a abolição³⁶⁶, juntamente com a proibição do tráfico e com a própria Lei Áurea, traz também a liberdade dos escravos da nação, mas sob a condição de ficarem por mais cinco sob o jugo do Estado. Os documentos revelam que estes cinco anos foram mais cinco anos de escravidão, exatamente num dos momentos mais críticos da escravidão.

Tratando do problema sob outra perspectiva, sob a perspectiva da dúvida sob o verdadeiro comprometimento do governo com a abolição, pode-se chegar a conclusões mais razoáveis. Para tanto, basta recorrer ao discurso de Tavares Bastos para justificar o seu projeto de alforria dos escravos da nação, no qual ele recorre às palavras do Ministro da Guerra da época, o Senhor Ferraz, que em sessão de 15 de maio de 1864

³⁶⁴ A postura de libertar escravos em função de serviços prestados à nação não era tema novo, pois já em 1823, o decreto nº. 113 do Ministério do Império, de 30 de julho manda libertar os escravos que serviram nas fileiras do exército brasileiro contra as tropas portuguesas, na luta da Independência, na Província da Bahia. No entanto, no caso referia-se a escravos privados (www.camara.gov.br).

³⁶⁵ www.camara.gov.br.

³⁶⁶ “A lei tivera, no entanto, o sentido inequívoco de tornar indiscutível o fim próximo da escravidão e de mostrar aos escravistas que não teriam a Coroa a seu lado. A abolição final seria questão de tempo e a tática dos donos foi daí em diante ganhar o mais possível de tempo e evitar a intervenção do governo, considerada desmoralizadora de sua autoridade” (CARVALHO, op. cit., p. 318).

disse: “- Por que o pior senhor de escravos é o Estado, visto que só póde forrá-los mediante indemnização do seu valor, e não póde dar liberdade ao escravo que prestar um serviço á humanidade, ou áquelle que se distinguir por qualquer modo.” Mas até que ponto as palavras do Ministro tem coerência, visto que, como bem indicou Tavares Bastos, existiam possibilidades de esses escravos, sendo do usufruto da Coroa, receberem a alforria por D. Pedro II. Também do Ministro da Fazenda se ouviu este discurso:

A este respeito, consultado pelo Ministerio da Fazenda, declarei não objectar a menor duvida a qualquer concessão de liberdade a escravos ao serviço do Ministerio da Guerra; e já sete obtiverão liberdade, mediante indemnização do seu valor, pendendo de decisão diversos requerimentos de outros³⁶⁷.

Uma importante questão que se retira deste debate, como uma das contradições reveladas também com a escravidão pública, é o discurso uniforme dos ministros e do governo³⁶⁸, juntamente com o do Imperador; eles defendiam o avanço da abolição e ao mesmo tempo mantinham escravos públicos. De um lado os ministros afirmavam que estes escravos possuíam uma condição especial e só poderiam ser libertos mediante uma indenização. De outro a Mordomia-Mor afirmava, convenientemente, que o Imperador não dispunha de recursos para fazer esta indenização. Assim, o monarca era abolicionista, mas não tinha recursos para libertar os escravos de que fazia uso, porém o fez em número considerável, quando o achou conveniente, e a liberdade, que era objeto central do debate, tornou-se menos importante. Pode-se concluir muito mais facilmente que não era conveniente ao Estado dar liberdade a estes escravos porque deles se servia como verdadeiro senhor. Porém, tendo em vista a posição liberal do Estado e do Imperador noutras questões, como na organização do sistema de governo, além de sua imagem perante a Europa não permitir esta condição de senhor, para manter os dois fez-se, então, de senhor de escravos que não queria ser senhor de escravos. Reforça-se,

³⁶⁷ Coleção Tavares Bastos, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

³⁶⁸ “A complexidade da composição partidária imperial pode ser verificada também no que diz respeito a reformas sociais, sobretudo ao problema da escravidão. Muitos defensores de um governo central forte eram também defensores de reformas sociais, o melhor exemplo sendo o de José Bonifácio. Em geral, dentro do Partido Conservador, o elemento burocrático, sobretudo os magistrados, tendiam a favorecer a centralização e as reformas sociais. Homens como Uruguai, Euzébio, Pimenta Bueno, Nabuco de Araújo (em sua fase conservadora) são exemplos desta tendência. Todos estes eram magistrados, a maioria tinha ligações com proprietários rurais, mas todos favoreciam, de um modo ou de outro, o fim da escravidão e contribuíam efetivamente para a aprovação de medidas antiescravistas” (CARVALHO, op. cit., p. 222).

assim, a visão de que a escravidão pública não era consenso no Império, bem como as decisões de ministérios de proibição de escravos em obras públicas³⁶⁹.

Enfim, o crescimento do Estado no Império produziu uma burocracia nascente, ainda que patrimonialista, que estava dividida entre as benesses do poder público e o mínimo de legalidade exigida pela Coroa, ao mesmo tempo em que as pressões internacionais e de segmentos sociais liberais e abolicionistas tentavam gerar leis mais favoráveis para os escravos públicos.

³⁶⁹ São decisões do Ministério da Guerra de 1831, do Ministério do Império de 1836 e do Ministério da Agricultura de 1866.

III – Características e vivências dos escravos em estabelecimentos públicos

7 – A estrutura ocupacional entre os escravos da nação

A impressão imediata sobre o ambiente ocupacional dos escravos no Brasil é de limitação na variedade de alternativas profissionais por conta da concentração da atividade econômica em poucos ítems de riqueza, especialmente em monoculturas agrícolas. Porém, a historiografia já demonstrou que, principalmente, em fins da Colônia e no Império, concomitante ao latifúndio e à monocultura, apareceram outras atividades econômicas. Com o desenvolvimento dessas atividades ocorreu o incremento de uma variedade significativa de funções laborais, especialmente na cidade, mas também no campo, para dar conta das necessidades cotidianas que não eram supridas suficientemente por nenhum centro manufatureiro. Ou seja, havia um ambiente econômico-profissional, principalmente artesanal, de sapateiros, de ferreiros, de pedreiros, de carpinteiros, etc., e mesmo no campo as fazendas possuíam aqueles que supriam localmente estas necessidades. Na sociedade escravocrata, ficou-se demonstrado que esta mão de obra teve participação importante. É o que confirma Mary Karasch para o período do Império, no Rio de Janeiro:

Em geral, os escravos cariocas eram forçados a labutar na agricultura e em atividades de subsistência, transporte, manufatura, pedreiras, obras públicas, vendas e serviços e administração. A maioria deles, evidentemente, era empregada em atividades braçais, desprezadas pelos seus senhores. Em cada setor da economia, as ocupações braçais sem especialização ou semi-especializadas eram exercidas pela maioria. Mas a variedade de ocupações braçais especializadas abertas então aos escravos é peculiar ao período, e uma minoria deles ocupava posições de responsabilidade em artes e ofícios, ao mesmo tempo em que alguns exerciam cargos de supervisores, capatazes e feitores³⁷⁰.

O estudo da caracterização da escravidão conferiu aos escravos públicos uma condição diferenciada quando se toma as atividades por eles exercidas, porém, é preciso apontar as referências da historiografia, no que se refere à escravidão privada, para o que se entende por profissionalização e por remuneração de escravos no Brasil,

³⁷⁰ KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 259, 2000.

especialmente no período em análise, de fins do século XVIII até meados do século XIX.

Já se constatou, para a escravidão privada, que os escravos estavam inseridos em atividades produtivas diversificadas, especialmente em áreas urbanas, mas também no campo³⁷¹. Os homens, as mulheres, as crianças e os idosos, todos os escravos eram utilizados em variadas atividades. Apesar da concentração da riqueza nas atividades propensas à monocultura agrícola, a quase autosuficiência das fazendas demandava mão de obra para estruturar e para suportar esta condição. Parte dos escravos foi ocupando funções secundárias de marcenaria, de ferragem, de alvenaria, de costura, etc., além dos escravos que exerciam funções domésticas. Esse perfil pode ser notado na estrutura do engenho que engloba não só o setor agrícola, mas também fabril. Nesse sistema produtivo, especialmente de engenhos de grande porte, os escravos não só desempenharam ocupações ligadas ao trato da lavoura canavieira, como também funções especializadas, ligadas ao fabrico do açúcar, como, por exemplo, caldeiros e purgadores. Também havia escravos responsáveis pelo transporte, como os barqueiros, canoeiros e carreiros; envolvidos com a manutenção, como carpinteiros; e ocupações de supervisão e de atividades domésticas³⁷².

O trabalho no café, outro produto de exportação do Brasil, exigiu grande número de escravos empregados não somente ao processo de colheita e ao beneficiamento do café, mas também a outras atividades, nas quais os escravos estavam envolvidos, “como arrumadeiras e copeiras, moços de estrebaria e cozinheiras, e pajens dos homens livres, de suas mulheres e filhos”. O escravo também: “‘construiu as casas; fez os tijolos, cerros tábuas, canalizou a água etc.; as estradas e a maior parte da maquinaria do engenho’, ‘criou o gado, os porcos e outros animais necessários a fazenda’”³⁷³.

³⁷¹ Para os escravos de áreas urbanas tem-se os trabalhos: KARASCH, op. cit.. MATTOSSO, Kátia. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982. DIAS, Maria O dila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo*. São Paulo: Brasiliense, 1984. ALGRANTI, Leila. *O feitor ausente: estudos sobre escravidão urbana no Rio de Janeiro: 1808-1822*. Petrópolis: Vozes, 1988. SOARES, Luiz Carlos. “O Povo de Cam” na Capital do Brasil: *A Escravidão Urbana no Rio de Janeiro do Século XIX*. Rio de Janeiro: Faperj/Letras, 2007. Para os escravos de áreas rurais é interessante o trabalho de SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1830*. São Paulo: Cia das Letras, 1988. FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988. STEIN, Stanley J. *Grandeza e Decadência do Café no Vale do Paraíba*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961. Para os escravos na pecuária: GUTIÉRREZ, Horacio. Fazendas de gado no Paraná escravista. *Revista Topoi*. Rio de Janeiro, v. 9, n. 9, p. 102-127, 2004. Para os escravos nas minas ver: LIBBY, Douglas Cole. *Trabalho Escravo e Capital Estrangeiro no Brasil. O Caso de Morro Velho*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984. LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e Trabalho em uma Economia Escravista no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

³⁷² SCHWARTZ, op. cit., 1988. FERLINI, op. cit., 1988.

³⁷³ STEIN, op. cit., p. 198.

Além das atividades associadas à estrutura agroexportadora, outras atividades voltadas à subsistência e ao mercado interno também empregaram escravos. Na atividade pastoril desenvolvida no interior do Brasil o trabalho escravo estava presente na criação, na invernagem e no tropeirismo. Outras atividades também desenvolveram-se em função da pecuária, como as charqueadas, o transporte, o abate e o comércio do gado. Horacio Gutiérrez salienta que:

Constaram alguns executando as funções de capataz ou condutor de tropas. Saint-Hilaire pôde observar escravos que participavam de marcação de gado, doma de potros chucros, castração de novilhos e fornecimento de sal aos rebanhos que ocorria a cada dois ou quatro meses³⁷⁴.

Não só o mundo rural era o espaço de trabalho dos escravos, as atividades fabris, urbanas e em pequenas oficinas também absorveram essa mão de obra. Pode-se dizer que nesse espaço a especialização se alargava ao grande leque de ocupações que englobava. Mary Karasch relaciona para o Rio de Janeiro uma variedade de funções dos escravos: carregadores, transporte de pessoas, estivadores, almocreves, jardineiros, barbeiros, padeiros, marinheiros, remadores, operários fabris, trabalhadores em pedreiras, acendedores de lampião, varredores de rua, profissionais especializados como sapateiros, pedreiros, carpinteiros, serviços domésticos, ferreiros, ourives, alfaiates, costureiras, parteiras, curandeiros, enfermeiras (aprendiz, meio-oficial, oficial e mestre), músicos, pintores, escultores, vendedores ambulantes, criados, amas de leite, cocheiros, lavadeiras, supervisores³⁷⁵.

Para as atividades nas minas, analisando a Mina de Morro Velho durante os anos de 1850-1885, Douglas Cole Libby destaca a complexidade da participação do trabalho escravo e aponta também a diversidade de funções que eles exerciam neste estabelecimento. Os escravos estavam no trabalho do setor subterrâneo da Mina: na seção de abertura de galerias, como broqueiros (um número reduzido), selecionadores, foguistas, carregadores de broca; na seção do transporte do minério, como carregadeiros, caçambeiros, pesadores, maquinistas, plateau-praça; na seção de segurança, como escoradores, perfuradores, pedreiros e abrigo segurança (estocagem de equipamentos de segurança e manutenção de áreas de abrigo em emergência). Outras

³⁷⁴ GUTIÉRREZ, op. cit., p. 116.

³⁷⁵ KARASCH, op. cit., pp. 259-291.

funções também envolviam o trabalho escravo, como ferreiros e seus assistentes, exploradores, zeladores de ferramentas, na manutenção de regos e feitores. Assim,

(...) com a exceção dos cargos de alta administração – domínio exclusivo dos europeus – escravo foi empregado em todas as atividades da Mina, demonstrando não só a versatilidade do trabalho escravo, mas também sua importância como base de um esquema de distribuição racional da força de trabalho³⁷⁶.

Também na Mina de Gongo Soco, segundo o autor, os escravos estavam engajados em atividades de apoio na superfície, como ferreiros, serradores, carpinteiros, cozinheiros, tocadores de cavalo, carvoeiros e lavadeiras; em serviços subterrâneos, como mineiros, estivadores, transporte de minério; e no serviço de redução ou refinamento do minério bruto, como lavadoras d'ouro e canoieiros³⁷⁷.

Essa diversificação observada no ambiente privado não foge do perfil presente no ambiente público. A diversificação já pode ser notada ao apresentar os vários estabelecimentos públicos nos quais os escravos da nação se inseriam, incluindo desde estabelecimentos agrícolas aos vinculados às atividades fabris, além dos órgãos militares e administrativos. Cabe aqui analisar os escravos da nação em relação às questões do trabalho especialmente em dois estabelecimentos, a Fazenda de Santa Cruz e a Fábrica de Ferro de Ipanema.

Profissionalização: o caso da Fazenda de Santa Cruz

A Fazenda de Santa Cruz é importante principalmente por conta de seu tamanho e da diversidade de atividades que ali se encontrava. O modelo de administração da fazenda também vai distinguir o trabalho escravo e o seu nível de profissionalização. O organograma abaixo, assim como o quadro de atividades, aponta esta diversidade.

³⁷⁶ LIBBY, op. cit., p. 112, 1984.

³⁷⁷ LIBBY, op. cit., pp. 301-302, 1988.

Organograma 1 - Organograma da Fazenda de Santa Cruz, 1817 e 1822

Fonte: FREITAS, Benedicto. *Santa Cruz: fazenda jesuítica, real, imperial*. Rio de Janeiro: Ed. do autor, vol. III, pp. 81-95, 110-118, 1987. Obs.: Não há indicação explícita se os trabalhadores são escravos ou livres, mas é possível que são escravos.

Quadro 3 – Relação das ocupações dos escravos por vários anos na Fazenda de Santa Cruz

Nos serviços do Paço	Músicos
Nas enfermarias	Feitores
Nos armazéns	Sacristães
Destacados nas Quintas e Paços e outras repartições da Casa Imperial	Carpinteiros
No fabrico do chá com os Chinas	Falqueijadores
Fazendo cestos	Serradores
Nos teares	Pedreiros
Esquadras ambulantes (trabalhar nos arrozais, descarregar material, conduzir manteiga e correspondência)	Tanoeiros
Esquadras fixas (serviços do campo, obras nas taipas (diques), impeza e desobstrução dos rios e valas e grande lavoura)	Ferreiros
Esquadra dos mínimos (totalmente de crianças empregadas na limpeza dos campos, no plantio de sementes, limpeza das ruas e ajudando nos setores industriais, por exemplo, na olaria)	Serralheiros
Nas porteiras	Lombilheiros
Na cozinha	Cutidores
Fazendo carvão	Oleiros
Serviços do campo (campeiro, abegões)	Carreiros
Com a zôrra puxando pedras	Candieiros
Na coudelaria	Cavoqueiros
Na ronda	Na oficina de costura
Na granja	Na limpeza das ruas da fazenda
Amas de cegos e crianças	Na Fábrica de farinha
Tambor	Na Horta
No arado	Na lavoura geral (amoreira, cana de açúcar, mamona, feijão, arroz, milho)
Na limpa do feijão no Morro do Ar	Aberturas de valas e canais
Na Caeira de Sepetiba	Turma dos inválidos (vigias de porteiras e cancelas, nos arrozais e milharal afugentando as aves, descaroçando algodão ou nas hortas)

Fonte: FREITAS, Benedicto. *Santa Cruz: fazenda jesuítica, real, imperial*. Vice Reino e Reinado (1760-1821). Rio de Janeiro: Ed. do autor, vol. II, pp. 252-254, 1986.

A fazenda possuía uma complexa estrutura de produção. Além das atividades propriamente agrícolas, possuía também oficinas manufatureiras. Graças ao grande plantel de escravos e à possibilidade de administrar e orientar as atividades da fazenda com grande liberdade, era comum os administradores inovarem a produção e construírem oficinas com novas demandas de mão de obra. O exemplo mais contundente era a existência de escravos músicos numa fazenda. No Organograma 1, de documentação de 1817 e 1822, estes músicos não foram indicados, mas eles foram encontrados para outros períodos. O organograma apenas ilustra uma composição básica para a fazenda, identifica uma hierarquia e onde principalmente se encontravam os escravos.

O Quadro 3 aponta um rol de funções exercidas pelos escravos segundo a coleta de Benedicto Freitas para um grande período, mas não implica numa lista exaustiva. A cada mudança de administrador havia mudança de atividades executadas na fazenda e, conseqüentemente, mudança de destinação dos escravos. Isto revela uma peculiaridade dos escravos da nação na Fazenda de Santa Cruz, a sua mobilidade funcional, de acordo com a grande variedade de funções que a fazenda possuía e de acordo com as opções dos administradores, que eram substituídos regularmente. O fato de a fazenda destinar-se a, pelo menos, três orientações predominantes – as atividades agrícolas próprias de fazenda, um suporte de mão de obra para obras públicas e um suporte de mão de obra para as variadas demandas do Paço – fazia do estabelecimento um local único de diversidade de funções e contato entre elas. É possível afirmar que no período poucos estabelecimentos públicos possuíam esta condição.

Analisando as mulheres observou-se que ela desempenharam, principalmente, atividades gerais. Em relação de 1815, por exemplo, do total de 360 mulheres, aproximadamente metade aparecem como “a dispor diariamente”, ou seja, exercendo atividades complementares na fazenda; 14% aparecem “nos caminhos”, 9,7% aparecem na oficina de teares e depois, em torno de 0,3% a 3,1%, aparecem mulheres no fabrico da manteiga, na olaria, no armazém, com os empregados, no Paço, enfermeiras, parteiras, amas de cegos, damas de crianças, na horta, colhendo mamona, as paridas e por parir³⁷⁸. Em 1856, outra relação indica que do total de 267 mulheres, 40,8% estavam na limpa da mandioca, 23,2% eram feitoras, 10,5% estavam no cercadinho e 8,2% trabalhavam na olaria, seguem-se outras atividades indicadas com percentual

³⁷⁸ Arquivo Nacional, Fundo Diversas Caixas, SDH-SDE 002 Fazenda de Santa Cruz, caixa 507, pac. 2, Relação dos escravos 11-12-1815.

reduzido, como servente, na horta, na escola de música, no serviço do hospital e como guardas em diferentes postos³⁷⁹. Assim, não se pode dizer que as mulheres na Fazenda de Santa Cruz exerciam atividades especializadas, visto que sua grande maioria executava atividades diversificadas, conforme a necessidade do estabelecimento.

A tabela 12, como síntese, demonstra os setores profissionais em que estavam distribuídos os escravos da nação da Fazenda de Santa Cruz. Pode-se observar que durante o período de 1815 a 1856 os escravos concentravam-se nos serviços não especializados. Tal concentração foi constante, exceto para o ano de 1856, em que a maioria dos escravos dedicavam-se à agricultura. No entanto, há de se destacar o percentual de escravos especializados na Fazenda de Santa Cruz, envolvidos com atividades industriais e artesanais e outros serviços especializados.

A origem jesuítica da Fazenda de Santa Cruz serviu como baliza para a sucessão pública quando tomamos aspectos da vida dos escravos nela envolvidos. A coroa, após o confisco, deu seguimento a muitas práticas dos antigos proprietários, inclusive no trato da mão de obra e seu processo de profissionalização e de remuneração. A Fazenda sob as mãos dos jesuítas esteve voltada à lavoura, praticando-se “a clássica policultura das grandes fazendas jesuíticas: mandioca, arroz, feijão, algodão, etc”, e à criação de gado, principalmente vacum, mas também gado cavalар, ovinos, caprinos, suínos, além de aves. Mas, em virtude das condições geográficas e climáticas da região, que dificultavam o desenvolvimento dessas atividades, foram necessárias obras, tais como canais de escoamento e de irrigação, paredões, comportas, diques e pontes. Tanto para a lavoura e pecuária, quanto para essas obras, os jesuítas dispunham de mão de obra escrava. “Esses escravos, conforme suas aptidões, recebiam treinamentos especializados nas oficinas da própria fazenda (pedreiros, torneiros, cavouqueiros)”³⁸⁰. Conforme Carlos Engemann, na época da administração jesuítica:

As várias oficinas estabelecidas na fazenda parecem ter dado uma larga autonomia a esta comunidade. Ali se fazia de quase tudo. Havia desde tecelagem, carpintaria, ferraria, olaria, fábricas de cal e farinha, engenhocas de aguardente e açúcar, até um pequeno estaleiro e, segundo alguns, uma oficina de prata lavrada³⁸¹.

³⁷⁹ Arquivo Nacional, Fundo Fazenda Nacional de Santa Cruz, Códices 1122, Relação dos Trabalhos distribuídos aos escravos, vol. 4, 1856.

³⁸⁰ VIANA, Sônia Bayão Rodrigues. A Fazenda de Santa Cruz e a Crise Colonial (1790-1815). *Revista de História*. São Paulo, vol. XLIX, nº. 99, p. 67, 1974.

³⁸¹ ENGEMANN, C. *De Laços e de Nós: constituição e dinâmica de comunidades escravas em grandes plantéis do sudeste brasileiro do Oitocentos*. 2006. 215f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, pp. 77-78, 2006.

Tabela 12 – Número de escravos da nação da Fazenda de Santa Cruz segundo setores profissionais, em anos do período de 1815 a 1856

Setores	1815	%	1817	%	1849	%	1856	%
Atividades industriais e artesanais	159	25,6	64	7,5	205	15,2	109	24,5
Transportes	25	4,0	-	-	19	1,4	10	2,3
Agricultura	57	9,2	109	12,7	34	2,5	179	40,3
Serviços especializados	14	2,2	15	1,7	46	3,4	62	14,0
Serviços não especializados	316	50,8	455	53,0	650	48,0	84	18,9
s.i.	51	8,2	216	25,1	399	29,5	-	-
Total	622	100,0	859	100,0	1353	100,0	444	100,0

Fonte: Para o ano de 1815 utilizou-se a fonte: Arquivo Nacional, Fundo Diversas Caixas, SDH-SDE 002 Fazenda de Santa Cruz, caixa 507, pac. 2, Relação dos escravos 11-12-1815. Para o ano de 1817: Arquivo Nacional, Fundo Casa Real e Mordomia-mor-SDE-027, cax. 2, pac. 2, doc. 42, Receita e Despesa da Fazenda de Santa Cruz em 1817. Para o ano de 1849, os dados encontram-se em: ENGEMANN, p. 135, 2002. Para o ano de 1856, os dados encontram-se em: Arquivo Nacional, Códices 1122, Fundo Fazenda Nacional de Santa Cruz, Relação dos Trabalhos distribuídos aos escravos, vol. 4, 1856.

Obs.: Para atividades industriais incluiu-se: carpinteiro, aprendizes, torneiro, pedreiro, oleiro, ferreiro, tocador de foles, sapateiro, mantigueiro, cutidores, tecelões, carvoeiros, serradores, falquejadores, covoqueiros, cesteiros, esteiros, tanoeiros, lombilheiros. Atividades de transportes estão os carreiros e candeeiros. Na agricultura incluem-se os campeiros, carroceiro, hortelões, na limpeza de mandioca, na lavoura de Portugal, na Cultura do chá. Os escravos prestando serviço especializado incluem-se as parteiras, músicos, no hospital, o cirurgião, os barbeiros, os enfermeiros e os cozinheiros, os escravos na cavalherice e cozinheiros. Nos serviços não especializados estão as amas de cegos e crianças, guardas, sacristães, feitores, serventes, escravos no armazém, nos caminhos, a dispor diariamente, na esquadra ambulante e no cercadinho. E no setor sem informação estão os escravos que podiam ou não ter especialização, como os com licenças, com empregados, no paço, nas quintas, nas feitorias (Feitorias da Serra, do Bom Jardim e do Peripery), nas obras do paço, escravas paridas e a parir. O total dos anos 1817, 1849 foram excluídos presos, fugidos, doentes e inúteis por doença e por idade; já o total do ano de 1856, foram excluídos os menores. s.i. significa sem informação.

A questão da profissionalização, especificamente para a Fazenda de Santa Cruz e as demais propriedades dos jesuítas, merece um destaque por conta da eficiência administrativa deles. O sucesso do empreendimento da Ordem não teria outro caminho senão qualificar escravos para as demandas que assumiram. Se os jesuítas se preocuparam com a produção e o seu controle, tiveram antes que resolver o problema da mão de obra, que não significa somente definir qual, mas como utilizá-la. Benedicto Freitas constata que desde a infância havia filhos dos escravos que eram encaminhados para atividades mais especializadas:

Quanto aos filhos, chegados a idade apropriada eram encaminhados às oficinas. Os mais inteligentes, aplicados em aprendizagem de maior habilidade: ourivesaria, reparação de maquinário, decoração, pintura, santeiros e outros ofícios delicados, que promoveram o engrandecimento material e artístico da Fazenda. Às meninas reservavam funções compatíveis com suas aptidões: geralmente fiavam o grosso tecido para o vestuário do pessoal, incluídos os idosos, enfermos e gestantes³⁸².

A historiografia constatou que os jesuítas trouxeram vários irmãos com especialidades em ofícios manufatureiros para os seus estabelecimentos no Brasil. Não é difícil de concluir que não somente na Fazenda de Santa Cruz, mas também nos demais estabelecimentos, que eram administrados num padrão comum e com as mesmas finalidades, a mão de obra escrava recebeu a instrução profissional para diversos ofícios. “No Brasil, entretanto, a raridade de artesãos fez que os padres trouxessem irmãos oficiais para praticarem aqui suas especialidade como, também, e principalmente, para ensinarem seus misteres a escravos e a homens livres, fossem negros, mestiços ou índios”³⁸³.

Assim, a diversidade das atividades produtivas na Fazenda de Santa Cruz remonta-se à administração da Companhia de Jesus e esta se manteve nas mãos do Estado. Era interessante ao Estado dispor do trabalho especializado dos cativos, visto que tanto em fins da Colônia, quanto no período Imperial a escassez de mão de obra fora uma constante. Porém, no período imediatamente posterior ao confisco, por conta da dificuldade da Coroa em se adaptar à administração típica dos jesuítas, estudos apontam uma quebra de qualidade e de organização, com consequências na condição da mão de obra. Em artigo relativo à administração de Manuel Martins de Couto Reis na Fazenda de Santa Cruz, entre 1793 a 1804, observou-se que a profissionalização presente na época dos jesuítas se havia reduzido no período imediatamente posterior de administração pública, recuperando-se com Couto Reis:

(...) pelo inventário de 1791, onde, afora os músicos, só houve a menção ao jovem Filipe Cordeiro, de 13 anos, assinalado como sapateiro, sendo todos os demais profissionais maiores de 20 anos (Arquivo Nacional, 1791). Em tese, sem o incremento de novo aprendizes – os jovens ‘rapazes escravos, mais jeitosos, e de provada habilidade’ (Arquivo Nacional, 1791) – o número de escravos

³⁸² FREITAS, Benedicto. *Santa Cruz, fazenda jesuítica, real e imperial*. Rio de Janeiro: Ed. do autor, vol. I, p. 178, 1985.

³⁸³ CUNHA, Luiz Antônio. *O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: FLACSO, p. 32, 2005.

especializados tendia a cair, a menos que uma nova política administrativa resgatasse esse expediente. Essa política parece ter ocorrido em 1817, após os anos da administração de Couto Reis, já que aparecem no inventário pelo menos 27 aprendizes; isto é, jovens que são reconhecidamente associados ao aprendizado de um ofício específico (...) ³⁸⁴.

No entanto, em 1793, em informações sobre o trabalho na obra do engenho em Santa Cruz, destacou-se do total de 238 cativos, em torno de 50% eram especializados e 8% eram aprendizes de carpinteiros, de torneiros, de pedreiros e de ferreiros ³⁸⁵. Também se observou que para o período anterior, 1770, a Casa do Trem já recebia escravos de Santa Cruz. Na Casa do Trem estabelecida durante a década de 1760, havia no estabelecimento carpinteiros, tanoeiros, torneiros, ferreiros, coronheiros, armeiros e espingardeiros.

Marquês do Lavradio, diante de problemas de excesso de custo na produção da Casa, resolveu fazer mudanças em sua organização: 'Estabeleci logo uma serralheria e outra casa para trabalharem os Coronheiros, e mandando vir de algumas fazendas dos proscriptos jezuitas, alguns escravos que hoje são de sua Magestade que trabalham muito bem nestes Officios, e que trouxessem também alguns rapazes para servirem de aprendizes, com esta nova fabrica que estabeleci mandei trabalhar com toda a força, de forma que os dous Regimentos de Infantaria já se acham providos (...) ³⁸⁶.

O vice-rei, Marquês de Lavradio, ao receber uma Carta Régia de 28 de agosto de 1770, que ordenava a venda de todos os bens confiscados da Companhia de Jesus, discordou da venda, argumentando que essas fazendas, principalmente a Fazenda de Santa Cruz, abasteciam com escravos outros estabelecimentos, como a Fábrica da Casa das Armas e Trem de Artilharia (Arsenal de Guerra). Assim não era conveniente a venda, pois esses estabelecimentos tinham dificuldades com relação a essa mão de obra cativa. Não só argumentou como excluiu a Fazenda de Santa Cruz da ordem real de avaliação e arrematação pública da Fazenda e das demais existentes ³⁸⁷.

³⁸⁴ ENGEMANN, Carlos. RODRIGUES, Cláudia. AMANTINO, Márica. Os jesuítas e a Ilustração na administração de Manuel Martins do Couto Reis da Real Fazenda de Santa Cruz (Rio de Janeiro, 1793-1804). *História Unisinos*, vol. 13, nº. 3, pp. 241-252, setembro/dezembro de 2009, p. 247.

³⁸⁵ Arquivo Nacional, Fundo Diversas Caixas, SDE 002, Fazenda de Santa Cruz, caixa 507, pac.6, p. 75, Estado em que se acha a obra do Engenho, 02-08-1793.

³⁸⁶ LIMA, Carlos A. M. *Artífices do Rio de Janeiro (1790-1808)*. Rio de Janeiro: Ateliê. p. 105, 2007.

³⁸⁷ FREITAS, Benedicto. *Santa Cruz, fazenda jesuítica, real e imperial*. Rio de Janeiro: Ed. do autor, vol. II, pp. 14-15, 1986. LIMA, op. cit., p. 105.

Dessa forma, a ausência de escravos especializados na Fazenda de Santa Cruz, observado no inventário de 1791, pode ser em virtude dos deslocamentos e das transferências dessa mão de obra especializada, antes mesmo da vinda da Família Real para o Brasil. Também Silvia Hunold Lara exemplifica:

O escravo Inácio, pertencente à antiga fazenda dos jesuítas em Campos, que passou para a Coroa depois da expulsão dos inacianos, foi levado em janeiro de 1770 para o Hospital Militar do Rio de Janeiro para ‘entre os enfermeiros (...) assistir à prática do curativo para se exercitar na arte de cirurgia’. Depois de a fazenda ser arrematada por Joaquim Vicente dos Reis, este escravo trabalhou na enfermaria da fazenda até pelo menos 1796, quando fugiu e foi doado para a Santa Casa de Misericórdia do Reino e Cidade de Angola³⁸⁸.

Não só a Fazenda de Santa Cruz, mas outras Fazendas que foram confiscadas dos jesuítas serviram como fornecedores de escravos especializados ou para se especializarem. No ofício abaixo, ao príncipe regente, em 1800, é o Arsenal da Marinha que tem servido aos demais estabelecimentos públicos na qualificação dos escravos.

A Dom Fernando José de Portugal Illmo e Exmo. Senhor O Principe Regente nosso Senhor, (...) ordena que V. Exc. examine, se nos Arsenaes de Marinha dessa cidade se poderão crear, e formar aprendizes de negros escravos, que se comprassem por conta da Real Fazenda, os quaes viessem a ser bons carpinteiros de machado, e bons calafates, para serem, depois de ensinados, e feitos habeis officiaes, empregados em todos os Arsenaes e estaleiros públicos nas construcções das embarcações de guerra, e até mesmo nos navios mercantes a preço muito mais comodo e com grande vantagem da Real Fazenda³⁸⁹.

Outro exemplo, para o ano de 1799, mostra o interesse em deslocar escravos de Santa Cruz para o Arsenal da Marinha:

Pelo menos é o que sugere José Caetano de Lima, chefe de Esquadra e Intendente da Marinha. Referindo-se aos escravos da fazenda de Santa Cruz, diz que ‘bem desejava tirar alguns para os fazer aprender a carpinteiros de machado e calafates de que aqui se precisa muito, tanto para a marinha de guerra, quando carecem fabricar as naus, como para os mercantes, por terem augmentado muito os navios que aqui vem fabricar, e o grande commercio do Rio Grande e da costa d’Africa’³⁹⁰.

³⁸⁸ LARA, Silvia Hunold. *Campos da Violência. Escravos e Senhores na Capitania do Rio de Janeiro 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 188, 1988.

³⁸⁹ Palácio de Queluz em 18 de Dezembro de 1800, em: GREENHALGH, Juvenal. *O Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro na História*. Rio de Janeiro: A Noite, v.2, p. 183, 1951.

³⁹⁰ LIMA, op. cit., p. 106.

Assim, observa-se que no quadro geral dos escravos da nação após o confisco e durante o período restante da Colônia a qualificação profissional era um motivo para o deslocamento entre os estabelecimentos e para a relativa unidade que existia entre eles. Ocorre um vai e vem com o propósito de especialização ou, pelo menos, com o propósito de satisfazer as demandas públicas com um recurso próprio que são os escravos da nação.

Com Couto Reis na administração da Fazenda de Santa Cruz e com a vinda da família real para o Rio de Janeiro, aumentou-se a demanda e a Fazenda assumiu a preponderância no fornecimento de escravos especializados, especialmente para se dedicarem a obras.

Exatamente no momento que se seguiu à instalação da sede do Império português no Brasil, uma série de mudanças foram realizadas na capital, demandando várias obras para ajustá-la ao seu novo *status*. Por certo, tais obras consumiram um sem número de escravos, dentre os quais, ao menos uma parte, pode ter saído da fazenda³⁹¹.

A maioria dos documentos não traz manifestação direta dos escravos sobre a profissionalização. Encontrou-se um documento de um escravo reclamando ao Imperador da sua inadequação para o trabalho na lavoura. Trata-se de um requerimento do escravo, de 21 de março de 1819, na Fazenda de Santa Cruz, no qual, segundo este, “da lavoura saberem cousa alguma”³⁹². Os principais documentos são registros públicos e correspondências dos estabelecimentos oficiais. Uma das listas de 1808 apresenta 64 escravos da Real Fazenda de Santa Cruz assim distribuídos: 8 no Arsenal, 11 na Conceição, 22 no Trem, 2 no Hospital Real aprendendo a Cirurgia e 21 no Serviço de Regimento de Cavalaria de Sua Alteza Real, desses dois estavam aprendendo a ferrador; na outra, um pedido de João Abreu de Miranda Varejão, aparecem 81 escravos, sendo 4 carpinteiros, 4 pedreiros, 3 ferreiros, 3 carreiros, 17 aprendizes e 50 trabalhadores³⁹³.

De modo semelhante, no inventário de 1817, do total de cativos contados, cerca de 145 (12,4%) estavam envolvidos em obras de interesse de Sua Alteza Real. A partir daí, é possível atestar que, segundo o modelo administrativo de Couto Reis, Santa Cruz tornou-se fornecedora de escravos para o serviço de Sua Majestade, o Príncipe

³⁹¹ ENGEMANN. RODRIGUES. AMANTINO., op. cit., p.247.

³⁹² Arquivo Nacional, Fundo Casa Real e Mordomia-mor-SDE-027 – cax. 3, pac. 1.

³⁹³ Biblioteca Nacional, Projeto Tráfico de Escravos no Brasil, Galeria de Manuscritos, http://consorcio.bn.br/MidiView/MidiView.asp?url=/slave_trade/manuscritos/mssII35_11_7.pdf - acesso 19 de julho de 2011.

Regente. A transformação de Santa Cruz em formadora de escravos profissionais, certamente, foi uma tarefa árdua, pois não apenas manteve os tais ‘mais jeitosos e de provada habilidade’ ocupados aprendendo um ofício, mas também estabeleceu uma relação com os seus cativos, que lhe permitia deslocá-los para longe e trazê-los de volta³⁹⁴.

Se os escravos da nação – entre aqueles que receberam algum tipo de qualificação – serviram para alimentar esta rede de mão de obra, era preciso uma continuidade na qualificação, para fazer sentido a própria rede. A este papel serviu o Tenente-Coronel Martins do Couto Reis, quando assumiu a administração da Fazenda e elaborou um plano com uma distribuição da mão de obra cativa, “metodizou o aproveitamento do braço escravo, distribuindo de acôrdo com suas aptidões, aqueles considerados úteis nos determinados serviços a que eram destinados”³⁹⁵. Ou seja, procurou os mais aptos para atividades especializadas, como carpintaria e serraria. Ocorreu também um processo de qualificação nas fazendas do Piauí, as quais também forneceram escravos para os estabelecimentos públicos do sul do país.

Ser moço era um dos requisitos para a iniciação nos ofícios de pedreiro, ferreiro e carpinteiro. Os aprendizes de ferreiro e de carpinteiro eram enviados a uma propriedade onde houvesse ‘mestre oficial’ para ensinar-lhes a profissão em uma ‘tenda’ do ofício. (...) O aprendiz levava, em média, dois anos acompanhando o mestre, quando então estava apto a comandar uma tenda. O aprendizado, às vezes, não se concretizava. O inspetor de Nazaré reclamava, em 1841, de um trabalhador, alegando estar sua inspeção ‘muito mal servida de ferreiro porque o escravo que estava aprendendo no Piauí [inspeção Piauí] só serve para queimar ferro e aço, sem jamais poder fazer conserto na ferramenta que ature’. Para evitar problemas com a ‘investidura em tais negros que não demonstram curiosidade para o ofício’, as autoridades recomendavam que fosse considerada na escolha dos aprendizes a aptidão ‘necessária aos oficiais’³⁹⁶.

Como a Fazenda de Santa Cruz era fornecedora, a organização imposta por Couto Reis garantiu a substituição para os fornecimentos posteriores. O administrador em 1804 expõe o aspecto positivo em manter na fazenda os oficiais mecânicos: “os officios mecanicos, que, em boa politica, e economia se devem conservar, e applicar em differentes usos, como no Trem, nas obras das Fortificações, cujos jornais, salvarão a Fazenda Real, de avultadíssimas, e diarias despesas”³⁹⁷.

³⁹⁴ ENGEMANN. RODRIGUES. AMANTINO. op. cit., p.247.

³⁹⁵ FREITAS, op. cit., pp. 27.

³⁹⁶ LIMA, Solimar Oliveira. *Braço Forte. Trabalho escravo nas fazendas da nação no Piauí (1822-1871)*. Passo Fundo: UFP, pp. 100-101, 2005.

³⁹⁷ Arquivo Nacional, Fundo Diversas Caixas SDH-SDE-002 – Fazenda Santa Cruz – cax. 507, pac. 2.

Porém, constatou-se que também durante o Império a rede de fornecimento de escravos especializados continuou, ainda com importância da Fazenda de Santa Cruz. Na tabela 13 observam-se escravos da Fazenda de Santa Cruz e de outras que se encontravam em 1832, na Quinta da Boa Vista, lugar oficial de morada do Imperador. Do total de 231 escravos da Quinta da Boa Vista, observa-se que 26,8% vieram da Fazenda de Santa Cruz. Apesar de metade da escravaria remetida à Quinta ser escravos serventes e envolvidos com a atividade de lavoura, destaca-se o percentual total de 27,5% de carpinteiros, pedreiros e ferreiros.

Tabela 13 – Origem dos escravos da Nacional Quinta da Boa Vista, 23 de fevereiro de 1832

Ofícios	Origem							
	Fazenda de Santa Cruz	%	Quinta da Boa Vista	%	Outros	%	Total	%
Serventes	17	27,4	14	12,5	19	33,3	50	21,6
Carpinteiros	11	17,7	3	2,7	1	1,8	15	6,5
Pedreiros	3	4,9	8	7,1	4	7,0	15	6,5
Lavoura	16	25,8	54	48,2	30	52,6	100	43,3
Caboqueiro	1	1,6	12	10,7	-	-	13	5,6
Ferreiro	3	4,9	3	2,7	-	-	6	2,6
Menores	9	14,5	14	12,5	-	-	23	9,9
Músicos	1	1,6	-	-	-	-	1	0,5
Campeiro	-	-	-	-	3	5,3	3	1,3
Parteira	1	1,6	-	-	-	-	1	0,5
Guarda portão	-	-	4	3,6	-	-	4	1,7
Total	62	100,0	112	100,0	57	100,0	231	100,0

Fonte: SILVA, José Bonifácio. Relação dos escravos das fazendas nacionais do Piauí, do Rio Grande do Sul e da Fazenda Imperial de Santa Cruz que vieram para a Quinta da Boa Vista e Quinta do Caju. Rio de Janeiro. 23-02-1832 (Biblioteca Nacional).

Obs: Outros se refere aos estabelecimentos da Província do Piauí e de Rio Grande do Sul. Os escravos da coluna “Quinta da Boa Vista” referem-se a escravos que já se encontravam na Quinta na data da relação e, portanto, não são indicados como de origem de outro estabelecimento.

A Fazenda de Santa Cruz fornecia escravos especializados para a Quinta da Boa Vista. Um exemplo desses escravos são os músicos, que passaram a ser requisitados com a vinda da família real. A fazenda já possuía músicos no tempo dos jesuítas, mas nesse momento há um reforço no contingente de músicos, um movimento específico de deslocamento de escravos e uma condição de escravidão com características próprias derivadas da profissão de músico. Enquanto uma entre diversas profissões encontradas,

a de músico tem uma razão especial, pois a vinda da família real resultou em mudanças significativas, o Rio de Janeiro passa a ser o centro administrativo e o palco de uma vida cultural e social diferenciada, pautada por novos hábitos e costumes. A destinação de escravos para a música exigia o aprimoramento por ser uma manifestação de cultura que seria apreciada pela Corte. Em relações de escravos da Real Fazenda de Santa Cruz, uma com ano indefinido e outra de 1819, Antônio Carlos dos Santos observa que:

(...) a atividade de música começava logo cedo na Fazenda e ia através do tempo se perpetuando nas crianças e jovens, sedimentando nas crianças e nos jovens a cultura musical do dominador, em nome da civilização. Com este ensino constante desde cedo, mantinha-se a orquestra e a Banda de Música de Santa Cruz suprida de músicos escravos negros ou libertos³⁹⁸.

Pode-se dizer que houve uma profissionalização entre os escravos músicos, envolvendo-os desde cedo essa atividade. E, por estarem presentes no cotidiano da Fazenda, desde os tempos da Companhia de Jesus, mantendo-se durante a administração pública na Fazenda de Santa Cruz³⁹⁹, demonstra-se um percurso histórico de aprimoramento na formação musical. Além da música como atividade especializada, havia também na fazenda a música “popular”, que geralmente fazia parte do cotidiano do cativo, envolvendo os escravos em suas atividades diárias e lúdicas, como as festividades. As melodias aliavam a penúria do dia a dia e os aproximavam, no caso dos africanos, das suas raízes. Na viagem de Maria Graham à Fazenda ela relata que:

Dona Mariana quis que as mulheres que estavam fornecendo as canas, cantassem, e elas começaram primeiro com algumas de suas selvagens canções africanas, com palavras adotadas no momento, adequadas à ocasião. Ela lhes disse então que cantassem os hinos à Virgem. Cantaram, então, com tom e ritmo regular com algumas vozes doces, a saudação angelica e outras canções⁴⁰⁰.

A atividade musical dos especializados possibilitava aos escravos afastarem-se do trabalho braçal. No entanto, parece não ser um afastamento garantido. Em uma tabela que demonstrava as novidades na Real Fazenda de Santa Cruz em março de 1818, encontraram-se 21 escravos que foram chamados para a música (12 rapazes e 9

³⁹⁸ SANTOS, Antônio Carlos dos. *Os músicos negros: escravos da Real Fazenda de Santa Cruz no Rio de Janeiro (1808-1832)*. São Paulo: Annablume; Fapesp, p. 107, 2009.

³⁹⁹ SANTOS, op. cit., p. 144.

⁴⁰⁰ GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823*. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, p. 318, 1956.

raparigas), mas aparece também na relação 7 escravos que foram recolhidos da música para o serviço da Fazenda⁴⁰¹. Em outra relação de distribuição de serviços da Fazenda há a observação de que campeiros, oficiais e músicos inúteis se ocupam em todos os serviços quando deles precisam⁴⁰². Também durante a administração de João da Cruz dos Reis, um dos Artigos que acrescentou ao Regulamento da Fábrica em 8 de maio de 1822, indica que se o Mestre da Música se ausentasse, os escravos músicos deveriam estabelecer outras atividades:

O Mestre da Muzica terá a obrigação de dar parte ao Inspector de todas as alteraçoes q. tiver nos descipulos das muzicas, não lhe permitindo hirem para as senzalas quando se achão doente nem incobrilhe faltas, não os poderá empregar em Serviço seu fazendo q. estejam na Escolla de manha e de tarde naquelas horas determinadas para o ensino, não poderá sahir para fora da Fazenda sem q. primeiro o participe para por este modo o Inspector poder applicar os decipulos em outro qualquer serviço durante a auzencia do Mestre, e não ficarem vadios todos aquelles dias q. o Mestre anda fora⁴⁰³.

Havia a preocupação por parte dos administradores na ociosidade de escravos envolvidos com a música. A profissionalização dos escravos como músicos representou uma melhora relativa na sua condição, pela própria natureza da atividade, que exige tempo, dedicação e não possui a dureza do trabalho braçal. Mas isto não retirou a condição de escravo, não conferiu autonomia para viver da música e se livrar dos trabalhos que não desejasse.

A especialização do escravo representava mudanças no seu cotidiano e na sua vida, mas não significava alterar a condição de escravo. Muitas vezes estas mudanças eram positivas, como, por exemplo, deixar de exercer atividades extenuantes, assumir uma posição de superioridade dentro da própria escravaria, obter privilégios por dominar conhecimentos que poucos dominavam e até, é provável, assimilar o valor íntimo de ser dotado de um conhecimento diferenciado. Luiz Carlos Soares identifica manifestações de um tratamento melhor para determinados escravos. A “hierarquia profissional” seria uma importante demonstração de como certas atividades profissionais acabavam por diferenciar os escravos, em função de sua importância ou seu status, como é o caso dos escravos domésticos, e outra manifestação seria a situação social dos senhores, que também poderia acarretar singularidades no cotidiano da

⁴⁰¹ Arquivo Nacional, Fundo Casa Real e Mordomia-mor-SDE-027 – cax 2, pac. 3, doc. 177.

⁴⁰² Arquivo Nacional, Fundo Diversas Caixas SDH-SDE 002 – Faz. St. Cruz – caixa 507, pac. 2.

⁴⁰³ FREITAS, Benedicto. *Santa Cruz, fazenda jesuítica, real e imperial*. Rio de Janeiro: Ed. do autor, vol. III, pp. 14-15, p. 122, 1987.

escravidão⁴⁰⁴. A discussão o leva a comentar a situação dos escravos da nação e sua particularidade. Ele deduz que:

Se muitos cativos das famílias abastadas já se consideravam como membros de uma reduzida elite de escravos, os escravos da nação que serviam à Família Imperial provavelmente se sentiam como a nata desta 'elite' cativa. Era o que relatava François Biard, em 1862, na ocasião em que pintou o retrato do Imperador D. Pedro II. Este pintor teve a necessidade de um escravo para transportar um manequim para o Palácio da Quinta da Boa Vista e requisitou um dos que serviam à Família Imperial. Qual não foi a sua surpresa quando os cativos do Palácio se recusaram a fazer o carreto do manequim e, nas suas próprias palavras, 'arranjaram um carregador tão preto quanto eles, mas de categoria social inferior'⁴⁰⁵.

Mas também a especialização poderia significar mudanças negativas, como continuar em atividades extenuantes até mais severas, transferências e separações de famílias. Uma demonstração de que nem sempre a qualificação significava vantagem para o escravo eram as condições insalubres do trabalho fabril, onde encontramos predominantemente o escravo profissionalizado. Isto ficou demonstrado em um relatório do diretor da Fábrica de Ipanema ao presidente da Província de São Paulo, de 1837:

O único mestre dos trabalhos do forno alto, He hum escravo já avançado em idade, cujas graves enfermidades adquiridas no possível exercício em que se acha, tornando-o inteiramente valetudinário o fazem já impróprio para os trabalhos de sua profissão. Este inconveniente tanto mais sencível quanto difficil de remediar momentaneamente no cazo assas provável de vir a faltar aquelle escravo, me sugiro a medida de colocar hum outro em quem reconheci mais capacidade, a par do Mestre de quem irá recebendo as precisas illustraçoes a fim de substitui-lo convenientemente⁴⁰⁶.

Assim, o escravo da nação especializado vivia os dilemas de ser qualificado: ao mesmo tempo que podia deixar o trabalho braçal, a atividade especializada podia ser o ponta pé para a sua transferências para outros estabelecimentos ou o aluguel a particulares. Para Carlos Engemann, a perspectiva dos escravos é que:

(...) se o exercício de um determinado ofício poderia lhe valer uma ausência da fazenda, o que se traduzia em abandonar sua família, também significava uma distinção entre os demais. (...) Um maior

⁴⁰⁴ SOARES, op. cit., p. 94.

⁴⁰⁵ Ibid, p. 96.

⁴⁰⁶ CO5214, folder 09, ofício do Diretor da Fábrica de Ipanema para o Presidente da Província, 20 de junho de 1837.

controle do seu tempo, ou melhor, um maior tempo sob seu controle parece ter sido uma das vantagens de exercer um ofício para os cativos⁴⁰⁷.

A especialização foi um dos motores da dinâmica de deslocamento e de interação entre os estabelecimentos públicos pelos escravos da nação. Um exemplo foi o fornecimento de escravos domésticos para a Corte, especialmente a partir da Fazenda de Santa Cruz. A Corte, para manter seus requintes e rituais, necessitava de mão de obra e buscou os serviços dos escravos da nação até mesmo para as funções mais próximas. Assim, na Fazenda de Santa Cruz a: “7ª. Esquadra composta de mocinhas de 14 a 20 anos, fornecia os serviçais particulares do Palácio de São Cristóvão, sob as ordens das Princesas Imperiais, Damas de Honra e altas dignitárias em serviço no Paço da Boa Vista”⁴⁰⁸.

Foram identificados outros registros de exercício de atividade com alguma especialização que proporcionou alguma vantagem ou desvantagem ao escravo. Carlos Engemann aponta um estudo de inventário de 1817 no qual os escravos transmitem a especialização para os filhos e se esforçam para garantir isto:

Francisco tem por aprendiz ninguém menos do que seu filho Luís José, de apenas oito anos. Chama ainda mais atenção o caso de Domingos Ramos, um caboqueiro de 51 anos casado com Maria da Penna. Seus três filhos, Francisco de Souza de 16 anos, José Isidoro de 14 anos e João de Souza de 11 anos, são todos eles aprendizes de carpintaria. Outros casos chegam a ser excêntricos como o de Francisco do Desterro, um oleiro que possivelmente providenciou para que seu filho se tornasse músico. Feliciano Teixeira conseguiu se manter no ‘ofício’ da música, apesar de sua notória inaptidão para a coisa, tão notória que valeu a observação: ‘não tem jeito para a Quinta’⁴⁰⁹.

São casos de possibilidade de afastar do trabalho braçal e distinção frente a escravaria, como podem ser apontados para os escravos envolvidos na música ou para os escravos que trabalhavam no Hospital. Em 30 de julho de 1805 o Administrador da Fazenda de Santa Cruz comenta sobre a utilização um escravo no Hospital Real:

Aproveito-me desta ocasião para propor a Ex^a. a suma necessidade, que tem esta Fazenda, de que instrução no Hospital Real, dous Rapazes, escravos della, na Arte Cyrurgica, para servirem neste

⁴⁰⁷ ENGEMANN, Carlos. Das comunidades escravas e suas possibilidades. FLORENTINO, Manolo (org.). *Tráfico, Cativo e Liberdade: Rio de Janeiro, séculos XVII – XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 198, 2005.

⁴⁰⁸ FREITAS, op. cit., 1986.

⁴⁰⁹ ENGEMANN, op. cit., pp. 198-199, 2005.

exercício, substituindo o lugar dos existentes, quando venhão a faltar.⁴¹⁰

Também em 21 de abril de 1808, uma carta sugere para melhor qualidade dos serventes, que sejam empregados os ajudantes de enfermeiros, praticantes de anatomia e cirurgia, proveniente do Hospital Real de dom José na Corte de Lisboa e que sejam retirados dos escravos da Fazenda de Santa Cruz os serventes para o trabalho local nas enfermarias e para a cozinha⁴¹¹. No ano posterior, novamente uma carta enviada a d. João VI, com a sugestão de que seis escravas da Fazenda Real sejam empregadas nas lavanderias do Hospital Real do Exército para a lavagem cotidiana de roupas, a fim de que os gastos sejam diminuídos⁴¹². Com relação ao Hospital da Fazenda de Santa Cruz, até 1820, os ‘cirurgiões’, escravos habilitados, assistiam os doentes, sempre auxiliados pelos enfermeiros(as), também escravos. A capacidade desses escravos era reconhecida:

(...) assim opinava o médico João de Carvalho Vasconcelos, então na Fazenda: ‘... seria supérfluo vir um Ajudante de Cirurgião da Tropa, porque belamente conhece que os dois escravos desta Fazenda que nela se exercitam, e servem, têm maiores luzes, e conhecimentos das molestias do Paiz, que outro qualquer tirado dos Corpos Militares dessa Cidade’⁴¹³.

“Para assegurar a continuidade da pronta assistência, destinavam-se rapazes escravos como aprendizes de cirurgião, recebendo os mesmos como auxílio, alimentação fornecida pelo ‘Caldeirão dos Pobres’⁴¹⁴. Benedicto Freitas relata um caso de um escravo cirurgião que conseguiu aperfeiçoamento: “o escravo Benedito Joaquim Antunes em 1814: fez com bom aproveitamento, seus estudos médico-cirúrgicos no Hospital Real Militar da Corte”⁴¹⁵. E de outro escravo que por muitos anos se dedicou à atividade:

O mais antigo cirurgião foi o escravo José Alves, possuindo o pomposo título de ‘1º. Cirurgião da Real Fazenda e Paço de Santa Cruz’, e que por mais de trinta anos exerceu com êxito, a julgar por tão dilatado tempo ocupando tão árduo encargo. Como seus ajudantes, os cirurgiões Manoel Caetano e João Evangelista, de acordo com a

⁴¹⁰ Arquivo Nacional, Fundo Diversas Caixas SDH-SDE 002 – Faz. St. Cruz – caixa 507, pac. 2.

⁴¹¹ ARQUIVO NACIONAL, Série Guerra, IG6-1.

⁴¹² Arquivo Nacional, Série Guerra, IG6-1, Carta de 12 de junho de 1809.

⁴¹³ FREITAS, op. cit., p. 244, 1987.

⁴¹⁴ Ibid, p. 232. PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. Práticas de curar doenças na comunidade escrava da Imperial Fazenda de Santa Cruz, na segunda metade do século XIX. *Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo do Estado de São Paulo*, nº. 35, pp.4-5, 2009. (www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/materia01/texto01.pdf – acesso em 22 de maio de 2009).

⁴¹⁵ FREITAS, op. cit., p. 237, 1986.

Portaria do Superintendente, datada de 20 de agosto de 1817. A mulher de João Evangelista, trabalhava no Hospital como parteira. Nesses tempos, uma cruz preta pintada no portal de uma casa, indicava a residência das parteiras também conhecidas por ‘comadres’, e que, como depositárias de graves segredos, gozavam de grande respeito e dispunham de sólidas amizades⁴¹⁶.

Havia a possibilidade – isso não quer dizer que seja corriqueira – de os escravos assumirem funções de liderança. Pela obra de Benedicto Freitas pode-se relacionar alguns desses casos. Já durante a administração de Couto Reis: “Os escravos de boa conduta, foram incumbidos de feitorizarem os diversos serviços, todos de importância – regularização das vias de escoamento, reparos nos currais e pontes, vistoria dos diques, estimulando assim, o bom procedimento daqueles aspirando a primeira vaga”⁴¹⁷. O autor também transcreve um extenso ‘Regimento’ para os Administradores, assinado pelo Barão do Rio Secco, em 25 de Setembro de 1817, que indica “o Escravo Antonio Joze Baiano”, “he o Mestre” na “Olaria dos Hespanhois”; para as Vallas e Caminhos, “o Escravo Elesbão q. serve de Feitor”⁴¹⁸. Em 1831, “Desempenhava, então, as árduas funções de Mestre Surrador, o escravo Luiz de Deus, ‘bom mas idoso’”⁴¹⁹.

Para a atividade de tecelagem – também presente no cotidiano da mão de obra escrava desde os tempos dos jesuítas – a escolha dos administradores se pautava pela produtividade; as crianças, as mulheres e os velhos podiam garantir sua produção nessa função. Também nas fazendas da nação do Piauí, Solimar Oliveira Lima pode verificar esta atitude. “Fiar e tecer foram ocupações predominantes apenas para as trabalhadoras fisicamente inaptas para outras tarefas, por serem jovens demais ou envelhecidas ou estarem ‘doentes para os serviços’”⁴²⁰. E prossegue:

É crível que a ocupação de meninas nas roças prendia-se, inicialmente, mais à necessidade de vigilância das crianças pelos adultos do que ao uso da mão-de-obra infantil como recursos para garantir e ampliar a produção. Entretanto, a partir da administração do Império e das sucessivas transferências externas e internas de trabalhadores adultos – no que resultou numa sobrecarga de trabalho sobre as mulheres adultas -, as crianças e os velhos passaram, gradualmente, a desempenhar um papel importante na condução das atividades desenvolvidas nas fazendas⁴²¹.

⁴¹⁶ Ibid, pp. 234-235.

⁴¹⁷ FREITAS, op. cit., p. 28, 1986.

⁴¹⁸ FREITAS, op. cit., p. 89-90, 1987.

⁴¹⁹ FREITAS, op. cit., p. 239, 1986.

⁴²⁰ LIMA, op. cit., p. 70, 2005.

⁴²¹ Ibid, pp. 72-73.

No ambiente privado, temos exemplo da Fazenda Resgate, em Bananal, no Vale do Paraíba Paulista, do proprietário Manoel de Aguiar Vallim. Os escravos profissionais nessa fazenda tinham mais facilidades no mercado matrimonial. Os escravos especializados:

(...) eram os escravos mais valiosos que o Comendador possuía. (...) Se, para Vallim, eram os mais valiosos por seu preço e pela natureza das funções que ocupavam na produção, não sabemos ao certo que tipo de vantagens esta profissionalização poderia trazer para o escravo. Sabemos que existiam, pelo menos no mercado matrimonial, e supomos que algum motivo deveria existir para torná-los mais atrativos como maridos para as jovens escravas e suas famílias⁴²².

Assim, pode-se observar que a condição técnica parece ter influenciado em condições diferenciadas para os escravos públicos, seja na relação com os seus pares seja no trato que recebiam por parte do Estado. Porém, é necessário fazer ponderações, pois que os casos de benefícios ou de dificuldades não se aplicam a todos que se profissionalizaram. Também é importante destacar que não representava uma escolha dos escravos, mas principalmente dos administradores, que os mandavam para essas atividades segundo seus julgamentos, pautados pelas habilidades ou pelo comportamento do escravo para com o administrador.

Quanto à diversidade das atividades com especialização encontra-se registro muito variado, principalmente porque havia estabelecimentos públicos agrícolas e fabris; urbanos e rurais. Na Fazenda de Santa Cruz, encontra-se uma variada gama de artesãos, além de especialistas em atividades agrícolas e em serviços atípicos, como o de músicos. Nas fazendas do Piauí a variedade era menor, mas havia uma qualificação para funções indispensáveis. Nas fábricas, a própria natureza da atividade do estabelecimento implicava em especializações. Na Corte, a demanda era para escravos em serviços domésticos, mas também para músicos e outros afins.

Eram poucos os estabelecimentos do Império que podiam oferecer uma vasta possibilidade de atividades como a Fazenda de Santa Cruz. Tanto pelas suas dimensões, quanto pelas excentricidades de seus administradores. Também em função do seu caráter público e das conveniências deste, estava sempre a mercê de mudanças com relação à atividade produtiva. Cada administrador procurava dar mostras de seu potencial introduzindo ou incrementando a produção da Fazenda. Aos escravos cabia se

⁴²² CASTRO, Hebe Maria Mattos. SCHNOOR, Eduardo (org.) *Resgate: uma janela para o oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks, p. 217, 1995.

adaptar a essa diversidade. A tecelagem é um exemplo de atividade que teve períodos de expansão. Presente desde o contexto dos jesuítas, esteve sempre presente no cotidiano dos escravos. “Em 1791, registrou o Inventário anual ‘quatro escravos tecelões’”⁴²³. Em 12 de agosto de 1809, com a mudança do chefe de tecelagem observou-se um número maior de escravos envolvidos:

(...) o competente técnico José Lopes, nomeado no mesmo despacho, mestre da ‘Oficina de Teares’ ou ‘Encarregado do Ensino do Fabrico de Panos de Algodão da Fazenda de Santa Cruz’, com a função específica de ‘ensinar aos escravos tecer algodão lavrado e liso, para cobertas e lençóis do Hospital’.(...) Em 1814, a atividade textil de Santa Cruz contava com dez homens ‘fiando algodão’ afora a desenvolvida mão-de-obra no plantio, colheita e preparo – descaroçamento e transporte para oficinas⁴²⁴.

Segundo Freitas, em 1815, foi construída a ‘Real Fábrica de Fiação de Algodão e Tecidos de Santo Agostinho’, na própria Fazenda de Santa Cruz, que demandou uma diversidade de funções, especialmente de construção civil.

A chegada contínua de material, exigiu maior número de mão-de-obra; em maio de 1815, dezesseis carpinteiros, quatro pedreiros, dez falquejadores, três carreiros, dois candieiros e muitos trabalhadores-escravos assalariados, juntaram-se ao pessoal existente (...) No salão, concluído com presteza, treze moças e um mestre dedicavam-se incessantemente ao ‘fabrico do algodão’. Os escravos-aprendizes que se encontravam trabalhando, deveriam continuar por dois anos graciosamente e depois de levantar-se a Prensa e a Tinturaria, seriam aperfeiçoados na moderna técnica de pizar, levantar o pelo, tozar, tingir, imprimir, etc.⁴²⁵.

Com o funcionamento da Fábrica anexaram-se novas práticas e ocorreu mudança na rotina dos escravos nela envolvidos.

(...) seu definitivo funcionamento, foi constatado pela comunicação de Wallis ao Administrador da Fazenda, ressaltando ‘não ser preciso levantar senzalas para os casais; há casas suficiente para se acomodarem separados assim como para separar os Machos e Femeas, nas diferentes oficinas’. Assim, ‘acomodados’, foram expedidas ‘Ordens para os escravos que trabalham na Fábrica saírem da Fazenda na segunda-feira e ficarem na Fábrica até sexta-feira a noite’⁴²⁶.

A cada administração, surgiam novas obras e o desenvolvimento de atividades produtivas que empregavam os escravos da nação nas obras e nessas atividades. Assim

⁴²³ FREITAS, op. cit., p. 208, 1986.

⁴²⁴ Ibid, p. 208.

⁴²⁵ Ibid, p. 212.

⁴²⁶ Ibid, p. 214.

foram as obras dos Engenhos de Itaguaí e Piaí. No Engenho de Piaí: “Em 1804, cerca de cento e vinte escravos trabalhavam em seus canaviais. E ainda a imprescindível mão de obra especializada: caldeireiros, aguardenteiros, banqueiros, tanoeiros, carpinteiros, afora carreiros e candieiros, pastores do gado de tração. E, ‘vigias da roça’”⁴²⁷.

Os escravos também foram empregados na cultura do linho “quando o vice-rei Luiz de Vasconcelos que muito fez pelo cultivo dessa valiosa fibra, enviou para Fazenda quarenta escravos experimentados em plantio especial para aquele estudo sulino. Em 1799, já estavam sessenta e quatro, conforme anotação nos livros da Superintendência”⁴²⁸. Outras atividades também empregaram o braço escravo na Fazenda de Santa Cruz, como a indústria de laticínios, introduzida na administração de John Mawe⁴²⁹.

Com as mudanças de foco produtivo de cada administração é possível que os escravos não se fixassem em uma única função, assumindo nova atividade de acordo com a necessidade da fazenda. No caso das fazendas da nação do Piauí, esta questão da administração da mão de obra disponível foi constatada por Solimar Oliveira Lima, que a relata da seguinte forma:

A não-permanência sistemática do trabalhador em determinada ocupação foi uma das principais características das fazendas para a mão-de-obra masculina. (...) A utilização dos trabalhadores seguia um único critério: satisfazer às necessidades de mão-de-obra dos administradores e autoridades, e muitas eram as necessidades, além das remuneradas⁴³⁰.

O exemplo pode ser dado pelas ocupações de oleiro e de seleiro. “Apesar de necessárias, não demandavam a permanência dos trabalhadores nas tarefas; o trabalhador era requisitado conforme a exigência de produção, no geral para consertos e reparos”⁴³¹. O velho problema da falta de mão de obra é que restringia aos administradores em deixar os escravos em apenas uma função. Além disso, pelo Aviso, observa-se a limitação de aprendizagem dos escravos das fazendas da nação do Piauí: “Declarou-se não poder o presidente da província permitir que fosse ao outra província

⁴²⁷ Ibid, p. 361.

⁴²⁸ FREITAS, op. cit., p. 264, 1986.

⁴²⁹ Ibid, p. 177-178.

⁴³⁰ LIMA, op. cit., p. 97, 2005.

⁴³¹ Ibid, p. 101

aprender officio de que alli houvesse carencia”⁴³². No entanto, no outro ano, “declarou-se poderem ser empregados nas obras publicas da capital, vencendo salario, e qual”⁴³³.

Era prática do Estado o arrendamento de terras na Fazenda de Santa Cruz e em alguns desses casos, em 1836, observou-se entre as cláusulas do arrendamento “ensinar o officio de curtidor a cinco escravos, setenta mil réis de salário a cada um, pagos a Superintendência. Ressalvava o devido documento, que o tratamento de todos os escravos ali trabalhando ou estagiando no aprendizado, seria feito pela Superintendência”⁴³⁴. Esse contrato demonstra a realidade do Estado, este vivia o dilema com as contas públicas. Além do arrendamento, outra alternativa era o fechamento de oficinas. No caso do Arsenal da Marinha, por exemplo, foram despedidos os oficiais, mantendo-se a oficina apenas com os escravos:

Ilmo e Exmo Sñr. Sendo precario da folha do Arsenal continuar a officina de funileiro, a honerar a feira mensal com a effectividade de tantos vencimentos. Quantos erão os officiaes, e aprendizes, que alli se occupavão, huma vez que a sufficiencia dos escravos de sua Magestade, criados naquella officina, dezempenhão debaixo da direcção do respectivo mestre, todas as obras que tem occorrido, que volgarmente as exigencias de semelhante officina, são na pratica de inferior natureza: Ordenei que fossem considerados ex empregados, todos os que percebião vencimentos, continuando o expediente da officina, como suficientemente provida com os já mencionados escravos, e de baixo deste principio devendo informar a V. Excia. Requerimento (...) em 23 de abril de 1822⁴³⁵.

Profissionalização: o caso da Fábrica de Ipanema

Não só as fazendas, mas também o cenário fabril onde atuavam os escravos públicos eram espaços com uma diversidade de ofícios especializados ou semi-especializados. Para o início do empreendimento de Sorocaba, a Fábrica de Ipanema, foi necessário o trabalho de escravos especializados, conforme indica o Aviso de 17 de Julho de 1810:

Em segundo lugar Ordena S. A. R. que V. S. sem perda de tempo, se poderião ahi achar-se logo nas Fazendas, que S. A. R. tem nessa Capitania, cem Escravos de trabalho para serventes da obra, doze Escravos pedreiros, dez Escravos carpinteiros, seis ferreiros, e cem

⁴³² MENDONÇA, Francisco Maria de Souza Furtado de. *Repertório geral, ou, Indice alphabetico das leis do Imperio do Brasil*. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, vol 2, p. 584, 1850.

⁴³³ Ibid, p. 584.

⁴³⁴ FREITAS, op. cit., pp. 239-240, 1986.

⁴³⁵ GREENHALGH, op. cit., p. 183.

bois, e bestas, os quaes se podessem immediatamente destinar para os trabalhos da mesma Fabrica⁴³⁶.

A Fábrica necessitava desses escravos, que eram vistos como essenciais para o seu funcionamento. O que reforça a diferenciação do escravo em função da profissionalização. Em ofício de 1820, colocou-se a necessidade de “um bom ferreiro para servir de contra-mestre” e da possibilidade de enviarem um “que trabalha no Trem”. E prossegue comentando o fato de a fábrica trabalhar unicamente com escravos nessa época: “porque esses depois de instruídos naquillo a que podem chegar os seus limitados conhecimentos, ficão constituindo huma mais preciosa propriedade da mesma Fabrica”⁴³⁷.

Na Fábrica de Ferro São João de Ipanema havia uma estrutura hierarquizada e distribuída funcionalmente que permite uma visualização da participação do escravo público na produção e também da sua qualificação profissional. O organograma a seguir mostra esta estrutura para os anos de 1840 e 1841, ressaltando-se que ocorreram variações para outros anos.

O organograma da Fábrica de Ipanema de 1840 e 1841, permite observar as oficinas existentes para a produção do ferro e a sua hierarquia. As oficinas dividiam-se em:

- Atividades voltadas à produção: fundição (responsável por fundir ferro), refino (fabricava ferro em barra em diferentes dimensões), ferraria (preparação de ferragens para máquinas e outros instrumentos), marcenaria e serralheria (construção de instrumentos e aparelhos de madeira), moldação (preparação de moldes em barro ou areia), maquinaria (responsável pelo manuseio de máquinas);
- Atividades ligadas à manutenção da fábrica: carpintaria e pedreiro (construção, reconstrução e conservação dos edifícios), capineiro (plantio e conservação de matas e pastos), mineiro (extração e preparação de minério), carvoaria (corte e preparação de combustível) e os trabalhos nos pilões d’ água, serra d’ água e moinho.
- Fiscalização dos diversos trabalhos da fábrica.
- Atividades complementares: cozinha, enfermaria, costura e servente.
- Transporte: carreiros de bestas e de bois e arrieiros.

⁴³⁶ MORAES, Frederico Augusto Pereira de. VERGUEIRO, Nicolau Pereira de Campos. *Subsídios para a história de Ypanema*. Lisboa: Imprensa Nacional, pp.81-82, 1858.

⁴³⁷ MORAES. VERGUEIRO, op. cit., pp. 152-153.

Organograma 2 – Organograma da Fábrica de Ferro São João de Ipanema, 1840 e 1841

Fonte: Arquivo Nacional , Série Guerra – IG5-19 (1841-1845), Mapa da Fábrica de Ipanema, 1840-1841.

Conforme Mário Danieli Neto, a fábrica, com estas características, desde o início já se aproximava de uma organização pré-industrial ou proto-industrial. Ele pontua como características que a Fábrica manteve:

produzindo suas próprias matérias-primas, alimentando-se de combustível proveniente das matas pertencentes aos terrenos da fábrica, produzindo ferro a partir de um complexo fabril que envolvia oficinas de diversos misteres que não apenas o produto final ferro e alimentando seus operários livres e escravos com o produto de suas roças estabelecidas em terrenos cedidos pela administração da companhia⁴³⁸.

A fábrica envolvia um conjunto amplo de atividades que a tornava autosuficiente na produção de ferro. O organograma confirma essa multiplicidade de atividades. Com relação à hierarquia, observou-se que a Fábrica de Ipanema estava dividida em seis classes. A primeira, composta por livres, contemplava as funções de comando, de direção e de administração, realizadas pelo diretor, o vice-diretor e um diretor maquinista e por almoxarife, escriturário, escrivão, cirurgião e um capelão. A segunda classe já contemplava a presença de escravos, apesar de serem em número menor que os livres, 15 brancos e 6 escravos. Aparentemente, caracterizava-se por ter trabalhadores com conhecimento técnico mais apurado, responsáveis por passarem esse conhecimento a outros, muitos indicados como mestres, incluindo também escravos. A terceira classe era a dos oficiais, que apresentava também conhecimento especializado ou semi-especializado e compunha-se de escravos e de africanos livres. A quarta classe era a dos aprendizes, constituída por livres, escravos e africanos livres. A quinta classe era a dos feitores, responsáveis pela fiscalização, incluía três livres e dois escravos. Por fim, na sexta-classe estavam os trabalhadores relacionados ao transporte – livres, escravos e africanos livres – e às atividades que não necessitavam de um conhecimento apurado, ligadas à carvoaria, como corte da madeira, juntador, empilhador, queimador e tirador de lenha e carvão, nas quais estavam escravos e africanos livres.

Pode-se observar, enfim, que o trabalho escravo estava presente de forma consistente e distribuída em quase todas as etapas da produção, exceto nas funções de controle central. Também se pode prever, pelo organograma, que, em função das etapas de produção, havia escravos em funções superiores a pessoas livres e,

⁴³⁸ NETO, Mario Danieli. *Escravidão e Indústria: um estudo sobre a Fábrica de Ferro São João de Ipanema – Sorocaba (SP) – 1765 – 1895*. 2006. 194f. Tese (Doutorado) – IFCH-UNICAMP. Campinas, p. 111, 2006.

consequentemente, decidindo e comandando estas pessoas livres dentro do funcionamento produtivo.

A tabela 14 apresenta os ofícios dos escravos da nação da Fábrica de Ipanema. Observa-se no cenário da Fábrica uma diversidade de atividades profissionais, no entanto essa diversidade não chega ao nível da Fazenda de Santa Cruz. Esta por ser um estabelecimento de usufruto da Coroa mantinha atividades ligadas ao universo da Corte. Destaca-se nesta tabela o número reduzido de aprendizes. Em 1821, aparece como aprendiz de ferreiro, José de Santa Anna, de 12 anos e Guilherme Araçariguama, de 11 anos, que já é identificado como ferreiro⁴³⁹. E em 1838 o inventário indica o escravo da nação Jozé Maria, de 19 anos, como aprendiz de carpinteiro. Observando os nomes dos menores na relação de 1821, tem-se um total de 8 crianças do sexo masculino. Observou-se que em 1838, apenas Jozé Maria continuava na fábrica como aprendiz de carpinteiro e Joaquim, com 22 anos, como carpinteiro. Para o ano de 1838, sobre o trabalho dos menores, o administrador comenta que: “Escravos há 17 de menor, já não havia que a valia a peña por os trabalhos”⁴⁴⁰.

No caso das mulheres, para a Fábrica de Ipanema, não há indicação das funções; mas em uma relação dos escravos empregados na Fábrica, de 1825, aparecem 5 mulheres quebrando pedra, 1 na cozinha e 3 nos fornos altos e 1 servente dos fornos menores; além dessas 2 estavam no hospital e outra como servente dos fornos menores⁴⁴¹. Para 1841, conforme demonstra o Organograma 2, as mulheres escravas eram: 3 cozinheiras, 1 enfermeira, 3 costureiras e 22 tirando carvão; e junto delas estavam as africanas livres, sendo 2 cozinheiras, 2 serventes na casa do diretor e 13 juntando lenha para a carvoaria⁴⁴². Também para o ano de 1854, há a informação de que 44 mulheres cativas estavam nos serviços da mineração, das carvoarias, das roças e da tropa, o que indica que as mulheres também assumiram funções de grande esforço físico⁴⁴³. Douglas Cole Libby observa que, para escravos privados na Mina de Morro Velho:

⁴³⁹ NETO, op. cit., p. 127.

⁴⁴⁰ Arquivo do Estado de São Paulo, CO5214, ofício do diretor da Fábrica de Ferro São João de Ipanema para o Presidente da Província de São Paulo, 19 de novembro de 1838.

⁴⁴¹ Arquivo do Estado de São Paulo, CO5213, folder 11, Relação de escravos empregados na Fábrica até março de 1825.

⁴⁴² Arquivo Nacional, IG5-19, Série Guerra, Mapa da Fábrica de 1840-1841.

⁴⁴³ Arquivo do Estado de São Paulo, CO5216, Quadro actual distribuição do serviço da Imperial Fábrica de ferro de Ipanema, em 15 de novembro de 1854.

O aspecto mais interessante da amostra da distribuição da força de trabalho (...) é que ele nos relata a utilização de um número elevado de mulheres escravas. Embora a mão-de-obra feminina também fosse empregada em outras atividades de superfície – a cozinha coletiva, o hospital, a seção de costura e o armazém, por exemplo – sua maior concentração ocorria nas várias etapas de refinamento do minério bruto⁴⁴⁴.

Tabela 14 – Número de escravos da nação da Fábrica de Ferro São João de Ipanema segundo setores profissionais, em anos entre 1821 e 1854

Setores	1821	%	1838	%	1841	%	1854	%
Atividades industriais e artesanais	25	35,2	34	34,7	36	36,7	28	29,8
Transportes	-	-	8	8,2	6	6,1	-	-
Agricultura	-	-	-	-	1	1,0	-	-
Serviços especializados	-	-	1	1,0	8	8,2	-	-
Serviços não especializados	5	7,0	27	27,5	47	48,0	46	48,4
s.i.	41	57,7	28	28,6	-	-	21	22,1
Total	71	100,0	98	100,0	98	100,0	95	100,0

Fonte: Os dados do ano 1821 encontram-se em: MORAES. VERGUEIRO, pp. 34-46, 1858. As informações do ano de 1838 constam em: Arquivo do Estado de São Paulo, CO5214, folder 10, Inventário Geral da Fábrica de 1838. As informações do ano de 1841 encontram-se em: Arquivo Nacional, IG5-19, série Guerra mapa da Fábrica de 1840-1841. Para o ano de 1854, a fonte foi: Arquivo do Estado de São Paulo, CO5216, Quadro actual distribuição do serviço da Imperial Fábrica de ferro de Ipanema, em 15 de novembro de 1854.

Obs.: Atividades industriais incluem-se as seguintes funções: carpinteiro, aprendizes, torneiro, pedreiro, oleiro, ferreiro, carvoeiros, covoqueiros, broqueador, moldador, refinador, mineiro, mestres (ferreiro, carpinteiro, moldador, fundidor e da carvoaria). Atividades de transportes estão os escravos arrieiros, carreiros e tropeiros. Na agricultura incluem-se os campeiros, capineiros e carroceiros. Os escravos prestando serviço especializado incluem-se: os enfermeiros, os cozinheiros e as costureiras. Nos serviços não especializados estão os ajudantes dos fornos, os escravos nos pilões e no corte da madeira, os tiradores de carvão, feitores e os serventes. E no setor sem informação estão os escravos que não constavam informação de ofício, nesse caso muitas mulheres. No total de cada ano foram excluídos os menores e 1854, também os escravos inválidos. Em 1854, serviços sem especialização incluem serviços na mineração, carvoarias, roças e tropa, sendo que 44 correspondem a mulheres. Alguns escravos apresentaram mais de uma especialização, optou-se na elaboração da tabela por indicar apenas uma. s.i. significa sem informação.

É interessante que, em 1821 e em 1838, havia escravos com mais de uma especialização, significando, provavelmente, que os estabelecimentos, diante da falta de mão de obra, aproveitavam escravos mais “espertos” em mais de uma função. Em 1821 cinco escravos estavam nesse caso: Antonio Francisco, refinador e fundidor; Jozé Rodrigues, broqueiro e cargador de fornos altos; Ignacio Ferreira de Oliveira, ferreiro e refinador; Henrique do Nascimento, refinador e fundidor e Emydio Carreira, fundidor e refinador. Em 1838 também apareceram 8 escravos com mais de um ofício: Emydio,

⁴⁴⁴ LIBBY, op. cit., p. 328, 1988.

mestre de fundição e serrador; Antonio Benedito, mestre moldador e ferreiro; Generoso, moldador, pedreiro e refundidor; Salvador dos Santos, moldador e pedreiro mestre; Custódio, pedreiro e mestre refinador; Cypriano, ferreiro e refinador; Francisco Antonio, fundidor e refinador e Polidório, refinador e ferreiro.

A presença dos mestres escravos é apresentada sutilmente pela documentação, em ofícios e em relações de trabalhos. Em ofício de 1844, sobre a regularização de transferências de escravos, indica-se a presença deles: “escravos Esmeria, Joaquina, Flausina Rosa, Venancia Teixeira e Maria da Cruz, casadas com escravos desta Fabrica que são mestres de officinas”⁴⁴⁵. Em mapa demonstrativo do pessoal existente na Fábrica de Ipanema de 18 de abril de 1846 constam como mestres 4 escravos, sendo da moldação d’argilla, da refundição, da serraria e um pedreiro construtor. O mapa não indica se tinham vencimentos, apenas aparecem os vencimentos dos empregados da Diretoria⁴⁴⁶. Em 1849, diz um ofício: “Em 40 dias, de 13 de Dezembro ultimo até hontem, produzio o refino, com o serviço de 3 escravos, hum dos quaes serve de mestre”⁴⁴⁷.

Essa presença de mestres escravos não era marcante no contexto privado, no caso do Estabelecimento de Fundição e Máquinas de Ponta d’Areia, pertencente ao Barão de Mauá:

No mapa de trabalhadores do ano de 1855, devido a sua condição de mercadoria, os escravos não desempenhavam o ofício de mestres nas oficinas, uma vez que o mestre constituía uma peça importante da hierarquia do mundo do trabalho, pois ditava o ritmo da produção, e logo, seria contraditório que homens livres submetessem-se a não livres. Por outro lado, encontravam-se escravos dentre os maquinistas, modeladores e caldeiros⁴⁴⁸.

Já no caso da Mina de Morro Velho, observou-se a presença de escravos em funções de comando. No entanto, deve-se notar sua singularidade, ser um estabelecimento privado administrado por ingleses, o que gerou um comportamento diferenciado:

⁴⁴⁵ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Diversos Códices, SDH-SDE 001, Casa Real e Imperial Mordomia-mor – Cod. 1122 – St Cruz, Cod 572, doc. 13, ofício de 26 de fevereiro do diretor da Fábrica de Ipanema para o Presidente da Província de São Paulo.

⁴⁴⁶ Relatório do Ministério de Guerra, 1945 – disponível em <http://brazil.crl.edu>

⁴⁴⁷ Arquivo do Estado de São Paulo, CO5216, Ofício do diretor da Fábrica de Ipanema para o Presidente da Província do Estado de São Paulo, de 01 de fevereiro de 1849.

⁴⁴⁸ MOMESSO, Beatriz Piva. *Indústrias e trabalho no século XIX: o Estabelecimento de Fundição e Máquinas de Ponta d’Areia*. 2007. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, pp. 100-101, 2007.

‘No seu Diário de 25 de abril, Mr. Herring lhes informou ter promovido um negro inteligente, chamado Antônio Moçambique, ao posto de Capitão de Broqueiros (uma função outrora restrita aos ingleses)...’. No mesmo ano, mais quatro escravos foram elevados a maquinistas, um outro foi nomeado capitão de broqueiros, associando-se a Antônio Moçambique, e um sexto foi colocado na posição de supervisor na oficina de ferreiros no departamento de minas. (...) Ainda que a grande maioria dos escravos, bem como a dos trabalhadores livres, se encontrasse nos baixos escalões da organização do trabalho, estas exceções mostram a possibilidade de mobilidade nos casos em que o indivíduo se revelou capacitado e confiável⁴⁴⁹.

Na Fábrica de Ipanema encontraram-se registros de identificação da condição profissional do escravo na hora de se discutir benefícios pessoais, como a alforria. O documento abaixo mostra o exercício de uma profissão por um longo período e a percepção da qualidade do profissional quando este pediu alforria. Aparece como ponto importante na informação dos administradores da Fábrica. Em um ofício sobre o escravo Jozé Maria que pedia sua liberdade, temos a informação que: “He o suplicante entre os escravos da Fabrica, o melhor official de torneiro, e o mais embaraçado, e inteligente em todo o serviço das machinas, e nessa qualidade trabalha, há mais de 8 annos”⁴⁵⁰. Também estes outros casos, dos escravos Salvador dos Santos e Joaquim Rodrigues, tiveram os seus históricos como profissionais analisados pelos administradores para efeitos de alforria:

Salvador dos Santos, segundo consta dos assentamentos existentes nesta Fabrica, he maior de 54 annos, achando-se no seu serviço desde 1811, em que para aqui veio. Trabalha, já como moldador em areia, já como pedreiro e canteiro, sendo elle com effeito o único que nesta qualidade, sabe revestir os fornos altos, e o de refundição; e em qualquer destes officios he o mais habil que desde muito tem o Estabelecimento. O 2º. Joaquim Rodrigues, creoulo da mesma Fábrica de 33 annos d’idade, e cazada, he soffrivel official de marcineiro; occupa-se na construção dos moldes⁴⁵¹.

Como apontado, muitas vezes ter um ofício especializado garantia a permanência ou não do cativo público. Também para a Fábrica de Ferro de Ipanema foi encontrado, nas regularizações de transferências de escravos, o administrador afirmando

⁴⁴⁹ LIBBY, op. cit., p. 119, 1984.

⁴⁵⁰ Arquivo do Estado de São Paulo, CO5216, Folder 4, doc 15, ofício do capitão diretor Francisco Antonio Rapoza, para o Presidente da Província de São Paulo, Vicente Pires da Motta, de 26 de novembro de 1850.

⁴⁵¹ Arquivo do Estado de São Paulo, CO5216, folder 4, doc. 6, ofício do capitão diretor Francisco Antonio Rapoza, para o Presidente da Província de São Paulo, Vicente Pires da Motta, de 5 de junho de 1850.

“que sendo hum dos Escravos de que trata a citada relação o melhor falquejador do Estabelecimento, e que tendo outros falecidos, forçoso foi fazer huma substituição para completar o número marcado”⁴⁵², e assim motivando a necessidade de escravos com esta qualificação. Noutro documento, também da fábrica, observou-se que a especialização poderia garantir a permanência do cativo no estabelecimento. Em um pedido de escravos a serem entregues ao Barão de Antonina, pode-se observar essa situação. O administrador explica a situação da mão de obra da fábrica, quando justifica a escolha de africanos livres, em vez dos escravos que estavam em funções específicas qualificadas:

(...) sendo quase todos (...) empregados no serviço em torno do estabelecimento, onde exercem os officios mais importantes, de torneiros, ferreiros, moldadores, fundidores, carpinteiros, marceneiros, e pedreiro; e sendo alem disso os mais intelligentes, e praticos, nesses serviços, por terem sido applicados a elles desde a sua infancia como filhos que são do Estabelecimento, não podia despensal-os sem fazer parar de hua vez a Fabrica; e por isso vim-me obrigado a escolher entre Africanos, dados ao serviço do matto, 17 cuja falta era menos sensivel⁴⁵³.

Parece que mesmo com o esforço do administrador, 3 escravos especializados tiveram que se retirar do estabelecimento. “O Barão de Antonina recebeu 34 indivíduos todos robustos para o serviço, entre os quaes um ferreiro e dous pedreiros, afim de com elles abrir dous aldeamentos de indios Cayuás”⁴⁵⁴. Porém, a permanência no estabelecimento não era necessariamente uma vantagem, mas uma decorrência da condição profissionalizada. Outro caso da Fábrica de Ipanema, que a especialização pode ter sido uma desvantagem, é o seguinte:

Em cumprimento da Portaria de 25 de abril sobre a conveniencia de voltar para esta Fabrica o escravo Henrique, que se acha no Jardim Botânico; tenho a expor a V. Ex^a. que são aqui muito necessarios os serviços desse escravo; por ser elle habil mestre de fundição e refino, principalmente agora que pode apromptar os eixos dos reparos de peças, com a brevidade recomendada por V. Ex^a. em Portaria de 2 do corrente; sem para isso desviar da moldação, ao escravo existente mestre de refino; mas não posso deixar de avisar a V. Ex^a., que se não mandar com segurança o dito escravo, certamente não chegará a esta Fabrica, da qual há annos se acha fugido; e sempre tão protegido nessa cidade, de onde elle não quer sahir⁴⁵⁵.

⁴⁵² Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Diversos Códices, SDH-SDE 001, Casa Real e Imperial Mordomia-mor – Cod 1122 – St Cruz, Cod. 572, doc. 15.

⁴⁵³ Arquivo do Estado de São Paulo, CO5216, Ofício de 30-10-1854.

⁴⁵⁴ Relatório do Ministério de Guerra de 1863, p. 13 – disponível em <http://brazil.crl.edu>.

⁴⁵⁵ Arquivo do Estado de São Paulo, CO5215, Ofício de 07-03-1843.

O mesmo ocorreu para a Fábrica de Pólvora da Estrela, quanto à necessidade dos estabelecimentos reterem os escravos com qualificação. Alinnie Silvestre Moreira, analisando o caso, comenta que:

(...) não apreendemos maiores diferenças nos serviços executados por africanos livres e por escravos da nação. Admitimos, porém, que pela experiência acumulada em determinados serviços – como aqueles ligados à manutenção e à construção -, os escravos tendiam a se destacar e entre os que chegavam, muitos já vinham profissionalizados⁴⁵⁶.

A profissionalização significava esta dupla face: uma facilitação ou um problema para a vida do escravo e um problema ou uma facilitação para a administração dos estabelecimentos. Se a falta de mão de obra em geral era uma dificuldade para a sociedade escravocrata, mais grave ainda era a falta de mão de obra para atividades que exigiam alguma qualificação. Eram correntes as transferências de escravos entre os estabelecimentos e estas ocorriam também para a obtenção de escravos especializados. Porém, estes deslocamentos significavam, para a perspectiva do escravo, ir para um lugar melhor ou pior. Portanto, parte das vezes isto era uma escolha contrária aos seus interesses.

Em lista de escravos da nação da Fábrica de Ipanema de 1860, que seriam deslocados para a Fábrica de Mato Grosso, aparecem 18 escravos, sendo esses em sua maioria jovens especializados: carreiro, torneiro, tropeiro, pedreiro, carpinteiros, marceneiro, ferreiros e aprendizes⁴⁵⁷. Por conta desta transferência a administração da fábrica reclamou dos transtornos causados:

Não ter ficado no estabelecimento hû carpinteiro, nem pedreiro para concerto, e conservação dos edifícios; por que o escravo João 9º. que ficou, alem de muito mau carpinteiro he bastante velho e rendido e o pedreiro Luiz Francisco, conhecido aqui por Luiz Capenga, alem de mui ordinario official de pedreiro, o defeito phisico nas pernas o impossibilita de subir para concertar telhados das casas que, principando pela Directoria, não pouco soffrerão com as ultimas chuvas⁴⁵⁸.

⁴⁵⁶ MOREIRA, Alinnie Silvestre. Liberdade tutelada. *Os africanos livres e as relações de trabalho na Fábrica de Pólvora da Estrela, Serra da Estrela/RJ (c. 1831 – c. 1870)*. 2005. 256f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas). Campinas, p. 176, 2005.

⁴⁵⁷ Arquivo do Estado de São Paulo, CO5535a, Relação de escravos e africanos livres escolhidos para Mato Grosso, 14 de março de 1860

⁴⁵⁸ Arquivo do Estado de São Paulo, CO5216, ofício de 09 de julho de 1860.

E com os transtornos os pedidos de volta de determinados escravos:

Os escravos Manoel João, Francisco creoulo e Elisa devem vir pelas seguintes razões: O 1º. Por ser carpinteiro, e muito necessário para concerto dos predios. O 2º. Porque alem de ter principios de ferreiro sabe trabalhar nos diversos registros do canal. A 3ª. por ter, como tinha á seu cargo trastes, roupas existentes na Directoria⁴⁵⁹.

A Fabrica de Ipanema também recebeu escravos da Fazenda de Santa Cruz. Em uma relação de escravos da nação vindos para a Fábrica, de 1834, consta o total de 74 escravos, apenas um, Florencio Calabar, veio da Fábrica de Pólvora, os outros vieram da Fazenda de Santa Cruz, sendo os seguintes ofícios indicados para os homens: 3 carpinteiros, 2 falquejadores, 11 ferreiros, 5 pedreiros, 2 cabouqueiros, 4 oleiro, 2 corrieiros, 1 barbeiro e 2 lavradores⁴⁶⁰. Nesse caso, o deslocamento se deu, quando o escravo era casado, com sua família (mulheres e filhos).

Então, para garantir o suprimento de escravos especializados, foram identificadas medidas do Estado no sentido de prepará-los, fechando, assim, o circuito de demanda. Na Fábrica de Ipanema, um ofício de 1828, também relata a entrega de cativo como aprendizes, mostrando uma prática recorrente do estabelecimento: “Ao mestre maquinista Lourenço Hologren lhe foi entregue á annos dous escravos aprendizes, entrando depois outros dous, para os ensinar”⁴⁶¹.

No caso do ambiente privado, pode-se perceber um número maior de menores aprendendo diversos ofícios:

Em 1847, temos notícias de vinte aprendizes escravos de seis a doze anos de idade, que treinavam como carpinteiros, pedreiros e ferreiros. Este programa de treinamento implica que nossa suposição de que havia escravos especializados no decorrer do período todo é justificável. O número de meninos envolvidos pode parecer pouco apreciável, mas é quase certo que o treinamento só abrangia os escravos pertencentes à Companhia⁴⁶².

Em síntese, a profissionalização entre os escravos da nação distingue-se desde o empreendimento jesuítico, que era mais eficiente e diversificado em termos de funções se comparado com os plantéis na Colônia. Mas foi a demanda própria do Estado que fez do conjunto de escravos da nação um ímpar de diversificação. Havia uma teia de

⁴⁵⁹ Arquivo do Estado de São Paulo, CO5216, ofício de 24 de agosto de 1860.

⁴⁶⁰ Arquivo do Estado de São Paulo, CO5213, Relação Escravos da Nação vindos para a Fábrica de São João de Ipanema, 26 de julho de 1834.

⁴⁶¹ Arquivo do Estado de São Paulo, CO5213, Ofício do Administrador para o Vice-presidente da Província de São Paulo, 16 de novembro de 1828.

⁴⁶² LIBBY, op. cit., p. 130, 1984.

fornecimento entre os estabelecimentos, especialmente a partir da Fazenda de Santa Cruz, mas não somente porque havia demanda para serviços em fábricas, em estabelecimentos militares, em serviços domésticos junto ao imperador, em obras públicas, em oficinas diversas, etc. De músicos a ferreiros e de cozinheiras a pedreiros, tudo foi encontrado. Para o escravo significou benefícios e malefícios, e para o Estado significou o ‘arranjo’ diante da escassez de mão de obra. A documentação revela este cenário para todo o período analisado.

Remuneração

A profissionalização, que é o exercício de uma função típica que demanda o conhecimento de um determinado ofício e confere alguma especialização, resulta, muitas vezes, em benefícios pessoais para o indivíduo, mesmo que escravo. O benefício imediato é a remuneração. Para os escravos privados, os estudos de Stuart B. Schwartz apontam que mestres-de-açúcar, caldeireiros e feitores às vezes recebiam recompensas, salários ou mesmo uma percentagem da produção como incentivo. Na área de Campos, Rio de Janeiro, em 1790, um depoimento local dizia que o escravo que trabalhasse como mestre-de-açúcar em qualquer engenho esperava ganhar no mínimo entre 600 e 800 réis por dia⁴⁶³.

Douglas Cole Libby identificou, na administração da mina de Morro Velho, que os ingleses promoviam “a política de conceder ‘prêmios’ quinzenais e pagar horas-extraordinárias aos escravos. Os prêmios, que não deixaram de ser uma espécie de salário, e o direito de ganhar mais, fazendo horas suplementares”⁴⁶⁴. O autor observou que:

No início, os escravos – na sua maioria mulheres – empregados nos pilões, recebiam 0\$120 como prêmio quinzenal. Este havia sido aumentado para de 0\$240 a 0\$320 em 1867, quando Burton passou pela Mina. Os carregadores de pedra (novamente, inclusive mulheres) recebiam 0\$480 nesse mesmo ano, podendo ganhar até 0\$800 ‘por trabalho extraordinário e excesso de tempo de serviço’. Os escravos do departamento subterrâneo, que ganhavam no início 0\$160, passaram a receber 0\$320, com a possibilidade de elevar o pagamento de 2\$560 a 3\$200, através de horas extraordinárias. Isso significa que um escravo produtivo e bem comportado podia contar com uma renda anual de 66\$560 a 83\$200 e, se ele fosse casado e com filhos que

⁴⁶³ SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. São Paulo: Edusp, p. 102, 2001.

⁴⁶⁴ LIBBY, op. cit., p. 98, 1984.

trabalhassem, a renda familiar facilmente teria superado 100\$000. Essa renda hipotética não é totalmente desprezível quando comparada com os vencimentos anuais de certos funcionários públicos e alguns preços registrados por volta de 1867⁴⁶⁵.

Para os estabelecimentos públicos atividades específicas e pontuais geravam também o pagamento de jornais a escravos e também a índios, como mostra uma relação de 31 de outubro de 1815 com nomes e valores de jornais despedidos com os ocupados na abertura e na limpeza de Vala na Fazenda de Santa Cruz⁴⁶⁶. Outro exemplo desse tipo de remuneração foi encontrado numa relação das despesas miúdas feitas no Imperial Tesouro, em 1832, constando nesta o pagamento de 1\$280 para o preto de Santa Cruz que esteve demorado oito dias para conduzir os papéis do Expediente⁴⁶⁷. Essa função de expediente significava conduzir correspondências, mercadorias, etc.

No entanto, em documento sobre o trabalho na obra do Engenho na Fazenda de Santa Cruz, de 1793, pode-se perceber que no trabalho da obra o número de escravos que tiveram uma remuneração foi muito reduzido. Do total de 238 escravos, 128 tinham uma especialização e apenas 6 escravos aparecem com a indicação de vencimentos, sendo 5 carpinteiros e 1 ferreiro. Para dois carpinteiros, indica-se “80 réis por dia trabalhado e por comedorias 60 réis por dia”; para três carpinteiros, “40 réis por dia trabalhado e por comedorias 60 réis” e para hum ferreiro “vence 100 réis por esta para comedorias por ordem da Real Junta”⁴⁶⁸.

Em Regimento do Superintendente Visconde do Rio Seco, de 1817, temos a indicação de pagamento a escravos em diversas ocupações. As expressões: “se pagão os dias vedados adinheiro em que trabalharem”, “os dias vedados são pagos a dias”, “os dias vedados serão pagos a dias da Semana que se seguir”, estão indicadas aos escravos nas reais obras do Paço, aos escravos no serviço do campo, para as “carroças d agôa”, para a ferraria, para as carvoarias, no serviço da Igreja, na oficina de carpinteiros de carros, no hospital, na “olaria dos Hespanhoes”. Para a repartição do açougue explica que: “Hum Escravo, para Esfolador, ao qual serão os dias vedados pagos a Sua Moller, em dias da seguinte Semana, que assás, elle bem pago he dos dittos, pellos os Rabos dos Bois”. Também para o escravo da cavalharice real: “sendo casado os dias vedados serão pagos a Molher”. No entanto, nem todos recebiam o pagamento, como nos seguintes

⁴⁶⁵ LIBBY, op. cit., p. 99, 1984.

⁴⁶⁶ Arquivo Nacional, Fundo Diversas Caixas SDH-SDE 002 – Faz. St. Cruz – caixa 507, pac. 2.

⁴⁶⁷ Arquivo Nacional, Funda Casa Real e Mordomia-mor, SDE-027 - caixa 6, pac. 1, doc. 152.

⁴⁶⁸ Arquivo Nacional, Fundo Diversas Caixa, SDE 002, Fazenda de Santa Cruz, caixa 507, pac.6, p. 75, Estado em que se acha a obra do Engenho, 02 de agosto de 1793.

casos: os escravos nas hortas, “ha de ser inteirado dos dias vedados em que trabalharem por outros das Semanas que se seguir” e para os escravos no serviço do Paço e Tesouro, “No lugar dos Seis Escravos que se achão neste Serviço, que pelas suas idades e forças devem passar para as Vallas, irão seis Escravos dos Invalidos que tem ração, e por conseguinte não tem dias vedados”; o escravo na fatura da manteiga, “não tem dias vedados”⁴⁶⁹. No mesmo documento, verifica-se inclusive a hipótese de remuneração aos escravos inválidos, de acordo com atividade exercida:

Aos Escravos, que empregarem em Guardas, seja de Cancellas, Lavouras, etc., se lhes dara hum arratel de Carne por dia, e hua Ração de farinha quanto baste para sua sustentação. E ate aos que forem buscar Erva ruim ao Campo para defronte ao hospital. Aos Escravos que se quizerem registrar a servir nos Amaçadouros das Obras – na condução de Barro para a Olaria, ou em qualquer outro trabalho de semelhante natureza, se lhe darão oitenta reis por dia. As Escravas devem ser Encarregadas do cuidado e responsabilidade dos Galinheiros, descarregar algodão, do trato das Crianças das outras Escravas, etc. para receberem hum arratel de Carne, e hua ração de Farinha. Por tanto esta Escravatura, querendo trabalhar, não tem dias vedados, sinão aos Domingos e Santos de Guarda; e a que não quizer, tem a esmolla e não ração⁴⁷⁰.

Muitos escravos da nação viviam um regime de “dias vedados”, que, segundo Maria Graham, para a Fazenda de Santa Cruz, significava dois dias e meio e eram dias destinados à busca do sustento em pequenas porções de terra. Nestes dias, eles não eram forçados a trabalhar. O que a documentação nos indica é que a maioria dos casos de remuneração ocorria pelo trabalho nos dias vedados.

Alguns manuscritos apontaram que era comum os escravos da nação da Fazenda de Santa Cruz terem roças, e apontaram a preocupação deles com as ditas⁴⁷¹. Maria Graham também reforça esse fato:

Os negros de Santa Cruz não são alimentados e vestidos pelo Imperador, mas têm pequenos trechos de terra, e dispõem de metade de sexta-feira, todos os sábados, todos os domingos, e todos os feriados para trabalhar para si próprios, de modo que, no máximo, dedicam ao senhor quatro dias em troca da casa e da terra; alguns são dispensados até dos sinais externos da escravidão e as famílias alimentam-se e vestem-se sem a interferência do senhor⁴⁷².

⁴⁶⁹ FREITAS, op. cit., pp.86-91, 1987.

⁴⁷⁰ Ibid, pp. 92-93, 1987.

⁴⁷¹ Fundo Diversas Caixas SDH-SDE 002 – Faz. St. Cruz – caixa 507, pac. 3, doc. 3.

⁴⁷² GRAHAM, op. cit., p. 323.

Esse padrão parece remontar ao período de administração dos jesuítas:

Os menores, filhos de escravos, alimentavam-se e vestiam-se à expensas da companhia. Os escravos que assignalavam pela boa conduta recebiam premios e mais premios, e os chefes de família podiam criar até 10 cabeças de gado cada um, nos campos da fazenda, sem o menor onus para si e para os seus⁴⁷³.

Além do destaque para o trabalho remunerado nos dias de folga, a remuneração ocorria também em função da especialização. Isto foi percebido principalmente para os escravos mais próximos do Imperador. Analisando os escravos da Quinta da Boa Vista, em 18 de julho de 1831, pode-se perceber a diversidade das atividades desenvolvidas por eles: oficiais de carpinteiros, pedreiros e ferreiros; aprendizes; feitores; nos cuidados e trato dos jardins, capim, campos, ruas; no trato de bois e vacas; costura; enfermaria; cozinhando; servindo no Paço, Palacetes e outros; lavadeiras; guardas entre outros, totalizando 288 escravos. Dentre eles, 190 eram homens e 59 mulheres, o restante eram crianças. Já na Quinta do Caju o número de escravos era 43, com predominância de homens⁴⁷⁴. O que chama atenção é que alguns desses escravos recebiam comedorias por serviços prestados: em torno de 3.500 réis por 120 dias trabalhados, registrado em 22 de julho de 1831⁴⁷⁵. Em março de 1833, novamente registra-se o pagamento de 20 réis por dia e um prêmio de 11 réis em cobre para os escravos da Quinta da Boa Vista, 15 oficiais de carpinteiro, 12 de pedreiros e 4 de ferreiros, totalizando uma despesa de 21.334 réis⁴⁷⁶. Outro registro para julho de 1831 contabiliza o valor de 996.680 réis para as comedorias pagas a dinheiro aos escravos das Quintas da Boa Vista e do Caju⁴⁷⁷.

Em folha das comedorias e gratificações dos escravos em usufruto do Imperador pagas em 31 de dezembro de 1832, observa-se a variação das gratificações e o serviço que estava alocado: 5 escravos que faziam serviço de quartos das pessoas imperiais receberiam o valor de 1.600 réis; os que estavam no Thesouro, um receberia o valor de 200 réis por dia, totalizando 6.200 réis e outros seis, o valor de 120 réis por dia, totalizando 3.720 réis; os do Paço e Thesouro da Boa Vista, um escravo a 160 réis por dia, com total ilegível, três a 40 réis por dia, totalizando 1.240 réis e um a 120 réis por dia, totalizando 3.720 réis; os 6 da Casa d' Agoa a 40 réis por dia, totalizando 1.240

⁴⁷³ GAMA, José de Saldanha. História da Imperial fazenda de Santa Cruz – Primeira Parte.. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo 38. Parte II, pp. 229, 1875.

⁴⁷⁴ Arquivo Nacional, Fundo Casa Real e Mordomia-mor-SDE-027 – cax. 5, pac. 1, doc. 22A.

⁴⁷⁵ Arquivo Nacional, Fundo Casa Real e Mordomia-mor-SDE-027 – cax. 5, doc. 24.

⁴⁷⁶ Arquivo Nacional, Fundo Casa Real e Mordomia-mor-SDE-027 – cax. 8, pac. 1, doc. 128.

⁴⁷⁷ Arquivo Nacional, Fundo Casa Real e Mordomia-mor-SDE-027 – cax. 5, pac. 1.

réis; o da Mantearia, a 20 réis por dia, totalizando 620 réis e os três da cozinha também nesse mesmo valor. O valor total da folha foi de 60.440 réis. Para o ano seguinte, poucas foram as mudanças na folha de comedorias e de gratificações pagas a esses escravos, os valores continuaram os mesmos e ocorreu algumas mudanças no número de escravos e sua distribuição⁴⁷⁸. As lavadeiras escravas de Sua Magestade Imperial também eram contempladas; em março de 1833, foi disponibilizada a quantia de 25 mil e 800 réis referente ao mês de fevereiro para o pagamento delas⁴⁷⁹.

Assim, observa-se que o contato mais próximo à Família Real gerava um trato diferenciado aos escravos, como uma remuneração. A visita do Príncipe Regente, por exemplo, foi um motivador para o maior cuidado para com os escravos, como fica nítido no seguinte ofício.

Sendo presumível, que o Principe Regente, Nosso Senhor, queira vir a esta Fazenda, parece muito necessário prevenir alguns objetos; e me presuado que a música composta dos Escravos da mesma Fazenda, merecerá alguma consideração. E como para servirem em algum dia determinado na Igreja, não estão decentemente vestido; será necessario fardalos de alguma maneira mais agradável e economica, como também comprar se alguns instrumentos novos; porque os velhos, nem remendados podem prestar. A despeza para tudo isto, não será grande e com tudo não me atreverei a fazela sem ordem de V. Ex.^a ou da Real Junta⁴⁸⁰.

Também foi identificada remuneração para os escravos públicos nos estabelecimentos fabris, neste caso provavelmente em função de atividades especializadas e como medida de estímulo ao trabalho. Segundo Frederico A. P. de Moraes e Nicolau P. de Campos Vergueira, inicialmente a Fábrica de Ipanema contou com os chamados jornaleiros, possivelmente escravos alugados, que recebiam 120 réis por dia de trabalho, que em 1819 totalizavam 26 cativos distribuídos nos trabalhos dos pilões, do forno e da lenha. Os autores indicam em nota de rodapé que: “Depois de algum tempo foram tirados os mestres dentre os escravos da fábrica, aos quais se dão pequenas gratificações”⁴⁸¹. A respeito da remuneração dos escravos da nação na Fábrica

⁴⁷⁸ Arquivo Nacional, Fundo Casa Real e Mordomia-mor-SDE-027 – cax. 8, pac. 1, doc. 200.

⁴⁷⁹ Arquivo Nacional, Fundo Casa Real e Mordomia-mor-SDE-027 – cax. 8, pac. 1, doc. 93.

⁴⁸⁰ Biblioteca Nacional, Projeto Tráfico de Escravos no Brasil, Galeria de Manuscritos, ofício de Manoel Martinz de Couto, http://consorcio.bn.br/MidiView/MidiView.asp?url=/slave_trade/manuscritos/mssII35_11_6.jpg - acesso em maio de 2011)

⁴⁸¹ MORAES, VERGUEIRO, op. cit., p. 42.

de Ipanema, identificou-se uma autorização do Imperador para o pagamento de uma gratificação em 1829:

Havendo por bem S. M. o Imperador Approvar a gratificação proposta por esse Governo para os escravos da Fabrica, necessito saber por que repartição hé feita esta despeza, se pela Fabrica, ou pela Fazenda Nacional. V. Ex^a. queira resolver o que for conveniente, visto que os escravos nada tem recebido té o presente⁴⁸².

Antes disso, um ofício de 20 de outubro de 1828 também comenta a respeito de gratificação dos escravos:

Não posso deixar em silencio que mandando este Governo, por minha requisição dar hua gratificação aos escravos, que tanto se distinguirão na proxima fundição o que se arbitrou, pois tão diminuto, que o Guarda dos Armazens Jozé Miz da Costa Passos e os tão Administradores interinamente queira indenizar de outro modo, e não merecendo aprovação do Exmo. ex Presidente succedeu que nenhuma se desse aos ditos escravos, pelo que eu os vejo tristes e descontentes, e sem aquelle entusiasmo e energia que os excitou a fazerem sem mestre fundidor, e só debaixo das minhas vistas, e direção os progressos que se vio: por tanto levo a consideração de V. Ex^a. a fim de que mandando contentar á estes escravos excita nelles o gosto, e a energia necessaria⁴⁸³.

O pagamento de gratificações aos escravos foi apontado em resumos de receitas e despesas da Fábrica de Ipanema: em 1825, aparece o valor de 55\$320 despendidos com gratificação aos escravos e africanos que trabalharam em dias santos⁴⁸⁴; em 1834 e 1835 consta a despesa com jornais dos escravos referente a 20 dias trabalhados, sendo 156 para o ano de 1834 e 120 para o ano de 1835⁴⁸⁵; em 1850, o valor de gratificações pagas a escravos chegou a 571\$120⁴⁸⁶; e, em 1856 e 1857 aparece o valor de 93\$640 despendidos com gratificação aos escravos e africanos que trabalharam em domingos e dias santos⁴⁸⁷. Também em conta do que devia a Fábrica aos seus empregados e operários, aparece indicação dos valores que devia aos escravos do estabelecimento: de

⁴⁸² Arquivo do Estado de São Paulo, CO5213, Ofício do administrador para o vice-presidente, 27 de março de 1829.

⁴⁸³ Arquivo do Estado de São Paulo, CO5213, folder 10, ofício do Administrador da Fábrica ao Vice-Presidente da Província de São Paulo, 20 de outubro de 1828.

⁴⁸⁴ Arquivo do Estado de São Paulo, CO5216, Conta da despesa do forno na campanha de 1825 da Fábrica de Ipanema.

⁴⁸⁵ Arquivo do Estado de São Paulo, CO5214, folder 07.

⁴⁸⁶ Arquivo Nacional, IG5-20, Série Guerra (1846-1859), Ofício sobre as despesas da fábrica de 28 de novembro de 1850.

⁴⁸⁷ Arquivo do Estado de São Paulo, CO5216, Resumo de todos os Produtos e Despesas da Fábrica de Ipanema, de 1856 a 1857.

30 de junho de 1845 a 1846, 265\$380 e de 30 de juho de 1846 a 1847, 110\$100⁴⁸⁸. Em Relatório do Ministério de Guerra de 1863, Dr. Guilherme S. Capanema apresenta propostas para a recuperação da Fábrica de Ipanema:

Logo que se tenha concluído os trabalhos que devem ser feitos de uma vez, poder-se-há cuidar em afastar pouco a pouco a escravatura. Os menores podem ser aproveitados como aprendizes da fabrica, e formar para o futuro um excellente corpo de operarios que, tendo tido alli boa escola, poderão servir para montar outros estabelecimentos dessa natureza, mesmo a particulares, que hoje não se podem arriscar á taes empresas por falta de mestres. Quando esses menores começarem a prestar serviço deve ser-lhes retribuido, pagando-se o trabalho; os escravos que mostrarem aptidão e bom comportamento, é de equidade que tenham carta de liberdade, engajando-se á seviço por um certo tempo, mediante jornal estipulado⁴⁸⁹.

No caso da Fábrica de Pólvora da Estrela, na década de 1850, Alinnie Silvestre Moreira notou que:

Neste momento, o governo passou a conceder gratificações diárias para os diretamente inseridos em suas atividades. Para os escravos e africanos livres, que até o momento só recebiam o sustento, a conquista de salários, em equivalência daqueles que recebiam os livres, significatava uma mudança estrutural em suas condições de vida, mesmo que ainda fossem escravos ou tutelados⁴⁹⁰.

A autora dá um exemplo de um escravo que teve uma gratificação e até um aumento em função de mudança de função:

É ilustrativo o caso do escravo da nação Antonio Crioulo, vulgo ‘Canjica’, oficial de carpinteiro, que se destacou ‘com bastante dedicação e grande utilidade ao serviço dos maquinismos ali colocados e tem por vezes mostrado uma aptidão superior ao que de ordinário se encontra em um oficial de carpinteiro, mesmo bom’. Por isso, Frederico Carneiro de Campos julgava-o merecedor de um aumento em sua gratificação, que passou de 400 para 600 réis. Em 1861 ele aparece novamente em uma relação de trabalhadores da fábrica; agora ele ocupava a prestigiosa função de mestre-maquinista, recebendo 2.500 réis mensais. Nesta posição de destaque era responsável por dois aprendizes livres e um ‘mancebo’ africano livre, chamado Cornélio, que recebia 1.400 réis, enquanto que os dois aprendizes ganhavam somente 300 réis cada um. Um outro fato observado é que o documento não o menciona mais como um escravo,

⁴⁸⁸ Arquivo Nacional, IG5-16, Série Guerra (1846-1859), Conta do que deve a Fábrica de Ferro de Ipanema aos seus empregados e operários, de 6 de outubro de 1847.

⁴⁸⁹ Relatório do Ministério de Guerra, 1863, p. 15– disponível em <http://brazil.crl.edu>

⁴⁹⁰ MOREIRA, op. cit., p. 126.

o que pode indicar que ele pode ter pago pela alforria mas não se afastou da fábrica⁴⁹¹.

Contudo, nem todos os escravos da nação trilharam o mesmo caminho do escravo “Canjica”. Mesmo na Fábrica observou-se a limitação do Estado na concessão de jornais, como foi visto no Aviso de 1859, que declara que os escravos da nação da Fábrica de Pólvora, nenhum direito têm a pagamento de jornal.

Inteirado, pelo seu officio n.º 140 do 1.º do corrente, do fornecimento que se faz aos escravos da Nação Clementino, Jeronymo, Ouvidio, e Valentim, officiaes de carpinteiro ao serviço da Fabrica da Polvora; declaro a Vm. que, sendo elles escravos, nenhum direito tem a pagamento de Jornal, tanto mais que o vestuario e sustento que recebem he mui sufficiente para que se lhes deva abonar mais algum vencimento⁴⁹².

Também no Arsenal da Marinha, era prática a remuneração de escravos da nação como indica uma Decisão de 1837: “O Regente em Nome do Imperador, há por bem, que seja abonada a gratificação de oitenta réis aos escravos da nação, empregados no Arsenal da Marinha, que ainda não a tiverem”⁴⁹³. No Relatório do Ministério da Marinha, há uma relação nominal dos escravos da nação e africanos livres, e nessa relação consta, para a maioria dos escravos da nação, o vencimento de oitenta réis; para 6 funileiros e 2 ferreiros, o vencimento era de 160 réis. Os escravos homens recebiam esse vencimento quando trabalhavam e para o sustento mais 140 rs. diários. Além disso, 76 recebiam também o fardamento (duas calças, duas camisas, uma japona) semestralmente e, no fim do ano, uma manta e um boné. As escravas nada recebiam de jornal, apenas 140 rs. para se manterem, e destes se tira 80 rs. todos os domingos para lavagem de roupa, e com relação à roupa nada estava estabelecido⁴⁹⁴.

Assim, as remunerações pagas aos escravos, apesar dos valores baixos, representavam a eles uma possibilidade de juntar um pecúlio para, enfim, conseguirem a alforria.

A partir do momento em que os escravos passaram a ganhar gratificações, encontramos um movimento de muitos pedidos de compra de alforrias, tanto daqueles que as recebiam como dos filhos e mulheres. Os africanos livres, embora já estivessem se emancipado

⁴⁹¹ Ibid, p.126.

⁴⁹² Aviso n.º 274, de 4 de Outubro de 1859, disponível em: www.camara.gov.br.

⁴⁹³ Decisão n. 360, de 22 de Julho de 1837, disponível em: www.camara.gov.br.

⁴⁹⁴ Relatório do Ministério da Marinha, 1844, disponível em: www.brazil.crl.edu

durante esta década, ainda se viam presos legalmente ao período de tutela. Sendo assim, ao conceder salários a escravos e outros trabalhadores compulsórios (os africanos livres), é possível pensar que o Estado buscava recompensar os mais aptos e especializados e mantê-los na fábrica, como o que aconteceu no caso de Antônio Crioulo. Todavia, o primeiro movimento dos escravos foi a utilização de suas gratificações para se desligarem das atividades fabris⁴⁹⁵.

No documento abaixo, tem-se a situação de escravos que pediam dinheiro para o sustento. Parecem ter conseguido o objetivo, apesar de a quantia ser, provavelmente, muito irrisória, tanto que o administrador a identifica como uma esmola. É o caso de dois escravos sacristães da Capela da Fazenda de Santa Cruz, Manoel Feliz e Antonio do Sacramento, que, em 1818, dizem que “são casados, e com família numerosa e lhe he impossivel o subsistir, pelo motivo de serem occupados neste serviço diariamente, sem lhe restar no dia huma só hora em que possão diligenciar o necessario para seus sustento”. E assim respondeu o administrador:

O que os Sup.es alegão he verdade, e por tanto parece me que se fazem dignos, da esmolla de oitenta réis por dia cada hum, pagos pela Folha das Comedorias dos empregados da referida Fazenda, com a clausula que os vencerá, no entanto que existirem no Serviço da ditta Capella, pois em sendo da ditta mandádos para outro trabalho, fiará pertencendo a ditta esmolla, aos que entrarem no lugar dos Sup. Es⁴⁹⁶.

Por fim, a remuneração não era a regra entre os escravos na nação. Mas ocorreu e inclusive foi institucionalizada segundo os regimentos dos estabelecimentos, por isso dependia muito do perfil do administrador. No caso da Fazenda de Santa Cruz, o mais comum era o pagamento pelo trabalho nos dias destinados ao trabalho pessoal para o sustento, os ‘dias vedados’. Mas também ocorreu como uma forma de estímulo no trabalho fabril e como diferencial de uma determinada profissão.

⁴⁹⁵ MOREIRA, op. cit., pp. 126-127.

⁴⁹⁶ Arquivo Nacional, Fundo Casa Real e Mordomia-mor-SDE-027 – cax. 2, pac. 3, doc. 194.

8 – A resistência escrava

A negociação

A escravidão, pelo seu próprio caráter, sempre esteve associada à resistência e à rebeldia, seja ela consciente ou não, individual ou coletiva. As fugas, a vadiagem, o suicídio, o banzo, o roubo, os quilombos, a violência, as revoltas e as rebeliões, foram formas encontradas pelos escravos para resistirem à exploração senhorial. A historiografia sobre os escravos privados identificou essas manifestações utilizando diversas fontes, com destaque para os registros policiais, os processos penais e os anúncios de jornais⁴⁹⁷. No entanto, a historiografia também ampliou o conceito de resistência. Percebeu-se que não havia apenas o caminho de conflito para resistir à condição de cativo, os escravos podiam tomar outra direção, a da negociação. Como o caminho do conflito apresentava variadas possibilidades, o da negociação também incluía vários rumos compreendidos nas conquistas diárias, que representavam a conquista de espaços na sociedade escravista⁴⁹⁸. Assim como os escravos privados, os escravos públicos também percorreram diferentes direções para resistirem à situação de cativo, seja pela negociação seja pelo conflito⁴⁹⁹.

No período da colônia, após o confisco dos bens do jesuítas, a resistência dos escravos da nação na Fazenda de Santa Cruz foi mais contundente, segundo a

⁴⁹⁷ Para a resistência dos escravos ver: QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Escravidão Negra em São Paulo* (Um estudo das tensões provocadas pelo escravismo no século XIX). Rio de Janeiro: J. Olympio; Brasília, INL, 1977. A resistência em estabelecimentos agrícolas ver: MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas, 1830-1888*. São Paulo: Brasiliense, 1987. SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 377- 392, 1988. PENA, Eduardo Spiller. *Burlas à Lei e Revolta Escrava no Tráfico Interno do Brasil Meridional, século XIX*. LARA, Sílvia Hunold. MENDONÇA, Joseli Maria Nunes Mendonça (org.). *Direitos e justiça no Brasil: ensaios de história social*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, pp. 161-197, 2006. Com relação à resistência dos escravos de áreas urbanas ver: WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos africanos, vivências ladinas: Escravos e forros em São Paulo (1850-1880)*. São Paulo: HUCITEC, 1998. MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Ser Escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, pp. 152-166, 2003. ALGRANTI, Leila Mezan. *O Feitor Ausente: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro*. Petrópolis: Vozes, 1988. SOARES, Luiz Carlos. *O “Povo de Cam” na Capital do Brasil: A Escravidão Urbana no Rio de Janeiro do Século XIX*. Rio de Janeiro: Faperj – 7Letras, pp. 195-275, 2007. Sobre fugas, quilombos e revoltas ver: REIS, João José. GOMES, Flávio Santos. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

⁴⁹⁸ Ver: MATTOSO, op. cit., 144-152. SILVA, Eduardo. REIS, João José. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

⁴⁹⁹ Para o contexto da escravidão pública temos: FLORENCE, Afonso Bandeira. *Resistência Escrava em São Paulo: A luta dos escravos da fábrica de ferro São João de Ipanema, 1828-1842*. *Afro-Ásia*, 18, pp. 7-32, 1996. SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *Clamores da escravidão: requerimento dos escravos da Nação ao Imperador, 1828*. *História Social*. Campinas, n. 4-5, pp. 223-228, 1997-1998.

historiografia. Talvez por ser um período de transição e de menor controle. Segundo Carlos Engemann, a fuga, a desobediência e a violência foram frequentes. Mas o Estado reagiu, naquele momento, com força equivalente:

(...) em 1769, o vice-rei expediu, ordenando que todas as milícias deveriam auxiliar o administrador da fazenda de Santa Cruz, caso ele tivesse necessidade de controlar os escravos. Através dela, tanto os milicianos quanto o administrador estavam autorizados a ferir ou matar qualquer escravo que se mostrasse resistente. A insolência desses era tanta, segundo o documento, que alguns deles haviam conseguido soltar companheiros de uma prisão. No ano de 1781, novamente, tem-se notícia de que os escravos de Santa Cruz deram trabalho às autoridades, fato que levou o vice-rei a determinar a prisão de quatro fugitivos sem perda de tempo ‘a fim de que os outros não sigam o mesmo exemplo’⁵⁰⁰.

Também a negociação era um caminho empreendido pelos escravos da nação. Comumente recorriam à administração para solucionarem problemas que os afligiam, como os relativos ao casamento, à transferência, às mudanças na administração, entre outros. Esse caminho correspondeu à compreensão própria e ao contexto inserido pelos cativos públicos. Isso pode ser observado, por exemplo, a partir de um rico requerimento dos escravos da Fábrica de Ferro São João de Ipanema, de 1828, que foi analisado em artigo por Afonso Bandeira Florence⁵⁰¹:

(...) nos indica que aqueles escravos acreditavam que havia deveres da administração da fábrica para com eles que vinham sendo sistematicamente descumpridos. Como escreveram, enquanto eles estavam ‘continuando sempre com o serviço’, a administração não lhes fornecia roupa e alimentos devidos. Acreditavam também que este era um forte argumento a ser apresentado ao presidente da província⁵⁰².

Assim, os escravos públicos tinham a dimensão de sua própria realidade, como fica claro em trecho do requerimento que se indica: “como nós todos sabemos o que temos por semana”⁵⁰³. Dessa forma, “fizeram uma descrição do que deveria ser a sua dieta alimentar (...). Registraram, portanto, que deveriam receber, por semana, uma

⁵⁰⁰ ENGEMANN, Carlos. RODRIGUES, Cláudia. AMANTINO, Márica. Os jesuítas e a Ilustração na administração de Manuel Martins do Couto Reis da Real Fazenda de Santa Cruz (Rio de Janeiro, 1793-1804). *História Unisinos*, vol. 13, nº. 3, pp. 243, setembro/dezembro de 2009.

⁵⁰¹ O requerimento foi transcrito por Florence, consultar: FLORENCE, op. cit., p. 8.

⁵⁰² Ibid, p. 13.

⁵⁰³ Arquivo do Estado de São Paulo, CO5213, Folder 14, Requerimento dos escravos da Fábrica de Ferro São João de Ipanema ao Presidente da Província de São Paulo, 29 de março de 1828 (documento descrito por Florence).

porção de feijão, toucinho e farinha ou, na hipótese da falta do feijão, deveriam receber uma porção de carne”⁵⁰⁴. Demonstraram que compreendiam não só suas necessidades básicas, de alimentação e de vestuário, mas também o contexto público a que pertenciam.

A atitude dos escravos da fábrica São João de Ipanema, ao recorrerem a um representante da coroa imperial, buscando continuar a negociação estabelecida inicialmente com a administração da fábrica, não constitui, de forma alguma, um sinal de capitulação escrava. Ela expressa um momento de maturação das relações travadas entre eles, que se desdobrou em uma ação política aparentemente planejada⁵⁰⁵.

Afonso Bandeira Florence constata que na Fábrica de Ipanema, por esse requerimento, os escravos buscaram melhorar as suas condições de trabalho e de vida. Atuaram coletivamente na reivindicação e buscaram apoio em autoridade externa e superior à fábrica⁵⁰⁶. Na resistência negociada a condição do escravo da nação como parte de uma estrutura pública, como um todo, possibilitou, ainda que excepcionalmente, este elo entre extremos que eram os escravos e a administração da província, ou até a Coroa.

Em resposta ao requerimento dos escravos⁵⁰⁷, dirigida ao diretor da fábrica, o responsável pelo armazém demonstrou as limitações da administração pública e sua dificuldade de controle. Mas interessa especialmente notar esta necessidade de prestar contas ao superior hierárquico pelas demandas dos escravos, apontando a existência de procedimentos administrativos que eram utilizados pelos escravos.

Eduardo Spiller Pena analisando a transferência, para São Paulo, de escravos pertencentes à Fazenda Capão Alto – localizada em Castro, província do Paraná – de propriedade da ordem dos frades carmelitas, observou a atitude e expectativa dos escravos:

A disposição para a revolta evidencia que os escravos desejavam permanecer nas terras que cultivavam com relativa autonomia, e essa atitude se explica pela forma com que, no decorrer de várias décadas, as sucessivas gerações de famílias dos negros do Capão Alto negociaram com os carmelitas seus serviços, criando, nas palavras do próprio relatório, um estado de ‘quase liberdade’ entre eles⁵⁰⁸.

⁵⁰⁴ FLORENCE, op. cit., p. 17.

⁵⁰⁵ Ibid, pp. 16-17.

⁵⁰⁶ Ibid, 1996.

⁵⁰⁷ Arquivo do Estado de São Paulo, CO5213, folder 14, Ofício de José Martins da Costa Passos ao Diretor da Fábrica de ferro São João de Ipanema, 03-04-1828.

⁵⁰⁸ PENA, op. cit., p. 188.

Na escravidão privada também há o registro do “Tratado de paz dos escravos do engenho Santana para voltar ao trabalho”⁵⁰⁹, de 1789. O Tratado possui uma riqueza de detalhes admirável, contemplando as questões do trabalho e da cultura. Este documento é resultado de uma paralisação dos escravos no Engenho de Santana por dois anos. Localizado na Bahia, o engenho pertencia aos jesuítas e, após a sua expulsão, foi vendido a um particular. Com a mudança da administração religiosa para a particular as relações estabelecidas anteriormente não se mantiveram e desencadearam o assassinato do feitor e a fuga dos escravos que, pressionados por expedições militares, acabaram por apresentar o Tratado⁵¹⁰.

A maior parte das reivindicações referia-se a condições de trabalho específicas e a necessidades mínimas de conforto material. Procurava-se limitação das tarefas desagradáveis, redução de cotas de trabalho e um número mínimo de trabalhadores em determinados serviços. O castigo corporal não era mencionado, e evidenciava-se a rivalidade entre crioulos e africanos. A preocupação maior dos escravos era ter sua própria terra, cultivar seu próprio alimento e comercializar o excedente. Pediam as sextas-feiras e os sábados livres para dedicarem-se a seus próprios afazeres, o direito de plantar arroz e cortar madeira sempre que desejassem e de serem-lhes dadas redes e canoas. (...)Essas exigências assemelhavam-se em muitos aspectos, às de modernas negociações trabalhistas, mas no contexto do escravismo havia outras que eram profundamente revolucionárias. Queriam escolher seus próprios feitores e manter o controle dos equipamentos do engenho. (...) Exigiram o direito de ‘brincar, folgar e cantar em todos os tempos que quisermos sem que nos impeça e sem que seja preciso licença’⁵¹¹.

Este episódio indiretamente contribui para distinguir um perfil dos escravos que pertenciam aos jesuítas. Paulo de Assunção relata que, antes mesmo do confisco, os escravos do Engenho de Santana posicionaram-se com relação às condições de trabalho com a mudança do padre administrador, que em uma carta de 1753 colocou: “já não me atrevo com tais escravos! Querem regular-se pelo passado, e não atendem ao presente, o mais lastimoso’. (...) Ficava evidente a má administração e gestão de seus antecessores, com liberdades demasiadas e desvios inconvenientes, difíceis de serem retificados”⁵¹².

Portanto, se a condição oferecida pelos jesuítas vai refletir na hipótese de resistência do escravo, cabe destacar que não havia uma total harmonia nas

⁵⁰⁹ O Tratado está transcrito em: REIS, SILVA, pp. 123-4.

⁵¹⁰ SCHWARTZ, op. cit., p. 142.

⁵¹¹ SCHWARTZ, op. cit., p. 142.

⁵¹² ASSUNÇÃO, Paulo de. *Negócios Jesuíticos: O Cotidiano da Administração dos Bens Divinos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, p. 335, 2009.

propriedades jesuíticas. Ocorreu que o tratamento dado aos escravos diferenciava-se de religioso para religioso, e influenciou as reações dos escravos. Assim como há registro de estabelecimentos da Ordem com condições mais favoráveis aos escravos, também há registro de estabelecimentos do período jesuíta em que os escravos se rebelaram contra o tratamento oferecido. Paulo de Assunção emprega, como exemplo, o levante no Engenho do Conde:

O caixeiro Manoel João Vianna, em carta datada de 25 de abril de 1742, dava conta ao padre superior, Francisco da Guerra, sobre o levante de cinquenta negros ocorrido no engenho do Conde, que felizmente fora controlado. (...) A violência que marcou o episódio deve ter gerado polêmicas e críticas quanto aos excessos de Manoel João Vianna, pois ele, em 26 de abril, escrevia temeroso ao Pe. Francisco da Guerra, advertindo-o que caso chegassem cartas acusando-o de alguma coisa, não desce atenção⁵¹³.

O fato de o escravo se tornar público pode, eventualmente, diferenciar esta resistência. Mas interessa especialmente que boa parte dos escravos que pertencia aos jesuítas se tornara públicos, o que é um elemento que os distingue.

Também os escravos da Fábrica de Ipanema que realizaram a sua negociação (1828), compunham-se de uma escravatura que pertenceu aos religiosos e receberam uma administração anterior específica. A Fábrica de Ipanema não era um estabelecimento confiscado dos jesuítas, mas apresentava características diferenciadas por ser um estabelecimento fabril que tinha escravos pertencentes a estabelecimentos confiscados, como por exemplo, a Fazenda de Santa Cruz, das fazendas de diversas localidades de São Paulo e do Piauí. Houve a tentativa dos escravos em manter práticas vivenciadas no contexto da administração religiosa.

Solimar Oliveira Lima afirma que os escravos das Fazendas da nação do Piauí “sentiram literalmente nos corpos a mudança da gestão jesuítica para a do Real Fisco. Os castigos e a privação de determinados privilégios apontavam para uma nova faceta da ordem escravista que, gradualmente, foi implementada nas fazendas”⁵¹⁴. Esta transição motivou resistências. Diante dessa realidade o autor considera que:

O enfrentamento ganhava, de forma automática, contornos de um confronto que resultava, invariavelmente, em ações mais contundentes. Por um lado, os inspetores e criadores acirravam as exigências de disciplina, respeito e submissão, valendo-se de coerção

⁵¹³ Ibid, p. 333.

⁵¹⁴ LIMA, Solimar Oliveira. *Braço Forte. Trabalho escravo nas fazendas da nação no Piauí (1822-1871)*. Passo Fundo: UFP, p. 136, 2005.

ao trabalho, ameaças e castigos. Por outro, os trabalhadores manifestavam reações de negação da opressão, como desamor ao trabalho, fugas para propriedades particulares, matas ou cidades e agressões físicas. Os dois processos de enfrentamento constituíam, portanto, um só movimento de resistência frente à dominação, exploração e violência da instituição servil⁵¹⁵.

Noutro documento, já de 1828, os escravos da nação recorreram ao Imperador, definem-se com “cidadãos” e fazem uso da condição de escravos públicos para negociarem melhor. Carlos Eugênio L. Soares analisou o requerimento⁵¹⁶ dos escravos da nação do Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro, e concluiu que:

Os cativos faziam uso do alto status de seu proprietário, o Imperador, aparentemente senhor absoluto do Estado, para reclamar melhores condições ou, pelo menos, a volta do ‘acordo’ anterior, possivelmente tecido por décadas de convívio. A condição especial de seu domínio (propriedade da Nação) era justificativa mais que suficiente para tentar a ‘magnanimidade’ de Dom Pedro. O ‘clima de intrigas’ pode ser lido como os informes das autoridades, justificando suas punições⁵¹⁷.

Parte dos escravos da nação procurou, inicialmente, modificar a sua situação e atender às suas necessidades através do envio de requerimentos para as autoridades. Mas nem sempre foram atendidos e, geralmente, levou-se em conta o comportamento deles para o deferimento ou não dos pedidos. Como foi o caso do escravo Manoel Francisco, que requereu ficar na cidade para aprender ofício:

He certo que o dito Escravo se acha a dois annos aprendendo o Officio de Pintor com hum official, que foi para aquella Fazenda pintar o Real Paço, e mais Obras, que se tem feito, em cujo Officio não tem tido adiantamento e da poucas esperanças, segundo o que tenho observado, e me informa o dito official, tanto pela falta de habilidade, como pela inercia, e vadiação, a que está acostumado, sendo esta a causa, porque quer ficar na Cidade á título de aprender o dito offcio; motivo porque me parece não ser attendivel o dito requerimento⁵¹⁸.

As respostas desses requerimentos não devem ter ficado restritas aos seus solicitantes, visto que os escravos relacionavam entre si e podiam trocar informações de suas experiências cotidianas com os seus pares. Ou seja, o comportamento cotidiano dos

⁵¹⁵ Ibid., p. 138.

⁵¹⁶ Documento transcrito em: SOARES, op. cit., p. 228.

⁵¹⁷ SOARES, op. cit., p. 227.

⁵¹⁸ VASCONCELLOS, Leonardo Pinheiro. *Treze documentos sobre a Fazenda de Santa Cruz*. Santa Cruz, Rio de Janeiro, 1810 e 1811 (Coleção Cidade do Rio de Janeiro, MSS II-35, 11, 002 N°. 002, Biblioteca Nacional) -Ofício de Leonardo Pinheiro de Vasconcellos ao Conde de Aguiar, 14 de agosto de 1810.

escravos era algo importante no processo de negociação com as autoridades. E pode-se prever que parte dos escravos da nação assumiu algum tipo de comportamento cotidiano útil para conseguirem certos benefícios. Isso assume especial relevância levando-se em consideração que nos processos para obtenção de alforria também se analisava o comportamento dos escravos.

Na negociação possível dos escravos há que se considerar aquelas que desencadearam relações pessoais entre eles e os administradores, na forma de apadrinhamentos. A proteção pessoal obtida por algum escravo é também uma forma de resistência. Em um ofício transparece a busca da proteção por parte do presidente da Província.

(...) quanto ao Henrique hé costumado de apadrinhar-se com o Exmo. Presidente da Província como consta dos assentos no Livro de matrícula, os figados que padece nas mãos he coisa antiga, e nunca lhe impedem o trabalho por que elles desaparesem logo que elle queira, he provavel que o ataque hydropico que elle padece seja da sua costumada embriaguez.⁵¹⁹

Outras relações devem ter influenciado os escravos da nação, como por exemplo, a convivência com os africanos livres, que, embora tivessem condições diferenciadas em função da tutela, acabaram sofrendo com o tratamento próximo ao que os escravos viviam e, dessa forma, também se manifestaram com relação a sua situação. Afonso Bandeira Florence afirma que “as ações escravas foram muitas vezes empreendidas em aliança com os africanos livres”⁵²⁰. Nesse sentido, em ofício, o administrador da Fábrica de Ipanema comunica que “são remetidos para essa cidade os Africanos livres q. forem mais perigozos”. Esta conclusão se deu após “ouvir o 1º Feitor desta Fábrica; a quem tenho recommendado toda a vigilancia sobre os mesmos Africanos, que nove dentre elles devem ser quanto antes daqui afastados”⁵²¹.

Jaime Rodrigues relata um caso em que os africanos livres da Fábrica requereram sua liberdade em 1849, para o qual destaca que: “a situação era grave ou, como disse o juiz, perturbava a ordem e a subordinação ‘que deve reinar entre semelhante gente, considerando como absoluta necessidade a retirada dos tais pretos daí

⁵¹⁹ Arquivo do Estado de São Paulo, CO5214, folder 4, ofício do Diretor da Fábrica de Ferro de São João de Ipanema para o Vice-presidente da província de São Paulo, 08 de junho de 1836.

⁵²⁰ FLORENCE, op. cit., p. 25.

⁵²¹ Arquivo do Estado de São Paulo, CO5215, Folder 06, Ofício do Vice-diretor da Fábrica de ferro São João de Ipanema, 07 de abril de 1849.

dessa fábrica”⁵²². Ou seja, a preocupação não era apenas com os africanos livres, mas com a influência da manifestação entre a escravatura.

Não é possível tecer uma avaliação segura da eficácia da resistência negociada, mas ela existiu e foi relativamente eficaz. Distingue-se para o escravo da nação porque ele tinha algum conhecimento da sua condição enquanto patrimônio público.

As fugas

A fuga era uma das principais atitudes de rebeldia e de resistência dos escravos privados. A historiografia procurou identificar o perfil e as artimanhas dos escravos fugitivos, as motivações, as tipologias e a periodicidade das fugas⁵²³. Na documentação da Fazenda de Santa Cruz e da Fábrica de Ipanema, a fuga aparece indicada em ofícios e relatórios, como uma manifestação presente também no cotidiano da escravaria pública. Não é possível, através das fontes consultadas, quantificar essa atitude dos cativos, mas, a partir do estudo dos casos encontrados, foi possível distinguir estes dos privados.

Na tabela 15, pode-se visualizar o número de escravos fugidos na Fazenda de Santa Cruz, a partir de algumas listas. Observa-se o predomínio de homens, o que também ocorreu para o contexto da escravidão privada⁵²⁴. A participação reduzida de mulheres nas fugas é explicada pela historiografia em função da expressividade numérica dos homens escravos em termos gerais, e também em função das posições sociais das mulheres escravas na sociedade escravista. As cativas tinham que zelar por filhos, contavam com possibilidades mais alargadas na obtenção de alforria e com os laços afetivos com seus senhores, como amas-de-leite e escravas domésticas.

O número de escravos fugidos para o ano de 1832 refere-se aos escravos da Fazenda de Santa Cruz que foram para a Quinta da Boa Vista, residência oficial do Imperador. Já para o ano de 1844, o número se refere a escravos fugidos que estão

⁵²² RODRIGUES, Jaime. Ferro, Trabalho e Conflito: os africanos livres da Fábrica de Ipanema. *História*. Campinas, n.º. 4/5, p. 40, 1997-1998.

⁵²³ FREYRE, Gilberto. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros*. Recife: Imprensa Universitária, 1963. GOULART, José Alípio. *Da Fuga ao Suicídio* (Aspectos de rebeldia do escravo no Brasil). Rio de Janeiro: Conquista, 1972. KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. SILVA, E. REIS, J. J., op. cit., 1989. GEBARA, Ademir. Escravos: Fugas e fugas. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 6, n.º. 12, pp. 89-100, mar/ago. 1986.

⁵²⁴ SILVA, E. REIS, J. J., op. cit., p. 76. GOMES, Flávio dos Santos. Jogando a Rede, Revendo as Malhas: Fugas e Fugitivos no Brasil Escravista. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, p. 16, 1996. KARASCH, op. cit., p. 401. AMANTINO, Márcia. Os escravos fugitivos em Minas Gerais e os anúncios do Jornal “O Universal” – 1825 a 1832. *Lócus*, Revista de História, Juiz de Fora, v. 12, n. 2, pp. 59-74, 2006.

incluídos em uma lista de 59 escravos da Fazenda de Santa Cruz que encontravam-se na Fábrica de Ipanema e que fugiram em 17 de janeiro de 1844. Vê-se o predomínio de fugas entre escravos originários de outro estabelecimento. O que é um indício de que as transferências influíram nas fugas.

Tabela 15 – Escravos fugidos da Fazenda de Santa Cruz, em anos entre 1808 a 1849

Ano	Masculino	Feminino	Total de fugas	Total de escravos (fugidos e existentes)
1808	41	2	43	s.i.
1817	2	1	3	1293
1832	6	-	6	s.i.
1844	-	-	19	s.i.
1849	17	1	18	1853

Fonte: Para o ano de 1808, Biblioteca Nacional, MSS II-35, 11, 007, Carta remetendo a relação dos escravos da Fazenda de Santa Cruz que trabalham na Corte, dos fugidos e dos que foram transferidos para a Quinta da Boa Viasta, 30 de maio de 1808. Para o ano de 1817, Arquivo Nacional, Fundo Casa Real e Mordomia-mor-SDE-027, Cax 2, pac 2, doc. 42. Para o ano de 1832: SILVA, José Bonifácio. Relação dos escravos das fazendas nacionais do Piauí, do Rio Grande do Sul e da Fazenda Imperial de Santa Cruz que vieram para a Quinta da Boa Vista e Quinta do Caju. Rio de Janeiro, 23-02-1832, Biblioteca Nacional. Para o ano de 1844, Arquivo Nacional, Diversos Códices, SDH-SDE 001, Casa Real e Imperial Mordomia-mor, Cod 1122, St Cruz, Cod. 572, doc. 09. Para o ano de 1849, ENGEMANN, p. 135, 2002.

Obs.: Não se pode afirmar que esses números representem todas as fugas, mas representa uma amostragem. A sigla s.i. significa sem informação.

Com relação à faixa etária dos fugidos, para os escravos privados do Rio de Janeiro, nos anos de 1821-1837, Mary Karasch demonstra que “eram principalmente homens com menos de 24 anos originários da África Central”⁵²⁵.

Para os escravos da nação na Fazenda de Santa Cruz as referências encontradas não são suficientes. Só temos indicações para o ano de 1817, com três escravos fugidos que estão em faixas etárias diferentes: um entre 16 e 20, outro na faixa de 20 a 30 e uma escrava entre 40 e 60 anos. Porém Benedicto Freitas constata que: “Até as crianças fugiam. Em 1866, quatro delas, de 8 a 16 anos, apareceram no Almoxarifado do Palácio de São Cristóvão, pedindo proteção ao Imperador”⁵²⁶.

Outra informação que as listas da fazenda apresentam diz respeito à existência de escravos presos. Estas prisões podem ser relacionadas a algum tipo de resistência, e

⁵²⁵ KARASCH, op. cit., p. 402.

⁵²⁶ FREITAS, B. *Santa Cruz: Fazenda Jesuítica, Real, Imperial – Vice Reino e Reinado, 1760-1821*. Rio de Janeiro: Ed. do autor, vol. II, p. 258, 1986.

possivelmente a fugas. Esta documentação também indica escravos na prisão que recorreram ao perdão do rei.

Numa relação de 1808, constam 24 presos na Fortaleza de Santa Cruz, 1 preso na Fortaleza de Villa Galhou e 3 presos na Conceição. Em 1817, aparecem 2 escravos presos e 12 escravos que se “recolheram pelo perdão de El Rei N. S”. Carlos Engemann, analisando os inventários da Fazenda, relata alguns casos de escravos desertados. Chama a atenção um caso que recebeu o perdão do rei, mas fugiu novamente:

Manoel Joaquim havia desertado anteriormente, sendo apresentado pelo perdão de Sua Majestade El Rey em 15 de julho de 1817. Em março do ano seguinte foi enviado para a Quinta, de onde retornaria menos de um mês depois. Não há como saber o que de fato ocorreu na breve passagem de Manoel pela Quinta, mas o que se tem por certo é que em março de 1819 é dado por desertado pela segunda vez. Se descontarmos os seis meses de carência para que se classifique um escravo como desertado, é possível que em setembro de 1818, ou seja, cinco meses após regressar da Quinta, ele tivesse abandonado a Fazenda novamente, sem que houvesse registro de seu retorno⁵²⁷.

A respeito dos números de escravos fugidos da Fábrica de Ipanema, conforme a tabela 16, nota-se que segue o mesmo padrão com relação ao sexo se comparado à Fazenda de Santa Cruz e à escravidão privada. Observa-se também pela tabela um aumento no número de fugidos, de 6% em 1821 para aproximadamente 17% no ano de 1843. Deve-se ressaltar que esse número de fugas corresponde a fugas realizadas em anos posteriores, ou seja, enquanto o escravo não fosse encontrado ele ficava relacionado como escravo fugido. Assim, o aumento se deve também ao fato de os escravos fugidos em anos anteriores não serem capturados. Afonso Bandeira Florence identificou a ocorrência de várias fugas a partir de 1835 e as associou à falta de resultados a partir da negociação de 1828, quando os escravos encaminharam um requerimento ao Presidente da Província: “Supomos que já que não houvera mudança nas condições dentro da fábrica, os escravos começaram a tomar outras iniciativas”⁵²⁸.

Com relação à idade dos fugitivos, na relação de 1838 da Fábrica de Ipanema, dos 11 escravos fugidos, 5 estavam na faixa etária de 21 a 30 anos e 4 na de 41 a 50. Em 1843, 10 tinham entre 31 a 40 anos, 8 de 41 a 50 anos, 5 na faixa etária de 21 a 30 anos e um escravo tinha 11 anos. Destaca-se aqui a participação de escravos mais velhos, o que não era o perfil predominante nas fugas da escravaria de particulares.

⁵²⁷ ENGEMANN, Carlos. Os escravos do Estado e o estado de seus escravos: o caso da Real Fazenda de Santa Cruz, RJ (1790-1820). *Especiaria* (UESC), V. 10, pp. 602-603, 2007.

⁵²⁸ FLORENCE, op.cit., p. 23.

Tabela 16 – Escravos fugidos da Fábrica de Ferro São João de Ipanema, 1821, 1838 e 1843

Ano	Masculino	Feminino	Total de fugitivos	Total (existentes e fugitivos)	% de fugitivos
1821	5	-	5	83	6,0
1838	10	1	11	134	8,2
1843	18	4	24	144	16,6

Fonte: Os dados do ano de 1821 encontram-se em: MORAES. VERGUEIRO, pp. 46-47. Para o ano de 1838 - CO5214, folder 04, Relação de escravos da Fábrica de Ferro São João de Ipanema, 1838. Os dados referente ao ano de 1845 encontram-se em: Arquivo do Estado, CO5215, Fábrica de Ferro São João de Ipanema, Relação de africanos e escravos existentes na fábrica de ferro, 25-10-1843.

Obs.: Não pode-se afirmar que esses números representem todas as fugas, mas representa uma amostragem. No ano de 1843 também fugiram 4 africanos livres.

Com relação à especialização ocupacional dos escravos fugidos, entre os cativos relacionados na lista de 1821 consta a informação de que 2 eram refinadores. Para 1838, dos 11 escravos indicados, 2 eram oficiais fundidores, 2 eram oficiais de pedreiro e 2 trabalhavam com corte de madeira. Noutros diversos documentos relacionados às fugas também há a indicação de escravos com especialização. Percebe-se, assim, a presença de escravos especializados no movimento de fuga, o que representava um problema para o andamento da Fábrica. O mesmo foi encontrado nos ofícios, como o caso de um escravo fugido oriundo da Fazenda de Santa Cruz e residente da Fábrica de Ipanema: “José Garcia, de boa estatura, escravo de Santa Cruz, carpinteiro, estes escravos fazem falta nos concertos das machinas”⁵²⁹.

A relação de 1843 indica o ano em que os escravos fugiram, com escravos que desertaram a partir de 1821, demonstrando o sucesso da iniciativa, mais de vinte anos depois. Pode ser também que estes mesmos escravos tenham sido recapturados e tenham fugido novamente. Por exemplo, o escravo Victor da Fábrica de Ipanema, que consta na relação dos fugidos de 1821, “fugiu quatro vezes”⁵³⁰ e também o escravo “Manoel Teixeira é incorregível, vadio e só de fugida paresse-me que já passa de vinte

⁵²⁹ Arquivo do Estado de São Paulo, CO5214, folder 04, ofício do diretor da Fábrica de Ferro São João de Ipanema, João Bloem, para o Vice-Presidente da Província de São Paulo, Sr. Francisco de Souza Queiroz, 18 de junho de 1835.

⁵³⁰ Arquivo do Estado de São Paulo, CO5214, Ofício do diretor da Fábrica de Ferro São João de Ipanema ao Presidente da Província de São Paulo, 20 de abril de 1835.

vezes”⁵³¹. O escravo que estava há mais tempo sumido era Feliciano Cardoso, 46 anos, que evadiu em 6 de abril de 1822, mas já consta como evadido no inventário de 1821. No ano posterior, escaparam Domingos Ramos, com 44 anos e Domingos Cabundá, com 48 anos. Seguem-se os anos de 1834, 1835, 1837, 1840, 1841 e 1842, como anos em que também ocorreram fugas de escravos. Suely Robles Reis de Queiroz expõe, com relação a escravos da Fábrica de Ferro de Ipanema, que: “Em 1834, um grupo dali rumaria para a região do Vale do Paraíba. No ano de 1836, novos escravos da mesma Fábrica fugiam”⁵³². Em nota a autora completa que: “Alguns desses cativos fugidos foram capturados em abril de 1835”⁵³³.

Também é possível observar, pela mesma relação, que metade dos escravos fugidos empreenderam a fuga sozinhos e a outra metade fugiram coletivamente. As relações indicam em quantos escravos se envolveram em cada fuga. Estas escolhas devem estar relacionadas com as perspectivas que possuíam para depois das fugas, mas também o modo de organização da resistência. Já para a escravidão privada o cenário é diferente:

Em condições normais, e dadas as dificuldades do empreendimento, fugir parece ter sido uma decisão individual. (...) Fugas coletivas parecem possíveis apenas em condições excepcionais, como o avanço senhorial sobre conquistas anteriores (Santana de Ilhéus, engenho Lavagem etc.); ou quando a normalidade institucional é quebrada por dissidências no interior do bloco dominante”⁵³⁴.

Outro detalhe das fugas encontrado na escravidão privada era a apresentação, em jornais, das características dos escravos fujões⁵³⁵. Para a escravidão pública também foi possível encontrar, em alguns ofícios, descrições dos escravos da nação fugidos. A relação de 1821 aponta características físicas, como altura e descrição de olhos, rosto, dentes, corpo, boca, cabelos e pés, com o objetivo de identificação para recaptura. Esse mesmo tipo de descrição encontra-se nos ofícios, mas aparecem também os pertences que levavam. Num exemplo da documentação, o escravo Generozo “levou camizas de algodoens e calças do mesmo, huma manta, dous pannos riscados, e hum ponxe de pano

⁵³¹ Arquivo Nacional, IG5-20, Série Guerra – Fábrica de Ipanema, Ofício do Diretor da Fábrica de Ipanema para o Ministro e Secretario d’Estado dos Negocios da Guerra, de 15-04-1840.

⁵³² QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Escravidão Negra em São Paulo* (Um estudo das tensões provocadas pelo escravismo no século XIX). Rio de Janeiro: J. Olympio; Brasília, INL, p. 138, 1977.

⁵³³ Ibid, p. 191.

⁵³⁴ REIS, SILVA, op. cit., p. 77.

⁵³⁵ FREYRE, op. cit., 1963. GOMES, op. cit., 1996. AMANTINO, op. cit., 2006.

azul já uzado”⁵³⁶; noutro exemplo os escravos Benedicto, moleque de 18 a 20 anos, e Luis Capêllo, negro de mais de 30 anos,

Ambos levarão camizais de algodão com góllas de baeta azul, celouras e mantas igualmente d’algodão, humas calças, já velhas de pano cor de nape e hua jaquêta de panno azul cuja cor já tinha degenerado em parda; e mais hum fráque de libré com golla de velludo preto, vivos brancos, botoens amarelos⁵³⁷.

Além dos elementos físicos e materiais, também aparecem características psicológicas e as marcas da escravidão, como o caso do escravo fugido Florencio Calabar, que é descrito com: “bastantes cabellos brancos, idade 60 annos mais, ou menos, muito mal encarado de feições, nariz chato, levou vestea e calça de panno azul bastante estragado, huã corrente no pé direito, aonde deve ter o sinal no caso de a ter tirado”⁵³⁸. Em um ofício de 1844 também pode-se observar outras particularidades de escravos fugidos da Fábrica de Ipanema:

Manoel do Rosario, dezaseis annos d’idade, olhos grandes, côr fula, bem parecido, ruidez extraordinaria, crioulo, pertencente á Imperial Fazenda de Santa Cruz, bom official moldador d’areia, e pouco de ferreiro. Manoel Francisco, dezaseis annos d’idade, côr pouca fula, com ferida em um olho, estatura ordinaria, corpo cheio, olhos baixos, e carrancudo, crioulo, soffrivel arreiro de bois, e de bestas. Domingos, trinta annos d’idade, estatura ordinaria, magro, olhos rasgados, nariz fino, côr fula, sabendo escrever, bem fallante, e habituado a fugir, tendo sido remettido da Cadeia de S. Paulo p^a. o serviço d’esta Fabrica em vinte de janeiro de mil oito centos e quarenta e tres pelo Juiz Municipal o Dr. Rabael de Araujo Ribeiro. Marcolino 1^o. Africano livre, vinte e quatro annos d’idade, marca A no braço esquerdo, cara redonda, orelhas pequenas, beicudo, nariz regular, olhos avermelhados, estatura baixa, vesgo do olho esquerdo, mãos e pés regulares, e meio fula⁵³⁹.

Os estudos sobre a escravidão privada também ressaltam os motivos de fuga dos cativos. Além da recusa à sua condição de cativo, também outras razões podiam propiciar essa atitude. Os escravos podiam fugir para livrar-se de um castigo específico ou de um senhor cruel; por terem cometido algum crime; pelo não cumprimento de

⁵³⁶ Arquivo do Estado de São Paulo, CO5214, Folder 11, Signaes dos escravos que fugirão da Fábrica de S. João de Ypanema, de 10 de julho de 1837.

⁵³⁷ Arquivo do Estado de São Paulo, CO5214, Folder 11, Signaes dos escravos que fugirão da Fábrica de S. João de Ypanema, 07 de agosto de 1839.

⁵³⁸ Arquivo do Estado de São Paulo, CO5214, folder 04 A, Signaes característicos do escravo fugido Florencio Calabar, 08 de agosto de 1835.

⁵³⁹ Arquivo do Estado de São Paulo, CO5215, Folder 19, Relação dos Pretos fugidos no d’ Abril de 1844 da Fábrica de ferro São João de Ipanema, 17 de abril de 1844.

determinados acordos por parte de seus donos; no caso de negros de ganho, por não conseguir o salário ou o acúmulo de dinheiro semanal exigido por seu dono; por oportunidade devido à morte do senhor ou de seu distanciamento; para encontrar familiares, parceiros afetivos e amigos; pela rejeição de compra de alforria pelo senhor; por poder ser vendido ou enviado para controle de outro senhor⁵⁴⁰. Eduardo Silva e João José Reis apontam para escravidão privada dois tipos de fuga: fugas-reivindicatórias e fugas-rompimento. “As fugas reivindicatórias não pretendem um rompimento radical com o sistema, mas são uma cartada – cujos riscos eram mais ou menos previsíveis – dentro do complexo negociação/resistência”⁵⁴¹. Já as fugas-rompimento compreendem “desafios mais radicais”. “É importante notar, contudo, que mesmo uma solução mais radical e desafiadora como a fuga para colônias clandestinas – quilombos, mocambos, coitos, ‘cidades’ – não estancava inteiramente o processo de negociação no conflito”⁵⁴².

Quanto às motivações presentes no contexto da escravidão pública, pode-se observar essa mesma classificação das fugas, acrescentando uma outra categoria, as fugas não-reivindicatórias, motivadas por questões amorosas, razões familiares, procura de bebidas, etc. Percebe-se, nos casos encontrados, poucas fugas-rompimento e o destaque seria para a fuga não-reivindicatória seguida pelas fugas reivindicatórias. Por exemplo, os casos de escravos da nação que fugiam de um estabelecimento para outro ou os que saíam do estabelecimento e acabavam voltando depois de um certo tempo seriam exemplos de fugas reivindicatórias. No primeiro caso, o registro é de escravos que fugiram da Fábrica de Ipanema para a Fazenda de Santa Cruz. Nesses casos, não representavam o rompimento com a condição cativa, mas correspondiam à busca de vínculos criados em outros estabelecimentos públicos e que foram barrados pelas transferências. Um exemplo está em ofício de 1835:

Segundo consta por hum escravo apreendido, daquelles que fugirão do tronco, forão os outros pelo caminho de S. Paulo para Santa Cruz; faz-se muito preciso vigilancia sobre hum escravo Antonio Monjolo – que fugio na mesma occasião, de boa estatura, com os signaes de nação Monjolo na cara, e tem mais huãs contusões de briga na testa e rasgada a boca por hum lado, e bexigoso: este escravo hé carpinteiro antigo na Fábrica e em machinas; hé provavel que elle fosse para Santa Cruz, visto que Joanna do Espirito Santo que fugira em outra ora, era a escrava que estava para casar com o referido Antonio

⁵⁴⁰ KARASCH, op. cit., pp. 397-408. LARA, Silvia Hunold. *Campos da Violência. Escravos e Senhores na Capitania do Rio de Janeiro 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 238, 1988.

⁵⁴¹ SILVA. REIS, op. cit., p. 63.

⁵⁴² Ibid, p. 68.

Monjolo, este falla alguã coisa embaraçada por ter enalhado com os queixos numa machina⁵⁴³;

Outro ofício indica escravos que fugiram em 1836 e 1837. Apesar da fuga, ainda mantiveram vínculos com os que permaneceram na Fábrica através de cartas⁵⁴⁴. Nestes casos, o tempo que eles permaneceram foragidos demonstra que as fugas empreendidas foram bem sucedidas, permanecendo sumidos por oito anos. Em ofício de 1839 ao Presidente da Província de São Paulo, o diretor da Fábrica de Ipanema escreve que: “Sem motivo algum desaparecerão ontem a noite os escravos nacionais, Benedicto, Luis Capêlla, Joanna e Bernardina”. No entanto, completa que:

(...) e presumindo que se dirigirem para o lado da Provincia do Rio de Janeiro visto haverem pertencido a Fazenda de Santa Cruz, tomei o expediente de os fazer seguir pelo Soldado Lino V. da Cruz e mais outro, a fim de que não sendo até ahi capturados, V. Ex.^a se digne dar as providencias necessarias para este fim⁵⁴⁵.

Na verdade, o administrador acaba indicando um possível motivo para a fuga dos escravos: a volta para sua comunidade, a Fazenda de Santa Cruz. Outra situação de fuga que envolve vínculos, neste caso familiares, é encontrado num documento no qual também escravos fugiram da Fábrica para a Fazenda. Porém, o administrador da Fábrica alega que os mesmos fugitivos já haviam formado casamento na Fábrica e provavelmente implicaria em novas fugas por conta destes vínculos, o que representaria mais perda de escravos.

(...) pela relação nominal se ve que a maior parte fugio d’esta para a Fazenda de Sta. Cruz, as poucas que há são empregadas em ramos que não posso suprir por outros, como sejam os carrieiros, pedreiros e ferreiros; eu vejo pelo mesmo Avizo que elles forão mandados para servirem nesta por tempo indeterminado, nada disto consta nas participações ao Director e por este motivo não duvidou o mesmo consentir em casamento d’estes com os da Fabrica, e por

⁵⁴³ Arquivo do Estado de São Paulo, CO5214, folder 04, ofício do diretor da Fábrica de Ferro São João de Ipanema, João Bloem, para o Vice-Presidente da Província de São Paulo, Sr. Francisco de Souza Queiroz, 18 de junho de 1835.

⁵⁴⁴ Arquivo Nacional, Diversos Códices, SDH-SDE 001, Casa Real e Imperial Mordomia-mor – Cod 1122 – St Cruz, Cod. 572, doc 10 – do Diretor da Fab. de Ferro de S. João de Ypanema, Antonio Manoel de Mello para o Presidente da Província de São Paulo, Manoel Felizardo de Souza, em 16-02-1844.

⁵⁴⁵ Arquivo do Estado de São Paulo, CO5214, Ofício ao Presidente da Província de São Paulo, 07-08-1839.

consequencia é difficil desligar o Estabelecimento d'elle, e estou certo que sendo assim praticado, alguns da Fabrica fugirão atrás delles⁵⁴⁶.

A relação que este caso desenvolve permite associar os episódios de fugas por motivações amorosas e familiares e as implicações na gestão dos estabelecimentos.

O caso de Máximo Cruz é outro em que o escravo retornou para seu local de origem. Consta como fugido na relação da Fábrica de Ipanema, de 1821. O escravo pertencia à Fazenda de Superaguy, que havia pertencido aos jesuítas e depois do confisco foi arrematada por estrangeiros.

Ultimamente tendo fugido da Fabrica o escravo Maximo da Cruz [1832], em 23 de novembro de 1814 como serve do livro de matricula, consta que se apresentara na mesma Fazenda de Superaguy de onde tinha vindo; e succedendo arrematar-se a dita Fazenda por 2 Estrangeiros conservarão o escravo, e que se comprasse outro para ser remettido a Fabrica⁵⁴⁷.

Sabendo do seu paradeiro na fazenda Superaguy, a combinação foi o envio de outro escravo para substituí-lo na Fábrica de Ipanema. Nesse caso, Máximo Cruz foi favorecido pela sua condição de escravo público. Que proprietário privado aceitaria esse tipo de condição? Aceitaria se lhe conferisse alguma vantagem e se recebesse imediatamente o outro escravo em sua troca, mas não foi o que se sucedeu nesse caso.

Consta que a Junta dos Accionistas convierão nesta troca, determinando ao dito Coronel Queiróz q comprasse o escravo e remetesse a Fabrica. Aqui não existe memoria alguã sobre este objecto.(...) disse o Presidente que se não discuidasse de verificar a compra do escravo, attendendo ao prejuizo que tinha a Fabrica com a Falta do escravo⁵⁴⁸.

Não se sucedeu o envio de outro escravo à Fábrica, posteriormente um ofício informa que: “Sendo preso o escravo Maximo da Cruz para ser entregue nesta Fábrica, succede morrer afogado na Bahia dos Pinheiros”. Uma preocupação do administrador foi que: “parece ter direito de haver os jornais dos que comprarão a Fazenda [Superaguy], e retiverão o dito escravo imenso tempo, sabendo que pertencia á este

⁵⁴⁶ Arquivo Nacional, IG5-20, Série Guerra – Fábrica de Ipanema, Ofício do Diretor da Fábrica de Ipanema para o Ministro e Secretario d’Estado dos Negocios da Guerra, de 15-04-1840.

⁵⁴⁷ Arquivo do Estado de São Paulo, CO5213, folder 1, Ofício do Administrador da Fábrica de Ferro São João de Ipanema, de 17-01-1832.

⁵⁴⁸ Arquivo do Estado de São Paulo, CO5213, folder 1, Ofício do Administrador da Fábrica de Ferro São João de Ipanema, de 17-01-1832.

Estabelecimento, portanto eu submeto este objecto a consideração de V. Ex^a. para resolver o que justo for”⁵⁴⁹.

A condição pública permitiu esse afrouxamento com relação ao escravos. Assim, a permanência dos escravos da nação fugidos em outros estabelecimentos públicos foi, para um administrador da Fábrica de Ipanema, “o mau exemplo de não se ter feito regressar dois escravos fugidos desta que existiam no Jardim Botânico ou Passeio Público dessa cidade será talvez o motivo de muitas fugas”⁵⁵⁰.

Quanto às fugas com retorno para o mesmo estabelecimento, eram fugas geralmente para trabalhos nas proximidades, fugas para “vadiagem”, fugas mal sucedidas e retornos por conta dos laços de família. Os períodos variavam de fugas curtas de dias até fugas de meses. Como, por exemplo, o seguinte caso da Fábrica de Ipanema: “Cumpre-me participar a V. Ex^a. que no 1º. do corr^e mês [junho] (...) já se acha nesta Fabr^a. o escravo Hermogenio que se havia evadido da mesma em Abril”⁵⁵¹. Também a historiografia sobre os escravos privados identificou essas fugas de pequena duração, conhecidas como *petit marronage*. Alguns senhores esperavam certo tempo para anunciarem a fuga aos superiores responsáveis pela captura e aos jornais⁵⁵². Há, também, relatos de administradores reclamando da insubordinação dos escravos e de escravos que empreendiam fugas para “vadiagem”. No relato de janeiro de 1796, do administrador da Fazenda de Santa Cruz, narra-se como ocorreram algumas fugas na Fazenda de Santa Cruz. O administrador salientou que:

(...) alguns Escravos desta Fazenda, tem-se feito insoportaveis, pelos seus terribillissimos desmandos, constituindo-se incapazes de se contarem com segurança nos serviços della, de onde se apartão, sem outro algum motivo, que o de nutrirem nos matos a sua vadiação; zombando de admoestaçoens, e de castigos; saindo a roubar as roças de Vossa Magestade, e as dos Foreiros vizinhos⁵⁵³.

As fugas eram constantes e preocupavam os administradores. Em 7 de janeiro de 1833, o Superintendente da Fazenda de Santa Cruz envia ao Juiz de Paz da Freguesia de Marapicú, pedindo auxílio na captura desses escravos fugitivos.

⁵⁴⁹ Arquivo do Estado de São Paulo, CO5213, Folder 10, Ofício do Administrador da Fábrica de Ferro São João de Ipanema ao Presidente da Província de São Paulo, de 27-05-1832.

⁵⁵⁰ Arquivo do Estado de São Paulo, CO5214, folder 04 A, ofício do diretor da Fábrica de Ferro São João de Ipanema, João Bloem para o Presidente da Província de São Paulo, 31 de março de 1835.

⁵⁵¹ Arquivo do Estado de São Paulo, CO5215, Folder 24, Ofício do Diretor da Fábrica de ferro São João de Ipanema ao Presidente da Província de São Paulo, de 07-06-1845.

⁵⁵² GOMES, op. cit., p. 11.

⁵⁵³ Arquivo Nacional, Fundo Diversas Caixas SDH-SDE 002 – Faz. St. Cruz – caixa 507, pac. 9, p. 2, ofício do administrador da Fazenda de Santa Cruz para o Rei, de 14 de janeiro de 1796.

Tendo-se ausentado à tempos a esta parte, principalmente depois que começou o trabalho da estrada denominada de Mato Grosso, alguns escravos de officios, e Lavouras desta Nacional e Imperial Fazenda de Santa Cruz, e sendo informado que alguns d' elles vagão pelo Districto do Juisado de Paz de V. S^a., e que trabalham em obras publicas, ou em Fazendas, e Sitios particulares, o que não posso designar determinadamente, por ignorar os nomes dos lugares e das pessoas e obras onde se achão a trabalhar, sabendo unicamente que elle vagão por esses lugares por terem sido encontrados por algumas pessoas que os conhecem. Rogo a V. S^a. na qualidade de Superintendente desta Fazenda, por ser constante o seu zelo no desempenho do Cargo para que os seus Comparrochianos o nomiarão tenha a bondade de passar ordens aos seus Delegados a fim de taes escravos serem capturados, e de os remetter para esta Fazenda⁵⁵⁴.

Outra das principais motivações de fugas em estabelecimentos como a Fazenda de Santa Cruz está a facilitação por conta da dificuldade de administração de um estabelecimento público. O documento abaixo relata a dificuldade do administrador da fazenda em conter as fugas e em tomar medidas eficazes após a sua ocorrência. Trata-se de ofício do superintendente a José Bonifácio, em 1833, relatando escravos que fugiam por não obter licença para trabalhos fora da fazenda, e que provavelmente trabalhavam fora sem a licença.

Nenhum resultado tevê o expediente que tomei, e alguns dos Juizes de Paz me responderão, que farião todas as diligencias para se prenderem os escravos fugidos, e me serem remettidos, porem ainda agora estou a espéra que me remettão o primeiro. Nestes ultimos dois menses tem continuado á fugida de alguns escravos de boa conducta, entrando nesse número casados, officiaes do officios falquejadores e serradores; dos quaes, tendo-me pedido licença, alguns para hirem ganhar em os dias de trabalho da Fazenda, e não há tendo eu concedido, não só pela falta que fazem, mas athe pela relaxação e mau habito em que ficão, e pelo mau exemplo que darião aos outros, se tal licença observessem, a tem tomado per si; e consta-me que trabalham nas imediações da Fazenda em obras, e sitios de alguns vizinhos, que os alicião para trabalhar em suas casas, que algumas vezes vem fóra de horas às Senzallas⁵⁵⁵.

Pede o Superintendente tomar as providências necessárias,

⁵⁵⁴ Arquivo Nacional, Fundo Casa Real e Mordomia-mor-SDE-027 – cax. 8, pac. 1, doc. 5, Ofício do Superintendente da Fazenda de Santa Cruz para o Juiz de Paz da Freguesia de Marapicu, de 07 de janeiro de 1833.

⁵⁵⁵ Arquivo Nacional, Fundo Casa Real e Mordomia-mor-SDE-027 – cax. 8, pac. 1, doc. 176, Ofício do Superintendente da Fazenda de Santa Cruz, Coronel Francisco Manoel de Moraes para José Bonifácio, 08 de agosto de 1833.

(...) para se poder dár legalmente nas casas e sitios onde se suspeitar que elle se acoitão, e trabalhão, e a continuação das buscas incertas nas senzallas, e o prompto e exemplar castigo no primeiro que for agarrado⁵⁵⁶.

Uma motivação importante para as fugas temporárias era o exercício de atividades remuneradas em estabelecimentos privados. A documentação indica casos de escravos com cartas de alforria forjadas, que permitiriam a eles apresentar-se em outros estabelecimentos para trabalhar temporariamente, de modo a juntar dinheiro para compra da liberdade ou para consumo próprio, e possivelmente esta prática era facilitada pela dificuldade de controle dos estabelecimentos públicos.

He do meu dever expor a V. Ex^a. que os escravos não fogem para fazerem desordens, e roubos, porem sim pela ambição do interesse que lhe resulta do trabalho, que fazem às pessoas, que os procurão, ou a quem elles enganadamente vão procurar, intitulado-se forros, talvez apresentando-lhe cartas de liberdade, ministrada por alguns libertos, que forão seus parceiros, o que também me informarão⁵⁵⁷.

A fragilidade na gestão da mão de obra cativa pode ter favorecido os escravos da nação para empreenderem a fuga. Os estabelecimentos públicos sofriam com as dificuldades de falta mão de obra, tema apontado em diversos ofícios tanto da Fazenda de Santa Cruz como da Fábrica de Ipanema. Com relação às fugas, pode-se relacionar ao número reduzido de feitores para a fiscalização dos escravos da nação. Ou seja, isso era um facilitador para os escravos da nação tomarem a atitude. Também o controle menos rígido por parte de certos administradores e o afastamento para tratar de outros negócios serviam como um impulso para empreender a fuga, visto que representam momentos em que não há tanta atenção para impedi-los. Conforme ofício, o administrador indica que: “Tendo sido frequentes as fugidas dos escravos da Fazenda de Santa Cruz, pela relaxação em que ficarão nos seis meses da minha ausência d’ aquella Fazenda em o anno passado”⁵⁵⁸.

Ao mesmo tempo que a fragilidade da Administração Pública facilitava as fugas, a interferência ocasional do Imperador em atos de benevolência pessoal estimulava o

⁵⁵⁶ Arquivo Nacional, Fundo Casa Real e Mordomia-mor-SDE-027 – cax. 8, pac. 1, doc. 176, Ofício do Superintendente da Fazenda de Santa Cruz, Coronel Francisco Manoel de Moraes para José Bonifácio, 08 de agosto de 1833.

⁵⁵⁷ Arquivo Nacional, Fundo Casa Real e Mordomia-mor-SDE-027 – cax. 8, pac. 1, doc. 176, Ofício do Superintendente da Fazenda de Santa Cruz, Coronel Francisco Manoel de Moraes para José Bonifácio, 08 de agosto de 1833.

⁵⁵⁸ Arquivo Nacional, Fundo Casa Real e Mordomia-mor-SDE-027 – cax. 8, pac. 1, doc. 176, Ofício do Superintendente da Fazenda de Santa Cruz, Coronel Francisco Manoel de Moraes para José Bonifácio, 08 de agosto de 1833.

comportamento de resistência destes escravos pelo caminho da indulgência ao senhor superior e bondoso diante da máquina pública emperrada, mas não menos severa do que a privada, no que toca tange à relação escravocrata. Neste sentido, há documentos relatando a fuga de escravos da nação para obterem a atenção do Imperador. Estas fugas também ocorreram entre escravos privados, mas os escravos da nação apelavam ao Imperador lembrando suas condições de públicos. Benedicto Freitas transcreve uma notícia do jornal *O Clamor Público* para o período da administração de Inácio José Garcia na Fazenda de Santa Cruz (1856-1867); nela se publicou a reportagem “Façanhas Garcianas”, na qual se relata a fuga de escravas para a Quinta da Boa Vista. Havia o costume, desde a época de D. João VI, dos escravos acompanharem a visita do monarca, “dando vivas estrondosos e dançando até se recolher ao Palácio”. O administrador acabou com o costume, enfileirou os escravos para receberem o monarca a longa distância, para evitar queixas dos maus tratamentos contra os escravos:

(...) apesar da disciplina do insígnio comandante, romperam a forma e excederam-se em seus queixumes; à vista deste resultado quem é o principal culpado? O que, segundo nos afirmam, tornou ainda mais singular esta aventura, é que sua antiga predileta Chiquinha, filha do seu cozinheiro José Capitão de 20 anos, grávida de 7 meses, com outras da 7^a. Esquadra, que é, pelas jovens de que compõe, a de sua particular estima, foram, como cabeças de motim, lançadas a vergalho, depois de encurraladas na casa do Morro do Ar, o que não obstou a que, assim maltratadas, fugissem para virem de novo a São Cristóvão, implorar misericórdia, e infelizmente abortando e sendo recolhida ao hospital da Quinta Imperial, a dita escrava predileta⁵⁵⁹.

Assim como os escravos recorriam ao Imperador para aliviar a condição escrava, outras vezes recorriam a outras autoridades ou a outros senhores. A fuga era uma alternativa obscura que podia resultar no retorno. Por outro lado, a necessidade da mão de obra podia ser um facilitador para o escravo neste retorno. Em 1761, o Conde de Bobadela envia a seguinte carta ao Administrador da Fazenda de Santa Cruz:

De mim se vieram valer Raymundo Luiz, Thomaz e sua mulher Rufina, escravos dessa Fazenda, para que lhe perdoasse por esta vez o castigo, que merecem, pela fugida que fizerão na dita Fazenda. Vm. não usará com eles de castigo algum, pois prometem não fazerem outra⁵⁶⁰.

⁵⁵⁹ FREITAS, B. *Santa Cruz: Fazenda Jesuítica, Real, Imperial*. Rio de Janeiro: Ed. do autor, vol. III, pp. 186-187, 1987.

⁵⁶⁰ FREITAS, B. *Santa Cruz: Fazenda Jesuítica, Real, Imperial*. Rio de Janeiro: Ed. do autor, vol. I, p. 189, 1985.

Esse pedido se relaciona com o insuficiente número de mão de obra e as fugas. Em função dessa característica, os administradores e as outras autoridades acabaram cedendo e pedindo seus escravos presos de volta ou os aceitando com promessas de não castigá-los.

Na Fábrica de Ipanema, entre os motivos de fuga, esteve igualmente a condição de trabalho no estabelecimento. Na noite do dia 04 de julho de 1834, fugiu um escravo da Fabrica de Ipanema, de nome Generozo, mulato, mestre soldador de cilindros. O administrador da fábrica faz o seguinte comentário sobre os motivos da fuga: “cujo procedimento attribuo menos a algumas advertencias que lhe fez a cerca da imperfeição com que praticava as suas obras, que a malignidade que o caracteriza” ⁵⁶¹. O administrador procura se eximir da responsabilidade, mas assume que havia advertências. Depois de nove meses, ainda consta, conforme ofício de 16 de maio de 1838 que o mesmo escravo ainda continuava fugido⁵⁶².

As fugas dos escravos nem sempre eram bem sucedidas e acabavam sendo apanhados pelos capitães do mato. Isso não inibia a reincidência, porque a probabilidade de sucesso também era elevada. Há registros consideráveis nos dois sentidos. Porém, a condição de escravo fugido não era tão promissora e muitos retornavam em condições precárias. A fuga, muitas vezes, era uma perspectiva obscura e o retorno voluntário podia ser o seu final. Outras vezes este retorno não correspondia ao ponto final, mas à continuidade de um ciclo onde a fuga repetia-se inúmeras vezes. O administrador da Fazenda de Santa Cruz relata esses processos:

Assim fugitivos gastão os meses athe, que infastidados da pessima vida, que levão, ou estragados da saude, aparecem apadrinhados, ou vem, sacudidos dos Capitaens do Matto, curtir molestias no hospital, e acrescentar despesas. Sem a menor emenda, de tudo abuso, e voltão a seguir as mesmas inclinaçoens, seduzindo aos mais bem morigerados; a rapazes e adultos, para os acompanhar, e desta sorte, prevertendo os bons a todos as reuniões. Se são empregados nos laboratorios das Serras depressa, os abandonão, e assim em nenhum exercicio prestão nem conservão⁵⁶³.

Para a fazenda, estas fugas não representavam apenas a perda temporária ou definitiva do escravo. Era um problema de administração, que significava despesas com

⁵⁶¹ Arquivo do Estado de São Paulo, CO5214, Folder 11, Ofício do Administrador da Fábrica de Ipanema para o Presidente da Província de São Paulo, de 10 de julho de 1837.

⁵⁶² Arquivo do Estado de São Paulo, CO5214, Folder 11, Ofício do Administrador da Fábrica de Ipanema para o Presidente da Província de São Paulo, de 16 de maio de 1838.

⁵⁶³ Arquivo Nacional, Fundo Diversas Caixas SDH-SDE 002 – Faz. St. Cruz – caixa 507, pac. 9, p. 2, ofício de 14 de janeiro de 1796.

escravos doentes, comunicação entre eles sobre as perspectivas das fugas e a própria perda da mão de obra. A preocupação do administrador era que o comportamento de alguns escravos surtisse em um movimento em cadeia, influenciando outros escravos, principalmente, os jovens. E para isso colocava que ao mau escravo, “a sua altivez, e indigno comportamento, tem tanta necessidade de exemplar castigo, pelo modo apontado que de outra sorte será impossível, que os bons entrem em humildade, e obediência”⁵⁶⁴. Como observa o administrador “nada mais faltou para os fins desejados que a boa ordem na Escravatura”. Diante desta realidade, sugeriu como punição a venda desses escravos, assim como faziam os jesuítas, e com o valor a compra de escravos africanos, considerados pelo administrador mais fáceis de seguirem uma nova doutrina. Além disso, o escravo africano novo não estava inserido na comunidade, necessitando de um tempo maior para estabelecer contatos com os outros escravos⁵⁶⁵. Demonstra-se, assim, que o processo de fuga não era um ato solitário, mas que envolvia relações entre a escravaria.

Confirmou-se que as fugas traziam dificuldades para a administração dos estabelecimentos com documentos que relatam a necessidade de tirar das prisões escravos fugitivos, diante da necessidade de mão de obra. O mesmo se aplicou a escravos que cometiam algum outro ato de resistência e eram presos, como furtos, vadiagem e brigas. Como o caso de Miguel Gomes. Ele era escravo da Real Fazenda de Santa Cruz e fora preso “por incorrigível de furtos, e desordens”. Com o passar do tempo, um novo administrador da Fazenda encaminhou um requerimento ao Rei, em 1820, afirmando que: “e como está há tantos annos [preso], talvez fique melhorado dos costumes que tinha; e por tanto, parece-me que se recomenda a Alta Piedade de V. Magestade para a graça de ser solto, e restituído aos trabalhos da’ quella Fazenda, que tanto carese de braços”⁵⁶⁶. Apesar da informação contrária à soltura pelo Visconde do Rio Seco sobre o requerimento, por considerar que os que tem sido perdoados estavam procedendo mal, o pedido foi concedido⁵⁶⁷. Posteriormente, outro ofício também requer a entrega de outro escravo preso:

⁵⁶⁴ Arquivo Nacional, Fundo Diversas Caixas SDH-SDE 002 – Faz. St. Cruz – caixa 507, pac. 9, p. 2, offícode 14 de janeiro de 1796.

⁵⁶⁵ Arquivo Nacional, Fundo Diversas Caixas SDH-SDE 002 – Faz. St. Cruz – caixa 507, pac. 9, p. 2, offícode 14 de janeiro de 1796. Nesse mesmo sentido ver ENGEMANN. RODRIGUES. AMANTINO, op. cit., pp. 245-246.

⁵⁶⁶ Arquivo Nacional, Fundo Casa Real e Mordomia-mor-SDE-027 – cax. 3, pac. 2, doc. 205, Ofício do Administrador da Fazenda de Santa Cruz para o Rei, de 27 de abril de 1820.

⁵⁶⁷ Arquivo Nacional, Fundo Casa Real e Mordomia-mor-SDE-027 – cax. 3, pac. 2, doc. 205, Informação do Visconde do Rio Seco sobre o Requerimento de Miguel Gomes.

Constando achar-se preso no Calhabouço do Castello o Escravo Patricio Moreira pertencente a Fazenda de Santa Cruz, rogo a Vossa Senhoria se sirva passar as Ordens necessarias para que o dito Escravo seja posto a disposição do Superintendente daquela Fazenda⁵⁶⁸.

E em 20 de maio, Euzébio de Queirós Coutinho comunica que “estão dadas as ordens, afim de que seja entregue o escravo”, mas em 22 de maio pondera que:

Depois de ter expedido as conveniente ordens, para que a requisição do Superintendente da Fazenda de Santa Cruz se entregasse o escravo da mesma Patricio Moreira, vim no conhecimento, de que elle era fugido dos trabalhos públicos existindo até hum a Portaria do Ex. mo Ministro da Justiça datada de 3 de novembro de 1832, em que ordenava a sua captura, e remessa para o Arsenal da Marinha; o que cumpre e participo a V. Ex^a. para seo conhecimento⁵⁶⁹.

Também na Fábrica de Ipanema foi encontrado um caso em que o administrador fala que: “na Cadeia dessa Cidade se acha prezo hum escravo desta Fabrica de nome Benedito dos Santos, depreço a V. Ex^a. q. não tendo o dito escravo outro crime, mas q. a fugida, hajão por bem deste Estabelecimento mandar entregar ao portador”⁵⁷⁰.

Frente às fugas os administradores tendem a tomar algumas medidas para conter os problemas que essas ocasionavam nas atividades dos estabelecimentos. Em 1808, o administrador da Fazenda de Santa Cruz remetendo relação dos escravos, demonstra preocupação com o número de fugas: “como também a que tem dezertado, cujo número, tomado na sua totalidade, é considerável, e merece observação, a fim de evitar ao diante maiores desfalques, e consequentes atrasos nos Serviços do Campo, Agricultura, e outro indispensáveis”⁵⁷¹. E propõe formas de conter as fugas:

Lembro-me, que para se recolherem os Dezertados, e se exemplificarem os mais Escravos, seria necessário que V. Ex^a. se service de recomendar ao Intendente da Polícia, ordenasse aos Chefes Milicianos, de Ordenanças e Capitães do Matto dos distritos, como também as Rondas dessa Cidade; prendam todo, e qualquer escravo

⁵⁶⁸ Arquivo Nacional, Fundo Casa Real e Mordomia-mor-SDE-027 – cax. 8, pac. 1, doc. 155, Ofício do Superintendente da Fazenda de Santa Cruz para José Bonifácio, de 16 de maio de 1832..

⁵⁶⁹ Arquivo Nacional, Fundo Casa Real e Mordomia-mor-SDE-027 – cax. 8, pac. 1, doc. 155, Ofício de José Bonifácio pede ao Chefe da Polícia, Eusébio de Queirós, 22 de maio de 1832.

⁵⁷⁰ Arquivo do Estado de São Paulo, CO5213, folder 6, Ofício do Diretor da Fábrica de Ipanema para o Presidente da Província de São Paulo, 21 de novembro de 1823.

⁵⁷¹ REYS, Manoel do Couto. *Carta remetendo a relação dos escravos da Fazenda de Santa Cruz que trabalham na Corte, dos fugidos e dos que foram transferidos para a Quinta da Boa Vista*, Rio de Janeiro, 30 de maio de 1808 (Biblioteca Nacional, Coleção Cidade do Rio de Janeiro, MSS II-35, 11, 007).

desta Fazenda, que se achar vagando por quaisquer desses lugares, sem ordem, ou licença desta Administração impondo gravíssimas penas a toda, e qualquer pessoa que der asilo ou retenha no seu serviço os escravos de S. A.⁵⁷².

Percebe-se que as fugas, sejam não-reivindicatórias, reivindicatórias ou de rompimento, representavam um problema para os estabelecimentos públicos. Mas este problema é agravado porque predominaram entre os escravos da nação as fugas de pequenos grupos e individuais. Estas fugas significavam um maior entrosamento e uma organização no sentido da resistência. Em diversos documentos, os administradores demonstram o temor do efeito contaminador dos movimentos de fuga. Alia-se ao problema a fragilidade do controle administrativo, com mais burocracia, dispersão e interferência externa. Havia diálogo de resistência que estimulava fugas, ainda que disperso em atitudes de pequenos grupos. Mas os próprios administradores registraram a existência de influências “negativas”, e quilombolas e livres estabeleceram “uma rede de relações de solidariedade que podia ser vista pelos membros da elite proprietária e pela administração da fábrica como uma verdadeira ‘sociedade’ conspirativa”⁵⁷³. Segundo o administrador da Fábrica, João Bloem, por exemplo, havia “a influência de maus vizinhos sobre os escravos”:

A cerca de dois meses, que principiarão a fugir desta, escravos e Africanos livres; e como agora vão a dobrarse as reincidencias; não há duvida alguma, que isto he movido por vizinhos mal intencionados, esses procurão paralizar os trabalhos do Estabelecimento, pois tanto mais fundo na razão, porque elles paceião livremente entre elles, e até frequentão as Casas dos Inspectores de Quarteirão, sem se importarem; e como disto pode resultar dannos graves ao socego deste Municipio, aquilombão os negros fugidos, e disto temos tido bastantes exemplos. (...) Obs. São 6 escravos e 3 Africanos que fugirão e estão aquilombados⁵⁷⁴.

Há ofícios da administração para instâncias superiores requerendo força pública para conter e inibir as fugas, mas também para distinguir e proteger os estabelecimentos dos interesses privados dos vizinhos, especialmente quanto aos escravos, que eram

⁵⁷² REYS, Manoel do Couto. *Carta remetendo a relação dos escravos da Fazenda de Santa Cruz que trabalham na Corte, dos fugidos e dos que foram transferidos para a Quinta da Boa Vista*, Rio de Janeiro, 30 de maio de 1808 (Biblioteca Nacional, Coleção Cidade do Rio de Janeiro, MSS II-35, 11, 007).

⁵⁷³ FLORENCE, op. cit., p. 25.

⁵⁷⁴ Arquivo do Estado de São Paulo, CO5215, Folder 1, Ofício do Diretor da Fábrica de ferro São João de Ipanema ao Senhor Juiz de Paz de Sorocaba, de 27 de abril de 1840.

arregimentados ilegalmente pelas propriedades vizinhas. Esse é um indício de como as pessoas viam e tratavam a propriedade pública.

Esquecendome quando mandei buscar armamento para a guarda dos presos, (...) pois necessita haver alguma vigilancia, mormente manifestando se entre os Escravos, e Africanos reincidencias de fugidas e vivem furtando, e acoitados pelos vizinhos (...). Pesso a V. Ex^a. de ordenar ao Juiz de Paz de Sorocaba, que nomee quanto antes hum Inspector de Quarteirão (...), para evitar estes escandalos, e estou persuadido que a maior parte dos vizinhos há de fazer a maior opposição ao Estabelecimento, por verem se fica malograda o desapropriamento dos terrenos, e por isso a maior actividade que houver nisto será o mais favoravel para o Estabelecimento⁵⁷⁵.

Os fugitivos encontravam apoio não apenas fora da Fábrica, entre os moradores livres, mas também de escravos de dentro do estabelecimento. Em ofício sobre a fuga de alguns escravos, o administrador comenta que: “visto nesta madrugada fugir do Hospital a negra Joanna e como ella é de Santa Cruz, queria ter companheiros de viagem, pois consta ser ella que dava sempre os auxilios aos quilombos, e levava comida para os fugidos no matto”⁵⁷⁶.

Essa rede de relações também pode ser apreendida no caso dos escravos da Fazenda de Santa Cruz, Gomes comenta as relações dos escravos da Fazenda com os quilombolas:

Em 1850, a propósito de uma expedição para destruir os quilombos, o subdelegado do Curato de Santa Cruz, Joaquim Alves de Azevedo, ressaltava que os quilombolas eram ‘avisados pelos parceiros da Fazenda imperial, que não deixam de ter comunicação com eles’. E, finalmente, em 1870, as autoridades preparam uma armadilha para capturar o chefe de um quilombo que vivia ‘impune nos terrenos de Santa Cruz’. A emboscada seria numa venda próxima àquela Fazenda Imperial de Santa Cruz onde o referido quilombola tinha ‘por hábito beber aguardente e comprar objetos para o Quilombo’. Os escravos da Fazenda de Santa Cruz tinham (...) convivência e relações econômicas com aquilombados da região e com certeza uma economia própria compartilhada também com negociantes e taberneiros das redondezas⁵⁷⁷.

Para o autor, essa rede, presente no contexto privado e também no público, representava não só uma simples relação econômica nas conexões, mas “a base de uma

⁵⁷⁵ Arquivo do Estado de São Paulo, CO5215, Folder 1, Ofício do Diretor da Fábrica de ferro São João de Ipanema ao Presidente da Província de São Paulo, de 28 de abril de 1840.

⁵⁷⁶ Arquivo do Estado de São Paulo, CO5215, Folder 1, Ofício do Diretor da Fábrica de ferro São João de Ipanema ao Presidente da Província, de 18 de janeiro de 1840.

⁵⁷⁷ GOMES, Flávio dos Santos. *História de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 298, 2006.

teia maior de interesses e relações sociais diversas”, “da qual os quilombolas souberam tirar proveito fundamental para aumentar a manutenção de sua autonomia. (...) Essa rede complexa de relações sociais adquiriu lógica própria na qual se entrecruzavam interesses, solidariedade, tensões e conflitos”⁵⁷⁸.

Também na Fazenda de Santa Cruz, além do vínculo com os quilombolas, os escravos fugitivos tiveram o apoio de libertos moradores da Fazenda. Nesse caso, deu-se em função do interesse dos escravos em trabalharem fora da Fazenda. Naturalmente, se fizeram esta opção é porque esse caminho lhes oferecia mais vantagens. Os libertos apoiavam os fugitivos forjando a condição de libertos.

Devo lembrar a V. S^a. que alguns dos escravos de que trato se achão com carta de liberdade, que lhe forão ministradas por alguns libertos, moradores nas Senzallas desta Fazenda, que forão seos parceiros, por cujo motivo se as appresentarem no acto da prisão V. S^a. não deve fazer obra por ellas. A relação inclusa contem os nomes d’ elles, tanto dos que estão desertados há annos, como dos que estão há meses⁵⁷⁹.

Os furtos

Se as fugas eram uma constante entre os escravos privados, os roubos e furtos também eram significativos e acabavam por impulsioná-las, representando também o descontentamento da escravaria. As condições precárias eram motivações para a prática do furto e dos roubos, incidindo, principalmente, a itens básicos, como alimentos e roupas⁵⁸⁰. Essas práticas eram facilitadas pela existência de intermediários, que trocavam e compravam as mercadorias. Conforme Maria Cristina Wissenbach, ao falar sobre a escravidão urbana em São Paulo:

(...) os inquéritos relativos a tais crimes demonstram a presença dos receptadores – alianças fundamentais na destinação dos produtos do roubo e portanto na consumação dos crimes – e que depõem sobre a larga rede de agentes vinculados à economia informal, realizada na base de barganhas, trocas e empréstimos. A orientação que tomou grande parte dos inquéritos sobre os crimes dessa natureza revela que, aos olhos dos poderes públicos, a preocupação concentrava-se nos graus de aderência entre escravos e homens livres, presentes nessas práticas que, constantemente, oneravam os moradores da cidade⁵⁸¹.

⁵⁷⁸ REIS, J. J. GOMES, F. S., op. cit., p. 278.

⁵⁷⁹ Arquivo Nacional, Fundo Casa Real e Mordomia-mor-SDE-027 – cax. 8, pac. 1, doc. 5, Ofício do Superintendente da Fazenda de Santa Cruz para o Juiz de Paz da Freguesia de Marapicu, de 07 de janeiro de 1833.

⁵⁸⁰ ALGRANTI, op. cit., p. 176. WISSENBACH, op. cit., pp. 51-52. SOARES, op. cit., pp. 245-250.

⁵⁸¹ WISSENBACH, op. cit., p. 52.

Para a escravidão pública encontraram-se também relatos de furtos. Em ofício sobre a Fazenda de Santa Cruz, de fevereiro de 1811, há o relato do furto de carne fresca, que é colocado como prática costumeira entre os escravos dali:

(...) aparecendo na manhã do dia dois do corrente um cavalo com sangue, que mostrava ter conduzido carne fresca furtada pelos Escravos, como costumam, dei logo ordem ao Primeiro Administrador para se passar uma revista a todas as Senzalas, a fim de se descobrir o furto e conhecer-se o criminoso, para ser punido, como é preciso, para temor e exemplo⁵⁸².

Na investigação, ordenou-se o cerco às senzalas e encontrou-se a carne de gado da Fazenda constatando-se que os próprios escravos responsáveis pelo gado mataram e distribuíram a carne. O administrador aventa a necessidade de “que sejam punidos, e com exemplar castigo tanto pelo crime do furto, como por serem Campeiros, a quem está comfiado o cuidado; e guarda do Gado por ter notícia que se dirigiram para a cidade, tenho rogado (...) os mande prender, e os remeta a esta Real Fazenda”⁵⁸³. O episódio terminou com a ordem de prisão dos envolvidos. O roubo, que envolveu duas famílias de escravos, resultou em fuga de parte deles.

Na revista que passei às Senzallas, achei na do Escravo Campeiro Antonio Cardoso hu couro ainda fresco e hua peq^a. porção de carne, e so^m. estava nesta senzalla hu filho peqno. do dito Escravo; na do Escravo Campeiro Francisco da Silva, que se abrio por estar fechada, achei hua porção de sebo fresco; e na do Escravo Campeiro José Henriques, que tambem se abrio por estar fechada, achei hua porção avultada de carne⁵⁸⁴.

É interessante anotar que o furto do gado desencadeou outras consequências e demonstra que também havia uma informalidade entre escravos da nação, na qual o ilícito possibilitava algum tipo de ganho, além da comida. Parte da carne foi vendida para outros escravos de fora da fazenda. Segundo relata o administrador, “pondo os

⁵⁸² VASCONCELLOS, Leonardo Pinheiro. *Treze documentos sobre a Fazenda de Santa Cruz*. Santa Cruz, Rio de Janeiro, 1810 e 1811 (Coleção Cidade do Rio de Janeiro, MSS II-35, 11, 002 Nº. 002, Biblioteca Nacional). - Ofício de Leonardo P. de Vasconcelos, 15 de fevereiro de 1811.

⁵⁸³ VASCONCELLOS, Leonardo Pinheiro. *Treze documentos sobre a Fazenda de Santa Cruz*. Santa Cruz, Rio de Janeiro, 1810 e 1811 (Coleção Cidade do Rio de Janeiro, MSS II-35, 11, 002 Nº. 002). - Ofício de Leonardo P. de Vasconcelos, 15 de fevereiro de 1811 – Biblioteca Nacional.

⁵⁸⁴ VASCONCELLOS, Leonardo Pinheiro. *Treze documentos sobre a Fazenda de Santa Cruz*. Santa Cruz, Rio de Janeiro, 1810 e 1811 (Coleção Cidade do Rio de Janeiro, MSS II-35, 11, 002 Nº. 002, Biblioteca Nacional). - Ofício de Leonardo P. de Vasconcelos, 15 de fevereiro de 1811.

sentinellas nas bocas das ruas, forão encontrados hu preto e hua preta de fora da Faz. com hua pouca de carne e dois mocotós, que confeçaram ter lhes vendido o Escravo da Faz. João da Matta”. O escravo não tivera grandes problemas para efetuar o furto, visto que se aproveitou de sua função para efetuá-lo: “sendo os mesmos mocotós e carne daq. se dava p^a a comida das crianças, de que era cozinheiro o sobredito Escravo João da Matta”⁵⁸⁵. Como desfecho, descobriu-se o envolvimento de famílias de escravos da nação que acabaram fugindo.

No mesmo ofício, o administrador informa que “o Escravo Manoel Francisco, que se acha ausente desta Fazenda se apossara de um Maxo, e uma mula desta mesma Fazenda, e que lhe dera consumo, e como me conta que está na Cidade, igualmente rogo (...), para o remeter preso a esta fazenda”⁵⁸⁶.

Com os constantes roubos de gado, foram elaboradas Ordens da Administração da Real Fazenda de Santa Cruz, de 23 de agosto de 1817, transcritas por Benedicto Freitas. Nas referidas ordens, verifica-se que a preocupação se estendia a roubos realizados por escravos de fora da fazenda, a quilombolas e a homens livres. Estes roubos eram um problema constante para a Fazenda e eram, portanto, uma alternativa real para a sobrevivência dos escravos. Dada a frequência desses roubos e a extensão da Fazenda, medidas rígidas foram propostas:

Os campeiros todos serão Capitães do Mato, e todos juntos formarão uma Esquadra, para apanharem os ladrões de gado, e canhambolas, por cada prezo seja branco preto ou mulato que for ladrão de gado terão de prêmio vinte mil reis, o prezo será metido no tronco no dia em que for apanhado e no dia seguinte será metido na Cadeia da cidade, com uma guia, que acuse o nome do escravo, e Senhor, como também a culpa⁵⁸⁷.

O roubo de gado na fazenda para o consumo dos escravos foi novamente constatado em documentos de anos posteriores. Nos anos 1821 e 1822, o administrador da Fazenda de Santa Cruz utilizou índios na diligência dos escravos que realizavam e facilitavam o furto na fazenda:

⁵⁸⁵ VASCONCELLOS, Leonardo Pinheiro. *Treze documentos sobre a Fazenda de Santa Cruz*. Santa Cruz, Rio de Janeiro, 1810 e 1811 (Coleção Cidade do Rio de Janeiro, MSS II-35, 11, 002 N°. 002, Biblioteca Nacional). - Ofício de Antonio Gomes da Costa, 2º Sargento ao Sargento-mor João Fernandes da Silva, 4 de fevereiro de 1811.

⁵⁸⁶ VASCONCELLOS, Leonardo Pinheiro. *Treze documentos sobre a Fazenda de Santa Cruz*. Santa Cruz, Rio de Janeiro, 1810 e 1811 (Coleção Cidade do Rio de Janeiro, MSS II-35, 11, 002 N°. 002, Biblioteca Nacional). - Ofício de Leonardo P. de Vasconcelos, 15 de fevereiro de 1811.

⁵⁸⁷ FREITAS, B. *Santa Cruz: Fazenda Jesuítica, Real, Imperial*. Rio de Janeiro: Ed. do autor, vol. II, p. 270, 1986.

(...) fiz chamar os dous capitaens mores das aldêas de Taguay e Mangaratiba, convidando-os para que os seus respectivos Indios, dessem hum assalto geral nos matos em torno desta Fazenda assignallando-lhes os pontos, e estaçoens em que muitos ladroens de fora, virem congregados com os mãos Escravos desta Fazenda, para praticarem infinitos roubos, e outros muitos insultos. Tratada esta diligencia com notavel segredo, e oportunidade, entrarão nella noventa e hum Indios⁵⁸⁸.

A busca que os índios deram revelou para a administração uma grande quantidade de restos de gado. Resultou na identificação de que uma grande parte da escravatura da fazenda era cúmplice nos roubos que lá ocorriam, pois “porque alem das carnes, abundantes restos dos seus estragos, se achavão muitos couros por res e ossos enterrados pelas roças: ora estas ou são unidas ou pouco separadas”. Considerou-se que essas práticas “não se possam praticar com tanto silêncio sem serem percebidos dos vizinhos”. Esses casos, reflete o administrador, “cujas liçoens barbaras, não só poem em desordem; e precipicios a juventude bem morigerada, porque os vicios tem mais sequito do que a virtude, como tão bem aos innocentes, (...) tendo em vista maos exemplos, praticados, cotidianamente, pelos parentes perversos”. Para contê-los propõe que “se apartarem desta Fazenda os Escravos, reconhecidamente incorrigiveis”⁵⁸⁹.

Essa prática de utilizar índios para a busca de fugitivos também foi destacada por Stuart B. Schwartz, no contexto da economia açucareira colonial.

Os registros do Engenho Sergipe contêm diversos pequenos pagamentos feitos a índios que capturaram fujões. Aldeias indígenas inteiras eram mobilizadas para servirem como tropas antiquilombo, e praticamente todos os esforços de vulto empreendidos contra quilombos baianos incluíram auxiliares índios⁵⁹⁰.

Da mesma forma que os escravos da fazenda recorriam a escravos de fora nos seus negócios ilícitos e nas suas fugas, o documento abaixo mostra um escravo privado fugitivo que recebeu guarida na fazenda pelos escravos da nação. Havia a comunicação entre os escravos na sua resistência, os escravos da nação empreendiam atos em comum por terem esta condição comum, mas isto não impedia de se comunicarem também com os escravos privados, pois antes de serem escravos da nação, eram todos escravos.

⁵⁸⁸ Arquivo Nacional, Fazenda de Santa Cruz, caixa 507, pacotilha 3, doc. 1, Ofício do Administrador Manoel Rei ao Secretario dos Negócios do Reino, Francisco José Vieira, de 9 de janeiro de 1822.

⁵⁸⁹ Arquivo Nacional, Fazenda de Santa Cruz, caixa 507, pacotilha 3, doc. 1, Ofício do Administrador Manoel Rei ao Secretario dos Negócios do Reino, Francisco José Vieira, de 9 de janeiro de 1822.

⁵⁹⁰ SCHWARTZ, op. cit., 1988.

Havia, como estes documentos indicam, o reconhecimento desta condição comum. A negociação, a fuga, o furto, o comércio do furto e o acobertamento destas práticas eram compartilhadas como resultado de um sentimento comum de identidade, especificamente a identidade da condição de sujeitos da opressão escravista. Em Santa Cruz foi comunicado, em dezembro de 1798, que alguns escravos da Fazenda deram asilo ao escravo do Capitão João de Medeiros, que participara de um roubo de ouro lavrado⁵⁹¹.

Também na Fábrica de Ipanema pode-se observar a ocorrência de furtos. A sua localização contribuía para a dificuldade de controle e para a ocorrência das fugas e dos furtos.

Não existindo actualmente em Serviço nesta Fabrica praça alguma do Côrpo Municipal Permanente, e constando apenas o destacamento de 1ª Linha de 3 Soldados, e 1 cabo, hé esta a única força, que tenho á minha disposição para manter a ordem, e a obediencia entre os escravos, policiar o estabelecimento (que hé assás frequentado por pessoas estranhas, e atravessado por duas estradas, huma de Sorocaba para Tatuí, outra de Porto-Feliz para Campo-Largo), e evitar como me cumpre negocios clandestinos entre os escravos, ou operarios, e os moradores e passageiros, no que, segundo me consta, algum abuso se tem introduzido⁵⁹².

Neste estabelecimento, observou-se uma cadeia de relações entre os furtos e as receptações de dentro e de fora. Como notou Afonso Bandeira Florence, esta cadeia teve apoio dos considerados “maus vizinhos”. O administrador colocava, com relação aos frequentes roubos de gado e de porcos da fazenda da fábrica: “quando se pode furtar neste Estabelecimento, elles comprão, e tudo isto somente se pode evitar, fexando a Fabrica com muros conforme o meo projecto; porem para isto necessito de braços”⁵⁹³.

Essa cadeia se formava também pelas tabernas e vendas, eram locais de negociações ilegais, onde se encontravam os escravos, os livres e os libertos para venderem ou trocarem mercadorias roubadas.

Em 5 do corrente houverão assassinios (numa vendinha que hum sugeito por nome Januario Vieira de Moraes fez a pouca distancia desta Fabrica; ahy se praticão todas as venda, ou trocas de objectos furtados) em hum filho de Joze Ramos, escravo desta Fabrica, e

⁵⁹¹ Arquivo Nacional, Fundo Diversas Caixas SDH-SDE 002 – Faz. St. Cruz – caixa 507, pac. 2, doc. 5.

⁵⁹² Arquivo do Estado de São Paulo, CO5215, Oficiode Ricardo Gomes Jardim ao Presidente da Província, de 17 de junho de 1848.

⁵⁹³ Arquivo do Estado de São Paulo, CO5215, Folder 1, Ofício do Diretor da Fábrica de ferro São João de Ipanema ao Presidente da Província, de 18 de janeiro de 1840.

segundo toda apparencia existião mais escravos lá, por faltar Henrique official do refino desde o dia 4; parece voltará nestes dias por não ter de costume o fugir. Existe outro sugeito por acunha Pedrinho, o qual veio para esta em companhia de hum escravo perto do Rio, que foi sentenciado para os trabalhos desta Fabrica, por roubos de arrombamentos e de estradas; elle é pardo e mora perto da Fabrica com venda, e faz iguais negocios com os escravos, ainda presentemente armado de pistólas, espada e faca, e alguãs vezes de trabuco⁵⁹⁴.

Também na Fábrica o furto pode ser considerado um instrumento de resistência e uma prática que funcionava numa cadeia informal regular. Os documentos abaixo indicam, além da ocorrências dos furtos na Fábrica, como se dava a receptação.

Quando veio o Coronel Perea a esta, poucos dias depois veio hum ferreiro alemão que se estabeleceo a cerca hum quarto de legoa da Fabrica, cujo ferreiro compra todo o ferro furtado pelos escravos; tira os ferros daquelles que forão aprehendidos em fugas: antes d'hontem foi hum escravo com huã foice da Fabrica, e o ferreiro tirou da mesma a marca da Fabrica, e como eu soubesse daquella foice, o escravo foi-se valer do Capitão José G., trazendo a foice declarou o que se tinha passado com a mesma em casa do ferrereiro alemão informando-me mais circunstanciada sobre este objecto soube que hum official o largou por escrupulo de ver se comprar ferro furtado da Fabrica, e hum outro morador alemão fazendo ver ao referido ferreiro que fazia muito mal, respondeo que não tinha medo de ninguém, como tambem que o referido ferreiro tem hum buraco no chão no matto em que guarda o ferro furtado, de maneira que qualquer busca que lá se intente hé infructifera⁵⁹⁵.

Para os escravos da nação, as suas formas de resistência se distinguem da escravidão privada. Seja o furto e o comércio informal do seu produto, seja as fugas de rompimento, seja aquelas que geravam atividades fora do estabelecimento e aquelas para outros estabelecimentos públicos, seja também a capacidade de negociação dos escravos distinguem-se porque a administração dos escravos da nação possuía dificuldades próprias que facilitavam ou, no mínimo, diferenciavam estas práticas. Destaca-se, nesta afirmação, a existência de um conjunto de estabelecimentos públicos relativamente interligados, especialmente pelas movimentações dos escravos, além da burocracia e da dificuldade de comunicação entre os administradores e as suas instâncias superiores, que atrasavam as medidas de controle. Por fim, as interferências

⁵⁹⁴ Arquivo Nacional, IG5-19, Série Guerra – Fábrica de Ipanema, Ofício do Diretor da Fábrica de Ferro São João de Ipanema para o Presidente da Província de São Paulo, de 08 de janeiro de 1836.

⁵⁹⁵ Arquivo do Estado de São Paulo, CO5214, folder 04, ofício do diretor da Fábrica de Ferro São João de Ipanema, João Bloem, para o Vice-Presidente da Província de São Paulo, Sr. Francisco de Souza Queiroz, 03 de junho de 1835.

externas à administração do estabelecimento pelas autoridades superiores, como o apadrinhamento de escravos pelo imperador.

9 – A questão das alforrias

Aspectos legais da alforria dos escravos públicos

Naturalmente, que a alforria é tema central na escravidão e, para os escravos da nação, ela distinguiu-se em alguns aspectos, entre eles a existência de normatização positivada, o que para os escravos privados se limitava a costumes. O desejo de liberdade era comum a qualquer escravo, público ou privado, mas os meios para a sua obtenção tinham alguma diferença, como a existência de atos administrativos que reconheciam isoladamente algumas vantagens e a própria Lei do Ventre Livre, de 1871, libertou todos os escravos da nação antecipando a libertação dos escravos públicos em doze anos em comparação aos escravos privados. Pela Lei, os escravos ficaram sob a supervisão do Estado por cinco anos.

Diversas razões explicam a ocorrência de libertações para os escravos privados, tanto por parte dos senhores, que faziam da promessa de liberdade um instrumento de disciplina, ou quando libertavam por paternalismo, quanto por parte dos próprios escravos, seja acumulando pecúlio para comprar sua liberdade seja assumindo comportamentos estratégicos na relação com seu senhor, por exemplo, de obediência e de dedicação em troca da sua graça.

O objetivo é apontar questões relacionadas ao processo de obtenção da alforria por parte dos escravos da nação e refletir a respeito do problema, principalmente levando em conta a documentação da Fazenda de Santa Cruz e a Fábrica de Ferro São João de Ipanema. A historiografia sobre as alforrias na escravidão privada também fornece suporte para uma análise comparativa.

A historiografia das manumissões engloba estudos com métodos e fontes documentais variadas, tais como inventários post-mortem, testamentos, registros de batismos, listas de matrícula, ações de liberdade, processos criminais e, principalmente, cartas de alforrias. A abordagem procura compreender as alforrias dos escravos da nação por meio de decretos e decisões, de requerimentos, de autorizações, de termos de avaliação e de ofícios entre estabelecimentos públicos e da historiografia que trata dos escravos da nação.

Para o escravo privado, como colocou Manuela Carneiro da Cunha, a alforria a partir do pagamento do seu valor ao senhor era uma norma costumeira, não havia uma

lei, uma norma escrita definindo claramente. Isto, segundo a autora, por uma estratégia do Estado de fugir da questão⁵⁹⁶. Tratava-se de uma questão privada e o Estado entendia que não lhe cabia interferir. No entanto, para o escravo da nação, o Estado, obviamente, não tinha como escapar desta questão. No caso dos textos legislativos e dos atos administrativos sobre os escravos da nação, encontrados no levantamento organizado por Dea Fenelon sobre a legislação imperial a respeito dos escravos, mais da metade referem-se à questão da alforria e da liberdade dos escravos públicos⁵⁹⁷. Havia uma burocracia que, muitas vezes, prolongava sua execução. Ao observar as decisões relativas à alforria de escravos da nação, observa-se parte dos procedimentos burocráticos que estancavam o processo. Estes procedimentos burocráticos também contribuíam, pois significavam a constituição de um roteiro de atos para a alforria. Essa discussão se estende até 1871 para os escravos públicos, sendo que para os privados é a partir daí que a discussão se estende.

O ofício abaixo, do diretor da Fábrica de Ferro de São João de Ipanema, estabelecimento público localizado em Sorocaba-SP, ainda que não represente uma personalização jurídica do escravo da nação, pois explicita a necessidade de autorização do imperador, aponta para um procedimento que confere a participação do escravo e da sua vontade na alforria e significa uma regulação a respeito, com uma burocracia que, em parte, elimina a arbitrariedade do administrador na concessão da liberdade. Também o documento aponta para a necessidade de a Fazenda Pública custear os serviços de advogados, uma providência pública que significa uma prerrogativa disponível para o escravo da nação.

Pelo Av. do Ministerio da Guerra, de 27 de setembro do corrente anno [1859], o processo a seguir-se, quanto a avaliação dos Escravos da Nação que solicitão a sua liberdade; é o seguinte - 1º. O escravo que tiver tal pretensão deverá obter de V. Ex^a. [Presidente da Província] auctorização para figurar em Juizo como autor, pelo principio geral de que devem estar para esse fim com faculdades conferidas por seus Senhores, ou quem os represente (...). - 2º. Com essa licença por si ou seu procurador, requererá ao Juiz dos Feitos da Fazenda Nacional que, com citação do Procurador Fiscal respectivo se expressa precatória ao Juiz Municipal competente para effectuarem-se as necessárias diligencias. 3º. Em vista d'ella este Juiz mandará intimar ao Collector

⁵⁹⁶ CUNHA, Manuela Carneiro da. Sobre os silêncios da lei costumeira e positiva nas alforrias de escravos no Brasil do Século XIX. *Dados - Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, vol. 28, n. 1, pp. 45-60, 1985.

⁵⁹⁷ FENELON, Dea Ribeiro. Levantamento e sistematização da legislação relativa aos escravos no Império do Brasil. *Anais do VI simpósio Nacional dos Professores Universitários de História*. São Paulo, v. 2, p. 199-307, 1973.

e ao Escravo para louvarem-se em arbitrades, conforme ord. L. 3º. – Tit. 17 - 4º. Nomeados elles segue-se a avaliação sendo depois disso devolvido o processo ao Juiz deprecante, que julgando a avaliação contendo o mesmo autor nas custas mandando-lhe entregar os autos respectivos para o uso que lhe convier. Todavia tornar-se-há isto muito dispendioso para os Escravos referidos, que terão de constituir advogados, alem das demoras; pelo que julgo sendo toda a equidade que o Procurador da Fazenda, seja quem por Ordem de V. Exª. requera taes diligencias⁵⁹⁸.

A esse respeito, de caber ao Estado custear advogados para os escravos da nação, o Ato nº 471 do Ministério da Fazenda⁵⁹⁹ reforçou posteriormente para processos criminais. É uma condição que aproxima este escravo de um reconhecimento de personalidade jurídica.

No início do processo de obtenção da liberdade pelo escravo público, a hipótese mais frequente encontrada ocorria quando o escravo solicitava sua alforria por requerimento. As solicitações dos escravos demonstram as ações por parte dos escravos na busca de sua liberdade e na reivindicação de seus direitos. Depois da solicitação do escravo público, ele passava por uma avaliação que indicava o valor a ser pago para sua obtenção. Nesse ponto, recaía a interferência pública para o ato de conferir liberdade ao escravo. Para as Fazendas da nação no Piauí, Solimar Oliveira Lima observa que:

O trabalhador que desejasse ser alforriado tinha de solicitá-lo por escrito ao Imperador. A petição, redigida pelo escrivão da Fazenda Pública, deveria conter um parecer do inspetor da inspeção à qual o trabalhador pertencia, sobre a capacidade produtiva do pretendente. De acordo com o parecer e uma posterior avaliação realizada pela Junta da Fazenda Pública, era ordenada ou não a alforria. Tudo indica que muitos afro-descendentes não foram pessoalmente avaliados pela Junta. Os valores imputados baseavam-se no parecer dos inspetores. Recaía, portanto, sobre os inspetores o poder de, efetivamente, determinar os valores, que tendiam a ser baixos quando era de interesse dos administradores, facilitando, assim, a compra da liberdade. Para a desvalorização do trabalhador, recorria-se à idade e a doenças, quase sempre se agravando o estado de saúde. Às vezes, suspeitava-se da avaliação e negava-se o pedido (...)⁶⁰⁰.

Segundo o autor, as avaliações também foram influenciadas pelos interesses dos administradores, ou seja, interferiam as relações estabelecidas entre escravos e os

⁵⁹⁸ Arquivo do Estado de São Paulo, CO5216, folder 16, Ofício do Diretor da Fábrica de Ferro São João de Ipanema, Major João Pedro de L. F. Gutierrez ao Presidente da Província de São Paulo: Senador José Joaquim Fernandes Torres, de 18 de novembro de 1859.

⁵⁹⁹ Ato nº 471, do Ministério da Fazenda, de 30 de outubro de 1866 (www.camara.gov.br).

⁶⁰⁰ LIMA, Solimar Oliveira. *Braço Forte. Trabalho escravo nas fazendas da nação no Piauí (1822-1871)*. Passo Fundo: UFP, p. 61, 2005.

administradores e a própria situação do estabelecimento, que viviam a constante falta de mão de obra, como observado nos ofícios referentes à Fazenda de Santa Cruz e a Fábrica de Ferro de Ipanema. Em decisões e decretos do Estado, observou-se a dificuldade dos administradores dos estabelecimentos em desenrolarem os procedimentos para a concessão de alforrias aos escravos públicos, o que pode indicar uma estratégia para prorrogar o processo e continuar, o tempo maior possível, com o cativo nos trabalhos. Em decreto de 1847, fica definido que as avaliações para liberdade de escravos da Fazenda Nacional deveriam ser feitas por peritos nomeados pelas Tesourarias, e remetidas com informações dos inspetores. Junto às avaliações, era necessário um parecer delas, ou seja, acredita-se que era necessário um parecer sobre o cativo que solicitava a alforria, como se argumenta no decreto que se refere ao pedido de alforria da escrava Mariana, pertencente às Fazendas da Nação no Piauí:

(...) autorisa ao mesmo Sr. para mandar passar-lhe a carta de liberdade, quando queira a escrava dar por si a quantia de trezentos mil réis; e ordena que, quando tiver de remetter as avaliações, como lhe foi recommendado por ordem de 11 de Novembro do anno passado (as quaes podem ser feitas por arbitros nomeados pela Thesouraria) o Sr. Inspector emitta logo o seu parecer a respeito dellas⁶⁰¹.

Esta questão da definição do valor para a compra da liberdade permeou as alforrias dos escravos da nação. O documento abaixo pode ser interpretado como uma medida para evitar a manipulação dos valores pelos administradores. Trata-se de uma decisão do Ministério da Fazenda, de 1829, no sentido de controlar melhor a questão, levando o escravo a leilão em vez de submetê-lo a um avaliador.

(...) depois de feitos os termos precisos, seja o mesmo supplicante posto em hasta publica, e nella poderá ser admittido a licitar para sua liberdade, que obterá pelo lanço, que cobrir a avaliação dando-lhe o dito Juiz dos Feitos, que deve ser o da praça, a carta competente, entrando logo o producto nos cofres da dita Junta, que dará parte, do que fica arrecadado⁶⁰².

Posteriormente, também para controlar os administradores na concessão de alforrias, observou-se outra limitação de poderes. A Decisão de 1852, sobre a concessão

⁶⁰¹ Decreto n.º 160, de 30 de Outubro de 1847, disponível em: www.camara.gov.br

⁶⁰² Decisão n.º 127, do Ministério da Fazenda, de 21 de julho de 1829, disponível em: www.camara.gov.br

de Cartas de alforria a escravos da nação da Província do Pará, recorre-se ao decreto de 1847 e à lei 317, de 1843, que, na verdade, dispunha sobre a venda dos escravos da nação, para indicar as competências no processo:

Joaquim José Rodriques Torres, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Província do Pará, em resposta ao seu Officio de 18 de Fevereiro, sob n.º 18, que a attribuição de administrar os Proprios Nacionaes conferida ás Thesourarias de Fazenda pelo § 13 do Art. 4.º do Decreto n.º 870 de 22 de Novembro do anno passado, não comprehende a concessão de Cartas de alforria, que só póde ser feita pelo Ministro da Fazenda, em virtude da disposição do Art. 32 da Lei n.º 317 de 21 de Outubro de 1843; (...) ⁶⁰³.

O Decreto de 1847, vinculado a questões das fazendas da nação da Província do Piauí, e a Decisão de 1852, referente às da Província do Pará, não pareceram ser de conhecimento de todos os estabelecimentos, pois posteriormente novas decisões aparecem a respeito do problema. Em Aviso em resposta à liberdade de Manoel, filho do escravo Ovídio, pertencente a Fábrica de Pólvora da Estrela, salienta-se “que as cartas de liberdade de escravos da nação ao serviço da Fábrica de Pólvora devem ser passadas pelo Tesouro Nacional, mediante o pagamento de direitos e emolumentos a que estiverem sujeitos segundo as tabelas da Fazenda” ⁶⁰⁴. Ainda em resposta à Fábrica de Pólvora, a Decisão de 1866, ressalta as etapas do processo: o requerimento e a avaliação dos escravos da nação que solicitam a carta de alforria. É o que se observa nas explicações de outro pedido de carta de alforria da escrava Luzia, pertencente à Fábrica de Pólvora da Estrela.

Declaro a Vm. para seu conhecimento e devida execução, que deve mandar proceder a avaliação da escrava da nação Luzia, que se acha ao serviço dessa Fabrica da Polvora, e cujo requerimento foi por Vm. informado em data de 23 do corrente; ficando Vm. na intelligencia de que d’ora em diante deve adoptar-se a regra de serem immediatamente avaliados os escravos da nação, cujos requerimentos pedindo carta de liberdade, tenham de ser presentes á esta Secretaria de Estado ⁶⁰⁵.

E também na decisão do Ministério da Fazenda de 1868, em resposta à Província do Maranhão, que ainda nega o pedido de concessão de uma escrava da Fazenda de São

⁶⁰³ Decisão n.º 87, de 26 de Março de 1852, disponível em: www.camara.gov.br

⁶⁰⁴ Aviso 358, Guerra, Aviso de 4 de agosto de 1863, disponível em: www.camara.gov.br

⁶⁰⁵ Decisão do Ministério de Guerra n.º 170, de 26 de abril de 1866, disponível em: www.camara.gov.br

Bernardo, pois só depois da entrega do valor em que a escrava foi avaliada é que se passava as cartas de alforrias:

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia do Maranhão, que os pedidos de alforrias deverá ser acompanhados dos termos de avaliações, e só depois da entrega do valor destas se passam as cartas; não podendo por isso ser tomado em consideração o pedido feito pelo Administrador da Fazenda de S. Bernardo, de que trata o seu officio n.º 46 de 21 de Abril ultimo, relativamente á concessão de liberdade á escrava Thomazia da referida Fazenda⁶⁰⁶.

Em Decisão de 1869, o Ministério da Fazenda expressa que os requerimentos dos escravos da nação, que solicitarem alforria, deveriam ser acompanhados da competente avaliação efetuada perante o Juizo dos Feitos da Fazenda.

(...) aos requerimentos dos escravos de propriedade nacional que solicitarem alforria, e forem dirigidos ao Thesouro, deve acompanhar a avaliação regular dos mesmos escravos feita no Juizo dos Feitos da Fazenda, com audiencia do Provedor dos ditos Feitos (...) ⁶⁰⁷.

Essas Decisões demonstram não só a burocracia para a concessão da alforria aos escravos públicos, mas também uma possível utilização da alforria para prolongar o processo para a manutenção da escravaria. Outro ponto importante a ressaltar é o início do processo, com a apresentação do requerimento do escravo, que revela o importante papel do escravo na decisão de pedir a alforria.

O perfil dos alforriados entre os escravos da nação

Não se pode deixar de levar em conta o universo privado com relação à prática da alforria para a compreensão do contexto público. A historiografia da escravidão privada, através de diferentes fontes, métodos e análise conseguiu traçar um perfil dos escravos alforriados. O predomínio numérico das mulheres sobre o número de homens, dos crioulos sobre os africanos e das alforrias onerosas sobre as gratuitas foram pontos

⁶⁰⁶ Decisão n.º. 181 do Ministério da Fazenda de 18 de maio 1868, disponível em: www.camara.gov.br

⁶⁰⁷ Decisão n.º. 345, do Ministério da Fazenda, de 2 de agosto de 1869, disponível em: www.camara.gov.br

destacados na historiografia, com algumas variações para certos períodos e localidades⁶⁰⁸.

São diversas as explicações para o predomínio das mulheres que aparecem nos estudos, que também apresentam variações no destaque conferido a elas. Os motivos podem relacionar-se ao aspecto econômico, como a variação dos preços, com as mulheres apresentando valores menores no mercado, e as oportunidades que essas tinham, principalmente em ambientes urbanos, em atividades que propiciavam o acúmulo de pecúlio, entre elas, as de ganho. Também os aspectos sociais, como, por exemplo, as relações próximas, principalmente, no caso das escravas domésticas; as estratégias familiares de preferência de compra da alforria para as companheiras, com o objetivo dos filhos nascerem livres; e as relações íntimas das mulheres com seus senhores ou outros homens. Fatores culturais também podem ter influenciado nesse perfil feminino entre os alforriados, como a manutenção de características de muitas sociedades africanas, nas quais a mulher tinha um papel importante na família, na religião ou em atividades comerciais para a manutenção doméstica, favorecendo-lhes em espaços urbanos.

Com relação a superioridade dos crioulos entre os alforriados, para o caso da Bahia, Stuart B. Schwartz infere que: “Os crioulos e os pardos nascidos no Brasil constituíam 69 por cento do total de libertos, ao passo que os africanos constituíam apenas 31 por cento durante o período de 1684 a 1745”⁶⁰⁹. Uma justificativa ressaltada pela literatura sobre esse tema foi a proximidade entre senhores e escravos devido ao aspecto cultural, além da maior participação nas redes de auxílio mútuo e em conexões familiares mais extensas.

⁶⁰⁸ Sobre a alforrias entre os escravos privados encontram-se vários trabalhos, indica-se aqui algumas referências: SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: Edusc. p. 171-218, 2001. MATTOSO, Kátia Maria de Queiróz. KLEIN, Herbert. ENGERMAN, S. L. Notas sobre as tendências e padrões dos preços de alforrias na Bahia, 1819-1888. REIS, João José. *Escravidão e Invenção da Liberdade*. São Paulo: Editora Brasiliense, p. 62, 1988. KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. SOARES, Luiz Carlos. *O Povo de Cam na capital do Brasil. A escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX*. Rio de Janeiro: FAPERJ – Editora 7 Letras, 2007, p. 240, 2007.

RAMOS, Vanessa Gomes. “*Os Escravos da Religião*” – *Alforriandos do clero católico no Rio de Janeiro Imperial (1840-1871)*. 2007. Dissertação (Mestrado) – UFRJ. Rio de Janeiro, p. 191, 2007. EISENBERG, Peter L. *Homens Esquecidos: Escravos e Trabalhadores livres no Brasil, séculos XVIII e XIX*. Campinas: Editora da UNICAMP, pp. 255-309, 1989. BERTIN, Enidelce. *Alforrias na São Paulo do Século XIX: liberdade e dominação*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004. Para o Recife, ver: CARVALHO, Marcus J. M. *Liberdade: rotinas e rupturas do Escravismo no Recife, 1822-1850*, 1998. Estudo comparativo: GOMES, Alessandra Caetano. *Em busca da liberdade: as alforrias em duas regiões do sudeste escravista, 1825-1888*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) 0 FFLCH-USP. São Paulo, 2008.

⁶⁰⁹ SCHWARTZ, op. cit., p. 186.

Para a alforria dos escravos da nação, poucos requerimentos dos escravos foram encontrados referentes à Fazenda de Santa Cruz e à Fábrica de Ipanema, mas outros importantes indicadores da atitude dos escravos para a obtenção da liberdade podem apontar algumas premissas, como ofícios e termos de avaliação. Localizaram-se também algumas autorizações para a alforria de escravos da nação que permitem analisar as características dessas alforrias. Para a Fazenda de Santa Cruz, fazenda pública que também serviu como local de veraneio da família real, dispõe-se de alguns decretos autorizando a passar carta de liberdade a certos escravos. Apesar de não corresponder a totalidade de alforrias no estabelecimento, permite compreender alguns pontos relativos à escravidão pública. Outra referência foram os dados apresentados por Carlos Engemann, para os quais também notou a impossibilidade de concluir que são todas as alforrias do período de 1817 a 1821. O autor comenta que:

Nas atualizações feitas no inventário de 1817 aparecem oito alforrias registradas. Além dessas, repousam no livro de registros do Cartório do 1º. Ofício mais dez alforrias, que, segundo Debret, teriam sido ordenadas por D. Pedro I quando ainda era Príncipe Regente, entre 1821 e 1822 (DEBRET, 1834). No entanto, no documento consta como tendo sido ordenadas pela Princesa D. Maria Pereira e executadas pelo Marquês de Valadares (uma) e pelo Visconde de Magé (nove)⁶¹⁰.

Assim, com base na documentação e nos dados apresentados por Carlos Engemann elaborou-se a tabela 17. Infelizmente não se conta com informações uniformes nessas autorizações, o que não permite uma tabela com mais variáveis. Mas, por meio da tabela, é possível observar um ponto importante quanto ao perfil dos alforriados com relação ao seu sexo desses. Apesar da amostragem reduzida, constata-se que, entre as autorizações de alforrias encontradas, destacou-se o número das alforrias femininas, ponto destacado pela historiografia da escravidão geral⁶¹¹.

A idade também foi um ponto de discussão por parte da historiografia sobre as manumissões da escravaria privada. Para o período que Carlos Engemann apresentou, o autor destacou que: “Embora reduzida, a amostragem que dispomos aponta para uma

⁶¹⁰ ENGEMANN, Carlos. Os escravos do Estado e o estado de seus escravos: o caso da Real Fazenda de Santa Cruz, RJ (1790-1820). *Cadernos de Ciências Humanas – Especiaría*, v. 10, n. 18, pp. 591-622, p. 600, jul.-dez. 2007.

⁶¹¹ Sobre o predomínio das mulheres entre as alforrias encontram-se trabalhos aqui destacados. Para a Bahia: SCHWARTZ, op. cit., p. 184. MATTOSO. KLEIN. ENGERMAN. op. cit., p. 62. Para o Rio de Janeiro: KARASCH, op. cit., p. 439-479. SOARES, op. cit., p. 278. Para o Recife, ver: CARVALHO, op. cit., p. 222, 1998.

frequência maior de alforrias femininas um privilégio para os mais jovens, até 13 anos, e os mais velhos, acima de 40 anos”⁶¹². No entanto, a documentação não indica a idade, apenas se pode identificar do total dos 99 escravos da tabela, 18 eram escravos menores ou recém-nascidos.

A tabela 17 indica que houve um relativo aumento das alforrias a partir da década de 1850. Durante o período de 1816 a 1845, a média foi de 1 escravo por ano, já para o período de 1851 a 1866, a média foi de 3,6 escravos por ano.

Tabela 17 – Alforrias na Fazenda de Santa Cruz segundo o sexo dos escravos, em anos entre 1816 a 1866

Data	Masculino	Feminino	Sem informação	Nº de alforrias
1816	-	1	-	1
1818-1819	1	2	-	3
1821	7	12	-	19
1841	-	1	-	1
1845	1	3	-	4
Subtotal	9	19	-	28
1851	1	-	-	1
1861	4	7	-	11
1864	16	23	3	42
1866	2	2	-	4
Subtotal	23	32	3	58
Sem data	2	1	-	3
Total	34	52	3	99

Fonte: Para o período de 1817 a 1822 utilizou-se o trabalho de: ENGEMANN, Carlos. Os escravos do Estado e o estado de seus escravos: o caso da Real Fazenda de Santa Cruz, RJ (1790-1820). *Cadernos de Ciências Humanas – Especiaría*, v. 10, n. 18, pp. 591-622, p. 600, jul.-dez. 2007. Para os outros anos as fontes documentais foram: Arquivo Nacional, Casa Imperial 1841, caixa 19, pac. 2, doc. 83. Arquivo Nacional, Casa Imperial 1845, doc. 225, 13 de fevereiro de 1845; Arquivo Nacional, Fundo Casa Real e Mordomia-mor-SDE-027 – Cax 19B, pac 12, doc. 06, 02 de dezembro de 1861. Arquivo Nacional, Fundo Casa Real e Mordomia-mor-SDE-027 – Cax 19B, pac 15, doc 8, 15 de outubro de 1864 e 15 de dezembro de 1864. Arquivo Nacional, Casa Imperial, Decretos, SDE-030, Cax 19B, pac. 17, Doc 12, 10 de julho de 1866. Arquivo Nacional, Casa Imperial, Decretos, SDE-030, Cax 19B, pac. 17, Doc. 2, 31 de janeiro de 1866.

Obs.: A tabela não corresponde a totalidade de alforrias no estabelecimento, mas de casos encontrados.

⁶¹² ENGEMANN, op. cit., p. 602.

Ainda sobre a questão da idade, a legislação permite identificar alguns pontos relativos aos escravos da nação, no geral. A alforria de escravos da nação, menores de 12 anos, deviam ser assinadas por uma pessoa que se obrigasse a tomar conta da criação e educação deles, conforme indica a decisão do Ministério da Fazenda de 1853, em resposta à Província do Maranhão.

Joaquim José Rodrigues Torres, Presidente do Tribunal do Thesouro da Fazenda da Província do Maranhão, que não deverá enviar ao Thesouro requerimento algum pedindo a alforria de escravos da Nação, de idade menor de doze annos, se não for assignado por pessoa conhecida, que se obrigue a tomar á sua conta a criação e educação delles, removendo os das Fazendas Nacionaes, onde existirem, logo que se elles entregares as contas⁶¹³.

Assim, ainda em decisão do Ministério da Fazenda de maio de 1868, autoriza a Thesouraria do Maranhão a passar carta de liberdade a uma escrava da nação e a um seu filho menor, com tanto que, relativamente a este, alguém se responsabilize pela sua criação e educação⁶¹⁴. Documentos como este e o abaixo revelam alguma preocupação do Estado com a condição de seus escravos, destacando que são documentos já do fim da escravidão, quando a emancipação era um debate mais acentuado.

No caso abaixo, tem-se a situação de um idoso doente. A libertação de idosos doentes podia significar a liberação de um problema, para se livrar da manutenção do escravo. Neste exemplo, um Aviso de 1860 do Ministério da Guerra para a Fábrica de Pólvora da Estrela, houve a preocupação com o escravo dispensando-o dos serviços e garantindo-lhe a manutenção.

Participando o Sr. Ministro da Justiça em Aviso datado de 14 do corrente que ao Governo Imperial não cabe a attribuição de passar carta de liberdade ao escravo da Nação Caetano Vicente, em serviço nessa Fabrica que a requereu; assim o communico a Vm. para seu conhecimento, prevenindo-o porém de que em attenção a avançadíssima idade em que se acha dito escravo, fica elle dispensado dos serviços a que he obrigado, continuando a perceber as vantagens de que goza.⁶¹⁵

Outra questão importante presente na documentação das alforrias de escravos da nação, por se tratar da maior conquista real do escravo, era a compra da liberdade. A

⁶¹³ Decisão nº 7, do Ministério da Fazenda, de 8 de Janeiro de 1853, disponível em: www.camara.gov.br

⁶¹⁴ Decisão nº. 182, do Ministério da Fazenda, de 18 de maio de 1868, disponível em: www.camara.gov.br

⁶¹⁵ Decisão nº 34, o Aviso de 18 de Janeiro de 1860, disponível em: www.camara.gov.br

alforria onerosa podia ocorrer em função do pagamento da carta de alforria no valor que o escravo foi avaliado. O pagamento ocorria por parte de um familiar ou mesmo do próprio escravo. Em 1866, aparecem 5 casos de alforrias pagas na Fazenda de Santa Cruz, no valor de cem mil réis, sendo dois menores e um recém-nascido; e um caso no valor de um cento e quatrocentos mil réis de uma música, Virginia Maria. Além desses, para o ano de 1818, Carlos Engemann identificou Maria Izabel, com 22 anos, que obteve a alforria com o pagamento no valor de 153\$600⁶¹⁶. Há também indicação de pagamento de uma alforria com outro escravo, provavelmente por resistência do estabelecimento em perder escravos. Isso ocorreu na Fazenda de Santa Cruz e nas Fazendas no Piauí. Na Fazenda de Santa Cruz a escrava Bona, que ganhou a liberdade ainda criança:

No dia 16 de Dezembro proximo passado, deo em seu lugar Bona de menor idade, filha de Maria Isabel, escrava de S. Mage., hua escrava por nome Anna de nação Cassange, q' terá quinze annos de idade, sendo examinada pelo Cirurgião Manoel Caetano de Mattos, q' deu não ter molestia alguã: ficando liberta a dita Bona, em cumprimento do Aviso de V. Excia. de 11 de Março de 1816⁶¹⁷.

E nas Fazendas do Piauí, Solimar Oliveira Lima também relata casos desta natureza:

Algumas alforrias foram compradas sem o uso de 'moedas'. Às vezes, o preço da liberdade de um era o cativo de outro. O recurso de 'dar um negro por sua liberdade não foi muito aceito pela Coroa, que, tendo como alternativa um trabalhador ou moedas, preferiu passar ordens de carta 'depois que entrar para os cofres públicos a quantia de'. Entretanto, muitas petições foram formuladas com o propósito da permuta de trabalhadores escravizados, quase sempre eram ofertados machos jovens⁶¹⁸.

Quanto aos escravos que obtiveram a liberdade gratuitamente, pela quantidade de registros encontrados, não se pode afirmar que foram minoria. Encontrou-se um decreto de 1841, no qual se autoriza: "a mandar passar carta de liberdade gratuita aos escravos Francisco de Santa Anna, Honorato Pedroso e Porfirio Sotero, com as mesmas

⁶¹⁶ ENGEMANN, op. cit., pp. 601-602.

⁶¹⁷ Arquivo Nacional, caixa 507, Fazenda de Santa Cruz, pacotilha 3, doc. 1, Ofício de 22 de janeiro de 1817.

⁶¹⁸ LIMA, op. cit., p. 62-63.

condições com que foi liberto Targino Jozé”⁶¹⁹. Em 1866, temos o registro de quatro alforrias gratuitas⁶²⁰ e, em 1864, em função dos casamentos das princesas, ocorreram quarenta alforrias que possivelmente foram gratuitas⁶²¹.

Com relação à Fábrica de Ipanema, não foi possível elaborar uma tabela semelhante à da Fazenda de Santa Cruz, em virtude da documentação encontrada. Encontrou-se ofícios apresentando requerimentos de escravos para obter a manumissão, termos de avaliação dos escravos e ofícios que indicam a entrega da carta de alforria.

Outros documentos indicam os pedidos de alforria, como, por exemplo, o Inventário de 1821, que consta na lista de livros e papéis existentes no Arquivo da Fábrica de Ipanema: Auto de Avaliação do Escravo Francisco de Paulo, Auto de Avaliação de vários Escravos, Termo de Juramento deferido aos louvados para avaliação dos Escravos Victor, Antonio e Laurianno; requerimento da Escrava Anna dos Santos para sua liberdade⁶²². Também em “Relação dos empregados e mais pessoas que residiam na Fábrica de Ipanema”, de 1827, aparecem pardos libertos: 15 homens e 20 mulheres, que encontravam-se na Fazenda da Fábrica⁶²³.

Já nos Relatórios do Ministério da Fazenda, há indicação de que libertou-se na Fábrica de Ferro de Ipanema: 1 escrava menor em, 1855; 1 escravo, em 1866; e 1 escravo, em 1868. Também mandou-se passar carta a 4 escravos, em 1866⁶²⁴.

Foram poucos os ofícios indicando a efetivação de fato da entrega da carta de alforria, apenas quatro casos, sendo todos de mulheres, dois casos mediante pagamento, um caso a título gratuito, pelo que se percebe, e o outro não há informação. Além desses casos nos quais foram comprovadas a efetivação das alforrias, identificaram-se catorze ofícios comunicando os requerimentos dos escravos pedindo a alforria. Esses ofícios salientavam o papel do Imperador na autorização: “leve a sua pertença ao Alto Conhecimento de S. M. Imperador, que designará deferir como entender em sua

⁶¹⁹ Arquivo Nacional, Casa Imperial 1841, caixa 19, pac. 2, doc. 24, 11 de março de 1841.

⁶²⁰ Arquivo Nacional, Fundo Casa Imperial – Decretos – SDE-030, cx. n19B, pac. 17, doc. 2, 31 de janeiro de 1866. Arquivo Nacional, Fundo Casa Imperial – Decretos – SDE-030, cx. 19B, pac. 17, doc. 13, 09 de agosto de 1866.

⁶²¹ Arquivo Nacional, Fundo Casa Real e Mordomia-mor-SDE-027 – cax. 19B, pac. 15, doc. 8.

⁶²² MORAES, Frederico Augusto Pereira de. VERGUEIRO, Nicolau Pereira de Campos. *Subsídios para a história do Ypanema*. Lisboa: Imprensa Nacional, p. 29; p. 31, 1858.

⁶²³ Arquivo do Estado de São Paulo, CO5213, Relação dos empregados e mais pessoas que residem na Fábrica de ferro São João de Ipanema, em 1827.

⁶²⁴ Relatórios do Ministério da Fábrica de Ferro São João de Ipanema, 1856, 1866 e 1868, disponível em: <http://brazil.crl.edu>.

sabedoria”⁶²⁵. Alguns deles apresentam as observações dos administradores sobre os escravos requerentes. A idade, o estado conjugal, o ofício, o estado de saúde, o comportamento, o período de trabalho no estabelecimento, foram informações que aparecem ora em um, ora em outro ofício. Nesse grupo, aparecem três casais, sendo um com filha.

Com relação ao sexo, é interessante notar o maior número de homens nesse grupo de pedidos identificados: 8 eram homens e 6 mulheres. Entre esses homens observou-se que entre os escravos envolvidos com a informação, 5 estavam na idade produtiva, um era menor e um idoso; e, quanto às mulheres, 1 estava na idade produtiva, duas eram menores e uma idosa. Se nesse grupo de mulheres acrescentar as que obtiveram as alforrias apontadas acima – duas idosas e, aparentemente, duas menores – vê-se ainda mais crianças e idosas.

Apesar da amostragem reduzida, pode-se refletir sobre alguns pontos. O destaque de homens pode ter sido influenciado pelas gratificações que recebiam os escravos especializados. Na Fábrica de Pólvora da Estrela, Alinnie Silvestre Moreira relatou que, a partir de 1850, houve uma política de gratificações aos escravos da nação, ou seja, um “salário” diário por seus serviços prestados. Posteriormente, a administração passou a recolher um terço dessa gratificação para o pagamento da alforria, uma “alforria programada”.

Na década de 1860, quando a prática de gratificação de escravos da nação já estava consolidada, o Estado, como incentivo às alforrias, passou a recolher um terço das gratificações para o pagamento delas, como nos explica o Ministro de Guerra, Ângelo Moniz da Silva, falando dos escravos da nação a serviço da fábrica: ‘Aos adultos arbitrou-se uma limitada diária, conforme seus serviços, deduzindo-se, mensalmente, um tanto que, depositado na Caixa Econômica, auxilie a aquisição de sua liberdade. Ponderar-vos-ei que qualquer particular, a quem seus escravos prestam bons serviços, concede-lhes a liberdade; e outro tanto não pode o governo fazer, como desejava, ainda que se tenham eles distinguido por algum serviço prestado à humanidade. A este respeito, consultado pelo Ministério da Fazenda, declarei não objetar a menor dúvida a qualquer concessão de liberdade a escravos ao serviço do Ministério da Guerra; e já sete obtiveram a liberdade, mediante indenização do seu valor, pendendo de decisão diversos requerimentos de outros’⁶²⁶.

⁶²⁵ Arquivo do Estado de São Paulo, CO5216, folder 5, Ofício do Escrivão da Fábrica de Ferro São João de Ipanema Francisco Antonio Dias ao Presidente da Província de São Paulo Dr. João Jacinto Mendonça, de 28 de agosto de 1862.

⁶²⁶ MOREIRA, Alinnie Silvestre. Liberdade tutelada. *Os africanos livres e as relações de trabalho na Fábrica de Pólvora da Estrela, Serra da Estrela/RJ (c. 1831 – c. 1870)*. 2005. 256f. Dissertação

Esse tipo de política não foi identificada na Fábrica de Ipanema, mas em relatório de 1863, nota-se a seguinte preocupação pelo encarregado do exame da fábrica: “poder-se-há cuidar em afastar pouco a pouco a escravatura”. Esse afastamento, projetava o examinador, deveria seguir os seguintes passos:

Os menores podem ser aproveitados como aprendizes da fabrica, e formar para o futuro um excellente corpo de operários que, tendo tido alli boa escola, poderão servir para montar outros estabelecimentos dessa natureza, mesmo a particulares, que hoje não se podem arriscar á taes empresas por falta de mestres. Quando esses menores começarem a prestar serviço deve ser-lhes retribuido, pagando-se o trabalho; os escravos que mostrarem aptidão e bom comportamento, é de equidade que tenham a carta de liberdade, engajando-se á serviço por um certo tempo, mediante jornal estipulado⁶²⁷.

Apesar de não haver uma política de alforria programada como na Fábrica de Pólvora da Estrela, pode-se observar propostas. Além disso, considera-se que os próprios escravos procuravam através do pecúlio conseguir a sua alforria.

Para a alforria dos escravos da nação, precedia-se a um “termo de avaliação”, que era uma autorização onde se estipulava o valor que o escravo devia pagar a obtenção da liberdade. Foram encontrados quatro termos na Fábrica de Ferro: o da escrava Custódia, de 50 anos, avaliada em duzentos mil réis, analisado anteriormente; outro do ano de 1857, referindo-se a uma escrava chamada Idalina, de onze meses, para quem foi estipulado o valor de cem mil réis⁶²⁸; outro, de Jozé Maria e sua família, sua mulher Maria da Cruz e sua filha menor e o de Mariana, filha de Iphigenia. A escrava Mariana foi avaliada em quatrocentos mil réis em 1848, conforme já colocado⁶²⁹. Chama a atenção o comentário do diretor da fábrica: “em meu conceito e preço da avaliação hé demasiadamente favoravel á dita escrava, a qual, sendo bem constituída e tendo apenas 15 a 16 annos de idade, valeria pelo menos quinhentos mil se fóra propriedade particular”⁶³⁰. O Diretor pareceu não estar satisfeito com a avaliação da escrava. E em outro ofício observou:

(Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas). Campinas, p. 127, 2005.

⁶²⁷ Relatório do Ministério de Guerra, Relatório da Fábrica de Ferro São João de Ipanema, 1863 (disponível em: www.crl.edu/brazil).

⁶²⁸ Arquivo do Estado de São Paulo, CO5216, Termo de avaliação de escravo, 22 de agosto de 1857.

⁶²⁹ Arquivo do Estado de São Paulo, CO5215, Termo de avaliação de escravo, 18 de setembro de 1848.

⁶³⁰ Arquivo do Estado de São Paulo, CO5216, folder 24, Ofício do Diretor da Fábrica de Ferro São João de Ipanema ao Presidente da Província de São Paulo, de 25 de setembro de 1848.

Accusando o recebimento da Portaria de 17 do corrente em que veio por copia, datado de 4 deste mesmo mez, authorisando a V. Ex^a. para dar liberdade á parda Mariana filha de Iphigenia, escrava d'esta Fabrica, tenho de rogar a V. Ex^a. que se digne declarar me a quem pertence nomear os peritos que devem de proceder previamente a avaliação da referida parda, e de ordenar ao Juiz d'orphãos do termo, que haja d'entender-se comigo a este respeito, quando á elle caiba nomear todos ou alguns dos mesmos peritos⁶³¹.

O Presidente da Província comentou: “fico na certeza que posso conceder a liberdade á parda Marianna filha da escrava Iphigenia em serviço na Fabrica de ferro de S. João do Ypanema, desde que a mai da mesma entrar previamente com o valor da dita sua filha para os cofres da Thesouraria”⁶³². Não se encontrou nenhuma referência se a dita escrava conseguiu a liberdade.

Outro termo, ou melhor, encaminhamento do documento, observou-se o caso do escravo Jozé Maria, de 30 anos de idade, que requereu a sua alforria e de sua família, sua mulher Maria da Cruz, de 26 anos e sua filha menor. As observações da administração da Fábrica pontuam seu eficiente trabalho como oficial de torneiro em 8 anos de dedicação e também seu comportamento.

Tenho a honra de passar ás mãos de V. Excia o requerimento junto do escravo desta Fabrica José Maria solicitando de S. Magestade Imperial e para si e sua família a Graça da sua liberdade. Sobre esta pretensão tenho a informar (...) casado com a escrava da mesma Fabrica Maria da Cruz, de 26 annos pouco mais ou menos, crioula da Fazenda de Sta. Cruz, donde veio em 1834, (...) hé alem disso bem morigerado, obediente, pontual e activo no serviço, e sem vicios; e por isso o reputo mui digno da Graça que requer⁶³³.

⁶³¹ Arquivo do Estado de São Paulo, CO5215, folder 24, Ofício do Diretor da Fábrica de Ferro São João de Ipanema Ricardo José Gomes Jardim ao Presidente da Província de São Paulo Domiciano Leite Ribeiro, de 26 de agosto de 1848.

⁶³² Arquivo Nacional, IG5-19, Série Guerra (1841-1845), Ofício do Presidente da Província de São Paulo Sr. Domiciano Leite Ribeiro para o Ministro Secretário d'Estado dos Negocios da Guerra, Sr. João Paulo dos Santos Barreto, de 17 de agosto de 1848.

⁶³³ Arquivo do Estado de São Paulo, CO5216, folder 4, doc 15, Ofício do Diretor da Fábrica de Ferro São João de Ipanema Dr. Francisco Antonio Raposo ao Presidente da Província de São Paulo Dr. Vicente Pires da Motta, de 26 de novembro de 1850.

Em 17 de outubro de 1854, o Diretor da Fábrica de Ipanema encaminhou o termo ao Presidente da Província⁶³⁴. No entanto, o mesmo recebeu ordem para revisão da primeira avaliação do escravo, como se pode notar:

Passo ás mãos de V. Excia. o termo junto da avaliação dos escravos da Nação Joze Maria, sua mulher Maria da Cruz, e sua filha menor Candida, a que fiz proceder em virtude da ordem que por V. Excia me foi expedida em Portaria de 28 do pp. Mez. Alem da Fazenda Nacional julguei conveniente nomear novos Peritos para esta avaliação. O Promotor publico d'esta Comarca o Dr. Indalecio Randolpho Figueira, de Aguiar, e o Colleitor das rendas da Cidade de Sorocaba Manoel Nunes da S^a. Ferreira aceitarão esta incumbencia; e a elles prevenida ordem que tive para a reforma da primeira avaliação do escravo Jozé Maria, que fora feita pela quantia de 250\$ réis em attenção ao seu estado de saúde, e motivo de ser para a sua liberdade, assim de que nas novas avaliações não fosse attendida a segunda circumstancia, e estima sim o seu justo valor independente da sua consideração⁶³⁵.

Os termos não indicaram apenas uma apresentação de valores econômicos dos escravos alforriados, mas também características dos escravos da nação e motivos que propiciaram a liberdade. São documentos que indicam elementos da relação de escravidão pública.

Motivações e estratégias na alforria

Na historiografia sobre a escravidão privada, quando o assunto é a explicação para o processo das alforrias, há divergências importantes. Elas refletem os caminhos principais para a compreensão da escravidão em geral, entre respostas que generalizam o fenômeno em torno da razão econômica e do sistema de produção, e respostas que fracionam o fenômeno em razões diversas de natureza cultural, econômica, política, etc. Como colocou Stuart B. Schwartz:

As explicações tradicionais sobre a emancipação têm sido em grande parte expressas como extremos opostos de humanitarismo culturalmente determinado, ou freqüentes reações desumanas e considerações puramente econômicas. Não há necessidade de dividir

⁶³⁴ Arquivo do Estado de São Paulo, CO5216, folder 4, Ofício do Diretor da Fábrica de Ferro São João de Ipanema Dr. Francisco Antonio Raposo ao Presidente da Província de São Paulo Dr. Jozé Antonio Saraiva, de 17 de outubro de 1854.

⁶³⁵ Arquivo do Estado de São Paulo, CO5216, folder 4, Ofício do Diretor da Fábrica de Ferro São João de Ipanema ao Presidente da Província de São Paulo, de 18 de dezembro de 1854.

essas explicações em categorias distintas. Os imperativos econômicos da escravidão sempre operavam num contexto cultural. O impulso dos senhores de maximizar os lucros era moderado por uma série de fenômenos culturais, legais e conjunturais, cuja existência gerava as incoerências aparentes de um regime escravagista no qual a satisfação pelo lucro, muito mais que a maximização do lucro, era o modo determinante de comportamento⁶³⁶.

As alforrias entre os escravos privados foram explicadas ora evidenciando o papel dos senhores, como, por exemplo, devido às necessidades econômicas e pessoais dos senhores ou à “atitude paternalista dos senhores”, ora demonstrando a ação decisiva dos escravos, seja negociando e criando estratégias nas relações com seus senhores seja buscando acumular pecúlio para a obtenção da liberdade⁶³⁷.

Quanto aos escravos da nação, também há que considerar o papel de ambas as partes no processo de manumissão: o dos escravos da nação e, no caso do senhor, o próprio Estado. Algumas autorizações e alguns decretos indicam as motivações para a concessão da alforria aos escravos da nação: por exemplo, a Guerra do Paraguai (1864-1870), a habilidade de um escravo, os escravos que tinham muitos filhos no trabalho e também outras motivações de cunho patrimonialista.

O Estado libertou muitos cativos públicos para lutarem na Guerra do Paraguai. Em 6 de novembro de 1866, o decreto nº 3725-A, veio conceder liberdade aos escravos da nação que estivessem nas condições de servirem no Exército e também às suas mulheres, se fossem casados. Jorge Prata de Sousa, com base no Relatório do Ministério de Guerra, indica entre os que assentaram praça no Exército várias categorias, mas é interessante notar aqui os números referentes aos escravos da nação. Em 1866, 274 libertos da nação – e calculou que desses, 155 eram da Fazenda de Santa Cruz – ; “67 da S. M. I., retirados dos afazeres domésticos da Casa Imperial”; e de 1867, 287 libertos da nação. O autor chama a atenção de que:

⁶³⁶ SCHWARTZ, op. cit., p. 217.

⁶³⁷ Gorender, por exemplo, analisa o processo de alforria sob o aspecto das necessidades do senhor com objetivos como, desfazer-se de escravos imprestáveis, criar um sentimento de fidelidade de seus cativos, adquirir um rendimento extra com o pecúlio dos escravos, entre outros. Mattoso associa o paternalismo senhorial, “eficiente e moralizador, mais mesquinho que generoso”, às estratégias dos próprios escravos – sendo fiel e obediente – para com seus senhores. No posicionamento de Schwartz “se metade dos libertos obteve liberdade por meio de compra e quase 20 por cento obtiveram liberdade condicional, deve-se, então, deixar de lado o impulso puramente humanitário”. Para mais detalhes ver: GORENDER, *O Escravismo Colonial*. São Paulo: Moderna, 2000. MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Ser Escravo no Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982. SCHWARTZ, op. cit., pp. 171-218. Entre outros estudo que tratam o tema.

Segundo a legislação, nenhum escravo poderia assentar praça sem a sua carta de alforria. Cotejamos esta lei com os registros de cartas de alforrias dos cartórios da corte daquele ano. No 1º, 2º, 3º. e 4º. Ofícios da corte, em 1866, registraram-se apenas 221 cartas de alforria na condição expressa de assentar praça na guerra contra o Paraguai. Donde se conclui que o registro de escravos alforriados para a guerra era menor do que o total apresentado pelo Exército, o que equivale a dizer que muitos libertos foram alistados sem ter cartas de alforrias devidamente registradas⁶³⁸.

Também Jorge Prata de Sousa identificou algumas informações dos escravos procedentes da Fazenda de Santa Cruz para a Guerra do Paraguai em 1866; de um total de 110 escravos: aproximadamente 78,2% tinham entre 15 e 29 anos, ou seja, estavam em plena fase produtiva e apresentavam “diversidade de ofícios *semi-especializados*”⁶³⁹. Ao que parece, nesses números não foram computadas as mulheres, que, pela lei, também receberiam a alforria.

Outro caso em que se consta a motivação para a concessão de alforrias dos escravos da nação foi a habilidade dos escravos, como é o caso do escravo Antonio José, da Fazenda de Santa Cruz. Foi concedido a esse escravo, filho de Feliciano do Rosario e de Carlota Joaquina, a liberdade em 1861, devido ao talento musical que possuía⁶⁴⁰.

Em lista de concessão de liberdade, contemplada na tabela 17, constam-se 8 escravas, sendo dessas 5 viúvas e o restante casadas, “em atenção a têr tido cada um seis e mais filhos que já se achão em serviço da Imperial Fazenda e às boas informações de seu procedimento”. Além dessas também contou com a libertação o casal de escravos José de Moura e Clara Maria, a pedido do mesmo, por apresentarem dez filhos, sendo que oito à serviço, e ainda o decreto concede mais cinco mil réis por mês como pensão ao casal⁶⁴¹. Além da liberdade concedida por terem contribuído com muitos filhos, também o pagamento de uma “aposentadoria”, o que é peculiar da condição do senhor ser o Estado. Esses casos de alforria citados anteriormente não indicam o tipo de alforria, mas parecem ser gratuitas.

Alguns decretos em que constam alforrias e que acredita-se que sejam gratuitas, são os motivados pelo casamento das princesas. A alforria é um item em que a característica patrimonialista do Estado para com os escravos públicos ficou mais nítida.

⁶³⁸ SOUSA, Jorge Prata de. *Escravidão ou morte: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Mauad: ADESA, p. 81, 1996.

⁶³⁹ SOUSA, op. cit., p. 85.

⁶⁴⁰ Arquivo Nacional, Fundo Casa Real e Mordomia-mor-SDE-027 – cax. 19B, pac. 12, doc. 6.

⁶⁴¹ Arquivo Nacional, Fundo Casa Real e Mordomia-mor-SDE-027 – cax. 19B, pac. 12, doc. 5.

O Estado procurou orientar sobre as concessões de cartas de alforria, que muitas vezes não seguiam as regras legislativas. As motivações por patrimonialismo facilitava aos escravos da nação o acesso à liberdade. Entre as motivações, está a concessão de liberdade aos escravos da Fazenda de Santa Cruz em 15 de outubro de 1864 pelo Imperador, devido ao casamento da Princesa Isabel com o Príncipe Conde d'Eu. Entre os contemplados, estavam um casal, uma mãe e filha, duas lavadeiras, três engomadeiras, uma escrava que se achava ao serviço do Almojarife do Paço da cidade, e uma ao serviço do Hospital, dois escravos que serviam no Paço da Cidade, dois escravos Carpinteiros das obras do paço da Imperial Quinta da Boa Vista, residência oficial do Imperador, e um escravo ao serviço do quarto do Imperador, todos pertencentes à Fazenda de Santa Cruz⁶⁴². Não se pode afirmar que só os escravos que realizavam atividades próximas aos seus administradores tinham mais acesso à alforria, pois nessa relação aparecem escravos que não estão diretamente ligados a esses serviços. No entanto, podem ter realizado alguma função relativa ao casamento, o que gerou a atitude do imperador, como do caso dos escravos que ganharam a alforria porque carregaram a sua cadeirinha.

Outro casamento também gerou novamente o ato de libertação de escravos da nação, a lista contemplava a liberdade de 24 escravos, sendo 11 homens. Apenas de três escravos consta informação quanto à atividade exercida: uma escrava realizava o serviço de Quarto da Princesa Dona Leopoldina, outra era lavadeira do Imperador e outro era o segundo enfermeiro do Hospital da Imperial Quinta. Também o 1º Duque de Saxe dispunha dos serviços de um escravo que foi contemplado a receber alforria pelo mesmo decreto, que assim dizia:

Querendo perpetuar por Acto de minha Imperial Munificencia, o dia do casamento da minha muito Amada e Presada Filha, a Princesa Dona Leopoldina com o Príncipe Duque de Saxe: Hei por bem autoriza ao Conselheiro Paulo Barbosa da Sylva, Mordomo da minha Imperial Casa, a mandar passar carta de liberdade aos escravos pertencentes a Imperial Fazenda de Santa Cruz, constantes da relação que baixa no verso d' este assignada pelo mesmo Mordomo. Palácio do Rio de Janeiro, em quinze de dezembro de mil oito centos e sessenta e quatro, quadragésimo-terceiro da Independência e do Império⁶⁴³.

⁶⁴² Arquivo Nacional, Fundo Casa Real e Mordomia-mor-SDE-027 – cax. 19B, pac. 15, doc. 8.

⁶⁴³ Arquivo Nacional, Fundo Casa Real e Mordomia-mor-SDE-027 – cax. 19B, pac. 15, doc. 8.

Mas também para a escravidão privada há ocorrência de alforrias em ocasião de festas, como nota Kátia M. de Queirós Mattoso:

Na segunda metade do século XIX é de muito bom tom libertar um escravo em homenagem a uma personalidade de destaque ou em celebração de um aniversário, de uma festa religiosa, de um diploma obtido, de um sucesso inesperado, espécie de ex-voto, ato de piedade, de reconhecimento e enobrecimento: o Visconde de Pedroso e Alburquerque, por exemplo, liberta a escrava Telesonia, em 1879, ‘em comemoração da data de hoje, da sagrada morte e da paixão de Nosso Senhor Jesus Cristo’. Às vésperas do Natal de 1870, Frederico Augusto da Silva Lisboa alforria o jovem crioulo José, de 9 anos, por ser o dia em que ele ‘recebe o grau de Doutor em medicina’, e acrescenta: ‘E o faço também em consideração ao respeito que devo a minha mãe’⁶⁴⁴.

Anos após esses decretos, em 1868, uma decisão do Ministério da Fazenda indicava que: “A concessão de alforria a escravos da nação a título gratuito não cabe nas atribuições do Poder Executivo”⁶⁴⁵, em torno desse assunto geraram alguns debates políticos. No entanto, o Imperador continuou alforriando os escravos da nação, se utilizando de um decreto de 1837, o mesmo que conferiu alforria aos escravos que carregaram a sua cadeirinha. Assim, um ano anterior à Lei do Ventre Livre, de 1871, a atitude é retomada pelo Imperador:

Usando da atribuição conferida pelo decreto nº. 30 de 11 de Agosto de 1837. Hei por bem ordenar que todos os que nascerem a contar de hoje, das escravas da Nação; mas cujo serviço é do uso fructo da Casa Imperial, sejam logo competentemente avaliados e libertados, empregando-se seu valor em apolices, e ficando sua criação, educação, tratamento, vestuário e sustento a cargo da mesma Casa, até poderem pelo trabalho proprio ganhar os meios de subsistência⁶⁴⁶.

E também em 22 de novembro de 1870, o Imperador D. Pedro II manda passar carta de liberdade gratuita a 159 escravos da Imperial Fazenda de Santa Cruz, “conforme avaliação feita pelo Juízo dos Feitos na Fazenda”⁶⁴⁷. O que mostra que o Imperador seguiu dando alforrias para escravos públicos mesmo com opiniões contrárias dos órgãos da Administração. São escravos principalmente de usufruto da

⁶⁴⁴ MATTOSO, op. cit., pp. 194-195.

⁶⁴⁵ Decisão nº. 106, Ministério da Fazenda, em 01 de abril de 1868, disponível em: www.camara.gov.br

⁶⁴⁶ Arquivo Nacional, Fundo Casa Imperial, Decretos -SDE-030 – cax. 19C, pac. 2, doc. 10, Decreto 24-05-1870.

⁶⁴⁷ Arquivo Nacional, Fundo Casa Real e Mordomia-mor-SDE-027 – cax. 19C, pac. 2, doc. 28

Coroa, mas o deslocamento de escravos entre a Fazenda de Santa Cruz e a Quinta da Boa Vista era recorrente e aparentemente sem controle. Por outro lado, parece que essas alforrias ocorriam, de regra, pelas graças do Imperador, conforme a sua decisão arbitrária.

Alguns escravos da nação pertencentes à Fazenda de Santa Cruz foram alugados ou disponibilizados à aristocracia e lá se utilizaram das relações pessoais com os senhores para conquistar a liberdade. No mesmo sentido do que ocorreu com o imperador, o paternalismo pareceu ser um ponta pé na aquisição da liberdade. Como apresenta Calos Engemann:

Algumas escravas alugadas ou cedidas como criadas e amas de leite granjeavam tamanha estima de seus senhores provisórios que estes, como no caso do Dr. Cruz Jobim, escreviam pedindo a alforria da dita escrava. O Dr. Cruz Jobim médico da Imperial Câmara e Diretor da Faculdade de Medicina, não hesitou em recolher aos cofres da fazenda a importância equivalente à Ana de Santana, de 40 anos e à sua filha⁶⁴⁸.

Outra motivação foi a compra pelo cônjuge. Como foi o caso de uma escrava da nação da Real Fazenda de Santa Cruz, chamada Ritta Maria, que requereu em 1819 a autorização de sua alforria, que seria paga pelo marido, um pardo liberto, “o qual está prompto alforriá-la, ou dando outra escrava por ella, ou o seu justo valor”. Nesse caso o administrador se mostrou favorável. “A pretensão da Suplicante e do marido he justissima visto ter conseguido licença para casarem”. Em consequência deste pedido, o administrador encaminhou a preocupação em resolver outros casos da mesma natureza:

(...) mais cinco escravas que há em iguaes circunstancias, logo que os maridos dellas paguem quatorze doblas em dinheiro, por cada huma, que he o custo por que estão na cidade quando chegão de fora, e hum dobla por cada anno de idade de cada filho que tiverem, visto não convir à Fazenda a evitar lhe outra escrava por ellas⁶⁴⁹.

O administrador mostrou uma preocupação da administração com o casamento de escravas com libertos. O administrador preferia facilitar a liberdade das escravas, pois além do problema pessoal delas, a administração teria que conviver com este

⁶⁴⁸ ENGEMANN, Carlos. *De Laços e de Nós: constituição e dinâmica de comunidades escravas em grandes plantéis do sudeste brasileiro do Oitocentos*. 2006. 251f. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, pp. 194-195, 2006.

⁶⁴⁹ Arquivo Nacional, Fundo Casa Real e Mordomia-mor-SDE-027 – cax. 3, pac. 1, doc. 22.

problema, o que era uma dificuldade. E provavelmente uma dificuldade ainda mais acentuada por ser de administração pública. A sugestão era que: “ou os protectores as pagão [alforrias], ou supplicão a V. Magestade am.ce da Alforria dellas por esmolla para poderem casar com libertos”⁶⁵⁰.

Assim, a alforria seria um recurso para resolver o problema de casamentos entre escravos da nação e libertos ou livres. Outro exemplo encontrado foi o pedido de alforria de um pai para o filho. O requerimento é de Domingos Jozé de Souza ao Rei solicitando alforria de seu filho, em 1821. O criado do rei salientou o trabalho exercido, “a quatorze anos com honra do procedimento”, para alcançar o objetivo pretendido. Explica que: “nas jornadas de Sta. Cruz donde teve contato com huma escrava de V. Mag^ç. Xamada Engolica Roza do coal teve hum filho xamado Jozé Domingos Baupitizado na Capella da Real fazenda de idade de sinco anos e como o Sup^o. hé pobre e não tem os meios p^a. o fim de o forrar”, recorre a “V. Mag^ç. pella alta grandeza e suma bondade”⁶⁵¹. Outro caso foi de alforria porque o escravo estava à beira da cegueira.

Certifico que Saturninho, homem Pardo, Escravo D’El Rei Nosso Senhor, pertencente á Real Fazenda de Santa Cruz, em consequencia de repetidas ophtalmias em ambos os olhos, effectivamente padece (...), de maneira que ameação completa cegueira se for empregado em serviços violentos ao sol, e na presença de ventos, e intemperies chuvosas. E para consár mandei passar o presente certificado que assigno⁶⁵².

Para as alforrias em estabelecimentos fabris, analisando os casos na Fábrica de Ipanema, estabelecimento que não era de usufruto do Imperador, teve um caso em que o paternalismo parece ter sido o motivador da alforria:

Participo a V. Ex^a. que em observancia do disposto na segunda parte da mesma Portaria, já ordenei ao Escrivão desta Fabrica, que excluísse a mulatinha Petronilha do numero dos Escravos, e lançasse no Caderno de matricula as notas precisas para que ella seja reconhecida e havida como liberta, em virtude da Mercê que S. M. O Imperador se dignou declarar que lhe Faria⁶⁵³.

⁶⁵⁰ Arquivo Nacional, Fundo Casa Real e Mordomia-mor-SDE-027 – cax. 3, pac. 1, doc. 22.

⁶⁵¹ Biblioteca Nacional, Requerimento de Domingos Jozé de Sousa a Magestade solicitando alforria do filho, 21-04-1821, disponível em: http://consorcio.bn.br/MidiView/MidiView.asp?url=/slave_trade/manuscritos/mssc877_14.jpg.

⁶⁵² SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Registros escravos: repertório das fontes oitocentistas pertencentes ao Acervo da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, p. 32, 2006.

⁶⁵³ Arquivo do Estado de São Paulo, CO5215, Ofício do Diretor da Fábrica de Ferro de Ipanema para o Presidente da Província de São Paulo, de 06 de dezembro de 1848.

Mas esse foi o único caso encontrado e deve-se talvez à viagem do Imperador à Fábrica de Ipanema, em 1846⁶⁵⁴. Os outros partiram das estratégias dos próprios escravos. Nos documentos encontrados, nem todos apontam os motivos da alforria, como: “Em cumprimento da Portaria de V. Ex^a. de 27 de mez proximo passado, tenho a honra de remetter a V. Ex^a. a inclusa carta de liberdade da escrava desta Fabrica de nome Antonia, filha da escrava Joana”⁶⁵⁵. Alinnie Silvestre Moreira aponta, para o caso da Fábrica da Estrela, hipóteses de compras pelos próprios escravos:

Desde a década de 1830, encontramos muitos casos na fábrica em que os escravos requisitavam alforrias que eram conquistadas com o pagamento de seu valor. Não exatamente por ‘filantropia’ ou ‘impasse moral sobre a legitimidade da escravidão’, mas porque o Estado buscava a manutenção do controle e domínio sobre esta população de cativos. A esperança de manter os mais especializados sujeitos nos mesmos locais e postos de trabalho, ou em outras ‘estações públicas’, certamente guiava as pretensões do Estado na implantação da medida⁶⁵⁶.

Um elemento que contribuiu no processo de compra foi a possibilidade de constituição de poupanças na Caixa Econômica. Isto era proibido até 1871, mas, mesmo assim, estas ocorreram por vistas grossas do estabelecimento. Como aponta Keila Grinberg, era prática realizada pelos escravos em seu dia a dia. A autora aponta uma poupança de um escravo público, de Evaristo, de 1865, pertencente à Fábrica de Pólvora da Estrela do Rio de Janeiro⁶⁵⁷. Não há referência certa se é um “africano livre” ou “escravo da nação”, mas é interessante salientar:

Que não restem dúvidas: a alforria custava muito caro. Para se ter uma idéia, entre 1860 e 1865 o preço médio pago por um escravo para ficar livre variou entre 1:350.000 réis e 1:140.000 réis, mas chegou a mais de 1:550.000 réis em 1862. Evaristo, depois de três anos de poupança acumulou irrisórios 8.100 réis⁶⁵⁸.

⁶⁵⁴ SANTOS, Nilton Pereira dos. *A fábrica de ferro São João de Ipanema: economia e política nas últimas décadas do Segundo Reinado (1860-1889)*. 2009. 181f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP. São Paulo, p. 89, 2009.

⁶⁵⁵ Arquivo do Estado de São Paulo, CO5216, folder 24, Ofício do Diretor da Fábrica de Ferro São João de Ipanema ao Presidente da Província de São Paulo, de 16 de setembro de 1847.

⁶⁵⁶ MOREIRA, op. cit., p. 128.

⁶⁵⁷ GRINBERG, Keila. A poupança: alternativas para a compra da alforria no Brasil (2ª metade do século XIX). *Revista de Indias*, vol. LXXI, n°. 251, pp. 137-158, 2011 (disponível em: <http://revistadeindias.revistas.csic.es/index.php/revistadeindias/article/viewArticle/856> - acesso em agosto de 2011).

⁶⁵⁸ Ibid, p. 148.

Um caso curioso, em Ipanema, foi o da escrava Maria do Nascimento, que utilizou os resultados de uma avaliação de outra escrava, a escrava Mariana avaliada em 400 mil réis, para obter uma avaliação justa.

Levo a prezença de V. Ex^a. o requerimento junto da escrava desta Fabrica Maria do Nascimento, em que pede à S. M. I. a Graça de sua liberdade; e cumpre-me informar a V. Ex^a, que he verdade quanto a Supplicante allega, e, se se attender, que a muito moça, parda, bem apessoada e robusta escrava Mariana, tambem pertencente á esta Fabrica, obteve do Governo de S. M. I. permissão de Libertar-se, mediante a quantia de quatro centos mil réis, entendo, que a Supplicante preta, mais velha, e de má compleição, com a quantia de trezentos mil reis, está mo cazo de conseguir a mesma Graça⁶⁵⁹.

O objetivo de Maria do Nascimento parece ter gerado resultados e, em seu termo de avaliação, indica-se suas condições e estipula o valor de duzentos e cinquenta mil réis. Nesse processo de avaliação, observou-se conforme ofício⁶⁶⁰ que a comparação utilizada por Maria do Nascimento foi ponto importante no procedimento, ou seja, pautou-se por ser similar ao que ocorrera com a escrava Mariana.

(...) para avaliarem a escrava Maria do Nascimento, que obteve de Sua Magestade O Imperador a Graça de libertar-se, dando o seu valôr, e tendo examinado a mesma escrava, declararão, que sendo maior de trinta annos, de mui debil compleição, conhecida como muito doentia, soffrendo constantemente incomodos do peito, e attendendo elles muito principalmente a ser para o fim de sua liberdade, não podia valer mais de duzentos e cincoenta mil reis⁶⁶¹.

Com base no mesmo caso, outra escrava, Custódia das Dores, que foi avaliada em novembro de 1849, conseguiu pagar o valor de duzentos mil réis⁶⁶². Os avaliadores indicaram, como norteador do valor estabelecido no processo de avaliação, a idade e as

⁶⁵⁹ Arquivo do Estado de São Paulo, CO5216, folder 16, Ofício do Diretor da Fábrica de Ferro São João de Ipanema, Major João Pedro de L. F. Gutierrez ao Presidente da Província de São Paulo: Senador José Joaquim Fernandes Torres, de 15 de novembro de 1849.

⁶⁶⁰ Arquivo do Estado de São Paulo, CO5216, folder 4, Ofício do Diretor da Fábrica de Ferro São João de Ipanema Dr. Francisco Antonio Raposo ao Presidente da Província de São Paulo Dr. Vicente Pires, 25 de fevereiro de 1850.

⁶⁶¹ Arquivo do Estado de São Paulo, CO5216, folder 4, Termo de Avaliação da escrava Maria do Nascimento, de 18 de fevereiro de 1850.

⁶⁶² Arquivo do Estado de São Paulo, CO5216, folder 4, doc 4, Ofício do Diretor da Fábrica de Ferro São João de Ipanema Dr. Vicente Pires da Motta ao Presidente da Província de São Paulo Dr. Francisco Antonio Raposo, de 7 de março de 1850.

condições de saúde da escrava: “tendo examinado a mesma escrava, declarão, que sendo ella de cincoenta annos, mais ou menos, e soffrendo de gota”⁶⁶³.

Outros casos da Fábrica de Ipanema apontam o pedido de alforria por conta da idade avançada e doenças. São casos em que não ficou comprovada a obtenção da alforria. No caso da escrava Eva, esposa do escravo Emidio, fundidor da Fábrica de Ipanema, não só indicou sua avançada idade no pedido de liberdade e como também salientou suas condições de saúde:

Diz Eva mulher de Emidio, escravos da Imperial Fabrica de ferro de S. João de Ypanema que hella Supe. hé alleijada do braso direito a nove annos mais ou menos, e ia tem avansada idade de maneira que não pode trabalhar para otillizar a Fabrica antes de alguma sorte ser as de innutillizar a mesma gastando os (ilegível) que servem para outro escravo são, qr. A Supe. pr. caridade que V. Ex^a. atendendo a sua aleijão e escravidão lhe mande dar a sua liberdade p^a. Supe. poder tirar esmollas p^a. sua subsistência nisto se achar em termos tais de o fazer pr. tanto⁶⁶⁴.

Não se verificou se a Eva obteve a liberdade, o mesmo ocorreu para o caso do escravo Claudino, este em idade produtiva, mas que também salientou o estado precário da saúde:

Levo á presença de V. Ex^a. os dous requerimentos juntos de escravos desta Fabrica pedindo a sua liberdade: cumprindo-me informar V. Ex^a que qualquer d’elles he digno da graça que solicita. O 1º. Sabino pardo, de 18 a 20 annos de idade, tem mui boa conducta e he empregado na Officina de marceneiro. O 2º. Claudino de 15 annos de idade, he valetudinario, e á vista da grave enfermidade que sofre, conforme attesta o médico da Fábrica pouco, ou nenhû seviço poderá prestar. He quanto se me offerece dizer á cerca destas pretensões, que V. Ex^a. se dignará levar ao Alto Conhecimento do S. M. I. para rezolver como julgar de justiça⁶⁶⁵.

Já no caso do escravo Sabino, o destaque foi o comportamento e o ofício empregado. Outros ofícios também salientaram esses pontos na análise do escravo que pretendia a liberdade, como o que referia aos escravos Salvador dos Santos e Joaquim Rodrigues:

⁶⁶³ Arquivo do Estado de São Paulo, CO5216, folder 4, doc 4, Termo de Avaliação da escrava Custodia das Dores, de 26 de novembro de 1849.

⁶⁶⁴ Arquivo do Estado de São Paulo, CO5213, folder 14, Requerimento da escrava Eva, 28-03-1828.

⁶⁶⁵ Arquivo do Estado de São Paulo, CO5216, folder 16, Officio do Diretor da Fábrica de Ferro São João de Ipanema, Major João Pedro de L. F. Gutierrez ao Presidente da Província de São Paulo: Senador José Joaquim Fernandes Torres, de 16 de junho de 1858.

Quanto ao seu comportamento, ambos tem sido sempre bem morigerados, mui obedientes, diligentes e pontuais no serviço; e por suas boas qualidades tem grangeado a estima de todos os Directores e mais empregados com que tem servido; e por isso os julgo dignos da Graça que implorão. Accresce porem quanto ao 1º. que, pela circumstancia dos longos e valiosos serviço que há prestado, e também para exemplo e estímulo dos poucos que na sua condição ainda tendem a imitalo, seria bem cabido, se S. M. dignando-se Deferir á sua Supplica lhe dispensasse de pagar o seu valor, que em attenção a sua idade e serviços de que he capaz, em pouco se poderá estimar. Assim informando a V. Ex^a. S. M. Resolverá como entender de justiça⁶⁶⁶.

Outros dois ofícios indicam casais e grupos familiares pedindo a alforria, é o caso dos escravos da nação Antonio 8º e sua mulher Elisa⁶⁶⁷ e também de Felisberto e sua mulher⁶⁶⁸. Outro caso é o pedido de africanos para obtenção de alforria de sua filha.

Josefa crioula da Nação, filha dos Africanos Marcelino 2º. E sua mulher Rosa, escravos da Nação, todos residente na Fabrica de Ferro de S. João de Ypanema d'esta Prov., desejando obter sua liberdade, quer por intermedio de V. Ex. fazer chegar as mãos do Gov. Imperial a petição junta, e por isso vem requerer a V. Ex^a. se digne, informando benignamente, fazer seguir a referida petição ao seo destino por tanto⁶⁶⁹.

O exemplo de outros escravos podem ter influenciado muitos dos pedidos dos escravos da nação. Um exemplo dessa influência é o caso abaixo:

Tenho a honra de levar á presença de V. Ex^a. o requerimento junto, que á S. Magestade o Imperador dirige a escrava desta Fabrica Marianna de Jesus implorando pelo seu filho menor a Graça da sua liberdade. A exemplo dos outros que a tem obtido julguei dever encaminhar á Augusta Presença do mesmo Senhor a sua Suplica para que sirva dar lhe o despacho que entender de justiça⁶⁷⁰.

⁶⁶⁶ Arquivo do Estado de São Paulo, CO5216, folder 4, Ofício do Diretor da Fábrica de Ferro São João de Ipanema ao Presidente da Província de São Paulo, de 5 de junho de 1850.

⁶⁶⁷ Arquivo do Estado de São Paulo, CO5216, folder 16, Ofício do Diretor da Fábrica de Ferro São João de Ipanema, Major João Pedro de L. F. Gutierrez ao Presidente da Província de São Paulo: Senador José Joaquim Fernandes Torres, de 05 de março de 1855.

⁶⁶⁸ Arquivo do Estado de São Paulo, CO5216, folder 16, Ofício do Diretor da Fábrica de Ferro São João de Ipanema, Major João Pedro de L. F. Gutierrez ao Presidente da Província de São Paulo: Senador José Joaquim Fernandes Torres, de 15 de outubro de 1859.

⁶⁶⁹ Arquivo do Estado de São Paulo, CO5216, folder 5, Ofício do Diretor da Fábrica de Ferro São João de Ipanema ao Presidente da Província de São Paulo, de 23 de agosto de 1862.

⁶⁷⁰ Arquivo do Estado de São Paulo, CO5216, folder 4, Ofício do Diretor da Fábrica de Ferro São João de Ipanema Dr. Francisco Antonio Raposo ao Presidente da Província de São Paulo Dr. José Thomaz Nabuco de Araújo, de 7 de abril de 1852.

Enfim, se comparado com a escravidão privada, a condição pública não era de tudo um facilitador para a obtenção da liberdade. No entanto, apresentou alguns aspectos que foram favoráveis: o paternalismo em consequência do patrimonialismo, os embates políticos a respeito da emancipação, a concessão de pequenas porções de terras e as pequenas gratificações que alguns recebiam, podem ter interferido na obtenção da carta de alforria. Pela liberdade valia ao escravo público comprá-la com suas economias ou se beneficiar de uma relação mais próxima com o administrador ou imperador. Alguns documentos apontaram outras diferenças de tratamento por serem públicos, como ‘pensão’ após a alforria e a burocracia própria, como os termos de avaliação.

Libertação final: a Lei do Ventre Livre

Uma etapa na alforria dos escravos da nação, tanto da Fazenda de Santa Cruz, da Fábrica de Ipanema, como dos pertencentes a outros estabelecimentos públicos, foi a libertação definitiva com a Lei do Ventre Livre, nº. 2040, em setembro de 1871. Com a Lei libertaram-se os escravos, com a condição de que deveriam ficar por mais cinco anos sob supervisão do governo. Em usufruto da Coroa, foram libertados, segundo o Registro das Cartas de Liberdade dos escravos da nação, 1173 escravos da nação. Nesse registro constam o nome do escravo e, eventualmente, a idade e o ofício. Desse total, pode-se conhecer o ofício de apenas 181 cativos, desses destacou-se o número de 64 músicos, seguido de 28 oleiros e 20 pedreiros. O restante se distribuiu em diversas atividades especializados ou semi-especializadas, demonstrando a caracterização dos escravos públicos, enquanto mão de obra com possibilidade de profissionalização⁶⁷¹. Já a relação dos escravos da nação pertencentes à Fábrica de Ferro São João de Ipanema, libertos pela Lei nº 2040, consta o nome de 62 cativos, como reproduziu e observou Mário Danieli Neto:

Chama a atenção primeiramente, uma grande presença de escravos naturais do Piauí, que perfazem quase 44% do total da lista. Os escravos nascidos em Ipanema correspondiam a 35,5% do total, e em geral, eram bastante jovens. Cerca de 34% dos escravos eram casados e desses seis possuíam filhos, mostrando a possibilidade aberta aos escravos pertencentes à Fábrica de elaborarem arranjos familiares. Os africanos, são pouco numerosos e de idade avançada. Quanto as profissões, 60% dos escravos tinham profissões declaradas, sendo dois

⁶⁷¹ Arquivo Nacional, Fundo Diversos Códices, SDH-SDE-001, Casa Real e Imperial Mordomia-mor, Cod. 1100, Registro de Cartas de Liberdade de Escravos (Lei nº. 2040, 28-09-1871).

campeiros, dois carpinteiros, seis carreiros, dois carroceiros, dois cavouqueiros, um enfermeiro, quatro ferreiros, seis fundidores, três mineiros, dois oleiros, três pedreiros, um servente e um tropeiro⁶⁷².

É interessante notar que em outro mapa do pessoal empregado na Fábrica de Ipanema, o total de libertos da nação é de 77, dentre eles 9 eram oficiais, 32 serventes, 19 aprendizes e 17 mulheres; mas estavam excluídos desse total 8 inválidos e as mulheres casadas, “porque vivem em suas casas, cuidão de seus maridos e na criação de seus filhos”⁶⁷³.

A Fábrica de Ipanema, após a Lei nº 2040, que libertava os escravos da nação, recebeu escravos de outros estabelecimentos. Em 1872, recebeu os libertos da nação da Colônia Militar de Itapura, o que ocorreu também com escravos do Arsenal da Marinha, no período de cinco anos de supervisão do Estado:

Para não deixá-los desamparados, mandou-se que, por contrato, pudessem trabalhar na fábrica de ferro São João de Ipanema. No Arsenal, restaram apenas quatro, que o Inspetor achava, ‘por seu estado de velhice e embriaguês, não poderiam ser úteis àquele estabelecimento’⁶⁷⁴.

Quanto à situação após a libertação do escravo, a alforria representava o afastamento para com o senhor, o que representava não só deixar de prestar serviço, mas também de receber a proteção de seu senhor. No entanto, Manuela Carneiro da Cunha apontou que havia casos em que os laços morais entre senhores e escravos não terminavam. Um caso interessante de laços entre patrono e liberto, caso certamente não isolado, é o de um nagô vendedor de cal em 1835 que, liberto, continua morando na casa de seu ex-senhor, de quem era herdeiro testamentário⁶⁷⁵. Para os escravos da nação, alguns documentos apontam a permanência de vínculos após a liberdade, no caso do ex-escravo José Luiz, em ano não identificado, ele pede ao Imperador para recolher o pai idoso:

⁶⁷² NETO, M. D.. *Escravidão e Indústria: um estudo sobre a Fábrica de Ferro São João de Ipanema – Sorocaba (SP) – 1765-1895*. 2006. 194f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Instituto de Economia, UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas). Campinas, pp. 145-146, 15/12/2006.

⁶⁷³ Relatório do Ministério de Guerra de 1871 (disponível em: www.crl.edu/brazil)

⁶⁷⁴ GREENHALGH, Juvenal. *O Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro na História*. Rio de Janeiro: A Noite, v.2, p. 183, 1951.

⁶⁷⁵ CUNHA, Manuela Carneiro da. *Negros, estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África*. São Paulo: Brasiliense, p. 50, 1985.

José Luiz, ex-escravo de S. M. Imperador, Vm. perante (ilegível) pedir para se recolher (ilegível) seu velho Pae, Felisberto (ilegível) que também foi escravo do mesmo Augusto Senhor (ilegível). O Suppe. pelo seu estado de (ilegível) não poça cuidar de tratar de seu velho Pae, recorre ao (ilegível) coração de v. Ex^a. (ilegível) benigno defferimento de (ilegível)⁶⁷⁶.

Para um período posterior à Lei do Ventre Livre também foram encontrados documentos de outros pedidos ao Imperador por ex-escravos. Mas os casos encontrados concentram-se em pedidos de situação extrema, como tratamento em hospital e recolhimento de idosos. O pedido de Guilherme Ignacio “liberto, ex-empregado da Casa Imperial para admiti-lo no Hospital d’esta Imperial Quinta para se tratar”⁶⁷⁷. E também:

Antonio Marques ex-escravo de S. M. Imperador, sendo liberto por (ilegível) de ser escolhido para a Guerra do Paraguai, achando enfermo e não tendo condições para se tratar: por isso muito respeitosamente pede V. Ex^a a graça, a fim de que possa ser recolhido no Hospital da Imperial quinta da Boa Vista⁶⁷⁸.

Com relação à Fábrica de Ipanema, identificou-se dois pedidos relacionados aos libertos da nação, para o período que ficaram sob supervisão do Estado: um referente à transferência para outro estabelecimento nacional da Corte⁶⁷⁹ e outro relacionado à entrega para um familiar⁶⁸⁰. Em um desses pedidos, pode-se notar o interesse da administração da Fábrica em se livrar das libertas da nação: “cumpre-me accrescentar que muito lucrarão o Estado e este estabelecimento, sendo deferida a pretensão da supplicante por desembaraçarem-se de libertas, que serviço algum prestão e que só incommodos causão”⁶⁸¹. Mostrou-se, dessa forma, favorável aos pedidos. Mas o outro caso parece não ter seguido essa postura, o caso do pedido do africano livre Damásio

⁶⁷⁶ Arquivo Nacional, Casa Real e Imperial Mordomia-mor, SDE-028, Caixa 667, ofício de Jeronymo Joaquim dos Reis ao Conselheiro da Casa Imperial, Nogueira da Gama, 04 de maio.

⁶⁷⁷ Arquivo Nacional, Casa Real e Imperial Mordomia-mor, SDE-028, 31 de maio de 1881.

⁶⁷⁸ Arquivo Nacional, Casa Real e Imperial Mordomia-mor, SDE-028, 3 de junho de 1881.

⁶⁷⁹ Arquivo do Estado de São Paulo, CO5217, Ofício sobre requerimento do escravo Camillo da Costa Fortunato, de 12 de novembro de 1873.

⁶⁸⁰ Arquivo do Estado de São Paulo, CO5217, Ofício sobre requerimento do africano livre Paulo, de 5 de setembro de 1873. Arquivo do Estado de São Paulo, CO5217, Ofício sobre requerimento de Alexandrina Maria da Conceição, de 17 de setembro de 1873.

⁶⁸¹ Arquivo do Estado de São Paulo, CO5217, Ofício sobre requerimento de Alexandrina Maria da Conceição, de 17 de setembro de 1873.

Guaratinguetá, que foi relatado por Enidelce Bertin, com o propósito de demonstrar o esforço empreendido para efetivar sua autonomia, apesar do controle estatal⁶⁸².

Interessa aqui não apenas a história de Damásio, mas também de sua família, formada por libertos da nação. Reside nesse caso o cruzamento de categorias distintas, africanos livres e libertos da nação – os antigos escravos da nação –, que formaram uma família e que apresentavam condições próprias relacionadas à questão da liberdade.

Vindo de Itapura para a Fábrica de Ipanema em agosto de 1872, após quatro meses, Damásio iniciou a apresentação de vários requerimentos: para contrarar os serviços seus e os de seus filhos com Antonio José Soares, para contratar os serviços de sua mulher Ana e de suas filhas, libertas da nação com o maquinista João Francisco Leal, em Itapura, e para fundar um estabelecimento agrícola. Todos os requerimentos foram negados. Com a negação de um desses requerimentos, o outro procurou salientar casos em que a família – mulheres e filhos – foram entregues ainda no período de supervisão do Estado, e também apontar as bases legais para o pedido:

A lei nº. 2040, de 28 de setembro de 1871 artº. 6 §5 permite que os libertos contractem seus serviços. O regulº. nº. 5135 d' este anno, artº. 7581 determina que na hypothese vertente seja observado o dec. 4815 de 11 de novembro de 1871, que nos artº. 5 e 6 concede aos mesmos libertos permissão para procurarem a occupação util que mais lhes convenha; e determina que os filhos sigam o destino das mães ou paes, só podendo dar-se a separação dos maiores de doze annos, quando não seja possível a reunião de toda a familia⁶⁸³.

Realmente a instrução para execução da lei nº. 2040 indica a possibilidade dos “libertos procurarem outra occupação util que mais lhes convenha, uma vez que o façam mediante autorização do Presidente da Provincia”⁶⁸⁴.

A autorização e a negação de pedidos de saída dos libertos da nação demonstra que o Estado agia conforme seus interesses. Quando era positiva a saída do escravo por seu trabalho não representar lucratividade ao estabelecimento, a administração não criava obstáculos, já no caso da família de Damasio, a saída era de um grupo de pessoas, representando a diminuição da mão de obra disponível na Fábrica. Além disso, havia a preocupação em se estabelecer limitações para que não ocorresse um processo

⁶⁸² BERTIN, Enidelce. *Os meia-cara. Africanos livres em São Paulo no século XIX*. 2006. Tese (Mestrado em História) – FFLCH-USP. São Paulo, pp. 227-241, 2006.

⁶⁸³ Arquivo do Estado de São Paulo, CO5535A, Requerimento de Damasio Guaratinguetá, escrito por Francisco Teixeira de Souza Leite, 22 de dezembro de 1872.

⁶⁸⁴ Decreto nº. 4815, de 11 de novembro de 1871 (disponível em: www.camara.gov.br).

em cadeia. Com relação aos libertos da nação fica demonstrado que, enquanto foi interessante para o Estado, esse procurou mantê-los sob sua supervisão, demonstrando como foi difícil o caminho para a liberdade.

Em 1872 a Fábrica contava com 79 libertos, sendo 51 homens e 28 mulheres⁶⁸⁵. Em mapa da população da fábrica de 1874 no qual aparecem de 298 habitantes, 108 libertos, sendo 62 homens e 46 mulheres⁶⁸⁶. Comparando os quadros da relação dos escravos da nação de 1871 com o mapa dos operários da Fábrica de 1874, encontrou-se alguns libertos relacionados, para os quais aponta o jornal que recebiam: \$080 a 2\$200. A documentação posterior não indica os nomes dos operários da fábrica, apenas relaciona a quantidade por função, não permitindo a identificação dos libertos após o período de supervisão do Estado, indicado pela Lei, até 1876. Apenas podemos perceber a presença dos libertos em um mapa de 1877 do número de alunos que frequentaram a escola. Esse documento indica 13 libertos menores, sendo 6 do sexo masculino e 7 do sexo feminino, que frequentaram a escola em 1877⁶⁸⁷. Para o ano de 1874, o número de libertos frequentando a escola era 55 libertos, sendo 16 adultos e 24 menores do sexo masculino e 5 menores do sexo feminino⁶⁸⁸.

Será que após a liberdade esses escravos não exerciam atividades da fazenda ou da fábrica? É uma questão que pode suscitar, mas que não se tem respostas. Seria assim tema para novas pesquisas, o futuro dos libertos da nação: continuará no trabalho no estabelecimento público? Ou devido às condições desfavoráveis dos estabelecimentos públicos preferiam partir para novos rumos?

A antecipação da liberdade aos escravos da nação foi uma diferença importante em relação à escravidão geral, de mais de uma dezena de anos. São escravos que estavam espalhados pelo território nacional, contados, neste período, em milhares, e que contribuíram para o debate e a pressão no contexto de ebulição das idéias abolicionistas.

⁶⁸⁵ Arquivo do Estado de São Paulo, CO5217, Resumo sobre a Fábrica de Ferro de Ipanema, de 20 de agosto de 1872.

⁶⁸⁶ Arquivo do Estado de São Paulo, CO5217, Mapa demonstrativo dos habitantes da Fábrica de Ferro São João de Ipanema, de 31 de fevereiro de 1874.

⁶⁸⁷ Arquivo do Estado de São Paulo, CO5217, Mapa do número de alunos que frequentaram a escola da Fábrica de Ferro São João de Ipanema, de 1877.

⁶⁸⁸ Arquivo do Estado de São Paulo, CO5217, Mapa do número de aluno que frquetaram a escola da fábrica de Ferro São João de Ipanema, de 1 de março de 1874.

Conclusão

A análise da escravidão pública no Brasil, de 1760 a 1876, demonstrou uma categoria própria da escravidão brasileira, marcada por especificidades e ainda pouco estudada. Composta principalmente a partir da expulsão dos padres jesuítas e do confisco de seus bens, comungava das características básicas decorrente da condição escrava, mas também de elementos que identificam seu caráter público específico do período.

A identificação do confisco como o impulsor da constituição desses escravos foi o ponto de partida, visto que representou a sustentação para o crescimento e a manutenção dessa escravaria ao longo do tempo, tanto porque incrementou o plantel de escravos, como também porque as fazendas confiscadas serviram para a sua administração.

A ordem dos jesuítas diferenciava-se no trato com o trabalho escravo, marcado pelas questões religiosas, mas também econômicas. Em decorrência dessas questões a gestão jesuíta apresentou, além das práticas de exploração próprias da escravidão, condições diferenciadas aos seus escravos se comparado à gestão de particulares. Essa gestão tornou-se uma baliza para a administração pública com o confisco. No entanto, aparentemente o objetivo inicial da Coroa após o confisco era a venda dos bens confiscados, incluindo os escravos da nação, o que foi apenas parcialmente concretizado.

A historiografia aponta os inacianos como os maiores proprietários de escravos do Brasil na Colônia. Também os apontam como economicamente mais eficientes. Sua gestão dos escravos distingue-se por um cuidado maior com os escravos e concessões que não eram comuns em outras propriedades. Sua organização produtiva resultava em maiores lucros. Destacaram-se a Fazenda Santa Cruz e as fazendas do Piauí como grandes estabelecimentos confiscados e que posteriormente continuaram como estabelecimentos públicos de uso e fornecimento de escravos para outros estabelecimentos públicos.

O confisco representou um significativo acréscimo patrimonial para a Coroa e também o desafio de administrar os estabelecimentos que manteve e a propriedade de um considerável plantel de escravos. Se, por um lado, havia um modo de administração dos jesuítas, por outro, havia um descuido próprio do novo proprietário. Como a Coroa

pretendia vender os bens confiscados, mas para muitos deles não foi possível, isto influiu numa administração desorganizada dos escravos confiscados. Com a posse pública desses escravos manteve-se em parte o modo jesuíta de administrar, possivelmente por resistência dos escravos e por incapacidade do Estado em constituir um modo público de administrar ou de adotar, naquele ambiente público, o modo privado.

Posteriormente, parte destes escravos foram destinados a demandas de mão-de-obra públicas, num novo momento da propriedade pública de escravos. O que inicialmente era fruto da medida política do confisco tornou-se uma solução para o crescimento do Estado, que adaptou-se à condição de proprietário. Verificou-se a participação do Estado no mercado da escravidão em suas amplas possibilidades, ou seja, o Estado comprava, vendia, alugava e arrendava escravos. Mas não se tratava de um proprietário comum, pois uma das hipóteses encontradas na aquisição de escravos foi a sua compra ou libertação para combater rebeliões ou o resultado do combate de rebeliões, com o confisco dos escravos dos vencidos. São casos notórios dessas compras, alforrias e confiscos, a Guerra do Paraguai e a Guerra Farroupilha.

Porém, a escravidão pública no Brasil se distinguiu pela teia de deslocamentos que se formou entre os estabelecimentos públicos, distribuídos ao longo de seu território, com fazendas, fábricas e repartições. As fazendas funcionavam também como locais de reprodução e fornecedoras de escravos. Esses eram deslocados de um estabelecimento a outro porque a mão-de-obra no período era difícil e as compras nem sempre eram possíveis. Estes deslocamentos ocorreram, geralmente, por força da necessidade e da emergência, da sazonalidade da produção, mas tornaram-se um padrão.

Por outro lado, este quadro ilustra como funcionou o papel econômico do Estado quando assumiu atividades produtivas e o aponta como ator econômico no período, com a compra, venda e locação de escravos. Ou seja, a atuação do Estado proporcionou a formação de um micromercado dentro do mercado da escravidão. No momento que o Estado se tornou proprietário de um significativo número de escravos passou a enfrentar problemas típicos dessa relação, como reposição, gestão da indisciplina e origem de recursos para a compra.

É importante ressaltar que os escravos da nação não eram a única mão-de-obra nos estabelecimentos públicos. Nesses estabelecimentos podiam-se encontrar pessoas livres, presos (livres e escravos), índios e africanos livres. Evidenciou-se que a

convivência dos escravos da nação com essas diversas categorias devem ter influenciado nas ações dessa escravaria.

Essa dinâmica econômica empregada pelo Estado com relação aos escravos da nação, de vender e alugar seus escravos, faz parte do contexto da escravidão. No entanto, não pareceu coerente com a falta de mão-de-obra, tão salientada pela documentação. Notou-se a dificuldade do Estado manter uma orientação única com relação ao comércio dos escravos da nação. Isto em parte é reflexo da distribuição dispersa dos estabelecimentos.

Agrupando os estabelecimentos públicos com escravos da nação percebeu-se uma concentração de escravos no grupo correspondente a estabelecimentos de atividades produtivas, que se aproximavam das hipóteses de estabelecimentos privados: as fazendas e as fábricas, comparado ao outro grupo que inclui repartição com funções administrativas, próprias da condição pública, como repartições militares e de outros serviços. Nesse caso prevaleciam as fazendas como os estabelecimentos com maiores plantéis de escravos da nação, isto em função da incipiente industrialização no período. E entre as fazendas, a Fazenda de Santa Cruz destacou-se com mais da metade dos cativos públicos.

O número de cativos foi crescente desde o confisco dos bens dos jesuítas até por volta de 1860, quando houve redução que perdurou até a libertação da categoria, ocorrida de forma definitiva em 1876. Esta indicação de uma dinâmica própria da escravidão pública, que não segue o mesmo perfil, neste quesito, da escravidão privada, pode ser associado a um aumento de concessão de alforrias.

Verificou-se que nas fazendas continham-se mais unidades familiares, com mais crianças e mulheres, enquanto que nas fábricas e estabelecimentos militares havia uma maior proporção de homens em idade ativa. Isto refletia as demandas de cada estabelecimento e também a vocação de reprodução dadas involuntariamente às fazendas. As fazendas tornaram-se locais de formação de famílias não por deliberação da Coroa ou do Império, mas por conta de seus administradores, que permitiram ali a reprodução natural facilitada pelo ambiente rural e pelas demandas de cada fazenda. No entanto, notou-se que essa reprodução não repunha a mão-de-obra necessária para os estabelecimentos.

A análise da administração dos estabelecimentos revelou uma organização por regulamentos, que serviram como balizas para os funcionários agirem. Apesar da proximidade dos termos dos regulamentos das repartições, observou-se um controle

autônomo por parte dos administradores. Ao mesmo tempo que o Estado conferia autonomia, procurava, na medida do possível, algum controle, seja exigindo que certas decisões passassem pela autoridade maior, seja pelas prestações de contas que procuravam identificar o seu patrimônio. Havia a sistemática prática de oficiar tudo que ocorria nos estabelecimentos, seja à presidência da província ou a outro órgão central. Porém, esta prestação de contas mantinha uma estrutura de empregos para os administradores, mas não implicava em controle efetivo. Outras vezes o pouco controle do poder central do Império ocorreu pela nomeação dos administradores e pela requisição e deslocamentos de escravos entre os estabelecimentos. Verificou-se porém, que não havia uma obediência estrita a tais regulamentos que eram formulados, muitas vezes a partir das próprias experiências dos administradores. Considerou-se as dificuldades de deslocamento e comunicação da época, que podem ter influído nesta descentralização.

Identificaram-se espaços sociais mais complexos nos estabelecimentos públicos maiores, com hospitais, capelas, prisões, escolas e outros, que serviram não só aos livres, mas também aos escravos da nação.

O escravo da nação recebeu algum tratamento diferenciado, se comparado com o privado, em função da tradição jesuítica e da dificuldade do Estado em administrar a sua propriedade com o mesmo rigor dos privados, mas não perdeu a condição de escravo e sofreu o que era comum à relação escravista colonial e imperial: a submissão forçada e a condição de coisa. A diferença existia por conta da noção, ainda que precária, de patrimônio público e da responsabilidade pública do administrador sobre os escravos.

Distinguindo os quesitos de tratamento na administração dos escravos, numa comparação com alguns estabelecimentos privados, no caso fazendas de café de Vassouras, destacam-se os seguintes: quanto à alimentação, vestuário e habitação entre os escravos da nação, a prática não se diferenciava do escravo privado, em geral, as condições eram precárias. Algumas diferenciações encontradas também foram registradas em casos de escravos privados, como a concessão de lotes para o sustento e para algum comércio. A concessão de pequenos lotes de terras não era perfil de todos os estabelecimentos públicos, ocorreu mais na Fazenda de Santa Cruz. Nessa fazenda, além dos lotes, os escravos tinham dias para neles trabalharem. No caso privado analisado, geralmente os escravos trabalhavam até mesmo aos domingos. Porém, quanto à possibilidade de transmitir os bens em heranças, isto foi negado aos escravos públicos assim como aos privados.

Constatou-se que, no caso da escravidão pública, as possibilidades e os estímulos para a constituição de famílias eram mais recorrentes do que no ambiente privado selecionado. Apesar da identificação de uniões estáveis na historiografia da escravidão privada, essas não eram regra, e tinham como obstáculo, principalmente, a influência do tráfico. Também dependia do setor: se exportação ou mercado interno (pecuária) ou urbano ou rural, etc. Para o caso dos escravos da nação, a constituição de famílias apresentou como obstáculo os deslocamentos constantes da escravaria. Mesmo assim, a constituição familiar aqui era mais presente.

Também como diferenciação encontrou-se a questão da fiscalização. Apesar de realizada por um feitor, a fiscalização no caso do universo privado geralmente contava com aparição do próprio senhor; o que não era possível para o universo público. O administrador, mesmo que assumisse tal posição perante os escravos, não era o dono e, dessa forma, não tinha um comprometimento próprio do proprietário.

As fazendas de café de Vassouras nem sempre garantiram cuidados à saúde de seus escravos. No ambiente público houve diferenciações. Ao se comparar as Fazendas da nação do Piauí e a Fazenda de Santa Cruz, apesar da existência de hospital em certo período, esse mantinha condições precárias, ao contrário do que foi indicado para a Fazenda de Santa Cruz, que teve, por um tempo, um hospital relativamente organizado. Isso talvez deveu-se a localização e, ao fato de Santa Cruz ser uma fazenda de usufruto do Imperador.

Quanto à violência para o controle dos escravos, enquanto que os senhores privados conheciam e determinavam o grau, para os escravos públicos havia regulamentos como uma orientação formal, mas cada administrador definia o maior ou o menor rigor conforme o seu arbítrio e perfil. Mas isto não reduziu, de regra, a violência. Na Fazenda Santa Cruz havia mais moderação, possivelmente por herança jesuítica. Considerando a Coroa como senhor, esta deixava a critério do administrador, que era um funcionário público com muita autonomia.

Com relação à orientação religiosa católica, assim como já apontado para a escravidão privada, havia a dificuldade em receber os padres nas fazendas da nação. Mas estes estabelecimentos, como eram grandes, contavam com capelas e os administradores reconheciam a importância da religião na administração dos escravos. Havia também manifestações da religiosidade africana presente no cotidiano da escravaria.

Assim como a gestão dos escravos da nação pelos estabelecimentos agrícolas públicos, também foi possível comparar a gestão dos estabelecimentos fabris públicos com o universo privado. Muitas das conclusões relativas às fazendas também corresponderam às repartições fabris. Havia também nessas repartições o reconhecimento da autonomia dos administradores, mas pautado por certo controle público, como a recorrente prestação de contas, especialmente quanto aos custos com o trato da escravaria. Encontraram-se documentos com referências à necessidade de manter a regularidade de cuidados com alimentação, vestuário e saúde. O que não implicou em um tratamento diferenciado se comparado com o escravo privado, pois se trata de cuidados para manutenção e conservação de patrimônio. Verificou-se que a alimentação, o vestuário, a moradia era equivalente ao encontrado em estabelecimentos fabris de particulares. Notou-se que também no ambiente fabril público, como no privado, a política de promover prêmios e gratificações era uma forma de disciplinar a escravaria. Contudo, ainda que essa medida tenha gerado algum efeito, não dispensava a presença dos feitores. Esses assumiam nas fábricas da nação um papel além do controle da escravaria, de administração geral. O controle e as hipóteses neste sentido são variáveis, mas o distanciamento natural do controle público, que também é perceptível nos documentos coletados, indicam que, para os escravos públicos, possíveis relações informais fora do estabelecimento eram mais facilitadas. Quanto ao trabalho nas fábricas, era extenuante e insalubre, nas duas categorias de estabelecimentos. Quanto às medidas de estímulo à família nas fábricas, encontradas para o caso das privadas, também fizeram parte das fábricas públicas. Verificou-se que, além do estímulo, os administradores das fábricas públicas tinham a preocupação em manter os núcleos familiares durante as transferências. As fábricas públicas contavam com hospitais, assim como os casos privados verificados, mas geralmente ofereciam atendimento precário. Identificou-se nas fábricas públicas a existência, em certos períodos, de escolas para os escravos, o que também havia nas privadas. Por fim, identificou-se uma preocupação maior com a prática religiosa católica nos estabelecimentos fabris públicos se comparado ao dos particulares. Contudo, os estabelecimentos fabris selecionados da historiografia que retratam a escravidão privada pertenciam à ingleses anglicanos, o que pode ter interferido no posicionamento diante da questão. Além disso, foi presente nesses estabelecimentos privados traços da religiosidade africana, o que não foi identificado no contexto dos escravos da nação.

Em geral, o que distingue os estabelecimentos públicos na administração de seus escravos era a condição de patrimônio público administrada com certa autonomia e distanciamento do poder central. Havia um senhor, porém peculiar por ser o poder público. Não havia um controle efetivo como na escravidão privada. Em certos casos a administração era negligente para com os escravos da nação.

Concluiu-se que, apesar da dispersão territorial dos estabelecimentos públicos, houve conexão entre eles através das transferências e trocas de escravos da nação. Este ponto de ligação entre os escravos da nação destacou-se enquanto categoria própria. Esses deslocamentos ocorreram em função de interesses econômicos e sociais dos estabelecimentos e dos escravos, como as demandas por mão-de-obra, sazonalidade de produções, formação de novos estabelecimentos, controle de fronteiras, construção de obras públicas, medidas de disciplina ou de interesse ou pressão dos escravos, por exemplo, a união de famílias de escravos. Verificou-se um deslocamento dinâmico entre os vários estabelecimentos, com o predomínio do envio de escravos das fazendas para as fábricas e outras repartições. A historiografia sobre a escravidão privada observou deslocamentos da escravaria, mas em condições diferenciadas das encontradas para a escravidão pública.

O movimento das transferências e trocas ganha importância ao formar uma rede que ligava províncias distantes, onde os administradores conheciam os diversos plantéis e procuravam influir no movimento em benefício ou detrimento dos interesses dos estabelecimentos. O movimento gerou dificuldades na regularização do patrimônio de cada estabelecimento público, reflexo da sua dispersão. Por outro lado, a falta de mão-de-obra e a perda de cativos especializados gerou questionamentos a respeito de transações e pedidos de retorno de cativos. Porém, a frouxidão burocrática e as distâncias serviam para a rede funcionar ou emperrar quando fosse mais conveniente para os administradores. Observou-se também que os deslocamentos por motivos econômicos deu margem a outras redes sociais, pois a possibilidade de transferência permitia relações entre escravos de estabelecimentos diferentes.

Como visto, entre os motivos dos deslocamentos estava a disputa por escravos. Mas entendeu-se que, apesar das discordâncias dos administradores com relação à vinculação dos escravos a um ou outro estabelecimento, essas trocas não interferiam na condição pública dos escravos da nação. Outras vezes verificou-se que os estabelecimentos fabris tinham dificuldades de adaptabilidade dos escravos às suas atividades, isso também motivava as transferências ao descartar os escravos que não

serviam. Outras vezes o descarte era de idosos e doentes e novamente as fazendas serviam melhor para receber estes escravos, fechando o ciclo.

Percebeu-se que, para fins do século XVIII e o início do século XIX, o poder central, na figura da Coroa, era mais distante na administração dos escravos da nação, seja por conta da distância da metrópole, da amplitude dos poderes dos vice-reis ou da precariedade da estrutura administrativa. Após a vinda da família real a administração passou a estar mais próxima e houve um impulso em obras públicas que resultaram em uma intensificação do uso dos escravos da nação. Destaca-se o usufruto de escravos pelo rei na Fazenda Santa Cruz e a construção de fábricas. Já no Império o tema dos escravos da nação ganhou algum espaço nos debates da Câmara dos Deputados e do Senado.

O debate sobre a escravidão no Brasil foi crescente com a independência, especialmente com as idéias emancipacionistas. Os escravos da nação se inserem neste debate, porém com a diferença de serem patrimônio público. Podiam ocupar um espaço menor em importância, mas o debate possuía um discurso mais contundente de emancipação, em função das opções ambíguas do Estado. Esta ambiguidade do Estado contribuiu para a libertação dos escravos públicos ser defendida com mais força e anteceder o abolicionismo em geral, seja nos espaços políticos ou na imprensa. Entre os liberais que se ocuparam com os escravos da nação destaca-se o político Tavares Bastos. Mas, mesmo os liberais possuíam vínculos com a sociedade escravocrata o suficiente para o debate não adquirir contornos efetivos.

A imprensa, em geral mais liberal, mas impregnada de interesses políticos, também manifestou-se a favor ou contra situações relativas aos escravos da nação, tal como a libertação desses para a Guerra do Paraguai. Por exemplo, o *Jornal Opinião Liberal*, do Rio de Janeiro, entrou ostensivamente numa discussão com a Mordomia-mor a respeito da escravidão pública, em que levantou dúvidas sobre os números oficiais e denunciou o tratamento dado aos cativos. A documentação a partir das publicações da imprensa permitiu contradizer a documentação oficial e verificar o que havia em comum entre escravos públicos e escravos privados. Notou-se também que o debate travado na imprensa revelou um esforço do Estado em mostrar um tratamento diferente para a sua escravaria, especialmente para produzir uma imagem liberal perante a sociedade européia. Assim, considerou-se que os problemas apontados pelo *Jornal*, como as péssimas condições de trabalho, de saúde, o fornecimento inadequado de

comidas, roupas e ferramentas de trabalho, poderiam ser parte do cotidiano da escravidão pública, o que a aproxima das condições da escravidão privada.

Outro ponto que mereceu atenção na pesquisa foi a identificação do uso privado do patrimônio público. A documentação não é conclusiva porque para a época havia uma margem de legitimidade neste uso, sendo condenado explicitamente o abuso. Havia beneficiamentos pessoais acompanhados de justificativas vagas apontando algum interesse público ou ausência de prejuízo. Os casos mais evidentes ocorreram com as fazendas, que foram dadas em usufruto para o imperador e para a sua irmã, mas permaneceram como patrimônio público. Os escravos da fazenda eram cambiados com outros de outros estabelecimentos públicos, ao mesmo tempo que eram destinados a uso pessoal. Mas ocorriam questionamentos quanto às alforrias graciosas e proteções conferidas a algum escravo. Este tipo de patrimonialismo aproxima a administração dos escravos do modelo de relação senhorial. Constatou-se que a condição pública dos escravos sofria estas interferências.

A permanência do Estado como proprietário de escravos é uma contradição para com os seus discursos liberais em meados do Império. Esta contradição é vista no longo período de escravidão pública após o Império assumir o discurso liberal, mesmo sendo os escravos públicos libertados antes da escravidão em geral. O Estado se beneficiou enquanto pôde da relação escravocrata. Apesar do reconhecimento da distinção dos escravos da nação por parte dos administradores, ministros e do próprio Imperador, na prática não ocorreu uma postura diferenciada e contundente para a questão da libertação. Dom Pedro II chegou a alforriar escravos da nação, mas sem uma proposta de fim da categoria. A benevolência do Imperador, na verdade, indica a fragilidade do próprio Estado na sua incapacidade de definir a condição da mão-de-obra para si próprio, seja por receio frente ao sistema escravista, seja por falta de alternativa.

Verificou-se que ao tempo da Colônia a confusão entre o público e o privado foi menos combatida, enquanto que, ao tempo do Império, em função de discursos liberais, há vozes que condenavam esta confusão, mas em contradição com as práticas.

Com a libertação dos escravos da nação em função da Lei do Ventre Livre, Lei nº. 2040, de 28 de setembro de 1871, a escravidão pública interrompe-se antes da escravidão privada. Apesar de estender a libertação por mais cinco anos, tempo em que os escravos da nação ficaram sob a supervisão do Estado, antecipou a emancipação enquanto categoria. Os documentos revelam que estes cinco anos foram mais cinco anos de escravidão, tal como antes de 1871.

A Fazenda de Santa Cruz destacava-se entre os estabelecimentos com escravos da nação pelo tamanho e quantidade de escravos e também por possuir uma estrutura de produção que incluía as atividades agrícolas e também várias oficinas manufatureiras. A autonomia dos administradores associada às suas grandes dimensões possibilitava a inovação e a multiplicidade de atividades. Um exemplo contundente era a existência de escravos músicos. Também a fazenda demandava trabalhadores de ofícios necessários para um estabelecimento maior: pedreiros, carpinteiros, ferreiros, carreiros e outros. Isto tornou a fazenda um local com escravos com diversas especializações. O período jesuítico contribuiu para este quadro. Com os deslocamentos esta fazenda e também as do Piauí serviram como fornecedoras de escravos especializados para estabelecimentos urbanos, fábricas e obras públicas.

Mas as fábricas também demandavam uma diversidade de especializações, nas atividades ligadas à sua atividade fim, como fundição, moldação, maquinaria, e nas especializações gerais, como carpinteiros, serralheiros, pedreiros, cozinheiros, enfermeiros, muitas delas ocupadas por escravos. Observou-se que na Fábrica de Ipanema o trabalho escravo estava presente de forma consistente e distribuída em quase todas etapas da produção, inclusive ocupando funções superiores a pessoas livres, exceto nas funções de controle central. Outra constatação para esta fábrica foi a falta de mão-de-obra, que gerou casos de escravos com mais de uma especialização. Há registros na fábrica de escravos que obtiveram benefícios em função da sua condição especializada, mas também determinados ofícios significavam trabalhos mais árduos e malefícios para a sua condição física. Também para a fábrica valeu o fluxo de escravos de outros estabelecimentos em função da qualificação. Ainda quanto às especializações dos escravos, verificou-se que a Corte demandava especialidades domésticas.

Para o escravo da nação uma especialização significava sofrer alterações, positivas ou negativas, no seu dia-a-dia: afastar ou assumir atividades exaustivas, ter posição superior e privilégio dentro da escravaria, assumir funções de liderança ou sofrer com o distancimento da sua comunidade, seja pelas transferências ou aluguel a particulares. A escolha da atividade a ser exercida, na maioria das vezes, não cabia aos cativos, mas aos administradores, que atendiam aos interesses dos estabelecimentos. Porém, há registro da especialização de escravos em função de suas habilidades naturais. Ressalte-se que mesmo com alguma especialização o cativo não se libertava de sua condição escrava. A especialização foi um dos motores da dinâmica de deslocamento e interação entre os estabelecimentos públicos pelos escravos da nação.

Deparou-se com pagamento de jornais aos escravos da nação que exerceram certas atividades. No caso da Fazenda de Santa Cruz, seus cativos tinham dias de folga do trabalho da fazenda para destinarem-se ao seu sustento, ou seja, para trabalharem em seus pequenos lotes de terra. No entanto, percebeu-se que parte deles acabaram desempenhando tarefas nesses dias, o que gerou uma remuneração. Também ocorreu remuneração quando os escravos aproveitavam esses dias liberados para trabalharem fora da fazenda. Além disso, viu-se que a remuneração também ocorreu quando o escravo exerceu atividade específica ou especializada, como o caso dos escravos que trabalhavam próximos ao Imperador. Da mesma forma foi identificado remuneração nos estabelecimentos fabris, em função de suas especializações e como medida de estímulo. As remunerações não eram regra e eram de valores baixos, mas possibilitavam juntar um pecúlio para a alforria.

Outro aspecto da escravidão pública verificado foram as formas de resistência escrava, da negociação, às fugas e aos furtos. Houve escravos que recorreram à administração ou a órgãos superiores, até ao Imperador, para solucionarem problemas que os afligiam, como relativos a casamento, transferências e mudanças na administração. Os casos de negociação ocorreram tanto nas fazendas quanto nas fábricas. O instrumento para a negociação mais frequente era o envio de requerimentos, que podiam ser atendidos ou não, arbitrariamente ou em função do comportamento cotidiano dos escravos. Adequar o comportamento às exigências da administração era uma forma de obter alguma pretensão e era uma estratégia de resistência. Outra estratégia identificada de negociação era os escravos conseguirem, através dos vínculos pessoais estabelecidos, o apadrinhamento de administradores. Os documentos apontaram escravos se utilizando da condição de patrimônio público para promover a negociação, o que o diferencia do privado.

Mas a forma predominante de resistência para os escravos públicos era a fuga, o que também foi recorrente com relação aos escravos privados. Na Fazenda Santa Cruz e na Fábrica de Ipanema os ofícios e relatórios apontaram várias motivações. Elas se enquadram nas categorias já presentes na historiografia: reivindicatórias e de rompimento, e também foram identificadas fugas temporárias não-reivindicatórias, motivadas por questões amorosas, razões familiares, procura de bebidas, etc. Um exemplo próprio de fugas reivindicatórias dos escravos da nação eram aquelas onde os escravos fugiam para outros estabelecimentos públicos, em busca de laços formados ali ou de melhor tratamento.

Na Fazenda de Santa Cruz o exercício de atividades remuneradas temporárias em estabelecimentos privados foi uma das motivações para as fugas temporárias. Encontraram-se casos de escravos que apresentavam cartas de alforria forjadas para se apresentar nestes estabelecimentos. A dificuldade de controle, própria da situação pública da época, e a ineficácia nas medidas dos administradores facilitavam as fugas. Vários ofícios apontam dificuldades de mão-de-obra para controle, como número reduzido de feitores, na Fazenda de Santa Cruz e na Fábrica de Ipanema.

Houve também fugas para busca da benevolência do Imperador ou de outras autoridades. Isto ocorreu tanto para escravos da nação quanto para a escravidão privada, mas os primeiros apelavam para a condição de patrimônio público.

Muitas vezes as fugas não eram bem sucedidas e os escravos eram apanhados ou retornavam frustrados, mas depois voltavam a fugir. Houve registro de várias fugas para o mesmo escravo. O sucesso da fuga não era necessariamente a liberdade definitiva, havia fugas para outros propósitos. Para a administração dos estabelecimentos as fugas significava perda de mão-de-obra, despesa com os retornados doentes e o ciclo de comunicação entre os escravos que alimentava novas fugas. No caso dos escravos da nação ocorreram muitas fugas em pequenos grupos, o que reforça a conclusão de que a comunicação entre os escravos e a consequente atuação em grupo contribuiu para o movimento de fugas.

O relativo descontrole dos escravos e as consequentes fugas provisórias muitas vezes contavam com a conivência dos particulares vizinhos, que também se beneficiavam. A documentação mostrou as administrações recorrendo à força pública para também proteger-se destes estabelecimentos privados. Outras vezes as fugas contavam com o apoio de libertos dos estabelecimentos, dos demais escravos e de quilombolas. Havia, muitas vezes, a colaboração e atuação em conjunto destes que tinham interesses comuns. Por exemplo, encontrou-se um documento que constatou escravos da nação na Fazenda de Santa Cruz dando guarida à fuga de um escravo privado.

Outra forma de resistência eram os furtos e roubos, muitas vezes resultado da precariedade das condições de vida dos escravos. Mas constatou-se que eram práticas constantes e que havia uma cadeia informal de beneficiários, pois o produto da pilhagem muitas vezes era repassado para receptadores escravos ou livres, trocados em vendas e tabernas, e a prática se tornava uma forma efetiva de sobrevivência e

resistência. Essas manifestações foram encontradas tanto na Fazenda de Santa Cruz quanto na Fábrica de Ipanema.

As formas de resistência dos escravos da nação se distinguiam por conta dos efeitos que sua prática geravam. Como o controle nos estabelecimentos públicos era mais dificultado, pela burocracia, pela dificuldade de comunicação e pelas relações entre os diversos estabelecimentos, havia mais facilidade à resistência.

Quanto ao tema da alforria, central na escravidão brasileira, a escravidão pública diferenciou-se em alguns aspectos. Enquanto que para a escravidão privada ocorria principalmente a prática costumeira, para os escravos da nação, em certo período, ocorreu uma normatização regulamentadora.

Na obtenção da alforria, predominantemente por compra do próprio escravo, ele fazia um requerimento e posteriormente passava por uma avaliação para indicar o seu valor. Havia interferência dos administradores, que facilitavam ou dificultavam o trâmite, além da burocracia que cercava os atos destes estabelecimentos.

As alforrias dos escravos da nação cresceram a partir de 1850, e se bem na sua maioria eram compradas, o número de gratuitas também foi considerável. Destacaram-se, na Fazenda de Santa Cruz, as alforrias femininas, na Fábrica de Ipanema destacaram-se os homens, possivelmente aqueles especializados que ganhavam mais remuneração. Entre as situações que merecem um destaque há os casos de alforrias facilitadas pelo administrador para escravas casadas com libertos, para se evitar o incômodo da relação conjugal com um liberto. Também convém destacar a interferência do Imperador nas alforrias graciosas, geralmente por decisão paternalista e motivada por interesses pessoais, como, por exemplo, atos de agradecimento e de comemoração familiar.

Se comparado com a escravidão privada, a condição pública não era um facilitador para a obtenção da liberdade. No entanto, apresentou alguns aspectos que foram favoráveis: o paternalismo em consequência do patrimonialismo e os embates políticos a respeito da emancipação.

Referências Bibliográficas

Fontes

1. Arquivo do Estado de São Paulo (AESP)

Fundo Escravos: 1830-1882 (CO5534).

Fundo Fábrica de Ferro São João do Ipanema: 1764 – 1821 (COO246 e COO247); 1765 – 1821 (COO245); 1822 – 1834 (CO5213); 1822 – 1834 (CO5213), 1835 – 1839 (CO5214), 1840 – 1848 (CO5215), 1849 – 1870 (CO5217).

2. Arquivo Nacional (AN)

Fundo Casa Real, Imperial e Modormia-mor (1750 – 1876): SDE-027; SDE-028;

Fundo Diversos Códices: SDH-SDE-001, Casa Real e Imperial Mordomia-mor - cod. 1122, Fazenda de Santa Cruz, cod. 572; cod. 1100.

Fundo Diversas Caixas: SDH-SDE-002, Fazenda de Santa Cruz, caixa 507.

Fundo Casa Imperial – Decretos: SDE-030

Fundo Fazenda Nacional de Santa Cruz (1815-1876)

Série Guerra: IG 5 (IG5-19, IG5-16, IG5-20), IG 6-1, IG 7-02

3. Arquivo da Fundação Biblioteca Nacional

REYS, Manoel do Couto. *Carta remetendo a relação dos escravos da Fazenda de Santa Cruz que trabalham na Corte, dos fugidos e dos que foram transferidos para a Quinta da Boa Vista*, Rio de Janeiro, 30 de maio de 1808 (Coleção Cidade do Rio de Janeiro, MSS II-35, 11, 007).

VASCONCELLOS, Leonardo Pinheiro. *Treze documentos sobre a Fazenda de Santa Cruz*. Santa Cruz, Rio de Janeiro, 1810 e 1811 (Coleção Cidade do Rio de Janeiro, MSS II-35, 11, 002 N°. 002).

Coleção Tavares Bastos. *Escravidão*. Caderno II, 11,1,024; Documento 03, vol II - 11,01,025; vol. IV - 11,01,027.

Projeto Tráfico de Escravos no Brasil, Galeria de Manuscritos: http://consorcio.bn.br/MidiView/MidiView.asp?url=/slave_trade/manuscritos/mssII35_11_7.pdf (acesso em 19 de julho de 2011), http://consorcio.bn.br/MidiView/MidiView.asp?url=/slave_trade/manuscritos/mssII35_11_6.jpg (acesso em maio de 2011).

Requerimento de Domingos Jozé de Sousa a Magestade solicitando alforria do filho, 21-04-1821:

http://consorcio.bn.br/MidiView/MidiView.asp?url=/slave_trade/manuscritos/mssc87714.jpg (acesso em maio de 2011).

SILVA, José Bonifácio. *Relação dos escravos das fazendas nacionais do Piauí, do Rio Grande do Sul e da Fazenda Imperial de Santa Cruz que vieram para a Quinta da Boa Vista e Quinta do Caju*. Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1832.

4. Fontes Impressas

CHAIA, Josephina. LISANTI, Luís. O Escravo na Legislação Brasileira (1808-1889). *Revista de História*. São Paulo, vol. XLIX, n. 99, pp. 241 – 248, 1974.

FENELON, Dea Ribeiro. Levantamento e sistematização da legislação relativa aos escravos no Império do Brasil. *Anais do VI Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História*, São Paulo, v. 2, pp. 199-307, 1973.

FREITAS, Benedicto. *Santa Cruz, Fazenda Jesuítica, Real, Imperial*. Rio de Janeiro: Ed. do autor, vol. I, 1985.

FREITAS, Benedicto. *Santa Cruz, Fazenda Jesuítica, Real, Imperial*. Rio de Janeiro: Ed. do autor, vol. II, 1986.

FREITAS, Benedicto. *Santa Cruz, Fazenda Jesuítica, Real, Imperial*. Rio de Janeiro: Ed. do autor, vol. III, 1987.

GAMA, José Saldanha da. História da Imperial Fazenda de Santa Cruz – Primeira Parte. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo 38. Parte II, 1875.

GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823*. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1956.

GREENHALGH, Juvenal. *O Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro na História*. Rio de Janeiro: A Noite, vol. 2, 1951.

LEITE, Serafim S. I. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa/Rio de Janeiro: Portugália/Civilização Brasileira, Tomo II, 1938.

MALHEIROS, A. M. Perdigão. *Ensaio histórico, jurídico e social*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1866.

MENDONÇA, Francisco Maria de Souza Furtado de. *Repertório geral, ou, Índice alfabético das leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, vol. 2, 1850.

MORAES, Frederico Augusto Pereira de. VERGUEIRO, Nicolau Pereira de Campos. *Subsídios para a história do Ypanema*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858.

REIS, Manuel Martins do Couto. Memória sobre a fazenda de Santa Cruz. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, n. 18, 1886.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Registros escravos: repertório das fontes oitocentistas pertencentes ao Acervo da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, p. 32, 2006.

SILVA, Ignacio Accioli de Cerqueira e. *Corografia Paraense, ou Descrição Física, Histórica e Política da Província do Gram-Pará*. Bahia: Typografia do Diário, 1833.

5. Disponíveis em meio digital

Projeto de Imagens de Publicações Oficiais Brasileiras do Center for Research Libraries e Latin American Microform Project. Relatórios do Ministério da Fazenda, da Guerra, da Agricultura e da Marinha (www.crl.edu/brazil).

Coleção das Leis do Império do Brasil e (cartas de leis, decretos, alvarás, Cartas Régias, Leis e Decisões imperiais) - Câmara dos Deputados (www.camara.gov.br).

Síntese Histórica dos Diários da Câmara dos Deputados. Câmara dos Deputados (www.camara.gov.br).

Fontes Históricas de Direito Português (www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt).

Bibliografia

ALDEN, Dauril. Aspectos Econômico da Expulsão dos Jesuítas do Brasil: Notícia Preliminar. KEITH, Henry H. EDWARDS, S. F. *Conflito e Continuidade na Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1970.

ALENCASTRO, Luiz Felipe. Vida privada e ordem privada no Império. In. NOVAES, Fernando (org.) *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, vol. 2, 1997.

ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente: estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro. 1808 – 1822*. Petrópolis: Vozes, 1988.

AMANTINO, Márcia. Os escravos fugitivos em Minas Gerais e os anúncios do Jornal “O Universal” – 1825 a 1832. *Lócus*, Revista de História, Juiz de Fora, v. 12, n. 2, pp. 59-74, 2006.

AMANTINO, Márcia. A expulsão dos jesuítas da Capitania do Rio de Janeiro e o confisco de seus bens. *RIHGB*, Rio de Janeiro, a. 170 (443): 169-191, abril/jun. 2009.

AMANTINO, Márcia. Relações sociais entre negros e índios nas fazendas inicianas – Rio de Janeiro, século XVIII. *Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder*,

Violência e Exclusão. ANPUH/SP-USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008 (<http://www.ifch.unicamp.br/ihb/marciaamantino.pdf> - acesso em abril de 2010).

ASSUNÇÃO, Paulo de. *Negócios Jesuíticos: O cotidiano da administração dos bens divinos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX*. São Paulo: Annablume, 2004.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. BRIOSCHI, L. R. *Na estrada do Anhanguera: uma visão regional da história paulista*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999.

BERTIN, Enidelce. *Alforrias na São Paulo do Século XIX: liberdade e dominação*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.

BERTIN, Enidelce. *Os meia-cara. Africanos livres em São Paulo no século XIX*. 2006. Tese (Mestrado em História) – FFLCH-USP. São Paulo, pp. 227-241, 2006.

BOXER, C. R. *O Império Colonial Português (1415-1825)*. Lisboa: Edições 70, 1969.

BRESCIANI, Maria Stella. Condições de vida do escravo na província de São Paulo no século XIX. *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo, nº. 192, ano 42, pp. 01-95, janeiro-dezembro, 1979.

BROTHERHOOD, Karina. Trabalho e organização do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro na década de 1820. *Navigator*, Rio de Janeiro, v. 2, nº. 3, pp. 7 -19, junho de 2006.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Escravo ou camponês: o protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. (org.). *Escravidão e abolição no Brasil: novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

CARVALHO, Daniela Vallandro de. “Nunca o inimigo havia visto as costas destes filhos da liberdade”: Experiências negras na guerra (Brasil Meridional, 1835-1845). 4º. *Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 13 a 15 de maio de 2009. (<http://www.labhstc.ufsc.br/ivencontro/pdfs/comunicacoes/DaniellaVallandrodeCarvalho.pdf> – acesso em abril de 2010).

CARVALHO, Edinilson Albino de. *A fábrica de pólvora do Coxipó em Mato Grosso (1864-1906)*. 2005 Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Mato Grosso. Cuiabá, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatros de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. *Liberdade: Rotinas e Rupturas do Escravismo, Recife, 1822-1850*. Recife: Editora da UFPE, 1998.

CASTRO, Hebe Maria Mattos. SCHNOOR, Eduardo (org.) *Resgate: uma janela para o oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CONDE, Bruno Santos. Senhores de fé e de escravos: a escravidão nas fazendas jesuíticas do Espírito Santo. *4º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Curitiba, 13 a 15 de maio de 2009. (Disponível em <http://www.labhstc.ufsc.br/ivencontro/pdfs/comunicacoes/BrunoSantosConde.pdf> - acesso em dezembro de 2010).

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil, 1850-1888*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

COSTA, Emília Viotti da. *A Abolição*. São Paulo: Global Ed., 1982.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala a Colônia*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

COUTO, Jorge. A venda dos escravos do Colégio dos Jesuítas do Recife (1760-1770). SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Brasil colonização e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, pp. 195-210, 2000.

CUNHA, Luiz Antônio. *O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: FLACSO, 2005.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Sobre os Silêncios da Lei: Lei Costumeira e Positiva nas Alforrias de Escravos no Brasil do Século XIX. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 28, nº. 1, pp. 45-60, 1985.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX – Ana Gertrudes de Jesus*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

EISENBERG, P. *Homens esquecidos. Escravos e trabalhadores livres no Brasil dos séculos XVIII e XIX*. 1ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1989.

ENGEMANN, Carlos. *Os Servos de santo Inácio a serviço do Imperador: Demografia e relações sociais entre a escravaria da Real Fazenda de Santa Cruz, RJ (1790-1820)*. 2002. 149f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2002.

ENGEMANN, Carlos. Corriqueiro como Nascer e Morrer. Práticas sociais e parentesco em Santa Cruz. Rio de Janeiro (1791-1817). *Acervo: revista do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, v. 15, nº. 2, jul/dez. 2002, pp. 87-100 (Disponível em: <http://www.portalan.arquivonacional.gov.br/media/AN%20e%20Pesquisadores%201.pdf> - acesso em janeiro 2011).

ENGEMANN, Carlos. FLORENTINO, Manolo (Ed.) *Tráfico, Cativo e Liberdade: Rio de Janeiro, séculos XVII – XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 171-205, 2005.

ENGEMANN, Carlos. *De Laços e de Nós: constituição e dinâmica de comunidades escravas em grandes plantéis do sudeste brasileiro do Oitocentos*. 2006. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.

ENGEMANN, Carlos. Os escravos do Estado e o estado de seus escravos: o caso da Real Fazenda de Santa Cruz, RJ (1790-1820). *Especiaria* (UESC), v. 10, pp. 75-108, 2007.

ENGEMANN, Carlos. RODRIGUES, Cláudia. AMANTINO, Marcia. Os jesuítas e a Ilustração na administração de Manuel Martins do Couto Reis da Real Fazenda de Santa Cruz (Rio de Janeiro, 1793-1804). *História Unisinos*, vol. 13, nº. 3, pp. 241-252, setembro/dezembro de 2009.

ENGEMANN, Carlos. AMANTINO, Márcia. A fazenda de Campos Novos e sua história – século XVII e XVIII. *XIV Encontro Regional da ANPUH-RIO Memória e Patrimônio*. Rio de Janeiro, 19 a 23 de julho de 2010 (Disponível em: http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276191032_ARQUIVO_Fazenda+de+Campos+Novos.pdf – acesso em janeiro de 2011).

FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000.

FARIA, Sheila Carvalho. História da família e demografia histórica. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Org.). *Domínios da história: Ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FARIA, Sheila Carvalho. *Viver e morrer no Brasil colônia*. São Paulo: Moderna, 2000.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

FERREIRA, Roberto Guedes. Autonomia escrava e (des)governo senhorial na cidade do Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX. FLORENTINO, Manolo (Ed.) *Tráfico, Cativo e Liberdade: Rio de Janeiro, séculos XVII – XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 231-283, 2005.

FLORENCE, Afonso Bandeira. Resistência Escrava em São Paulo: A luta dos escravos da fábrica de ferro São João de Ipanema, 1828-1842. *Afro-Ásia*, 18, pp. 7-32, 1996.

FLORENTINO, Manolo. GÓES, José Roberto. Parentesco e Família entre os Escravos de Vallim. CASTRO, Hebe Maria Mattos de. SCHNOOR, Eduardo. *Resgate: uma janela para o oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks, pp. 139-164, 1995.

FLORENTINO, Manolo G. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FLORENTINO, Manolo G. & GOÊS, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico*, Rio de Janeiro, c.1790 - c.1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FLORENTINO, Manolo. Alforrias e etnicidade no Rio de Janeiro oitocentista: notas de pesquisa. *Topoi*, Rio de Janeiro, pp. 9-40, set. 2002.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Editora da UNESP, 4ª ed., 1997.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. 25ª. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.

FREYRE, Gilberto. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros*. Recife: Imprensa Universitária, 1963.

FUNES, Eurípedes A. “Nasci nas matas, nunca tive senhor” História e memória dos mocambos do baixo Amazonas. REIS, João José. GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio: História dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 467-497, 1996.

GAMA, José M. *O Patrimônio da Companhia de Jesus da Capitania de São Paulo: Da Formação ao Confisco, 1750-1775*. 1979. Tese (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1979.

GEBARA, Ademir. Escravos: Fugas e fugas. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 6, n. 12, pp. 89-100, mar/ago. 1986.

GENOVESE, Eugene D. *A terra prometida – o mundo que os escravos criaram*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

GESTEIRA, Heloisa Meireles. TEXEIRA, Alessandra dos Santos. As Fazendas Jesuíticas em Campos dos Goitacazes: Práticas Médicas e Circulação de Idéias no Império Português (Séculos XVI ao XVIII). *Clio – Série Revista de Pesquisa Histórica*, n. 27.2, 2009 (Disponível em:

<http://www.ufpe.br/revistaclio/index.php/revista/article/view/9> - acesso em janeiro de 2011).

GOMES, Alessandra Caetano. *Em busca da liberdade: as alforrias em duas regiões do sudeste escravista, 1825 – 1888*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) - FFLCH-USP. São Paulo, 2008.

GOMES, Flávio dos Santos. Jogando a Rede, Revendo as Malhas: Fugas e Fugitivos no Brasil Escravista. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, pp. 67-93, 1996.

GOMES, Flávio dos Santos. *História dos quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GONÇALVES, Andréa Lisly. Práticas de Alforrias nas Américas: Dois estudos de Caso em perspectiva comparada. PAIVA, Eduardo França. IVO, Isnara Pereira (org.) *Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFGM; Vitória da Conquista: Edunesb, pp. 59-76, 2008.

GORENDER, *O Escravismo Colonial*. São Paulo: Moderna, 2000.

GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990.

GORENDER, Jacob. Liberalismo e escravidão. São Paulo: *Estudos avançados*, vol.16, n.46, set/Dez, 2002.

GOULART, José Alipio. *Da Fuga ao Suicídio* (Aspectos de rebeldia do escravo no Brasil). Rio de Janeiro: Conquista, 1972.

GRAHAM, Richard. *Escravidão, reforma e imperialismo*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e Política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Campus/UFRJ, 1997.

GUTIÉRREZ, Horacio. Demografia Escrava numa Economia Não-Exportadora: Paraná, 1800-1830. *Estudos Econômicos*, São Paulo, IPE-USP, v. 17, n. 2, p. 297-314, maio/agosto, 1987.

GUTIÉRREZ, Horacio. A Estrutura Fundiária no Paraná antes da Imigração. *Estudos de História*, Franca, UNESP, v. 8, n. 2, p. 209-231, 2001.

GUTIÉRREZ, Horacio. Fazendas de gado no Paraná escravista. *Revista Topoi*. Rio de Janeiro, v. 9, n. 9, pp. 102-127, 2004.

GUTIÉRREZ, Horacio. Donos de terras e escravos do Paraná: padrões e hierarquias nas primeiras décadas do século XIX. *História*. São Paulo, v. 25, p. 100-122, 2006.

HERING, Fábio Adriano. Os Viajantes Ingleses e a Representação do Brasil: A Cartografia do Ouro das Minas Gerais (1809-1867). *História e-história* (Disponível em: <http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=artigos&id=125> – acesso janeiro 2011).

KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850*. 1ª ed. São Paulo: Cia das terras, 2000.

LARA, Silvia Hunold. *Legislação sobre escravos africanos no América Portuguesa*. Madrid: Fundación Histórica Tavera/Digibis, 2000.

LARA, Silvia Hunold. *Campos de violência: escravos e senhores na Capitânia do Rio de Janeiro. 1750 – 1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LARA, Silvia Hunold. Apresentação da Biografia de Mahommah G. Baquaqua. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 08, nº. 16, PP. 269-284, 1988.

- LEWKOWICZ, Ida. GUTIÉRREZ, Horacio. FLORENTINO, Manolo. *Trabalho compulsório e trabalho livre na história do Brasil*. São Paulo: Editora da UNESP, 2008.
- LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista. Minas Gerais no século XIX*. 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- LIBBY, Douglas Cole. *Trabalho escravo e capital estrangeiro no Brasil: o caso de Morro Vermelho*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984.
- LIMA, Solimar Oliveira. *Braço Forte. Trabalho escravo nas fazendas da nação no Piauí (1822 – 1871)*. Passo Fundo: UPF, 2005.
- LIMA, Carlos A. M. *Artífices do Rio de Janeiro (1790-1808)*. Rio de Janeiro: Ateliê, p. 105, 2007.
- LUNA, Francisco Vidal. COSTA, Iraci Del Nero da. KLEIN, Herbert S. *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: Edusp/Imesp, 2009.
- LUNA, Francisco Vidal. KLEIN, Herbert S. *Evolução da Sociedade e Economia Escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: Edusp - Editora da Universidade de São Paulo, 2005.
- MACHADO, Cacilda. ENGEMANN, Carlos. FLORENTINO, Manolo. Entre o geral e o singular: Histórias de fazendas escravistas da América do Sul – Séculos XVIII e XIX. FLORENTINO, M. MACHADO, C (orgs.). *Ensaio sobre a Escravidão (I)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, pp. 167-187, 2003.
- MACHADO, Maria Helena P. T. *Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- MACHADO, Maria Helena P. T. *Plano e Pânico. Os movimentos sociais na década da Abolição*. São Paulo: EDUSP, 1994.
- MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. *To be a liberated african in Brazil: labour and citizenship in the nineteenth century*. 2002. Tese (Doutorado) – University of Waterloo, 2002.
- MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Revisitando o problema da ‘transição para o trabalho livre’: a experiência dos africanos livres. FLORENTINO, Manoel. *Tráfico, cativo e liberdade (Rio de Janeiro, século XVII-XIX)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 391-392, 2005.
- MAMIGONIAN, Beatri Gallotti. O Direito de ser africano livre, os escravos e as interpretações da lei de 1831. LARA, Silvia Hunold. MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Direitos e Justiça no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, pp. 129-160, 2006.
- MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente. Senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

MARQUESE, Rafael de Bivar. O poder da escravidão: um comentário aos “Senhores sem escravos”. *Almanack Braziliense*, v. 6, p. 14-18, 2007 (Disponível em: www.almanack.usp.br/PDFS/6/06_forum-02.pdf - acesso em dezembro de 2009).

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio*. Os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, século XIX. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema. A formação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2004.

MATTOSO, Kátia Maria de Queirós. *Bahia século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MATTOSO, Kátia Maria de Queirós. KLEIN, Herbert. ENGERMAN, S. L. Notas sobre as tendências e padrões dos preços de alforrias na Bahia, 1819-1888. REIS, João José. *Escravidão e Invenção da Liberdade*. São Paulo: Editora Brasiliense, p. 62, 1988.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Ser Escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

MELO, Kátia A. V. de. *Comportamento e Práticas Familiares nos Domicílios Escravistas de Castro (1824-1835) segundo as Listas Nominativas de Habitantes*. 2004. 189f. Dissertação (Mestrado em História) – Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2004.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Entre a Mão e os Anéis – A Lei de 1885 e os Caminhos da Abolição no Brasil*. Campinas: Editora Unicamp, 2008.

MOMESSO, Beatriz Piva. *Indústria e trabalho no século XIX: o Estabelecimento de Fundação e Máquinas de Ponta d'Areia*. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2007 (Dissertação de Mestrado).

MONTEIRO, Nuno Gonçalo F. Trajetórias sociais e governo das conquistas: Notas preliminares sobre os vice-reis e governadores-gerais do Brasil e da Índia nos séculos XVII e XVIII. FRAGOSO, João. BICALHO, Maria Fernanda Baptista. GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 249-284, 2001.

MOREIRA, Alinnie Silvestre. *Liberdade tutelada. Os africanos livres e as relações de trabalho na Fábrica de Pólvora da Estrela*, Serra da Estrela/RJ (c. 1831 – c. 1870). 2005. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas). Campinas, 23-02-2005.

MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal, (1801-1829)*. 1ª ed. São Paulo: FAPESP: Anna Blume, 1999.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. Do cativo ao mar: escravos na Marinha de Guerra. *Estudos afro-asiáticos*. n.38, pp. 85-112, 2000 (Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-546X2000000200005&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 0101-546X. doi: 10.1590/S0101-546X2000000200005 – acesso em novembro de 2010).

NETO, Mario Danieli. *Escravidão e Indústria: um estudo sobre a Fábrica de Ferro São João de Ipanema – Sorocaba (SP) – 1765-1895*. 2006. Tese (Doutorado) - UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas). Campinas, 2006.

NOVAIS, Fernando Antônio. *Aproximações: ensaios de história e historiografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

PAIVA, Clotilde Andrade. LIBBY, Douglas Cole. Caminhos Alternativos: Escravidão e Reprodução em Minas Gerais no Século XIX. *Estudos Econômicos*, São Paulo, IPE-USP, v. 25, n.2, p. 203-233, maio/agosto, 1995.

PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

PENA, Eduardo Spiller. *Pajens da Casa Imperial: jurisconsultos, escravidão e a lei de 1871*. Campinas: Editora da UNICAMP; Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2001.

PENA, Eduardo Spiller. Burlas à Lei e Revolta Escrava no Tráfico Interno do Brasil Meridional, século XIX. LARA, Silvia Hunold. MENDONÇA, Joseli Maria Nunes Mendonça (org.). *Direitos e justiça no Brasil: ensaios de história social*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, pp. 161-197, 2006.

PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. Práticas de saúde, doenças e sociabilidade escrava na Imperial Fazenda de Santa Cruz, da segunda metade do século XIX. *Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo do Estado de São Paulo*, n° 35, 2009. (www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/materia01/texto01.pdf - acesso em 22 de maio de 2009).

PORTO, Valdir Almeida. AMANTINO, Márcia Sueli. A Fazenda de Sant'Anna de Macaé após a expulsão dos jesuítas do Império Português (1750). *Revista de Trabalhos Acadêmicos*. XII Jornada Científica – Suplemento, Campus Niterói, n°. 01, 2010 (Disponível em: <http://revista.universo.edu.br/index.php/1reta2/article/viewArticle/156> - acesso em janeiro de 2011).

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Escravidão Negra em São Paulo* (Um estudo das tensões provocadas pelo escravismo no século XIX). Rio de Janeiro: J. Olympio; Brasília, INL, 1977.

QUEIROZ, Suely Robles R. Escravidão Negra em Debate. FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, pp. 103-117, 2000.

RAMOS, Vanessa Gomes. *“Os Escravos da Religião” – Alforriandos do clero católico no Rio de Janeiro Imperial (1840-1871)*. 2007. Dissertação (Mestrado) – UFRJ. Rio de Janeiro, 2007.

REIS, João José. GOMES, F. S. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

REIS, João José. *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835* (edição revisada e ampliada). São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

REIS, João José. & SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ROCHA, Ilana Peliciari. A demografia escrava em São Paulo em 1829: análise comparativa de estudos demográficos. *Ciência et Praxis*, Passos, v. 2, n. 3, pp. 19-30, 2009 (Disponível em:

<http://www.fip.fespmg.edu.br/ojs/index.php/scientae/article/view/72/54> - acesso em novembro de 2010).

ROCHA, Ilana Peliciari. *Demografia escrava em Franca, 1824 – 1829*. Franca: UNESP – FHDSS, 2004

RODRIGUES, Jaime. Ferro, trabalho e conflito: os africanos livres na Fábrica de Ipanema. *História Social*. Campinas, n°. 4-5, pp. 29-44, 1997/1998.

RODRIGUES, Jaime. *De costa à costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas: Editora da Unicamp/Cecult, 2000.

RODRIGUES, Marcelo Santos. *Guerra do Paraguai: os caminhos da memória entre a comemoração e o esquecimento*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, p. 217, 2009 (Tese de Doutorado).

RUSSELL-WOOD, A. J. R. Vassalo e Soberano: Apelos extrajudiciais de africanos e de indivíduos de origem africana na América Portuguesa. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura Portuguesa na Terra de Santa Cruz*. Lisboa: Editorial Estampa, p. 229, 1995.

SALGADO, Graça (coord.) *Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: INL, 1985.

SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SANTOS, Fabricio Lyrio. A expulsão dos jesuítas da Bahia: aspectos econômicos. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 28, n°. 55, p. 171-195, 2008 (<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v28n55/a09v28n55.pdf> - acesso em 30 de agosto de 2010).

SANTOS, Nilton Pereira dos. *A fábrica de ferro São João de Ipanema: economia e política nas últimas décadas do Segundo Reinado (1860-1889)*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2009.

SANTOS, Antônio Carlos dos. *Os músicos negros: escravos da Real Fazenda de Santa Cruz no Rio de Janeiro (1808-1832)*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2009.

SCHNOOR, Eduardo. CASTRO, Hebe Maria Mattos. *Resgate: uma janela para o oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1830*. 1ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001.

SILVA, Alberto da Costa e. Sobre a rebelião de 1835 na Bahia. *Ensaio sobre a Escravidão*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, pp. 219-234, 2003.

SILVA, Maria Aparecida. *Itapura – Estabelecimento Naval e Colônia Militar (1858-1870)*. 1972. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP. São Paulo, 1972.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura Portuguesa na Terra de Santa Cruz*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

SILVA, Maria Beatriz Nizza. A luta pela alforria. SILVA, Maria Beatriz Nizza. *Brasil: colonização e escravidão*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, pp. 296 – 307, 2000.

SILVA, Marilene Rosa Nogueira. *Negro na rua: a nova face da escravidão*. São Paulo: Hucitec, 1988.

SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava - Brasil Sudeste, século 19*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. Clamores da escravidão: requerimento dos escravos da Nação do Imperador, 1828. *História Social*. Campinas, n. 4-5, pp. 223-228, 1997-1998.

SOARES, Luiz Carlos. *O Povo de Cam na capital do Brasil. A escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX*. Rio de Janeiro: FAPERJ – Editora 7 Letras, 2007.

SOUSA, Jorge Prata de. *Escravidão ou morte: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Mauad: ADESA, 1996.

STEIN, Stanley J. *Grandeza e Decadência do Café no Vale do Paraíba*. São Paulo: Brasiliense, 1961.

URICOCHEA, Fernando. *O minotauro imperial: a burocratização do estado patrimonial brasileiro no século XIX*. São Paulo: DIFEL, 1978.

VAINFAS, Ronaldo. *Ideologia e escravidão: os letrados e a sociedade escravista no Brasil colonial*. Petrópolis: Vozes, 1986.

VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos, dos séculos XVII a XIX*. Salvador/Rio: Corrupio/Fundação Biblioteca Nacional, 2002.

VERGER, Pierre. *Os libertos: sete caminhos na liberdade de escravos da Bahia no século XIX*. São Paulo: Corrupio, 1992.

VIANA, Sônia Bayão Rodrigues. A Fazenda de Santa Cruz e a Crise do Sistema Colonial (1790-1815). *Revista de História*. São Paulo, vol. XLIX, n. 99, pp. 61 – 96, 1974.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos africanos vivências ladinhas: escravos e forros em São Paulo (1850-1880)*. São Paulo: Hucitec, 1998.